



Universidade de Brasília

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS

**O LUGAR DA PERIFERIA COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO URBANO**

Brasília, 2018.

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS

**O LUGAR DA PERIFERIA COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO URBANO**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UNB, área de concentração em Gestão Ambiental e Territorial.

Orientação: Professor Doutor Neio Lúcio de Oliveira Campos.

Brasília, 2018.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ddF1451 dos Reis Rebouças, Fádia
1 O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da
participação social no planejamento urbano / Fádia dos Reis
Rebouças; orientador Neio Lúcio de Oliveira Campos. --
Brasília, 2018.
320 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2018.


1. Lugar. 2. Sujeitos sociais. 3. Planejamento
participativo efetivo. I. de Oliveira Campos, Neio Lúcio,
orient. II. Título.

FÁDIA DOS REIS REBOUÇAS

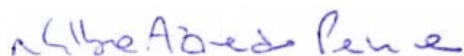
**O LUGAR DA PERIFERIA COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO URBANO**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UNB, área de concentração em Gestão Ambiental e Territorial.

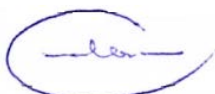
Tese aprovada em 24 de abril de 2018.



Professor Doutor Neio Lúcio de Oliveira Campos (Orientador)
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade de Brasília



Professora Doutora Nelba Azevedo Penna
Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo
Universidade de Brasília



Professora Doutora Cristina Maria Macêdo de Alencar
Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Universidade Católica do Salvador



Professora Doutora Débora de Lima Nunes Sales
Doutorado em Urbanisme et Aménagement pela Université Paris XII – Val-de-Marne
Universidade do Estado da Bahia

Professor Doutor Everaldo Batista da Costa (Suplente)
Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Temo que esta seção oculte alguém relevante à longa caminhada que caracterizou a construção desta tese. Acima de tudo agradeço a todas as energias do universo que me proporcionaram forças para chegar até aqui. À família: Sônia e José, meus pais, que não devem entender muito o motivo de tanto desgaste, mas guardam a mesma preocupação com a alimentação de quando eu estava no ensino básico e – mesmo distantes – vibram com as conquistas e dizem que vai dar tudo certo, pois, mesmo que eu esconda os problemas, eles sabem que existem; às minhas irmãs Flávia, Fabiane, Fabislane, à prima irmã Melissa e à sobrinha Júlia, esta que não gosta e entende muito que a tia vá a Salvador para trabalhar, mas proporcionou alegrias; Flávia, assim como as outras, vibrou, deu força, mas também apoio logístico, de hospedagem, contatou possíveis entrevistados, tirou fotografias... apoio sem o qual a realização desta pesquisa certamente ficaria muito mais penosa. Aliás, o apoio para conseguir entrevistados não se deu apenas das irmãs, a mãe também sugeriu pessoas por ela conhecidas. Obrigada a vocês pela presença distante, pelo respeito e apoio a esta filha, irmã e tia um tanto diferente. Lembro que meu pai vibrou quando o professor Pedro Vasconcelos – em defesa na conclusão da graduação – compartilhou com ele que eu era teimosa, acho que era tudo que ele queria ouvir, não era só em casa e poderia ser bom! À minha família em Brasília, à amiga e companheira Márcia, a quem devo muito pela paciência e impaciência dedicadas, obrigada pela participação (efetiva!) na construção dessa tese, pelos ouvidos, pelo carinho, pela vibração, conselhos... mesmo tendo sido “O Pulso” a trilha sonora do processo no último ano, decerto que ele teria sido muito mais árduo sem seu apoio. Aos amigos queridos goiano-brasilienses Jacobson e Alley, obrigada pelo apoio e preocupação sempre dedicados! Ao Alley agradeço também pelas rezas, pelas energias, que me faziam (e farão) levantar mais leve.

Também em Brasília, cidade com a qual tenho relação de amor e ódio constante, agradeço à turma do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nas pessoas de Bárbara, Franciene e Viviane, sempre preocupadas com o desenvolvimento do trabalho e comigo. Agradeço também ao MMA enquanto instituição pela concessão do horário especial para realização das disciplinas seis meses após ingresso como servidora e, após os quatro anos exigidos legalmente, pela licença integral, decisiva para a realização do trabalho de campo e escrita da tese. Agradeço também aos colegas Moisés e Roseli que, enquanto gerentes, se fizeram completamente solidários e compreensivos às necessidades da servidora estudante.

Agradeço à Universidade de Brasília (UnB) pela oportunidade de realização do curso de doutorado. Agradeço em especial ao meu orientador, professor Neio, cujos poucos encontros foram de produtividade imensa, agradeço pelo respeito ao meu trabalho, assim como pela liberdade. Obrigada também à secretaria do Pós-Gea – Agnelo e Jorge – pela presteza de sempre e aos colegas e professores em todas as passagens pela UnB, desde as disciplinas como aluna especial na arquitetura e na geografia. Mas universidade é história e a minha é composta pela graduação em Geografia na Universidade Católica do Salvador (UCSal), para a qual agradeço nominalmente à professora orientadora Rosali Fernandes e ao professor amigo Dante Severo, ambos me fizeram acreditar e seguir a difícil jornada até aqui e certamente me dirão que o caminho ainda é longo e – principalmente – que eu devo percorrer! Obrigada por acreditar e incentivar, e a isso devo também ao professor Pedro Vasconcelos, que ficava feliz em não me convencer, pra mim um grande exemplo de acadêmico... Obrigada pelo respeito e apoio desde a disciplina de Geografia Urbana à banca de graduação. Rosali me acompanhou nas ruas de Pirajá e a orientação cuidadosa ultrapassou os limites da monografia e foi ao projeto de mestrado, assim como contribuiu para a finalização do curso, fazendo parte da banca examinadora, muito obrigada! Agradeço também aos colegas de maneira geral, foram bons e difíceis tempos de estudante trabalhadora, à amigas que ficaram para a vida, Merissa, Cássia, Jerusa e Iracema. Agradeço e homenageio, em memória, aos colegas que não estão mais fisicamente conosco, Marcos, pela energia, Zeinho, pela força militante e pela confiança em convidar para ser examinadora da banca de graduação e ao Henrique, pela alegria. Agradeço, também em memória, ao professor Nelson Baltrusis, que me felicitou com uma vaga como ouvinte em uma disciplina no mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social ainda sem ter concluído a graduação, assim como pelo convite pra compor a equipe de avaliação dos planos diretores, experiência que muito me fez crescer e certamente contribuiu ao surgimento do planejamento participativo como parte da centralidade hoje. Os ausentes da Católica estarão sempre presentes em nossos corações e deixaram marcas em nossas vidas.

A UCSal me levou ao DSN – Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza – e o DSN à professora Cristina, a quem devo inúmeras reflexões que emergiam em momentos dos mais inesperados, sempre falo que andar com Cristina sem um gravador é pecado... Todo mundo acaba pecando... Agradeço ao DSN pelas inspiradoras reuniões das quais pude participar, pelos dias quentes em Itapuã... que auxiliaram a aguçar o espírito da pesquisa. Agradeço também a Michele pela imensa presteza e solidariedade com as quais

recebeu meu pedido de auxílio com contatos de moradores dos diversos bairros periféricos de Salvador, preocupação com a saúde, vibrações...

Sobre as entrevistas, agradeço imensamente às entrevistadas e entrevistados pela dedicação de tempo e preocupação verdadeira em auxiliar na pesquisa, obrigada também aos que tentaram e não conseguiram, estejam certos de que o problema esteve com a pesquisadora, que não soube – por mais que tentasse – construir o melhor ambiente pra vocês se sentirem confortáveis; sem vocês a pesquisa não existiria, muito obrigada: Frida – bairro de São Tomé, Caetano – bairro de Praia Grande, Gal – bairro de São Caetano, Joana – bairro de Barreiras, Valentina – bairro de São Gonçalo, Valmir – bairro de Cajazeira XI, Clóvis – bairro de Nova Brasília, Felipe – bairro de Tancredo Neves, Maria – bairro do Nordeste, Mônica – bairro do Engenho Velho de Brotas, Anderson – bairro do Engenho Velho da Federação, Bethânia – bairro da Santa Mônica, Marília – bairro de São Cristóvão, Rosângela – bairro de Dom Avelar, Dandara e Núbia – bairro de Massaranduba, Hades – bairro de Plataforma, Eunice – bairro de São Marcos, Gilberto – bairro de Cajazeira V, Amanda – bairro de Valéria, Lua – bairro do Rio Sena, Toni – bairro de Boca da Mata, Antônio – bairro da Boca do Rio, Fernanda – bairro do Novo Marotinho, Janaína – bairro da Liberdade, Laerte – bairro de Pirajá, Fábio – bairro de Pernambués e Lucena – bairro de Saramandaia. Todos os nomes são fictícios.

Agradeço aos amigos e familiares que me ajudaram na busca dos moradores dos diversos bairros, Michele e toda sua técnica com tabela minuciosa, Flávia, Rosana – amiga e ex-aluna, Zenya – amiga querida de infância e Selma, também amiga querida (aqui certamente deixei escapar nomes, porque foram muitos contatos por redes sociais difíceis de serem resgatados, sempre deixarei alguém, sintam-se todas e todos infinitamente agradecidas e agradecidos). Aos colegas e amigos que se dispuseram a ser entrevistados, muito obrigada! Agradeço também aos entrevistados representantes da prefeitura pela dedicação, aos funcionários da prefeitura que me receberam durante todo o processo e agradeço nominalmente a Sivanildes, secretária na Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro, pela presteza. Agradeço infinitamente à professora Débora pela entrevista, esta que me fez sair com o coração mais esperançoso em meio a uma realidade brasileira difícil de acreditar que algo bom possa acontecer.

Minha história na academia passa também pelo mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e dela lembrarei logo dos meus queridos, unidos e guerreiros colegas de turma. Adriana em especial, que ficou amiga para a vida. Agradeço ao meu orientador, professor Ângelo, cuja orientação enriquecedora também fortaleceu meu

espírito de liberdade, sem significar abandono e me ajudou também a fortalecer o espírito questionador. Catherine, amiga e professora no mestrado, obrigada por alegrar a jornada, pela fotografia tirada em manifestação pelo PDDU que ocorreu quando eu não estava em Salvador, risos.

Faço um agradecimento especial à banca examinadora pelo interesse na contribuição construtiva e pela dedicação à leitura cuidadosa do trabalho, que, em meio às atividades acadêmicas, acaba sendo um fardo. Obrigada às professoras Cristina e Nelba pelas contribuições desde a defesa do projeto, obrigada novamente à professora Débora.

Prefiro acreditar que só vale refletir sobre o espaço urbano se a atividade incluir a transformação e a ação efetiva sobre o que é pensado. Em outros termos: pensamento sobre cidades que não se considera capaz de transformá-las, que não as aceita como um *locus* de contradições específicas e não percebe a sua potencialidade de propiciar mudanças, não me interessa. (SANTOS, 1983, p. 82).

Eu já estou cansada desta vida que levo. (p. 99)

A favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (p. 171)

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. (p. 173) (JESUS, 1993).

Da Geografia como uma ciência que permite compreender o espaço e não apenas explicar interações do capital. (RODRIGUES, 2007, s/n).

RESUMO

O contexto teórico deste trabalho está fundamentado inicialmente no conceito de espaço geográfico, a partir do qual os desdobramentos para conceitos secundários de primeira instância – como o lugar e o planejamento urbano participativo – e de segunda instância – como o de cotidiano, autonomia e agir comunicativo são necessários à compreensão da periferia urbana. Para além da compreensão, contudo, este trabalho de tese propõe reestruturação das ações sobre o espaço, considerando a necessidade de mudança da sua lógica de produção, onde uma pequena parcela da população – de maiores rendimentos – decide pela maioria, de rendimentos baixos, perpetuando uma sociedade injusta e desigual. A partir da defesa da necessidade de empoderamento e valorização das ações dos sujeitos dos/nos lugares de periferia em relação aos seus lugares e à cidade como um todo, esta pesquisa defende a tese de que considerar o lugar (da periferia urbana) – e seus elementos conceituais – no planejamento e na gestão traz a possibilidade de efetivação da participação social, logo, maior justiça social no contexto da produção do espaço urbano. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com moradores de diversos bairros de periferia de Salvador, capital do estado da Bahia, com representantes da Prefeitura Municipal de Salvador e com uma representação da Universidade. As entrevistas auxiliaram no alcance do objetivo geral, que é o de identificar as potencialidades – assim como os limites – de tornar o planejamento urbano efetivamente participativo por meio do lugar enquanto práxis e conceito. Neste contexto, a estrutura do trabalho apresenta um debate inicial que se pretende a uma exposição da construção teórico metodológica que o embasou, seguida por uma demonstração da distância entre o planejamento de Salvador e o planejamento participativo efetivo, no qual considera-se um histórico das ações com foco no processo de construção do último plano diretor, datado do ano de 2016. Em seguida são trazidos elementos do lugar – conceito e práxis – que fundamentaram a defesa da tese e demonstraram muito mais limites, mas também potencialidades, de se aproximar efetivamente o planejamento ao lugar e o lugar ao planejamento. Trata-se, pois, de luta a ser travada contra o resultado de uma imposição histórica de falta de cultura de participação, com pano de fundo em uma sociedade hierárquica. As entrevistas com representantes da prefeitura trazem a falta de conhecimento acerca do que seria – de fato – participação efetiva, aliada à tentativa de manutenção do *status quo*. As entrevistas com os moradores, por outro lado, demonstram a distância entre a prefeitura e os sujeitos em seus cotidianos, assim como nos fizeram trilhar em possibilidades de se efetivar a participação e fazê-la instrumento de transformação socioespacial com justiça social. O reconhecimento e fortalecimento do lugar, assim, tornam-se maneiras de conquistar uma transformação social real e profunda, para tanto, faz-se necessária também uma mudança estrutural na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), com o objetivo de institucionalizar a participação efetiva de forma perene. Trata-se, pois, de ações em curto e longo prazos. Quaisquer respostas que se pretendam mais rápidas apenas reproduzirão o formado demandante / provedor que se configura, e ainda muito precariamente, a relação dos sujeitos com a PMS. Por fim, são trazidos elementos básicos necessários à efetivação da participação popular e sua associação aos contextos dos lugares, tais como transformações elementares na forma de comunicação entre os diversos agentes do espaço, as necessidades de autonomia dos sujeitos sociais e de continuidade das ações de planejamento participativo nos lugares e a consideração, no planejamento, dos conflitos, identidades e cotidianos que caracterizam e dão vida aos lugares de periferia.

Palavras-chave: Lugar. Planejamento participativo. Sujeitos sociais.

RESUME

Cette recherche est théoriquement basée sur les concepts d'espace géographique et lieu, avec une approche empirique appliquée à la périphérie. Avec l'objectif de mieux entreprendre une analyse et une compréhension des rapports socio-spatiaux dans la périphérie urbaine de Salvador, d'autres concepts sont pris en compte, comme la planification urbaine participative, le quotidien et l'autonomie. Au delà de la compréhension, pourtant, cette thèse propose l'action sur l'espace, prenant en considération le besoin de changement de la logique de production du espace où une petite partie de la population- qui a des revenus plus élevés – décide pour la majorité – qui a des revenus plus petits, perpétuant une société injuste et inégale. Le besoin d'empowerment et de la mise en valeur des actions des sujets des/dans les lieux de la périphérie en rapport avec ses lieux et à la ville dans son ensemble est l'un des aspects abordés par cette recherche, qui défend la thèse de prendre en compte le lieu (de la périphérie urbaine) – et ses éléments conceptuels – dans la planification et la gestion apporte la possibilité d'une participation sociale efficace, donc, plus de justice sociale dans le contexte de la production du espace urbain. Pour cela, ont été menés des entretiens semi-structurés avec les résidents des plusieurs quartiers de la périphérie de Salvador, capitale de l'État de la Bahia, avec des représentants de la Mairie de Salvador et une représentante de l'Université. Les entretiens ont permis d'atteindre l'objectif général, qui est celui d'identifier les potentialités- ainsi que les limites- de rendre la planification urbaine effectivement participative à travers le lieu en tant que *praxis* et concept. Dans ce contexte, la structure de cette thèse présente un premier débat qui vise à exposer la construction théorique-méthodologique qui la soutienne, suivie d'une démonstration de la distance entre la planification de Salvador et la planification participative efficace, dans laquelle on prend en considération l'historique des actions menées dans le contexte du processus de construction du dernier Plan Directeur, datant de l'année 2016. Ensuite, on apporte des éléments du lieu – concept et *praxis* – à la base de cette thèse, qui ont montré beaucoup plus de limites mais aussi de potentialités, pour approcher efficacement la planification du lieu et le lieu de la planification. C'est donc une lutte à mener contre le résultat d'une imposition historique d'absence de culture de participation, dans le contexte d'une société hiérarchisée. Les entretiens avec les représentants de la Mairie démontrent le manque de connaissances sur ce qui serait – en fait – une participation efficace, alliée à la tentative de maintenir le *status quo*. Les entretiens avec les résidents, d'autre part, montrent la distance entre la ville et les sujets dans leur vie quotidienne, et nous a fait réfléchir sur les possibilités de mener à bien la participation et d'en rendre un outil de transformation socio-spatiale avec la justice sociale. La reconnaissance et le renforcement du lieu deviennent ainsi une manière de réaliser une transformation sociale réelle et profonde. Pour cela, un changement structurel est également nécessaire dans la Municipalité de Salvador (MS), avec l'objectif d'institutionnaliser une participation efficace d'une manière permanente. Il s'agit donc des actions à court et à long terme. Des réponses qui sont censées d'être plus rapides seulement reproduiront le profil demandeur / fournisseur qui caractérise, et encore très précairement, le rapport entre les sujets et la MS. Dernièrement, on présente des éléments de base nécessaires pour rendre efficace la participation populaire et sa relation avec les contextes des lieux tels que des changements élémentaires dans la forme de communication entre les différents acteurs de l'espace, et le besoin de l'autonomie des sujets sociaux, aussi bien que le besoin la continuité des actions de planification participative dans les lieux et la prise en compte, dans cette planification, des conflits, identités et quotidiens qui caractérisent et donnent vie à la périphérie.

Mots-clé: Lieu. Planification participative. Sujets sociaux.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da população de Salvador	80
Quadro 2 – Planejamento com participação e controle social segundo entrevistados da Prefeitura Municipal de Salvador	94
Quadro 3 – A relação entre os planos de bairro e as Prefeituras-Bairro, segundo entrevistados da Prefeitura Municipal de Salvador	102
Quadro 4 – Impressões dos sujeitos entrevistados sobre as Prefeituras-Bairro	106
Quadro 5 – Ausência, insuficiência ou ineficiência do poder público, segundo sujeitos entrevistados	110
Quadro 6 – Relações Prefeitura-Bairro / Comunidade, segundo prefeitura	115
Quadro 7 – Noção de participação popular no planejamento segundo entrevistados das Prefeituras-Bairro	116
Quadro 8 – Sobre como são as tomadas de decisão que interferem no bairro e as consequências, segundo sujeitos entrevistados	122
Quadro 9 – Tomadas de decisão segundo entrevistados da prefeitura	125
Quadro 10 – Problemas relacionados às reuniões ou audiências que são impeditivos à participação social efetiva	125
Quadro 11 – Relatos de cooptação e relação entre as representações nos bairros e a política partidária	137
Quadro 12 – Problemas relacionados à desigualdade social	141
Quadro 13 – Falta de consciência dos moradores acerca de um processo participativo efetivo	146
Quadro 14 – Transferência para o outro da responsabilidade da tomada de decisão e o líder forte	149
Quadro 15 – Necessidade da existência de figura política representante do bairro	152
Quadro 16 – Ausência de coletividades nos bairros	159
Quadro 17 – Relatos das histórias dos bairros	166
Quadro 18 – Identidades e pertencimento	169
Quadro 19 – Desvalorização do bairro em relação à cidade e consequente autodesvalorização	173
Quadro 20 – A casa e o entorno como referências de lugar	175
Quadro 21 – Perda ou ausência de identidade nos bairros	178
Quadro 22 – Divisões internas dos bairros em contexto socioespacial	179

Quadro 23 – A violência como limitante à participação social	187
Quadro 24 – Potencialidades do bairro	192
Quadro 25 – Incapacidade dos moradores para tomada de decisões, segundo entrevistados	197
Quadro 26 – Participação em ações em prol de melhorias sociais para o bairro – o eu e o outro	199
Quadro 27 – Emergência do agir comunicativo	208
Quadro 28 – Relações gerais de comunicação entre a prefeitura e os moradores	238
Quadro 29 – Formas possíveis de atuação da prefeitura segundo moradores	242
Quadro 30 – Situação geral das associações de bairros	245
Quadro 31 – Ações pontuais que levariam melhorias aos bairros	248

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Antônio Carlos Magalhães

AR – Administração Regional

ADEMI – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário

AMPLA – Associação de Moradores de Plataforma

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CAMAPET – Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDU – Conselhos de Desenvolvimento Urbano

CEP – Código de Endereçamento Postal

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIA – Centro Industrial de Aratu

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CMS – Conselho Municipal de Salvador

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODECON – Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor

CODESAL – Defesa Civil de Salvador

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

COGEO – Companhia de Governança Eletrônica do Salvador

COHAB – Companhia Municipal de Habitação

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CONDURB – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

CPF – Cadastro Nacional de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CSU – Centro Social Urbano

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DERBA – Departamento de Infraestrutura e Transportes da Bahia

DSN – Desenvolvimento, Sociedade e Natureza

DPT – Departamento de Polícia Técnica

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPUCS – Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNDURBS – Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas

FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira

IAPI – Instituto dos Aposentados e Pensionistas da Indústria (nome de um bairro em Salvador)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LIMPURB – Empresa de Limpeza Urbana do Salvador

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MQL – Método do Quadro Lógico

MP – Ministério Público

OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento da Prefeitura do Salvador

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDDM – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal

PES – Planejamento Estratégico e Situacional

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PLANDURB – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMHS – Plano Municipal de Habitação de Salvador

PMPS – Plano de Mobilização e Participação Social

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

PPA – Plano Plurianual
PROCON – Instituto de Defesa do Consumidor
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
POP – Centro POP (Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua)
SAC – Serviço de Atendimento do Cidadão
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEDUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEMGE – Secretaria Municipal de Gestão
SEMOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública
SEMAN – Secretaria de Manutenção da Cidade de Salvador
SEPLAM – Secretaria de Planejamento Municipal
SERIN – Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SET – Secretaria de Transporte
SETPS – Sindicato das Empresas de Transporte de Salvador
SIGA – Serviço de Informação e Gestão Automatizada
SIM – Sistema de Informação Municipal
SIMM – Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra
SINDEC – Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil da Prefeitura de Salvador
SMPG – Sistema Municipal de Planejamento e de Gestão
SMS – Short Message Service (Serviço de Mensagens Curtas)
SUCOM – Secretaria de Urbanismo de Salvador
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TJ – Tribunal de Justiça
TRANSALVADOR – Superintendência de Trânsito de Salvador
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UCSal – Universidade Católica do Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

UNICEF – United Nations Children's Fund (Fundação das Nações Unidas para a Infância)

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIFACS – Universidade Salvador

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPT – Universidade Para Todos

USF – Unidade de Saúde da Família

UTI – Unidade de Terapia Intensiva.

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZOPP – Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1 INTRODUÇÃO	26
2 A ESPACIALIDADE E O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO: DELIMITAÇÃO E CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	42
Contexto teórico: o espaço geográfico e sua (re)produção	43
Aproximações entre o espaço geográfico e o planejamento urbano participativo (efetivo) por meio do lugar	55
Percurso metodológico	63
<i>O alcance do lugar</i>	64
3 A DISTÂNCIA ENTRE O PLANEJAMENTO DE SALVADOR E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EFETIVA	77
Linha do tempo das iniciativas e experiências de planejamento em Salvador	78
‘Inovações’ presentes no desenvolvimento político-institucional do novo/velho PDDU .	90
A distância entre o planejamento (a prefeitura) e a participação social efetiva (os lugares de periferia) em Salvador	110
4 A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO LUGAR DA PERIFERIA URBANA	132
O lugar de periferia como ponto de partida e de chegada	134
Outros diálogos com os lugares	153
<i>O lugar e o mundo, o mundo e o lugar</i>	157
<i>Cotidiano, mundo vivido, identidades, pertencimentos e suas espacialidades</i>	163
<i>A perda do lugar</i>	176
<i>Aspectos do lugar – do conceito à práxis</i>	180
O eu e o outro no lugar: limites e potencialidades à participação popular efetiva	194
5 APROXIMAÇÕES ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E OS LUGARES PERIFÉRICOS DE SALVADOR: UMA POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	204

Planejamento participativo, agir comunicativo e o mundo da vida (o lugar)	206
Hierarquia, autonomia e participação social efetiva	215
Metodologias participativas e a aproximação do lugar enquanto conceito e práxis: um exercício	223
Como poderia ser em meu bairro: elementos da práxis entre relatos de entrevistas ...	238
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICE A – ENTREVISTAS MORADORES	286
APÊNDICE B – ENTREVISTAS PREFEITURA	286
APÊNDICE C – ENTREVISTA UNIVERSIDADE	286
APÊNDICE D – BAIRROS DA PERIFERIA DE SALVADOR EM IMAGENS	287
APÊNDICE E – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	309

APRESENTAÇÃO

Ou uma linha (talvez não linear) do tempo individual...

A pesquisa desenvolvida neste trabalho de tese situa-se na linha do tempo dos nossos percursos acadêmico e pessoal. Desde a vivência por 23 anos na periferia de Salvador, passando pelo ingresso, em 2008, como estudante de graduação em Geografia, até a admissão no Mestrado também em Geografia no ano de 2009. As leituras pouco assimiladas de livros de Milton Santos ainda no Ensino Médio – quando já havia optado pela Geografia como ‘caminhos de interpretação da vida’ – certamente me fizeram olhar ao redor com outros olhos. Olhos que sabiam que havia coisas erradas, mas que não conseguiam captar, olhos de quem percebeu a existência de injustiça social e teve a periferia urbana como lugar de revelação. As leituras do final da graduação foram delineadas ao urbano e à periferia urbana. Buscar entender a complexidade de relações que eu nem fazia ideia que existiam sempre foi uma motivação, cujo objetivo era pensar em uma cidade mais justa.

Em 2008, focando no bairro de Pirajá, situado no Subúrbio Rodoviário de Salvador, buscamos a demonstração de uma segregação socioespacial marcada pela imposição feita pelo Estado (em associação com o mercado imobiliário) – por meios legais – do lugar de morar na cidade. Ao passo que discutíamos conceitualmente segregação, em ricos debates com o professor Pedro de Almeida Vasconcelos, mergulhamos no bairro referido em busca de alçar problemas e soluções apontados por seus moradores, o objetivo era dar voz ao bairro. Trata-se de um bairro histórico com um número representativo de grupos e associações e com um problema fundiário que marcou suas origens.

Já em 2009, sob o argumento de que poderíamos ampliar os estudos no bairro e dialogar mais com seus moradores, ainda com o objetivo de levantar demandas e potencialidades para melhorias no bairro, voltamos os estudos em Pirajá, ‘concluídos’ em 2011. Todavia, para minha riqueza em termos de amadurecimento enquanto pesquisadora que nascia, descobri, nas primeiras visitas em campo, que o governo do estado estava incidindo sobre o bairro com a elaboração de dois projetos executivos urbanísticos. A experiência de alterar todo o escopo do projeto de mestrado para melhor lidar com a realidade e os anseios dos moradores foi enriquecedora. Já não poderíamos mais trabalhar com a associação de outrora uma vez que se encontrava fechada para reforma e com uma grande faixa com o nome e número de candidato a vereador: 2010 era ano eleitoral. A busca por outra das até então 16 associações foi tranquila e logo conheci um grupo que centralizava associações, o que me fez ter contato com outras partes do bairro, uma vez o tráfico de drogas limita os acessos.

Assim, em 2011, angustiada com o espaço como sistema de objetos e sistemas de ações, comecei a trabalhar o conceito de planejamento e de planejamento participativo nos encontros no bairro. A escolha não foi uma determinação nossa, havia aflição entre os sujeitos que reclamavam da postura dos técnicos nas reuniões, que pareciam fingir que ouviam a população e diziam que aquelas reuniões eram participativas. Associado aos conceitos, trabalhamos – entre outros – com o reconhecimento do bairro, leitura de imagens aéreas e mapas diversos, foram trazidos para a pesquisadora os problemas apontados pelos moradores em relação ao que se pretendia pelo governo do estado na ocasião. A troca foi das melhores experiências que pude ter enquanto pesquisadora e ali estava a temática que possivelmente delinearía meu olhar sobre a periferia urbana pelos próximos tempos: a solução está ali, o foco não deveria ser dar a voz, o poder está na voz e ela já está dada. A angústia em relação à compreensão da complexidade das coisas foi reduzindo ao passo que se ampliava gradativamente o conhecimento e, por isso mesmo, a própria consciência da ignorância.

Os momentos posteriores ao mestrado me fizeram amadurecer, baseando-me ainda nos conceitos de espaço do professor Milton Santos, a ideia de que o Estado que legalizava a segregação precisava legalizar instrumentos que possibilitassem sua regressão, assim como não impedir a concretização dos objetivos desses meios. As ações do sistema de ações falado por Santos são engendradas pelos diversos agentes do espaço, entretanto, tais agentes possuem forças distintas nesse jogo histórico de cartas marcadas. Como efetivar a participação passou a ser um caminho, a força que precisa gritar, que, neste contexto, é a força do lugar. Utilizamos aqui um instrumento delineador de diretrizes municipais como norte – e já reconheço que o planejamento não começa e nem termina no PDDU. Como aconteceu em 2009, o próprio campo nos fez também trabalhar com um projeto, o Ouvindo Nosso Bairro, citado por unanimidade entre os entrevistados da prefeitura como exemplo de participação social.

A minha mudança de residência da periferia para o centro da cidade, no início do mestrado, certamente auxiliou numa análise comparativa das relações entre os sujeitos cá e lá. Esta análise ajudou a fundamentar a defesa de que não encontramos lugar em todos os lugares. Mais ainda, me fez compreender que o poder de transformação está nos próprios lugares de periferia, independente da localização na cidade, e que se faz necessária uma consciência de lugar tal qual a consciência de território dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estes que acabei por ter relações de proximidade por meio de diálogos e trabalhos de campo entre a graduação e o mestrado e também no decorrer da vida com as férias no Recôncavo Baiano. Posteriormente também com o ingresso no Ministério do Meio

Ambiente como Analista Ambiental, cuja agenda de trabalho envolve prioritariamente o diálogo entre movimentos sociais e o governo federal, sobre o qual tenho diversas críticas que poderiam culminar em outra tese.

Em todo esse contexto de vivência uma angústia parecia concorrer com a injustiça social, esta que me acompanha desde a infância e adolescência: a distância entre os discursos e a prática dos tomadores de decisão nas relações com os sujeitos sociais. A finalidade desta estratégia, decerto, é a manutenção das coisas como estão, ou seja, da injustiça alicerçada por uma intensa desigualdade social. Sentimos necessidade de desmascarar, de gritar, ainda que esse grito seja quase mudo e aí vem a sensação de impotência que nos acompanha desde sempre.

Efetivar a participação é transformar História e reconhecemos nossos limites – em toda a amplitude da palavra. O que se pretende, porém, é contribuir para tal transformação e fortalecer a ideia de que ela é possível. Esta tese não adota mocinhos ou vilões, pois entendemos que na produção do espaço não existe ingenuidade, mas nossa postura é clara na defesa de que uma maior força – no referido contexto – pelos sujeitos sociais dos lugares de periferia possibilitará maior justiça social. Esta força, por outro lado, não será dada para eles pelo Estado, este é o meio – através de seus instrumentos –, sua força está nos poderes locais historicamente legitimados pelos seus coletivos e atualmente também desestruturados, como veremos nas entrevistas em relação às representatividades.

Corro aqui o risco de fazer parecer o lugar de periferia como isolado ou autossuficiente política, social ou economicamente, alertamos o leitor que – caso aconteça – estarei apenas acometida pelo ataque de emoção não incomum quando se embarca de corpo e alma em alguma causa. E, falando em causa, esta tese não aborda, mas não podemos deixar de delimitar que a pobreza em Salvador é negra e que as possibilidades de participação (mesmo que sejam pseudoparticipações) são menos acessíveis às mulheres: este é o espaço de fala de uma mulher, negra, de periferia e militante feminista.

Devo comentar o abandono, para a construção da tese, de um bairro como ‘estudo de caso’. E, neste contexto, alertamos também que não é proposta abarcar toda a periferia de Salvador como estudo de caso, nosso objetivo é exatamente demonstrar a complexidade dos lugares e a impossibilidade de trabalhar participação com ações pontuais. Decerto que morar em Brasília e pesquisar em Salvador foi um empecilho evidente à aproximação pontual em um bairro, dadas as condições que a pesquisa foi desenvolvida na maior parte do tempo: trabalho associado aos estudos. Outro fator limitante é o tempo de curso, fica o anseio por um doutorado de pelo menos dois anos a mais, não com o objetivo de completude, mas de

amadurecimento. Por último, existiu um empecilho que terei que debruçar em estratégias para os próximos passos desta pesquisa, que foi a presença e os limites que o tráfico de drogas impõe ao cotidiano da periferia de Salvador hoje: não é fácil adentrar os bairros e seus lugares e o caminho mais fácil (até então feito por nós) é por meio de associações de bairros, agentes que nesta pesquisa de tese gostaríamos que não tivessem grandes destaques. A intenção na escolha dos entrevistados e entrevistadas foi de que fossem sujeitos comuns, não ligados a associações, uma vez que estas nos direcionam previamente a uma leitura. O transcurso da pesquisa demonstrou a relevância dessa orientação, uma vez que ficaram explícitos alguns problemas em relação às associações e às lideranças.

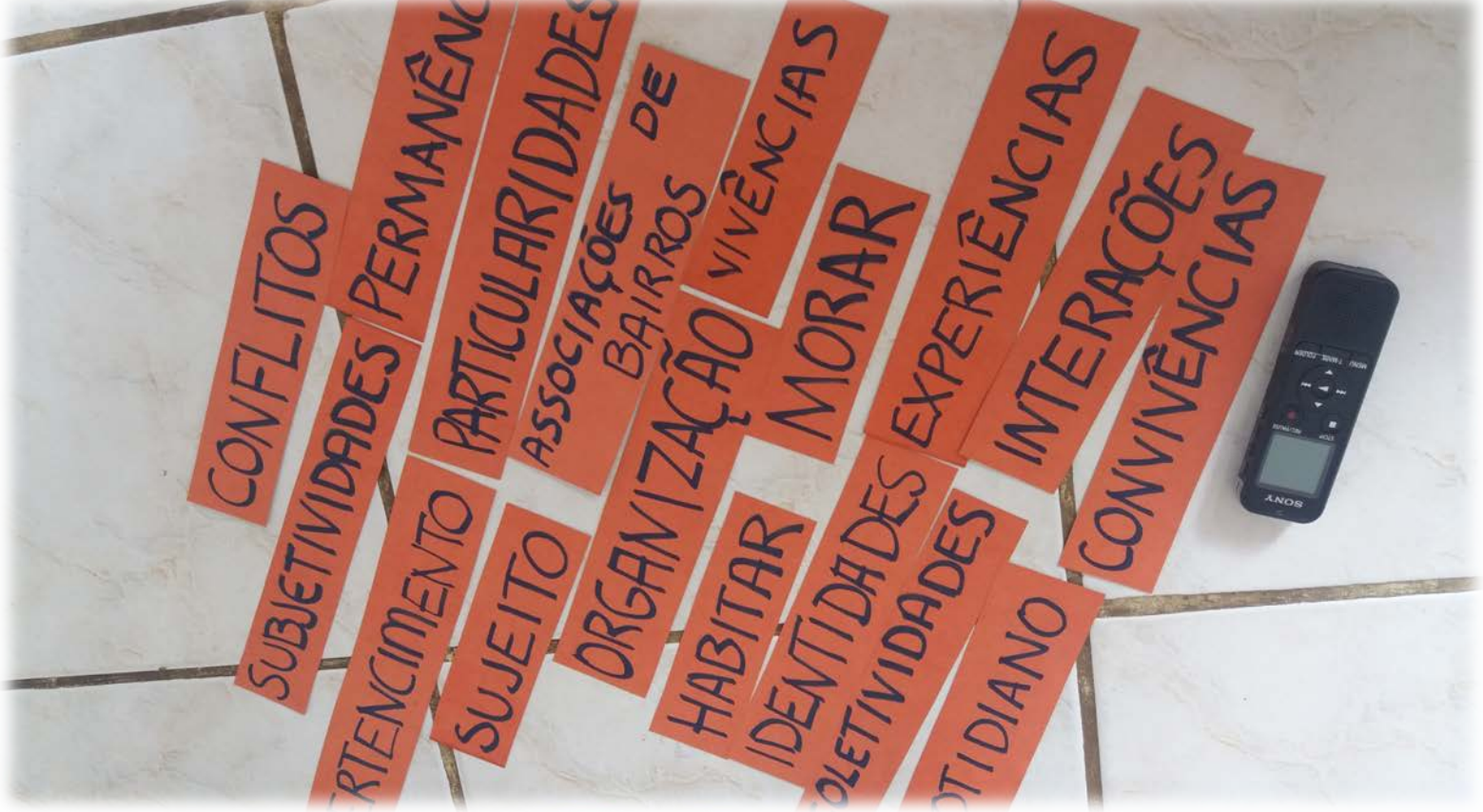
Outro ponto relevante que esclareço ao leitor é o fato de termos dialogado com autores que podem não convergir entre si em ideias. O alcance da realidade é, para mim, ao mesmo tempo em que impossível, um desafio. Além disso, a tentativa de compreensão dessa realidade é algo de imensa pessoalidade, desta maneira, elucidado que o objetivo foi tentar compreender a realidade por meio de diversas referências e não fazer dialogar entre si esses autores. Várias foram as leituras que percorri nesse sentido e algumas foram abandonadas, uma delas foi a do existencialismo sartriano, cujos primeiros diálogos com o professor orientador apresentaram o Ser e o Nada como perspectiva teórica. Em resumo, sinto que o termômetro para aproximação e afastamento de uma leitura é o quanto ela me faz aproximar ou afastar dos lugares de periferia em Salvador.

Outro elemento que devo salientar é que não se trata de uma pesquisa voltada a movimentos sociais organizados ou associações, a exemplo de Rodrigues (2007a), Rodrigues (2009), Martins (2016), Lima (2009), Lima (2016), entre muitos outros, por isso as linhas que seguirão tenderão a demonstrar um sujeito mais apático que militante. Salientamos que não entendemos que se trata de regra no urbano, contudo, a apatia aparece com destaque quando não envolve lutas específicas de movimentos organizados, a exemplo das lutas pela moradia e regularização fundiária, demandas pontuais, tais como infraestrutura e serviços, ou a iminência de uma intervenção urbana de responsabilidade do poder público. Não minimizamos a importância dessas lutas e a relevância que esses sujeitos engajados possuem na produção do espaço cotidiano das grandes cidades, apenas conscientemente não foi sobre eles que debruçamos. Tanto a aparente apatia como as manifestações de luta em Salvador são formas de resistência e negação da negação histórica à qual esses sujeitos são submetidos desde o recente período escravagista.

Tenho clareza dos limites desta pesquisa e elucidado que este trabalho não inicia nem encerra o problema em debate e que este se encontra imbricado com uma amplitude de

questões aqui não transcorridas, a exemplo do acesso à moradia digna e da regularização fundiária – trazidos em Rebouças (2011) – e o Orçamento Participativo, tema de inúmeros trabalhos acerca da experiência de Porto Alegre. Este exercício de delimitação foi o primeiro risco assumido para a pesquisa, sendo o segundo a escolha do PDDU como horizonte, que certamente não serviu de mordaza – e por vezes devo o ter perdido de vista – mas auxiliou na delimitação temporal e territorial (no sentido administrativo), ainda que não tenhamos como objetivo abarcar todo o território municipal.

Por fim, ressalto que esta tese foi finalizada em um contexto político nacional de amplos retrocessos. Os contextos político partidários de Salvador pouco foram animadores em sua história, contudo, continuar em uma conjuntura nacional que favorecia o investimento em questões sociais e ampliava o debate da participação poderia ser mais promissor. Os governos petistas permitiram aos movimentos sociais mais representatividade e atuação direta em conselhos, comitês e outras instâncias criadas e fomentadas. Ainda que não consideremos tais ações como participação efetiva, se tratam de um embrião do desenrolar de um processo. O Estatuto da Cidade foi um grande avanço neste contexto, representando uma intimação às administrações municipais: o que se teve, na prática, não foi um grande avanço. O temor atual é de perda da possibilidade de avanços, assim como da possibilidade de luta. Este trabalho representa uma luta pessoal de construção positiva em contexto de vida marcado pela militância contra o desmonte de um ideal embrionário que se mostrava possível à frágil democracia brasileira.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 9.069 /2016

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PDDU 2016 e dá outras providências.

Diretor de
 o Município de
 e dá outras

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa reafirma o lugar como conceito essencial na tentativa de compreensão e transformação da realidade socioespacial da periferia urbana, por espacializar os mais complexos processos originários nas diversas escalas, juntando a eles as vivências mais próximas. O estudo da periferia urbana por meio do lugar, tendo como pano de fundo o conceito de espaço geográfico, permite entender a necessidade e delinear caminhos para se protagonizar os agentes espaciais historicamente desfavorecidos, os sujeitos moradores, na busca por maior equidade. Demonstraremos aqui que, no contexto da periferia urbana, tomar o lugar enquanto espaço prioritário é essencial à efetivação da participação social no planejamento urbano. Este trabalho tem como objetivo trazer à tona os limites e as potencialidades de considerar o lugar de periferia – enquanto práxis¹ e conceito – e seus complexos emaranhados de relações próximas como possibilidade de concretização da participação social no processo de planejamento urbano, tomando a cidade de Salvador como objeto empírico.

O contexto de problemática socioespacial que envolve esta pesquisa caracteriza-se pela ineficácia histórica e estratégica dos meios de participação disponibilizados pelos órgãos públicos de maneira geral e, em especial, pelas prefeituras municipais. Tais meios são ineficazes à efetivação da participação social inicialmente por estarem distantes – da concepção à prática – das realidades dos diversos lugares, o que impede que os sujeitos atingidos pelas ações sejam agentes tomadores de decisões. Via de regra, mecanismos de consultas públicas são denominados erroneamente de técnicas participativas, o que contribui diretamente à sustentação da cultura da não participação. Longe da efetivação e ao contrário dela tem-se, cada vez mais explícita, a apropriação estratégica – pelos órgãos públicos – da participação social enquanto discurso, fator que contribui para a perpetuação da injustiça social e manutenção do *status quo* no que se refere às ações de planejamento urbano e o

¹ Para a noção de práxis utilizaremos o que nos trouxe Lefebvre (1977), em leitura de Marx. “A noção de práxis pressupõe a reabilitação do sensível e a restituição (...) do prático sensível. O sensível (...) é o fundamento de todo conhecimento, porque é o fundamento do ser. Não apenas é rico de significação, mas também é ação. (...) Fonte de inesgotável riqueza a ser conquistada, o prático-sensível nos conduz à práxis. Ele possibilita incessantes revelações (...). A unidade do sensível e do intelecto, da natureza e da cultura, se nos oferece de todos os lados. Nossos sentidos tornam-se teóricos, como diz Marx, e o imediato revela as mediações que envolve. O sensível nos conduz à noção de práxis e esta descortina a riqueza do sensível. (LEFEBVRE, 1977, p. 180-181). “(...) é a práxis revolucionária que introduz a inteligibilidade concreta (dialética) nas relações sociais. (...) A práxis, no seu mais alto grau (criador, revolucionário), inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa; práxis política sem exploração do possível e do futuro” (LEFEBVRE, 1977, p. 188).

favorecimento das elites economicamente dominantes. Esta realidade contextual é encontrada na dinâmica de planejamento urbano de Salvador, expressão espacial que tentaremos, por meio de recorte específico, demonstrar nesta tese.

Destarte, aqui sustentaremos a tese de que considerar o lugar (da periferia urbana) – e seus elementos conceituais – no planejamento e na gestão traz a possibilidade de efetivação da participação social, logo, maior justiça social no contexto da produção do espaço urbano. Para tanto, além da base teórica no conceito lugar e, como pano de fundo, o próprio espaço geográfico, a serem explanados nos capítulos que seguirão, outros conceitos auxiliarão na sustentação da referida tese; o principal deles é o de planejamento urbano participativo, tendo como base empírica o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (SALVADOR, 2016a) da capital do estado da Bahia. Instrumento que historicamente é apropriado pelo Estado para pensar o urbano segundo os interesses das classes dominantes, o plano diretor – principal instrumento do planejamento urbano – aparece nesta pesquisa também como possibilidade de justiça social por meio do lugar periférico.

O Estado é tratado aqui em suas ações de agente capitalista e legitimador de atuações dos demais agentes hegemônicos, como também das necessidades e possibilidades de ações que este importante agente deve desempenhar no sentido de maior justiça social na produção do espaço.

O que se pretende com esta pesquisa é demonstrar possibilidades de minimização da hierarquia resultante da apropriação diferenciada do espaço, tornando o processo de produção do urbano menos hierárquico e desigual e mais subjetivo, representando o quão mais qualificadamente os sujeitos socioespaciais por meio do uso, com justiça social, do planejamento como instrumento. A lógica do planejamento urbano, para ser considerada participativa, deve assim seguir a lógica dos cotidianos, das identidades, das particularidades, desvinculando-se daquela essencialmente produtiva e acumuladora do capitalismo excludente e imprimindo nova racionalidade. Para tanto, deve-se considerar as coletividades existentes (estimular o resgate e/ou incentivar a formação de novas) e, a partir delas, inserir o planejar como uma ação cotidiana. Desta maneira, qualquer ação dita participativa (inclusive aquela que envolva consultivamente a população geral ou apenas a envolvida) que privilegie direta ou indiretamente o mercado imobiliário, por exemplo, e/ou que não reflita minimamente a realidade vivida pelos sujeitos, seus conflitos e consensos, é mero engodo.

O conflito desigual de classes, interesses, sentidos – caracterizado pela apropriação desigual dos meios e instrumentos – acaba por ser disfarçado pela separação dos diferentes, ‘classificados’ a partir da capacidade de apropriação do capital e espacializados por meio da

moradia na cidade, por sua vez determinada pelo poder de compra, reelaboração conceitual do processo de segregação, que outrora definiu legalmente o lugar do negro, hoje define – também legalmente – o lugar do pobre, como mencionamos em trabalhos anteriores, Rebouças (2008 e 2010). A hierarquia e a fragmentação, simultaneamente, garantem a produção material e imaterial da reprodução social.

O que se busca é maior equidade por meio do crescimento sem comprometer a produção do vivido com qualidade de vida e justiça social, busca-se, afinal, o desenvolvimento. A funcionalidade das ações políticas deve direcionar-se ao equilíbrio justo dos planos social e econômico e, para tal, o lugar de periferia, espaço que escancara as vivências e contradições, torna-se relevante ponto de partida e de chegada. Não se trata da utopia de uma mudança do modo de produção, sim de uma condição possível de maior justiça social, que se refletirá espacialmente em melhores condições de habitabilidade, amenizando o processo histórico de segregação. A busca da equidade, por outro lado, passa pela apropriação política do discurso de lugar pelos sujeitos (a partir de suas coletividades, identidades, cotidianos...), em outras palavras, defendemos a consciência de lugar – do seu poder – em contraponto e embate aos discursos hegemônicos de falsa participação acompanhados de empirias opostas. A consciência de lugar é formada pela capacidade do sujeito de pensar em seu lugar, de forma propositiva, considerando sua história, potencialidades e limites, como também em si enquanto sujeito em coletivo e protagonismo. A consciência de lugar, em contraponto à sua perda – que aparecerá entre falas das entrevistadas e dos entrevistados –, pode ser incitada a partir de novas experiências nos seus coletivos e da criação de novos.

No sentido de complementar o contexto da problemática socioespacial desta pesquisa ressaltamos a relevância da figura do Estado, este que se subtrai do papel de árbitro, e, estratégica e contraditoriamente, surge como jogador: tem o dever de garantir maior igualdade na produção do espaço e distribuição de riquezas, mas articula-se ao poder econômico – imbricando-se e confundindo-se com ele – terminando por agir de modo a garantir a apropriação, a produção e a reprodução do espaço urbano sob a faceta mais excludente da lógica capitalista, em detrimento do sentido de reprodução da vida engendrado pelos sujeitos sociais e fazendo com que os mesmos, quase que em um percurso natural, acabem por assumir um papel de demandantes pontuais – tamanha é a necessidade de elementos básicos nos bairros periféricos – e se deixem subtrair de seu papel de agente espacial tomador de decisões.

É relevante ressaltar que, embora a participação social efetiva no planejamento urbano e tomadas de decisões no município como um todo seja o primeiro passo para a tentativa de

equidade social, existem empecilhos claros a elas que são encontrados nos lugares, tais como o estigma da pobreza trazido por Nunes (2001, 2006), a falta de experiência, desemprego, falta de elementos básicos à sobrevivência, etc. Além, obviamente, daqueles político-econômicos, que servem para perpetuar os primeiros e são, indubitavelmente, os obstáculos maiores. Não podemos, entretanto, colocar tais obstáculos como primeiros passos à equidade social, uma vez que a solução dos mesmos não necessariamente protagoniza os sujeitos dos/nos lugares como agentes do espaço. Este trabalho não omite os limites dos lugares de periferia à efetivação da participação, pelo contrário, os traz à tona por meio das entrevistas realizadas com moradores e coloca sua existência e superação como elementares à concretização da tese.

A expressão espacial do nosso empírico reflete de maneira clara o contexto acima explanado. Com população estimada em cerca de 2.953.986 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017), Salvador possuía, segundo a última pesquisa censitária, 35,76% de incidência da pobreza, mais de 50% dos habitantes viviam com até um salário mínimo e 21,9% possuíam rendimentos entre um e dois salários mínimos (BRASIL/IBGE, 2010). A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que apresenta dados para a Região Metropolitana, apontou a média da taxa de desemprego em 24,1% para o ano de 2016 na Região Metropolitana de Salvador (BRASIL/DIEESE, 2016).

Para o contexto do planejamento urbano consideraremos os dois mais recentes e relevantes marcos, a saber, o lançamento do Plano Salvador 500 (SALVADOR, 2014), em maio de 2014 – que tem como objetivo planejar a cidade até o ano de 2049 – e o novo PDDU, lançado em julho de 2016. Este traz como mecanismo de monitoramento e controle social o Conselho Municipal de Salvador (CMS), e regride à medida que limita a ação da referida instância à consulta, retirando seu poder deliberativo. Como canais de participação o plano diretor elenca consultas públicas sob a forma de oficinas de bairro, fóruns setoriais, entrevistas e pesquisas, canal permanente de comunicação social pela *internet* e audiências públicas. Em capítulos posteriores discutiremos sobre tais mecanismos e sua ineficácia à efetivação da participação, incluindo no processo de elaboração do referido PDDU.

É importante enfatizar que não estamos falando de qualquer lugar na cidade, este estudo focalizará – não por acaso – a periferia urbana. A existência desta é fundamental à existência de uma acumulação desigual de capital e poder no urbano. O que se pretende, assim, é o empoderamento legal – no âmbito do urbano – dos agentes sociais desprivilegiados e o esclarecimento da consequência de manutenção da desigualdade das ações legitimadoras de pseudoparticipação do Estado.

O lugar se caracteriza e define pela presença, não pela ausência, como nos coloca Bourdieu (2008) a propósito dos guetos americanos. Sim, não há a presença do Estado, ou ela se dá de forma precária ou insuficiente, mas é esta ausência que cria nos lugares periféricos laços de solidariedade e sentimentos de luta, a ausência do Estado é necessariamente condição para as expressões de vivência presentes nas periferias urbanas, mas são as ações dos moradores que caracterizam e definem o lugar. O pertencimento só advém do tempo e este é processo, é contínuo... É a história da vivência. O lugar se dá não apenas por conhecer a/o dona/o da padaria ou da banca de revista, sim pela construção de identidade através de experiências coletivas, saber o que faz bem ou não, as demandas – das mais básicas às supérfluas... Por isso não se pode encontrar lugar em todos os lugares. Foi neste sentido que um depoimento de morador em entrevista nos fez refletir: Hades nasceu e foi criado em Plataforma, bairro periférico do Subúrbio Ferroviário de Salvador e há poucos anos, por circunstâncias diversas, mudou-se para o Imbuí, bairro de classe média. Eis o que o entrevistado responde ao ser questionado sobre seu desgosto e falta de identidade com o atual bairro e sobre o que sente falta do bairro de vivência.

Liberdade de convívio com as pessoas, aqui nós vivemos presos, vamos dizer assim, por que? É apartamento, você fica, chega, você vê seu vizinho de manhã, muitas vezes, bom dia, malmente você vê de noite, boa noite, no decorrer do dia você quase que não vê ninguém, quando você, por exemplo, hoje eu estou de folga e praticamente não vejo quase ninguém, porque a maioria dos prédios, dos apartamentos, estão fechados, e aqui é muito deserto, né... a circulação de pessoas eu acho muito... esse trecho aqui é mais movimentado porque tem o mercado, tem as faculdades aqui próximas, mas já aqui no condomínio é algo bem... bem restrito... e lá a gente tem aquele convívio maior com as pessoas, você vê pessoas... essa vista que estamos tendo agora, estamos agora no mercado, estamos vendo várias pessoas, no bairro você vê, já no condomínio não, no condomínio é como se fosse uma prisão domiciliar, então eu não... não me adaptei ao ambiente, não sei se é... tem gente que gosta, já eu não... e o bairro em si eu gosto mais do bairro de lá, né... apesar de que aqui também tem pessoas, tem comunidades também, né, carentes, como aqui a comunidade do Bate Facho, que é próxima aqui, pessoas também necessitadas, é... a gente identifica também os problemas, alguns problemas, né... (Hades – Entrevistado do Bairro de Plataforma, Apêndice A, l. 6779).

O choque cultural relatado por Hades nos enriqueceu de argumentos no sentido de defender que é na periferia que reside a possibilidade de, coletivamente, alcançar maiores avanços no contexto do maior equilíbrio nas tomadas de decisão na cidade, trazendo melhorias a serem sentidas em um cotidiano que é marcado pela dificuldade – muitas vezes intensa –, mas que carrega sentimentos amadurecidos pela história e são espacialmente reconhecidos. Um questionamento: teriam os moradores de periferia essa consciência? A consciência de lugar?

No tocante à justificativa e relevância da realização desta pesquisa, salientamos que é espacialmente clara a necessidade de continuidade no desenvolvimento de pesquisas, no

âmbito da Geografia e demais áreas de conhecimento, que se debruçam no planejamento urbano participativo, seja pela sua não efetividade, seja pela expressão espacial da injustiça social causada pela apropriação desigual do urbano, ou pelo discurso desacompanhado da prática efetiva de participação de responsabilidade dos órgãos públicos. A luta pela maior justiça social e por direitos é histórica e não tem um prazo para findar-se, esta pesquisa tem o objetivo de colocar uma pequena pedra nesta trilha.

O esclarecimento da defesa e delimitação do lugar de periferia e não qualquer outro lugar ou conceito, como o de território ou o próprio espaço geográfico, além da justificativa do uso do PDDU como instrumento norteador, fazem-se necessários. Inicialmente elucidamos que nosso foco e preocupação são com as maneiras por meio das quais o planejamento urbano pode se tornar menos excludente, por isso os lugares periféricos são destacados. Vale ressaltar que periferia, para nós, independe da localização e distância dos lugares centrais e de valorização fundiária, está associada às características socioespaciais.

A periferia urbana é a melhor expressão espacial do capitalismo excludente, ela demonstra com clareza a tentativa de imposição de impotência pelo Estado ao indivíduo pobre no urbano, seja pela limitação a elementos essenciais de vivência, a exemplo da moradia digna e em ambiente digno, e a superação – pelo sujeito – por meio da própria construção do lugar, resistências, ativismos.

De forma geral, os elementos do lugar – a exemplo da vida cotidiana – se expressam muito mais nas periferias do que em qualquer outra parte da cidade. Afora alguns lugares como os centros das cidades, e, no caso de Salvador, alguns lugares praiheiros, que guardam elementos de memória e identidade, mas que aparecem quantitativamente de forma menos expressiva em relação à periferia, é nesta que as expressões espaciais de identidade, cotidiano e coletividade aparecem com maior evidência. E, ainda, mesmo centro e litoral, no caso de Salvador, quando se guardam identidades e vivências cotidianas compartilhadas, via de regra, é periferia. Em síntese, o conceito na Geografia que mais representa a periferia urbana, no contexto do estudo associado ao planejamento urbano participativo, é o lugar.

Os lugares da periferia urbana involuntariamente sustentam a desigualdade social engendrada pelo capitalismo excludente. A expressão urbana do capitalismo que se dá nos chamados países de crescimento econômico atrasado necessita da periferia para sobreviver. Reportando Maricato (2000), este trabalho tenta aproximar as ideias do lugar, sendo que a única maneira de obter êxito neste exercício é partindo do próprio lugar, a partir de suas experiências e cotidianos.

A defesa do lugar enquanto conceito espacial como possibilidade de efetivação da participação popular pode nos fazer rever – em um lento processo de (re)produção do espaço – a defesa de que não se encontram lugar em todos os lugares. A priorização deste conceito para a práxis do planejamento urbano pode resultar em construção de lugares, em outras palavras, de relações próximas, de vizinhança, de cotidiano, mesmo em ambientes verticalizados, onde laços de solidariedade são dispensados pela falta de necessidade e as pessoas não se encontram, seja pela ausência de sentido no fazer, seja pelo puro desconhecimento do outro, ou mesmo pela inibição causada pela arquitetura do ambiente de moradia, elementos que Hades, morador do bairro de Plataforma, nos trouxe. Mas estes são diálogos para outras oportunidades.

Sobre a escolha do PDDU como instrumento norteador do trabalho de campo, justificamos inicialmente com a necessidade de delimitação, afim de não perdermos o foco e, posteriormente, pelo plano diretor se caracterizar em ferramenta potencial para nortear diretrizes de participação efetiva. Além disso, o PDDU tem abrangência municipal, é regido pelo Estatuto das Cidades, é reelaborado em menos de 10 anos e serve como norteador geral das políticas e projetos executivos em todo o limite territorial do município. Se o PDDU não for elaborado com participação social efetiva, nenhuma outra ação no município o será.

Temos consciência, todavia, das limitações do PDDU, sendo uma delas a dotação orçamentária. Deixamos claro, assim, que o plano diretor não é o início e nem o fim do planejamento urbano e que, contudo, o consideramos um instrumento potencial.

O desenvolvimento das pesquisas em campo, mais especificamente as entrevistas com os representantes da Prefeitura Municipal de Salvador, nos levou ao estudo do Ouvindo Nosso Bairro, programa que tem como objetivo a seleção, pelos moradores, de obras a serem executadas em seus bairros, retiradas de uma lista de opções previamente delimitadas pelo órgão. Ao saberem que a pesquisa tratava de participação social e periferia todos os entrevistados das Prefeituras-Bairro colocaram o referido programa como referência. Não se trata de um programa diretamente ligado PDDU, entretanto, todos os representantes das Prefeituras-Bairro, ao serem levados a pensar e falar sobre planejamento participativo, o trouxeram como exemplo maior. Veremos mais à frente como tal resultado ratificou a nossa preocupação com o discurso apartado da prática e com a consideração de técnicas consultivas como participativas.

A busca por captar elementos do lugar e da cotidianidade, assim como expor a complexidade e diferenciação entre os lugares, nos fez não recortar espacialmente nosso universo em apenas um bairro ou lugar de Salvador como outrora em Rebouças (2008 e

2011). Captar elementos de diversos bairros de Salvador nos foi mais rico no sentido de contribuir para ressaltar o lugar no planejamento, rechaçando as metodologias prontas aplicadas em processos ditos participativos. Assim, a delimitação espacial deste trabalho acompanha as pesquisas anteriores, uma vez que seguimos com o foco na periferia de Salvador, todavia, não faremos aqui um estudo de caso em um bairro. Os estudos no bairro de Pirajá nos possibilitaram uma série de reflexões acerca do caráter de continuidade necessário a uma metodologia participativa, o que nos fez abandonar a ideia de realização de oficinas e trabalhos em grupo. Tais metodologias são essenciais para apontar diversos limites e possibilidades que podem ser encontrados nas tentativas efetivas de metodologias/intervenções participativas e exemplos de resultados relevantes são trazidos por Nunes (2001, 2006), cujas análises focadas na busca de problemas nos foram enriquecedoras.

Entretanto, por compreender que o principal limite à efetivação da participação social é a necessidade política e econômica da sua ineficácia para garantir a reprodução da lógica da acumulação do capital no contexto do urbano e, por consequência disso, ter-se um planejamento completamente dissociado dos diversos lugares, optamos principalmente pela busca das potencialidades dos lugares e por ressaltar seus elementos, associando-os ao planejamento, de modo também a elucidar o que é e o que não é participação no planejamento (assim como a quem interessa a manutenção do *status quo*).

A complexidade espacial encontrada nas periferias da capital baiana é enorme: as periferias mais distantes, a exemplo do bairro de Pirajá, caracterizam-se por acentuados aspectos de ruralidade², tendo em vista que – no mínimo – os avós da atual geração mais jovem (até 30 anos) têm suas origens em cidades interioranas, tendo sido expulsos da vida rural pela pobreza gerada pela ausência de políticas públicas. Esta população, entretanto, imprime (principalmente) na periferia socioespacial urbana elementos que caracterizam o cotidiano rural, como os laços de solidariedade coletivos: a colheita que agrega vizinhança rural pode ser comparada à autoconstrução, quando há necessidade de maior quantidade de mão-de-obra, a exemplo da construção das lajes das casas e, como nos traz Maricato (1982), a autoconstrução pode extrapolar o privado, erguendo espaços coletivos, como igrejas, praças etc. Pela autoconstrução fazer parte da vida das pessoas, já que erguer uma casa pode levar

² Os aspectos de ruralidade presentes em diversos bairros da periferia socioespacial de Salvador caracterizam-se muito mais pela expressão subjetiva do sujeito e suas relações que concretamente, tendo em vista os aglomerados de moradia que caracterizam esses bairros. Entretanto, existem em Salvador bairros propriamente rurais – em expressão espacial e relações sociais – a exemplo do Cassange, no extremo norte do limite municipal, além das ilhas, que fazem parte de Salvador e são, em tese, contempladas pelo PDDU, que ganha o nome de plano diretor urbano. Por inúmeros limites, inclusive teóricos, não destacaremos o rural em Salvador, mas a ruralidade não passará despercebida, tendo inclusive sido trazida em entrevistas. O tratamento da ruralidade no urbano está inserida no que trazemos da importância da complexidade dos lugares.

uma vida ou ultrapassar gerações, entendemos que ela é mais que a arquitetura possível (MARICATO, 1982), caracterizando-se como um modo de vida (REBOUÇAS, 2011).

O recorte temporal foi delimitado essencialmente pelo processo de elaboração do atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador (Lei Nº 9069/2016). Com o objetivo de situar tanto no tempo quanto no espaço foi importante a realização de um célere contexto histórico do crescimento urbano da cidade, associando aos seus planos diretores, assim como a maneira como se desenvolveu (ou não) o envolvimento direto da população.

Os problemas atacados por este trabalho de pesquisa são vários, entre os quais destacaremos a injustiça social no contexto da produção do espaço em Salvador, alicerçada por uma profunda desigualdade social e a distância entre as ações e tomadas de decisão no âmbito do planejamento urbano e a vivência cotidiana dos sujeitos dos/nos lugares, o que auxilia na perpetuação de uma sociedade hierárquica, logo, desigual.

Com a finalidade de percorrer os problemas basilares desta pesquisa e sustentar a tese de que considerar o lugar – e seus elementos conceituais – no planejamento e na gestão traz a possibilidade de efetivação da participação social, em consequência, justiça social, temos como objetivo geral identificar as potencialidades – assim como os limites – de tornar o planejamento urbano efetivamente participativo por meio do lugar enquanto práxis e conceito. Não entraremos conceitualmente no planejamento enquanto técnica, o que envolveria discorrer tanto em conceitos quanto em tipos de suas características, além de contextualizar temporalmente. Contudo, entendemos o planejamento como um conjunto de ações que visam pensar o presente e o futuro e que possui nos atos de gerir sua concretização.

De forma geral, o segundo e o terceiro capítulos desta tese, ‘a importância da espacialidade e o planejamento urbano participativo: delimitação e construção teórico-metodológica’ e ‘a distância entre o PDDU de Salvador e a participação social efetiva’, respectivamente, alcançarão o objetivo específico de analisar, a partir do lugar, a importância da espacialidade para a efetivação do planejamento participativo. O quarto capítulo, ‘a efetivação da participação social no contexto do lugar da periferia urbana’, percorrerá os objetivos de analisar, a partir do lugar, as práticas metodológicas utilizadas na elaboração do plano diretor de Salvador e programas/projetos em destaque e apreender a dimensão de lugar pelos diversos agentes envolvidos no planejamento participativo e pelos sujeitos dos/nos lugares. O quinto capítulo, ‘aproximações entre o planejamento urbano e os lugares periféricos de Salvador: uma possibilidade de efetivação da participação social’, está direcionado a dois objetivos específicos: no contexto das práticas cotidianas, identificar como

os lugares podem contribuir ou limitar ações efetivas de planejamento participativo; identificar como potencializar as contribuições e dirimir possíveis efeitos negativos dos lugares às práticas efetivas de planejamento participativo.

O sentido da busca do conhecimento passa necessariamente pela luta por justiça social. Caso não se consiga responder e se alcance mais questionamentos e visualizações de caminhos, teremos alcançado o objetivo maior.

O caminho metodológico que orientou esta pesquisa se apresenta, resumidamente, da seguinte maneira: pesquisa bibliográfica e documental a partir das inquietações obtidas no desenvolvimento das pesquisas anteriores; análise do processo de construção e do texto de lei do atual PDDU de Salvador em leitura analítica com o que se tem dos processos dos planos anteriores; seleção dos sujeitos a serem entrevistados, realização das entrevistas e, por fim, o tratamento dos diálogos por meio de categorização temática alinhada ao desenvolvimento do trabalho escrito.

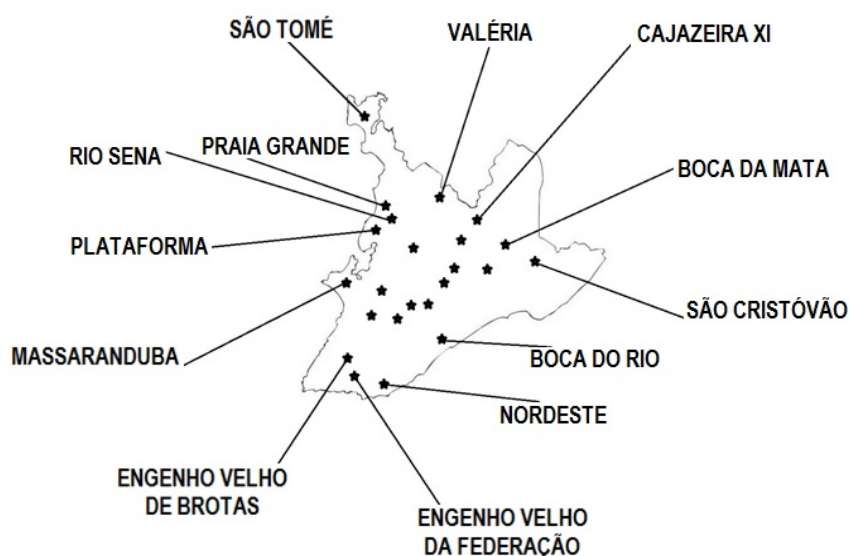
A pesquisa bibliográfica traz o espaço como arcabouço conceitual mais abrangente e o lugar (da periferia urbana) como conceito chave, enfatizando agentes, ações, intencionalidades. O planejamento ganha destaque como ação potencial para alcance de justiça social no contexto da produção do espaço por meio do lugar e seus elementos. O planejamento (por meio do PDDU e outros instrumentos) é um meio legal de agir no espaço urbano e o que trazemos nesta pesquisa é a necessidade de equilibrar as forças entre os agentes envolvidos nesse espaço objetivando maior equidade social. Outros conceitos são utilizados para melhor alcance dos objetivos e sustentação da tese e os mesmos aparecerão de acordo com o debate entre o teórico e o empírico no transcorrer do texto.

A pesquisa documental buscou analisar principalmente os materiais disponíveis que tratam da construção do atual plano diretor, tanto materiais disponíveis em meio eletrônico quanto aqueles disponibilizados apenas no acervo da biblioteca municipal, a exemplo de listas de presença das oficinas de bairros. É relevante a análise do Estatuto da Cidade como marco legal relevante para o planejamento urbano e demais documentos direta ou indiretamente ligados ao planejamento urbano da cidade, a exemplo do Plano Municipal de Habitação de Salvador PMHS (2008-2035) e a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo LOUOS (SALVADOR, 2016b). Para fins de contextualização, legislações dos primeiros planos diretores de Salvador também foram analisadas, documentos também acessíveis na biblioteca do município, situada na Fundação Mário Leal Ferreira, autarquia responsável pelo planejamento.

As entrevistadas e os entrevistados foram os sujeitos dos/nos lugares, preferencialmente não lideranças de bairro (entrevistamos duas lideranças, ambas moradoras do bairro de Massaranduba, em uma só entrevista, por solicitação de uma das entrevistadas), em um total de vinte e três diálogos, sendo catorze mulheres e nove homens. Foi realizado um total de vinte e sete tentativas de diálogo com moradores. Dois entrevistados não conseguiram concluir os diálogos, notadamente por timidez, mas conversas antes e depois do momento de ligar o gravador foram extremamente valiosas. Outras duas entrevistas não puderam ser aproveitadas por falta de fluidez no diálogo e conteúdo apresentado pelos entrevistados, no geral respostas curtas e vazias que não tocavam no assunto tratado. Um elemento importante nas entrevistas não aproveitadas foi a necessidade de atenção à indisponibilidade daqueles sujeitos, ainda que aparentemente dispostos a auxiliar a pesquisadora. A indisponibilidade pode residir em várias questões de ordem pessoal que não cabiam ali ser resgatadas ou debatidas, mas a tentativa foi de acelerar as entrevistas para acompanhar o ritmo que os dois – com perfis diferenciados – impuseram, respeitando suas posições.

As figuras 1, 2 e 3 trazem localizações aproximadas dos lugares dos sujeitos entrevistados em Salvador. Todos os entrevistados falaram como seus lugares os nomes dos bairros oficiais, mas alguns dos contatos não entrevistados por inúmeros fatores ocorridos durante o trabalho de campo (limites da pesquisa) residiam em lugares dentro de bairros, a exemplo do Alto de Ondina e do 2 de Julho, este que lutou pelo reconhecimento na delimitação oficial aprovada em Salvador (2017).

Figura 1 – Localização aproximada dos lugares dos sujeitos (entrevistas realizadas com aproveitamento)

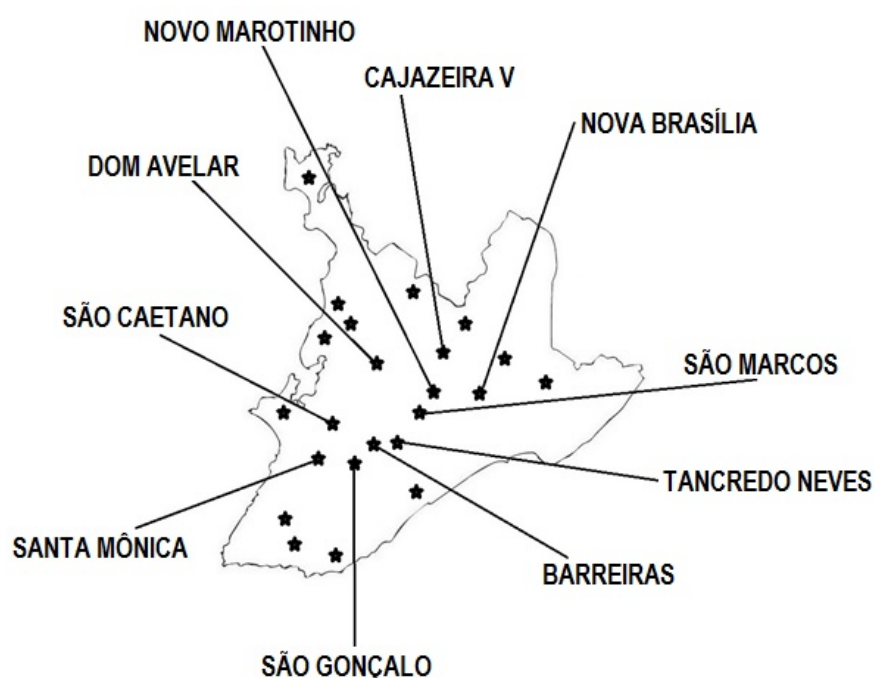


Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, via de regra, mesmo nossos entrevistados não devem se reconhecer como pertencentes aos limites dos bairros aprovados pela Lei Nº 9.278/2017, ainda que na presente pesquisa não tenhamos nos detido à realização de mapas mentais, em Rebouças (2011) várias foram as elaborações nesse sentido e a cartografia social resultante demonstrou limites distintos do que se tem de bairro de Pirajá pela legislação supracitada quando ainda era uma publicação conjunta sob a nomenclatura de Projeto Caminho das Águas.

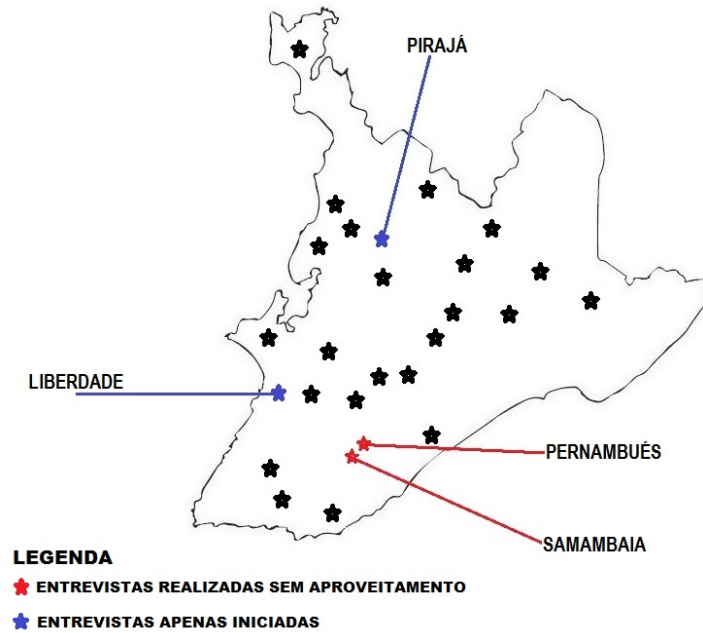
As figuras 1 e 2 são iguais em relação à disposição das estrelas que indicam os lugares, a separação em duas figuras é justificada pela provável poluição visual que ocorreria caso todos os nomes fossem indicados em uma só figura. Houve preocupação com a distribuição das pessoas entrevistadas na cidade (ainda que não tenhamos contemplado as ilhas), com o objetivo de não concentrar as respostas em poucas ou uma região – ou mesmo bairro. Sem pretender alcançar toda a realidade ou mesmo fazer relação de proporcionalidade – o que não é possível em pesquisa qualitativa – conseguimos percorrer a cidade por diversos ângulos em uma só essência: sua periferia.

Figura 2 – Localização aproximada dos lugares dos sujeitos (entrevistas realizadas com aproveitamento)



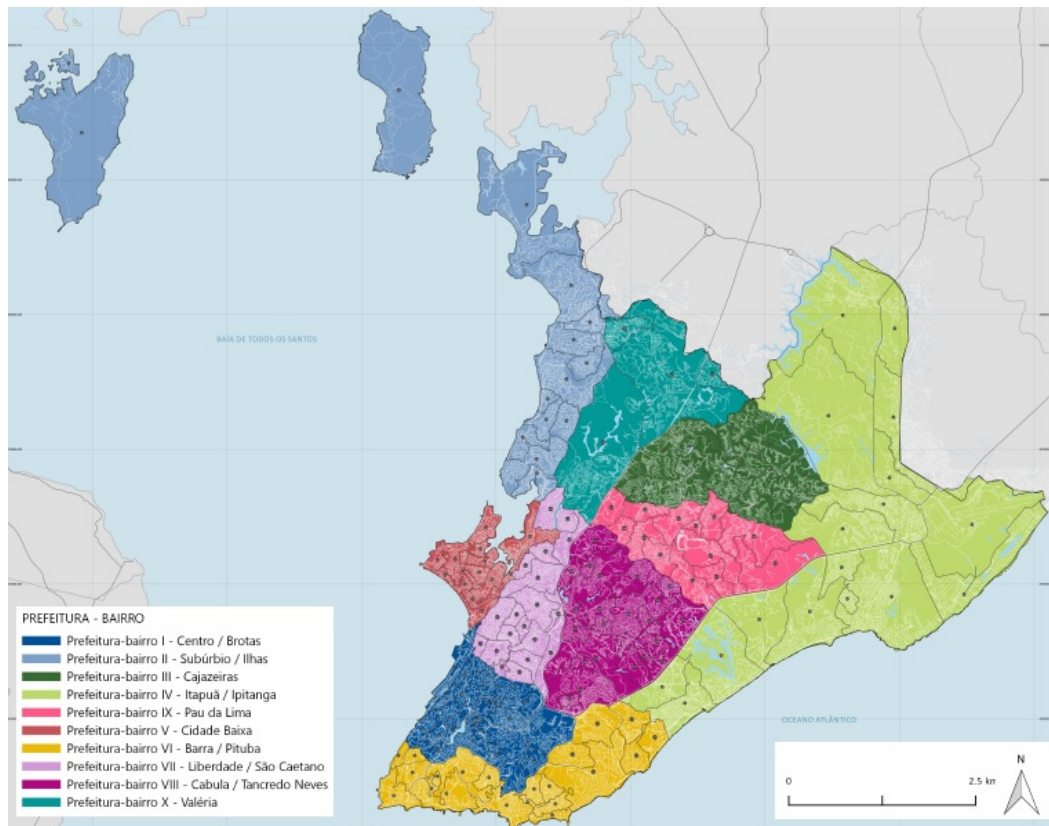
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 3 – Localização aproximada dos lugares dos sujeitos (entrevistas realizadas sem aproveitamento e apenas iniciadas)



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4 – Divisão Administrativa das Prefeituras-Bairro³



Fonte: SALVADOR, 2016.

³ As delimitações internas às macrorregiões das Prefeituras-Bairro referem-se aos bairros aprovados pela Lei Nº 9.278/2017

As entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal de Salvador tiveram o foco alterado, uma vez que existe – desde antes do processo de elaboração do plano diretor – uma nova divisão administrativa da cidade (em substituição das dezoito Regiões Administrativas RA), as denominadas Prefeituras-Bairro (Figura 4), que são dez e possuem sedes físicas.

Antes as entrevistas estavam focadas nas secretarias que trabalhavam diretamente com o PDDU, entretanto, como o objetivo central da implementação das Prefeituras-Bairro foi aproximar a administração dos bairros, alteramos as entrevistas e focamos no papel dessas unidades com o planejamento participativo no geral e seu envolvimento com o plano diretor. Assim, da prefeitura foram entrevistados três gerentes das unidades das macrorregiões do Subúrbio/Ilhas, Pau da Lima e Itapuã/Ipitanga, o gerente geral das Prefeituras-Bairro e um gerente da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), em um total de cinco entrevistas. Foram realizadas tentativas de contato nas unidades das Prefeituras-Bairro de São Caetano/Liberdade, esta que não nos recebeu; Barra/Pituba, unidade que nos recebeu com atenção, mas, após algumas tentativas, recebemos justificativas burocráticas para negação da entrevista; nas unidades de Centro/Brotas e Valéria os gerentes estavam ausentes em todas as tentativas, assim como na unidade de Cabula/Tancredo Neves, nesta, contudo, fomos recebidos pelo responsável por assuntos comunitários, que não poderia conceder entrevista devido ao respeito pela hierarquia, mas forneceu informações que auxiliaram nas análises.

Por último, entrevistamos uma representante da academia que tem trabalhos no âmbito do planejamento participativo e que acompanhou, de alguma maneira, o processo do atual PDDU. Esta pesquisa contou, assim, com enriquecedores vinte e nove diálogos, sem os quais não se teria alcançado o desenvolvimento da mesma. Os momentos anteriores e posteriores às entrevistas, assim como todas as demais experiências não gravadas foram anotados em um diário de campo para ajudar a pesquisadora nas análises posteriores.

O lugar foi elemento central tanto nas entrevistas como nas análises dos documentos referentes ao plano diretor e os demais. As entrevistas nos forneceram elementos chave para a defesa do lugar – em sua práxis e conceito – como determinante para a efetivação do planejamento participativo, mas com nenhuma linearidade, trata-se de uma defesa cheia de obstáculos a serem vencidos e identificados, é o que tentaremos demonstrar no transcorrer dessas páginas.

Ressaltamos que houve preocupação e atenção desta pesquisadora com a autonomia dos sujeitos entrevistados e, ainda que a entrevista tenha sido orientada por questões previamente elaboradas, a tentativa foi de respeitar as falas, os devires, a fluidez. Este aspecto fica evidente com a diferença entre os tempos dos diálogos, uma vez que alguns se

propuseram a responder mais diretamente aos questionamentos, ao passo que outros sequer respondiam e discorriam margeando o tema, por exemplo. A categorização para o tratamento das entrevistas, da mesma maneira, foi realizada após a análise do que elas se propuseram a nos mostrar.

Outro aspecto relevante é o da postura da pesquisadora em relação aos sujeitos entrevistados: distante da relação entre um 'eu' e um 'outro', o objeto da pesquisa foi sempre as relações que os entrevistados nos expressaram e possibilitaram pelo diálogo e não os próprios sujeitos, sequer seus lugares, já que para isso seria necessária uma maior imersão nos lugares com seus diversos protagonistas, não apenas as pessoas entrevistadas. A relação sujeito / objeto (estático) de pesquisa foi substituída pela de sujeito / sujeito e as trocas foram realizadas de acordo com as possibilidades dos entrevistados e da entrevistadora. Ouvir foi sempre a prioridade. Os diálogos – principalmente com os moradores – tentaram trazer a estudante pesquisadora em total equilíbrio e equidade, demonstrando que o que seria falado era para esta pesquisa tão ou mais relevante quanto as teorias encontradas nos livros e que esse era o primeiro passo para a defesa genuína do lugar para a efetivação do planejamento participativo.

Registrar os depoimentos foi um trabalho longo e árduo. Durante os diálogos a tentativa foi de anotar pouco para não tirar a atenção à fala e fazer com que a conversa fluísse com mais naturalidade (em abstração ao aparelho gravador). As transcrições foram realizadas pouco depois da realização das entrevistas e suas análises foram inicialmente individualizadas, o que proporcionou um registro detalhado das falas. Em um segundo momento, após a realização de todas as entrevistas e tendo-as também em formato de texto, passamos às análises conjuntas para posterior categorização temática. Adotamos a transcrição própria, não formalizada por técnicas ofertadas por empresas do ramo, com o objetivo de não perder os tons e sentimentos que apenas esta pesquisadora pôde perceber por compartilhar do momento. Este foi um dos riscos que assumimos considerando a importância das entrevistas para a pesquisa.

O próximo capítulo delineia os caminhos teóricos que embasaram os pensamentos para esta pesquisa sempre em exercício de inserção do lugar e do planejamento.

2 A ESPACIALIDADE E O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO: DELIMITAÇÃO E CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este capítulo tem como finalidade preliminar iniciar nosso diálogo entre a espacialidade e o planejamento urbano, para tanto, um esboço de delimitação da construção teórica que nos trouxe até aqui se faz necessária. Além disso, para colaborar ao alcance do objetivo do capítulo, que é o de analisar, a partir do lugar, a importância da espacialidade para a efetivação do planejamento participativo, transcorreremos nosso percurso teórico-metodológico, na tentativa de articular os conceitos e alguns autores com os quais discorreremos, assim como a motivação que orientou tais diálogos. Iniciaremos com o conceito central da Geografia, o espaço geográfico, sua análise nos fez chegar ao lugar como conceito espacial que melhor auxilia na compreensão da periferia e no planejamento como instrumento de empoderamento dos sujeitos agentes daquele espaço. Antes, porém, alguns esclarecimentos são necessários.

Defenderemos nesta tese a apropriação do conceito de lugar pelos sujeitos sociais como instrumento político importante para torná-los protagonistas nas tomadas de decisão e nas relações que envolvem primeiramente seus lugares de vivência e, posteriormente, a cidade como um todo. Note-se que não se refere ao espaço como “(...) instrumento político intencionalmente manipulado (...) um meio nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo (...)” (LEFEBVRE, 2016, p. 44), de que trata a terceira hipótese lefebvriana de conceituação do espaço, sob a perspectiva da objetivação, da regulação, do instrumental, da dominação. A apropriação do conceito relaciona-se, por outro lado, com uma preocupação com as relações de (re)produção do espaço e suas desigualdades, que se desenvolve, segundo o autor, “(...) através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade (...)”. (LEFEBVRE, 2016, p. 47). O instrumento virá – destarte – no sentido de meio. O conceito e a práxis espaciais aparecerão na constituição do nosso pensamento como uma construção política: seria, assim, uma tomada de consciência espacial.

Outro elemento importante a ser destacado nessas linhas preliminares é o conceito de produção do espaço e para tanto recorreremos também a Lefebvre, quando – nesse contexto – o autor chama atenção ao sentido da reprodução das relações sociais e não estritamente dos meios de produção, que cria e recria contradições e não segue uma lógica previamente determinada (LEFEBVRE, 2016), (re)constrói cotidianos, vivências, desigualdades.

Trata-se, nas palavras do autor, de um duplo movimento necessário à compreensão: não é uma lógica preexistente sobre um espaço vazio, é um espaço que, ao reproduzir,

reinventa sua lógica através de criações de contradições por meio de ações e agentes concretos. Não é uma lógica que assume oposição entre elementos contraditórios e sim busca sua unidade, complexidade e complementaridade.

Na ideia de Lefebvre o homem cria o problema, “e quem diz ‘problema’ diz contradição” (LEFEBVRE, 1991a, p. 239, grifo do autor) – assim como o supera – por meio da ação. A capacidade de agir no contexto capitalista de produção do espaço, contudo, tem relação com a força que cada agente possui, condicionada pelo capital e legitimada pelo Estado. A criação de problemas e soluções, assim, torna-se desequilibrada. O lugar de periferia é um dos espaços de concretização de problemas sociais e a consciência espacial – no caso, de lugar – é, para nós, uma possibilidade de criação de soluções no complexo e desigual jogo de relações entre os agentes.

A manutenção do *status quo* na produção do urbano está contida na criação das condições objetivas para as ações de planejamento. A transformação por meio da força do lugar e do poder dos seus sujeitos trará mais coerência entre os problemas e as ações tomadas para solucioná-los, não sem contradições e no sentido da superação, o que significa rever movimentos e interações.

O lugar como protagonista no planejamento urbano significará a superação do espaço concebido pelo percebido, “(...) o da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança (...)” (LEFEBVRE, 2016, p. 37) e o vivido, “vinculado à prática social” (LEFEBVRE, 2016, p. 40).

Contexto teórico: o espaço geográfico e sua (re)produção

O espaço, de acordo com Santos (2006), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). Deste conceito destacamos objetos (que não são quaisquer objetos e possuem conteúdo, logo, são formas-conteúdo) e ações, assim como os tomadores das referidas ações, suas intenções e a inseparabilidade desse conjunto. “Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”. (SANTOS, 2013, p. 86)

As ações, por sua vez, aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à

razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação insuflada, e que por isso mesmo recusa o debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não-explicada a todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática, na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade; e também ação não-isolada e que arrasta, que se dá, também ela, em sistemas. (SANTOS, 2013, p. 87).

O significado que o autor nos dá à ação elucida as relações como se dão no contexto da produção capitalista do espaço e nos direciona aos lugares de periferia e ao planejamento urbano. Ações obedientes à razão do instrumento, deliberada por outros, que recusa o debate, não explicada a todos e ensinada aos agentes. Trata-se da delimitação da compreensão de como o planejamento urbano alcança os lugares, em ações tomadas de cima para baixo, onde sequer seus interlocutores possuem seus fundamentos reais, mas seguem o sentido maior de acumulação de capital e são legitimados pelo Estado. Os sujeitos nos lugares, por outro lado, daria a esta ação uma forma de espontaneidade e faria substituir a inteligência prática pela meditação, o que significaria – no campo da práxis – geração de solucionamentos de conflitos.

O autor salienta ainda a importância de “buscar categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (SANTOS, 2006, p. 77), tais categorias são expressas em outro conceito de espaço encontrado no autor, entendido “como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2008, p. 153). Deste conceito destacam-se como palavras-chave – ou categorias analíticas do espaço – processo (tempo), forma, função e estrutura.

A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo [tempo e mudança] dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. (...) *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. (...) a função é a atividade elementar de que a forma se reveste. (SANTOS 2008, p. 68-69, grifo do autor).

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (...)
 (...) só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade. (SANTOS 2008, p. 71).

Trazendo o bairro de Pirajá enquanto práxis, nosso estudo de caso em anos anteriores, analisar apenas o papel da empresa que se diz proprietária fundiária, que loteou e arrendou

terrenos e o dos sujeitos que autoconstruíram suas casas, não nos explicaria o motivo pelo qual – em apenas um processo – o Estado comprara e a empresa vendera terrenos diferentes, com a finalidade de o primeiro agente implementar projeto executivo de urbanização no bairro. Esta situação aparentemente isolada, por outro lado, não seria compreendida a partir do crescimento populacional de Salvador nos anos de 1970 engendrado pela necessidade de formação de um mercado de trabalho barato para o alargamento industrial do entorno e a construção imobiliária na cidade. Apenas uma análise integrada nos faz compreender a ausência de políticas públicas para o campo em prol de um crescimento urbano inchado e desigual e que manteve o fundamento maior da acumulação.

A questão não é, pois, levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre os elementos, ainda que essas relações fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento do todo. (...) Somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo. (SANTOS 2008, p. 22).

As formas da periferia urbana, como formas-conteúdo, denunciam um modo de organização de acumulação de capital, que, por sua vez, se concretizou através do tempo por meio de agentes, que o autor em destaque denomina elementos do espaço. “Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles”. (SANTOS 2008, p. 76).

Por meio da análise desses conceitos associada à práxis socioespacial percebida em Pirajá durante os anos de pesquisa entre os anos de 2008 e 2011 passamos a entender que, para maior justiça social, para redução das desigualdades, através do tempo, os agentes das ações que dinamizam o espaço precisariam ter forças equilibradas. Daí o papel do Estado ganha destaque, este que afirmamos ser o maior agente segregador, por atuar como capitalista e também legitimar ações de segregação. Mas, para o equilíbrio desejado, quem tem que ganhar força de decisão são os sujeitos dos/nos lugares, com o intuito de transformar a organização das coisas. Um caminho, para nós, e o que defendemos aqui, é o autoempoderamento dos sujeitos, por meio também da apropriação dos instrumentos de planejamento urbano, para torná-lo efetivamente participativo. Neste contexto aqui destacaremos o PDDU e seus desencadeamentos, a exemplo dos planos de bairro.

A organização se definiria como o conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área. (...) A organização existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da

organização. Isso se dá através de diversos instrumentos de efeito compensatório que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um papel regulador, de modo a privilegiar um certo número de agentes sociais. (SANTOS 2008, p. 24-25).

A ênfase na valorização do papel dos sujeitos dos/nos lugares de periferia enquanto agentes e nos demais agentes do espaço enquanto definidores de ações nos fez refletir sobre o que Santos (2008) denomina elementos do espaço. Para o autor, os elementos do espaço “seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”. (SANTOS, 2008, p. 16). Focando cada elemento em si perceberemos que o que os concede sentido à análise do espaço é a ação do homem, inclusive ao meio ecológico, uma vez que só interessa à geografia o meio apropriado e pensado pelo homem. O homem – em suas relações com outros homens, seja representante do poder público, empresas, igreja... – concede sentido à produção capitalista do espaço. O homem é, assim, o agente da ação, agente do/no espaço. Assim, os elementos são – a exceção do meio ecológico e da infraestrutura, que é produto – agentes elementos do espaço. Nossa análise vai ao sentido trazido pelo autor de que “o conceito só é real na medida em que é atual”. (SANTOS, 2008, p. 19).

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço [os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas] é um dado fundamental da análise. Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos (...) cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social. (SANTOS, 2008, p. 18).

Ademais, Santos relaciona os elementos do espaço aos lugares, nos fazendo refletir que estes – suas ações – não poderão ser considerados igualmente nos estudos dos lugares de periferia. Mudarão as ações dos órgãos públicos, dos sujeitos, das empresas, das igrejas... Cada lugar é uma totalidade no mundo.

(...) cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – homem, firmas, instituições, meio – entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. Sua evolução conjunta num lugar ganha, destarte, características próprias, ainda que subordinada ao movimento do todo (...). (SANTOS, 2008, p. 21).

O espaço, não existente em si, é produzido, nos afirma Lefebvre (2000) a respeito do espaço social. E assim o é o espaço geográfico, sujeito-objeto de análise da Geografia. Sendo o espaço produzido, a tentativa será de perceber as contradições que são inerentes aos agentes espaciais que historicamente movimentam os processos que originam as formas-conteúdo, que, por sua vez, compõem em conjunto com os agentes e suas ações a estrutura social (que é

hierarquizada e desigualmente produzida). Os lugares periféricos ocupam a base de tal hierarquia, como sendo uma pirâmide demográfica de país não desenvolvido, de base larga e topo estreito, cabendo a este as decisões no urbano, além da manutenção da situação de dominação e desigualdade, sob a legitimação do Estado.

A análise das ações e suas intencionalidades em um contexto histórico do espaço geográfico é capaz de esclarecer relações e formas-conteúdo presentes nos lugares. Pensando a produção do espaço urbano é possível destacar ações claras dos agentes espaciais em diversos setores [como, por exemplo, o Estado na administração e regulação, os sujeitos moradores na amplitude da construção do lugar, o proprietário fundiário na apropriação da renda da terra], todos eles, ainda que não necessariamente com intencionalidade, estão relacionados ao planejamento urbano de alguma forma, a questão é o equilíbrio entre as forças que tais agentes possuem em suas relações, assim como suas relações entre si. A quem interessa este possível equilíbrio? Como alcançá-lo e quais obstáculos? Sendo um todo indissociável, solidário e contraditório, a manutenção dos lugares periféricos demandantes de elementos básicos e sua falta de autonomia no espaço nada mais é do que estratégica.

Assim, chegamos ao estudo da produção capitalista do espaço urbano como suporte à compreensão do lugar periférico, e, complementarmente, à resistência desse lugar como suporte à apreensão da produção capitalista do espaço urbano. As ações do Estado serão sempre analisadas aqui por entendermos seu papel potencial como uma possibilidade de transformação – embora a força não venha partir dele e sim do lugar – e justiça social.

(...) o Estado é um elemento essencial no processo de acumulação, e seu desenvolvimento dá-se através da participação ativa na criação destas condições, indicando que há uma relação dialética entre o processo de acumulação e a atividade do Estado, cuja intervenção é, ao mesmo tempo, causa e efeito da expansão do capitalismo monopolista.

As políticas de Estado, racionais do ponto de vista do capital, são planejadas para servir aos interesses do capitalismo coletivo. O Estado se alia ao capital, e ao mesmo tempo em que ele atende aos interesses da classe dominante atende a seus próprios interesses, já que atua diretamente no processo produtivo. Tal fato se expressará no espaço de forma diferenciada. (CARLOS, 2008, p. 192).

Considerando o que nos traz Carlos, o que nos moverá aqui é uma maneira de determinar ações do Estado de forma não a deixar de servir aos interesses capitalistas, o que seria utópico, sim a melhor equilibrar aos interesses sociais, tornando inclusive seu próprio discurso mais próximo de suas ações, no caso do planejamento participativo (o que entendemos como seu papel potencial). Esse conjunto indissociável deve se tornar mais solidário e menos contraditório, para tanto, seus sujeitos deverão ter poderes o quão mais equilibrados para agir e de forma consciente, o que indicará uma totalidade espacial mais

harmônica. Tal forma de agir sugere melhor comunicação entre os diferentes, maior equilíbrio entre as possibilidades e de acordo com as necessidades específicas, uma comunicação horizontal, o que nos fez dialogar com o agir comunicativo intercompreensivo habermasiano, do qual transcorreremos nos capítulos posteriores.

Identificamos outro conceito no estudo do espaço geográfico, que é o de totalidade. Esta apenas pode ser compreendida com a noção de tempo, por se tratar de uma situação em mudança. “As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la [embora sua cisão seja necessária para entendê-la] [...] A totalidade é a realidade em sua integridade” (SANTOS, 2006, p. 74). Para uma apreensão real (mas nunca completa) da totalidade, no momento da análise das partes não se deve desconsiderar o todo e seu momento histórico, logo, o tempo, o processo. O lugar é parte da totalidade, sua particularização, e, ao mesmo tempo, a contém.

O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. [...] A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama de totalidade concreta. [...] A atualidade deve ser vista como realização do interesse objetivo do todo, através de fins particulares. A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. [...] A totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. [...] O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização (SANTOS, 2006, p. 75-81).

Para melhor elucidar a noção de forma, função, estrutura e processo [como eles são indissociáveis], e também onde se insere, nesta interpretação, a noção de totalidade [que é social e espacial] é importante enfatizar um fator espacial essencial: o homem, o sujeito, o agente que faz de um espaço geográfico. A forma, por si, não pode ser apreendida. As ações dos homens, que são carregadas de intencionalidades, criam formas espaciais, mas não são formas puras: são formas-conteúdo, formas com funcionalidades definidas pelas intencionalidades das ações humanas. A estrutura, vista como o conjunto de formas-conteúdo e como espacialização da totalidade [logo a análise das formas-conteúdo, separadamente, não explica a estrutura, mas não é possível entendê-la sem que se separe-as – como nos afirma Santos (2006)], contém e está contida em processos históricos não-lineares. São as formas-conteúdo que particularizam os lugares e são os homens e mulheres quem proporcionam conteúdo às formas.

As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se

encontram de forma particular. [...] O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade. [...] Tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social. [...] o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada (SANTOS, 2006, p. 75-81).

O espaço como meio e produto social e a indissociabilidade entre seus elementos e fatores compõem a ideia de espaço geográfico que norteará a tentativa de compreensão das especificidades apresentadas pelo universo de análise da presente pesquisa. Tal construção conceitual, vale ressaltar, encontra-se filosoficamente baseada no pensamento lefebvriano de espaço, do qual, entendemos, o espaço geográfico é uma parte, dialeticamente está contido, o contém e o transborda, na busca incessante pela totalidade (que é social, socioespacial, histórica... inatingível).

Nas palavras de Lefebvre, o espaço não é qualquer coisa ou qualquer produto. Ele permite, sugere ou proíbe ações, compreende relações, é a morfologia social, implica múltiplos conhecimentos e não se resume à soma dos objetos e das relações que contém. O espaço é produto e meio de produção, não há um e sim vários espaços sociais (que se interpenetram e se superpõem). Entender o espaço como um recipiente (neutro, fixo, objetivo, transparente) no interior do qual é possível colocar objetos (menores) é, segundo o autor, menos erro que ideologia. A produção (do espaço social) reencontra o tempo no e por meio do espaço e o seu conhecimento pode levar à transformação (LEFEBVRE, 2000). Tratando da forma urbana já em *O Direito à Cidade* Lefebvre enfatiza o imbricamento entre forma e conteúdo.

Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma *unidade* entre a forma e o conteúdo (forma-conteúdo!). A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo. A unidade, indissolúvel e, no entanto, rompida pela análise, é conflitante (dialética). (...) Através da razão dialética, os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim uma dupla "existência". Ela é não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto, separa-se deles. Tem uma existência mental e uma existência social. (LEFEBVRE, 2008, p. 91)

Como seria interpretar as formas-conteúdo presentes nos lugares periféricos da cidade de Salvador? Por que entender que o conteúdo do lugar é mais relevante do que o que se apresenta aos nossos olhos e por que isso é relevante aqui? Quando falamos em lugar de periferia, nos referimos a formas-conteúdo cujos agentes produtores são, via de regra, os próprios moradores, ou foram fruto de seus ativismos. A extrapolação da forma pelo conteúdo indica, na periferia, uma enaltação da funcionalidade pensada pelo sujeito morador e dinamizador do lugar, uma vez que, também via de regra e como já comentamos, o Estado

se faz ausente. Se o sujeito morador é basicamente o definidor dos conteúdos das formas dos lugares de periferia e, por outro lado, há desigualdade e injustiça social na cidade, precisa este morador lançar mão de instrumentos legais para melhor construir seu espaço. Seria a efetivação do planejamento participativo?

É a produção da vida humana pelos homens em suas relações que nos interessa na busca incessante da realidade espacial e de justiça social (que, ao acontecer, se espacializa). Trazendo para a realidade da periferia e o planejamento urbanos podemos dizer que – estrategicamente – este último compreende a primeira apenas enquanto formas, desprendidas de seus conteúdos, uma vez que quem empreende ações nos espaços periféricos são os sujeitos, desprovidos de força no contexto da produção do espaço urbano. A periferia é, no planejamento, espaço percebido e concebido. As ações de planejamento devem equilibrar-se aos conteúdos das formas das periferias, o que apenas será alcançado com participação efetiva. A forma da periferia urbana não indica conteúdo de justiça social, para tanto, o planejamento deverá abarcar o espaço vivido, sendo que o único meio para tal é a partir do protagonismo – com força de tomada de decisão – dos seus agentes, com autonomia, outro conceito que trabalharemos em capítulos posteriores.

A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, jurídicas, etc.) Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico).

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo *ter*, isto é, pela sua condição de proprietários de bens. (...) se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é *produto* e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz um espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. (CARLOS, 2008, p. 22-24, grifos da autora).

Esta produção de humanidade trazida pela autora, que se dá no contexto da produção da vida, no cotidiano do sujeito e se concretiza pela espacialização das relações trabalho, ocorre não apenas por meio do trabalho no sentido estrito, mas no trabalho no sentido de ação criadora de formas-conteúdo diversas e que conferem funcionalidades e especificidades aos lugares. “Este [o trabalho] é a mediação entre a sociedade e o espaço, visto que é pelo trabalho que o homem (enquanto ser social) se relaciona com os outros homens, produz seus meios de subsistência, um modo de vida, e o espaço geográfico”. (CARLOS, 2008, p. 25). A autoconstrução, por exemplo, trazida por nós em pesquisas

anteriores como modo de vida, é trabalho, envolve relações sociais de periferia, produz espaço e é dialeticamente forma capitalista e não capitalista de produção.

O fio condutor da análise reside na tese de que, ao produzir sua vida (sua história, a realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo o desvendamento do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é nosso ponto de partida e implica discutir, de um lado, a articulação entre as atividades produtivas e não produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial desse processo, cujo movimento funda-se nas lutas de classes, na contradição entre a produção espacial coletiva e a apropriação privada. (CARLOS, 2008, p. 25).

Mais à frente a autora continua, ainda no contexto da produção do espaço (que permeia toda a obra), e traz elementos do cotidiano, outro conceito secundário que nos faz entender melhor o lugar.

O espaço não se (re)produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica; é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar [na produção desses modos], o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos etc. Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os “indivíduos” (fundamentalmente nos países subdesenvolvidos). (...). O espaço considerado como reprodução da vida coloca-nos diante de um quadro formado pela inter-relação do modo de vida e do processo de trabalho. (CARLOS, 2008, p. 134-135).

O estudo do lugar é o estudo do cotidiano espacializado nos arredores da moradia de periferia e nela própria, também por isso tomar ações de planejamento que não considerem o cotidiano o fará permanecer não participativo, ao contrário, perpetuará o caráter excludente. O cotidiano, vale lembrar, envolve os arredores, mas o extrapola, permeando a vivência complexa do sujeito, o que abrange relações com outras partes da cidade, assim como a maneira que o sujeito percebe seu bairro na cidade. Gilberto, entrevistado do bairro de Cajazeira V, quando questionado sobre o que vem à cabeça quando se fala no seu bairro, disse que pensa “(...) em dificuldade, quando eu penso em Cajazeiras, sabe... porque foi tudo sempre muito difícil, os momentos internos eram muito bons, mas o cotidiano do Cajazeirense é difícil, difícil pra caramba.” (Gilberto – Entrevistado do bairro de Cajazeira V, Apêndice A, l. 7478). Gilberto fala claramente da relação que os moradores de um bairro distante dos centros dinâmicos possuem com a cidade, mas, quando levado a pensar em soluções para os problemas do bairro, as mesmas situam-se internas ao bairro. O planejamento a partir do lugar, como em nossa defesa, não se encerra no lugar, mas entendemos que somente a partir dele o indivíduo pode tomar partido de decisões de outras partes da cidade.

Frida, entrevistada do bairro de São Tomé, região do Subúrbio Ferroviário de

Salvador, também nos faz essa relação bairro/cidade, para nos lembrar da relevância do empoderamento no bairro para participar de decisões na cidade como um todo.

Rapaz... se eu for falar de São Tomé eu vou ter que falar de estrutura, de... urbanização... aqui a gente sofreu, sofreu não, né... não deixa de ser um avanço, que foi essa reforma aqui da orla, na primeira gestão de ACM Neto (...) houve melhorias realmente e isso acabou dando uma visibilidade maior, porque também começou a aparecer propagandas ‘ah, olha o que a prefeitura fez’, ‘revitalização da praia de São Tomé, revitalização de Tubarão, revitalização disso, daquilo, mas a gente ainda sofre muito aqui com falta de um posto de saúde adequado, não sei se isso se encaixaria... é... redes de supermercado, aqui tinha a cesta do povo, fechou, tem uns três anos, a Ebal deu falência (...) questão mesmo estrutural, você vê a demora do transporte pra chegar aqui, é... eu estudava no Central, saía daqui cinco e meia da manhã pra ir pro Central todos os dias e sofri muito com a demora do transporte, era atraso... Salvador já é uma cidade conturbada, engarrafamento, então, pra quem mora mais longe é pior ainda (...). (Frida – Entrevistada do bairro de São Tomé, Apêndice A, l. 141).

O espaço “não é só produto, mas também condição e meio do processo de reprodução da sociedade (...) [o que nos faz entender o homem] como sujeito; em sua vida, seus valores, sua cultura, suas lutas, ansiedades e projetos” (CARLOS, 2008, p. 255-256). Entretanto, existe uma apropriação diferenciada do espaço produzido por esses homens, enquanto a mola de produção é coletiva, a ‘parte que a cada um cabe no latifúndio’ é desproporcional. Como o sentido é o da acumulação, ficarão muitos com pouco e poucos com muito. Na cidade atual a paisagem que demonstra esse processo é a da periferia (social e socioespacial), formas-conteúdo resultantes e geradoras do processo de segregação residencial, como nos traz Carlos.

As formas que o processo de produção do espaço assume – através das formas de divisão social e territorial do trabalho – refletem, necessariamente, a contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada, implicando a contradição entre os interesses e as necessidades da reprodução do capital, de um lado, e do desenvolvimento da sociedade como um todo, de outro. Logo, o que está em jogo é o processo de apropriação do espaço para determinado uso, representado na propriedade privada da terra, como expressão da segregação econômica, social e jurídica. (CARLOS, 2008, p. 136)

Chamamos atenção à importância do conceito de segregação em Rebouças (2008), em diálogo com Vasconcelos (2003), e, nele, ao papel do Estado como principal agente segregador. A produção e reprodução do urbano, no caso das grandes cidades brasileiras, têm a segregação como principal processo dinamizador, ao passo que se formam periferias longe e perto dos centros dinâmicos e infraestruturados, tendo o Estado como agente legitimador e os sujeitos moradores como agentes dinamizadores, protagonistas, mas não possuidores de poder de decisão. O local de moradia está previamente determinado pelo poder aquisitivo e as condições de habitabilidade, que envolvem a moradia e o entorno, são (não diríamos determinadas por conhecer grandes autoconquistas nos diversos lugares de Salvador) condicionadas aos quereres do Estado.

O processo de produção do urbano cria desigualdades espaciais e, dialeticamente, faz emergir relações não capitalistas de produção, também por meio do trabalho/ação. Ao não garantir meios dignos de reprodução da vida, ao espacializar a divisão do trabalho, o capitalismo exclui (incluindo) as populações mais pobres, que (sobre)vivem, por exemplo, por meio da autoconstrução de moradias e de outras diversas formas que caracterizam o urbano periférico.

A cidade aparece como produto apropriado diferencialmente por cada indivíduo. Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar, no seu cotidiano, o homem como ser individual e social no seu modo de viver, de agir e de pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo da produção da história, e como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência.

(...) O homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que pode fazer. Como ele pode morar e em que condições vive, isso depende da acessibilidade aos serviços coletivos produzidos. (...)

A habitação, como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem, dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de morada associada ao preço da terra. (CARLOS, 2008, p. 134-135).

Sobre a moradia na cidade, Vera, entrevistada nossa em Rebouças (2008), do bairro de Pirajá, transcorre sobre o bairro como o lugar que pôde construir sua casa própria, casa esta que atende às suas necessidades, entretanto, gostaria de mudar coisas nela, se fosse possível.

Moro aqui há muito tempo porque vim pra aqui, foi aqui que eu pude comprar um terrenozinho, fazer uma casinha, criar meus filhos... entendeu? (...)

Minha casa é simples né... é... como é que diga... a minha casa, quer dizer que... hoje tem três casa, mais duas que é dos, dos menino, não é minha... e, eu tenho uma casa, que lá em casa tem... dois quartos, sala, cozinha e banheiro, entendeu? E as outras é deles, porque o que é deles é deles, né verdade, e a minha é minha. (...)

6. Sua casa atende às suas necessidades?

Claro!

- Teria algo para mudar nela?

(risos) De querer eu queria, mas eu não posso, aí tem que ficar no que está mesmo. (REBOUÇAS, 2008, p. 86-87, grifos da autora).

Antônia, também entrevistada em Pirajá por ocasião da mesma pesquisa, guardava lugar em um lote frontal situado numa ocupação – na época recente – para conseguir outro lote pra ela, mais ‘pro fundo’, o que significava o topo do morro.

Não, to aí fazendo plano, se tudo der certo, porque o terrenozinho é mais cumprido, dá, é maiorzinho que esse, dividido pode ser maior do que esse daqui, aí ele vai fazer o dele e eu vou fazer o pequeno pra mim, nas condições que eu tiver condições até Deus me abençoar, porque ou vai pra frente ou vai pra trás (riso), porque daqui pra frente com essa idade só vai é pra trás né, mas a saúde em primeiro lugar, aí levanta a gente. (REBOUÇAS, 2008, p. 89).

Destarte, entendemos que o alcance da justiça social apenas se dará a partir dos indivíduos socialmente excluídos (e contraditoriamente incluídos pela lógica de produção

desigual), a partir do momento em que tais sujeitos tenham poder de decisão no urbano. Tal alcance não poderá ser concretizado se, no lugar do poder, a força do capital se sobressair no contexto da produção do espaço e, inserido nele, no planejamento urbano. Não poderá se concretizar se os conflitos socioespaciais não forem tratados por meio de uma comunicação que preze pelo equilíbrio e consenso e não pela manobra e manipulação. “Eu acho que a prefeitura deveria parar de fingir que nos ouve, que, que... o povo participa” (Gilberto – Entrevistado do bairro de Cajazeira V, Apêndice A, l. 7564).

Carlos nos coloca que o espaço urbano se (re)produz no embate entre as forças do que é bom para o capital e do que é bom para a sociedade, colocando claramente uma relação entre o individual (do capital) e o coletivo (do social). O onde e o como morar, no contexto do urbano, resultam em (não determinação, mas) imposição social, que é também histórica. O Estado – aliado ao capital – atua como legitimador e os sujeitos nos lugares produzem e reproduzem seus espaços por meio de vivências cotidianas, por vezes alheios às forças das determinações legais que regem seus espaços próximos – da habitabilidade –, a exemplo dos instrumentos do planejamento urbano. “O acirramento das contradições urbanas (...) no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, produzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade (...)”. (CARLOS, 2008, p. 195).

Outro aspecto relevante que ressaltamos, já em Carlos (2015), é que a autora nos chama atenção para a importância da distinção entre os termos ator e agente, no contexto da produção do espaço; para a autora, ao contrário do ator, o sujeito é agente e determina suas ações.

(...) o processo de produção do espaço aponta o sentido da história, a sociedade considerada como sujeito da produção. Portanto, uma diferenciação faz-se importante: enquanto o *sujeito* age e cria um mundo cheio de significados, o *ator* atua e é dirigido por outro, de forma que a produção do espaço é realizada por sujeitos sociais historicamente definidos. A orientação de sua ação vem de um projeto que se situa no conjunto da sociedade em seu processo constitutivo, compreendido no seio das relações sociais pela dialética de sua reprodução e transformação. (CARLOS, 2015, p. 42-43, grifos da autora).

Para nós trata-se de uma distinção importante, uma vez que, sejam os sujeitos moradores da periferia, sejam aqueles representantes do poder público municipal, estes são agentes e não atores no espaço. Ainda que um planejamento urbano não participativo trate os moradores, sujeitos socioespaciais, como meros atores, ainda que os sujeitos representantes da prefeitura não sejam os tomadores das maiores decisões, sua posição ali não é ingênua: ao reproduzir ou omitir-se, ele está agindo.

Em Rebouças (2011), identificamos como atores do/no espaço empresas que atuavam

no bairro contratadas pelo Estado por meio da terceirização. Por considerarmos importante salientar que se tratava da presença indireta do Estado e, ao mesmo tempo, a presença física do setor privado. Ainda que tenha suas ações definidas previamente por outro agente do espaço, tais empresas não deixam de atuar como mediadoras das relações entre poder público e sujeitos nos lugares, lucram sobre os projetos e, acima de tudo, possuem (ainda que não diretamente) um papel definido pelo entrelaçamento complexo do planejamento dito participativo, principalmente na intermediação de conflitos.

Assim, Estado, proprietários fundiários, sujeitos socioespaciais – organizados ou não – são exemplos de agentes que, num contexto de relações em processos engendrados em diversas escalas, produzem e reproduzem formas com conteúdos e funcionalidades definidos pelas finalidades das ações. Neste contexto de produção (capitalista do espaço), entretanto, esses agentes possuem forças diferenciadas e, logo, capacidades distintas de agir e imprimir suas intenções, o que cria hierarquização definida pelo capital no processo de apropriação e reprodução do/no espaço. O Estado, que deveria aparecer como árbitro, contraditoriamente, surge como jogador: tem o dever de garantir maior igualdade na produção do espaço e distribuição de riquezas, mas articula-se ao poder econômico – imbricando-se e confundindo-se – terminando por agir de modo a garantir a apropriação, a produção e a reprodução do espaço capitalista, em detrimento do sentido de reprodução da vida engendrada pelos sujeitos sociais. Consequentemente, a forma espacial apresenta-se complementar e articuladamente – como nos aponta Carlos (2015) – fragmentada e hierarquizada.

Ao contrário, busca-se equilibrar o lucro e o crescimento sem comprometer a produção do vivido com qualidade de vida e maior justiça social. A funcionalidade das ações políticas deverá direcionar-se ao equilíbrio justo dos planos social e econômico e, para tal, o lugar e seus sujeitos protagonistas, que escancaram as vivências e contradições, tornam-se relevantes. Não se trata da utopia de mudança do modo de produção, sim de uma condição possível de maior justiça social, que se refletirá espacialmente em melhores condições de habitabilidade, amenizando o processo de segregação.

Aproximações entre o espaço geográfico e o planejamento urbano participativo (efetivo) por meio do lugar

Nesta seção iniciaremos a maior ênfase à questão da espacialidade nos processos participativos, o que permeará todo o texto, com o objetivo de fundamentar nossa defesa do lugar espaço para a efetivação da participação social. Entre os vários motivos que levam a

essa não efetividade – como interesse político e falta de capacitação dos técnicos envolvidos – destacamos e enfatizamos nesta pesquisa a não consideração da questão espacial. Sendo os mais prejudicados, nesse contexto, os moradores de periferia e sendo lugar o conceito espacial que mais os compreende, não se trata apenas de espacializar o planejamento para torná-lo efetivo, sim o ‘lugarizar’. E, ao fazê-lo, será possível uma aproximação do mundo vivido ao planejamento. Trata-se do direito à cidade, ou, como afirma Rodrigues (2007), da cidade como direito.

Utilizamos a “cidade como direito” em vez de “o direito à cidade” para evidenciar a importância do Espaço. A cidade como direito, da mesma forma que outros temas, tem vários significados e conteúdos, o que demonstra a complexidade do processo de urbanização, da produção do espaço, da reprodução ampliada do capital, das desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais.

A cidade como direito tem como base a vida real, o espaço concreto e o tempo presente. Ao contrário, no ideário da cidade ideal, o espaço e o tempo são abstrações. Reflete o pensamento de planejadores do Estado capitalista e do capital. Os problemas são considerados desvios do modelo, solucionáveis com novo tipo de planejamento e uso de novas tecnologias. (...)

A importância do espaço, de processos, de tempo/espaço, de utopias sócio-espaciais, de utopias de processo e de “utopismo dialético” é fundamental para afirmar a importância da meta-filosofia e da meta-geografia, com métodos de análise que não ocultem contradições e conflitos da produção do espaço. A importância do espaço e do território, portanto, é um elemento básico da utopia da cidade como direito. Do valor de Uso sobrepondo-se ao valor de troca. Da Geografia como uma ciência que permite compreender o espaço e não apenas explicar interações do capital. (RODRIGUES, 2007 s/n, grifos da autora).

Acrescentamos o lugar à espacialidade trazida pela autora e como concretude da vida real. A complexidade de relações entre os mais diversos agentes (e interesses) que produzem o espaço, tem no cotidiano vivido sua concretude e no lugar sua dimensão espacial. Em especial nos referimos ao mundo vivido trazido por Merleau Ponty (1999) como aquele resultante da relação entre o sujeito e seu mundo. “Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

O vivido é mais tarde trazido por Lefebvre, junto à tríade do espaço vivido, percebido e concebido, que, no contexto da produção do espaço, suscita a importância da materialidade da prática social e da corporeidade humana. Trabalharemos mais o vivido e o cotidiano lefebvrianos quando, mais à frente, os diálogos com o lugar ganharão mais destaque. A propósito do pensamento de Lefebvre, Schmid (2012) nos coloca a relevância da experiência vivida para dar sentido ao espaço social.

Quando aplicada à produção do espaço, esta abordagem fenomenológica conduz às seguintes conclusões: um espaço social inclui não somente a materialidade concreta,

mas um conceito pensado e sentido - uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência vivida. A “experiência” pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. Estas três dimensões da produção do espaço constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três.

O núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados. Isso torna claro que o foco da teoria de Lefebvre não é o “espaço em si mesmo”, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) “no espaço”. O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo. (SCHMID, 2012, p. 14-16, grifos do autor).

Em primeiro lugar, fica clara a importância da experiência vivida, inclusive para dar sentido à materialidade concreta do espaço. Para além, o autor salienta os pensamentos e sentimentos que expressam essa experiência vivida, sem a qual o espaço social ficaria desprovido da produção de significados, logo, não existiria. É neste plano, trazendo para o espaço geográfico, que identificamos o lugar como expressão da experiência vivida e o planejamento urbano efetivamente participativo como potencial para emergir tal aspecto da produção do espaço. O planejamento urbano hoje está longe de demonstrar a subjetividade e riqueza trazida pelos sujeitos agentes, suas relações e conflitos.

O inexprimível constante no vivido, segundo Lefebvre, pode ser expressado, talvez, por meio de expressões artísticas. E aqui ressaltamos que a defesa do lugar no planejamento, espaço que materializa o cotidiano, não significa trazer a Geografia como saber científico único para o planejar. É exatamente o contrário, quanto mais complexos conseguirmos demonstrar que são os lugares e os sujeitos, mais deixaremos clara a necessidade de uma gama de conhecimentos e expressões para que o planejamento e a gestão deem conta de se aproximar da realidade. Esta análise não é excludente, ela apenas valoriza a espacialidade, expressão claramente desconsiderada nas ações de planejamento. No mais, quem melhor para demonstrar a realidade senão os próprios sujeitos que a mantém no complexo emaranhado de vivências e relações cotidianas?

A questão da importância da espacialidade no planejamento é trazida por Souza (2006) – entre outros trabalhos – e é principalmente com suas ideias que dialogaremos a seguir.

Souza (2006) traz a ideia de desgaste da expressão ‘participação popular’ no planejamento e justifica com o “fato de ser uma promessa eternamente renovada e constantemente frustrada”. (SOUZA, 2006, p. 314). Assim, por meio da discussão da

dimensão espacial dos processos participativos, o autor busca “realimentar uma discussão propriamente teórica a respeito dos vínculos entre espaço social e a luta por justiça e direitos, com base em rotinas de gestão urbana e participativa”. (SOUZA, 2006, p. 314). Sobre esta análise o autor aponta lacunas e insuficiências na literatura especializada e lembra-se da indissociabilidade entre espaço e dinâmica política.

“A dimensão espacial da sociedade não é um epifenômeno, é sim algo decisivo, pois o espaço condiciona as próprias relações sociais” (SOUZA, 2006, p. 319) e é condicionado por elas. Tais relações se dão no, pelo e com referência ao espaço (SOUZA, 2006). Neste sentido, nenhuma categoria espacial é mais representativa em seu cerne que o lugar, que apresenta em suas características a essência próxima das relações de vivência cotidiana e protagoniza enquanto agentes os sujeitos socioespaciais. Por conseguinte, entendemos que devem ser consideradas as diversas territorializações presentes, o que demonstrará fluidez e complexidade de limites no bairro e seus arredores, além de destacar as relações de poder engendradas e legitimadas no lugar, em detrimento das forças impostas.

Um exemplo de falsa participação concretizado na ignorância do contexto espacial pôde ser percebido no processo (dito participativo) de debate para construção do novo plano diretor de Salvador. Entre outros aspectos do processo que deixaram clara a distância entre o discurso e a efetividade da participação temos a metodologia de agrupamento de bairros para a realização das audiências públicas, que deliberadamente definiu macrorregiões formadas por bairros vizinhos, reduzindo os 163 bairros hoje oficiais a 10 unidades administrativas. Tal definição resulta claramente na perda de atenção para os aspectos identitários e as diversas relações de poder locais, poderes esses definidos, redefinidos e legitimados pelos sujeitos dos/nos lugares.

A relação entre espaço e poder e a consideração dessa relação com base em um olhar crítico sobre o planejamento e a gestão das cidades possui uma importância central neste livro. Mas a análise do espaço social na qualidade de território, de espaço definido por e a partir de relações de poder e o exame das *territorialidades* (isto é, dos tipos de organização e arranjo territorial), deve ser articulada com a compreensão do espaço como “lugar” (no sentido específico de espaço vivido/percebido, dotado de significado, em que a questão do poder figura indiretamente, pois, na qualidade de referencial simbólico e afetivo para um grupo social, converte-se o espaço em alvo de cobiça ou desejo de manutenção de controle) (...). (SOUZA, 2006, p. 317, grifos do autor).

Nossa compreensão, porém, faz ‘inverter a ordem’ proposta pelo autor em destaque. Entendemos que, para o planejamento urbano, a compreensão, consideração e destaque para o espaço vivido e dotado de significado devem vir articulados na análise das relações de poder e suas expressões espaciais, ou seja, as territorialidades. O lugar, este sim, nos dará inicialmente

as orientações para melhor efetivar a participação dos sujeitos que o produz e reproduz, enquanto as relações de poder florescerão logo nos primeiros contatos com o lugar, demonstrando limites possivelmente descontínuos, mas fluidos e, por vezes, conflituosos. O grau de consideração deste ou daquele território será determinado pelos seus legitimadores por meio de expressões de suas relações de vivência cotidiana, ao passo que se eliminam falsas relações de poder, aquelas que são impostas por forças diversas e não advêm de consensos de grupos.

Souza (2000) chama atenção para os limites impostos por uma sociedade historicamente heterônoma, mas salienta a relevância de se tentar avanços no sentido de incluir elementos de autonomia e democracia direta.

Além do mais, não se deve perder de vista que um controle cidadão *pleno* exige, em última análise, muito mais que uma transformação política na escala local; no sentido castoriadiano de autonomia, faz-se mister uma transformação social muito mais profunda, impossível de ser alcançada apenas dentro do raio de ação político, econômico e cultural de uma cidade. Isso não exclui a possibilidade de se avançar em matéria de democratização do processo decisório mesmo no interior de uma sociedade capitalista, desde que, malgrado as tensões daí decorrentes, elementos de democracia direta sejam consistentemente combinados com os mecanismos convencionais da democracia representativa. (SOUZA, 2000, p. 84, grifo do autor).

A transformação política de que trata o autor reside em questões estruturais mais amplas, mas que apenas a força de uma base consciente pode alterar. Não será dessa estrutura que virá a transformação social, justamente por esse motivo que as iniciativas para tal devem ser de valorização de forças endógenas, fazendo com que as mesmas sejam ponto de partida para o pensamento das metodologias de participação: o lugar? Tais iniciativas contribuirão para transformações no âmbito mais amplo da produção do espaço, por meio do protagonismo dos sujeitos dos/nos lugares como agentes do espaço, promovendo também mais justiça social. “A escala local continua sendo, potencialmente, uma escala privilegiada para experimentos político-pedagógicos, para a formação de uma consciência de direitos e para a prática da participação política” (SOUZA, 2000, p. 96).

Quando trazemos a importância da espacialidade para o planejamento participativo não se trata apenas do recorte, sim e principalmente da relevância do arcabouço conceitual que o próprio espaço geográfico traz em sua essência. Afirmar que o espaço é importante para o planejamento urbano e essencial à efetivação da participação social nesse processo é entender que o conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações deve ser considerado enquanto elemento e fator relevante, que existe uma estrutura social, agentes socioespaciais concretos – que, no processo de estabelecimento de distintas relações (também de poder e força), ora colaboram entre si, ora possuem orientações

opostas – e formas-conteúdo definidas e redefinidas ao longo do tempo. Considerar o espaço no planejamento é desnudar as relações e as possibilidades concretas de transformações socioespaciais. O lugar é parte desse sistema indissociável e (ao mesmo tempo) o extravasa.

A consideração do lugar para o planejamento urbano é um desafio. Como inserir a heterogeneidade dos lugares, considerando suas conflitualidades internas e os diversos níveis de interesses que circulam na estrutura social que lhe dá forma (e também conteúdo)? Trata-se, na verdade, de um desafio cotidiano, como devem ser considerados os processos de planejar e gerir: cotidianos, tal qual o lugar. Tal desafio, entretanto, possui seus ápices, a exemplo do processo de elaboração de um novo plano diretor. Para que tais culminâncias sejam aproveitadas em plenitude é necessária a continuidade do processo (no caso, participativo). Falando com materialidade, as relações engendradas coletivamente pelos sujeitos, sejam estes lideranças, comerciantes locais e não locais, moradores comuns de todas as gerações e gênero, prestadores de serviços (pessoas que passam por volta de oito horas por dia no lugar: local de trabalho), representações religiosas, entre outros, deverão de alguma maneira expressar-se nas páginas secas de um plano diretor. Em uma perspectiva generalista, tais expressões cairão no descaso e fugirão da possibilidade escalar de aparecer no plano escrito, metodologias participativas deverão, assim, elaborar planos de bairro (ou de lugares?) e manter com regularidade espaços para debate e (re)construção.

Será um desafio, assim, o afinamento dos diversos planos de bairro para a (constante) construção do plano diretor da cidade (mas tal processo, por si, é um desafio). A ideia aqui não é a de que os planos de bairro, juntos, comporão o PDDU, mas que o darão suporte, assim como para outros instrumentos de planejamento. Para tanto, a metodologia geral deverá abarcar a realização – também como um processo contínuo – de oficinas/debates/encontros entre os diversos agentes representantes dos lugares, ou dos bairros. Trata-se de envolver uma diversidade de agentes, de uma diversidade de classe social, reclamando interesses distintos, por vezes opostos. Aqui encontramos coerência na importância do agir comunicativo habermasiano, mediado pelo poder público, ONG's e a Universidade. O planejamento será, desta maneira, um processo democraticamente disputado e amplamente participativo. Utopia?

Tal utopia não tem metas quantitativas nem previsão de tempo para se realizar: utiliza o espaço urbano para qualificar um modo de vida. Seu fundamento é transformar a realidade do mundo vivido com os desafios da vida cotidiana, com a possibilidade de criar “uma nova cidade possível”. (...)

É próprio da utopia nunca se concretizar. Porém, cada conquista, por menor que seja, abre novos campos, novas escalas de articulação de uma sociedade sempre em movimento. A utopia da cidade como direito é construída pelos que “sobrevivem” na “ultracarência”. (RODRIGUES, 2007, s/n, grifos da autora).

O lugar no planejamento urbano permitirá que a vivência cotidiana seja fator condicionante para as tomadas decisões. Isso é participação no planejamento, não uma série de oficinas em momentos estanques realizadas tomando como base aglomerados de bairros: se o processo não acontecer como um contínuo, ele poderá receber qualquer adjetivação, exceto a de ‘participativo’. Quantos moradores conhecem a constituição de um plano diretor de desenvolvimento urbano e de que maneira sua participação efetiva no processo de construção de tal plano pode trazer melhorias para sua vivência cotidiana? Pra quem é importante saber?

Se o plano de direção ao urbano servirá para orientar ações a serem determinadas por agentes em relações sociais, esse mesmo plano deverá representar tais relações. Assim, tendo em vista que os lugares são a espacialização dessas relações, considerá-los no planejamento torna-se imprescindível. O outro lado, o da não consideração, resulta em malhas ‘territoriais’ que (normalmente) em nada se aproximam da realidade vivida nos lugares, a exemplo do atual planejamento da cidade de Salvador. Apenas uma representação equivalente do vivido garantirá autonomia e a presença consolidada do agir comunicativo, em contraponto à racionalidade imposta (pelas classes dominantes e assegurada pelo Estado). Como exemplo bem sucedido Souza (2006) traz a experiência de Porto Alegre.

Em 1989, ao constatar-se a inadequação da divisão territorial herdada do plano diretor de 1979, que dividia o município em apenas quatro grandes áreas, a Prefeitura, tendo como ponto de partida reuniões com líderes de associações de moradores, deflagrou um frutífero processo de discussão, ao longo do qual foi elaborada a divisão territorial que deveria servir de referência para o processo do orçamento participativo. Desde muito cedo, portanto, esteve presente a consciência de que a divisão territorial é relevante, uma verdadeira questão de “organização política do movimento popular” (...) (assim como) a “identidade entre os moradores e as vilas ou bairros” e a “tradição existente de [se] reunir com esta ou aquela comunidade”. (SOUZA, 2006, p. 346).

Aqui surge um questionamento acerca da viabilidade do gasto de energia com o desenvolvimento de uma pesquisa que terá como pano de fundo um impedimento maior e bloqueador que é a heteronomia da sociedade, usando a qualificação de Souza, determinada por estratégias políticas de manutenção da desigualdade. Por outro lado, a busca neste trabalho é – antes de tentar interferir no processo de planejamento em si, o que demandaria inserção política e o cenário político da cidade de Salvador não é dos mais favoráveis – de potencializar, por meio de argumentações com embasamentos teóricos e práticos, a compreensão de que considerar os elementos do lugar no planejamento traz possibilidade de efetivação da participação. Trata-se então de potencializar a luta por direitos sociais por meio do lugar enquanto representação espacial das relações sociais próximas, entretanto, sem

perder de vista o cenário de heteronomia, uma vez que é sobre ele que deverá incidir a resistência e é ele que deverá ser transformado.

Considerando o lugar como a espacialização das relações sociais (por isso elas são relações socioespaciais) e também que tais relações são pré-requisitos para a existência do espaço (assim como este é pré-requisito para a existência de relações sociais), o espaço geográfico no planejamento torna-se imprescindível a um resultado que atenda minimamente às demandas da realidade, que é socioespacial. O contrário, a negligência do espaço enquanto fator e elemento no contexto do planejamento pode resultar em “estorvos e fatores de fricção, por desrespeitarem identidades socioespaciais construídas ao longo de gerações” (SOUZA, 2006, p. 343). Pode-se entender que a consideração do lugar no planejamento é diretamente proporcional a sua possibilidade de efetividade da participação. Lua, entrevistada do bairro do Rio Sena, afirma, mesmo sem a percepção de que apenas o diálogo não resolverá, que não há interação entre a prefeitura e a comunidade.

(...) então falta isso, a interação entre a prefeitura e os órgãos responsáveis com a comunidade em si, o primeiro passo a ser dado é conversar com o morador, os moradores, né, conversar, porque cada um pode ter a sua necessidade, então é fazer uma reunião com líder de cada rua, com líder de cada comunidade, e ver a real necessidade ali, e saber também que não é somente aquilo, não é só você chegar lá em um dia de sol lindo, um domingo geralmente que eles vão, ver o que... olhar só o grosso, às vezes nem do carro desce... mas você ir conversar com as pessoas que moram lá, principalmente os mais antigos e também os de mais visão. (Lua – Entrevistada do Bairro do Rio Sena, Apêndice A, l. 8646).

Embora neste trabalho o objetivo maior seja de levantar aspectos do lugar, tal defesa tem como pano de fundo a espacialidade como um todo, por isso ressaltamos outro destaque trazido por Souza, no qual o autor relaciona as categorias espaciais lugar e território. Encontraremos elementos de território, a espacialização do poder, no contexto do estudo e defesa do lugar. “Na prática, lugares são, menos ou mais fortemente, territórios, pois a identidades sócio-espaciais associam-se, sempre, relações de poder espacializadas com o fito de defender as identidades, um modo de vida” (SOUZA, 2006, p. 344). Assim, quando falamos dos lugares, estará implicitamente relacionado às relações de poder consentidas e reafirmadas pelos sujeitos em coletividade através do tempo. Os conteúdos das formas presentes no espaço devem fornecer elementos que explicitam relações de poder estabelecidas nos diversos lugares, ao tempo que também demonstram elementos identitários.

Certamente, nos lembra Souza, que uma identidade pode não significar necessariamente elemento positivo e que incita respeito, a exemplo de separações entre o que o autor chama de bairros de favelas. É papel do Estado, assim, assumir a postura de considerar as necessidades dos socialmente menos assistidos, assim como a coletividade. Não aceitamos

o discurso da neutralidade, entendemos, por outro lado, que o mesmo serve para acobertar a defesa de interesses das elites. O que se quer com a demonstração da importância da espacialidade e, mais especificamente, do lugar para a efetivação da participação no planejamento é colocar o papel da Geografia na luta por direitos sociais, mais especificamente no contexto do urbano e do urbano periférico.

A busca pela autonomia perpassa, indubitavelmente, pela refutação de formas espaciais que historicamente são simbologias do poder heterônimo inscritas nos diversos lugares. Por conseguinte, é papel da Geografia e da/o geógrafa/o planejadora/o ‘tecnificar’ a linguagem do vivido e ‘cotidianizar’ a linguagem do planejamento, aproximando as realidades sem qualquer resquício de hierarquia, uma vez que a Geografia fornece elementos teóricos que possibilitam tal encontro. Eis um agir comunicativo a serviço de calcar elementos autônomos em meio à heteronomia. Dialogaremos mais sobre autonomia e participação social no capítulo a seguir, que tratará mais enfaticamente da efetivação da participação popular no contexto do lugar, trazendo também diálogos conceituais sobre o lugar.

Percurso metodológico

Encontramos em Lefebvre – a propósito da dialética – elementos que certamente contribuirão para elucidar o movimento do nosso pensamento nesta viagem entre o lugar e o planejamento tendo o espaço geográfico como pano de fundo. Para o autor, a dialética como movimento de pensamento segue leis que são universais e concretas, não substituindo, contudo, a “investigação nem o contato com o conteúdo (...). Entre o universal e o concreto é impossível suprimir a mediação do *particular*” (LEFEBVRE, 1991a, p. 237, grifo do autor). É no lugar que o conteúdo do particular se concretiza. Dois princípios dialéticos foram essenciais ao nosso estudo do lugar, a saber, a lei da interação e a lei do movimento universal.

O lugar não se revela a partir de análises segmentadas, assim, sua análise estará sempre atenta à interação entre os fenômenos, ações e agentes socioespaciais, independente da escala. Ressaltar a interação das coisas como linha de pensamento torna-se relevante especialmente que em todo o tempo estaremos chamando atenção para a importância das relações endógenas e do protagonismo dos sujeitos dos/nos lugares de periferia. Nossos esforços serão na perspectiva de valorizar ações e relações historicamente construídas, que constituem os lugares, chamando atenção ao poder de transformação que as mesmas possuem, no sentido de maior justiça entre as forças no jogo perverso e desigual da produção do espaço. O lugar não é isolado porque não o são seus sujeitos.

O não isolamento nos leva ao processo, ao movimento, também princípio da dialética. A lei do movimento universal sugere que os fenômenos possuem movimentos internos e externos “que os envolve no devir universal. Os dois movimentos são inseparáveis”. (LEFEBVRE, 1991a, p. 238). O lugar, assim, insere-se no movimento universal que o envolve e transborda em seu movimento interno, ambos interdependentes ‘solidários e contraditórios’.

Trouxemos esses dois princípios com o intuito maior de autocrítica quando a emoção extrapolar a razão em nossos discursos de valorização dos lugares de periferia. Para Santos, a “construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria”. (SANTOS, 2013, p. 191). Nossos esforços seguirão no intuito concreto de possibilidade de intervenção na realidade.

O alcance do lugar

A práxis aqui defendida, contudo, extrapola a elaboração deste trabalho de tese, este, por outro lado, induz a realização de esforços contínuos no sentido de aproximação do lugar ao planejamento e do planejamento ao lugar, movimento que envolve uma necessidade de conhecimento e respeito pelo outro – por parte dos planejadores técnicos e políticos – autoconhecimento e empoderamento por parte dos sujeitos moradores. Para tanto, há a necessidade primeira de esclarecer o sentido que mantém a não participação enquanto estratégia e a participação como discurso. Este trabalho não apenas apontará elementos a serem transformados na relação sujeito / Estado, mas traz para a universidade um papel relevante nesse contexto.

Ao longo deste trabalho demonstraremos a distância entre a participação efetiva e os lugares de periferia, estes que necessitam de inúmeras transformações sociais, como também os caminhos para tal aproximação – que elencamos como limites a serem enfrentados e possibilidades a serem potencializadas – apresentados pelos lugares de periferia a partir dos diagnósticos que foi possível por meio dos relatos dos nossos entrevistados. Por fim, a ênfase será dada à comunicação e à autonomia do sujeito – elementos que o trabalho de campo nos fez ressaltar de extrema relevância ao resgate de características essenciais dos lugares de periferia, como as coletividades e a construção de identidades.

O primeiro passo ao alcance do lugar foi a definição dos procedimentos metodológicos a serem seguidos nos trabalhos de campo. A realização de entrevistas semiestruturadas com todos os agentes aqui definidos como mais relevantes ao processo, a saber, sujeitos, Estado e universidade, definiu-se a partir da construção do que seria necessário ao alcance dos objetivos perpassando o problema central da pesquisa, assim como a própria tese, afim de constituir uma elaboração concreta da forma com a qual o lugar contribui para a efetivação da participação. Sobre a técnica de entrevistas e as intenções de uma pesquisadora ou pesquisador ao optar pela mesma como fonte primária e principal de suas informações de campo concordamos com Claval (2014) a propósito da sua Epistemologia da Geografia.

Noutros casos o pesquisador deseja conviver longamente com as pessoas pesquisadas. Ele não espera respostas estereotipadas. Ele deseja saber o que pensam, compreender seus pontos de vista e explorar a lógica das suas atitudes. Fala-se, em caso semelhante, de entrevistas ou enquetes. A conduta de tais conversas exige tato, o que exclui confiá-las a pessoas pouco qualificadas. O tempo passado junto a cada indivíduo encontrado é longo, o que limita o número de encontros possíveis. (CLAVAL, 2014, p. 70).

Neste sentido, o lugar enquanto práxis foi alcançado a partir das experiências dos sujeitos e o objetivo foi dialogar nosso aparato conceitual às experiências por eles relatadas. As perguntas norteadoras foram alteradas no decorrer da realização das entrevistas, seja na sua forma, seja no conteúdo, sendo que as quatro primeiras podem ser consideradas entrevistas-piloto. A formulação das perguntas se deu a partir da necessidade de alcançar as experiências dos sujeitos com seus lugares de vivência, ou seja, em suas relações socioespaciais mais diretas e para além da família, e buscar, a partir dessas experiências, fazer relação ao planejamento urbano. As perguntas também se pretenderam a captar os olhares dos sujeitos como observadores (do bairro, dos vizinhos), o que resultou na tríade o eu/o outro/ o bairro (enquanto nome do lugar e não limite administrativo), seja nas relações internas, seja nas relações com agentes da prefeitura, por exemplo, decerto que sempre na perspectiva dos sujeitos, o vivido. As análises dessa tríade nos levaram à perspectiva do percebido: o eu/ o outro/ o bairro a partir da análise dos discursos e aqui assumimos os riscos e deixamos transparentes os limites desta perspectiva.

Segundo Bauer e Gaskell (2000), a entrevista oferece importantes informações de contexto em relação ao entrevistado. Quando, no transcorrer das falas, os entrevistados foram do eu ao bairro como um todo, passando pelos sujeitos conhecidos e não conhecidos, mas que perpassam características mais ou menos delimitadas de seus lugares, nos foram oferecidos contextos.

Para Bourdieu (2008), a proximidade social entre entrevistador e entrevistado é fator facilitador da entrevista. Neste contexto, a seleção dos sujeitos a serem entrevistados partiu da estruturação de uma rede pessoal de contatos da pesquisadora, tendo em vista sua relação de vivência com a periferia de Salvador. As pessoas conhecidas indicaram suas respectivas redes, por bairro. A seleção entre os contatos recebidos da rede de solidariedade formada para esta pesquisa foi realizada a partir de alguns critérios: preferencialmente não lideranças (objetivando captar a vida cotidiana de sujeitos comuns não envolvidos com movimentos no bairro); pessoas adultas, sem discriminação de faixa etária; não foi entrevistada mais de uma pessoa por bairro (exceto o bairro de Massaranduba, quando a entrevista foi realizada com duas mulheres ao mesmo tempo, a pedido da entrevistada indicada); complementarmente, as entrevistas foram espalhadas em várias macrorregiões da cidade para tentar abranger o maior número de realidades possível dentro dos limites de uma pesquisa qualitativa.

Para as entrevistas com os representantes da prefeitura os critérios foram reestabelecidos com o percurso da pesquisa. A instituição das Prefeituras-Bairro alterou o foco dos entrevistados, anteriormente voltados à Fundação Mário Leal Ferreira, autarquia responsável pelo planejamento urbano da cidade. Os representantes das Prefeituras-Bairro nos proporcionaram uma visão mais ampliada da relação da prefeitura com os sujeitos, que é o foco desta pesquisa neste contexto. Já ressaltamos que o PDDU não é fator limitante da pesquisa, sim norteador, no sentido de sua importância como instrumento de planejamento da cidade e da necessidade de apropriação – pelos sujeitos – de sua concepção. Sendo o objetivo maior da descentralização da administração do executivo municipal por meio das Prefeituras-Bairro a aproximação dos serviços ao cidadão – segundo os entrevistados – buscamos compreender suas possibilidades e atual forma de atuação.

Para a entrevista com representação da universidade o critério foi ter acompanhado ou atuado de alguma maneira na construção do último PDDU e trabalhar (ou ter atuado) com participação social no âmbito do lugar (não necessariamente em contexto conceitual). A seleção das três representações (sujeitos, prefeitura, universidade) não contempla todo o universo envolvido com o planejamento (como Organizações Não Governamentais – ONG's, movimentos sociais organizados e setores empresariais) e não veio com este objetivo. Tal seleção se deu a partir do foco nos sujeitos nos lugares tendo em vista os limites teóricos e práticos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, não requer o estabelecimento de um percentual em relação ao universo total, que seria, neste caso, a população da periferia de Salvador. Os critérios para definição da quantidade de entrevistas foram principalmente a

perspectiva de espalhar o máximo possível pela cidade (o que se pôde demonstrar na figura 4 do capítulo introdutório), que possui periferias social e socioespacial – respectivamente, próximas e distantes de espaços centrais e/ou dinâmicos economicamente, o tempo definido no cronograma do projeto de pesquisa para a realização das entrevistas e as transcrições das mesmas e a saturação dos conteúdos de fala, esta segundo Lakatos (1996). No tocante à saturação, para esta pesquisa, não nos referimos superficialmente às repetições de informações nas falas, sim à ocorrência de conteúdos suficientes para a concretização de uma análise que desse suporte à defesa da tese. Acerca do risco que assumimos ao transcrever as entrevistas e não delegar a um trabalho profissional, justificamos pela necessidade de captar expressões corporais e entonações despendidas durante o diálogo que por vezes revelavam entrelinhas de contexto aqui consideradas relevantes, como nos traz Bourdieu (2008).

Outro aspecto relevante da entrevista enquanto técnica de pesquisa é a postura da entrevistadora. A farsa da distância normalmente colocada entre a pessoa que detém conhecimento e ‘o outro’ foi superada pelos diálogos que antecederam as gravações das entrevistas, cujo conteúdo constou também da história de vida da pesquisadora, além de indagações diversas sobre questões cotidianas como transporte e saúde, deixando um ambiente de diálogo agradável para as duas partes. Os conteúdos formais de início de gravação, como a informação de que a pessoa tem ciência de que está sendo gravada, foram falados anteriormente como um protocolo, assim as pessoas já esperavam certa interrupção no diálogo informal. A apresentação enquanto forma, representada pelas roupas e acessórios, como também de fala – linguagem – também foram preocupações desta pesquisadora. Estes itens evitaram a construção da ilusão da distância entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Sobre os limites das entrevistas como técnica de pesquisa transcorreremos acerca das entrevistas realizadas sem aproveitamento e aquelas apenas iniciadas. Nestes últimos casos não houve possibilidade de conquistar um ambiente tranquilo, uma vez que os entrevistados tinham problema com a situação em si. Com as duas pessoas houve diálogos antes e depois da tentativa (única para cada um), conversas que não afetaram os psicológicos das pessoas e as fizeram compreender que não foi ‘perda de tempo’ tentar entrevistá-las, pelo contrário, suas falas durante as conversas foram bastante enriquecedoras. Sobre as duas entrevistas realizadas sem aproveitamento, para compreendermos que não havia possibilidade de dar tratamento de conteúdo às mesmas, analisamos as posturas dos entrevistados ao responder as perguntas e o teor das respostas, que, via de regra, não tocaram no tema abordado ou o margeou com respostas simplistas. Em ambos os casos houve demonstração de indiferença em relação à entrevista e as respostas eram curtas, indicando também que gostariam de concluir o mais

rápido possível. Em ambos os casos a pesquisadora antecipou o final das entrevistas construindo nova estrutura sem evidenciar a situação.

Como sugere Bourdieu (2008), a atenção ao entrevistado é um item relevante ao sucesso da entrevista, que pode ser alcançada com sinais verbais e não verbais de estímulo. Preferimos não fazer anotações durante as conversas para deixar o ambiente mais agradável e não desviar o olhar dos sujeitos. O entrevistado morador do bairro de Cajazeira V, ao concluir a entrevista, disse que a conversa foi como um desabafo, entre outras palavras, um lugar de fala. Bourdieu explica que a entrevista pode se tornar um espaço para ser escutado, já que historicamente os moradores de periferia não são ouvidos, espaço de formação de opinião, uma vez que os sujeitos são levados a discorrer em temas que por vezes não havia antes pensado (ou da maneira como estava colocada). A entrevista é espaço de construção e reconstrução de pensamentos, autocrítica, crítica ao outro. Rosângela, moradora do bairro de Dom Avelar, fez uma perfeita reconstrução de modo de pensar ao se colocar como o outro que até então criticava.

A entrevista semiestruturada permitiu tanto a flexibilidade quanto o foco necessários à dinâmica do diálogo, este que aconteceu da forma mais espontânea possível, uma vez que a gravação permitiu que pesquisadora e entrevistados estivessem sempre em posição de conversa (troca de olhares e gestos).

As **entrevistas semi-estruturadas** combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75, grifos das autoras).

O direcionamento para o tema mencionado por Boni e Quaresma foi o objetivo norteador das entrevistas, uma vez fundamentado na perspectiva de que participação se faz a partir das experiências dos sujeitos nos lugares. A inserção, no início das entrevistas, das tarjetas com palavras e expressões que caracterizam conceitualmente o lugar foi seminal à ambientação dos entrevistados, assim como facilitou a despreocupação dos mesmos com o conteúdo das conversas, ficando claro que se tratava de suas experiências de vida o único aspecto relevante. O risco da perda do foco foi, via de regra, uma constante. Para reduzir este fator limitante da técnica da entrevista a elaboração das perguntas foi simplificada ao longo

das aplicações das entrevistas, assim como seus conteúdos seccionados em duas ou mais perguntas.

A elaboração das perguntas, por sua vez, foi realizada visando o alcance dos objetivos da pesquisa e a construção de argumentos para a defesa da tese. As respostas e suas interpretações, assim, nortearam a constituição do debate entre teoria e empiria que permeia o presente texto. No contexto das interpretações das falas, para Gregolin (1995), a análise do discurso permite a identificação de marcas que permeiam a fala e auxiliam na interpretação das relações entre o ‘texto e o contexto’, entre as falas e os contextos nos quais elas foram transmitidas.

No que tange os recursos da linguística, contudo, a análise de conteúdo norteou o tratamento das entrevistas. Segundo Caregnato e Mutti (1996), a diferença principal entre as duas análises está no fato da análise de discurso debruçar-se sobre o sentido e não o conteúdo. O sentido, para nós, torna-se relevante no contexto das intencionalidades por traz dos discursos e das ações, que nos traz Milton Santos em sua conceituação de espaço geográfico, por isso não nos privamos de atentar às possibilidades de interpretações que os discursos nos propiciaram.

Algumas técnicas relacionadas à análise do discurso, este como suporte abstrato que sustenta concretudes, GREGOLIN (1995), auxiliaram exclusivamente na análise das entrevistas realizadas com representantes da prefeitura, a exemplo da persuasão, com o objetivo de transmitir veracidade, que indubitavelmente foi encontrada ao longo de todas as falas dos entrevistados em tela. A relação texto / contexto permeou mais as interpretações das entrevistas dos sujeitos, contudo, perpassou também a análise das entrevistas com representantes da prefeitura, uma vez que seus postos e histórico de trabalho influenciam diretamente no conteúdo, formatação e entonação das falas. Para Gregolin, deve-se entender “discurso como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Neste sentido, a atenção à análise do discurso foi relevante na constituição da interpretação das entrevistas, mas a constituição essencial do tratamento das entrevistas foi por meio da análise de conteúdo, na qual “o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (CAREGNATO e MUTTI, 1996, p. 682). A inferência de uma expressão sintética, contudo, nos levaria à ocultação das vozes dos sujeitos entrevistados, o que nos levou à decisão de garantir a presença de suas narrativas em todo o corpo do texto,

assegurando seus espaços de fala. Mais que uma orientação metodológica, aqui se apresenta um posicionamento político.

Segundo Caregnato e Mutti (1996), a análise de conteúdo pode ser realizada “através do método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas (...) construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento”. (CAREGNATO e MUTTI, 1996, p. 683). A técnica é composta, de acordo com as autoras, por três etapas.

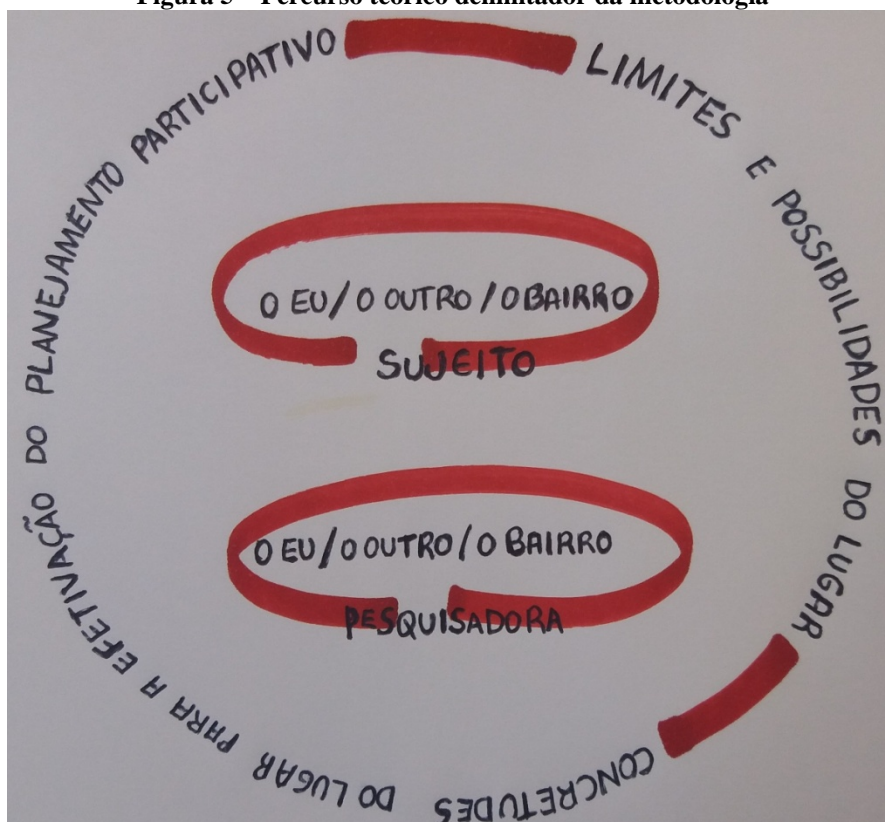
1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. (...) a primeira etapa [refere-se à] fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns. (CAREGNATO e MUTTI, 1996, p. 683).

A primeira etapa da nossa análise nas entrevistas com os sujeitos consistiu na identificação dos ‘dois sujeitos’ como uma constante, ‘o eu’ e ‘o outro’, normalmente como entes separados. Ainda dentro desta primeira análise tem-se as relações entre esses dois sujeitos e o lugar de vivência. Tendo compreendido a perspectiva por meio da qual as entrevistadas e entrevistados se colocariam para falar das relações com seus lugares, partimos para a sistematização dos conteúdos e seus diálogos teóricos na constituição argumentativa para a defesa da tese, ora demonstrando os limites do lugar, ora suas potencialidades para a efetivação do planejamento participativo, completando a defesa de que tanto um quanto o outro são seminais. A etapa da categorização foi a responsável pela constituição dos conteúdos dos quadros das falas dos sujeitos e os passos serão demonstrados a seguir.

A figura 5 traz a ilustração do nosso percurso teórico na análise metodológica inicial das entrevistas com os sujeitos, assim como delineia nossos objetivos: os caminhos entre os limites e as possibilidades do lugar e a busca de concretudes deste – por meio das experiências dos entrevistados – para a efetivação do planejamento participativo. Os limites, contudo, estavam nas perspectivas por meio das quais os conteúdos foram expostos: o sujeito, sua autoanálise e análise do outro em relação às experiências no lugar de vivência, assim como seu olhar e sua interpretação do olhar do outro para o lugar e as nossas interpretações acerca do disposto sobre o eu, o outro e o bairro. Aqui assumimos o risco na imersão enquanto pesquisadora sem as amarras de separação entre pesquisadora e pesquisa e sem o distanciamento proporcionado pelo clássico dueto sujeito / objeto (de pesquisa), admitindo

que o percurso trabalho de campo contou com relações sujeito / sujeito, carregadas de intencionalidades e não neutralidades.

Figura 5 – Percurso teórico delimitador da metodologia



Fonte: Elaboração da autora.

As concretudes do lugar (de periferia) para a efetivação do planejamento participativo culminaram na elaboração de resposta ao questionamento: de que maneira, efetivamente, o lugar de periferia contribui para a efetivação da participação social no planejamento urbano? Tal resposta – embasada essencialmente nas experiências dos sujeitos nos lugares – acompanha um esforço de elaboração de direcionamentos concretos presentes no capítulo conclusivo deste trabalho de tese.

O primeiro contexto necessário à interpretação dos conteúdos e que permeou toda a análise foi o de relação: os sujeitos em suas relações familiares, com os vizinhos, com as representatividades do bairro como um todo – lideranças, associações, grupos religiosos, de esporte, etc. – e em suas relações (presentes ou ausentes) com os agentes públicos. Neste sentido, o esvaziamento das relações coletivas, a falta de representatividade das lideranças e o problema comunicacional são exemplos de limites concretos à efetivação da participação que, por outro lado, têm em sua reconstituição meios para esta efetivação. Ainda que o problema da relação entre sujeitos / lugares e agentes públicos esteja nestes últimos, em sua intencionalidade no contexto da produção do espaço, nosso foco de direcionamento de

solução estará sempre no lugar, no fortalecimento e no reconhecimento do poder desse espaço.

A análise relacional foi segmentada entre interna e externa para diferenciar entre os conteúdos de relação que emergem dos lugares e são circunscritos a eles e as relações destes com o mundo externo, principalmente o Estado (este que não deveria aparecer como agente externo, as contradições já aparecem desde então). Separar as duas instâncias de relações, contudo, não significa não imbricá-las nas análises de conteúdo, inclusive em perspectiva de autocondicionamento.

No contexto relacional com o agente público as formas de ação e suas consequências foram ressaltadas como elementares à compreensão da realidade para possível intervenção, os conteúdos das falas neste sentido estão dispostos principalmente nos quadros do terceiro capítulo. O contexto relacional interno contou com a análise de características que indicaram limites e potencialidades (em relação à participação no planejamento) dos sujeitos entrevistados e ‘do outro’ (o/s vizinho/s). A perspectiva do outro foi sempre captada em apontamentos diretos dos entrevistados pela entrevistadora. Ambas as perspectivas (do eu e do outro) encontraram-se na análise dos conteúdos dedicados ao lugar (ou ao bairro de forma mais abrangente, quando, por exemplo, falam-se em associações), o lugar, assim, aparece como particularidade espacial.

A análise do lugar a partir dos seus sujeitos nos levou também à categorização de problemas / limites e potencialidades em relação à efetivação da participação no planejamento urbano. Neste sentido, relações internas aos lugares nos levaram a problemas embrionários, aqui considerados como impactantes à própria essência dos lugares de periferia e que sustentam a tese. A ausência ou escassez de coletividades e a perda ou ausência de identidades apareceram como conteúdos que embasaram o debate da perda do lugar, expressão trazida pela moradora do bairro de Santa Mônica.

Por outro lado, corroborando com a própria tese, os caminhos para sustentá-la também surgiram da análise de conteúdo relacional do lugar, quando ele desmascara seus sujeitos em sua essência: os caminhos para a efetivação da participação encontram-se no resgate das coletividades e identidades de outrora e na constituição de novas, em outras palavras, nos elementos que conferem poder ao lugar. Entre estes elementos surge a ruralidade, origem que permeia os sujeitos da periferia de Salvador direta ou indiretamente e que é responsável pelas relações coletivas quase destituídas pela urbanidade que se impõe: uma das possibilidades de resgate do lugar é a ruralidade de periferia.

Também permeado pelo contexto relacional tem-se o conteúdo comunicacional, que é debatido à luz da proposta habermasiana do agir comunicativo e, a partir das entrevistas, foi possível demonstrar a importância do debate de comunicação sem hierarquia tanto entre os sujeitos nos lugares (vizinhos, lideranças, etc.) como entre eles e os agentes externos. É válido elucidar que a análise de conteúdo (assim como a de discurso) nos auxiliou enquanto técnica no tratamento das entrevistas, contudo, não nos debruçamos ao seu estudo aprofundado. Entre os riscos na aplicação da análise de conteúdo destacamos o que nos trouxe Campos (2004), que auxiliou na vigilância durante todo o processo.

(...) a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. (CAMPOS, 2004, p. 613).

Neste sentido, salientam-se os conteúdos latentes e os conteúdos explícitos das falas: nossa preocupação central, para as entrevistas dos sujeitos, permeou o conteúdo explícito em análise contextual, já associando à análise do discurso, quando se recupera as relações entre a fala dos sujeitos e seus contextos social e histórico.

Com o objetivo de nortear as conversas – inclusive para que a necessidade de fazê-lo durante as falas fosse reduzida – os entrevistados foram convidados à análise, a partir de suas vivências, de algumas palavras ou expressões retiradas por nós do aparato teórico de lugar, a saber: convivência, interações, sujeito, vivências, subjetividades, pertencimento, permanência, particularidades, identidades, experiências, morar, associações de bairro, organização, cotidiano, habitar, conflitos e coletividades. Os entrevistados e entrevistadas foram chamados também a complementar com novas palavras e expressões no transcurso das entrevistas, para tanto eram levadas tarjetas em branco. A ideia foi também criar um ambiente mais descontraído, uma vez que as tarjetas foram colocadas numa superfície ao passo que as palavras/expressões eram faladas paulatinamente.

A apresentação das tarjetas pode ser considerada uma pré-categorização que teve essencialmente como tripé de conteúdo as relações dos sujeitos em suas coletividades, conflitos e com as associações de bairros (e/ou grupos similares) – seja em negação, afirmação, ou no que pode estar entre um e outro. Esta base de relações foi ratificada entre as falas. Ao final emerge indiretamente das falas dos entrevistados em geral – e diretamente dos moradores dos bairros de Santa Mônica, Nordeste, Dom Avelar e Cajazeira V – a perda do lugar: ou a perda das relações de coletividade e solidariedade que historicamente caracterizam os lugares de periferia.

Desta maneira surge uma problematização à defesa da tese: de que forma sustentar o lugar de periferia como possibilidade de efetivação da participação popular tendo a perda do lugar como diagnóstico generalizado no conteúdo das entrevistas? Contraditoriamente, a perda do lugar serve de argumentação à própria tese: à participação efetiva é imprescindível que os lugares estejam estruturados em seus coletivos – que não são únicos e nem consensuais –, e estes são a fonte do poder dos lugares de periferia, elemento por meio do qual seus sujeitos poderão alcançar uma comunicação horizontalizada. No contexto da perda do lugar, para sua reversão, surgem as formulações complementares de resgate e consciência de lugar (por meio do resgate, fortalecimento e/ou criação de coletividades).

O esforço de retorno à teorização a partir do que denominamos de perda do lugar (como processo) nos levou à busca de meios possíveis ao que seria seu retorno ou resgate. Os conteúdos das falas demonstraram – além de um sentimento de saudosismo sobre as relações que aconteciam – necessidade e possibilidade real – enquanto sujeitos – de um retorno do lugar. O pensamento a partir da essência e origem da coletividade enquanto modo de vida – tomando as inferências diretas dos sujeitos – fez emergir a ruralidade de periferia como categoria e como meio para reverter o processo de perda. Desta maneira, esta tese aponta os próximos caminhos a serem trilhados por esta pesquisadora não mais na defesa, mas na concretização do lugar como possibilidade de efetivação da participação popular no planejamento.

De forma geral o tratamento das entrevistas delineou os conteúdos dos capítulos em torno da tese defendida. O exercício foi de permitir que as falas direcionassem nosso discurso de defesa da tese e não o contrário. Os quadros – via de regra – trazem em temas os conteúdos das falas dos sujeitos. Os quadros do terceiro capítulo compõem as informações que demonstram a distância entre o planejamento de Salvador e a participação social efetiva. Ainda que o destaque esteja nas falas dos sujeitos moradores, este é o capítulo traz o maior contraponto com as falas dos entrevistados da prefeitura. Neste capítulo destacamos, no contexto das falas da prefeitura, o quadro 3, que trata da relação entre a construção dos planos de bairro (previstos pelo último PDDU) e as Prefeituras-Bairro e, nas falas dos moradores, ressaltamos os quadros 5 e o 9, que tratam – respectivamente – da ausência, insuficiência ou ineficiência do poder público e como são as tomadas de decisão que interferem no bairro.

No quarto capítulo a ênfase é para os quadros 11 (sobre a cooptação das representações locais pela política partidária), 16 (ausência de coletividades), 17 (relatos das histórias), 18 (identidades e pertencimentos) e 21 (perda ou ausência de identidades). Além das fragilidades no contexto das representatividades, o capítulo destaca os problemas das

coletividades (perda, ausência ou ineficiência) e, conseqüentemente, da constituição de identidades. Coletividades e identidades são trazidas a essência do lugar (em teoria e empiria) e o que as falas dos moradores trazem é a necessidade de recuperação desta essência.

O lugar é a demonstração espacial das relações cotidianas em coletivo e é a partir destas que deve ser pensado e concretizado o planejamento urbano. Os relatos que trouxeram a história e os conteúdos de identidade e pertencimento – quadros 17 e 18, respectivamente – demonstram que é possível o resgate do que, segundo Bethânia, moradora do bairro de Santa Mônica, ‘foi se perdendo’. O sentido da defesa desta tese está – por exemplo – no fato dos entrevistados terem escolhido as tarjetas de pertencimento e identidade para demonstrar relação positiva com o bairro mesmo indicando as dificuldades atuais no estabelecimento dessas relações. A essência deste debate está na possibilidade de resgate de relações considerando as histórias dos lugares. Ainda que não diretamente os sujeitos inseriram a tarjeta ‘história’, esta que nortearam para dois sentidos complementares: o primeiro é que está na história dos lugares a essência dos coletivos e identidades e o segundo é que só a partir dela será possível resgatá-los (assim como criar novos), o que retoma para nós o processo no contexto do conceito de espaço e a importância da relação tempo/espaço.

O capítulo 5, essencialmente, traz a necessidade de estabelecimento de uma nova forma de comunicação, tanto entre os sujeitos e outros agentes como entre os próprios moradores dos/nos lugares, inclusive a segunda prescinde a primeira, no sentido do fortalecimento endógeno. Este capítulo é concluído, assim, trazendo o debate das origens da essência dos lugares de periferia, a saber, a capacidade de formação de coletivos e a constituição de identidades, partir das falas dos sujeitos, de forma indireta. Diretamente, os quadros 29 e 31 trazem uma ideia de ‘como poderia ser em meu bairro’.

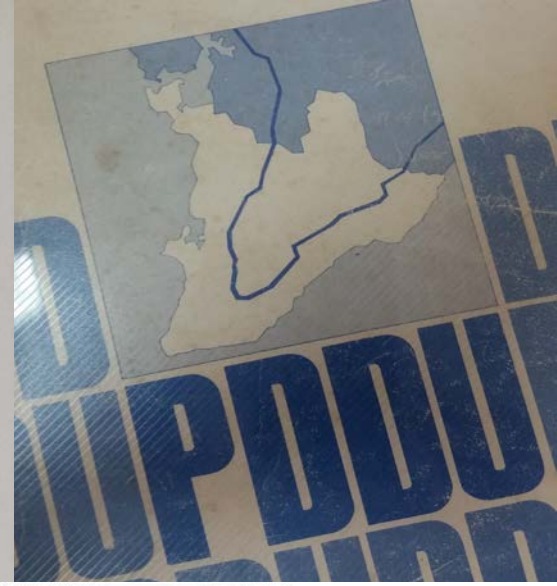
Por fim, ressaltamos que foi consciente a opção por garantir a presença das falas diretas dos sujeitos por meio dos (por vezes extensos) quadros, garantindo e respeitando seus posicionamentos originais, entendendo esta pesquisadora como porta voz (e não voz) desses sujeitos por meio deste instrumento acadêmico. Em que pese a quantidade grande de falas em cada quadro (indicadas para o apêndice pelo número da linha ‘1.’), reafirmamos nosso compromisso político, agradecimento e respeito aos entrevistados.

plandurb

PROJETO DE LEI SOBRE O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DA CIDADE DO SALVADOR.



PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO-AMBIENTAL SALVADOR • BAHIA • 2002



MARÍLIA – Eu sinto que não tem muita intervenção ali e são coisas muito paliativas, digamos assim, as tomadas de decisões da prefeitura geralmente é quando tem alguma reportagem na televisão, por exemplo, que diz que tem um problema, aí eles vão lá e remediaram esse problema. **Marília - Moradora do bairro de São Cristóvão**

RELAÇÃO PREFEITURA (AGENTE PÚBLICO)/ COMUNIDADE
1 - Formas de ação

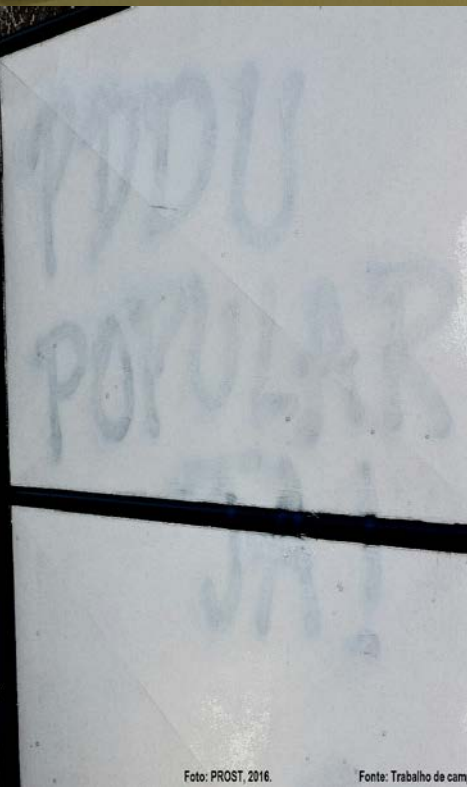


Foto: PROST, 2016. Fonte: Trabalho de campo.

GILBERTO – Eu acho que a prefeitura deveria parar de fingir que nos ouve, que, que... o povo participa. **Gilberto - Morador do bairro de Cajazeira V.**

A PREFEITURA DE SALVADOR DIZ QUE O PROGRAMA REVITALIZAR VAI MELHORAR O CENTRO ANTIGO, MAS...

INVIABILIZARÁ A PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES NEGRAS EM SEU TERRITÓRIO E DIFICULTARÁ A EXISTÊNCIA DESTE ESPAÇO QUE SÓ ESTÁ VIVO GRÇAS A ELAS!

POSICIONE-SE CONTRA! PARTICIPE! 20-04-2017 - QUINTA - 12:00 CÂMARA DOS VEREADORES

ARTICULAÇÃO CENTRO ANTIGO

A POPULAÇÃO DO CENTRO EXIGE A RETIRADA DESSE PROGRAMA SEGREGADOR E EXCLUDENTE!

NÃO À LIMPEZA SOCIAL E ÉTNICA!

A PREFEITURA DE SALVADOR DIZ QUE O PROGRAMA REVITALIZAR VAI MELHORAR O CENTRO ANTIGO, MAS...

INCENTIVA A DESAPROPRIAÇÃO E EXPULSÃO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA QUE MORAM NOS IMÓVEIS CONSIDERADOS "ABANDONADOS" E "SUBUTILIZADOS"!

POSICIONE-SE CONTRA! PARTICIPE! 20-04-2017 - QUINTA - 12:00 CÂMARA DOS VEREADORES

ARTICULAÇÃO CENTRO ANTIGO

A POPULAÇÃO DO CENTRO EXIGE A RETIRADA DESSE PROGRAMA SEGREGADOR E EXCLUDENTE!

PRECISAMOS DE MORADIA POPULAR!

ARTICULAÇÃO CENTRO ANTIGO

os tempos nunca também convergem, porque parece que você tem um tempo na universidade que é infinito, pra refletir sobre as coisas e efetivamente... é... dentro do... do programa de governo, da estrutura pra gente governar, a gente tem um tempo pra fazer as coisas, então o plano diretor não pode passar oito anos sendo discutido, né... até porque é um instrumento que tem oito anos de validade, então você não tem como... é... você não tem como estender determinadas coisas além de determinada agenda porque você torna inviável, né, a concretização disso. **Fernando - Gerente na Fundação Mário Leal Ferreira.**



Foto: CONCEIÇÃO, 2017.

1 - Impeditivos à participação social

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS / REUNIÕES / OFICINAS

PARTICIPE!

OFICINAS SOBRE O PLANO DE MOBILIDADE

DIA 21 – QUINTA-FEIRA – 13H ÀS 17H
PREFEITURAS-BAIRRO:
CABULA
PAU DA LIMA
SUBÚRPIO
CENTRO/BROTAS

DIA 22 – SEXTA-FEIRA – 13H ÀS 17H
PREFEITURAS-BAIRRO:
CAJAZEIRAS
CIDADE BAIXA
LIBERDADE/SÃO CAETANO

DIA 23 – SÁBADO – 08H ÀS 12H
PREFEITURAS-BAIRRO:
ITAPUÁ
BARRA/PITUBA
VALÉRIA

PLANO DE Mobilidade Sustentável SALVADOR

PDDU

Pressa prejudica qualidade do novo PDDU de Salvador!

800 x 445 - participasalvador.com.br

Confira o resultado da votação do

OUVINDO NOSSO BAIRRO 2017
SUAS SUGESTÕES VIRANDO REALIZAÇÕES.

3 A DISTÂNCIA ENTRE O PLANEJAMENTO DE SALVADOR E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EFETIVA

Esta seção é composta por um breve histórico das principais iniciativas de planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), com ênfase para o recorte de participação popular contido em cada uma delas, seguido do debate – com o mesmo realce – acerca do plano diretor atual. Para este serão considerados tanto elementos de legislação e artigos publicados quanto resultados das entrevistas realizadas para a presente pesquisa. Ressaltamos que a realização das entrevistas nos fez incluir o Programa Ouvindo Nosso Bairro, visto que apareceu como exemplo maior de participação popular durante as entrevistas com representantes das Prefeituras-Bairro, tornando-se necessária a realização de uma análise crítica tanto do programa quanto dos discursos sobre ele.

Os elementos surgidos nas entrevistas que comprovam a elevada distância entre o planejamento de Salvador e a participação social efetiva, considerando os sujeitos nos seus lugares de vivência, foram, predominantemente, sobre como são tomadas as decisões que afetam o bairro por parte da prefeitura, a ausência e ineficiência – no lugar – desta esfera da administração, como também o reflexo – para os moradores – das audiências públicas, oficinas e reuniões diversas realizadas pela prefeitura nas proximidades dos bairros ou em espaços centrais da cidade. Serão trazidos também elementos das entrevistas com os representantes da prefeitura, sempre que possível em diálogo com aquelas com os moradores, bem como com a representação da universidade.

O contexto do distanciamento entre o planejamento de Salvador e a participação social efetiva, em outras palavras, a distância entre os discursos falados e escritos e a práxis social que se apresenta considerando os lugares periféricos, nos fez reportar o espaço como sistema de objetos e sistemas de ações, imbricados e interdependentes, que Santos (2013) nos recomenda – em seu estudo – preceder a análise da crítica. O que tínhamos enquanto resultado durante o trabalho de campo foi o distanciamento entre o que existia como discurso da prefeitura – considerando as legislações e os relatos em entrevistas – e o que se encontrava entre os relatos de experiência dos sujeitos moradores dos / nos lugares de Salvador. Certamente não encontraríamos no lugar a justificativa para as coisas como estavam colocadas, o que nos traz outra passagem de Santos (2013), quando o autor nos recomenda não separar o lugar do mundo, atentar à análise multiescalar. Sobre a necessidade de discurso entre os objetos e ações (estas que funcionalizam os objetos), o autor pontua.

Os objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Assim, todos nos tornamos ignorantes. Esse é um grande dado do nosso tempo. (SANTOS, 2013, p. 87).

Os discursos hegemônicos enquanto base das coisas, das tomadas de decisões, das ações que não partem das proximidades e a construção da história por meio de práxis invertidas, na nossa concepção, auxiliaram na explicação do resultado que traremos a seguir e nos possibilitaram proceder a crítica da análise. Indubitavelmente, nossa defesa é de que a solução está no lugar, mas, para compreender as coisas, precisamos sair e voltar a ele; faz-se necessário fortalecer os lugares, por meio dos seus sujeitos, com o intuito de melhor lidar com ‘as ideias fora do lugar’. Para que as ideias estejam no lugar, e no contexto da periferia é uma necessidade emergente, elas precisam insurgir dele e não de fora. Não queremos distanciar, com esta defesa, o lugar do mundo, mas sim defender que o mundo não determine os lugares, apenas atue como condicionante, como todas as coisas.

Com o intuito de situar a cidade de Salvador em relação ao seu planejamento, assim como compreender temporalmente o que encontramos de resultados nas entrevistas e legislações atuais no tocante à participação social, será realizada a seguir uma breve contextualização histórica. A ênfase será dada ao que encontramos relacionado à participação social, ou ao que se aproxima desta ideia. Ainda que tenhamos definido como marco temporal pra este trabalho os dois últimos planos diretores, publicados nos anos de 2008 e 2016, para a contextualização histórica foram delimitados os anos da década de 1970, tendo em vista a notoriedade do crescimento populacional e da ocupação territorial de Salvador após esse período.

Linha do tempo das iniciativas e experiências de planejamento em Salvador

No que tange as primeiras iniciativas de planejamento, tem-se o registro da implementação do Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS), que originou o denominado Plano Mário Leal Ferreira, em homenagem ao coordenador dos trabalhos à época, baiano e engenheiro geógrafo, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). O escritório foi resultado dos debates ocorridos na Semana de Urbanismo, datada do ano de 1935.

A primeira experiência de planejamento urbano em Salvador deu-se na década de 40, com o EPUCS – Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador,

cujo trabalho ficou conhecido como Plano Mário Leal Ferreira, em alusão a seu coordenador.

A primeira iniciativa data de 1935, com a Semana de Urbanismo, de cuja organização participou a Comissão Organizadora do Plano da Cidade, criada pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal. Foi realizado, então, um seminário, que levantou aqueles que eram considerados os principais problemas da cidade, basicamente questões relativas às suas condições sanitárias (...).

Entre as primeiras discussões e o início do plano decorrem oito anos. Apenas em 1943 implanta-se o Escritório do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador, entidade privada sob coordenação de Mário Leal Ferreira, que concorreu com uma proposta de um escritório carioca, com a participação do urbanista Agache, que coordenou o Plano do Rio de Janeiro.

O prazo de um ano, inicialmente previsto para a elaboração do trabalho, foi sucessivamente adiado e só cinco anos depois foi aprovado o Decreto-Lei nº 701, regulamentando o Loteamento, Parcelamento e Uso do Solo. Um ano antes havia falecido Mário Leal Ferreira.

O plano do EPUCS era extremamente ambicioso, detalhado e minucioso. Tinha influências do movimento da cidade-jardim, com ênfase nos aspectos físicos do uso e ocupação do solo, mas também considerava fatores econômicos e sociais em grande detalhe. Foi elaborada uma pesquisa de campo, por amostragem, cobrindo o município de Salvador. A abrangência e o detalhamento do trabalho eram assustadores (...).

Uma das queixas de Mário Leal Ferreira contra a Prefeitura, apresentada como justificativa nas solicitações de adiamento dos prazos, era o não cumprimento do compromisso da Prefeitura em elaborar a Planta Cadastral da Cidade. A questão do cadastro e, de modo mais amplo, do estabelecimento de um sistema de informações permanentemente atualizado, é uma questão até hoje não resolvida (...).

Depois da aprovação do Decreto-Lei nº 701, em março de 1948, foi criada a CPUCS – Comissão do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador, não mais como atividade de consultoria, mas como atividade própria da Prefeitura, com o objetivo de encerrar os trabalhos de Mário Leal Ferreira, que não tinham sido totalmente concluídos. Isso, no entanto, não acontece de maneira efetiva, uma vez que a Comissão passa a ser absorvida por tarefas de assessoramento, ligadas à necessidade imediatas da Prefeitura. (...). (PENTEADO FILHO, 1991, p. 5-6).

O Plano Mário Leal Ferreira vem em um período que a população de Salvador tem crescimento inexpressivo, segundo o mesmo autor, dos anos de “1900 a 1940 a população passou de 206.000 para 290.000 habitantes” (PENTEADO FILHO, 1991, p. 5-6). Decerto que não se menciona participação popular nas iniciativas citadas. Daremos ênfase, todavia e como já mencionado, para as experiências a partir dos anos de 1970, quando a população cresce de forma mais significativa, a população imigrante é induzida a ocupar as áreas intracontinentais, o litoral atlântico tem sua ocupação iniciada, o Subúrbio Ferroviário é mais densamente ocupado e quando efetivamente se tem experiências de elaboração de plano diretor, que tem seu marco na publicação do Plandurb, no ano de 1985. No Brasil a primeira iniciativa de participação considerada mais efetiva foi a experiência de Orçamento Participativo em Porto Alegre no final dos anos 80.

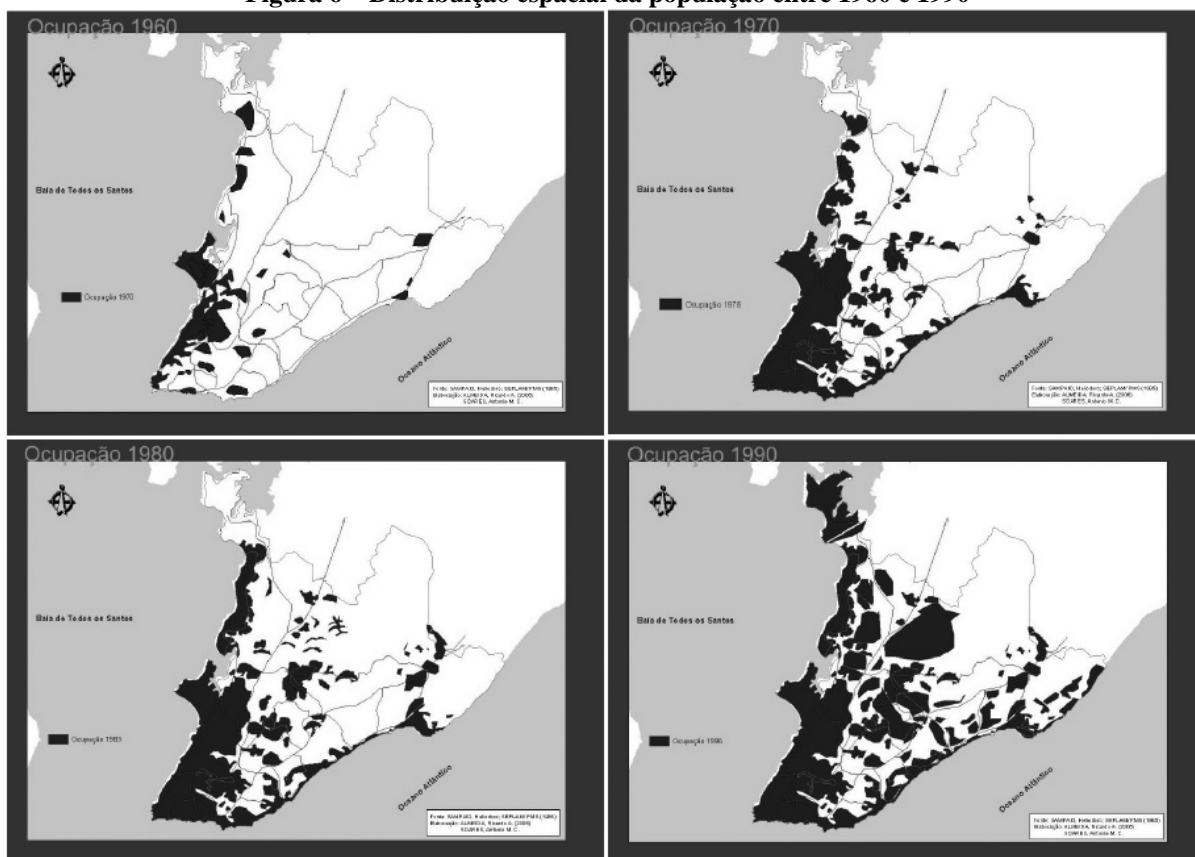
O quadro 1 mostra a evolução do número de habitantes de Salvador e a figura 6 espacializa a distribuição desta população no território municipal.

Quadro 1 – Evolução da população de Salvador
Salvador: População residente (Número de habitantes)

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010	2016
	417.235	655.735	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.196.269	2.443.107	2.675.656	2.938.092

Fontes: Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM) para os dados até 2010. IBGE: Estimativa da População, para o dado de 2016.

Figura 6 – Distribuição espacial da população entre 1960 e 1990



Fonte: (SOARES, 2009, p. 88-90).

O contexto de crescimento populacional de Salvador após dos anos de 1970 se dá também pela transformação socioeconômica da capital baiana, que passa de uma predominantemente economia agrícola para a inserção na conjuntura do capitalismo industrial incipiente, a partir da implementação do Centro Industrial de Aratu CIA, em 1967, e do Complexo Petroquímico de Camaçari, no ano de 1978. Estas estruturas vêm complementar a exploração da atividade petroleira com a criação da Petrobrás no início dos anos de 1950. Neste sentido, migra para Salvador uma população camponesa desprovida de política pública para o mundo rural, em busca de oportunidades geradas pela região metropolitana de Salvador. O mercado imobiliário, por meio da construção, empregou boa parte desse contingente populacional, uma vez que é também período de expansão da cidade para adaptação ao novo período econômico, além de construções para as classes média e alta.

Embora o desenvolvimento industrial tenha se dado em sua região metropolitana, Salvador abrigara mais possibilidades infraestruturais, por se constituir no polo centralizador, facilitando a construção de moradias para a população migrante.

Sobre o Plandurb, primeira iniciativa de elaboração de plano diretor em Salvador que se tem registro, de acordo com documentos da Biblioteca da FMLF, o entrevistado do referido órgão nos trouxe seu relato de experiência pessoal. Segundo Fernando o Plandurb foi pioneiro no contexto da institucionalização da participação popular, as legislações que antecederam o plano e o fundamentam no quesito participação popular, datadas de 1983 e 1984, foram citadas nas elaborações prévias ao PDDU de 2004.

Particpei de vários momentos (...) da elaboração de planos diretores e várias fases, do planejamento da cidade (...). Quando eu entrei (...) ainda peguei (...) a fase de implantação do plano de 1985, o PDDU de 1985, que foi elaborado desde a década de 70, final da década de 70, e foi aprovada a lei em 85. (...) este plano na verdade era um paradigma, na verdade, o planejamento, por conta do... da grande mobilização de esforços que foi envolvido na época, e... ele que criou na verdade os primeiros (...) instrumentos institucionalizados do planejamento da cidade, né, o próprio... (...) a lei do plano diretor, muito antes do Estatuto da Cidade, inclusive indicando que isso teria que ser obrigatoriamente aprovado por lei, então havia uma lei do plano diretor municipal, a lei de ordenamento e uso e ocupação do solo, e uma terceira lei, que era muito importante que é a **lei (...) do processo de planejamento e da participação comunitária. Não tinha exatamente este nome, mas a função era essa, ela regulamentava exatamente o processo**, que é hoje também o que o estatuto da cidade faz, como você proceder à elaboração dos planos, o... não só o plano diretor, mas também os planos setoriais, planos urbanísticos, e como se daria a participação (...) da sociedade nesse processo de discussão. Isso foi uma lei criada na década de 70, ainda durante o período da ditadura e que foi aprovada (...) em 83, ainda, né, quando esse processo (...) de passagem (...) do autoritarismo para (...) a democracia começou (...) a se definir melhor, né, **então uma lei que foi precursora, digamos assim, de muita coisa que a gente efetivamente passou (...) a entender como participação neste processo**. Teve muitas dificuldades (...) de aplicação, uma certa insuficiência também por conta das próprias orientações na época, mas **Salvador já tinha, na verdade, definido institucionalmente um processo de participação (...) comunitária**, como se dizia, no processo de planejamento **bem antes do Estatuto da Cidade**, (...) vim definir (...) esses formatos. (Fernando – Entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira, Apêndice B, l. 12818, grifos nossos).

O Plandurb, como disse o entrevistado, teve sua discussão iniciada na década de 70, encontramos registros – também na Biblioteca da FMLF – de anteprojeto de lei datado de 1978, que previa como horizonte temporal do plano o período entre os anos de 1978 e 1983. Tais iniciativas apenas foram concretizadas no início da década de 80 e deram origem à Lei Nº 3.345, de 1º de dezembro de 1983, que trata do “processo de planejamento e participação comunitária no desenvolvimento do município da cidade do Salvador e dá outras providências” (SALVADOR, 1983, s/n) e ao Decreto Nº 7.139 de 5 de setembro de 1984, que regulamenta a referida lei. O anteprojeto aparece nos arquivos da FMLF já com o título de Plandurb, plano que apenas foi publicado em 11 de setembro de 1985, (SALVADOR, 1985), sob a nomenclatura de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e a sigla PDDU.

Na legislação que dispõe sobre o processo de planejamento e participação comunitária, Lei Nº 3.345/1983, tal participação aparece em seus objetivos e função, como também no conceito de processo de planejamento urbano. A referida lei apresenta também um conceito de processo de participação comunitária.

[Entre os objetivos, consta] IV - estimular e garantir a participação da Comunidade nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento e organização territorial e espacial do Município;

(...)

[Entre os conceitos] II - PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO - conjunto de procedimentos da Administração, contínuo, desenvolvimento com a participação constante da Câmara Municipal e da Comunidade e segundo regras definidas, visando a fixação dos objetivos e diretrizes de interesse municipal, a preparação dos meios para atingi-los, bem como o controle da sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

III - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - conjunto de procedimentos, definidos por normas específicas e apreciadas previamente pelo CONDURB, que assegura a articulação entre a Administração, a Câmara Municipal e a Comunidade, no sentido de fazer com que os interesses coletivos consubstanciem as diretrizes e metas do planejamento urbano.

(...)

Art. 4º Quando da elaboração e/ou atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e dos Planos Específicos, o OCEPLAN deverá providenciar que as suas minutas sejam apreciadas pela Comunidade, pela Câmara Municipal e pelo setor público, que poderão se manifestar, de acordo com regulamentação a ser fixada em Decreto.

I - A Comunidade será representada por órgãos e entidades representativas de qualquer segmento societário, bem como por qualquer munícipe.

(...)

§ 1º O OCEPLAN, tendo em vista as manifestações mencionadas neste artigo, providenciará a publicação da primeira minuta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e/ou do Plano Específico, com as instruções que se fizerem necessárias, convocando ou convidando os órgãos e entidades a que se referem os incisos I, II e III deste artigo propiciando a participação comunitária nos termos definidos pelo Decreto.

a) as instruções referidas neste parágrafo devem conter:

1. local e prazo, não superior a 60 (sessenta) dias para o recebimento de sugestões e perguntas.
2. condições para apreciação da minuta do Plano por parte dos representantes dos órgãos e entidades a que se referem os incisos I, II e III deste artigo.
3. critérios e questões padronizados, que facilitem a expressão dos órgãos e entidades envolvidas.
4. sugestões quanto à forma e as condições das respostas às perguntas formuladas.

(...)

§ 2º Recebidas e aprovadas as sugestões, o OCEPLAN elaborará a segunda minuta do Plano, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, incorporando as que forem pertinentes e justificando formalmente a não incorporação das demais, após o que, dentro do prazo previsto, providenciará o seu encaminhamento à apreciação do CONDURB.

(...)

[Entre as funções do plano diretor, consta] VI - motivar e canalizar adequadamente a participação da Comunidade, da Câmara Municipal e dos órgãos e entidades públicas nas decisões fundamentais relativas ao desenvolvimento urbano; (SALVADOR, 1983, s/n).

Embora a lei denomine a participação de comunitária, não há menção da forma por meio da qual se alcançará as comunidades – e aqui chamamos atenção das mais carentes,

cujos acessos à informação são e eram ainda muito mais limitados à época. Além disso, a lei não prevê participação social no processo de elaboração do plano, não garante a permanência das possíveis sugestões, bem como não assegura o debate posterior às tomadas de decisão, ficando a cargo do órgão responsável tais definições. O papel do Conselho Municipal é, à época e hoje, consultivo. Ainda que traga no conceito de processo de planejamento, o plano não explicita de que maneira garantirá a continuidade do mesmo. A participação da comunidade, segundo o conceito de processo de planejamento, se deu segundo ‘regras definidas’, a serem posteriormente estabelecidas em decreto e claramente unilateralmente deliberadas. O quarto artigo da lei evidencia que existiram critérios e questões padronizadas, além de sugestões quanto à forma e condições para as respostas.

O Decreto 7.139/84, que regulamenta a Lei Nº 3.345, não avança nas críticas anteriormente transcorridas. Reafirma o permanente como ideia de planejamento e mais uma vez não explicita de que maneira esta permanência se dará enquanto praxis.

Art. 2º O Governo Municipal, atendendo às peculiaridades locais e às diretrizes estaduais e federais, promoverá o desenvolvimento municipal, através de um processo de planejamento permanente (...).

Art. 3º (...) o OCEPLAN elaborará o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (...) cabendo-lhe ainda o controle de sua implementação e a avaliação desses resultados. (...)

Art. 6º Para efeito de participação do processo de planejamento, considera-se como elementos da estrutura comunitária:

I - a Comunidade, representada por órgãos e entidades representativas de qualquer segmento societário bem como por qualquer município;

(...)

Art. 8º Com a finalidade de promover a participação comunitária, o OCEPLAN providenciará a publicação da primeira minuta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, acompanhada do histórico técnico do trabalho realizado, bem como uma relação dos estudos que fundamentaram a elaboração da minuta, os quais serão facultados à consulta, quando solicitado pela parte interessada.

Art. 9º A participação comunitária, com relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, se dará através dos seguintes procedimentos:

I - convocação da comunidade, através de edital divulgado na Imprensa falada e escrita, contendo as instruções mínimas para participação no processo de apreciação da primeira minuta do Plano;

II - organização de uma exposição em local central, contendo material informativo sobre a minuta do Plano, formulários padronizados com as instruções sobre a participação comunitária e questionários para registro das sugestões apresentadas e com a presença de técnicos capacitados a prestar esclarecimentos aos interessados;

III - distribuição, mediante solicitação, da primeira minuta do Plano aos representantes da Câmara Municipal, às entidades comunitárias, aos órgãos e entidades de classes representativas dos profissionais liberais e empresariais, aos órgãos de consultoria com tradição de planejamento na cidade, aos órgãos da Administração direta e indireta, municipais, estaduais e federais que realizem intervenções diretas e/ou indiretas do Município, solicitando análise da documentação e sugestões quanto ao trabalho apresentado no prazo previsto no parágrafo único deste artigo;

IV - Organização de Seminários para públicos diferenciados, em locais diversos previstos no edital para apresentação e discussão da primeira minuta do Plano, ao longo dos primeiros 30 (trinta) dias de prazo previsto no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. Os procedimentos previstos neste artigo, não poderão

ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da convocação a que se refere o inciso I.

(...)

Art. 14º A participação comunitária, no que diz respeito ao Plano Específico, será efetuada mediante os seguintes procedimentos comuns:

I - convocação da comunidade, divulgada através de edital na imprensa falada e escrita, contendo instruções mínimas para participação no processo de discussão da primeira minuta;

II - organização de uma exposição com material informativo sobre o Plano, formulários padronizados com instruções sobre a participação comunitária e questionários para registro das sugestões apresentadas e com a presença de técnicos capacitados a prestar esclarecimentos aos interessados, em local, preferencialmente situado próximo a área objeto da intervenção do Plano, se for o caso, ou em local central;

III - distribuição da primeira minuta do Plano, mediante solicitação, aos representantes da Câmara Municipal, às entidades comunitárias circunscritas à área de intervenção do Plano, aos órgãos e entidades de classe representativos dos profissionais liberais e empresariais vinculados ao Plano, aos órgãos da Administração direta e indireta, municipais, estaduais e federais afetos à matéria de que trata o Plano, solicitando análise da documentação e sugestões quanto ao trabalho apresentado no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo;

IV - organização de um Seminário em local previsto no Edital para discussão da primeira minuta com a Comunidade, os representantes da Câmara Municipal e aos órgãos da Administração direta e indireta, a que se refere o inciso anterior, ao longo dos primeiros trinta dias do prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 1º Os procedimentos previstos neste artigo não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias contados a partir da data de convocação a que se refere o inciso I. (SALVADOR, 1984, s/n).

O decreto confirma que a responsabilidade do controle da implementação do plano é do órgão municipal responsável pela sua elaboração. Seu artigo oitavo evidencia a maneira ineficiente com a qual a administração se propõe a promover a participação comunitária, assim como os incisos do nono artigo deixa clara a ineficiência da comunicação, bem como seu afastamento dos lugares de moradia e vivência. O decreto garante a publicação da primeira minuta do plano – elaborada sem participação popular – assim como estudos que foram basilares à sua preparação, entretanto, apenas se houver solicitação da parte interessada. Além disso, divulgação na imprensa falada e escrita por meio de um edital está distante de alcançar a população de periferia. Elementos como exposição em local central, formulários padronizados e o pequeno prazo destinado às atividades apenas ratificam, junto aos argumentos já mencionados, a distância entre o planejamento e a participação social efetiva.

Ainda que possamos considerar um avanço o fato da legislação considerar, nos anos de 1970, o envolvimento da comunidade, não podemos concordar com o entrevistado de que se tratou da institucionalização de um processo de participação comunitária, por três motivações principais e complementares: o primeiro é que não fica claro como um processo, com ideia de continuidade, o que asseguraria parcialmente a defesa do gerente da FMLF; o segundo motivo é a falta de possibilidade de controle social do que se propõe a produzir,

desde a concepção à implementação e o terceiro, objeto de maior cuidado nesta análise, o texto deixa evidente o afastamento das atividades previstas como participativas da dimensão espacial dos sujeitos, ou seja, dos lugares dos moradores, ou ‘municipes’, como denomina. Tais evidências são contrárias à ideia inicial que a terminologia participação comunitária incita, uma vez que o comunitário remete ao lugar e, quase necessariamente, ao lugar de moradia de sujeitos de rendimentos mais baixos. De forma geral, podemos dizer que o formato das primeiras iniciativas de inserir a ideia de participação no planejamento de Salvador – sob a responsabilidade da administração do executivo municipal – são refletidas, mais de trinta anos depois, no PDDU aprovado em 2016, que podemos resumir na invisibilidade do lugar, propiciada pelo discurso apartado da prática.

Já no Plandurb, publicado em setembro do ano de 1985, as referências à participação comunitária constam nos objetivos gerais e específicos, sendo omitidas, por exemplo, nas diretrizes do plano, que são também direcionadas especificamente por macroárea. Entre os objetivos gerais a participação aparece no item relacionado aos objetivos do campo social e refere-se a um tema entre os objetivos específicos.

2.1.2.5 Processo político e de participação comunitária

Ampliar e fortalecer mecanismos de participação das várias camadas da população nas decisões fundamentais referentes ao processo de desenvolvimento urbano.

Avaliar e analisar o desempenho do processo de planejamento e participação comunitária, tendo em vista a prática da implementação da Lei nº 3345/83, que a instituiu. (SALVADOR, 1985, p. 23).

2.2.3 Quanto aos processos políticos e de participação comunitária

Atrair, estimular, incentivar e fortalecer a participação da comunidade, através de todas as suas formas de organização, no processo de planejamento, de modo que os resultados desse processo expressem as aspirações da população.

Fortalecer a participação e a integração do CONDURB no processo de planejamento, como órgão consultor e de avaliação da institucionalização das diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Institucionalizar procedimentos de cooperação entre a SEPLAM e os órgãos de classe, visando ampliar as oportunidades de troca prévia de informações, no encaminhamento de soluções técnicas para os problemas de interesse comunitário.

Desenvolver um sistema de divulgação e informação das tarefas de planejamento, visando nivelar o entendimento dos órgãos que atuam na administração municipal e daqueles de outros níveis com interesses comuns, quanto às diretrizes políticas, programas e projetos de óticas existentes entre os mesmos.

Institucionalizar a compartimentação do território urbano em subunidades espaciais, conforme seus atributos e especificidades, de modo a:

- criar escritórios locais para fins de microplanejamento e atendimento direto às localidades, rompendo o distanciamento entre o processo de planejamento e a população em suas necessidades e anseios mais imediatos, contribuindo no processo de conhecimento da realidade urbana, através da sistematização e documentação das informações locais;
- racionalizar o processo de implantação do planejamento sistemático, através do controle do uso do solo, acompanhado de políticas, programas e elaboração de projetos, nas várias partes da Cidade e Município;
- facilitar uma avaliação sistemática a nível microespacial, das repercussões do planejamento quanto à alocação dos recursos (contabilidade urbana especializada) e desempenho dos serviços urbanos em geral sobre a vida urbana.

Desenvolver publicações a nível de fácil entendimento pela população em geral e pela estudantil em particular, de modo a integrá-las e responsabilizá-las, crescentemente, pelos problemas do município e soluções adotadas. (SALVADOR, 1985, p. 26-27).

Nos objetivos gerais, o plano prevê a avaliação e análise do desempenho do processo previsto na lei de 1983, da qual discorremos inúmeras falhas anteriormente, sem mencionar quais aspectos serão avaliados e analisados. Ainda nos referidos objetivos o plano menciona uma diferenciação entre os sujeitos moradores, por meio da expressão ‘várias camadas da população’, e, mesmo que as relacione às decisões fundamentais referentes ao processo de planejamento, utiliza-se dos verbos ampliar e fortalecer para os mecanismos de participação, traduzindo-se em ações etéreas.

Os objetivos específicos ecoam e avançam os gerais na utilização de verbos de materializações intangíveis, faltando aos mesmos um ‘por meio de’, a fim de complementar e demonstrar possibilidade de concretização da ideia, ainda que tais verbos refiram-se à população em todas as suas formas de organização, excluindo aí os sujeitos comuns não organizados. Esta ideia reafirma o que se traz nas legislações datadas dos anos de 1983 e 1984, anteriormente analisadas, quando fica evidente que o planejamento não alcançará o nível do lugar, muito menos se dará de forma contínua.

De maneira geral, o plano não é coerente nas perspectivas de participação comunitária, uma vez que demonstra previsões de planejamento para grandes áreas da cidade, que foi subdividida em 20 unidades especiais de planejamento, entretanto, no detalhamento das antevisões para cada área, não se supõe o envolvimento das comunidades locais. Tais previsões determinam, por exemplo, a alocação de populações de rendimentos baixos, altos ou médio, a depender das características das áreas, exemplo concreto do que defendemos como segregação em Rebouças (2008), quando o Estado determina o local de moradia de parcela da população por meios legais. A chamada participação comunitária não aparece integrada ao plano de modo que se perceba, materialmente, sua efetivação, evidenciando mais uma vez o discurso apartado da prática.

Ainda nos objetivos específicos, no item que se refere à compartimentação do território em subunidades espaciais, o Plandurb anuncia uma ação que se assemelha à ideia da atual implementação das Prefeituras-Bairro, que é a de criação de escritórios locais de microplanejamento para atendimento de necessidades mais imediatas da população. Na oportunidade não é citado como esta ação poderia facilitar o planejamento para e pelas populações nas localidades. Sem qualquer menção de objetivo de controle social das ações de planejamento, o Plandurb prevê, visando a população em geral, a publicação de informativos

(de fácil compreensão) visando integrar e responsabilizar os sujeitos pelos problemas do município, assim como as soluções adotadas.

Após a experiência do Plandurb tem-se uma iniciativa de planejamento datada de 2002, apenas efetivada em legislação no ano de 2004, com a publicação da Lei Nº 6.586/2004 (SALVADOR, 2004). O documento datado de 2002 propõe que o plano diretor seja denominado de urbano-ambiental e faz uma análise do período entre 1985 e 2002, inclusive da publicação da Constituição Federal de 1988, que traz a obrigatoriedade da elaboração dos planos diretores para municípios com mais de vinte mil habitantes e trata da função social da propriedade urbana. O estudo vem também após a publicação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que regulamenta a Constituição e traz regras mais específicas em relação ao processo de elaboração dos planos diretores.

Entre os maiores avanços do Estatuto da Cidade está a imprescindibilidade da participação social nesse processo, o que ratifica e lapida a Constituição Federal. Ainda que a lei seja genérica no que tange a efetivação desta participação, assim como não menciona o conteúdo de espacialização necessário à concretização do processo, como também a importância do alcance das populações de mais baixos rendimentos, tornou-se ilegal a elaboração de planos diretores destituída de uma relação mínima com a sociedade em geral. O Estatuto da Cidade é o instrumento legal que sustenta o discurso da necessidade de participação, sendo papel da universidade, entretanto, a luta para tornar pública e transparente a distinção entre a participação efetiva e a participação enquanto discurso e práticas meramente burocráticas.

Salvador (2002), ao ponderar a defasagem entre os anos de 1985 e 2002, afirma que “a análise da aplicação dos instrumentos e diplomas legais que embasaram o processo de planejamento no período 1985/2000 evidenciou uma progressiva corrosão na consistência desse processo” (SALVADOR, 2002, s/n). Período este em que a população de Salvador é duplicada e que as periferias social e socioespacial ganham maior contingente populacional. Em outras palavras, o processo de crescimento de Salvador se deu sem direcionamento e participação popular. “(...) diversos planos urbanísticos, setoriais e temáticos foram elaborados, a maioria de iniciativa municipal, sem que fossem adequadamente observados os ritos e práticas envolvendo a participação da comunidade, legalmente previstos (...)”. (SALVADOR, 2002, s/n).

Sobre a disciplina do planejamento, o texto constitucional instituiu a participação da população, através das organizações representativas, como um dos preceitos básicos da organização do município. Como expressão material do propósito de participação, as leis orgânicas de muitos municípios fixaram exigências de debate

público, através de audiências, para matérias determinadas. (SALVADOR, 2002, p. 92).

O texto deixa clara a interpretação dada ao texto da lei constitucional, reduzindo a participação às entidades representativas, ao passo que fica também suficiente a realização de audiências públicas. Além de assumir a ausência total de participação nas atividades de planejamento entre os anos de 1985 e 2000, uma vez que, mesmo afirmando a lei Lei Nº 3.345/1983 como marco, o texto traz a insuficiência na implementação do Plandurb, assim, Salvador (2002) demonstra que os passos à frente serão na contramão da participação social efetiva. O que se espera de um plano com tal conteúdo de fundamento foi devidamente publicado – dois anos depois – no PDDU de 2004, cujo termo participação, envolvendo o contexto popular ou comunitário, aparece onze vezes no plano.

Art. 6º O Plano Diretor tem por funções e finalidades: (...).

VI – motivar e canalizar adequadamente a participação da comunidade e dos órgãos e entidades públicos nas decisões fundamentais relativas ao desenvolvimento urbano; [texto que se repete, pelas mesmas letras, nos PDDU's de 2008 e 2016] (p. 2)

Art. 17. No âmbito do Plano Diretor, são consideradas como fundamentos para as proposições referentes ao setor Educação: (...).

IV – gestão do sistema municipal de educação com participação da comunidade, assegurada pela presença desta na composição do Conselho Municipal do setor e nos sistemas de gestão compartilhada, por estabelecimento de ensino; (p. 6)

Art. 20. As propostas do Plano Diretor para a saúde observam as determinações constitucionais incidentes sobre o setor, na forma que se segue: (...).

IV – instituição do Sistema Único de Saúde – SUS – descentralizado, de comando único em cada esfera de governo, com atendimento integral e participação da comunidade; (p. 7)

Art. 66. Para os fins do Plano Diretor, a organização administrativa e o processo de gestão no Município são considerados a partir dos seguintes elementos estruturantes: (...).

II – formas de participação da população nos processos de formulação de políticas e decisório; (p. 19)

Art. 71. São considerados Objetivos Específicos, no que se refere às condições sociais da população e dos serviços destinados ao seu atendimento: (...).

V – garantia da participação da população no equacionamento das grandes políticas públicas. (p. 22)

Art. 75. Os conteúdos gerais da Política de Desenvolvimento se desdobram nas seguintes linhas: (...).

II – quanto ao desenvolvimento social: (...).

6. intensificação da participação da cidadania organizada no planejamento, nos processos decisórios, na formulação de políticas setoriais, e na gestão compartilhada de bens e implementos urbanos, mediante práticas de audiência e debates públicos, presença das representações da comunidade nos colegiados existentes, e de criação determinada por lei; (p. 23-25)

IV – quanto ao desenvolvimento político e institucional:

1. promoção da educação para a cidadania, com estímulo à capacitação dos moradores para a participação, sob suas diferentes formas, em especial, a da gestão compartilhada; (p. 26)

X- a sociedade civil é co-partícipe da implementação da Política de Meio Ambiente, devendo ser respeitado o seu direito à informação, à educação ambiental e à participação no planejamento e gestão ambiental; (p. 59)

Art. 156. Serão criados ou reestruturados os seguintes dispositivos de participação da cidadania organizada na gestão municipal:

I- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONDURB, que passará a denominar-se Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano-Ambiental incorporando as funções atribuídas ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;

II- Conferência Quadrienal de Política Urbana, a ser convocada até o final do primeiro semestre de cada período administrativo, sob condução da unidade de planejamento da Prefeitura, reunindo as áreas técnicas e administrativas desta, a comunidade organizada, e as forças econômicas, para o debate, avaliação, e encaminhamento de indicações concernentes à matéria. (p. 64-65)

Art. 172. O Município, promoverá a revisão da Lei nº 3.345 de 01 de dezembro de 1983, do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, ajustando-a, no que couber, às determinações da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. (p. 72)

Art. 177. Fica autorizada a edição pelo Executivo Municipal, uma vez publicada a presente Lei, de versão condensada do Plano Diretor, para fins de divulgação e apoio à participação da população no processo de implantação. (p. 73) (SALVADOR, 2004, p. 2-73).

Mais uma vez é notório o uso de verbos de concretizações etéreas, tais como motivar, canalizar e intensificar, sem orientar materializações – como, por exemplo, com a expressão ‘por meio de’ – ou mesmo indicar legislação posterior que o regulamente. O artigo que trata da política de desenvolvimento é o único explícito no que tange o meio pelo qual a participação se dará, assim como quem ‘participará’, a saber, a sociedade organizada, em audiências, debates e colegiados. Os dispositivos a serem criados/reestruturados evidenciam a distância entre os lugares de vivência, as espacialidades das bases, e o que se entende pelo órgão competente por participação popular. Trata-se de um atendimento defraudado às determinações legislativas federais com o intuito de manutenção da força de tomada de decisão nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Tomando como base os estudos realizados em 2002 e os resultados vistos na publicação do PDDU em 2004, este foi realizado sem a mínima preocupação com sequer uma consulta popular próxima de um mínimo de justiça social. Salvador cresceu e amadureceu sem um mecanismo minimamente razoável no tocante à participação efetiva, seja por não se considerar a dinâmica própria que tem seus diversos lugares, seja por seus governantes começar um processo gradativo de inclusão do termo participação (comunitária ou social) sem fundamento lógico e profundidade realística.

O plano diretor de 2008 fica mais robusto, passa de 74 páginas a 273, tanto no tocante às temáticas tratadas quanto – e conseqüentemente – na quantidade de vezes que a participação etérea é mencionada. A lei ganha os conceitos de gestão democrática e planejamento municipal, uma seção destinada aos instrumentos de participação no planejamento, a explicitação da descentralização da participação e o item capacitação de membros de órgãos colegiados e lideranças comunitárias, todos repetidos no plano diretor atual, normalmente pelas mesmas letras. Enquanto o plano de 2004 prevê a revisão da lei nº 3.345 de 01 de dezembro de 1983 e adequação da mesma à Constituição Federal e ao Estatuto

da Cidade, o plano de 2008 a revoga, não antevendo a elaboração de um instrumento específico que oriente concretamente a participação social, que atue como complementar e regulamente o PDDU. Na próxima seção faremos análise dos dois últimos planos, reiteramos que no tocante à participação social, instituídos pelas leis 7.400/2008 e 9.069/2016, para tanto serão trabalhados também os resultados das entrevistas realizadas em trabalho de campo para a presente pesquisa de tese.

‘Inovações’ presentes no desenvolvimento político-institucional do novo/velho PDDU

Olha, esse processo de planejamento de Salvador ele já começou de uma forma completamente diferente, porque foi uma obrigação que a justiça (...) impôs à prefeitura de Salvador que ela refizesse o processo incluindo a participação. Então é algo inédito. (...) a prefeitura ela não podia fugir desse imperativo, tem que haver audiências, tem que haver processos participativos. O que a gente tá discutindo (...) nesse texto que eu comentei, Marina Teixeira e eu, é a diferença entre um processo de pedagogia da participação e um processo de participação burocratizado, como foi o de Salvador. Eu reconheço avanços, por exemplo, a própria realização de oficinas de bairros, as próprias técnicas que eles tentaram utilizar, são interessantes e já mostram que há uma evolução, né, dos próprios técnicos que começam a se interessar por técnicas realmente participativas, o fato de ter acontecido nos bairros, embora... foram aglomerados de bairros, não foram bairros. No nosso projeto, que eu tô escrevendo nesse texto, a gente propõe que hajam 250 oficinas, em cada pequeno aglomerado homogêneo, pra que de fato você saia das bases até uma concepção mais global de cidade. Então, assim, é algo muito restrito e muito burocratizado, mas é algo. Então, assim, já se passou uma etapa entre aquele planejamento negociado na madrugada, aquela coisa terrível que indignou o Ministério Público a ponto de ele (...) impor uma sanção à prefeitura de Salvador pra que ele cumpra, que ela cumprisse, na época, a constituição, já é um avanço, mas, assim, diante do que a gente considera como necessário para realmente criar um processo de discussão coletiva, com amplos setores da cidade, tá muito além. Mas eu acho que história se faz assim mesmo, é passo a passo, e de certa forma eu fico satisfeita, porque quando eu escrevi minha tese, há vinte anos atrás, quase, essas coisas não tavam... tavam na cabeça de alguns, né, porque já existia o orçamento participativo de Porto Alegre, mas elas não eram absolutamente generalizadas. Hoje a reivindicação de participação é algo legitimado na política, ele ainda não é praticado conforme deve ser, nem pelos técnicos, nem pelos políticos, mas ninguém contesta que um planejamento deve ser participativo e isso é uma vitória histórica em termos de tempo. Mas dessa vitória política para uma vitória objetiva nos bairros, etc., ainda vai um caminhar, mas é pra isso que a gente tá aí, todo mundo colocando sua pedrinha, pra que isso vá se aprofundando. (...) por exemplo, uma das coisas absurdas do processo de oficinas de bairro é que o retorno daquelas propostas nos bairros foram dados numa (...) audiência global da cidade e não no próprio bairro, porque isso era que permitiria que as pessoas tivessem monitorando se efetivamente suas contribuições, suas reivindicações estavam sendo levadas em consideração. Então se fez as oficinas de bairros para uma certa mobilização popular, mas sem pedagogia da participação, portanto sem preparo prévio, sem uma mobilização como a gente propõe tanto no livro pedagogia da participação, algo que seja acessível, em termos de horário, em termos de localização... foram oficinas de aglomerados de bairros, então em áreas imensas, você queria discutir áreas completamente diferentes dentro de uma mesma prefeitura de bairro. Então tudo isso dificulta, vai ao encontro da... de encontro, né, àquilo que a gente propõe na pedagogia da participação. Mas, repito, foi um avanço, muito limitado, muito criticável, é isso que a gente tá fazendo no texto, criticando e apontando as divergências entre o que deveria ser e o que foi, mas já houve e isso já é um avanço. (Débora, Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13695).

Iniciamos esta seção com um relato de entrevista da professora Débora, porque muito resume o que foi o processo dito participativo na construção do plano diretor aprovado em 2016 para Salvador, mas, principalmente, por suas palavras expressarem elemento de confiança de que se trata de um avanço e em um processo histórico árduo e longo, que contrapõe um pouco o que apresentamos nesta tese, a saber, de que se refere à apropriação do discurso de participação com práticas de não efetivação com o intuito de manutenção do *status quo*. Ao ser questionada sobre a distância entre o discurso e a prática entre os representantes, a entrevistada colocou uma reflexão que associa amadurecimento da sociedade e processo histórico.

Eu vejo isso como um processo histórico mesmo. Nossa sociedade é uma sociedade que separa dizer e fazer. A lógica da coerência, que é o que une dizer e fazer, ela não está dada, nem mesmo na vida individual, no campo das vidas pessoais. As pessoas dizem uma coisa e fazem outras, até pra si mesmas, elas dizem, eu quero tal coisa, eu sou tal coisa e se renegam, né... A busca da coerência é a grande novidade do século XXI, no meu ponto de vista. A exigência da coerência vai modificar tudo, vai modificar política, vai modificar as práticas profissionais, vai modificar as relações interpessoais, então é assim, historicamente essa desconexão entre o discurso e prática é um fato comum. É muito legal que você se indigne, como muitas pessoas começam a se indignar cada vez mais porque esse é o motor propulsor da busca da coerência, mas a coerência exige... é... um processo cultural muito profundo, onde – e eu acho que isso está acontecendo – a distância entre o discurso e a prática seja algo abominável, culturalmente (...). (...) naturalmente eu nem acredito mais que o sistema possa se adaptar, haverá uma mudança no sistema. E eu acredito que em direção a mais corresponsabilidade, a mais autogestão, a menos hierarquia. Imagino que isso vai passar décadas, até se consolidar, mas esse novo momento – que eu escrevi um livro sobre isso, chamado “Os novos coletivos cidadãos” – esse novo movimento ele tá apontando pra algo que (...) está em todas as esferas, que é a lógica da coerência, né, a busca da coerência e a coerência como um valor social, mas também a autonomia, a corresponsabilidade, a liderança compartilhada, a liderança circular, que também são coisas que são ainda muito inovadoras, mas que já estão em vários coletivos sendo praticadas, então essas evoluções elas vão fazer com que naturalmente isso que lhe indigna seja colocado historicamente, isso te indigna porque você já está pensando em uma sociedade diferente e se indigna que a velha sociedade utilize termos novos pra falar do velho, mas é processo histórico. E ainda bem que nós já conseguimos (...) a legitimidade política da palavra participação, democracia direta, para que os técnicos e os políticos queiram falar disso, mesmo que eles não saibam o que estão falando ou que eles traíam – nas suas práticas – o que eles estão falando. Mas, se você vê ao longo prazo, você vai vendo o seguinte, um conjunto de ideias que começa a fazer sentido até pra aqueles que não sabem colocar em prática. E se eles falam disso é porque a sociedade em geral aprova isso, então a gente tem um caldo cultural favorável a que essas experimentações de novos coletivos cidadãos, de liderança compartilhada, de real participação, de partilha de poder se tornem cada vez mais presentes na História. (...) Partindo de sua indignação, às vezes fico irritada com aquele discurso de participação e práticas hierárquicas, mas eu fico tentando ver o longo prazo e ver esses processos contínuos de exigências e (...) de pessoas que estão empurrando as práticas democráticas para que elas avancem de fato. (Débora, Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13750).

As palavras da professora Débora nos auxiliaram na percepção de que a realização deste trabalho de pesquisa se deu em um ínfimo espaço de tempo em relação às ações de produção do espaço de Salvador, assim como as ações de planejamento, ademais, que devemos atentar à complexidade das relações entre os agentes do espaço na História: esta não

permite qualificações simples de bem e mal e não pode ser interpretada com ingenuidade. As reflexões que nos sugeriu a entrevista em destaque seguirão elucidando nossas análises.

Nossa análise focará no nono título da lei que institui o novo plano diretor, que trata do desenvolvimento político-institucional. Compõem este título capítulos referentes, entre outros temas: o processo de planejamento do desenvolvimento urbano, que trata dos instrumentos de participação, o Sistema de Informação Municipal (SIM), o fundo de suporte às políticas públicas, a descentralização administrativa e a capacitação de lideranças comunitárias. O tema é tratado por título de mesma numeração no antigo plano diretor de 2008 e possui redação similar, tendo promovido retrocesso no tocante às atribuições do Conselho Municipal de Salvador, que passa de consultivo e deliberativo a apenas consultivo. O parágrafo único do oitavo artigo do novo plano institui “como horizonte de curto prazo o período de quatro anos; de médio prazo, o período de oito anos; e de longo prazo, mais de oito anos, até o ano 2049” (SALVDOR, 2016, p. 3). O ano de 2049 é justificado pelo Plano Salvador 500 – lançado em maio de 2014 – que tem a elaboração de planos diretores como uma de suas atividades e objetiva pensar a cidade até o referido ano, quando completará 500 anos.

O Plano Salvador 500 é o plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049, que incorpora as diretrizes e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, cultural e urbano- ambiental institucionalizadas no PDDU, desdobrando-as em programas, projetos e ações com objetivos, indicadores e metas de curto, médio e longo prazo, e estabelece instrumentos de gestão, de monitoramento e de avaliação. (SALVADOR, 2016, p. 1).

Para Ichikawa (1998), o planejamento estratégico possui bases limitantes à análise da realidade social, entre outros motivos, por não considerar elementos humanos subjetivos e adotar visão de cima para baixo sobre a realidade social. Há no planejamento estratégico, segundo a autora, a separação entre o pensamento e a ação, além de intencionalidades baseadas na previsibilidade e formalização dos processos.

De acordo com o disposto em lei a Política Urbana do Município sustenta, entre outros princípios, o da gestão democrática da cidade. O conceito de gestão democrática foi incrementado em relação ao antigo plano, não trazendo o teor do texto de lei, porém, elementos de aplicabilidade para a efetivação de tal gestão.

A gestão democrática é a que incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, implementação, acompanhamento e controle, fortalecendo a cidadania. (SALVADOR, 2008, p. 3).

A gestão democrática é a que garante a participação dos diferentes segmentos da sociedade, diretamente ou por meio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade e, em especial, na formulação, implementação e

acompanhamento de planos e programas e projetos relacionados ao desenvolvimento urbano. (SALVADOR, 2016, p. 4).

O texto de 2016 avança na utilização do verbo, ainda que não explicita a forma de garantia, como também na previsão de participação direta. O Sistema Municipal de Planejamento e de Gestão (SMPG) será o meio pelo qual a Prefeitura Municipal de Salvador fará o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de planejamento e de gestão,

(...) com a adoção dos seguintes instrumentos:

I – planejamento do desenvolvimento urbano;

II – Sistema de Informação Municipal (SIM-Salvador);

III – fundos financeiros para suporte às políticas públicas;

IV – modernização administrativa e inovação da gestão;

V – educação para a cidadania.

§ 1º O processo de planejamento municipal é o conjunto de procedimentos da Administração, **desenvolvido com a participação da sociedade, de caráter permanente**, visando à fixação de objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Município, a preparação dos meios para atingi-los, a avaliação dos resultados obtidos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, **bem como ao controle social de sua aplicação**.

§ 2º A gestão municipal compreende a realização de um conjunto de atividades objetivando direcionar, permanentemente, a ação da Administração Municipal com vistas a assegurar o desenvolvimento do Município em conformidade com a Política Urbana do Município expressa no Plano Diretor e nas demais peças do planejamento municipal.

§ 3º A gestão democrática da Política Urbana será pautada, entre outros, pelos princípios:

(...) V - credibilidade, pela garantia:

a) da implementação das políticas públicas **constituídas nos canais de participação e construção coletiva**; (SALVADOR, 2016, p. 209-210, grifos nossos).

Todo o texto acima citado repete, *ipsis litteris*, o conteúdo disposto entre as páginas 232 e 233 do PDDU de 2008. Os instrumentos meio de aperfeiçoamento e consolidação do SMPG não contemplam a participação, a mesma também não é mencionada no conceito de gestão municipal, esta que aparece desgarrada do conceito anterior de planejamento municipal. Sobre a composição do SMPG a lei dispõe que o mesmo

(...) compreende um **conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos** necessários à coordenação da ação planejada da Administração Municipal, como um processo contínuo, dinâmico e flexível.

(...)

São objetivos do SMPG:

(...)

V - **assegurar a participação dos cidadãos** e das associações representativas dos vários segmentos da sociedade **na formulação de planos, programas e projetos** de desenvolvimento urbano;

VI - **instituir um processo permanente** e sistemático de detalhamento, implementação, avaliação, aperfeiçoamento, revisão e atualização do Plano Diretor;

VII - garantir a ampla divulgação do Plano Diretor, **permitindo a todos os agentes sociais o conhecimento do documento elaborado**, bem como de suas revisões e atualizações.

São integrantes do SMPG todas as unidades da Administração Municipal, os conselhos municipais, os fóruns, conferências e comissões permanentes respaldadas por lei, **das quais conste representação da sociedade civil**, bem como as unidades da Administração Federal e Estadual com atuação no Município, os dispositivos de ação regional que o Município integre ou venha a integrar, o Ministério Público e os Poderes Legislativo e Judiciário. (SALVADOR, 2016, p. 210-211, grifos nossos).

Se o sistema em questão compreende um conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos, ele não contempla a sociedade civil. Entretanto, sem mencionar como, está entre seus objetivos assegurar a participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas. A formulação é o passo anterior e assegurá-la seria um avanço, mas, linhas à frente, o plano se refere a permitir o conhecimento do documento elaborado. Sendo um processo (um contínuo) no qual está assegurada a participação, torna-se contraditório garantir o conhecimento do produto (fim do processo). O artigo que trata da composição do SMPG se refere a instâncias que constem representação da sociedade civil, independente de quantidade, equilíbrio, representatividade, etc., ignorando a diversidade de cidadãos não vinculados a entidades representativas.

Embora apareça com alguma frequência o discurso da participação e controle social, o plano não é claro na sua efetividade, na medida em que não avança concretamente na forma de alcançá-los. Fica explícita que a inserção do termo participação se deu a partir de uma imposição legislativa superior e não do amadurecimento interno do processo. O plano assegura os fins sem determinar os meios.

Qual será a ideia de permanência que está por trás do discurso presente no parágrafo que conceitua o processo de planejamento municipal? O próprio conceito de processo dá dimensão de continuidade, entretanto, os instrumentos de participação que veremos à frente são completamente estanques e meramente burocráticos. Estratégico? Questionamos os entrevistados representantes da prefeitura acerca do parágrafo em destaque, pedindo que os mesmos comentassem os itens ‘desenvolvido com a participação da sociedade, de caráter permanente e com o controle social da sua aplicação’. Os resultados estão dispostos no quadro 2.

Quadro 2 – Planejamento com participação e controle social segundo entrevistados da Prefeitura Municipal de Salvador

Gerente da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas:
--

SÓSTHENES – Pois bem. É... assim, eu tô falando agora como um observador de fora, tá.

FÁDIA – Sim.

SÓSTHENES – É... existe, como existe pra gente aqui um conselho consultivo, Conselho Comunitário Regional, eu sei que existe um Conselho da Cidade, ou Comissão da Cidade, não me recordo o termo, só quem vai poder lhe falar isso de forma concreta é o órgão, mas, eu acho que o que cabe (...) na redação da lei é justamente algo nessa seara, e me parece que na montagem desse conselho tem ali várias partes, conselho da engenharia, conselho da arquitetura e urbanismo, enfim, sociedade civil organizada, eu acho que é por aí, não vou saber lhe informar, mas acho que é nesse quesito aí que se fala, justamente, leia aí, repita aí, por favor, o parágrafo.

FÁDIA – Desenvolvido com participação da sociedade.

SÓSTHENES – Permanente, parará, parará...

FÁDIA – Com controle social...

SÓSTHENES – Eu acho que é por aí.

FÁDIA – Você acha, pelo que você sabe...

SÓSTHENES – Não tenho profundidade pra lhe falar, é algo que não faz... Aqui conosco, por exemplo, nós temos reuniões mensais com o Conselho Comunitário Regional, toda segunda e quarta-feira do mês nós reunimos com o Conselho Comunitário Regional, eles se reúnem entre si e se reúnem ou comigo ou com Hernandes, pra (...) ‘colé’, ‘colé’ a demanda...

FÁDIA – Então as atividades de planejamento que acontecem aqui elas são contínuas...

(...)

SÓSTHENES – As nossas aqui da região. E que às vezes não é necessariamente um planejamento, às vezes é uma demanda mesmo, que o conselho observa da população local, às vezes não tem essa... é... esse exercício de planejar, ou pro futuro. Sobretudo porque aqui muitas vezes a demanda ela é imediatista, não é uma demanda pro futuro, é diferente um pouco disso aí que você tá trazendo.

FÁDIA – As atividades de gestão.

SÓSTHENES – Até o perfil de cada membro desse conselho daqui é diferente do de lá.

FÁDIA – Sim.

SÓSTHENES – Quando você chega aqui pra um sujeito que ele é presidente de uma associação, ele é o líder de uma... enfim, de entidade, qualquer coisa do gênero, ele tá com o cara batendo na porta dele, “pô, a lâmpada tá queimada, tô no barro”, entendeu, “o esgoto tá na minha porta”, é diferente de quem tá lá, que são pensadores, digamos assim, são pessoas que tão voltadas pra essa área mais do elaborar, né, então é pra ficar... eu acho... assim, eu tô falando agora, como eu disse, tô falando nem na qualidade de representante daqui, mas como pessoa que faz parte da vida política e social da cidade e enxerga essa movimentação. (Sósthenes, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10679).

Gerente da Prefeitura Bairro Pau da Lima:

JEAN – Eu não entendi o significado do permanente, o vínculo com a população, você acabou de ver o maior exemplo aqui, eu tenho um morador da região, que ele trabalha aqui, ele ganhou a eleição pra conselheiro, antes inclusive de trabalhar aqui nessa parte, e... ele acabou de me trazer aqui agora uma sugestão de um local, de uma área que ele acha que é pública, aí eu vou poder identificar, pra ver de quem é essa área mesmo, pra gente construir um CMEI. Então... é... é a forma de trabalhar, é a forma justamente como o prefeito diz que o PDDU, todo plano de desenvolvimento é... todo plano de desenvolvimento... diretor de desenvolvimento vai ser... urbano, vai ser baseado em ouvir a população, é assim que a gente ouve. Nós temos reuniões mensalmente com o conselho, temos reuniões quase quinzenalmente com a população, segunda-feira mesmo aqui a gente vai tá recebendo a população da Baixa Fria, pra fazer até a assinatura de um documento, da entrega das casas, a gente acaba ouvindo, então a fórmula, a forma (...) como você fala, da participação, é essa, é a gente tá o tempo todo em contato com a população aqui.

FÁDIA – O caráter permanente seria a continuidade, se as coisas acontecem sempre...

JEAN – É... a gente vai fazer... justamente, por exemplo, foi o que eu falei, é... você falou o seguinte aí, nós fizemos o Ouvindo Nosso Bairro, é natural, é normal, que o cidadão na hora que ele chegue lá ele ache mais importante a construção da escadaria dele do que a construção de uma escola. Porque ele mora naquela escadaria, mas é a gente que tem que avaliar... é mais importante fazer aquela escadaria ou é mais importante fazer aquela escola? São coisas diferentes, o certo é fazer os dois, mas se tiver dinheiro, aí vai, vamos lá, é mais importante fazer ali aquela praça ou fazer a escola, ou fazer o posto de saúde? Então a gente avalia nessa parte (...). Então as coisas vão mudando, a gente continua ouvindo a população, mesmo fazendo os programas, a gente ouve a população no dia-a-dia, é... a diretoria, inclusive, fez um... um evento, semana passada, que foi justamente pra gente ter uma caixa de sugestões aí embaixo (...).

FÁDIA – E o controle social, controle da população com as decisões que são tomadas, com...

JEAN – A gente comunica, tudo que é feito... aí é justamente isso que o diretor acabou de me ligar aqui agora, deixa eu ver se já ligou (...). (Jean, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11409).

Gerente da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga:
<p>ALESSANDRO – Bom, vamo lá. Em relação ao controle social eu vou falar o que eu entendo disso, que não é muito, mas em relação à participação popular, eu volto a lhe repetir que a sub-prefeitura é o maior exemplo, do prefeito, de que o gabinete dele, e ele fala isso sempre, o gabinete dele é na rua. Então o prefeito, pelo menos, é... um turno por dia, quando ele não tá viajando, a trabalho ou...ou de férias, ou seja lá o que for, um turno por dia ele tá na rua, fazendo algo. Então o prefeito acompanha até demolição de escola, na... terça-feira ele veio demolir uma escola aqui em São Cristóvão, ver a demolição da escola, pra construção de uma nova. Então, assim, o prefeito acompanha tudo na rua, o prefeito tá ouvindo a comunidade toda hora e á uma praxe nossa, aonde o prefeito vai, aonde o prefeito chega, o sub-prefeito tem que tá colado nele, porque? porque as demanda que ele ouve ele passa pra gente, a gente faz uma vistoria <i>in loco</i>, vê a comunidade, qual foi a solicitação, e parte pra cima do problema pra resolver, sob autorização dele. (...) então a maior prova (...) desse artigo do PDDU é a sub-prefeitura, a sub-prefeitura está comprovando que esse artigo do PDDU está sendo respeitado de forma exemplar, porque se a gente diz que a administração pública tem que ser, basicamente, exclusivamente com a participação popular, a gente trazendo a prefeitura pra junto da comunidade a gente tá provando que esse artigo tem sentido. Outra atitude também, que é da Câmara Municipal de Salvador, que eu não sei se você sabe, ele vai fazer dez sessões itinerantes, são as sessões da Câmara de Vereadores nas comunidades das Prefeituras-Bairro. Então, por exemplo, na semana passada, retrasada, teve uma sessão da Câmara, foram todos os vereadores, o presidente da Câmara e tal, fazer uma sessão na sub-prefeitura Barra/Pituba, a comunidade foi avisada, encheu o auditório e acompanhou a sessão, acompanhou o que é que os vereadores estavam votando, os vereadores ouviram as demandas, as necessidades, pra levar pro prefeito, então, assim, essas ações itinerantes também da câmara ajudam a botar esse artigo do PDDU pra ter validade. (...)</p> <p>Eu acho que esse PDDU novo ele foi criado, foi colocado pelos vereadores e pelos técnicos, porque teve envolvimento aí da universidade federal, do IBAMA, de órgãos federais, tal, foi colocado muito baseado no perfil hoje do prefeito. Então quando você coloca um artigo desse aí dizendo que a participação é popular, e tal e tal, não é só um jargão político, é baseado justamente na administração do prefeito, e olhe que aqui eu sou apartidário, eu sou da equipe técnica do prefeito, eu sou formado em administração pública, eu tenho pós-graduação em gestão pública, eu tenho uma segunda pós-graduação em captação de recurso público, não sou filiado a nenhum partido, nunca fui candidato, não tenho interesse, então, assim, eu tô tirando a parte política do prefeito e tô botando a parte de trabalho do prefeito, ele como profissional da política, ele é um cara que tá muito na rua, ele é um cara que tá ouvindo muito a comunidade, então a câmara, quando faz um PDDU, junto com a prefeitura, ela não poderia negligenciar esse ponto, porque senão diria inclusive que a câmara de vereadores tava indo de encontro ao trabalho hoje que a prefeitura vem fazendo. Então eu acho que muito da elaboração desse PDDU foi baseado justamente no perfil do prefeito, entendeu? Eu acredito, pelo pouco que eu li, eu não sou entendedor de PDDU, mas, assim, pelo pouco que eu ouvi as discussões, que eu participei e tal, foi muito em detrimento hoje da característica de como Salvador é administrada, que não era assim anteriormente. (Alessandro, Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã/Ipitanga, l. 11834).</p>
Gerente Geral da Prefeitura-Bairro Central:
<p>JÚNIOR – Olhe, eu... no meu... no nosso caso aqui, eu acho que uma das ferramentas que nós temos são exatamente a instituição dos conselhos comunitários, né. É... dos conselhos comunitários, que têm participado ativamente das ações da prefeitura, acompanhou a... acompanharam a elaboração do PDDU, das reuniões (...). Eu acho que o permanente é você na verdade criar mecanismos que facilite participação do cidadão, ou seja, de acompanhamento das ações, eu acho que muitas das coisas que eu tenho sido crítico é da necessidade de você trazer, devolver, fazer uma devolutiva ao cidadão, àquelas pessoas que participam, de tudo aquilo que foi discutido, que foi decidido, dentro de qualquer plano da prefeitura, então, é... por exemplo, o PDDU passou por todos os bairros da cidade, passou por todas as regiões administrativas, né, é... falta voltar agora aos bairros e falar, olha, todas aquelas discussões nós transformamos nesse documento, tal, e você precisa agora acompanhar isso, seja através é... de ferramentas de sites, de ferramentas mais tecnológicas, digitais, seja de reuniões presentes nas comunidades, né, seja de também de capacitação, porque às vezes precisa capacitar as comunidades para acompanhar essa... esse... o PDDU. Então eu acho que o controle social ele é exercido, na ótica das Prefeituras-Bairro, né, por esses conselhos comunitários, né, nós temos uma integração hoje muito forte também com... desses conselhos setoriais, conselho da educação, conselho de saúde, conselho da merenda, então nós temos tido essa integração entre eles e a Prefeitura-Bairro tem sido a unidade praticamente de... congrega essa turma pra que a gente possa acompanhar. Então eu acho que esse é o controle social efetivo, os conselheiros comunitários eles não foram impostos pela administração, eles não são servidores da administração, né, eles são pessoas que são líderes, eleitos pela comunidade, né, pra exercer esse papel, né, seja no processo de planejamento, seja no processo de execução, né, hoje a gente tem estimulado a eles, por exemplo, a visitar as escolas, a visitar os postos de saúde, a fazer relatórios, né, encaminha pra gente, a gente encaminha pro secretário da pasta, não é, pra que essa instituição do conselho comunitário seja efetivamente</p>

respeitado. Então eu acho que permanente é criar mecanismo de participação, de reuniões pra ele tá ali, é tá sempre dando a devolutiva ao cidadão e o controle social eu acho que a Prefeitura-Bairro, através dos conselhos comunitários, a gente tem conseguido fazer esse papel.

FÁDIA – Aham... Há continuidade nas atividades atuais de planejamento urbano?

JÚNIOR – Sim, sim... inclusive agora eu tô já discutindo, é... uma, uma... nós devemos fazer agora dez reuniões para, para... discutir a LDO, para apresentar a LDO nas comunidades, nas regiões, e já trazer algumas sugestões que possam integrar a LDO de 2018. (Júnior, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12499).

Gerente na Fundação Mário Leal Ferreira:

FERNANDO – Olha, (...) o caráter permanente do planejamento, primeiro você tem os instrumentos que a própria legislação define, não só os instrumentos de planejamento como também os instrumentos... os instrumentos orçamentários, né, a gente trabalha muito a questão do planejamento orçamentário como uma das formas de implantação (...) do próprio planejamento da cidade, né, porque aí (...) você tem as diretrizes do planejamento em si, o plano de desenvolvimento urbano, desse plano você vai sair com um conjunto (...) de programas, projetos e outros planos, né, que vão fazer parte da programação, é... orçamentária da cidade. Então, assim, o orçamento é um grande instrumento de implementação (...) do planejamento, ainda que também contenha suas ficções, né, de você ter coisas, metas inalcançáveis, coisas... situações que não são... não dão concretude, né, suficiente pra aquilo que tá se... se programando. Mas você a... a discussão das diretrizes é... orçamentárias pra o período de quatro anos, o próprio Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias, então todo esse processo de (...) descer, né, ao plano da execução, é um dos instrumentos (...) a questão do plano diretor, dos planos setoriais, é... por si, também têm seus processos de acompanhamento da sociedade e tem a... o documento que encerra isso aí. E tem suas formas de participação, por exemplo, agora a prefeitura tá elaborando o plano de mobilidade, né, que é um dos planos setoriais relacionados à questão do desenvolvimento urbano, na verdade ele (...) é um apêndice, uma decorrência do PDDU, né, traz pra uma outra escala a questão da mobilidade da cidade. Então esse também, esse processo também passa pela consulta, pelo acompanhamento da sociedade, vai passar pelo processo das consultas públicas de aprovação, até chegar (...) à câmara municipal e ter uma aprovação, né.

FÁDIA – (...) Como é que se concretiza o controle social?

FERNANDO – Olhe, existem (...) alguns instrumentos de participação estabelecidos, né... alguns que não têm tido ainda a eficácia que deveriam ter, existe o conselho, por exemplo, tem o Conselho Municipal de Salvador, que é o Conselho da Cidade, né (...) que atuou em alguma medida no acompanhamento desse processo do plano, certo... existem as consultas públicas, as audiências públicas, é... e que isso... que os projetos são apresentados, são colocados em discussão e (...) recebe contribuições que possam ser incorporadas a esse processo, esse é o sistema que a própria legislação prevê, é... pra cada (...) plano, né, que... que é elaborado. Claro que existem complexidades diferenciadas, uma discussão do plano diretor envolve uma discussão num processo muito mais aberto, muito mais... muito mais complexo no acompanhamento de cada... de cada passo, até chegar também à câmara, que também tem outro processo, o plano setorial já tem uma escala menor, projeto ele já é mais focado na comunidade que tá envolvida, mas todos esse... esses... momentos, digamos assim, do planejamento da cidade, envolvem algum tipo de participação. E o controle da sociedade se dá através da participação e também do acompanhamento (...) da aprovação dos instrumentos, e (...) da execução também que tem que ser proposta. (Fernando, Entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira, l. 13087).

Fonte: Apêndice B – Entrevistas - Prefeitura

Inicialmente chamamos atenção às ideias de distanciamento e desconhecimento que os representantes das Prefeituras-Bairro supõem quando o tema é PDDU, ainda que tenhamos encontrado entre os registros da biblioteca da FMLF um email do gerente entrevistado à representantes das referidas prefeituras, tratando de localização das oficinas nas unidades administrativas, referindo-se a reuniões realizadas com representações das Prefeituras-Bairro e reiterando a importância das unidades na construção do plano de desenvolvimento do PDDU, enfatizando a participação dos atores locais. O desconhecimento dos entrevistados não é apenas acerca do PDDU, mas aos próprios conceitos de permanente e de controle social, fazendo com que o permanente seja exemplificado com a colocação de caixa de sugestões na unidade da Prefeitura-Bairro. A crítica que se coloca é exatamente que o envolvimento das

Prefeituras-Bairro tenha se resumido à determinação do local das oficinas, fazendo com que as mesmas cumpram o papel de auxiliar na atenção a demandas emergenciais e pontuais, não sendo incluídas no processo de planejamento. Tal papel, entretanto, não condiz com o que o próprio PDDU traz ao substituir as Regiões Administrativas pelas Prefeituras-Bairro, que trataremos a seguir.

Os conselhos, tanto os regionais como o Conselho da Cidade são trazidos como mecanismos de controle social, mesmo sabendo que os mesmos são meramente consultivos e que não representam a população em geral. Ao falar sobre controle social um entrevistado afirmou que a prefeitura ‘comunica tudo o que é feito’. Ouvir a população aparece no geral como uma situação que contempla o caráter permanente do planejamento participativo, seja nas audiências e oficinas, seja nas atividades cotidianas da prefeitura, ou mesmo nas andanças do prefeito pelas ruas. O discurso segue a linha da defesa da administração atual, ainda que claramente desqualificado, como foi o caso da afirmação de que o parágrafo – que copia o PDDU de 2008 – foi composto considerando a atuação do prefeito, e vem carregado de desconhecimento do que seria uma participação social efetiva. O entrevistado da FMLF defende que os instrumentos da lei garantem o caráter permanente e o controle social.

Sobre os instrumentos de participação popular no planejamento previstos em lei, ressaltando a colocação ‘entre outros’, o plano traz: o Conselho Municipal de Salvador, que, como já mencionado, deixa de ser deliberativo e consultivo e passa a ser apenas consultivo, a Conferência Municipal da Política Urbana, outros conselhos, comissões e fóruns, desde que legalmente instituídos, debates, audiências e consultas públicos, iniciativas populares de política urbana (com regramento específico) e o sistema de ouvidorias. Em relação ao antigo plano, retira-se do texto os instrumentos referendo popular e plebiscito, previstos na constituição. Alcançar o processo participativo utilizando-se destes instrumentos trata-se da culminância da falácia: estes são instrumentos meramente consultivos, até construtivos, mas que não garantem eficácia e efetividade de participação. Além disso, a maior parte da população da cidade desconhece tais instrumentos.

O retrocesso trazido pela alteração de atribuições do Conselho Municipal, até então única esfera com presença da sociedade civil com poder decisório (ainda que limitado), demonstra a necessidade de controle – por parte do Estado – de todas as decisões referentes ao planejamento urbano da cidade. O referido conselho foi regulado pelo antigo plano (Lei 7.400/2008), para o qual deveria ser “deliberativo e fiscalizador nas matérias relativas ao planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, e consultivo nas demais matérias que afetam o desenvolvimento urbano (...)” (SALVADOR,

2008, p. 168). Segundo o novo plano, o conselho agora “apreciará as matérias relativas ao planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, bem como nas demais matérias que afetam o desenvolvimento urbano (...)” (SALVADOR, 2016, p. 216). Sobre a composição, o artigo 357 do plano traz treze representações do poder público municipal, duas estaduais, duas federais e vinte e quatro representações da sociedade civil, sendo quatro destinadas a entidades empresariais. Em suma, são dezessete representações do Estado, 4 empresariais (o que equivale a vinte e uma representações do capital) e vinte representações que podem estar engajadas em ações para justiça social (deve-se considerar, entre as vinte, que três são da academia e duas de Organizações Não-Governamentais),

“Caberá ao órgão de planejamento urbano a decisão final das propostas apresentadas nos debates, consultas e audiências públicas (...). A decisão referida no caput deste artigo será motivada, técnica e juridicamente, e publicada no Diário Oficial do Município” (SALVADOR, 2016, p. 221), logo, tratam-se de instrumentos consultivos e não participativos, assim como os demais.

O Sistema de Informação Municipal (SIM-Salvador), previsto também no PDDU do ano de 2008, é um instrumento com potencial de ampla utilização e manutenção pela sociedade, caso fosse pensado para tais finalidades.

O SIM-Salvador é o conjunto de dados, informações, indicadores e índices capazes de qualificar e quantificar a realidade do Município de Salvador em suas dimensões sociodemográficas, econômicas, culturais, geofísicas, espaciais, ambientais e político-institucionais.

(...)

O SIM-Salvador tem como objetivos:

I - criar uma base de informações georreferenciadas, **padronizada**, atualizada e confiável no âmbito da Administração Municipal de Salvador;

II - possibilitar o conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e gestão democráticos, em especial a elaboração, revisão e avaliação dos resultados da implementação do Plano Diretor;

III - fundamentar a proposição, implementação e avaliação das políticas públicas no âmbito municipal e de outros níveis de governo;

IV - subsidiar a tomada de decisões **pelos agentes econômicos e sociais**, estimulando o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a gestão democrática da cidade.

Art. 367 O SIM-Salvador será concebido e implantado:

I - de maneira pactuada com os órgãos federais, estaduais e municipais atuantes na Região Metropolitana de Salvador, com os municípios integrantes desta região, com as empresas concessionárias de serviços públicos, bem como com organizações não governamentais **e a sociedade em geral**;

(...)

V - como um sistema aberto, para que se assegure a transparência e acesso pelos cidadãos às informações;

(...)

Art. 368 Integram o Sistema de Informação Municipal, SIM-Salvador:

(...)

IV - entidades da sociedade civil;

(...)

VI - a população do Município.

(...)

Art. 370 **Para possibilitar o acompanhamento e controle do Plano Diretor e das políticas** públicas do Município, integrarão o SIM- Salvador os dados, informações e indicadores necessários para:

(...)

III - avaliação da eficácia das ações implementadas pela Administração do Município nos diferentes campos de sua atuação;

IV - **acompanhamento e avaliação do funcionamento dos Conselhos e outros canais de participação** da sociedade no planejamento e gestão, bem como dos fundos para o financiamento das políticas públicas. (SALVADOR, 2016, p. 222-224, grifos nossos).

A padronização de informações prevista entre os objetivos elimina a possibilidade de maior variedade de subsídios a serem disponibilizados, com caráter mais subjetivo, e que alcançariam melhor a complexidade da realidade, além de possibilitar a uma maior parcela da população a inserção de informações. Entendemos que quanto menos padronizado melhor atenderá às demandas da população por informações sobre a cidade como um todo e dos seus lugares de vivência, além disso, poderiam compor o SIM-Salvador as pesquisas realizadas no âmbito das universidades, os monografias, dissertações, teses, relatórios, etc., por ONG's e outras entidades, assim como das próprias associações e representações dos bairros. O objetivo de subsidiar decisões por parte dos agentes sociais se torna vazio, não apenas por não conter informações que possam contribuir para elaboração de propostas por parte da população em geral, mas também pelo plano como um todo não avançar em mecanismos para tomadas de decisão por parte da população. Assim, no máximo, as informações constantes no SIM-Salvador contribuirão para fundamentar as opiniões dos poucos cidadãos que têm conhecimento da realização e conseguem estar presentes em audiências por ocasião da elaboração dos planos.

O capítulo quarto do título em análise traz as informações acerca do Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas (FUNDURBS), “administrado por Conselho Gestor indicado pelo Poder Executivo entre os membros do Conselho Municipal de Salvador (...), [cujo plano de aplicação será debatido com o Conselho Municipal e] em seguida, encaminhado ao Prefeito Municipal de Salvador, que, aprovando-o o encaminhará anualmente, anexo à Lei Orçamentária Anual (LOA), para aprovação do Poder Legislativo Municipal” (SALVADOR, 2016, p. 225). Ainda que o PDDU de 2016 faça menção da elaboração dos planos de bairro, o FUNDURBS não está destinado em lei para tal finalidade. Questionamos alguns dos entrevistados da prefeitura acerca do referido fundo, tendo conseguido resposta do gerente na FMLF, que não sana a dúvida, mas comenta.

FÁDIA – Eu li que o Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas não contempla a elaboração dos planos de bairro, apenas os setoriais. Eu queria saber se isso... é... confere, e, se conferir, qual a origem para o financiamento, do financiamento dos planos de bairro.

FERNANDO – Olhe, (...) essa questão do fundo é uma coisa que não está bem resolvida, houve várias idas e vindas desse processo, ele foi desenhado com um formato no PDDU de 2008, passou por várias modificações durante o processo da discussão do próprio plano, então eu não sei nem muito bem como é que ele tá configurado hoje. Há uma discussão, inclusive, sobre a viabilidade do fundo, né, porque fundos são estruturas complexas, você tem... não é só um... uma conta que você vai depositar recursos, você tem a questão de gestão, é... e isso implica em estruturas que são bastante onerosas, então, pra um fundo funcionar ele tem que ter dinheiro, ele tem que ter uma quantidade de... um montante de recursos que possa, de fato, permitir a manutenção (...) dessa estrutura, então até onde eu acompanhei, é... o fundo de desenvolvimento urbano não conseguia chegar a esse nível, então tava se trabalhando como uma forma de uma conta, uma conta que pudesse ter... é... um acompanhamento da sociedade através do próprio Conselho Municipal de Salvador, mas não necessariamente um fundo como a gente tem fundo da educação, fundo de... habitação, etc. e tal. (Fernando, Entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira, Apêndice B, l. 13366).

O capítulo referente à articulação interinstitucional e intergovernamental e à descentralização da administração, não contempla, no tocante a esta última, algum encaminhamento no sentido do controle social. O novo plano substitui a divisão do território municipal de dezoito Regiões Administrativas para dez Prefeituras-Bairro, que possuirão unidades físicas e foram instituídas por legislação específica.

Art. 376 As Prefeituras Bairro, instituídas pelo art. 13 da Lei nº 8.376, de 21 de dezembro de 2012, têm como finalidade de promover nas respectivas áreas de competência em articulação com as secretarias e entidade da administração municipal a execução dos serviços públicos, inclusive a fiscalização, a manutenção urbana e o atendimento ao cidadão, **bem como assegurar a participação da comunidade na gestão pública**, devendo contar com sistema interligado de informações sobre os serviços prestados pelos diferentes órgãos municipais, facilitando o atendimento e o acesso regionalizado dos serviços municipais prestados à população.

Art. 377 O território do Município fica dividido em 10 Prefeituras Bairro com a seguinte denominação:

- I - Prefeitura Bairro I - Centro/Brotas;
- II - Prefeitura Bairro II - Subúrbio/Ilhas;
- III - Prefeitura Bairro III - Cajazeiras;
- IV - Prefeitura Bairro IV - Itapuã/Ipitanga;
- V - Prefeitura Bairro V - Cidade Baixa/Lobato;
- VI - Prefeitura Bairro VI - Barra/Pituba;
- VII - Prefeitura Bairro VII - Liberdade/São Caetano;
- VIII - Prefeitura Bairro VIII - Cabula/Tancredo Neves;
- IX - Prefeitura Bairro IX - Pau da Lima;
- X - Prefeitura Bairro X - Valéria. (SALVADOR, 2016, p. 228, grifos nossos).

Por meio do Decreto Nº 23.765/2013 a Prefeitura Municipal de Salvador instituiu o Grupo de Trabalho responsável pela implementação das Prefeituras-Bairro. Ainda que não tenha abrangência de bairro, como o nome propõe, e que tenha reduzido as dezoito Regiões Administrativas para dez Prefeituras-Bairro, a ideia da construção física das sedes das referidas unidades poderia ser uma iniciativa com potencial de participação, ao passo que

aproxima mais do local e, por ser físico, pode ser visto por grande parte da população. Entretanto, os problemas começam a surgir pela própria concepção da criação.

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho, presidido pelo Diretor Geral das Prefeituras-Bairro, com representantes das Secretarias Municipais da Gestão, Infraestrutura e Defesa Civil, e da Ordem Pública, com a finalidade de elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias, a regulamentação e o plano de Implantação das Prefeituras Bairro, criadas pela Lei nº 8.376/2012.

§ 1º Além dos membros indicados no caput deste artigo, o Grupo de Trabalho poderá ser integrado temporariamente por representantes de quaisquer das Secretarias ou dos demais órgãos da Administração Municipal que se façam necessários ao desempenho de suas atribuições. (SALVADOR, 2013, p. 1).

Como visto o decreto de criação não prevê a participação de representantes da sociedade civil na concepção das Prefeituras-Bairro, ainda que o caput do artigo 376 mencione como uma de suas finalidades a garantia da participação das comunidades na gestão pública. Teriam as Prefeituras-Bairro algum tipo de protagonismo na elaboração dos planos de bairro, previstos na lei que institui o plano diretor, mas sem direcionamento financeiro? Teriam as Prefeituras-Bairro potencial real de aproximar o lugar do planejamento e vice-versa? Nosso primeiro questionamento, acerca dos planos de bairro, foi feito aos entrevistados e estão dispostos no quadro 3.

Quadro 3 – A relação entre os planos de bairro e as Prefeituras-Bairro, segundo entrevistados da Prefeitura Municipal de Salvador

Gerente da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas:
FÁDIA – Certo... O PDDU ele menciona a elaboração de planos de bairro e planos setoriais, sabe como é que está esse processo de elaboração? SÓSTHENES – Não, não. Essa parte formalista, essa parte legal, realmente é bom você vê com o próprio órgão, porque a gente não tem esse condão (...) FÁDIA – Certo, mas, acontecendo, isso... certamente a Prefeitura-Bairro terá participação... SÓSTHENES – Nós seremos acionados... geralmente sim, geralmente sim, porque como eu disse, nós somos meio, né, nós somos aqueles que fazem a interface da população com o município e vice-versa, então, sempre que tem algum tipo de demanda nessa área, nessa seara, nós somos acionados. (Sósthenes, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10660).
Gerente da Prefeitura Bairro Pau da Lima:
FÁDIA – (...) O PDDU ele menciona a elaboração de planos de bairros e planos setoriais. Você sabe como está o processo da elaboração dos planos de bairro? JEAN – O PDDU quando teve aqui fez a reunião com a comunidade, foi passado, como eu te falei, foi feito a apresentação, é... da região, cada cidadão se identificou onde morava, a gente botou um mapa bem grande... (...) Então foi algumas coisas que eu lembro assim do PDDU quando teve aqui, foi a questão foi muito mais focada até pela população na questão de mobilidade. (...) FÁDIA – Pelo que eu entendi os planos de bairro eles ainda entrarão em processo de elaboração, então ainda não deve ter começado. JEAN – Não, a Prefeitura-Bairro... não entendi, o plano de bairro que você fala seria o que, o plano de bairro, no caso... (Jean, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11273).
Gerente da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga:
ALESSANDRO – Não, porque isso aí já é com a Casa Civil, a gente não faz esse trabalho, não é a Prefeitura-Bairro, aí você teria que procurar a Casa Civil, que é quem faz normalmente toda a programação... (Alessandro,

Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã/Ipitanga, l. 11796).
Gerente Geral da Prefeitura-Bairro Central:
<p>JÚNIOR – É, do de bairros eu tô acompanhando o processo aqui, que é o Caminho das Águas, que foi feito aquele estudo em 2007, aonde foi definido o... os critérios para... definidores de um bairro em Salvador. Eu... fui pesquisar, e... não há, praticamente, assim, nenhuma literatura, né, definidora de bairro em nenhum lugar do mundo, cada cidade foi encontrando as suas ferramentas. Aqui nós encontramos quatro critérios, né, definidores de bairro, é... a nossa lei que delimita os bairros de Salvador é de 1960, nós estamos num processo agora de atualização dessa lei, inclusive eu estou cuidando desse assunto aqui.</p> <p>(...)</p> <p>Eles na verdade fizeram um estudo sobre os bairros de Salvador, a parte histórica, é um material muito bom, e definiu quatro critérios, que seriam: rede de educação, saúde, é... transporte público e identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento. Então são esses quatro critérios, sendo que para caracterizar um bairro na cidade teria que ter, atender, pelo menos três desses quatro. (...) Eu tenho acompanhado isso, a questão dos eixos setoriais do PDDU eu não tenho acompanhado, isso aí é mais a secretaria... a SEDUR, eu tenho basicamente a questão dos bairros, inclusive o PDDU ele já recepcionou essa divisão aqui dos bairros, o PDDU já faz a divisão de planejamento por região administrativa, considera a Prefeitura-Bairro, né, como divisão (...), então nós temos, eu tô acompanhando isso aqui, porque em 1960 eram considerados trinta e dois bairros, é o que nós temos, na verdade, mas a gente tem hoje alguns dados que são... que são conflitantes, por exemplo, os Correios considera seiscentos bairros na cidade de Salvador, não é, nos reunimos com eles e eles dizem que só podem fazer alguma coisa de readequação após a aprovação da lei. Então nós estamos aí em vias agora de encaminhar... o prefeito vai encaminhar uma minuta do projeto de lei pra câmara, pedindo que a câmara discuta, né, essa matéria, e que possa não politizar, porque se você deixar politizar muito, assim, vai acabar o vereador levando na localidade que não atende os critérios, tal, ser alçada à condição de bairro, né, tal, sendo que tá muito claro, pra mim é um estudo muito sério, né, é um estudo que na verdade foi o estudo que fundamentou a divisão da Prefeitura-Bairro hoje em dez regiões administrativas, nós dividimos em cima desse estudo, né, então o prefeito tá disposto de fato a encampar essa luta de aprovar essa lei, porque eu acho que você começa a dar um norte (...).</p> <p>FÁDIA – Uhum... Mas, assim, deixa eu entender melhor, os planos de bairro eles serão planos... tipo mini PDDU's, serão planos...</p> <p>JÚNIOR – Sim, isso.</p> <p>FÁDIA – E eles serão pelos cento e sessenta e... cento e sessenta mais três ilhas ou eles serão por unidade?</p> <p>JÚNIOR – Não, eles serão considerados por bairro, cento e sessenta bairros.</p> <p>FÁDIA – Tá, então terão cento e sessenta e três planos elaborados...</p> <p>JÚNIOR – Isso.</p> <p>FÁDIA – Certo... Aí a próxima pergunta é se as Prefeituras-Bairro elas terão um papel relevante nesse processo de elaboração dos planos.</p> <p>JÚNIOR – Sim... é o que eu falei, se a gente tá indo pelo caminho de transformar a Prefeitura-Bairro num eixo central, né, de planejamento, unidade de planejamento, daquela região administrativa, com certeza aqueles bairros que congregam eles vão encontrar na Prefeitura-Bairro todo apoio, né, para inclusive às vezes nós temos dificuldade em alguns bairros de... de... locais pra realizar as reuniões, as reuniões têm acontecido dentro dos próprios auditórios das Prefeituras-Bairro, então com certeza a Prefeitura-Bairro irá participar ativamente desse processo, desde o início, desde a elaboração, e também depois, no acompanhamento e execução dessas ações. (Júnior, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12396).</p>
Gerente na Fundação Mário Leal Ferreira:
<p>FÁDIA – Uhum. O PDDU menciona a elaboração de planos de bairro e setoriais, como está o processo de elaboração dos planos de bairro?</p> <p>FERNANDO – Está em processo de planejamento (risos). A gente estava discutindo exatamente isso, Beatriz é a diretora aqui de planejamento da gente, eu sou o gerente, nós estamos exatamente na programação disso. Estamos discutindo inclusive o conceito do que seria esses planos de bairro, né, é... existem várias abordagens com relação a isso, né, é... algum tempo atrás existia um conceito de planos de bairro muito relacionado à ZEIS, né, das áreas populares, então... era uma coisa muito emblemática, assim, na verdade o plano do bairro era o plano da, da... do bairro que seria a partir de uma... de uma situação de informalidade configurada, etc. tal. Então era você transformar aquele assentamento, digamos assim, eu não gosto muito dessa palavra, mas... num bairro, com um mínimo de infraestrutura, e... estrutura, né, urbana. Então a gente tava discutindo exatamente esse conceito, a gente tem uma agenda muito grande de é... de... tensões de regularização, o plano diretor acabou incorporando grande parte da cidade, né, como ZEIS, reconhecendo que aquilo vem de um processo de</p>

informalidade, esse processo no plano anterior era muito seletivo, então você pegava uma comunidade maior, tal, tal, é... dessa vez a gente chutou o pau da barraca, dissemos 'ó, vamos assumir, né, que a informalidade faz parte da cidade, como é que isso pode, é... ser trazido pra outra condição', né, então foram estabelecidas duzentos e trinta e quatro ZEIS, isso abrange 20% do território de Salvador, então é uma área muito extensiva, né, e que você tem uma agenda aí de trabalho de muitas e muitas décadas, né... pra que você consiga atingir minimamente essa população. (...) são elementos muito complexos que em cada caso são definidos, então é um programa... é um programa de muito longo prazo. Acho inclusive que não estaria nem na alçada do Salvador 500 e ao que ele se propõe, acho que vai muito além dos quinhentos anos, pra você dar conta de um processo histórico que esses quinhentos anos criaram, né, mas... e aí a gente tá vendo como é que isso vai ser abordado agora, qual é a forma de abordagem (...).

FÁDIA – É... elas... os planos eles tomarão em relação a limite no espaço os bairros, as cento e sessenta e três unidades, ou regiões, assim, os planos estão pensados como?

FERNANDO – Não... assim... os planos de?

FÁDIA – De bairro.

FERNANDO – De bairro? Não, o plano de bairro ainda não tem um conceito estabelecido, né...

FÁDIA – Ainda não foi pensado...

FERNANDO – Então... é uma referência... é... isso aparece no plano diretor... porque assim, existe uma, uma... existe um processo de definição de uma malha de bairros pra Salvador, são cento e sessenta e três bairros, são cento e sessenta e três bairros e temos duzentos e trinta e quatro ZEIS, então você vê que... na verdade, assim, os bairros são abrangidos a toda a cidade, você pega desde a Pituba até uma... uma área muito precária, né, é... mas você tem... é... não sei se esse será o recorte efetivamente, não sei se serão os cento e sessenta e três planos de bairro nesse conceito. Acho que a ideia até originalmente é essa, mas acho que isso é uma coisa que precisa ser discutida. Por outro lado o seguinte, necessariamente você não vai... é... você não tem como isolar um bairro de outro... então... é... em determinadas situações você vai ter que agregar bairros pra chegar ao resultado. Por outro lado você tem em regiões da cidade como o Subúrbio, que a situação, por exemplo, da ZEIS, era tão abrangente, que os bairros que já estavam configurados passaram a ser ZEIS, a gente colocou o bairro como ZEIS. Todo o bairro é uma ZEIS. Então tem várias áreas do Subúrbio e outras poucas regiões da cidade também em que o próprio bairro é uma ZEIS, toda ela, entendeu... Então são várias situações e que precisa ver qual vai abordagem que vai se dar a isso, qual vai ser o recorte inicial, né...

FÁDIA – Entendi, entendi... então ainda tá num processo embrionário...

FERNANDO – A intenção inicial... o que a gente tava discutindo ainda é talvez trabalhar dentro de uma determinada unidade, uma unidade territorial bem delimitada, porque você tem a possibilidade de você ter... é... áreas menores, digamos assim, dentro de um contexto mais... mais abrangente, é... a gente tá muito focado, por exemplo, na questão do centro, do centro antigo de Salvador, que tem várias ZEIS dentro dele, áreas menores que não necessariamente são bairros, porque... tem ZEIS muito pequenas, tem ZEIS que são... é... são... podem ser edifícios, podem ser filas de casas, ou pequenos trechos de, de... de um bairro, né, e pode ser um bairro todo, ela pode se configurar como ZEIS, né... (não compreensível) O Calabar, por exemplo, o Calabar é uma das mais tradicionais áreas de ocupação que define bem o critério de que é uma ZEIS, né, é uma área muito consolidada, numa área de forte pressão do mercado imobiliário, então ela tá... foi protegida ali muito por questão institucional e ela é um bairro, ela tem uma... ela tem uma identidade de bairro, ela é uma ZEIS, mas ela também é um bairro, entendeu? Nas duas definições. Então... são possibilidades, entendeu? Mas é também uma coisa que está sendo discutida, como abordar essa questão, qual o sentido, qual o programa, como é que essas coisas conversam entre si, como é que você, é... qual o objetivo que você vai ter na realização disso. Entendeu?

FÁDIA – Uhum... Você acha que as Prefeituras-Bairro elas terão um papel relevante na elaboração desses planos?

FERNANDO – Sem dúvida, sem dúvida, porque... eu acho que esses planos, eu acho que a relação, né, (não compreensível) eu acho que os planos fortalecem as Prefeituras-Bairro e as Prefeituras-Bairro possibilitam o acesso a, a... aos planos, né...

FÁDIA – Uhum.

FERNANDO – Então, assim, é... se elas não estiverem envolvidas nesse processo, não faz sentido a existência delas. E o fato de você ter planos dentro dessa estrutura fortalece também a própria... a própria unidade como referência, né... (Fernando, Entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira, l. 13271).

Fonte: Apêndice B – Entrevistas - Prefeitura

A discussão embrionária acerca dos planos de bairro está concentrada na FMLF e apenas sairá de lá quando o projeto estiver pronto, para ser apresentado à população, que poderá opinar, trâmite comum entre os processos de tomada de decisão no planejamento de

Salvador. Neste contexto concordamos com Maria, quando ela afirma que (...) as secretarias são autistas, porque nenhuma conversa com a outra (...) parece que tá todo mundo assim voando... a própria prefeitura ela não tem uma conexão. (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3548). As secretarias não dialogam entre si, muito menos com as Prefeituras-Bairro, pelo que foi possível apreender das entrevistas, as subprefeituras desconhecem o trabalho das unidades que atuam com o planejamento da cidade, atuam como demandantes de obras pontuais. Defendemos o plano de bairro como instrumento ímpar para a democratização da participação popular, ferramenta com possibilidade de torná-la efetiva.

Embora sem concretamente direcionar a instituição de tais unidades administrativas a uma gestão mais democrática e participativa (neste caso nem mesmo consultiva), o capítulo referente à modernização administrativa e inovação da gestão menciona o foco no cidadão e a substituição dos princípios da hierarquização, novamente repetindo o antigo plano em igual teor.

Art. 378 O Município introduzirá uma nova cultura nas práticas administrativas e novos formatos organizacionais da Administração, baseados em:

I - foco no cidadão;

(...)

VII - substituição dos princípios da hierarquização, pela gestão compartilhada, pela intersetorialidade, intercomplementaridade e gestão por resultados; (SALVADOR, 2016, p. 229).

As atribuições – na prática – das Prefeituras-Bairro, assim como sua forma de implementação, prevista em lei, vêm ratificar a não participação envolvida por discurso participativo. O discurso da nova cultura nas práticas administrativas, com foco no cidadão e substituição dos princípios da hierarquização pela gestão compartilhada não são coerentes com a ausência do como fazer e com uma metodologia que não o suscita. Existe coerência sim com a manutenção do *status quo* e a necessidade capitalista de desigualdade social. Não é possível focar no cidadão sem que o possibilite agir, assim como não é possível desconstruir hierarquias sem que se lance mão de princípios básicos da comunicação intercompreensiva. O artigo 379 substitui o parágrafo único do mesmo capítulo, porém, ficam os questionamentos: quais são esses órgãos colegiados e por que eles não participam do grupo de trabalho que implementará as Prefeituras-Bairro? Esses órgãos foram reduzidos com a redução do número de prefeituras em relação ao de regiões administrativas?

Parágrafo único. A descentralização da participação no planejamento e gestão será ampliada mediante a implantação e oferta de infra-estrutura de suporte ao funcionamento regular dos órgãos colegiados de participação das comunidades das Administrações Regionais, previstos em lei. (SALVADOR, 2008, p. 185-186).

Art. 379 A descentralização da participação no planejamento e gestão será ampliada mediante a implantação e oferta de infraestrutura de suporte ao funcionamento

regular dos órgãos colegiados de participação das comunidades das Prefeituras Bairro, previstos em lei. (SALVADOR, 2016, p. 229).

Retomaremos às atribuições das Prefeituras-Bairro por entendermos o potencial real de aproximação entre as tomadas de decisão e os lugares da periferia com o intuito de apontar limitações trazidas pela própria legislação que a institui. O artigo do PDDU que trata das competências das subprefeituras copia a lei que as institui em teor similar (SALVADOR, 2012), acrescentando a necessidade de contar com sistema interligado de informações sobre os serviços prestados. Para maximizar as potencialidades destas unidades, faz-se necessária a inserção do planejamento para complementar a já mencionada participação do cidadão na gestão, além de anunciar a necessidade de regulamentação por decreto posterior, que originará planos de trabalho, que podem ser os próprios planos de bairro, em uma construção coletiva. As entrevistas com os representantes das unidades deixaram evidentes que o papel das Prefeituras-Bairro hoje se resume em dois principais eixos: o atendimento de balcão para solicitação de serviços e a solicitação de atuações pontuais (execução de obras tais como poda de árvores e recapamento asfáltico).

Para tornar as subprefeituras unidades de planejamento, como nos trouxe o gerente geral Júnior Magalhães, o primeiro passo é a compreensão, pelos administradores, o que é participação de fato. Outro elemento que ficou evidente nas entrevistas foi o tratamento de atividades não participativas como tal, incluindo a importância do Programa Ouvindo Nosso Bairro como exemplo de participação, com o qual dialogaremos mais tarde. Poderíamos arriscar na afirmação de que os entrevistados de fato entendem por participação aquilo que nos afirmaram em entrevista. No quadro 4 exporemos os descontentamentos e falta de informações dos nossos entrevistados em relação às Prefeituras-Bairro.

Quadro 4 – Impressões dos sujeitos entrevistados sobre as Prefeituras-Bairro

Bairro de São Gonçalo
E uma prefeitura bairro que no meu bairro não tem, que eu tenho que ir até outro bairro... Então não é meu, não sinto esse sentimento de que eu tenho que ir lá falar e todas as vezes que nós chegamos lá é tanta... são tantas outras divergências... de situações de bairros... porque cada bairro tem a sua situação... Todo bairro tem violência, tem... só que um é mais acentuado que o outro... tem problema com transporte, tem... saneamento, tem... o meu bairro tem problema com saneamento, mas parece que a prefeitura não tá vendo (...). (l. 1941)
Bairro de Tancredo Neves
Primeiro, porque essa Prefeitura-Bairro de Tancredo Neves se encontra numa área, entre aspas, mais nobrezinha, de Sal.. ô, de lá do bairro do Cabula, que ele fica lá perto do Resgate, né isso... eu tenho certeza, fica perto do Resgate... Primeiro a locomoção, uma dona de casa nunca, só se ela for realmente se tiver uma necessidade de ir, pegar um ônibus, porque o ônibus é caro, aumentou ainda mais, de pegar o ônibus, o transtorno de ir, três e sessenta e de voltar, de três e sessenta, porque eu tenho certeza, que, mora em Tancredo Neves não vai andando, na Prefeitura-Bairro, não vai... não vai de forma alguma, de forma alguma... e... só primeiramente já vê isso aqui (aponta o mapa), a quantidade de bairros que tem, apenas uma prefeitura bairro... não atende... e piorou essas audiências... (l. 2960)

Bairro do Nordeste
(...) eu acho muito... muito... muito terrível essa divisão de Prefeitura-bairro (...) você gastar milhões de reais construindo uma prefeitura, uma sede, não sei o que, que na verdade não se resolve os problemas, porque você embarca toda essa área aqui e não se embarca os problemas realmente do bairro... Porque na verdade cada bairro tem uma realidade completamente diferente... a realidade da... de... do Vale das Pedrinhas é muito diferente do bairro do Nordeste (...) aí vai pro PDDU, não vai ser contemplada as coisas do bairro. (...) você escutar realmente o que está acontecendo e melhorias no bairro, aí é uma questão de decisão política, né... uma questão de decisão política... 'eu vou ouvir o bairro do Nordeste ou vou ouvir o bairro da Pituba?'. E aí a Prefeitura-Bairro também entra em uma outra questão, né... nessas questões de coisa... tem muita política envolvida... e a gente sente, eu sinto muito no bairro essas questões de política, né... de partido (...) E aí nessa divisão equivocada, você não se respeitou... não se respeitou as identidades dos bairros, né... então na minha concepção de bairro não se respeitou nenhum tipo de identidade. Então você tem... não tem como colocar o Nordeste, a identidade do Nordeste, com a identidade de Pituba... não tem... eu acho assim... eu acho assim... um gestor, como é que vai conversar um planejamento num bairro que falta várias coisas... então... tem partes do bairro que (...) nem saneamento básico tem... Santa Cruz, tem partes do bairro de Santa Cruz que não têm saneamento básico... E aí você vai conversar com um bairro com uma infraestrutura melhor, com outros problemas (...). (l. 3343)
Bairro do Eng. Velho da Federação
(...) tem bairros que a sede da Prefeitura-Bairro tá mais próxima de outra unidade, de uma outra Prefeitura-Bairro, do que da sua própria sede (...) a pessoa pode até pensar duas vezes antes de frequentar (...) por questões geográficas acabam que muita gente não procurando essas unidades, então eu acho que... falta mais unidades, na minha opinião, principalmente nessa mais extensa, que é a de Itapuã. (l. 4980)
Bairro de Valéria
(...) já fui na Prefeitura-Bairro ver, já sei, por exemplo, que você pode levar o problema que o subprefeito vai tentar sanar, né... problemas urgente, por exemplo, estourou um cano em tal lugar, aí ele é acionado e ele busca solucionar, eu acho que teve esse ponto de positivo, né... teve isso de positivo pra poder tentar resolver, mas que ainda é muito ineficiente (...). (l. 7984)
Bairro do Rio Sena
Não é nem o suficiente, pra falar a verdade, não é nem o suficiente, acho que tem que levar esse conhecimento, tem pessoas que não sabem que eles têm direitos e que eles podem cobrar esses direitos, então a prefeitura deveria servir pra isso, a Prefeitura-Bairro deveria servir pra isso, e tem que servir pra isso como? Indo até as pessoas e não esperando as pessoas irem até ele, que é o que tá continuando, diminuiu o espaço? Diminuiu, mas tem pessoas que não têm condições de sair do Rio Sena pra ir pra lá pra Paripe, ou sair de Valéria e ir lá pra Paripe. Parece perto, mas se você pegar um ônibus faz uma circunferência, uma coisa danada até chegar lá (...). (l. 8884)
Bairro de Boca da Mata
A gente da população, e isso eu digo por já ouvir outras pessoas falarem, carrega muito por essas prefeituras serem de cunho político, né... assim... foi criada uma Prefeitura-Bairro naquele bairro, mas a pessoa que comanda essa prefeitura é denominada por um político, né, então o prefeito ele denominou uma pessoa, 'olha, você comanda essa Prefeitura-Bairro', essa pessoa não é do bairro, essa pessoa não conhece o bairro, não tem problema talvez ela seja uma pessoa qualificada pra gerir, mas essa pessoa, talvez, que é o que eu acredito, ela não é assessorada por ninguém do bairro, porque eu acho muito difícil, se a Prefeitura-Bairro ela fosse assessorada por alguém do bairro ela demorasse tanto de atender as ações e as solicitações, ela conheceria mais do... do bairro. A ideia Prefeitura-Bairro, na teoria, no papel, é boa, mas na prática, a gente de Cajazeiras, a gente de Boca da Mata, a gente não vê. (l. 9405)
Bairro da Boca do Rio
(...) agora, né... essa Prefeitura-Bairro de Itapuã não vai contemplar Boca do Rio, a dinâmica territorial dentro da Boca do Rio é totalmente diferente de Itapuã, história também, diferente, assim como Pituba, eu não sei se ela pega Pituba, essa Prefeitura-Bairro. (l. 9859)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas - moradores

No geral os descontentamentos têm o fundamento no não pertencimento ao bairro, além da enorme abrangência de bairros e do fato de contemplar bairros de níveis de

rendimentos diferenciados. Evidentemente que não é possível uma unidade física em cada bairro, o que seria oneroso. Não avaliamos positiva a redução das dezoito unidades de administração para as dez, mas, certamente, os sentimentos de não pertencimento e descontentamento vêm da maneira com a qual a política pública foi implementada: de cima para baixo. Os discursos dos representantes nas entrevistas, quando questionados sobre a relevância das Prefeituras-Bairro, foram exatamente na linha da não necessidade de deslocamento para busca de serviços, o que entendemos que resume muito o papel das unidades hoje, ainda que, exceto os moradores dos bairros sede, obviamente ainda há necessidade de deslocamento e pagamento de passagem em transporte coletivo para os moradores comparecerem às subprefeituras. Fernando Teixeira, entrevistado da FMLF nos trouxe um relato que dialoga com as inquietações de Maria, moradora do bairro do Nordeste, ainda que sua fala infelizmente tenha tentado manter neutralidade no tocante ao atendimento ou escuta maior de um público ou outro.

É... eu acho que teve... houve diferenças, é... (...) entre as áreas, né, algumas realmente tiveram uma produção muito boa, outras não tiveram tanto... é... algumas foram prejudicadas (...) pela composição (...) da oficina... Porque você tem, assim, você tem regiões muito homogêneas em que basicamente os problemas apontados, as soluções, é... se aplicam à área toda, tem outras que são duas regiões dentro de uma só, entendeu... quando você pega, por exemplo, as regiões mais ao sul, tipo a Pituba, é... Barra, etc. e tal, quer dizer, na composição dessas áreas há uma predominância da classe média, mas você tem também uma presença muito grande, às vezes até maior, talvez, de... de... de uma população de renda mais baixa, de... de uma situação de informalidade... A Pituba, por exemplo, a Pituba você pega, é... toda a parte da Pituba, que é área nobre da cidade, que você tem a maior renda, etc. e tal, você também tem o Nordeste de Amaralina, né, que é uma comunidade enorme, setenta mil pessoas, né, é... com uma renda baixa, é uma ocupação já muito consolidada, as pessoas ali de forma alguma estão na pior situação, né, da... da cidade, mas você tem um contraste muito grande entre condições de moradia, condições de... de renda, oportunidades de trabalho, etc. e tal, então isso acaba aparecendo de alguma forma (...) no resultado, então você tem, por exemplo, áreas pedindo coisas que a outra tá querendo gerir pra não perder, entendeu, tipo assim, é... as pessoas estão é... pedindo... é... sinalizando, por exemplo, a necessidade de controle de trânsito, de sinalização de trânsito, e uma outra parte pedindo via, pedindo pavimentação, pedindo infraestrutura que não tem, entendeu? (Fernando Teixeira, Entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira, Apêndice B, l. 13057)

O Plano de Mobilização e Participação Social PMPS, constante no âmbito do Plano Salvador 500 e que direcionou as ações ditas participativas do processo de construção do novo plano diretor, menciona as assimetrias de conhecimento e poder que podem ocasionar a prevalência das opiniões e interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Entretanto, o item referente a estratégias de mobilização e participação parece ignorar as causas e efeitos disso, não demonstrando ações para dirimir tais problemas, pelo contrário, a execução das ações previstas vem apenas a concretizar e perpetuar os problemas.

A questão da participação social pode ser enfocada de diversos ângulos. No caso deste Plano, a referência são os interessados no desenvolvimento urbano de Salvador, ou seja, aqueles cujos interesses afetam as diretrizes do Plano e seus resultados e que são por eles simultaneamente afetados.

As estratégias do Plano Salvador 500 envolvem conteúdos técnicos e interesses políticos. A confrontação entre essas duas dimensões intrínsecas, frequentemente, resulta em obstáculos e paralisações do processo. Quando bem encaminhados, processos de aprendizagem sobre conteúdos, pontos de conflito, estratégias de negociação e pactos favorecem a implementação do Plano, informando estratégias de negociação e mitigando conflitos.

Papéis de diferentes conjuntos de interessados, assim como assimetrias de conhecimento e de poder, podem fazer com que prevaleçam interesses de certos grupos em detrimento de outros, o que pode inviabilizar politicamente a construção do Plano ou mudar seus objetivos e instrumentos. Assim, a participação requer a difusão de conhecimento produzido sobre temáticas relacionadas ao Plano Salvador 500, como também a abertura de canais para que os interessados possam contribuir para a definição do Plano.

Devem participar não apenas as lideranças da sociedade, mas qualquer cidadão interessado que não se sinta representado ou não tenha acesso às estruturas de poder e, por isto, queira defender os seus interesses ou de grupos com os quais tem afinidade ou dos quais participa.

Em vista disso, as estratégias propostas são:

- i. **Oficinas de Bairros**, nas quais serão trabalhados conceitos básicos de cidadania, meio ambiente e desenvolvimento urbano a partir da incorporação de vivências e experiências cotidianas dos participantes no seu próprio ambiente, ampliando o olhar dos cidadãos sobre a cidade;
- ii. **Fóruns Setoriais** com os diversos segmentos da sociedade civil organizada e com as instituições públicas das diversas esferas de governo;
- iii. **Entrevistas e Pesquisas** com atores estratégicos;
- iv. **Canal permanente de comunicação na Internet** para obtenção de contribuições ao processo e difusão de informações e resultados dos estudos e atividades desenvolvidas para formulação do Plano Salvador 500;
- v. **Audiências Públicas**.

(...)

A realização das oficinas terá como referência territorial a divisão da cidade em Prefeituras-Bairro, prevendo-se a realização de mais de uma oficina naquelas de grande extensão territorial ou com especificidades internas. Nesse sentido, serão realizados 14 (quatorze) eventos na etapa dos Estudos Básicos e 14 (quatorze) na etapa dos Estudos Analíticos (...). (SALVADOR, Plano de Mobilização e Participação Social, 2016a, grifos no original).

Quem seriam os interessados no desenvolvimento urbano de Salvador, de que trata o plano, cujos interesses afetam e podem ser afetados pelas diretrizes do mesmo? Capitalistas? Ainda que o texto admita assimetrias de conhecimento e poder entre os envolvidos, não contempla os meios de dirimir tal problema, sequer aponta os mecanismos que o faça. Na contramão, na descrição as oficinas de bairro visam ampliar o olhar dos cidadãos em relação à cidade e não inserir os olhares/anseios dos cidadãos no plano a ser elaborado. Tais estratégias evidenciam que as oficinas pretenderam uma metodologia de imposição, deixando claro quem é o detentor de conhecimento, devendo ficar para os sujeitos, no máximo, o papel de elencar problemas enfrentados pelo bairro.

As oficinas de bairro que, por mais distantes, são a única metodologia com potencial de melhorias em relação ao alcance da população e aproximação mínima com os diversos

lugares, foram realizadas tomando as Prefeituras-Bairro como unidade territorial, apenas dividindo as consideradas ‘muito grandes’. Tendo em vista os bairros considerados pelo próprio Plano Salvador 500, a realização de quatorze oficinas não atinge um quarto dos 163. É importante considerar, neste sentido, que esses bairros ainda são unidades grandes em relação aos lugares da cidade, o bairro de Pirajá, que trabalhamos entre os anos de 2008 e 2011, segundo os moradores, demonstrado em oficinas e mapas mentais, possui, no mínimo, sete lugares de sentimentos de pertencimento distintos (REBOUÇAS, 2011).

Na próxima seção nos debruçaremos nos itens que resumiram, para nossos entrevistados moradores de bairros periféricos de Salvador, a distância entre o planejamento e a participação social efetiva, seja diretamente relacionado ao PDDU, seja nas demais relações entre a prefeitura e os bairros sentidas pelos entrevistados no cotidiano.

A distância entre o planejamento (a prefeitura) e a participação social efetiva (os lugares de periferia) em Salvador

Os resultados obtidos nas conversas com os moradores, via de regra, não dialogam com aqueles obtidos nas conversas com a prefeitura, principalmente os representantes das Prefeituras-Bairro. Tal diagnóstico nos faz refletir a necessidade urgente de uma maior aproximação entre os moradores e as tomadas de decisão por meio dos lugares. Quando existe aproximação, por parte da prefeitura, é no sentido de solucionar problemas pontuais ou no processo de elencar problemas, o que tem caracterizado as diversas reuniões das quais se tem registro, seja nos bairros, como no Ouvindo Nosso Bairro, nos encontros pontuais entre os moradores e os representantes das prefeituras, seja nas oficinas para o Salvador 500 e o PDDU.

Neste sentido, elencamos três macrotemas que surgiram nos diálogos com os moradores, sendo eles: 1 – ausência, insuficiência ou ineficiência do poder público; 2 – sobre como são as tomadas de decisões que interferem no bairro e as consequências e 3 – problemas relacionados às reuniões ou audiências que são impeditivos à participação social efetiva. Os resultados do primeiro item estão dispostos no quadro 5.

Quadro 5 – Ausência, insuficiência ou ineficiência do poder público, segundo sujeitos entrevistados

Parece que é um bairro esquecido, às vezes... numa centralidade, mas esquecido... tem hora que é esquecido... (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3883)
--

Então tudo isso é reflexo da falta de olhar público, né... no bairro do Engenho Velho da Federação, que apesar de ficar no centro da cidade tem essa marginalização da prefeitura do bairro, da cidade. (Entrevista bairro do Engenho Velho da Federação, p. 138)

<p>É... aquém dos governantes, apesar de ser no centro da cidade. Eu acho que deveria ser olhado com mais carinho pela prefeitura. (Entrevista bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4657)</p>
<p>(...) um lugar bem... como vários outros na nossa cidade, mas um lugar bem esquecido, entendeu? Precisando de muitas melhoras... (...) acho que precisa mais de organização (...) não organização tanto dos moradores (...) mas também dos órgãos que têm que olhar por lá, entendeu? (Entrevista bairro da Santa Mônica, l. 5154)</p>
<p>Os problemas eu acho que há uma invisibilidade ali, não há um contato, cuidado com os moradores (...). (Entrevista bairro de São Cristóvão, l. 5584)</p>
<p>Pela prefeitura eu vejo que a prefeitura só aparece realmente em época de eleição, não tem um... um acompanhamento mesmo, não tem uma fiscalização, você não vê propostas da prefeitura... (Entrevista bairro de Dom Avelar, l. 6035) FÁDIA – Então você... pelo que eu entendi, tem mais omissão do que ação lá. ROSÂNGELA – Isso, tem mais omissão. (Entrevista bairro de Dom Avelar, l. 6055)</p>
<p>(...) temos os nossos problemas cotidianos, eu acho que ele vai perpassar também por uma questão de ausência quase que frequente de poder público (...). (Entrevista bairro de Cajazeira V, l. 7379)</p>
<p>(...) teve um tempo que a gente pensou em emancipar Valéria, porque Valéria é um bairro que tem muitas empresas grandes, então que seria interessante pro bairro, porque a renda que é feita aqui vai pra onde? Pra prefeitura de Salvador, que nem sabe que Valéria existe, né, que não lembra que Valéria existe. (Entrevista bairro de Valéria, l. 7794)</p>
<p>(...) mainha disse que vinte anos atrás tava na prefeitura como asfaltada, quando fizeram o abaixo assinado pra asfaltar, já tava lá como asfaltada (...). (Entrevista bairro de Rio Sena, l. 8627)</p>
<p>Não... não tem nada... não tem nada modificando lá... ação de, de... prefeitura, não tem... o que se ouve, o que se viu ultimamente foi só no... no final de linha, da Boca do Rio, realmente, a reforma de praça, só... (Entrevista bairro da Boca do Rio, l. 9840)</p>
<p>Eu acho que a prefeitura... um tanto que abandona o bairro de Novo Marotinho, né, porque... como eu falei, por exemplo, a praça de Sete de Abril foi revitalizada, a de Novo Marotinho não. Então acho que é um pouco esquecido pela prefeitura, né, e... é uma coisa que a gente tem que... a comunidade em si tem que cobrar mais, né. (Entrevista bairro de Novo Marotinho, l. 10054)</p>
<p>(...) tirarem os vereadores, que eles só... só aparecem em época de eleição (...) não chega ninguém pra visitar o bairro, só vem naquela época de... (l. 2245) (...) queira ou não queira foi através de vereador também, que foi época de eleição, essa rua ela não tinha um nome, foi registrado também esse nome, que é rua das Orquídeas, era de terra, a gente conseguiu, a gente foi, correu, aí eu liguei, tal, veio o asfalto, a gente espalhou, botou dois pontos de energia (...). (Entrevista bairro de Cajazeira XI, l. 2348)</p>
<p>(...) mesmo porque, na época... na época de eleições, eles aparecem e... prometem e não fazem (...). (Entrevista bairro de Nova Brasília, l. 2521)</p>
<p>(...) porque eles não ouvem, é a verdade, não ouvem, não perguntam, é como aquela velha história que todo mundo já sabe que só no... no tempo eleitoral, né... quando já tiver assim as eleições chegando, aí lá vem, pronto, a verdade é essa. Ninguém vai perguntar, ou algo desse tipo, aí só tá faltando dois três meses pras eleições começar, aí vai começar a asfaltar... 'bora ver logo o bairro como é que tá, se o posto...' porque reformaram os postos assim perfeitamente, mas, um atendimento... (Entrevista bairro de Tancredo Neves, l. 2879)</p>
<p>(...) na época política é tudo bonito, maravilhoso, mas depois disso fica tudo esquecido, o bairro volta à normalidade, volta aos conflitos, volta todas as problemáticas que são envolvidas (...). (Entrevista bairro de Engenho Velho da Federação. l. 4841)</p>
<p>(...) lá em casa é fossa séptica... e agora que a água da casa, de uso da casa, tá indo pra rede de esgoto, porque tem poucos anos que foi colocada, e justamente na véspera de uma eleição dessas aí. (Entrevista bairro de Dom Avelar, l. 5995)</p>

<p>Pela prefeitura eu vejo que a prefeitura só aparece realmente em época de eleição (...) E tudo que é solicitado demora muito de acontecer, aí só vem a acontecer quando é próximo a uma eleição, aí eles descobrem que tudo aquilo que foi solicitado tá pendente. Aí vem, faz uma coisa rápida, sabe... tipo assim, passa uma camada, menina, o bairro fica lindo, todo cheio de camada de asfalto, tudo bem que na primeira chuva desmancha, mas fica tudo bonitinho, pintado, né, pintam lá, todos os quebra-molas pintados, tudo bonitinho nesse sentido, mas... fora isso, das campanhas de eleição você não tem um trabalho realmente dos órgãos públicos não. (Entrevista bairro de Dom Avelar, l. 6035)</p>
<p>Então os poderes públicos nunca nos ouviram, certo? Só enxerga quando é época política (...). (Entrevista bairro de Massaranduba, l. 6218)</p> <p>Às vezes me aborreço bastante, é o que mais nós temos, aborrecimento, aborrecimento, porque infelizmente nós aqui da periferia eles não olham a gente com olhar bonitinho não, eles só olham com olhar bonitinho quando eles querem votos, do contrário não. (...) Políticos... principalmente vereador, principalmente vereador, entendeu, principalmente eles.</p> <p>NÚBIA – Época de campanha.</p> <p>DANDARA – Época de campanha, que eles tão aqui, aí começa a querer se agregar, e isso e aquilo (...). Porque eles se aproveitam disso tudo, infelizmente, na época das campanhas, eles se aproveitam. (Entrevista bairro de Massaranduba l. 6253)</p>
<p>E assim, o que Valéria precisa é de atenção das pessoas, é de atenção dos governantes que não lembram que Valéria existe, só em época de eleição, que como o bairro é muito grande, Valéria é um bairro muito grande, em época de eleição aparece sete, oito, dez candidatos, em Valéria, mas durante o tempo, o mandato deles, eles nem... não vêm aqui pra nada. (Entrevista bairro de Valéria, l. 7823)</p>
<p>(...) porque vai pessoas lá da prefeitura? Vai... vão vereadores lá? Vai... mas de quatro em quatro anos. (...) Então foi colocado [o asfalto] em época de eleição (...). (Entrevista bairro do Rio Sena, l. 8597)</p>
<p>Aliás, eu acho que todo mundo... as secretarias são autistas, porque nenhuma conversa com a outra. (...) Porque eu nunca vi uma secretaria da saúde que não conversa com a secretaria de mobilidade, que não conversa com a secretaria de educação, parece que tá todo mundo assim voando... a própria prefeitura ela não tem uma conexão. Eu pensei que numa prefeitura bairro haveria essa conexão. (...) Mas você entra na prefeitura bairro é uma coisa... é um lugar de marcação, gente... (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3547)</p>
<p>(...) o que eu vejo sendo feito hoje é um pouco de... como é que eu posso dizer, é... fugiu a palavra agora, é mais pra forrar do que pra tratar (...). (Entrevista bairro de Engenho Velho de Brotas, l. 4113)</p>
<p>DANDARA – Mais ou menos. Tem diálogos que eles são parceiros nossos, que ele vem, nos atende, né isso? Não... não coisa a demanda, mas nos atende, nos ouve...</p> <p>FÁDIA – Não resolve a demanda, mas ouve?</p> <p>DANDARA – Não resolve, mas ouve, né... porque tem coisas...</p> <p>NÚBIA – Tapeia.</p> <p>DANDARA – É, tapeia... e tem coisas que nem nos aparece, infelizmente. Entendeu? (Entrevista bairro de Massaranduba, l. 6470)</p>
<p>(...) temos problemas que poderiam ser resolvidos, né, a questão da infraestrutura, uma limpeza urbana melhor, cuidado um pouco melhor da, da... dos órgãos, né... principalmente na parte da prefeitura, né, que é quem atua mais na... no bairro. (Entrevista bairro de Plataforma, l. 6737)</p>
<p>(...) a prefeitura não dá muita atenção, faz umas ações pontuais, fica tudo muito na base da propaganda, da ilusão, o povo vem se... se matando todo dia (...). (Entrevista bairro de Cajazeira V, l. 7464)</p> <p>Eu acho que a prefeitura deveria parar de fingir que nos ouve, que, que... o povo participa. (Entrevista bairro de Cajazeira V, l. 7564)</p>
<p>(...) é uma estrada que até hoje eles estão terminando de fazer, não fez ainda, que liga a... a população do Rio Sena a uma melhor mobilização, é... como é que eu vou falar (...) Isso, mobilidade, porque ligaria o Rio Sena a Pirajá, então teríamos uma opção a mais, só que tem anos fazendo aquela estrada e nunca fez, nunca se concluiu. (Entrevista bairro de Rio Sena, l. 8185)</p>
<p>(...) a gente tem uma comunidade que (...) são condomínios um pouco mais antigos, de uma infraestrutura um pouco mais antiga, e os condomínios que hoje foram implantados pela Caixa Econômica Federal, não é... então</p>

<p>os conflitos hoje existentes, que eu noto muito dentro do bairro de Boca da Mata são vinculados primeiro a essas... essas unidades habitacionais, são unidades habitacionais com contextos diferentes, né, que habitam o mesmo espaço. (...) implantaram esses... essas unidades habitacionais em áreas que hoje está correndo risco muito grande de erosão, quando chove a gente sente uma diferença, alaga muito mais as ruas, né, as lixeiras, né, o atendimento até à questão urbanística básica, assim, as lixeiras hoje elas ficam cheias muito mais rápido, elas não são coletadas num tempo satisfatório, por causa dessas comunidades que foram acrescentadas (...). (Entrevista bairro de Boca da Mata, l. 9060)</p> <p>(...) a prefeitura também não faz isso... ela não tem, é... não tem ferramentas, a prefeitura não apresenta pra gente ferramentas de se comunicar (...). (Entrevista bairro de Boca da Mata, l. 9318)</p>
<p>(...) é como eu disse, eu que sou do São Gonçalo, não conheço da Barra (...) E você quer pegar várias pessoas, de realidades, de países, vamos supor, diferentes, e colocar em uma única sala pra falar de problemas em comum que eles querem resolver, só que esse problema em comum pra mim pode ser um problema mais acentuado que o seu, e aí como é que ele vai ficar com isso? Talvez o problema com o transporte não seja tanto no seu bairro, mas é no meu, e é o que eu foco no meu bairro, eu tenho problema com transporte, você vê, eu falo direto, porque é um problema (...). (Entrevista bairro de São Gonçalo, l. 2063)</p>
<p>E é nivelar isso aqui, essa divisão de Prefeitura-bairro condena, entendeu, então eles nivelam aqui orla... você acha que o Nordeste vai ser contemplado diante da Barra? Como é que bota Barra, Pituba, tudo no mesmo balaio, como se fossem as mesmas coisas... um processo de identidade mesmo, não sei o que... Então são comércio diferentes, são outras questões... então... eles fizeram as reuniões, eu gostei da iniciativa, mas detestei, então eu só fui pra uma. Que a pessoa falava ele dizia que era tumulto. (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3557)</p> <p>E aí nessa divisão equivocada, você não se respeitou... não se respeitou as identidades dos bairros, né... então na minha concepção de bairro não se respeitou nenhum tipo de identidade. Então você tem... não tem como colocar o Nordeste, a identidade do Nordeste, com a identidade de Pituba... não tem... eu acho assim... eu acho assim... um gestor, como é que vai conversar um planejamento num bairro que falta várias coisas... então... tem partes do bairro que têm nem saneamento básico tem... Santa Cruz, tem partes do bairro de Santa Cruz que não têm saneamento básico... E aí você vai conversar com um bairro com uma infraestrutura melhor, com outros problemas (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3857)</p>
<p>(...) a não ser com a pressão e tal, midiática ou não, e tal... que normalmente as pessoas buscam esse canal, né, da mídia e tal, pra que se solucione os problemas que ocorrem no bairro. Porque às vezes existe aquela questão protocolar e tal, de você ir lá e tal, normalmente não acontece, ou quando acontece demora muito, é muito difícil, então busca-se algum meio, seja midiático ou não pra que se busque essa melhoria ou esse resultado que se espera, né, que se busca (...). (Entrevista bairro de Praia Grande, l. 797)</p>
<p>A população tem que... ver a... ver aquela coisa de abaixo assinado, pra ver se chega, tem os órgãos competentes que a gente pode chegar lá, mas às vezes não resolve nada... (Entrevista bairro de Cajazeira XI, l. 2254)</p>
<p>E, no caso do meu bairro, é... tentamos, já tentamos diversas vezes, nos organizamos diversas vezes, inclusive fomos na prefeitura, com abaixo assinado, porque temos uma área de lazer, temos um campo de futebol, mas não temos um alambrado nem... nem refletores, então a organização, às vezes, ela vai além dos nossos... das nossas forças, porque se não tiver uma pessoa de boa vontade pra resolver determinados problemas eu acho que não vai não, viu... mesmo porque, na época... na época de eleições, eles aparecem e... prometem e não fazem... então, organização às vezes vai além também do nosso... da nossa força, viu. Já tentamos diversas vezes, inúmeras abaixo assinados e não conseguimos não... um alambrado e um... um refletor. (Entrevista bairro de Nova Brasília, l. 2516)</p>
<p>(...) ele vai lá e conversa com a pessoa responsável, não é atendido, aí ele faz o que, vai na mídia, ele faz mesmo, Bocão (...). Então ele não foi atendido quando ele foi diretamente lá, mas sim quando teve... quando veio esse meio de comunicação midiático, que ele é atendido. (Entrevista bairro de Rio Sena, l. 8678)</p>
<p>(...) pra conseguir uma poda em uma área que a gente faz corrida e caminhada lá, por mais que eu tivesse feito a solicitação na Prefeitura-Bairro, eu tive que ligar pra rádio Metrópole (...) e dar o número de protocolo, 'olha, eu registrei isso na prefeitura e a gente faz caminhada aqui de manhã, umas cinco, seis horas da manhã, e tá o mato, pô, precisa de poda', pra prefeitura tomar ação e responder pela rádio (...). (Entrevista bairro de Boca da Mata, l. 9367)</p>

Os destaques dos relatos remetem à ineficiência do poder público, dada pela sua omissão, pelas insignificantes ações, pela burocracia encontrada quando se busca a administração para solução para algum problema – normalmente pontual – como também, e aqui enfatizamos, pela presença marcante, inclusive para amenizar problemas isolados e constantes, em época de eleições.

Foram utilizadas repetidas vezes expressões que demonstram a ausência da prefeitura nos bairros, inclusive com a ponderação de ser um bairro central e, justamente por isso, deveria ser mais visto (o que chamamos periferia social, ao passo que os bairros periféricos distantes dos centros dinâmicos são as periferias socioespaciais). Como se o não ver não fosse estratégico, como se significasse desconhecimento. Invisibilidade, abandono, ausência e esquecimento contínuos fazem com que os moradores sintam a presença a cada quatro anos, como nos trouxe Lua, entrevistada do bairro do Rio Sena. Os períodos de eleições são marcantes para se alcançar alguma melhoria pontual, normalmente temporária, porque mal feita, nesses lugares abandonados. A solução para o abandono por vezes é a mídia sensacionalista. A união de bairros nos momentos dos encontros foi outro problema trazido pelos moradores e entendido por nós como limitante à participação. Além de unir problemas distintos de realidades semelhantes, as reuniões para o plano diretor reunia, por vezes, moradores de rendimentos distintos, como nos trouxe a entrevistada do bairro do Nordeste.

Fica evidente entre as falas que os sujeitos se contentariam apenas em serem ouvidos pela prefeitura, inclusive o demandam, demonstrando o quanto estamos aquém de um processo efetivamente participativo: de um lado está a prefeitura, que afirma que ouve e acredita que ouvir a população é participação popular e, de outro, estão os moradores, que demandam por ouvidos para fins de soluções de demandas pontuais. Em resumo, não se tem compreensão – por todos os lados – de um conceito razoável de participação popular efetiva.

Por parte da prefeitura, nosso pensamento primeiro é de que esta ignorância seja demonstração estratégica para manutenção de uma política onde poucos decidem por muitos e o orçamento municipal é direcionado para áreas estruturadas da cidade. Por outro lado, questionamos se os sujeitos entrevistados são agentes ou atores neste contexto, se são tomadores de decisão ou meros reprodutores de discurso. Entre os relatos dos representantes das Prefeituras-Bairro (Quadro 6) encontramos um discurso de aproximação física da administração da população, reafirmando o papel dessas unidades como balcão de serviços e solucionadora de demandas pontuais. Sobre o problema de unir bairros de rendimentos diferenciados, que nos trouxe a entrevistada do bairro do Nordeste, o entrevistado da

Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga traz um relato vazio, por meio do qual o gerente sugere que a diferenciação se dá pelas formas com as quais os bairros surgiram historicamente, como se o poder público tivesse papel e posicionamento de neutralidade, tanto no surgimento como na manutenção dessas realidades.

Quadro 6 – Relações Prefeitura-Bairro / Comunidade, segundo representantes da prefeitura

<p>Então, assim, o grande ganho que se tem é justamente de ser um facilitador e de estar próximo à vida das famílias, né... isso acho que ajuda bastante... porque... você imagina, numa área carente da cidade, você pensar em pagar um transporte público (...). Eu acho que, acho não, tenho convicção de que talvez essa seja a única forma de você conseguir aproximar efetivamente o cidadão dos serviços públicos dos quais ele tanto anseia. (...) a Prefeitura-Bairro ela passa a ser um catalizador dessas informações, então obrigatoriamente você já tem aqui as informações dos anseios, dos quereres da população (...) (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10290)</p>
<p>(...) a gente tem aqui a chefia de atendimento comunitário, que é Alice, uma funcionária da casa (...) ela recebe essas demandas e nós fazemos o ofício e encaminhamos aos órgãos responsáveis. (...) além da gente atender a população aqui, como os serviços emergenciais que eles chegam aqui, nós encaminhamos também solicitações pras secretarias. Além dessa situação eu acompanho aqui também as obras da região, tanto a gente solicita algumas obras, como a gente acompanha obras que são só determinadas. (...) então a gente tem essa... essa atribuição também de acompanhar, fazer a manutenção da malha viária. É... a gente também aqui acompanha alguns serviços como o de iluminação (...) (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11016).</p>
<p>(...) tá sendo construído um CMEI lá em Novo Marotinho, logo no início ali em Novo Marotinho, quilômetro cinco e meio (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11033).</p>
<p>E aí às vezes a pessoa fala assim “ah no bairro nobre tá tudo bonitinho”, porque o bairro nobre foi instituído dessa forma, né, ele já tem o asfalto dele, ele já tem a drenagem, já tem o sistema de esgoto, já tem tudo ali funcionando, então a gente só faz a manutenção, um Cassange da vida precisa de receita pra poder investir na melhoria (...). De Estela Mares o máximo que eu recebo é uma troca de lâmpada e um tapa buraco, do Cassange eu recebo tudo, escola, posto de saúde, iluminação, asfalto, poda, invasão, tudo, porque é inerente ao bairro. Então, assim, a gente nem tem muito contato com o pessoal de Estela Mares, eu tenho mais contato com o pessoal do Cassange, de Nova Esperança, do Bate Facho, da... da Soronha, do que de Estela Mares, Praia do Flamengo, Pedra do Sal, entendeu? Porque as demandas são diferentes, como nós somos movidos a demanda, então, vamos dizer assim, a subprefeitura é o órgão que melhor lida com essa questão da fragilidade social, porque a gente é gerado por demanda (...) A gente não gasta o erário público em regiões mais ricas porque não tem o que fazer, não tem o que gastar. (...) Praia do Flamengo foram feitas por casas de veraneio antigas, as pessoas vinham veraneiar em Praia do Flamengo, Praia do Flamengo não era local de moradia, então ficavam casas vultuosas, casas boas, casas grandes, casas de um milhão, dois milhões hoje, né, e Cassange foi feito por invasão, por divisão de sítios, de roça, então tem muita gente pobre morando lá, então, assim, a coisa vai caminhando de acordo com o crescimento da cidade. A gente querer igualar Cassange a Praia do Flamengo chega a ser até absurdo, porque a gente não vai conseguir fazer isso. mas a gente é gerado por demanda, então, essa... essa parte de, de... de melhoria social a gente trabalha muito bem nisso geralmente porque é gerado por demanda. Não é porque ninguém é bonzinho ou porque acha bonitinho, é porque é por demanda também. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga, l. 12123)</p>
<p>(...) inspirada muito no SAC, então a ideia é que tivesse cada uma... funcionasse como um <i>shopping</i> de serviços municipais, né, pra população, então a ideia é de que você pudesse levar a prefeitura pra mais próximo do cidadão, ou seja, o cidadão que reside num bairro mais periférico ele não precisa se deslocar pro centro da cidade, às vezes por uma demanda simples do município, é... da prefeitura, pedir uma solicitação de um serviço, de uma poda de árvore, um tapa buraco, uma limpeza de um canal. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12242)</p>
<p>(...) então a Prefeitura-Bairro hoje ela funciona como unidade de prestação de serviço, né, com esses serviços que nós temos lá, funciona como unidade catalizadora das demandas populares através do conselho, funciona também como unidade de execução de serviços, que seja... nós temos hoje a execução do tapa buraco e de poda de árvores, então nós participamos dessa execução, do acompanhamento, funciona como uma interlocutora entre as demandas da população e a prefeitura, é uma intermediadora qualificada, né, que a gente consegue</p>

mobilizar praticamente toda estrutura da prefeitura para, para... atender àquela demanda do cidadão. (...) o próximo passo que nós estamos trazendo, não sei se tá aí no seu escopo, é transformar as Prefeituras-Bairro em unidades de planejamento da gestão, né, é fazer, é pensar que nós temos dentro de Salvador dez mini cidades, com características diferentes, com necessidades diferentes, que precisa ter o olhar do poder público também de forma diferente. (...) A segunda vertente que a gente tá ampliando pras Prefeituras-Bairro é de fiscalizadora (...) dos atos da prefeitura naquela região. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12275)

Fonte: Apêndice B – Entrevistas Prefeitura

A ênfase no papel de unidade física catalisadora de demandas, que é dada às Prefeituras-Bairro por todos os entrevistados, não acompanha a possibilidade da nova vertente mencionada pelo gerente geral das unidades administrativas, que é de transformar as subprefeituras em unidades de planejamento. Neste sentido, quais ações estariam sendo pensadas para concretizar esta nova vertente? A fala se tornou discurso vazio. A ação de fiscalização já acontece, uma vez que perpassou entre as falas que trata-se de papel das unidades fiscalizar e acompanhar as obras da prefeitura que são executadas por região. As características de pontualidade e emergência das demandas da população que foram mencionadas nas entrevistas ratificam o abandono trazido pelos moradores e evidenciam um caráter quase populista das ações de aproximação engendradas pela prefeitura.

Nossas impressões acerca da insuficiência e falta de perspectiva de mudança do atual papel das Prefeituras-Bairro foram ratificadas com os relatos dos entrevistados acerca do conceito de planejamento participativo, carregados da ideia da escuta, do ouvir os moradores (por vezes independente, inclusive, se moradores ou apenas as lideranças). Vejamos o quadro 7.

Quadro 7 – Noção de participação popular no planejamento segundo entrevistados das Prefeituras-Bairro

(...) porque com essas consultas públicas a gente tá mais próximo do que o cliente, que é a população, que é o cidadão, quer. Talvez a gente não consiga resolver, como eu disse mais cedo, tudo, todos os anseios, todos os pedidos, mas ele sai satisfeito, porque ele foi escutado e foi executado aquilo que ele pediu. (...) Acho que isso foi o que Neto acertou bastante, ele foi escutar de quem... de quem pretendia, do que queria, naquele momento, naquela localidade. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10648)

Acho que a questão formal, inclusive, dessa parte é... de LOUOS, de PDDU, obriga a manutenção dessas escutas, tá, no que diz respeito ao Salvador 500 anos. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 12275)

(...) você acha que as atividades que ocorrem hoje de planejamento são bem sucedidas pra contemplar o planejamento participativo?
SÓSTHENES – Eu não tenho dúvidas, só pelo que eu já te falei, eu não tenho dúvidas. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10908)

(...) muitas dessas demandas são demandas advindas de momentos como esse, de escuta popular. (...) foram muitos os serviços executados, muitos, com o olhar e com a sensibilidade do prefeito (...) muitos com muitas daquelas solicitações feitas na Prefeitura-Bairro, mas uma grande, grande parte feita a partir de programas de escuta popular e que eu não tenho dúvidas de que é o melhor formato (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10922)

(...) no orçamento participativo, o município veio aqui, falou quanto tinha de investir, quanto seria destinado, pra questão até da população da Região Administrativa de Pau da Lima, e que eles sugerissem algumas obras, e essas obras foram sugeridas, algumas obras dessas foram feitas, outras, ainda, no momento até que o país vive, da crise, por causa de tantos rombos que deram nos cofres públicos, a gente não tem, não fizemos ainda (...) a Câmara inclusive fez a... esqueci o nome do projeto da Câmara, que eles visitavam os bairros, nós tivemos vários, várias... apresentações de projetos aqui, tanto através da Câmara Municipal como da... antiga SUCON, que agora é SEDU e juntamente com a Casa Civil e o Gabinete do Prefeito, que engloba aí a Ouvidoria e a Prefeitura-Bairro, as Prefeituras-Bairro. Mas o maior... é... a maior solicitação de serviços foi através do programa que o prefeito criou chamado Ouvindo Nosso Bairro, que nós fizemos (...) fizemos ao todo 154 ou foi 156 consultas. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11097).

Então no orçamento participativo foram... a população foi consultada diversas vezes, tanto por algumas secretarias quanto pelo gabinete do prefeito, e a gente vê, na realidade a população pede, nós damos a eles, como eu te falei, a relação de vinte itens que cabem, que são competências do município, itens como escadaria, item como iluminação, item como pavimentação, itens como escolas (...) um bairro que teve uma participação muito grande foi o bairro de Sete de Abril, ultrapassou mais de... 180 ouvintes, mais de 180 ouvintes tavam na reunião, e a maioria lá pediu justamente por área de lazer, pelo recapeamento asfáltico, pela reforma do posto de saúde que tinha lá (...) a população foi ouvida dessa forma. Lógico que nem tudo que foi solicitado pôde ser feito, que as demandas são imensas e os recursos são limitados. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, l. 11144).

FÁDIA – (...) O que você entende por planejamento participativo e qual foi/é seu papel em ações de planejamento participativo?

ALESSANDRO – Vê só, nós temos um programa aqui, que é um programa inovador no Brasil (...) é um programa chamado Ouvindo Nosso Bairro, a estrutura da prefeitura, né, eu, como subprefeito, vamos dizer assim, da comunidade, ia pra lá com uma equipe de dez, doze pessoas, pra poder ouvir a comunidade (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga, l. 11573)

(...) se a gente fez um programa como o Ouvindo Nosso Bairro, onde entrevistamos aí certamente 90% da população de Salvador, porque quando você bota uma associação de moradores lá, você imagina que ela representa toda uma comunidade, o presidente da associação tá lá falando é... pela comunidade (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga, l. 11627)

(...) o trabalho do Ouvindo Nosso Bairro é como se fosse um mutirão do que a gente já faz aqui. Porque eu ouço as pessoas aqui é todo dia, todo dia! (Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga, l. 11807)

(...) coordenei o... o projeto chamado Ouvindo Nosso Bairro, né, foi uma consulta popular, né, na cidade de Salvador, e... as Prefeituras-Bairro, nessa consulta, que nós temos na verdade... colocamos ela como inédita na cidade de Salvador, foi a primeira experiência de democracia participativa de fato, que ocorreu na cidade (...) Então a prefeitura... as Prefeituras-Bairro, aqui no nosso caso, em Salvador, ela garantiu efetivamente a participação da população, né... nos ajudou a fazer a consulta, né, e... só pra você ter uma ideia nós realizamos cento e sessenta e três reuniões em vinte dias, praticamente, foi no mês de janeiro de 2015. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12208)

Ó, muito sucinto, eu entendo que planejamento participativo tem que ser... é... é ouvir o povo, é trazer a contribuição da população de forma... de forma direta, pra dentro da gestão, então pra mim isso é planejamento participativo, é... sem... amarras, sem criar às vezes mecanismos que dificultam a participação da comunidade, então não adianta eu fazer uma reunião aqui no centro da cidade pra discutir planejamento participativo, eu tenho que discutir planejamento participativo na comunidade, né, dentro do bairro dele, com as pessoas do seu meio, com as pessoas que vivem ali, que convivem, que pra mim são as pessoas mais qualificadas pra dar alguma ideia, sugestão, sobre aquela comunidade. Então eu entendo dessa forma, sou crítico às vezes dos modelos já existentes no Brasil de planejamento participativo, de orçamento participativo, porque eu acredito que ele fica muito engessado, muito amarrado em lideranças comunitárias, tal, então pra mim planejamento participativo é ouvir o povo, é transformar às vezes, é... mesmo que às vezes aquela sugestão não venha... não venha carregada de um critério mais técnico, tal, mas cabe à gestão transformar aquela sugestão, não é... em uma coisa, em um projeto, em ação... em ação, em política pública, né... Então eu acho que o planejamento participativo, pra mim, ele tem que ouvir o povo, tá ligado direto no povo. E o nosso papel aqui, como diretor da Prefeitura-Bairro, é estimular que as nossas Prefeituras-Bairro, as dez, funcionem, de... de fato como unidades de captação de demandas populares, né, seja no planejamento estratégico, seja num... da... da lei orçamentária, seja no PDDU, toda e qualquer ação de planejamento que a Prefeitura-Bairro participe disso, né, e participe de forma direta, ouvindo de fato aqueles personagens, aqueles atores que residem ali, que pra mim

são as pessoas mais qualificadas pra poder opinar sobre suas comunidades. (...) nós temos uma democracia no Brasil e que nós entendemos que, quando a gente vai falar de planejamento participativo, a gente precisa... é... é ouvir aquele cidadão que reside na sua comunidade (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12304)
(...) defendo claramente que o cidadão que reside lá no bairro de Paripe, ele que tem o direito de opinar, né, ele diretamente, a dona de casa, o estudante, o desempregado, né, aquelas pessoas que residem ali. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12332)
(...) potencialidade de desenvolver a região, é você dar ao cidadão aquela condição de dizer que ele está participando (...) (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12387)
Então eu acho que o controle social ele é exercido, na ótica das Prefeituras-Bairro, né, por esses conselhos comunitários (...) Então eu acho que esse é o controle social efetivo, os conselheiros comunitários eles não foram impostos pela administração, eles não são servidores da administração, né, eles são pessoas que são líderes, eleitos pela comunidade, né, pra exercer esse papel, né, seja no processo de planejamento, seja no processo de execução (...) Então eu acho que permanente é criar mecanismo de participação, de reuniões pra ele tá ali, é tá sempre dando a devolutiva ao cidadão e o controle social eu acho que a Prefeitura-Bairro, através dos conselhos comunitários, a gente tem conseguido fazer esse papel. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12512)
(...) [no Ouvindo Nosso Bairro] chegamos à participação apenas de dez mil pessoas (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12552)
(...) na discussão do novo Ouvindo Nosso Bairro (...) eu realizei dez reuniões com os conselhos comunitários, eles trouxeram as demandas dos bairros, levamos essas demandas para os secretários, para a avaliação técnica e orçamento, é... teremos dez reuniões grandes entre 3 de junho e 17 de julho, uma reunião grande por região administrativa, que congregue todos os bairros, e ali vamos levantar de cada bairro quais são as suas prioridades, necessidades, após isso nós iremos fazer orçamentos, e incluiremos isso no aplicativo que já está pronto (...) aonde o cidadão poderá, a partir do dia 3 de julho, ele poderá escolher o seu bairro e votar nas intervenções que nós iremos colocar lá para poder... vai... vai ter, a ideia é que a gente possa ter cinco intervenções por bairro e que ele possa votar por ordem de prioridade a primeira, a segunda, a terceira a quarta e a quinta. Então nós fizemos isso com o intuito de aumentar a participação (...) a nossa meta é tentar chegarmos a cem mil pessoas participantes desse novo modelo. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12552)
(...) eu acho que termina tendo sim a sua participação da população porque a partir do momento que eu tenho qualquer ação, qualquer projeto, que visa ficar mais próximo da população, eu acho que tem a participação da comunidade (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12646)
(...) eu acho que a gente precisava criar novos canais de interação com a comunidade (...) não podemos ficar muito presos a essa história das reuniões presenciais. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12686)
(...) a nossa ideia agora é ampliar essa participação, né, dentro desse conceito hoje de democracia mesmo participativa, de ouvir o cidadão, de trazer o cidadão pra dentro de gestão (...) não apenas como um mero coadjuvante, mas como personagem mesmo, um ator principal, né... opinando, sugerindo, criticando (...) vai sugerir, vai propor, eu acho que isso é o que eu penso sobre participação popular. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Central, l. 12754)

Fonte: Apêndice B – Entrevistas Prefeitura

As maiores evidências da distância entre o planejamento de Salvador e a participação popular efetiva está colocada entre os quadros 6 e 7. Em primeiro lugar, o fato de existir uma descentralização da administração sem o intuito claro de descentralizar o planejamento e a gestão, em segundo, pelo fato das atividades consultivas atualmente existentes serem consideradas suficientes para contemplar o planejamento participativo. Neste contexto, um elemento importante é o fato do programa Ouvindo Nosso Bairro ter sido considerado como

exemplo maior de participação popular, programa que definiu previamente uma carta de opções de obras a serem escolhidas pelos moradores, implementado por meio de reuniões curtas e em um curto período de tempo, mascarando a presença física da prefeitura por meio de uma pseudoparticipação da população. Não estamos inferindo que o programa não possui qualquer relevância, sim enfatizando que trata-se de uma consulta popular e consulta popular – sozinha – não é participação.

Aqui colocamos uma crítica ao uso do termo ‘cliente’ para denominar os sujeitos cidadãos. Esse mesmo cliente, segundo o entrevistado, sai satisfeito de uma audiência, como quem solicita um item do cardápio em um restaurante. A prefeitura de certa maneira ameniza sua ausência por meio dessas audiências pontuais para elencar demandas simples, de igual modo pontuais e também emergenciais: como escadarias, pavimentação, iluminação e escola. O diagnóstico dessas demandas não requer a mobilização dos moradores, sequer para elencar prioridades, já que todas elas são elementares.

Enquanto um entrevistado afirma ter alcançado 90% da população, uma vez que lideranças estavam presentes e eles reportam os quereres dos moradores, o outro coloca que o morador mais simples tem o direito de opinar, em discurso que eleva o ato de emitir opinião à participação efetiva. O gerente geral das subprefeituras considerou o programa Ouvindo Nosso Bairro como primeira experiência de participação de fato que já ocorreu em Salvador, ao passo que um gerente regional traz como satisfatório o número de 180 ‘ouvintes’. O gerente da Prefeitura-Bairro do Subúrbio/Ilhas, ao ser questionado sobre se a implementação das unidades se deu de maneira participativa, visto que o decreto que as institui não contempla, informou que sim, uma vez que toda ação da prefeitura que vise ficar mais próxima da população tem participação (inclusive de cima para baixo, como o foi a implementação das referidas unidades) (DECRETO Nº 23.765/2013).

A publicação impressa do programa em destaque, (SALVADOR, 2015?), evidencia o discurso apartado da prática desde o sumário, que tem como os dois primeiros itens ‘o povo como protagonista da gestão’ e ‘o prefeito como ouvinte’. Neste o prefeito coloca, em primeira pessoa, a participação como prioridade na gestão.

(...) tratamos como prioridade a participação popular na minha gestão e decidimos que a melhor forma de sistematizar os anseios da população na definição das prioridades da gestão seria através de uma grande consulta popular, indo buscar na população o que ela deseja para a nossa cidade. Foi então que surgiu o projeto Ouvindo Nosso Bairro, o maior processo de consulta popular da história da cidade. O objetivo dessa ação é que a gente possa discutir e avaliar a realidade de cada bairro de Salvador, a partir da experiência do cidadão em seu dia a dia, dos seus problemas cotidianos, de quem só vive e transita por ali todos os dias pode perceber. (SALVADOR, 2015?, p. 11).

Ao mesmo tempo em que afirma a participação como prioridade o discurso coloca como meio uma consulta popular. Demonstrando contradição, o fim – cujo meio é consulta popular – é a discussão e avaliação da realidade de cada bairro, que jamais será alcançado por meio de eventos estanques quaisquer. O contraditório aparece também entre os enunciados do sumário e a prática do programa, já que por meio de consulta popular não é possível alcançar protagonismo de ação dos sujeitos sociais. Mais à frente o documento apresenta o Programa Fala Salvador, “novo conceito de relacionamento direto entre a Prefeitura e a comunidade” (SALVADOR, 2015?, p. 23).

Através da reformulação dos canais de atendimento, o serviço visa melhorar o relacionamento da gestão pública com o cidadão por meio da centralização das solicitações de informações, serviços, reclamações, denúncias, elogios e sugestões, acelerando a identificação de situações críticas e aumentando a transparência e eficiência dos serviços prestados. A intenção é ampliar, padronizar e melhorar os mecanismos de acesso para o cidadão aos serviços da Prefeitura, através da Central de Atendimento Disque Salvador 156, do atendimento presencial nas Prefeituras-Bairro e nos órgãos municipais, através dos ouvidores setoriais e dos Serviços de Atendimento ao Cidadão de outros setores (...). O resultado de todas essas ações é colocar o cidadão como protagonista do processo decisório de nossa cidade, com a prestação de um serviço de eficiência e com qualidade, melhorando a vida da população da capital baiana. (SALVADOR, 2015?, p. 23).

Entre as ações elencadas não aparece alguma que sugira protagonismo dos moradores, mas o discurso novamente é o do protagonismo. Novamente os meios não alcançam os fins, e mais uma vez aparece o discurso apartado da prática. Segundo o documento aconteceram efetivamente 152 reuniões no período entre 10 de janeiro e 4 de fevereiro do ano de 2015.

Sobre a segunda edição do programa Ouvindo Nosso Bairro em destaque pôde-se perceber que houve retrocesso, segundo o relato do gerente geral das Prefeituras-Bairro. No lugar das 163 reuniões nos bairros, aconteceram 10 reuniões entre os conselheiros, 10 reuniões abertas à população e, a partir destas, se montou o processo de escolha das obras por meio de um aplicativo de celular. A evolução do programa evidencia a despreocupação da prefeitura com o diálogo com os moradores. Destacamos que estávamos em campo no período em que foi lançado o programa e, por meio da mídia de massa local, a pesquisadora apenas ficou sabendo após a reunião / audiência / apresentação ter ocorrido.

A figura 6 ilustra o Ouvindo Nosso Bairro 2, inclusive informando sobre reuniões que ocorreram entre os meses de fevereiro e junho de 2017, comunicação que não coincide com os relatos dos entrevistados representantes das Prefeituras-Bairro, no referido período já estávamos em trabalho de campo em Salvador. A nova versão ter substituído o presencial

também entra em choque com o que nos informou, em relato, o entrevistado gerente da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga.

Vai associar o aplicativo ao presencial ou vai ser só o...

ALESSANDRO – Não, vai ser presencial e aplicativo. A gente vai trazer o aplicativo pra cá, as demandas, vai colocar... é... vai fazer em porcentagem e colocar junto com o que a gente vai fazer presencial. Porque eu acho que esse presencial não é só levantar os fatos, é mais pra gente poder tá próximo à comunidade também (...). (Alessandro – Entrevistado da Prefeitura-Bairro Itapuã / Ipitanga, Apêndice B, l. 11761).

A crítica aqui trazida não é da realização do programa, sequer da associação da tecnologia na sua execução, sobre a ação em destaque pontuamos duas questões principais: inicialmente pelos entrevistados a compreenderem como exemplo maior de participação popular, como já mencionamos, e, a segunda, pelo afastamento do programa dos lugares, principalmente em sua segunda versão. Ainda que realizado de forma precária em relação ao alcance de público, ainda que tenhamos críticas em relação aos objetivos simplificados e à sua metodologia, o Ouvindo Nosso Bairro 1 aproximou-se um pouco mais dos lugares. Estar perto dos lugares, entretanto, não significou estar nos lugares e muito menos que os lugares fizeram parte do contexto metodológico do programa. Para que isso acontecesse a aproximação com o lugar deveria acontecer em um momento prévio ao desenvolvimento da metodologia, para que a mesma fosse criada com e a partir dos sujeitos. O Ouvindo Nosso Bairro 2 poderia progredir neste sentido, inclusive levando seus objetivos além da enumeração de obras executivas, mas, na contramão, afastou-se ainda mais dos lugares e limitou a consulta pública a intervenções virtuais.

Figura 6 – Aplicativo do Ouvindo Nosso Bairro 2



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, cópia de tela de *smartphone*.

Após nos debruçarmos sobre o item temático 1, presente no quadro 5, que trata da ausência, insuficiência ou ineficiência do poder público, partimos ao 2, sobre como são as tomadas de decisões que interferem no bairro e as consequências, no quadro 8. O primeiro relato, da moradora do Nordeste de Amaralina, evidencia muito a metodologia do Ouvindo Nosso Bairro, ela nos coloca que as coisas vêm prontas e que a reunião não é participativa, como prometido. Outro item que destacamos é o que nos coloca o morador de Nova Brasília, Clóvis fala que a prefeitura parece buscar legalidade. Talvez Clóvis não saiba que, por lei, as iniciativas que impactem a população precisam passar por participação popular. As ações ditas participativas, por outro lado, no lugar de envolver os moradores e promover o controle social, informam parcela da população acerca do que está sendo feito. O quadro 8 nos traz, sob a perspectiva dos moradores, sobre como são as tomadas de decisão relativas ao bairro, a falta de possibilidade de participação dos moradores nas obras executivas, inclusive com exemplos de intervenção mal feita e causando prejuízos à população, além de ações executivas por parte da prefeitura para ‘maquiar’ algum problema maior.

Quadro 8 – Sobre como são as tomadas de decisão que interferem no bairro e as consequências, segundo sujeitos entrevistados

<p>Hoje é de cima pra baixo, né... chegam lá as coisas prontas, por mais que se diz que vai ter uma reunião participativa, a gente descobre que não é participativa nada. Então vem lá as coisas prontas (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3702)</p>
<p>Mas o conflito mais é a gente com o governo do estado, entendeu? Porque às vezes o governo do estado, Casa Civil e SEDUR quer implantar uma coisa que a gente acha... e nós habitamos naquele lugar, moramos naquele lugar e sabemos das necessidades, entendeu? E eles chegam, não habitam naquele lugar e já quer fazer da forma deles. NÚBIA – Acha que porque é pobre é ignorante. DANDARA – Justamente! NÚBIA – Não é sabedor de nada, né (...). (Entrevistadas do bairro de Massaranduba, l. 6237)</p>
<p>(...) todas as medidas que são tomadas, elas não são consultadas, o povo não é consultado, e sim algum técnico que eles acham que conhecem do assunto e muitas vezes nunca morou na periferia... Como exemplo eu tenho, temos aqui o transporte público urbano, onde diversas alterações são criadas e... que na verdade, uma ou outra vai realmente favorecer a população, e, no meu modo de ver, como eu já trabalhei em empresa de ônibus, no meu modo de ver as decisões que são tomadas com relação ao transporte público ele visa aumentar o lucro dos empresários, diminuir a... quantidade de ônibus e aumentar o lucro dos empresários. Então não temos interação tanto no transporte público, é só um exemplo, mas tem muitos outros exemplos por aí, todas as modificações que são feitas no bairro, é... o próprio PDDU, entendeu? (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2450) (...) como elas acontecem eu não sei, porque se for fazer uma obra aqui agora a obra chega, mas você não sabe (...). (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2586) (...) porque aqui dá a impressão de que tá buscando só a legalidade, mais nada... eu acho... é... qualquer coisa, ‘não... foi passado pra população toda de Salvador, viu o projeto’... mas, nós, que não temos... não traçamos esse caminho por conta de trabalho ou porque não se interessa ou porque a atividade é outra... mas como vocês que têm esse estudo, esse projeto, você sabe muito mais do que eu que estão buscando aí só a legalidade, né, do projeto. (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2671)</p>
<p>(...) ela não estudou muito o bairro, ela foi lá e construiu (...). Porque a gente tem essa sensibilidade de saber exatamente, ‘pô, qual o lugar que precisa ser iluminado, que a gente passa e corre risco de ser assaltado’, ‘qual o lugar que realmente precisa de um tapa buraco’, ‘qual lugar</p>

<p>que precisa de uma intervenção de uma encosta', então a gente vê, a gente não tá reclamando, hoje a gente não reclama muito da presença da prefeitura, a gente nota em algumas coisas, mas essa presença é totalmente de cima pra baixo, a população ela não tem participação efetiva (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9260)</p>
<p>(...) as obras lá... tudo que chega lá de planejamento chega de cima pra baixo, a gente não sabe... chegou, apareceu. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9837)</p>
<p>A reforma foi uma reforma ridícula, eu não sei onde foram tantos milhões de reais... Por que eu acho que eu, Maria, administraria melhor aquela obra, porque pintar parede... e você trocou só uma parte do telhado, então você pensa que vai ter uma mega infraestrutura, pro posto de saúde ficar um ano e meio fechado, então você pensa que vai ser a reforma. Você vê que é pintar parede, gente... pintar parede se pinta em um final de semana. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3437)</p>
<p>(...) o Hospital Municipal de Salvador ele tá indo pra Boca da Mata, ele foi pra Boca da Mata, ele está sendo instalado na Boca da Mata, eu não sei muito bem como a prefeitura pensou nisso, eu como morador eu nunca fui ouvido, nunca me perguntaram se a gente precisaria desse hospital lá e como seria esse hospital, né... é... e os impactos que isso traria... pô, a gente nunca foi perguntado, nunca vi isso. (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9086)</p>
<p>A gente que está de fora às vezes parece que sabe mais do que quem tá dentro. Parece que esse povo estuda tanto pra não fazer nada que... o povo ganha pra isso e faz besteira e a gente aqui que tá de fora tá vendo que isso não vai funcionar. A gente aqui já teve vários projetinhos da prefeitura, que a gente olhava assim 'gente, isso não vai dar certo', e quando botava, quando chegava a prática, não dava certo, não dá certo. É... quem vive é quem sabe a necessidade que se tem. (...) um exemplo aqui, olha (...) começou a reforma em 2014 (...) botou aqui ficou bonitinho até pra estacionar, o transitar... Só que lá embaixo, onde tem o fluxo maior de movimento nos finais de semana, não se construiu infraestrutura de banheiro. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 205)</p>
<p>(...) quando fizeram aquela construção do sistema viário eu acho que eles não planejaram bem, então lá já engarrafava muito antigamente, mas piorou drasticamente agora. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5597)</p>
<p>(...) por exemplo, o Largo do Luso, que foi feito uma reforma e... foram, foi criada uma pista ao lado esquerdo, que os ônibus que vão em direção a Paripe eles param, só que tá causando um certo transtorno (...). (...) a grande maioria não aprovou muito essas modificações, teve uma mesmo que botou um ponto, recuou muito, ficou numa... numa área perigosa com relação a assalto, porque às vezes o pessoal tem a visão de facilitar o trânsito, mas esquece que ali tem pessoas que muitas vezes ficam à mercê, nós sabemos que a segurança pública não tá... não tem aquela eficiência, então é algo que é complicado, principalmente pra população que fica... tarde demais ou muito cedo nos pontos de ônibus, né. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6883)</p>
<p>Porque o que é que acontece hoje, os governantes fazem de qualquer maneira (...) não olham com o olhar da sociedade (...). (Entrevistada do bairro de São Marcos, l. 7208)</p>
<p>(...) na primeira gestão do atual prefeito ele construiu uma via, perto da reeleição, ele construiu uma via, é... que não resolveu o problema do bairro... não aumentou o problema, mas também não resolveu (...) não houve discussão. A obra começou, o povo ficou tentando adivinhar o que era, porque não sabia, aí se botou uma placa, né, mas a conversa com o bairro, de fato, não houve, né, então... talvez se o povo tivesse participado do processo do planejamento a demanda tivesse sido outra (...) foi uma... obra que não tem muito efeito porque ele não... ele não, a prefeitura, fez de forma arbitrária, dentro do bairro. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7565)</p>
<p>(...) a feira, é... perdeu um pouco por causa de uma feira que foi construída pela prefeitura, né, a prefeitura começou a tentar compartimentar (...) e acabou que não deu muito certo, porque o comércio mesmo era na rua, na rótula da feirinha mesmo, onde tã os ônibus... e a população não pode perder aquilo. Tanto os comerciantes estão reclamando muito (...). (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9259) Eu acho que as intervenções hoje da prefeitura elas são muito... modelo. Modelo que eu quero dizer assim, olhe, ela tá aplicando a mesma solução em bairros A, B, C e D, e ela vai aplicar em Boca da Mata, só que ela não conhece Boca da Mata, a gente nota claramente, eu noto claramente isso como morador, a prefeitura ela não conhece o nosso bairro, profundamente.</p>

(Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9358)
FÁDIA – Os donos das barracas eram daqui, basicamente, ou não? FRIDA – A maioria eram moradores, outros eram de fora, né? Alguns foram indenizados e tal... (...) Uns pegaram na época 1000 reais, 500 reais (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 334)
(...) muito barulho, trouxe muita gente pro local, ia muita gente pra lá, pra procurar emprego, tal, barulho, muito barulho, né, as casas começaram... tinha muita queixa das casas estarem sendo abaladas, né, pelas obras, principalmente de geotecnia, né, de... de infraestrutura mesmo, com grandes máquinas e tal (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9095)
[Teria] sido bem melhor. Porque tipo todo mundo de São Tomé quando viu que terminou, tipo teve inauguração, teve festa e tal, quando chegou lá no beco que não viu nada de banheiro o pessoal... porque a gente que é morador que sente... ‘oxente, e cadê os banheiros?’ (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 310)
(...) a gente hoje eu tenho certeza, que se a gente tivesse o poder, a autonomia um pouco maior de intervir, nessas intervenções da prefeitura, tanto na construção do hospital, quanto no tapa buraco, podas, contenção de encostas, eu acho que seria muito mais efetivo o trabalho. Não seria tão ruim como é hoje. (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9325)
Eu sinto que não tem muita intervenção ali e são coisas muito paliativas, digamos assim, as tomadas de decisões da prefeitura geralmente é quando tem alguma reportagem na televisão, por exemplo, que diz que tem um problema, aí eles vão lá e remediam esse problema. (...) Eu acho que são medidas que visam maquiagem algum problema que é constante, de forma paliativa. Todas as coisas que eu vejo, por exemplo, são assim. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5333)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

Poderíamos resumir os relatos na fala da entrevistada do bairro de São Marcos, quando ela afirma que o governante não olha com o olhar da sociedade, ou seja tratam-se de ações ‘de cima para baixo’, expressão que apareceu algumas vezes. O entrevistado do bairro de Boca da Mata reportou ações padrão, como se a prefeitura utilizasse a mesma solução para todos os bairros, o que é explicado com a sua fala anterior de que a prefeitura não estuda o bairro antes de fazer a obra. A ideia de estudar o bairro trazida por ele, para nós, está extremamente vinculada à imersão dos sujeitos nos lugares nas atividades de planejamento, que devem ser cotidianas, assim vislumbrando a efetivação da participação no planejamento.

A orla do bairro de São Tomé foi trazida como exemplo bem-sucedido por entrevistado da prefeitura, no quadro 9, enquanto que a entrevistada Frida, moradora do bairro, mostrou um problema que teria sido resolvido se a população fosse minimamente escutada, a construção de um banheiro público, no quadro 8. Os relatos do quadro 9 evidenciam de quem é a decisão, no final da consulta popular, afastando a ideia pouco ou nada compreendida pelos entrevistados de controle social. Outro item relevante que aparece no quadro 9 é a da representatividade. Não nos foi colocado, em nenhuma entrevista, como os conselheiros atuam nas comunidades, mas nos foi colocado que a presença e anuência deles é satisfatória quando se trata de representar os quereres da população em geral. Ademais,

nenhum entrevistado entre os sujeitos moradores demonstrou conhecimento da existência dos conselhos regionais, na contramão, o que foi diagnosticado foi uma distância entre os moradores e as associações de bairro, quando existentes. Esta temática será tratada em capítulos posteriores, contudo, ressaltamos desde já que antes da preocupação com a atuação dos conselheiros a necessidade é de verificação das entidades que eles representam – se as mesmas de fato representam os coletivos dos diversos lugares.

Quadro 9 – Tomadas de decisão segundo entrevistados da prefeitura

Então acho que cabe ao dirigente justamente esse tipo de sensibilidade, de priorizar, mas com os quereres da população. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10507)
(...) nós estamos com uma grande obra em curso agora, que é a requalificação da rua Almeida Brandão, a orla de Plataforma e Itacaranha, foi executado durante seis meses/um ano o projeto executivo, construído a quatro mãos com a comunidade, nós realizamos mais de seis audiências públicas em auditório lotado, além das audiências caminhando em rua com os moradores, a gente participava não só como observador, mas também como facilitador desses profissionais com a comunidade, mas efetivamente a comunidade dizia aos profissionais o que queriam e os profissionais construíram o projeto dentro daqueles quereres, um negócio fantástico. É... diferente de sair de cima da mesa, né... tudo riscado, chegar na hora e não era aquilo que a turma queria. (...) Então, assim, esse é um exemplo prático que dá pra fazer algo planejado, ao mesmo tempo combinado com a comunidade, ao mesmo tempo técnico... então está sendo provado que dá pra ser feito dessa forma, fizemos assim também a orla de Tubarão, a orla de São Tomé (...) deu certo, funcionou, com consulta também com os moradores, lideranças (...). (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10545)
(...) cada uma das dez Prefeituras-Bairro conta com o Conselho Comunitário Regional, são representantes das associações, eleitos, pra participarem daquela gestão durante os dois anos, é... os quais eles foram eleitos. Isso também não deixa de ser um termômetro, né, um filtro, porque eles estão mais no dia-a-dia da rua e trazem pra cá demandas. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, l. 10633)
Os serviços públicos municipais eles são absolutamente focados nas demandas geradas pela Prefeitura-Bairro, que não são geradas por mim, são geradas pela comunidade, então a gente faz esse Ouvindo Nosso Bairro todo dia, e esses relatórios são entregues às secretarias, que a Casa Civil, junto com a SEFAZ e o prefeito, estipulam e determinam onde será colocado os investimentos, baseado no relatório da comunidade. Então a Prefeitura-Bairro faz apenas o trabalho de interlocução. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Itapuã / Ipitanga, l. 11815)

Fonte: Apêndice B – Entrevistas Prefeitura

Por fim, traremos os problemas relatados pelos moradores em relação às reuniões, audiências e similares, que são considerados impeditivos à participação. Ressaltamos que os relatos foram feitos a partir de experiências dos moradores em reuniões não apenas realizadas no bairro, inclusive alguns deles foram para as audiências temáticas centrais, mas não ficaram sabendo das ocorridas nos bairros, ou ficaram sabendo, mas não puderam comparecer devido ao horário. Entre os relatos destacamos o desgaste das audiências, o pouco tempo destinado para debater muitos temas, horários das reuniões que não contemplam a realidade dos moradores e o fato de acompanhar esses eventos pessoas já engajadas, seja lideranças ou pesquisadores, o que pode trazer a ideia de não necessidade da presença do morador comum.

Quadro 10 – Problemas relacionados às reuniões ou audiências que são impeditivos à participação social efetiva

E aí você vê várias coisas que, que... nas reuniões que eu vi que era a grande dificuldade nas reuniões é assim... é... é muita maquiagem... E aí você tem duas coisas, você tem a falta de acesso de informação à população e você tem as jogadas políticas de você convidar pra uma reunião de moradores aquelas pessoas que vão dizer amém pra tudo, isso de certa forma também distancia.

(...) quando a discussão começa realmente a esquentar (...) esquentar de uma forma positiva, que é você realmente discutir os problemas do bairro, geralmente ela acaba. (...) Geralmente nessas... nessas partes mais polêmicas, ela acaba... porque a prefeitura ela marca... eu, eu... pra mim nunca... eu nunca vi reunião marcar oito horas com um bairro da dimensão, da dinâmica do Nordeste de Amaralina, indo oito horas até dez, são duas horas de reunião. (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3143)

E claro os bairros periféricos não foram contemplados porque as pessoas que participaram já me disseram que falavam-se muito mais da questão da orla, dos problemas da orla marítima de Salvador, calçamento, não sei o que, não sei o que, não sei o que e o que seria... do que propriamente dos problemas com relação ao... ao bairro (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3340)

Aí a prefeitura fala bem assim 'então está decidido, vamos construir uma praça', gente, quem levantou a questão de uma praça foi uma pessoa... é como se eu fosse lá e eles achassem legal a minha ideia, então bora... isso não é ouvir a população. E esse dinheiro, que tá gastando com praça, por que não investe no posto de saúde, que é uma coisa gritante no bairro? (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3431)

Mas as próprias pessoas não sabem o que é PDDU, do meu bairro, então quando o cara falou do PDDU, não sei o que... a reunião foi muito técnica, pra mim, não tive dificuldade em relação a isso, apesar de alguns termos pra mim também foram difíceis... com relação a estrutura, parte técnica urbanística, que eles falavam lá, pra mim também gerava um certo ruído, mas eu anotava algumas palavras, pra mim depois foi fácil tirar a dúvida. Mas, pra população em geral, é muito ruim, essas reuniões são péssimas as reuniões, são péssimas, entendeu... Os técnicos não têm paciência com a população, se a população começa... discussão, eu acho discussão uma coisa positiva... 'Não quero na minha rua, não quero isso, não quero aquilo...' então são coisas positivas, eles acham que tudo é ruído, tudo é barulho, tudo é confusão... entendeu... Eles não sabem dimensionar o que é uma discussão sadia do que é ruído, do que é barulho. Se fulano pede a mão, não sei o que, não é bem assim, não sei o que... Eles não sabem... os técnicos são péssimos, os técnicos que mandam pra essas reuniões parece que assim... é treinado pra não saber ouvir o povo... E outra coisa... a questão da... da pessoa ser simples, não saber se portar, como eles dizem, se portar... é muito desvalorizado... A pessoa... por não saber falar direito, entre aspas, eles ignoram... têm falas que são ignoradas, sabe... dizem que tão transcrevendo, eu duvido muito... E quando você vê a transcrição você vê que muita coisa que seria realmente útil são perdidas, são perdidas (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3507)

E... quando eu fui pra essa reunião eles tinham os dados estatísticos do bairro, né, eles tinham IDH, população negra, população branca do bairro, e não sei o que, não sei o que, não sei o que, um monte de dado estatístico. Que não vai formar uma identidade de um bairro por um dado estatístico. Então eles foram sem identidade, não sei o que, então fica difícil a comunicação (...) quando você chegar lá você... aí eles ficam se questionando, entendeu? 'Ah, porque não tava no plano', aí anota, 'ah, porque não tava no plano', e anota (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3717)

Tipo eu fui mesmo da última vez foi pro... (...) reajuste salarial dos professores da rede municipal. Teve umas quatro assembleias e nunca começava esse ponto de pauta, falou sobre férias de não sei quem, falou sobre o PDDU, falou sobre estação Mussurunga, falou sobre estrutura da orla de Itapuã, falou sobre inauguração da Mariquita... quando... aí na hora um tocava 'gente, a gente ainda vai começar a falar o reajuste salarial dos professores'... 'não ainda tem isso'... e só botando a pauta pra baixo. (Entrevista bairro de São Tomé, l. 544)

(...) eu tiro pelas reuniões que eu fui do plano diretor... o tempo é curto... as pessoas, nem todo mundo consegue falar tudo, abre um tempo mínimo de perguntas, um tempo mínimo de respostas (...). (Entrevista bairro de Barreiras, l. 1635)

E com certeza quando for fazer isso do PDDU com o pessoal do bairro não vai ser falado, o pessoal sabe que tem atrito, o pessoal sabe que a população se for vai pra brigar, vai pra questionar e eles não querem escutar isso, eles preferem não conversar. (Entrevista bairro de São Tomé, l. 550)

(...) não sei se foi do PDDU as palestras que tiveram na escola logo depois que ela foi implantada, foi... palestra sobre segurança, sobre... mas, pra mim, disseram que foram palestras... como foi no horário da minha faculdade, então ficou um pouco complicado, porque era só a noite, outra coisa, tem gente que tá a noite, tá, mas tem os jovens, queiram ouvir também os jovens, queiram ouvir os idosos. Idoso infelizmente fica mais um pouco em casa, mas e o jovem que vai trabalhar, o adulto que vai trabalhar? Também precisa ser ouvido, aí botaram durante... no meio da semana, de dia, botaram outras no final do dia, então... é um... eu trabalho, não tenho como falar que vai ser complicado, vai ser (...). (Entrevista bairro de São Gonçalo, p. 2087)

<p>Que nós não temos, quer dizer, temos até como participar, né, que tem as audiências públicas, mas nem todo mundo tem essa condição porque não tem tempo, entendeu? Geralmente são em horários comerciais, onde a maioria estão trabalhando (...). (Entrevista bairro de Nova Brasília, l. 2459)</p>
<p>Tem várias questões, tem a questão de trabalho, que as pessoas, né... já... a forma do trabalho, engarrafamento, as pessoas passam muito tempo e não têm... não têm tempo. Mas também a forma que a própria prefeitura sabe disso e marca justamente dia de semana (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3161)</p> <p>Mas justamente, como eles marcam justamente quando a gente não pode... então eu fui a uma. (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3314)</p>
<p>Não, não fui, não fui porque eram horários de... que eu tava no trabalho, ou horários que eu tava chegando do trabalho, porque se o transporte até fosse bom eu até conseguiria chegar. (Entrevista bairro do Rio Sena, l. 8696)</p>
<p>(...) tanto que não teve representatividade nas palestras que eu fui... as representatividades que estavam lá eram pessoas interessadas diretamente nos temas de moradia, de planejamento urbano, de mobilidade urbana, que tavam ligados no assunto. (Entrevista bairro de Barreiras, l. 1418)</p>
<p>(...) quem participa mais é quem tá envolvido mesmo com essas relações, como que faz a... quem participa é quem trabalha na área de assistência social, pedagogia, aí participa um pouco mais, ou então é envolvido em alguma associação de moradores. Ou política. (Entrevista bairro de Nova Brasília, l. 2461)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

Em seu primeiro relato Maria nos coloca uma informação importante: são convidadas para as reuniões as pessoas que irão aceitar o que está sendo colocado pela administração. Em nossa conversa Maria demonstrou ser moradora ativa e interessada nos acontecimentos do bairro, embora não participe de grupos ou associações, ela foi quem melhor demonstrou conhecimento da realidade política do bairro. Núbia e Dandara – do bairro de Massaranduba – foram sem dúvidas as mais engajadas, tendo suas ações muito concentradas no provimento de moradias. As entrevistadas de Massaranduba, entretanto, não souberam da realização do programa Ouvindo Nosso Bairro ou das oficinas do PDDU. Maria ressaltou a falta de informação dos moradores participantes das reuniões para melhor capacitação de suas atuações, associado ao uso de termos técnicos de difícil compreensão, além dos debates mais calorosos serem cessados, seja pela necessidade de finalização do curto período de encontro, seja pela falta de capacidade dos técnicos de lidar com conflitos positivos.

O que mais nos chamou atenção para o relato de Maria, presente no quadro 10, foi a sensação de que os técnicos foram às reuniões sem a identidade do bairro. Certamente que isso não aconteceria, uma vez que a identidade do bairro pertence aos moradores, mas o que Maria nos traz é que os moradores não participaram dos encaminhamentos prévios àquela reunião, o encontro não se trata de ação contínua e, acima de tudo, não é de interesse dos técnicos uma aproximação real com os moradores. O entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio / Ilhas retirou a noção de construção da terminologia das ações do Salvador 500 (e

PDDU) nas regiões, para ele, a “oficina de bairro é uma audiência pública (...). O nome que foi dado, oficina, oficinas de bairro (...) é uma audiência pública. Que ela tinha como finalidade tirar o extrato dos quereres daquela população”. (Entrevistado da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, Apêndice B, l. 10341). Certamente que a ‘busca da legalidade’ não induz a uma construção de relações, contínua, onde haja troca suficiente entre técnicos e moradores. As oficinas e reuniões são nos bairros e não de bairros, são ações definidas de cima para baixo. Sobre a busca da legalidade e os discursos recorreremos novamente a Santos (2013), que nos parece explicar bem a síntese dos resultados aqui relatados, associando às ideias que expomos do mesmo autor no início deste capítulo.

Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade (...). E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e, assim, mais rapidamente repetidas e multiplicadas. (SANTOS, 2013, p. 98).

O contexto não participativo do planejamento em Salvador acompanha outras cidades no Brasil e fora dele, principalmente nos países ditos não desenvolvidos. Em uma célere busca de publicações sobre planejamento urbano, plano de ordenamento, entre outras denominações, em outras partes do mundo, especialmente no que tange a participação efetiva das cidadãs e cidadãos trouxe como resultado, via de regra, que essa efetivação se apresenta etérea.

Uma ênfase foi dada aos países não desenvolvidos, mas as leituras não ficaram restritas a eles, e tivemos o objetivo de encontrar elementos de espaço tanto nas críticas feitas pelos autores como no que foi apresentado do próprio processo. O que se encontrou, no geral, ficou distante de uma crítica ou proposta de espacialidade, mas muitas análises convergiram com esta pesquisa em Salvador, a exemplo da necessidade de melhor comunicação e do protagonismo dos sujeitos. Algumas análises se mantiveram no nível institucional, a exemplo de Erbiti, Guerrero e Dillon (2005), acerca do processo participativo da construção do plano de ordenamento territorial de Tandil, na Argentina. Trouxemos de forma sucinta quatro dessas leituras, cujas pesquisas foram feitas ainda na construção do aparato teórico.

Franco (2010) analisa a participação dos diversos agentes na construção do plano de ordenamento territorial de Bogotá, capital colombiana. Ainda que a autora reconheça avanços no que tange a participação social no contexto da construção de planos anteriores, várias críticas podem ser feitas ao processo vigente. Em que pese a abordagem restrita de Franco ao Conselho Distrital de Planejamento e às plataformas e redes sociais, a autora apontou a falta de clareza para o cidadão em relação às regras e processos previamente estabelecidos. Outro

elemento de crítica da autora foi a existência de “una gran apatía o desconocimiento del grueso de los ciudadanos” (Franco, 2010, s/n), ainda que tenha evoluído em relação ao processo anterior. A autora, por outro lado, não menciona os possíveis motivos por trás desse fenômeno, além de ignorar a aparente falta de consideração pelos dirigentes da amplitude espacial do planejamento, tendo sido um processo ‘de cima para baixo’.

Já Bustos (2010) salienta a relevância do que denomina dimensão local para o desenvolvimento por meio do planejamento, em análise de experiências com a periferia da cidade de Buenos Aires. O autor aponta a autogestão da população – por meio da organização comunitária – como meio para as transformações necessárias no território e a necessidade de continuidade do processo de planejamento. Quiroga e Videla (2010) enfatizam a importância da comunicação como elemento fundamental para que os processos sejam de fato participativos.

Las barreras socio-culturales y una información deficiente hacen difícil que las personas entiendan los beneficios derivados de la participación en el desarrollo territorial (donde converge la gestión de lo ambiental, lo territorial y el riesgo). Si bien existen muchos medios y canales para efectivizar esta comunicación, es necesario que esta se realice desde el inicio del proceso planificador. Por otro lado, los gobiernos deberán reconocer la importancia de la comunicación como ayuda en la construcción de una base amplia de apoyo para políticas y programas. (...) Es decir, el desafío consiste en buscar la conjunción entre comunicación, cultura y participación, para que actúen como catalizadores operativos y conceptuales del desarrollo local, para que éste se base en elementos autóctonos y no en fórmulas o elementos foráneos que llevan por una senda difícilmente adaptable. (QUIROGA e VIDELA, 2010, s/n).

Ainda que não mencionem diretamente relevância da espacialidade ao planejamento, as autoras trazem ‘os lugares cotidianos’. Na metodologia proposta não fica evidente como alcançar o protagonismo cidadão aludido, mas Quiroga e Videla trazem riscos comuns que impedem a efetivação da participação social.

De hecho, la participación ciudadana no se conforma con la elaboración de una información unidireccional, ni con la mera exhibición de planes ya elaborados y a punto de aprobarse. Se trata de abrir un diálogo en dos direcciones:

- una que dé posibilidad a los ciudadanos de comprender más a fondo las intenciones inspiradoras de la gestión municipal y sus planes, los detalles de la situación y los problemas que plantea la realización del plan;
- la otra consistente en organizar la recogida de opiniones enraizadas en la vida y los lugares cotidianos y de datos concretos de la situación afectada por el plan, que normalmente son ignorados o desatendidos por los técnicos y expertos.

En el municipio es necesario encontrar aquel equilibrio para convocar a la comunidad, sin caer en actuaciones populistas donde se entusiasma al habitante, pero a la hora de requerir su verdadero protagonismo, se decide por él sin importar sus opiniones o sugerencias.

Al ser la participación esencia de la vida cívica de la comunidad, es necesario comenzar a formar a los niños y jóvenes en su ejercicio desde la enseñanza primaria y secundaria, introduciendo asignaturas que evidencien los problemas de gestión

planteados en el municipio en que se halle establecida cada escuela. (QUIROGA e VIDELA, 2010, s/n).

Sobre o modelo de urbanismo de Barcelona Capel (2006) nos faz uma referência à presença técnica unilateral no planejamento urbano, que foi um problema apontado por nós e percebido em Baltrusis e Rebouças (2009) para os casos de alguns planos diretores do estado da Bahia. A complexidade dos lugares não poderá ser considerada a partir de um planejamento cujo corpo técnico não reflita minimamente uma diversidade de saberes.

Es muy probable que debamos seguir diciendo no a muchas decisiones e iniciativas de los políticos. Y respecto a los arquitectos, no me atrevería yo a pedirles que acepten y valoren positivamente el no, porque tengo miedo a perder el tiempo; pero si puede pedírseles que, al menos, vean con benevolencia las dudas que sus obras suscitan a veces entre la población. Tal vez si se avinieran a aceptar las críticas, a considerarlas, a no descalificarlas de forma somera, los ciudadanos podrían hacer juicios más razonados respecto a los edificios que construyen. El día que acepten bajar a discutir las dudas que a veces se tienen sobre la arquitectura que ellos están realizando habremos dado un paso importante en una dirección verdaderamente revolucionaria, la de una forma nueva de planificar y construir la ciudad contando con los ciudadanos. (CAPEL, 2006, s/n).

Decerto que não basta – para seguir uma ‘direção verdadeiramente revolucionária’ – que os técnicos se disponibilizem a discutir com os sujeitos e sim que os sujeitos construam por meio de diálogos horizontalizados com os técnicos. Contudo, fica evidente a necessidade do diálogo e da ‘desierarquização’ atualmente presente nas práticas de planejamento para que o cotidiano espacializado possa aparecer como protagonista. É a partir desse cotidiano espacializado, o lugar, que estará a ênfase deste trabalho no próximo capítulo, seguindo por meio e através das entrevistas.

É pelo entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano que poderemos, talvez, contribuir para a necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação. (SANTOS, 2013, p. 103).

O lugar – os sujeitos – torna-se centralidade do discurso da nossa defesa. Nosso exercício foi de manter o mais próximo do que encontramos nas falas dos nossos entrevistados, sem trazê-las para um possível conteúdo previamente esperado e sim construindo com e a partir delas. O sentido deste trabalho está em dialogar com os moradores; a defesa desta tese, assim como sua construção, é resultado de uma elaboração conjunta entre a teoria encontrada nas referências e aquela possibilitada a nós pelas pessoas que se dispuseram a dedicar algum tempo das suas vidas para esta pesquisadora.



Foto: REBOUÇAS, 2010.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.



Foto: REBOUÇAS, 2011.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.



Foto: Nosso Bairro é 2 de Julho, 2017.

Fonte: Reprodução (Facebook).

o que eu vejo é que a associação ela... quem tá à frente da associação utilizou mais pra visibilidade, porque acabou se candidatando a vereador e hoje é suplente, né, então, o que a gente vê da associação é... né... associação do bairro saúda o dia das mães, saúda os pais, saúda as crianças, é o que a gente vê, e o carrinho fazendo propaganda, né, que o vereador Fulano de Tal, né

(Entrevista bairro de Dom Avelar, p. 178)



IDENTIDADES PERMANÊNCIA MORAR
 CONFLITOS *Sujeito* PERTENCIMENTO
 EXPERIÊNCIAS CONVIVÊNCIAS
 PARTICULARIDADES COTIDIANO
 INTERAÇÕES



Foto: REBOUÇAS, 2017.

Fonte: Trabalho de campo.

(...) a questão da identidade, né, que a gente cria com o bairro, a gente mora ali, a gente vive ali, então a gente se sente parte né, da história do bairro, é de cada... cada pedacinho do bairro (...)

Conflitos, nós estamos vivendo momentos de conflitos no nosso bairro, pela questão do tráfico de drogas. Teve um momento — recentemente, acho que um ano aproximadamente — nós não podíamos transitar durante um período por aqui por baixo, na rua de baixo, na Cirlândia, porque estava tendo conflito entre duas facções (...)

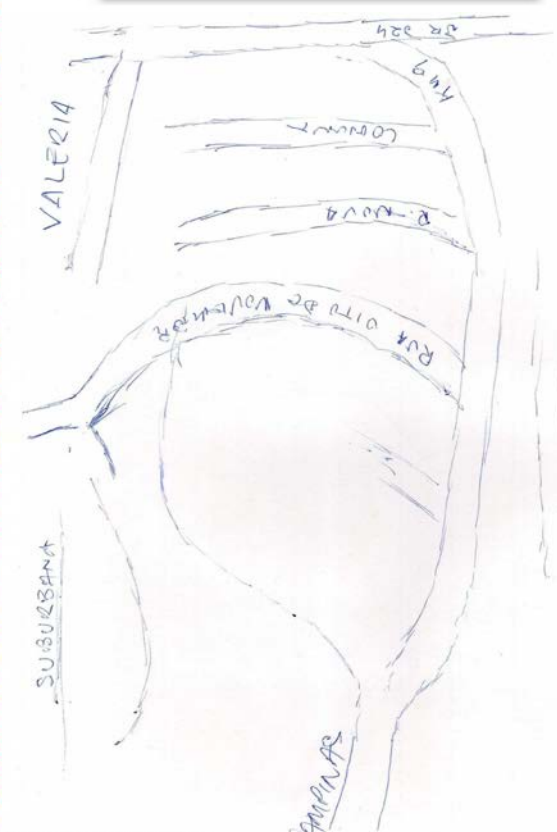
(...) essa coisa de voltar pra casa, quando diz voltar pra casa, eu me sinto, voltando pra casa, lá, é a minha casa, sabe... eu tenho isso no bairro (...) mesmo faltando muita coisa de infraestrutura (...)

(...) e até mesmo pra mim, porque... vejo e vi desde pequeno, mortes na minha frente, sabe... eu pergunto poxa, até quando isso vai ocorrer? (...)

(...) não posso mais entrar numa rua porque... por brigas de gangues rivais. Sabe... eu me lembro que anos atrás eu brincava, eu corria, eu ia lá embaixo, tem um lugar mesmo que é chamado de bica, que tem uma nascente e... eu brincava ali... e hoje eu não tenho nem ideia, a pessoa não pode nem chegar perto dali, sabe... quem é da minha rua, que eu moro na rua Bahia e ali no canal não pode de jeito nem de forma alguma, passar ali



Fotos: REBOUÇAS, 2017. Fonte: Trabalho de campo.



Mapa mental elaborado em oficina.
 Fonte: REBOUÇAS, 2011.

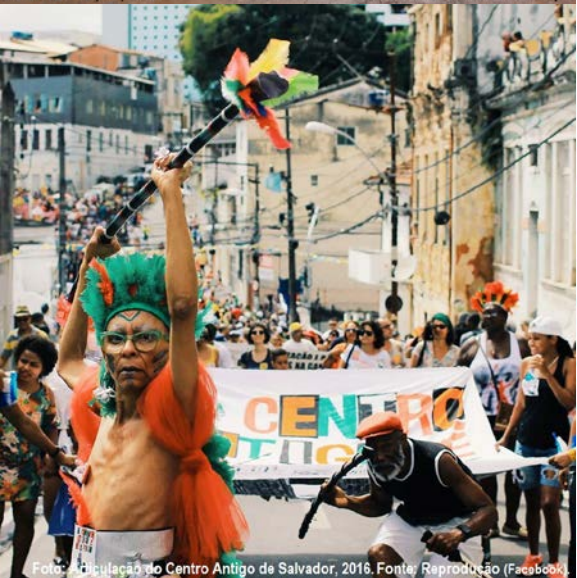


Foto: Circulação no Centro Antigo de Salvador, 2016. Fonte: Reprodução (Facebook).

4 A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO LUGAR DA PERIFERIA URBANA

De partida relembramos o que nos trouxe Santos (2014) sobre contexto. Quando reportamos ao contexto do lugar significa aludir uma diversidade de relações socioespaciais, engendradas por diversos agentes, dentro e fora do lugar, mas que o afetam. O contexto é um movimento do todo, da totalidade espacial, que contém e está contida no lugar. Esta seção trará resultados do trabalho de campo no tocante aos sujeitos (considerando suas ideias em relação a si e ao outro) e ao bairro, a partir dos entrevistados. A imersão nos lugares a partir dos diálogos nas entrevistas nos fez também investir na tentativa de discorrer com autores que buscam a conceituação desse espaço, o que traremos também nesse capítulo. Sobre as entrevistas, será sempre interpretação nossa dos discursos dos sujeitos, assumimos nossos limites, mas se trata de uma tentativa válida de demonstrar a existência de possibilidades/caminhos, mesmo quando os limites/obstáculos pareçam superá-los, quando se trata de considerar os lugares para o planejamento.

Entendendo a produção do capital como condicionante da (re)produção do espaço, compreende-se que são os aspectos da apropriação privada, da economia e da política que ditam as formas que se darão a reprodução do espaço enquanto meio e produto da reprodução da vida. O que se coloca como emergência é que essa conexão seja transformada, disso depende o alcance de justiça social. Temos clareza de que o principal obstáculo está nas determinações exógenas aos lugares, distantes também dos limites do município, são determinações do capitalismo internacional. Estas, entretanto, ganham roupagens distintas ao serem incorporadas pelos lugares e são orientadas segundo aspectos legislativos de escalas geográficas menores.

Caso a lógica racionalista dominante não entre em processo de transformação, em um movimento engendrado pelos sujeitos socioespaciais (mas não apenas por eles), podem variar os discursos, as técnicas utilizadas, a preparação dos técnicos responsáveis, a preparação, disponibilidade e interesse dos sujeitos, entre outros elementos práticos de um cenário ideal, mas o planejamento jamais será considerado efetivamente participativo, a este poderemos, no máximo, permitir o título de consultivo (permanecendo na escala intermediária da participação), porque o ordenamento financeiro não custeará um esforço real de equilíbrio social. Entende-se que tais transformações são possíveis por meio da consciência de poder das classes atualmente dominadas, de maneira não pontual, em contraponto à força exercida pelos agentes hegemônicos por meio do capital. Tais esforços de transformação levarão a força de

legitimação engendrada pelo Estado a agir em prol de maior justiça no contexto do espaço, equilibrando a esfera econômica à social. O poder transformador da lógica dominante é espacial e está nos lugares, estes que são encontrados em relações não hegemônicas de produção do espaço.

O Estado, através da política urbana, reorganiza as relações sociais e de produção. (...) Assim, o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a produção, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores. (CARLOS, 2015, p. 76-77).

O plano do habitar revela o plano da imediaticidade que dá conteúdo ao vivido enquanto realidade prático-sensível, enquanto prática socioespacial, e, nessa dimensão, as experiências vividas revelam o usuário. (...) Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, no plano do lugar. (CARLOS, 2015, p. 78-79).

As relações entre os planos econômico, político e social, como vimos na análise do conceito de espaço, são completamente imbricadas, e, assim como na análise do espaço, são um conjunto indissociável, solidário e contraditório. Os laços de solidariedade, todavia, se dão sem equilíbrio, uma vez que o Estado aparece como agente capitalista, movido pelas forças de grandes empresas e não pelo poder da coletividade. A vida cotidiana nas cidades expressa intensas desigualdades, decorrentes do díspar confronto entre o econômico o político e o social, trazido por Carlos.

Embora reconheçamos os limites do atual sentido que ordena as tomadas de decisão no contexto do planejamento urbano ao planejamento efetivamente participativo, defendemos a luta pelo lugar como uma possibilidade. Em outras palavras, a consciência de lugar – por meio da sua apropriação pelos sujeitos em teoria e práxis – pode ser um caminho, longo e árduo, à conquista da participação efetiva: seria o discurso do lugar como possibilidade em contraponto ao discurso hegemônico de planejamento centralizador e legitimador de desigualdades. Um discurso coerente com o Estatuto da Cidade e o próprio plano diretor no que tange – em teoria – à participação.

Em síntese, o cerne do problema não se resume ao aspecto metodológico (e não se encontra no lugar), mas está nos aparatos teórico, político e econômico (suas intencionalidades) que o sustentam. Cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores, trazer este aspecto e denunciar as metodologias ditas participativas atualmente utilizadas, elucidar que os

problemas socioespaciais não são solucionáveis em processos estanques (a exemplo de oficinas em macrorregiões) como também apontar, como nos fez Nunes (2001, 2006), problemas típicos que surgem em processos realmente participativos, a exemplo da necessidade dos chamados líderes fortes (o que perpetua o não envolvimento geral da comunidade, além de acentuar a autoimpressão de incapacidade de atuação social e irrelevância das próprias ideias, gerada pela chamada estigmatização da pobreza), da postura dos técnicos responsáveis pelas atividades, da necessidade de desconstrução de hierarquias (técnico/morador e morador/morador), entre outros.

As tentativas metodológicas de fato participativas elencarão problemas (sejam eles típicos ou raros) que servirão de base para as iniciativas posteriores. Entretanto, caso o sentido por trás da abordagem seja a manutenção do *status quo*, garantindo a reprodução do espaço em um contexto de apropriação e acumulação e não o avanço social, a postura do técnico jamais desmontará a ideia de superioridade em relação aos moradores – ainda que acompanhada de discurso diferente –, o aparecimento de lideranças fortes será incentivado, uma vez que a manipulação se torna mais fácil (consolida a ideia de incapacidade dos demais, reafirma a inverdade da participação por meio do próprio morador líder e facilita cooptação). Ademais, para uma efetiva contribuição de qualquer metodologia participativa, faz-se necessário o empoderamento dos sujeitos enquanto construção coletiva de identidades, cotidianos, conflitos, entre outros, a serem apropriados enquanto discurso coletivo a partir da sua própria práxis. Em outras palavras, a força do lugar, ainda que ele não seja evocado diretamente nos discursos. A produção econômica deverá garantir o ordenamento financeiro e não sua orientação, para que a habitabilidade não reflita diretamente a apropriação e acumulação determinadas e mantidas em escalas geográficas maiores.

O lugar de periferia como ponto de partida e de chegada

Lembramos que este trabalho não se trata de uma pesquisa na área de Planejamento Urbano, sim de Geografia Urbana tomando a periferia como lócus de estudo e o lugar enquanto conceito que melhor a expressa, por isso com maior poder de transformação. O planejamento participativo aparece enquanto necessidade de efetivar o discurso de participação (atualmente apropriado pelo Estado) e de pensar no espaço da cidade em um processo de produção mais democrático, no qual os agentes envolvidos possuam forças similares em suas ações: queremos delinear a transformação do planejamento participativo enquanto discurso para sua prática, por meio do lugar. Trata-se de reorganizar a estrutura

espacial atual com seus agentes privilegiados, a partir da tentativa de refuncionalização dos elementos do espaço a partir dos sujeitos do/no espaço e legitimação por meio dos instrumentos de planejamento. Este que deve ser por essência transdisciplinar, indo além dos conhecimentos disciplinares e da linearidade, com o objetivo de considerar a complexidade que se apresenta a realidade socioespacial e a dignidade humana.

Partimos, assim, de dois pilares-problema que afetam diretamente os lugares de periferia: 1 o planejamento participativo consolidado apenas enquanto discurso hegemônico, afastado da práxis, o que inviabiliza o pensar o espaço de maneira mais democrática e qualquer iniciativa de transformação futura; 2 a manutenção do discurso apartado da prática trata-se de uma ação estratégica do Estado capitalista (agente que representa e se confunde com as classes detentoras do capital), principal agente segregador do espaço, para manutenção do *status quo*, perpetuando as desigualdades e injustiça social por meio de um instrumento (o planejamento). Tem-se o planejamento como instrumento, do Estado, para contribuir com o processo de segregação e pensa-se no planejamento como possibilidade, entre os sujeitos, de justiça social.

A pretensão deste trabalho é também visibilizar as situações descritas nesses dois pilares trazendo perspectivas de transformação – não por meio de proposta metodológica – mas esclarecendo as fragilidades das diversas iniciativas hoje denominadas participativas, assim como (e principalmente) demonstrando as potencialidades de se considerar o lugar, enquanto conceito espacial, para a efetivação da participação no planejamento, por meio dos seus sujeitos.

Alertamos que se trata da utilização do planejamento enquanto instrumento potencial em ações e não a transferência da ação para o planejamento. Este não acompanhado da análise contextualizada entre as categorias e elementos do espaço se torna desprovido de conteúdo. Em deferência Souza (2008) nos alerta sobre o “risco de atribuir aos instrumentos, em si mesmos, a responsabilidade de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática, sobre os fins do planejamento e da gestão da cidade” (SOUZA, 2008, p. 321). O sentido aqui trazido é exatamente o de inverter a lógica atual, na qual – no contexto do planejamento para o lugar – a determinação das ações exógenas é maior que daquelas endógenas. Trata-se também do poder de transformação do lugar por meio da instrumentalização dos sujeitos dos/nos lugares em detrimento da força capitalista atuante, não se pode esperar que a transformação aconteça de cima para baixo.

O sentido de pensar a maior instrumentalização dos sujeitos sociais é encontrado na tentativa de transformação da realidade a partir da base, contribuindo para um objetivo

secundário de esclarecer os fundamentos reais de ações continuadas de planejamento de um Estado capitalista. A totalidade da máquina de funcionamento do próprio Estado pode não ter conhecimento do que é e não é participação efetiva, mas os discursos são disseminados por técnicos e tomadores de decisão dos diversos níveis, não apenas dos mais elevados, como ficou evidente nos relatos trazidos nas entrevistas da prefeitura. De que maneira então os sujeitos podem ser os tomadores de decisão em um contexto no qual as bases são construídas de forma a estrategicamente mantê-los no desconhecimento e, complementarmente, criam-se mecanismos de pseudoparticipação? De que maneira o lugar, o cotidiano subjetivo, poderá ser considerado? Entendemos o planejamento participativo como oportunidade de ação proativa para aqueles que basicamente limitam-se à reação e manifestações de demandas pontuais emergenciais no contexto da produção do espaço, ou mesmo a ações de sobrevivência impostas historicamente, como a autoconstrução, que pode ser considerada, como trouxemos em Rebouças (2011), modo de vida. Pode o planejamento urbano passar a ser instrumento de justiça social, deixando seu papel de meio de dominação e segregação?

A conjuntura do lugar como ponto de partida e de chegada para o alcance do planejamento participativo efetivo passa pela superação de muitos obstáculos. Dialogaremos inicialmente com Souza (2008) sobre dois obstáculos à participação trazidos pelo autor, os problemas da cooptação e da desigualdade. O primeiro obstáculo trata-se da cooptação de grupos sociais por tendências político partidárias. O autor nos traz um exemplo de cooptação involuntária, aquela que provém da capacidade de convencimento do técnico representante do Estado⁴ que, por meio de argumentações tecnicistas, conseguem persuadir no sentido da inviabilidade de execução de determinada demanda. Ressaltamos a disseminação com acessibilidade das informações técnicas como importante instrumento de defesa para a sociedade civil, a autonomia conquistada com a compreensão mínima do tema em debate permitirá que os posicionamentos sejam conscientes e autoconfiantes (admitimos, porém, que os sujeitos, sejam representantes de grupos sociais ou cidadãos comuns, podem preferir ser cooptados, visto que existem diversos ganhos pessoais envolvidos).

Entre nossos diálogos com os moradores da periferia de Salvador uma temática que se fez ressaltada foi a falta de representatividade que atualmente as associações de bairro apresentam. A categorização temática do item variou entre a inexistência, a ineficiência e a

⁴ É relevante destacar que a representação técnica pode ser de indivíduos servidores públicos ou de indivíduos que ocupam cargos dirigentes. A diferença entre essas duas é que a primeira pode não representar necessariamente posicionamento de Governo. Já os dirigentes são representantes de partidos e articulações partidárias, e, ainda que sejam servidores, estão comprometidos com os direcionamentos partidários.

cooptação. Trata-se de um diagnóstico preocupante, uma vez que demonstra distanciamento entre as representações do bairro e os moradores, cujas justificativas podem variar muito de acordo com os lugares, inclusive com a própria falta de engajamento pessoal dos moradores em geral, mas, indubitavelmente, a cooptação de lideranças, pra nós, aparece como principal ponto a ser investigado. Esta investigação, que permeará um amplo diagnóstico e análise das representações nos bairros de periferia, comporá o primeiro passo pós-conclusão deste trabalho de tese. Quadro 11 traz os relatos de cooptação citados pelos nossos entrevistados.

Quadro 11 – Relatos de cooptação e relação entre as representações nos bairros e a política partidária

(...) tem uma associação de moradores aqui, onde também existe conflitos, mas existe conflitos nas associações porque, na verdade, o problema acontece sempre lá de cima... até os conflitos nas associações de moradores, eu falo pelo meu bairro, acontecem por conta de algum vereador que quer um presidente da associação, é ele que elege o presidente, não é o associado, não é a população... Tivemos uma guerra muito grande aqui por conta disso... onde um líder era apoiado por um vereador e ele não saía de jeito nenhum. Então a gente não sabe como as coisas acontecem, quando você vê um líder de associação de moradores que não é presente, aí fica mais difícil. (Entrevista bairro de Nova Brasília, l. 2587)

(...) as alianças das associações estão ligadas a partidos políticos. (...) E aí lidar com partidos políticos, e aí você vai ver, tudo que o partido político quiser, a pessoa também quer.

FÁDIA – Todas as lideranças então... vinculadas...

MARIA – As lideranças formais sim, porque nós temos as lideranças formais e as lideranças informais, que lidam com o bairro, fazem projeto no bairro e tal, mas não querem se envolver justamente com as lideranças formais, porque sabe da questão da aliança partidária que existe por trás. Muitas pessoas foram cooptadas, exemplo, a associação tinha uma senhora lá que era super do bairro, sabe... não sei o que, não sei o que, aí vem o vereador tal e promete um cargo, aí pega seu filho, leva pra assembleia, trabalha no estado, não sei o que, não sei o que... Então toda essa... essa questão... aí é cooptada... e aí ela não atende mais a tantos interesses, claro que ela atende aos interesses, ela faz as questões formais e tal, mas tá muito condicionada a partido político. E hoje o que é que eu falo a questão do bairro, ele tem perdido muito graças a essas questões... Porque antes na associação de moradores quando o vereador pelo menos vinha prometer geralmente a gente conseguia alguma coisa, né, em época de eleição... hoje a gente não consegue mais, porque fica no ‘gógó’, porque antes eles faziam pra dizer que fez. Então, por exemplo, tava perto de uma eleição, eles faziam alguma coisa pra mostrar que fez porque era uma resposta à comunidade, hoje eles fazem se eles quiserem. (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3793)

(...) então antes a gente conseguia muito mais, quando era... não tinha essas cooptações de associação de bairro, então... os vereadores, os deputados, fazendo de tudo pra agradar... e nessa questão de barganha, aí alguns líderes falavam assim ‘tá bom, então você vai fazer o que aqui no nosso bairro?’, ‘vou mandar a máquina agora!’, então antes mandava, hoje não se manda mais... hoje fica no belêlê, na distribuição do papelzinho, aí quando elege aí a rua, aí já se tem uma programação, né (...) pra limpar a rua... aí bota a faixa enganando a população.

(...) essa cooptação foi muito ruim, muito ruim... Não se dizem cooptados, né... eles dizem ‘ah, não sou cooptado’, mas quando você vai pela letra, meu filho tá trabalhando com o deputado tal e tal (...). (Entrevista bairro do Nordeste, l. 3908)

(...) a paróquia não permite que políticos e afins trabalhem junto, pelo menos essa é a visão que eu tenho em relação ao período que eu estou lá. O padre (não compreensível) ele não gosta de se envolver com a política, ele gosta de fazer o trabalho dele e, se tiver o apoio, ótimo, como a gente tem o apoio de Marcelo, entendeu? Vira e mexe Marcelo dá aquela ajuda pra gente, mas a gente não tem aquele apoio fixo, né, com certeza seria muito bem-vindo, mas a gente não procura ter, não corre atrás disso. (Entrevista bairro de Engenho Velho de Brotas, l. 4285)

(...) quando você fica sabendo de uma coisa que aconteceu há duas semanas atrás e você nem sabia eu acho que é meio esquisito, eu acho esquisito. Aí é complicado, mas isso seria uma tarefa o que, da associação de moradores, é como eu falei no início, não tem uma participação maior aqui no bairro. Então se essa informação chega à associação de moradores e ela não repassa pra os próprios moradores é porque alguma coisa de errado está acontecendo. Então eu vejo por esse lado. Por isso que eu falei em relação a debaixo do pano, pode ser que

meia dúzia de pessoas sabiam, mas não era interesse dessa meia dúzia de pessoas repassar. Entendeu? (Entrevista bairro de Engenho Velho de Brotas, l. 4478)

Tem uma associação de bairro lá, mas que não funciona, porque ela só vive só garimpando as coisas, garimpando as coisas, garimpando as coisas, mas nada é resolvido, nada é feito... porque na verdade, esse é um julgamento meu, o que eu vejo é que a associação ela... quem tá à frente da associação utilizou mais pra visibilidade, porque acabou se candidatando a vereador e hoje é suplente, né, então, o que a gente vê da associação é... né... associação do bairro saúda o dia das mães, saúda os pais, saúda as crianças, é o que a gente vê, e o carrinho fazendo propaganda, né, que o vereador Fulano de Tal, né, o suplente, agora tá sendo dito assim, o suplente de vereador Fulano de Tal tá dizendo isso e isso. (Entrevista bairro de Dom Avelar, l. 5980)

(...) a prefeitura, busca pessoas, parceiras, que é de nossa comunidade, infelizmente, pra botar no bolso. Entendeu? Infelizmente... Isso aí nos... fico angustiada, porque 'ah, eu tô fazendo', não tá fazendo nada pra comunidade. (Entrevista bairro de Massaranduba, l. 6494).

(...) na época de política, essa não, mas eu, esse ano, é... esse ano não, o ano passado, entrei de gaiato mesmo, o pessoal 'ah...', eu fui, mas, eu disse 'olhe, gente, eu vou só pra ver como é a experiência', depois eu disse 'olhe gente, já vi que pra mim não dá', você tá me entendendo, porque tem coisas que fala que eu não concordo... e você vê que aquilo ali é pura hipocrisia, principalmente com a classe mais fraca. (Entrevista bairro de Massaranduba, l. 6560)

(...) nós temos uma associação de bairro lá, mas eu acho que é uma associação que não defende muito, eu vejo mais voltada pela questão da política, né, interesses particulares, que falam que vão brigar pelo bairro, mas é só durante aquele período de eleição e depois ninguém vê mais falar, ninguém vê mais reclamar de nada (...) vem época de eleição, pede voto pra o político que nós temos que atua, né, lá no bairro (...). (Entrevista bairro de Plataforma, l. 6728)

(...) essa parte que me decepcionou, porque eu acho que associação tem que pensar no coletivo, tem que pensar no, no, no... nas pessoas que moram, e não eu como líder comunitária, líder de associação, pensar em mim, no meu crescimento político, no meu crescimento financeiro e esquecer do que realmente precisa ser feito, então existia, existem várias associações no bairro de Valéria ainda, o que falha, o que falta nelas é essa questão de pensar no coletivo, cada um pensa em si e aí elas brigam entre si, elas se desentendem, porque eu quero mais poder, eu quero mais força, eu quero mostrar que eu posso mais, na verdade não precisa nada disso, né, o que precisa é pensar no coletivo, o que precisa é cada um, cada um deles, até que tivesse uma em cada, até porque Valéria é muito grande, mas que eles pudessem coletar os problemas e juntar numa associação que seria a central pra poder resolver, e não querer crescer e mostrar no bairro pra poder ser vereador pra ganhar dinheiro, porque eu quero ser vereador não pra melhorar o bairro, eu quero ser vereador pra ficar rico... e esquecer do coletivo.

FÁDIA – Elas têm vínculo com a política partidária, você sabe dizer?

AMANDA – Algumas delas têm, algumas, não sei se todas têm porque eu não conheço as lideranças de todas elas, mas eu conheço algumas e algumas delas têm. Inclusive, assim, pessoas que elegeram pra líder comunitário, né, de uma associação dessa de bairro, pra poder conseguir voto pra ser vereador, entendeu, e que pensa em si, e que trata até aquela... aquele pedaço como se fosse meu, eu trato como se fosse uma coisa particular minha, eu consegui, por exemplo, o campo de futebol, então é meu, de quem eu quero, né, e associação o papel não é esse, o papel é cada um pensar como associação de um bairro e não como associação particular (...). (Entrevista bairro de Valéria, l. 7906)

(...) surgiu um projeto chamado Caja Verde em Cajazeiras, não sei se você já ouviu falar, que é um projeto que foi construído, eu acompanhei um pouco ele na minha... na minha adolescência, ele foi construído por uma liderança política, né, uma liderança que depois se candidatou até a vereador pra tentar conseguir uma visibilidade maior (...). (Entrevista bairro da Boca da Mata, l. 9235).

(...) ele já é líder há muitos anos dessa associação, que eu acho que é uma das mais fortes, uma das mais fortes das Cajazeiras, que é a da X. Então ele sempre buscou muito candidato a cargo político, a cargo público, essas coisas, então... tem meio que uma guerra velada entre ele e outras lideranças comunitárias, então sempre teve disso... então, teve um embate entre eles e que... de apoio também, aí vai muito de apoio político, né (...). (Entrevista bairro da Boca da Mata, l. 9544)

Tem uma (...) mulher lá que ela é envolvida com alguma coisa de política, não sei qual é o cargo dela, inclusive

era ela que tocava a questão da associação de moradores, né... mas antes ela tinha projetos, né, hoje eu não sei como é que tá essa situação, mas eu acredito que não tenha mais. (...). (Entrevista bairro de Novo Marotinho, p. 10077)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O relato de Clóvis, morador de Nova Brasília, nos trouxe uma completa desconfiguração do sentido de como as coisas deveriam acontecer, a cooptação da liderança pela figura do vereador a mantinha no posto de líder do bairro, inclusive sobre protestos de moradores. Maria exemplifica uma forma de cooptação que acontece no bairro do Nordeste, o oferecimento de vaga de emprego para familiar da liderança. Para Maria a cooptação fez o bairro perder poder de barganha do bairro nos períodos eleitorais, uma vez que – como visto nos relatos trazidos no capítulo anterior – a ausência do poder público é minimizada nos períodos eleitorais, atualmente as representações da política partidária que aparecem no bairro já não levam melhoria como antes, tendo em vista que já cooptou uma liderança, atribuindo a ela a captação de votos. A moradora do Engenho Velho da Federação nos traz a expressão ‘por baixo do pano’, para exaltar que algumas atividades, tais como reuniões, não são divulgadas amplamente no bairro, ficando a divulgação limitada a determinado grupo pequeno de pessoas. Os relatos trazem tanto o uso das associações como ponte por moradores do próprio bairro – que já possuem alguma inserção na política ou começam a tentar com a experiência da associação – quanto a chegada de figuras políticas externas aos lugares. A falta de associativismos reais reflete e é refletida pela falta generalizada de coletividades, que trataremos em outros relatos. Tal análise nos leva à interpretação de que os lugares encontram-se estrategicamente desarticulados, além de desacreditados. A depender do tamanho do bairro, o que significa o encontro de diversos lugares, assim como a existência de mais de uma associação, como é o caso do bairro de Valéria, o associativismo partidário causa desunião.

As situações acima descritas distanciam os lugares do planejamento participativo, ao passo que amadurece e fornece bases às determinações político-econômicas que fundamentam a não participação, mas são exatamente estas bases que originam e fundamentam a cooptação. Muito tranquilamente o entrevistado da Prefeitura-Bairro de Pau da Lima nos demonstra um caso possível de cooptação e coloca como algo positivo por trazer a comunidade pra a prefeitura.

Por exemplo, eu vou lhe mostrar aqui, com licença aqui rapidinho. Beбето é nosso supervisor de atendimento, ele é presidente de associação de Jardim Cajazeiras e inclusive já foi presidente do conselho de moradores da região, já foi não, é presidente do conselho.

BEBETO – Eu sou presidente do conselho.

JEAN – Ele é o supervisor aqui, foi uma coisa que na Prefeitura-Bairro a gente fez justamente foi empregar aqui só gente da região, só gente da região

Então pra mim é muito fácil saber os problemas da região, porque os líderes trabalham aqui dentro, os moradores trabalham aqui dentro. o vínculo com a população, você acabou de ver o maior exemplo aqui, eu tenho um morador da região, que ele trabalha aqui, ele ganhou a eleição pra conselheiro, antes inclusive de trabalhar aqui nessa parte (...). (Jean, Entrevistado da Prefeitura-Bairro de Pau da Lima, Apêndice B, l. 11359).

Já o obstáculo da desigualdade é destacado por Souza (2008) como de superação além das capacidades do Estado, o que discordamos com veemência.

A problemática da desigualdade (...) não depende para a sua superação, apenas do Estado, embora este possa contribuir para a sua minimização. Ela tem a ver com as dificuldades para a participação voluntária inerentes à condição de vida da população mais pobre, que em geral dispõe de muito menos recursos (tempo, dinheiro para se locomover, e, de certa maneira, também capacidade de articular suas demandas com fluência e desembaraço e autoconfiança) para participar que a população de classe média. O Estado, sabendo dessas dificuldades, pode colaborar, modelando os esquemas de participação de uma tal forma que custos de transporte onerem o menos possível (ou não onerem) os participantes, e adequando os momentos formais de encontro às possibilidades reais da população trabalhadora mais pobre. Além disso, mecanismos podem ser criados também para minorar eventuais dificuldades ligadas a diferenças quanto à capacidade de articular suas demandas com fluência e desembaraço e autoconfiança, o que pode ir do oferecimento de intérpretes para surdos-mudos, por exemplo, à criação de uma atmosfera descontraída, a fim de que os mais pobres não se sintam intimidados. (SOUZA, 2008, p. 388-389).

Quem mais, além do Estado – seu legitimador –, pode contribuir para a superação da problemática da desigualdade? Os diversos obstáculos inerentes à desigualdade são decorrentes de ações de omissão e estratégica incapacidade histórica do Estado capitalista. Tirar deste agente cem por cento da culpa, neste caso, seria, para nós, cair em discurso contraditório. Aqui novamente recordamos a nossa defesa trazida desde Rebouças (2008) do Estado como principal agente segregador, sendo uma de suas principais ações a própria legitimação, além da omissão, sendo os lugares de periferia sua expressão mais concreta. E com isso, mais uma vez, justificamos a defesa do lugar como conceito espacial essencial à efetivação da participação no planejamento da cidade: a compreensão desse conceito pressupõe a imersão no cotidiano e no vivido e o reconhecimento dos seus sujeitos com maior conteúdo de identidade. A superação da desigualdade requer maior equilíbrio entre as forças dos agentes envolvidos na produção do espaço e os sujeitos que sofrem com a desigualdade socioespacial são moradores dos lugares de periferia.

Segundo o autor, com o que concordamos, “fica fácil perceber que a participação popular no planejamento e na gestão urbanas não é algo trivial”, além disso, que “a retórica da participação é simpática, mas, não raro, vazia e enganosa, exatamente quando se subestimam os vários obstáculos ou quando se tenta vender ‘gato por lebre’” (SOUZA, 2008, p. 389). Vimos muito da venda de gato por lebre na distância entre a participação efetiva e as

práticas de planejamento disposta nos relatos de entrevistas e transcritos no capítulo anterior, assim como nas pesquisas que subsidiaram esta tese, nosso papel aqui é desmascará-la, tanto para os donos dos discursos quanto para seus ouvintes.

No tocante ao empecilho da pobreza urbana, que traduz a desigualdade trazida por Souza, entendemos mais como um resultado socioespacial de um histórico de planejamento e gestão que privilegiam uma pequena parcela da população em detrimento de outras, causando o efeito bola de neve. Nossos entrevistados moradores trouxeram alguns relatos no tocante à desigualdade social, que apontamos no quadro 12.

Quadro 12 – Problemas relacionados à desigualdade social

NÚBIA – Acha que porque é pobre é ignorante. (Entrevistada bairro de Massaranduba, l. 6241)
(...) não pode viver aceitando, porque eu sou de Valéria, porque eu sou negro, porque eu sou pobre, que eu sou algo negativo e não é (...). (Entrevistada bairro de Valéria, l. 8049)
E outra coisa... a questão da... da pessoa ser simples, não saber se portar, como eles dizem, se portar... é muito desvalorizado... A pessoa... por não saber falar direito, entre aspas, eles ignoram... tem falas que são ignoradas, sabe... (Entrevistada bairro do Nordeste, p. 3519)
Não, não fui, não fui porque eram horários de... que eu tava no trabalho, ou horários que eu tava chegando do trabalho, porque se o transporte até fosse bom eu até conseguiria chegar. (Entrevistada bairro do Rio Sena, l. 8696)
Eu soube que ia haver, mas eu não participei, dificuldade de horário. (Entrevistado bairro de Boca da Mata, l. 9517)
(...) como foi no horário da minha faculdade, então ficou um pouco complicado, porque era só a noite (...). (Entrevistada bairro de São Gonçalo, l. 2089)
Que nós não temos, quer dizer, temos até como participar, né, que tem as audiências públicas, mas nem todo mundo tem essa condição porque não tem tempo, entendeu? Geralmente são em horários comerciais, onde a maioria estão trabalhando (...). (Entrevistado bairro de Nova Brasília, l. 2459)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

Certamente a fala de Núbia vem de uma sensibilidade para perceber que o obstáculo para que suas falas sejam consideradas advém da falta de respeito devido à sua condição social. A fala de Núbia conversa com a de Maria – moradora do bairro do Nordeste –, que pareceu observar a forma de tratamento dos técnicos com outros moradores. Claramente Maria tem capacidade de elaborar melhor uma fala que Núbia, além de possível capacidade técnica para alguma argumentação, decorrente de maior nível de instrução, Núbia, por outro lado, tem anos de experiência com mobilização em prol de melhorias para seu bairro. Ambas deveriam ser tratadas com o mesmo respeito, inclusive e mais ainda aqueles moradores que não possuem nenhuma das duas características, a fim de trazê-los à participação,

demonstrando que suas vivências são seu conhecimento e, por meio deles, é possível transformar a realidade.

O entrevistado da FMLF também relatou dificuldades relacionadas à questão geral da desigualdade. Ressaltou que as reuniões não ocorreram nos horários de trabalho, mas não lembrou-se do tempo de deslocamento entre o trabalho e a casa e da casa para o local da audiência, uma vez que após o segundo turno de trabalho os moradores necessitariam alimentar-se antes de enfrentar um debate que ocorreria até as 22h. Certamente que todos esses empecilhos aparecem maiores no momento em que a participação efetiva não é uma realidade entre os sujeitos. Caso o planejar fosse uma atividade constante nos lugares, de baixo para cima, incorporado como parte de suas vivências e acontecesse em locais próximos à residência dos sujeitos, certamente o cenário seria outro. Talvez o problema maior nessas reuniões mais abrangentes fosse os conflitos de interesse entre os diversos lugares dos diversos bairros, sendo necessária uma intermediação técnica qualificada, não coerente com o que nos relatou a moradora do bairro do Nordeste no quadro 12.

(...) a gente sentiu a dificuldade também da própria organização da... das áreas em... estar presentes, os horários, enfrentamos situações de... de risco, também, porque algumas áreas são complicadas a partir de determinado horário, aí havia questionamento de que a oficina tinha que ser, é... no... do fim de semana, nos sábados, mas também nos sábados você também tem a feira, que você não pode ir, então, assim, há uma série de limitações que são complicadas, então, assim, as oficinas ocorriam sempre à noite ou nos sábados, né... as únicas, é... os únicos lugares que aconteceram durante o dia foram nas ilhas porque você tinha a questão de deslocamento e também era o... o momento mais conveniente. Mas, é... não aconteceu, por exemplo, no horário de trabalho de ninguém, né, mas isso ficou muito... é... não foi acho que talvez a principal, acho que tem uma... tem uma margem de participação (...) que é possível, que se efetiva numa situação dessa, (...) não foi satisfatório, eu acho que até conseguimos um produto bastante razoável, né, mas... em cada local, mas não foi, assim... quantitativamente a expectativa de fato era bem maior. (Fernando, Entrevistado da Fundação Mário Leal, Apêndice B, l. 13036).

A professora Débora Nunes, entrevistada representante da universidade, relatou as dificuldades associadas à desigualdade social logo em suas primeiras palavras sobre o desenvolvimento de pesquisas na área do planejamento participativo. Para a pesquisadora, a necessidade de associar produção de rendimentos por meio de iniciativas locais às atividades pedagógicas de cidadania – por meio da sua pedagogia da participação – foi algo que apareceu desde o início dos trabalhos em Nunes (2001 e 2006), considerando que as dificuldades para o alcance de elementos básicos à vivência digna devem ser elementos considerados *a priori*.

Durante um longo período eu trabalhei com economia solidária, então como constituir cooperativas, como produzir renda, porque se eu comecei me interessando muito por uma formação política, uma representação cidadã dessas populações em face da prefeitura, do Estado, é... aos poucos eu fui me dando conta que para uma população que tem tanta dificuldade de sobrevivência era preciso aliar uma discussão sobre a vida e o

desenvolvimento da comunidade com coisas concretas. Foi daí que nasceu o restaurante comunitário, depois a horta comunitária, depois as cooperativas diversas nas quais eu me envolvi na criação e no estímulo a ponto que isso também deu origem ao meu segundo livro, meu quarto livro, mas segundo livro sobre esse tema, que é o “Incubação de experiências de economia solidária” aplicando a pedagogia da participação. (...)

Então, assim, eu tenho muitos anos nessa demanda, mas reitero isso: pra mim, o planejamento é mais simples quando você tem uma vida organizada e você tá querendo melhorar a qualidade de vida, sua própria vida ou a vida de uma comunidade. Mas quando uma população não tem uma vida, um cotidiano organizado, por falta de renda, etc., é necessário combinar a criação de soluções como as soluções cooperativas e o processo de planejamento. Senão é muito penoso, porque uma pessoa, uma comunidade de baixa renda ela tá muito focada na sua própria sobrevivência. E é muito difícil tirá-la desse... dessa natural preocupação para trabalhar com planejamento. Já na minha tese, já no livro “Pedagogia da participação” (...) a gente fazia idas e vindas, né, com o que eu chamava de “atividades pedagógicas” e as ações coletivas. Então sempre misturava processos de aprendizagem e cidadania com processos de resolução de problemas a partir da ação comunitária. E hoje eu acho isso ainda mais... mais importante (...) me parece muito claro que não dá pra você dissociar. Por isso que planejamento tem que ser algo que precisa ser mais contínuo, e por isso que neste texto eu vou discutir algo que eu já discuto com meus alunos há muitos anos que é uma política de incentivo à participação popular. (Débora, Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13639).

Dos elementos trazidos pela entrevistada no contexto da desigualdade social destacamos a relevância da representação política do cidadão diante o Estado, o desenvolvimento de potencialidades internas aliadas às necessidades dos lugares, a importância da continuidade das ações de planejamento, o papel da universidade e seus limites e, por fim, a relevância da institucionalização.

A relevância da representação política do cidadão diante o Estado reafirma a importância e necessidade de afirmação do lugar. Arriscaríamos que pedagogia da participação elaborada pela autora traz um conteúdo político do conceito de lugar – sem que se levante de modo evidente –, por meio das práticas dos sujeitos dos/nos lugares; a apropriação – por eles – do discurso político de afirmação do seu lugar pode ser um instrumento importante no embate contra forças maiores envolvidas no planejamento no plano municipal. Espaço é política, façamos um paralelo com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT’s) que apropriaram-se e apropriam-se do discurso do território (o território tradicional) para o embate político com forças do capital e com isso conseguem fortalecimento interno e externo. Mais à frente falaremos da perda do lugar, entendemos que o empoderamento político dos sujeitos com o conceito (a partir das suas práticas) pode auxiliar também no seu retorno.

O desenvolvimento de potencialidades internas aliadas às necessidades dos lugares é um passo importante para atenuar o problema da desigualdade e, neste sentido, o papel da universidade é também muito relevante, o que não é diferente com todo o processo que envolve a tentativa de efetivar a participação social. As possibilidades reais da universidade

estão limitadas, todavia, aos recursos possíveis, tais como bolsas de instituições federais e estaduais de educação, como o CNPQ, a CAPES e a FAPESB, esta no caso do estado da Bahia. A possibilidade de continuação das atividades, outro elemento trazido pela entrevistada, no caso daquelas desenvolvidas pela universidade, está diretamente associada ao financiamento de projetos. Destacamos que o contexto político atual de desmonte de políticas públicas para áreas sociais básicas como saúde e educação é completamente desfavorável. O papel da universidade, contudo, independente do contexto político em nível federal, deve ser legitimado por uma institucionalização local da participação, o que Débora Nunes traz como a necessidade de uma política de incentivo à participação popular e aqui traremos como imperativo uma mudança estrutural no âmbito administrativo da prefeitura. Ambas as propostas são complementares e auxiliariam diretamente na institucionalização da participação efetiva, aliada a uma apropriação política do lugar como conceito e práxis pelos sujeitos moradores de periferia, ao passo que se cria uma cultura da participação.

Outro aspecto relevante trazido por Souza (2008), que consideramos importante no tocante à relação lugar / planejamento, é o que o autor denomina de escalas de participação, que vão da autêntica participação à total heteronomia. Parceria, delegação de poder e autogestão são 'autêntica participação', cooptação, consulta e informação fazem parte do elenco da 'pseudoparticipação', enquanto coerção e manipulação compõem a escala da total 'heteronomia'. O lugar explicita ao passo que dá concretude às escalas de participação. Estas nada mais são do que a elucidação das relações entre os elementos do espaço e podem ser avaliadas a partir dos lugares de periferia.

Entre os relatos de entrevistas conseguimos diagnosticar – principalmente – elementos da pseudoparticipação, mas também da total heteronomia. Quando a moradora do Nordeste nos coloca que falas são ignoradas por falta de postura e desenvoltura no discursar dos moradores mais simples, entendemos que não se trata de coerção ou manipulação, mas vai além dos elementos da pseudoparticipação, uma vez, além de sequer ouvir, constrange. Maria nos traz ainda, de uma de suas experiências, relato que uso de fala/opinião de um morador como sendo opinião e querer geral dos presentes. “Aí a prefeitura fala bem assim ‘então está decidido, vamos construir uma praça’, gente, quem levantou a questão de uma praça foi uma pessoa... é como se eu fosse lá e eles achassem legal a minha ideia, então bora... isso não é ouvir a população”. (Maria, Entrevistada do Bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3431). Este é um exemplo de coerção dissimulado de consideração da opinião dos moradores. A construção de uma praça possivelmente tratava-se da melhor solução para a prefeitura e o órgão encerra o debate quando a ideia surge.

Poderíamos imaginar o caso de Salvador como uma escala ascendente no tocante às escalas de participação, uma vez que fica evidente em análise comparativa com as experiências de planejamento anteriores uma leve ascensão no que se refere às práticas metodológicas efetivamente aplicadas, todavia, os relatos dos entrevistados da prefeitura vão ao sentido de considerar tais processos consultivos como efetiva participação social, o que pode dificultar ou mesmo impedir o alcance da autêntica participação. Para os representantes da prefeitura entrevistados nesta pesquisa as práticas atuais de planejamento ditas participativas são o fim e não meios para alcançar uma possível participação autêntica, o que será adquirido apenas com alterações socioestruturais lentas e profundas.

Temos total compreensão de que existem níveis a serem alcançados pelos grupos sociais para atingir a efetiva participação e trata-se de superação de uma dificuldade construída e imposta historicamente, mas tais limites devem ser colocados pelas dificuldades desses grupos e superados com e a partir deles (que, tomando os bairros periféricos de Salvador, não são obstáculos homogêneos), e não por estratégias de sujeitos representantes do Estado imbuídos de fundamentação racionalista.

É exatamente sobre esses limites que uma metodologia de participação deve incidir, procedimento este que apenas poderá ser estruturado após o (re)conhecimento das diversas realidades dos lugares, com e por eles (seus limites e potencialidades para agir no processo de planejamento, esfera que também não possui homogeneidade). A elaboração das propostas metodológicas, assim como todo o processo de planejamento, para contribuir ao alcance de maior justiça social na produção do espaço, deve envolver não apenas os sujeitos do/no lugar e o Estado, mas também (e necessariamente) universidades, Organizações Não Governamentais (ONG), entre outras entidades. Trata-se da elaboração de metodologias segundo, com e a partir dos lugares e não de metodologia para os lugares. O reconhecimento/reestruturação de suas coletividades – experiências coletivas – deve ser o primeiro caminho à estruturação metodológica participativa no lugar.

Nossos diálogos em entrevistas deixaram evidente o afastamento dos moradores em relação ao entendimento do que seria uma participação social efetiva, resultado direto do distanciamento histórico imposto aos sujeitos pelo Estado capitalista das tomadas de decisão no tocante à cidade. Este diagnóstico torna-se preocupante ao passo que iniciativas não participativas apresentadas e executadas podem ter aceitação dos moradores como tal. A distância entre os lugares e a participação efetiva faz com que os sujeitos clamem apenas por ouvidos dos órgãos públicos, não se colocando como sujeitos autônomos tomadores de decisão. Tem-se um Estado ausente, como vimos no capítulo anterior, uma presença

incipiente e um morador que solicita apenas por atenção à sua fala. Sem dúvidas é um grande empecilho à efetivação da participação. O quadro 13 nos traz os relatos por meio dos quais os moradores evidenciam a falta de consciência do que seria um processo efetivamente participativo. Foi, para nós, um diagnóstico perverso, ainda que esperado, vem ratificar a necessidade de partir do lugar para chegar a ele. De que outra maneira seria possível transformar esta realidade senão a partir dela?

Quadro 13 – Falta de consciência dos moradores acerca de um processo participativo efetivo

<p>(...) mas que chegou ‘ah, gente, bora ver aqui como é que vai ser... isso aqui vai ser assim, isso aqui vai ser assado, a praça vai sair’, não foi nada disso, foi, tipo, avisava... assim em cima da hora (...). Então esses projetos não chegam na comunidade pra comunidade opinar, chega pronto e é posto em prática. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 257)</p> <p>Se essa gestão participativa funcionasse, seria perfeito. Porque, no caso, a gente entrava com as ideias, eles faziam os projetos e executavam. Até porque quem tá com a mão na roda do dinheiro são eles. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 295)</p> <p>Eu creio que a prefeitura daquela época poderia ter chegado, conversado, ter dado uma proposta ‘ó, a gente vai tirar sua barraca, mas vai fazer isso’. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 346)</p> <p>(...) os projetos têm que ser apresentados pra população.</p> <p>FÁDIA – Têm que ser construídos, né? Juntos...</p> <p>FRIDA – É, tem que ser construído... o que é... é o que mesmo que São Tomé tá precisando hoje mesmo, assim... tipo assim, ‘olha, a gente tem uma verba aqui de... tal valor’, tipo, até que eles não queiram que a gente fale realmente o que a gente quer, mas veja... tipo tem o banheiro que precisa ser feito, tem... a estrutura do ponto de ônibus, aumento da frota de ônibus, aí botava... 1, 2, 3, 4... de 1 a 5, qual é a que vocês têm prioridade aí? Botava o povo pra votar, o que queria... já que a gente não vai poder dizer o que a gente quer, mas pelo menos a gente vota, votaria o que queria... então a gente poderia ver realmente o que poderia ser feito (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 379)</p>
<p>(...) as pessoas iam lá e... relatavam os problemas que existiam no bairro. Então o responsável pela prefeitura bairro, não é... ia e dizia, ele informava que levava – entre aspas – o problema, os problemas relatados até (...) os secretários, os gestores maiores da prefeitura. E eu acho que funcionou bastante, porque aqui em Periperi teve, aqui em Periperi no caso teve, né, aqui em Praia Grande já não teve, de Periperi teve... quer dizer, aqui em Praia Grande eu não fiquei sabendo, na verdade... no bairro de Periperi teve, eu fiquei sabendo, e foi muito proveitoso, pelo que eu fiquei sabendo. Eles realmente... era de problemas simples a problemas mais sérios, entre aspas, né... questão de falta de iluminação ne postes até problemas de esgotamentos sanitários e tal... Eu acho que foi um canal muito bacana, agora, essa questão seria muito interessante, de ter uma audiência pública em cada bairro... (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 914)</p>
<p>(...) pelo menos ser ouvidos, pelo menos ser ouvidos e nós não somos ouvidos (...). (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1126)</p>
<p>(...) então se você mantém uma comunicação com a população, que ela pode dar opinião disso, precisa de mais lixeiras de reciclagem, precisa... é... de um lugar de espaço de convivência, ‘ó, você pode opinar por isso, opinar por aquilo, você pode participar dessas decisões, você vai pra uma reunião em tal local, que você vai ter um resultado... provavelmente no próximo PDDU... enfim... se você criasse esse vínculo com a população, nem que você fosse na população e escolhesse um representante, talvez fosse na associação de bairro e essa pessoa que fosse representante da associação de bairro transferisse todas essas necessidades do bairro inteiro, se você criasse essa ligação, esse feedback com a população, sim, você conseguiria ter esse resultado, mas não existe, sabe... É um erro, é uma bola de neve, então, já que você não criou isso, a população automaticamente não vai ter esse resultado. (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1500)</p>
<p>(...) a coisa deveria acontecer entre o representante do bairro e a prefeitura e quando o representante do bairro fosse até a prefeitura, é... é... buscar alguma coisa, ele estaria indo em nome da população, porque toda associação de moradores ela tem que ter reuniões... a gente... é como um... é como um... condomínio, né... apresenta os problemas, busca uma solução, no nosso caso a gente busca a solução aos nossos representantes públicos, não é isso? (...) Deveria ser assim, eu acho que deveria ser assim. (...) Porque não pode o povo todo</p>

<p>mundo ir lá cada um pedir uma coisa, precisa de um representante, entendeu? (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2595)</p>
<p>(...) que a gente coloque uma geração nova em todos os âmbitos políticos (...) com valores principalmente éticos, seria interessante como representante lá na Câmara Municipal (...) bater as medidas do bairro, escutar mais os moradores e rever o PDDU (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4923)</p>
<p>Se fossem ouvidas as pessoas, os moradores... acho que muita coisa mudaria (...) se as pessoas ouvissem mais os moradores, não só os que têm... independente do seu nível social, escolar, tanto faz, poderia mudar sim. (...) eu acho que a gente realmente deveria ser ouvido pelo poder público, não a gente tomar a decisão, entendeu? Então a gente como cidadão, deveria ser mais ouvido pelo poder público, quando tem... sai essas propostas, da prefeitura, de chamar a população do bairro, pra falar alguma coisa, mesmo que seja a Prefeitura-Bairro, um órgão menor, ou coisa do tipo (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5240)</p> <p>(...) poxa, o que é que parou no tempo no bairro, o que pode melhorar, entendeu? (...) Mas eu não acho que a... a população do bairro decidindo tudo não seria bom, acho que seria bom a gente ser mais ouvido, perguntado, 'poxa, vocês que moram aqui...', sabe, eu morei na Santa Mônica vinte e três anos, minha mãe tem quarenta e sete anos morando na Santa Mônica, não é possível que ela não tenha... e ela não é uma das mais velhas (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5286)</p> <p>(...) se ela fosse uma mediadora, tipo assim desse os caminhos, desse os projetos, a gente decidir... aí também seria uma boa isso. (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5376)</p>
<p>(...) acho que falta ouvir as pessoas, na verdade, acho que os projetos que fizeram ali eu não sei se teve a participação popular (...) Acho que é sempre importante ouvir a comunidade que tá ali, não adianta uma pessoa de fora querer implementar alguma coisa, sendo que não conhece a realidade do lugar (...). (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5607)</p>
<p>(...) eu acho que a questão partiria justamente da associação de moradores, sabe, que é uma representação... porque não vai, a população toda (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 6059)</p>
<p>(...) no caso, passaríamos para a prefeitura as dificuldades e poderíamos sugerir soluções, né (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6882)</p>
<p>(...) teria que (...) eleger cabeças, assim... representantes, né, alguns representantes (...) não poderia juntar todo mundo lá pra falar também, né. (...) o representante fala 'ó, nesse bairro tá necessitando disso, disso e disso', aí o representante da prefeitura pega aquilo ali, seleciona o que pode ser, porque você vê, atender... você quer melhorar... se realmente os governantes, os políticos, quisessem melhorar, tinha que ver o que é que a sociedade tá precisando, não é o que eles acham, né. (Entrevistada do bairro de São Marcos, l. 7219)</p>
<p>Tem que andar junto, eles têm que nos ouvir, eu acho que se a gente fosse fazer tudo que a gente quer, também, não... não daria muito certo, então o ideal é que eles nos ouçam, eles nos procurem, porque quando a gente procura normalmente a gente não é ouvido, mas que eles nos procurem e quando a gente procurar que eles procurem nos ouvir com atenção, porque... não é isso que acontece. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7517)</p>
<p>(...) é só eles ouvirem a gente (...) é o que falta. (Entrevistada do bairro de Rio Sena, l. 8576)</p> <p>(...) acho que tem que ir primeiro lá no bairro conversar com as pessoas, principalmente os moradores mais antigos (...) o primeiro passo a ser dado é conversar com o morador, os moradores, né, conversar, porque cada um pode ter a sua necessidade, então é fazer uma reunião com líder de cada rua, com líder de cada comunidade, e ver a real necessidade ali (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8641)</p>
<p>Se a população ela tivesse essa autonomia, ela fosse ouvida, né, dentro dessa participação, a gente não teria tanta reclamação, porque a gente que mora ali a gente sabe onde tá o pequeno problema (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9296)</p>
<p>Ouvir de associação por associação, de cada local, específico de um bairro, porque Boca do Rio é grande, por exemplo, assim como pensar em Cajazeiras, então... é... pensar somente e trabalhar naquela realidade, eu acho que seria mais interessante (...). (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9856)</p>

A angústia pela falta de ouvidos e atenção por parte dos órgãos públicos é generalizada. Os sujeitos querem opinar, dar ideias, serem ouvidos, querem votar... Há também a transferência da responsabilidade para a associação do bairro, ainda que normalmente a mesma tenha um papel incipiente ou mesmo não exista. Há um comodismo generalizado, causado pelo histórico de não atividade no âmbito do planejamento da cidade e uma falta de compreensão da possibilidade de realização de atividades cotidianas e efetivamente democráticas, que possibilitem a participação de todos e envolvam seus cotidianos. O morador do bairro do Engenho Velho da Federação clama por renovação do quadro político, mas transfere a responsabilidade da revisão do PDDU para essas novas possíveis figuras, assim como requer deles que ouça os moradores do bairro.

Os elementos do quadro 13 nos levaram a outro diagnóstico encontrado entre os relatos, que foi o da transferência da responsabilidade para o outro, normalmente os entrevistados figuram a necessidade de existência de lideranças ou de novas lideranças com determinadas características. Esta figuração normalmente refere-se à idealização de um líder forte, que nos traz Nunes (2006), o que colabora – entre outros – com a cooptação.

Dois tipos de líderes foram identificados em campo: um, cuja ascensão sobre os habitantes é baseada na autoridade ou capacidade de comandar, e outro, que baseia sua ascensão na influência, ou capacidade de persuadir. Frequentemente, existe uma mistura dessas duas capacidades e os líderes foram caracterizados com base na preponderância do tipo de ascendência que eles têm sobre os habitantes: aquele que fundamenta sua liderança na autoridade é um líder “forte”, enquanto o que fundamenta sua liderança na influência é um líder “mobilizador”.

O líder forte é o que pode convencer as pessoas de que ele tem um poder particular de melhorar suas vidas. O líder mobilizador é o que pode persuadir as pessoas que elas podem, por si mesmas, melhorar suas vidas. Fica claro, assim, que é este último que melhor pode contribuir para o sucesso de uma intervenção que busca impulsionar o aprendizado da cidadania.

Foi possível observar que o líder natural típico de um bairro como Vila Verde é sem dúvida alguma o líder forte. Em um ambiente de estigmatização, de interiorização da opressão e de identificação com os dominantes, é normal que o líder típico seja o que está em sintonia com as características tradicionais da sociedade, autoritarismo e paternalismo, com as quais as pessoas estão habituadas. O líder forte seria assim legitimado pela tradição, mas isso não é suficiente para descrever suas características. Para exercer sua liderança, o líder forte é legitimado também pelo seu carisma. Segundo Weber (1991), a legitimação de um líder carismático vem de uma certa idealização que os adeptos fazem a seu respeito: trata-se de características não-cotidianas, não-medidas, vindas de um heroísmo, de uma graça qualquer. (...)

O líder mobilizador, o que legitima sua liderança pelo seu poder de persuadir as pessoas, de mobilizá-las em uma luta baseada em suas próprias forças, é fruto de uma construção exterior à tradição do cotidiano. Ao contrário dos líderes fortes, os líderes mobilizadores têm necessidade de serem impulsionados para se distinguir.

Sua legitimação parte de uma racionalidade dos “liderados” com relação ao interesse que eles têm de ter um líder assim. Esse tema será tratado sobretudo ao final deste livro, pois a construção desse tipo de líderes era um dos objetivos da intervenção e será examinada como resultado prático desta.

Concluindo essa distinção dos tipos de líderes, é interessante assinalar que, quando falamos de um líder forte, usamos o singular, pois é intrínseco àquele cuja ascendência baseia-se na autoridade o exercício exclusivo da inteira liderança em um grupo humano restrito. Se falamos de líderes mobilizadores, usamos o plural, já que eles não se excluem e podem se ajudar mutuamente na ação. Entretanto, a distinção objetiva dos dois tipos de líderes pode levar a apreciações românticas de suas ações. Minha própria experiência mostra uma tendência, no início, a “angelizar” os líderes mobilizadores com argumentos puritanos. Assim, o líder forte pretenderia se distinguir por vaidade pessoal, enquanto o líder mobilizador atuaria por puro compromisso ideológico. A experiência de campo mostrou que é melhor entender os fatos sem maniqueísmo: existe certamente uma vaidade, uma vontade de poder, que impulsionam também o líder mobilizador.

As relações de liderança não podem ser compreendidas se observamos apenas um lado do problema: se existe um líder forte, que se sente lisonjeado pela tutela que exerce sobre os outros, existem, de outro lado, os “liderados”, que se eximem da responsabilidade de serem autônomos. O líder forte deve também demonstrar uma capacidade concreta de suprir necessidades dos seus “liderados” e mostrar que é capaz de agir para melhorar a vida das pessoas. (NUNES, 2006, p. 60-61)

Maior problema que a existência do líder forte é o clamor por ele, por parte dos moradores. A existência daqueles que se eximem da responsabilidade – como nos traz Nunes – está associada à história de impossibilidade de participação imposta à população pobre de um modo geral. Em entrevista para este trabalho de pesquisa a autora nos coloca que “cada vez mais o líder forte se coincide (...) com cabo eleitoral (...)” (Débora, Entrevistada representante da Universidade, Apêndice C, l. 13880), reforçando a cooptação partidária das lideranças.

Ao passo que o líder forte é estimulado pelo poder público, uma vez que – tendo seu ego inflado – pode ser considerado um manipulador comunitário, ele desestimula a autoconfiança da comunidade em geral – por não possuir, comparativamente, a mesma desenvoltura e capacidades argumentativa e discursiva que ele. Trouxemos no quadro 14 os relatos dos entrevistados que demonstram a preocupação com a inexistência de uma liderança, demonstrando a transferência da responsabilidade para outro, por vezes nos moldes do líder forte.

Quadro 14 – Transferência para o outro da responsabilidade da tomada de decisão e o líder forte

(...) uma falta (...) de organização, de um interesse maior da população, precisa (...) de se firmar como liderança, né... de uma pessoa buscar essa... a questão de uma liderança, de... de buscar apoios, não sei... mas acredito que aqui, aqui é muito difícil. Aqui não existe, não existiria. (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 771)

(...) teria que alguém enxergar e tomar uma decisão de, de uma liderança, de se tornar uma liderança, comunitária, do bairro ou o que seja, entendeu? Pra que as pessoas entendam que é necessária essa questão da... de uma associação, ou o que seja, de um grupo, ou... pra que se gere essas discussões para que se busque soluções para esses problemas, principalmente do bairro. (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 835)

<p>(...) mas você sabe que poderiam se tornar líderes efetivos, vamos dizer assim, que poderiam – entre aspas – inflamar, aguçar essa questão das pessoas de buscar essas questões (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 976)</p>
<p>(...) que é o interesse (...) da própria população, a população sabe que tem um problema... um exemplo, estoura um cano de água, que no caso a Embasa devia consertar, já aconteceu isso na via principal, que no caso é a Estrada das Barreiras, e eu passo sempre pela Estrada das Barreiras todos os dias... eu fiquei acho que... umas duas semanas passando pela Estrada das Barreiras e a água estava jorrando... eu pensei, meu Deus, será que não tem ninguém que ligue pra Embasa pra dizer que esse cano estourou e que essa água está sendo desperdiçada? Tipo não só eu provavelmente não vi, não vi, só vi aquilo ali, várias pessoas transitam por ali, então várias pessoas viram aquilo ali, mas ninguém talvez tenha dado uma... tomado uma providência (...). (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1435)</p>
<p>(...) a gente vê os conflitos que têm no bairro, conflitos de interesses... eu quero que tenha linhas de ônibus no meu bairro, mas parece que as pessoas não querem... Porque recentemente haviam cinco linhas de ônibus, agora só tem três, eu me pergunto, onde é que está a organização? Onde é que está a coletividade das pessoas? Que não... ninguém tá vendo isso... não é uma melhoria, nós estamos regredindo (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1761)</p> <p>Mas eu acredito que mesmo... e assim, o povo reclama demais, todo mundo reclama, todo mundo é crítico, mas ninguém faz nada, vai chegar um que vai chegar pra fazer, tomara... com fé em deus (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 2033)</p>
<p>(...) mas... se tivesse os líderes, que não precisava a população tá, é... tipo... é, é... um líder comunitário, facilitava sim, com certeza, as duas mesmo, que fosse até uma, mas se tivesse os líderes dentro da, da, da... os líderes dentro da associação, por quadra, ou o que for, que aí daria pra resolver os problemas, até com uma, a população ia chegar... (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2388)</p>
<p>Mas, assim, eu acho que esse tipo de coisa tem que vim da própria população, esse tipo de mudança tem que vim da própria população, mas, pra que isso aconteça, tem que ter líderes, tem que ter cabeça pensantes, tem que ter pessoas que estejam ali, é... coordenando, entendeu, e isso a gente tem que cobrar mais da associação de moradores, porque tem pessoas aqui no bairro que pensam no melhor do bairro, mas não tem como, não acha apoio. (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4139)</p>
<p>Eu tenho conversado e tenho até escutado umas ideias interessantes, mas tá faltando pôr em prática, eu acho que tá faltando uma voz no bairro, alguém com forte representatividade na prefeitura, pra poder transferir a falácia em ação. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4828)</p> <p>(...) como meu lado político ainda não é forte, não tenho muito conhecimento na área de política, como funcionam as coisas (...) eu ainda não estou preparado, eu posso (...) fazer o que eu tô falando, né, propor medidas pra essas pessoas tomarem atitudes, mas eu mesmo tomar iniciativa (...) quem sabe, né, futuramente (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4906)</p> <p>Não tenho e também no futuro eu acredito que eu não vou ter, porque eu tenho outros objetivos de vida. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4959)</p>
<p>(...) precisa de alguém que norteie, né, precisa de alguém que lidere alguma coisa, que oriente alguma coisa, porque tudo que acontece lá é ideia de alguém, alguém que tomou a frente pra fazer (...) então eu acho que ela seria um bom exemplo... de, de... de quem pudesse tomar a frente disso, né, de quem pudesse orientar, organizar, né, nortear as pessoas mesmo sobre o que fazer e de como fazer, apresentar alguma coisa, ou ouvir as próprias pessoas do que poderia ter sido feito, eu acho. (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 6137)</p>
<p>Rapaz, eu sonho com o dia que o Rio Sena tenha uma pessoa que... porque eu acho que até poderia ser eu, mas eu acho que não sou uma pessoa de testa de frente, eu não sou, não sou pra isso, eu sou... se tiver projeto, eu vou lá, eu vou acompanhar, eu vou dar força, vou trazer pessoas, mas pra... pra ter iniciativa, pra ser testa de frente eu não me vejo como essa pessoa, mas eu sonho com o dia que o Rio Sena tenha essa... esse líder, o que mais falta lá no Rio Sena é isso, é um líder, que vise os problemas do Rio Sena, vise as soluções pros problemas e passe pra comunidade de uma forma que chame a atenção dela, porque eu acho que falta isso, chamar atenção, dar aquela sacudida como você dá em criança quando você quer chamar ela àquela realidade, acho que tá faltando é isso, com certeza. (Entrevistada do bairro de Rio Sena, l. 8756)</p>
<p>Então o pessoal tá muito naquela questão de... atribuir ao outro a função que cabe a ela também. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9809)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

A fala do entrevistado morador da Boca do Rio resume bem a essência do quadro 14. Nossos entrevistados – de forma geral – não refletem a situação social de Salvador, como foi falado no segundo capítulo deste trabalho de tese (nível de renda, educação formal, situação de moradia, entre outros), todavia, não conseguem refletir que um processo de participação social nas decisões a serem tomadas na cidade (a partir do exercício de pensar o próprio bairro) deve contar com a mobilização de todos ou a maioria dos moradores, sem que se transfira a uma pessoa o papel de decidir. Quando questionado se existiria interesse pessoal no envolvimento com as atividades de planejamento caso elas existissem no bairro de uma forma mais ideal, o morador do Engenho Velho da Federação nos espanta com uma resposta negativa preenchida com preconceitos implícitos. A entrevistada moradora do bairro do Rio Sena faz uma tentativa de se colocar pessoalmente, interrompida por uma ideia de que a liderança precise ser uma pessoa com características que ela não possui. Evidentemente que não são todas as pessoas que possuem características de lideranças mobilizadoras, trazendo a nomenclatura de Nunes (2006), mas o que Lua nos indica como aspectos esperados de uma liderança são encontrados no líder forte.

Alguns relatos, porém, trazem a necessidade de líderes mobilizadores, segundo características apontadas, outros indicam uma mistura dos dois tipos de lideranças apresentadas por Nunes. Há uma emergência de se distinguir, com os moradores, as características de cada um e os riscos que trazem os líderes fortes. Apenas a moradora do bairro de Dom Avelar refletiu sobre o conteúdo da sua fala durante a entrevista, que vinha no sentido de apontar o outro como responsável e autoisentar.

(...) agora que eu estou prestando atenção, menina, eu sou muito ausente, né? É sério... é mesmo... É uma coisa que a gente... assim, eu, a gente não, eu, no caso, nunca prestei atenção, porque é muito fácil você falar, né, do que tá errado, do que... né, reclamar, dizer o que falta, não sei o que, mas essa coisa mesmo de tomar iniciativa, de fazer, ou de me preocupar em procurar quem é que faça, eu não tenho essa iniciativa, agora ficou muito claro pra mim, você fazendo as perguntas, ficou uma coisa muito clara pra mim, que eu não tenho essa iniciativa, né... talvez... o comodismo que eu falo do bairro também é meu, né, de... de não fazer nada, só reclamar e não... não tomar uma atitude também de iniciar alguma coisa. Eu não sei nem o que seria pra iniciar, de como seria pra iniciar, mas eu acho que precisa, né, talvez eu tenha que despertar pra esse lado também. (Rosângela, Entrevistada do Bairro de Dom Avelar, Apêndice A, l. 6165)

Outra análise importante de ser feita no sentido da transferência da responsabilidade para o outro, que tem fundamento na busca de soluções para os problemas do bairro e não no pensar o bairro para o futuro, gerindo problemas e prevenindo outros, pensar em potencialidades, etc., é a da necessidade da figura de um representante político do bairro,

normalmente um vereador. Além de demonstrar ignorância em relação ao papel do vereador, os entrevistados esquecem que afirmaram que tais políticos aparecem no bairro a cada quatro anos, no período eleitoral. Definitivamente não se tem consolidada – entre os moradores – a ideia de que a solução para os problemas deve partir do lugar. No quadro 15 estão expostos os relatos

Quadro 15 – Necessidade da existência de figura política representante do bairro

<p>(...) o bairro de São Tomé precisa melhorar, a gente passou aqui um período, sempre sempre tem candidatos a vereadores aqui, a gente passou aqui oito anos com o vice-prefeito, que na época era Marcos Medrado, era vice-prefeito de Imbassay, e... às vezes parecia que ele nem morava aqui, que ele nem era daqui, nunca tinha vindo aqui (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 158)</p> <p>A gente aqui hoje tem um representante, vereador eleito, que é Atanásio. (...) já que ele tá aqui, conhece, ele pode chegar lá e falar e mostrar como tá a realidade daqui. Então... é... isso que é necessário, a população ter acesso, então se a gente não tiver o acesso realmente necessário a gente chega pegando pelas beiradas, pelos cantos, que nesse caso, através de um vereador, através de uma associação (...) atualmente é os dois vereadores que tenho assim uma aproximação maior que eu posso chegar mesmo na casa e bater na porta, entrar, Atanásio e Hilton. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 367)</p>
<p>(...) e de uma representatividade também na câmara, na câmara municipal, essas coisas... com a ligação um pouco maior, né, com o poder público, em Praia Grande não existe. (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 735)</p> <p>Às vezes você até tem uma certa representatividade, às vezes... um vereador, um secretário, alguma coisa, sai aqui do bairro... né... mas, a partir do momento que ele exerce um certo tipo... um poder, vamos dizer assim, que ele exerce um poder, ele meio que totalmente esquece da situação do bairro... (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 794)</p>
<p>Quando o rapaz que começou a fazer a campanha aqui, Marcelo Maia, tentou se eleger, todos sabem que a gente não tem uma pessoa aqui no bairro que seja os nossos ouvidos e as nossas bocas, não é, os nossos olhos. Mas mesmo assim eles elegeram pessoas que não tinham nada a ver, entendeu, nem aparecem (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4068)</p>
<p>(...) inclusive agora a gente tem um suplente de vereador, que poderia levar voz, pro bairro, e eu não vejo isso acontecer (...) eu não vi modificar nada, as coisas continuam do mesmo jeito... então... e deveria ter, ter tido essa modificação porque é uma pessoa que está lá, na câmara, né, é uma pessoa que tá lá, na câmara... é uma pessoa que tá lá, é uma pessoa que tem voz, é uma pessoa que sabe, mora lá no bairro, então ele sabe dos problemas, ele conversa com as pessoas, todo mundo vai até ele, inclusive, as pessoas vão até ele, inclusive, dizer o que precisa, o que tá faltando, o que não tá faltando e no entanto eu não vejo efetivamente a associação fazer o papel que deveria fazer. (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 6062)</p>
<p>(...) o diálogo teria que ser o que, com alguém, algum representante, né seria a associação, no caso, do bairro, né, os moradores... ou até mesmo algum representante que seria o que o político do bairro, né, o vereador... que se voltasse a essas questões pra tentar intermediar o... os problemas, né. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6952)</p>
<p>(...) a gente não tem representatividade, a gente não tem um vereador que a gente... que a gente conheça, assim, que foi pra representar Cajazeiras, assim, é bem complicado a questão de... da sua temática, planejamento e a relação disso com o bairro, a gente não participa. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7466)</p>
<p>A gente tinha que ter alguma representação, né... eu sei que nem todo bairro de Salvador tem um vereador, tem um deputado, seria impossível, porque nem... caberia... mas, assim, Valéria precisa por ser... é... ser vista com maus olhos, por ser distante, por ser um lugar que já é muito marginalizado, que já é muito visto de forma negativa, então ele precisava disso pra ser também visto, percebido, como um lugar que moram pessoas comuns, né, que evoluem, que crescem (...). (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7827)</p>
<p>(...) acaba perdendo o fôlego, porque... assim, é... não tem uma representação dentro da política, né, acaba não... acaba chamando um pouco de atenção (...). (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9273)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O morador do bairro de Praia Grande ao mesmo tempo que afirma a necessidade informa que o bairro já teve representação na política, mas os mesmos ‘esqueciam’ o bairro após eleitos. Amanda, moradora do bairro de Valéria, justifica com a marginalização do bairro em relação à cidade a necessidade de uma representação na Câmara Legislativa, tendo apontado a inviabilidade de existir um vereador para cada bairro.

O sentido de trazer os lugares de periferia como ponto de partida – e também de chegada – para o planejamento participativo é exatamente o de fazer entender que esses são os que mais necessitam de transformação social e que esta apenas poderá ser alcançada por meio dos próprios lugares. Assim como qualquer movimento contra discriminações sociais, a exemplo do negro e do feminista, o empoderamento deve começar pelos diretamente afetados, no nosso caso, os moradores dos bairros periféricos de Salvador. Este trabalho não demonstrará receitas, mas buscará contribuir para a elucidação de caminhos, que tendem a ser longos e árduos, devido aos inúmeros obstáculos que naturalmente surgirão.

Nossos diálogos com diversos lugares da periferia de Salvador e com a literatura que busca elucidar o lugar enquanto conceito, que disporemos na próxima seção, vêm no sentido de apontar dificuldades, mas, principalmente, de descobrir os lugares e suas potencialidades, por meio dos seus sujeitos. Lugares que, como vimos no capítulo anterior, reclamam ser abandonados pelo poder público, que, por sua vez, se apresenta com ações incipientes.

Outros diálogos com os lugares

Nossa proposta com esta seção é alimentar as justificativas e trazer elementos também teóricos que indiquem limites e potencialidades da consideração do lugar para efetivação do planejamento participativo. Para tanto serão enfatizados conceitos e características inerentes ao lugar a partir de nossos diálogos com autores de diversas correntes teóricas e com nossos entrevistados, admitindo que a aproximação à diversidade que se apresenta no estudo dos lugares apenas é possível por meio de uma análise que se proponha igualmente diversa.

Se o espaço geográfico é uma construção social e histórica, se os processos que originam formas-conteúdo se dão nas mais diversas escalas, interessa-nos a compreensão da espacialização desses processos, que, segundo Santos (2006), acontece no lugar. O lugar torna-se condição de realização da produção do espaço – de forma geral – produzindo e reproduzindo meios para continuidade da lógica de acumulação e, muito especificamente, de

forma local, por meio das vivências cotidianas (relações sociais) particulares. No contexto das periferias urbanas, tais especificidades ganham valor importante, uma vez que são espaços que necessitam de transformações urbanas (no sentido de acesso a bens e serviços e moradia digna, o que afeta diretamente as condições de habitabilidade), mas que necessitam também conservar uma identidade historicamente construída a partir das relações próximas, intrinsecamente vinculadas às distantes, numa relação dialética. Essas transformações, inteiramente ligadas ao contexto de justiça social, apenas podem ser consideradas como tais caso toda e qualquer tomada de decisão venha do seu coletivo, dos sujeitos sociais que engendram as relações próximas, histórica e estrategicamente excluídos (e, dialeticamente, incluídos de maneira marginal) na sociedade, econômica e socialmente. Realidade distante do que nos apresentaram os relatos de entrevista deste trabalho de pesquisa.

Para Tuan (2013), o “espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p. 167). Tais significados apenas se dão em plenitude para seus sujeitos e, parafraseando Berdoulay e Entrikin (2014), oferecendo menor valor ao conteúdo ‘objetal’. Tuan nos oferece vários aspectos que caracterizam o lugar, dentre os quais destacamos “uma pausa no movimento” (TUAN, 2013, p. 169) e a permanência. O sentido de pausa, para nós, não significa necessariamente lentidão e, menos ainda, estagnação, o que seria contraditório ao lugar espaço geográfico, no qual está intrínseca a ideia de processo. Dialeticamente, a pausa não explica o lugar, mas é necessária à sua realização. O lugar, para Massey (2000), “é absolutamente não estático. Se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos” (MASSEY, 2000, p. 184).

Tuan ainda nos exemplifica o lugar contextualizando-o com os nômades, segundo Tuan, “o mundo do nômade consiste em lugares conectados por um caminho” (TUAN, 2013, p. 221). Por não entendermos que, no trajeto, os nômades se desvinculam de identidades e sentimentos de pertencimento, arriscamos que os nômades carregam o lugar para outros espaços. O lugar do nômade não está apenas no local onde temporariamente se fixa. O mundo nômade se espacializa na passagem e não se pode negar sua ideia de lugar muito mais em um fluido que em um fixo. Com o exemplo do nomadismo queremos colocar a ideia de que o lugar está nos seus sujeitos, e, quando falarmos em perda do lugar, por exemplo, não estaremos nos referindo ao meio físico, sim às relações instituídas pelos sujeitos em suas vivências em determinado meio, seja natural ou construído.

O espaço social que nos traz Bourdieu (2008) é construído e reconstruído pelos sujeitos, tal construção, no contexto do lugar, se dá por meio / sobre / sob / por conta de

relações socioespaciais engendradas em escalas geográficas maiores e em conjuntura social completamente heterônoma. Entretanto, ao acontecer, tais arrolamentos encontram-se com as subjetividades das relações próximas, que, conflituosamente, refletem a hierarquia social imposta e imprimem seus aspectos como forma de resistência e expressões de identidade.

Importa destacar que o enfoque no lugar não nos fará perder de vista o pano de fundo que, embora não o defina, o condiciona: a sociedade hierarquizada, heterônoma, resultado e condição para a acumulação de capital. Nossa tentativa, contudo, vai ao encontro da ‘desnaturalização’ da lógica histórica, trazida por Bourdieu. O lugar é aqui trazido como espaço ímpar por escancarar diferenças e por ser ponto de partida para transformações.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). (BOURDIEU, 2008, p. 160, grifos do autor).

O lugar explicita essa hierarquia ao passo que espacializa as diferenças e as resistências sociais e cria identidades. É também a partir do lugar que se pode lutar contra a hierarquia, distinguindo diferença e desigualdade social. Através da análise do lugar é possível apreender os processos engendrados em escalas geográficas maiores, perceber os principais agentes sociais envolvidos em tais processos e, fundamentalmente, o lugar nos permite pensar em estratégias de melhor inserção dos agentes sociais desfavorecidos nos processos tomadores de decisão. Trata-se de um movimento complexo de percepção da totalidade do lugar como particularidade, reflexo e condicionante da totalidade na qual o mesmo está inserido. Ao mesmo tempo é nesse lugar que habitam os sujeitos – não excluídos do processo – mas inseridos de maneira desprivilegiada, sujeitos que mantêm a acumulação e concentração de força apenas pelo fato da existência e sobrevivência.

Sobre o efeito de naturalização social trazido por Bourdieu encontramos evidência no discurso do entrevistado da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga, quando o mesmo tenta justificar a diferenciação social e infraestrutural entre os bairros pelos seus históricos de surgimento, numa clara tentativa de neutralização do papel do Estado. “E aí às vezes a pessoa fala assim ‘ah no bairro nobre tá tudo bonitinho’, porque o bairro nobre foi instituído dessa forma, né, ele já tem o asfalto dele, ele já tem a drenagem, já tem o sistema de esgoto, já tem tudo ali funcionando, então a gente só faz a manutenção (...). (Alessandro, Entrevistado da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga, Apêndice B, l. 12123).

Faz-se relevante o esclarecimento do que entendemos ser a escala geográfica do lugar, ou o ‘tamanho do lugar’. “Por se constituir de um centro de significados espaciais ou pessoais ou intersubjetivos o lugar não possui uma escala definida” (HOLZER, 1999, p. 74). Descartamos a delimitação rígida do lugar em termos de escala cartográfica, por exemplo, como também não limitaremos a um bairro ou uma quadra. Não nos interessa para este trabalho, todavia, os contornos específicos dos lugares. Pelos relatos de campo percebemos que nossos entrevistados identificavam diversos lugares dentro dos seus bairros, em 2008, durante as oficinas, os moradores nos demonstraram tal identificação por meio de mapas mentais. É importante mencionar, todavia, a escala geográfica reduzida que entendemos ser possível à existência da espacialização das relações sociais que caracterizam o lugar e é essa escala (e suas relações) que aqui defendemos para o planejamento. Logo, não corroboramos com a ideia do lugar cidade.

Carlos (2007a) afirma que o lugar “não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos” (CARLOS, 2007a, p. 17-18). O lugar que nos importa extrapola o limite da família (o limite do privado, porém, não o ignorando), mas não avança os limites das relações coletivas próximas ou onde será possível encontrá-las. Falar em limites do lugar significaria apreender as relações íntimas identitárias de um grupo de pessoas, sua expressão espacial, sua perspectiva histórica, que define um cotidiano mais ou menos partilhado e vivido pelo referido grupo. Mais que a delimitação, contudo, nos importa a expressão espacial da identidade e da vida cotidiana.

A aproximação do lugar ao planejamento com o intuito de torná-lo progressivamente mais efetivamente participativo visa e depende da desconstrução e reconstrução das relações entre a reprodução do espaço e a reprodução da vida. Neste contexto o Estado aparece como agente de papel essencialmente relevante, uma vez que atua como regulador das relações sociais e legitimador da acumulação de capital em detrimento da valorização da vida humana. O planejamento participativo, por sua vez, aparece como instrumento de potencial transformação das coisas, mantendo o Estado como regulador e legitimador, mas potencializando os sujeitos sociais produtores e reprodutores da vida.

Organizamos nossas ideias por meio da subdivisão da presente seção em partes temáticas que caracterizam os lugares e seus contextos e nos auxilia na tentativa de compreensão do lugar enquanto práxis, conceito e, acima de tudo, totalidade, assim como nos ajuda na sua aproximação com o planejamento. Os temas são o lugar e sua relação com o

mundo, o lugar e a vida cotidiana / mundo vivido, identidades e pertencimentos, a perda e os aspectos do lugar.

O lugar e o mundo, o mundo e o lugar

A primeira temática que consideramos relevante ao estudo do lugar é a sua intrínseca relação com o mundo. De acordo com Santos (2006), “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar” (SANTOS, 2006, p. 338, grifos do autor). “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 1993, p. 204-205) e “se [re]produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (CARLOS, 1993, p. 303). O lugar é também espaço de conflitos e de resistências, gerados pelo fato da sua capacidade de espacializar o todo e ao mesmo tempo o particularizar a partir das relações sociais nele estabelecidas, estas que são condicionantes e condicionadas pela criação contínua de formas-conteúdo. Processos, formas-conteúdo, estruturas, totalidade, intencionalidades... são e estão no lugar.

Santos (2006) chama atenção ao fenômeno da globalização e afirma que “para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista”, citando Maria Adélia de Souza o autor nos coloca que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. (SANTOS, 2006, p. 314). Ainda nesta perspectiva, Santos baseia-se em Zdravko Mlinar e traz o lugar “como intermédio entre o Mundo e o Indivíduo”, segundo Mlinar, “a lógica do desenvolvimento dos sistemas se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e à globalidade” (SANTOS, 2006, p. 314). O autor nos deixa clara a perspectiva de que o lugar não se explica por si e seu movimento está intrinsecamente ligado ao movimento de um todo mais amplo e complexo, como fica claro na última frase do livro em destaque: “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 339).

Nossa imersão no estudo do lugar e valorização de elementos como experiências cotidianas e aspectos identitários, por exemplo, podem caracterizar, erroneamente, seu isolamento ou autossuficiência. Porém, a perspectiva dialética da análise do lugar, no contexto da periferia urbana, não permite tal interpretação. O lugar não se explica sozinho, mas tampouco é explicado exclusivamente por definições e processos externos. A compreensão do lugar se dá a partir dele em direção ao todo e se completa apenas após o caminho inverso. Assim, o espaço só é lugar

quando há os planos da vivência e da experiência cotidianos.

Em outra análise Santos nos coloca que hoje “certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2015, p. 161). Exatamente pela espacialização do mundo no lugar se dar de maneira particular, por cada lugar ser diferente do outro e por guardar, subjetivamente, aspectos do mundo, entendemos que é no lugar – nas suas particularidades – que estão as ferramentas para transformações sociais. Assim, discordamos que existe um valor a mais na consciência do mundo através do lugar em relação à consciência do lugar, inicialmente por uma não existir sem a outra e, finalmente, pelo alcance da justiça social apenas ser possível a partir da consciência de lugar, que passa pela consciência do mundo a partir do lugar, mas não se finaliza nela. Justificamos com as próprias palavras do autor.

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história, e apontá-lo é a grande tarefa dos geógrafos neste fim de século. (SANTOS, 2015, p. 163).

A possibilidade de construção – pelos lugares de periferia – de uma história diferente daquela imposta pelos agentes hegemônicos é exatamente o que nos impulsiona. A tese defendida neste trabalho de pesquisa caracteriza esta possibilidade, delimitando-a enquanto práxis segundo uma das expressões espaciais de uma totalidade mais complexa.

Ainda que os eventos espacializados tenham as mais diversas origens, existe um protagonismo do sujeito no contexto da construção do lugar e da sua identidade, que caracteriza o próprio sujeito. Todos os eventos (processos) se localizam, mas nem todos são diretamente incorporados no e como lugar, uma vez que tal espacialização está condicionada aos aspectos íntimos, como os sentimentos de pertencimento e relações de vivência do sujeito e do grupo.

Fenômenos globais como a criação de vetores de crescimento, valorização e conseqüente verticalização da cidade, que beneficiam diretamente o mercado imobiliário, se espacializam – diretamente – na criação de formas-conteúdos caracterizadas por condomínios fechados, arranha-céus, vias de ligação, entre outras. Esses vetores de crescimento atraem uma parcela da população que busca por condições mínimas de moradia, criam-se também espaços de solidariedades, identidades, conflitos, ou seja, constroem-se lugares. É imprescindível para a apreensão daqueles lugares a compreensão do contexto com o qual seus

surgimentos se deram, assim como seus fundamentos. Porém, a transformação socioespacial necessária a estes lugares apenas é possível a partir da compreensão do próprio lugar, seus sujeitos, relações, coletividades, conflitos, identidades... Usando deste mesmo exemplo prático podemos compreender que lugares autônomos e conscientes podem intervir no contexto maior da cidade, impedindo a criação de vetores de crescimento, uma vez que as cidades poderão ser pensadas por meio de planos menos abrangentes, construídos e aprovados por todos os agentes sociais (o que demanda o desenvolvimento de comunicação horizontalizada).

As ações de transformação dos/nos lugares não dispensam a compreensão do todo, entretanto, não dependem exclusivamente desta, uma vez que apenas poderão ser executadas por meio da força das coletividades, ou seja, através dos sujeitos e sua consciência espacial de lugar⁵. A ausência ou incipiência de coletividades diagnosticada nas entrevistas, decorrente de fatores como excesso de violência e a cooptação de lideranças, são estratégias para a manutenção do *status quo* por meio da desestruturação dos lugares. O quadro 16 demonstra relatos de falta de coletividades sentida nos bairros pelos moradores, impedindo inclusive a possibilidade de, internamente, boas decisões serem tomadas para o bairro, caso fosse possível.

Quadro 16 – Ausência de coletividades nos bairros

<p>Ontem mesmo eu tava conversando com uma vizinha, ela falou essa questão ‘ah, em Praia Grande todo mundo... não existe união, existe aquela questão da individualidade’, né... e é o que realmente você percebe aqui. (...) ‘Ah, eu preciso de um asfalto na minha rua’, só vou brigar, falar, falar, mas eu não procuro saber ao qual canal eu posso, né... solicitar... (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 737)</p> <p>(...) hoje as pessoas estão muito como eu lhe falei, as pessoas estão, hoje, acredito que estão muito individualistas (...) elas não pensam no coletivo... Então, se eu moro nessa casa e o esgoto tá passando lá na frente do vizinho (...), não é problema meu, o vizinho que resolva. Né... eu não acredito que exista essa coisa ‘ah, eu vou tentar ali sentar junto com, com o vizinho, ajudar a resolver o problema, porque melhorando pra ele vai melhorar pra mim também, mas não, aqui essa questão do individualismo é muito forte, né... se o coisa tá lá na frente do vizinho o vizinho que se dane, que se vire, que se conserte, procure os direitos dele, ou o órgão, o que seja, pra poder resolver a situação dele. (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 821)</p>
<p>Acho que aí é a cultura do individualismo, cada um olha e cuida do seu e cabou. (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1593)</p>
<p>(...) é pensar no coletivo, como eu te disse, por isso que as pessoas não estão preparadas. Porque elas não pensam no coletivo, coisas assim, coisas de saúde, básicas... é procurar saber como o outro está. Porque vivendo em comunidade é pensar realmente no outro, é a comunidade, não sou eu, Valentina, eu estou em comunidade, em sociedade. Então, se eu não tivesse aqui não existiria meu bairro, o coletivo (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1989)</p>
<p>Mas eu vejo muito apático, entendeu... o coletivo ele... por besteira, por intolerância, por... sabe, você não respeitar o espaço do outro, então você tá perdendo a coletividade do bairro, que é o principal, pra você... a força pra você reivindicar tudo. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3914)</p>

⁵ Ao nos referirmos à consciência de lugar

Então... quando dói em você é que você toma consciência de fazer alguma coisa. Então eu acho que esse é o grande problema. (...) Não se preocupam muito, acho que essa é a palavra correta, as pessoas só se preocupam quando está interferindo na vida particular delas, então, por exemplo, a questão do transporte, se parasse de ir até o final de linha o ônibus, com certeza iria ter uma mobilização maior. (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4449)
(...) a prioridade das coisas, talvez pra quem tá ali naquele lugar certas coisas podem ser prioridades pra elas e talvez sejam desejos individuais que sejam levado em conta e não o bem da comunidade em si. Eu acho que quando as pessoas propõem coisas elas pensam nos próprios problemas, digamos assim, e não no coletivo. (...) Talvez essas sugestões que pudessem ser da comunidade possam ser problemas que não são coletivos, que são individuais (...). (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5624)
(...) eu acho que em Valéria, com relação aos problemas que a gente tem aqui, não melhora porque não existe essa coletividade, existe assim, cada comunidade pensa em si, porque... não pensa no problema de uma forma geral, não se junta pra decidir, é... buscar, né, melhorias, tudo, não existe isso, não existe essa questão com relação a Valéria. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7751)
Coletividades eu não vejo muito lá (...). (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9710)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

Os relatos do quadro 16 são resultado da maior influência do mundo ao lugar, em detrimento das relações próximas, de um urbano que se impõe enquanto processo quase opressor. Não é um resultado direto de uma ação específica, mas as pessoas estão pensando cada vez mais em si e no espaço privado da casa, o urbano individualista se sobrepõe ao rural do coletivo guardado nas origens desses sujeitos. O cotidiano intenso, dificultado pela qualidade do transporte público, o desencanto com relação à política – notadamente a partidária –, a limitação do acesso ao bairro decorrente da força exercida pelo tráfico de drogas, a atração por consumo de objetos tecnológicos e a maior capacidade de aquisição, a melhoria relativa das condições de vida, que está associada à redução da pobreza, são exemplos concretos de justificativas para a ausência ou incipiência de coletividades e ampliação das individualidades entre os sujeitos.

Um dos elementos destacados na perspectiva da compreensão da relação entre o lugar e o mundo é o plano econômico, a produção capitalista do espaço. Carlos (2015) salienta a relevância da superação da análise restrita ao plano econômico, no contexto da reprodução do espaço e da prática socioespacial real, para a compreensão do lugar. Para equilibrar os planos econômico e social, os elementos a serem considerados devem emergir do que caracteriza o lugar, a exemplo da vivência cotidiana e da identidade, por meio dos seus sujeitos. O lugar no/do mundo espacializa as relações entre os elementos e categorias do espaço trazidos por Santos, como também a hierarquia e desigualdade sociais decorrentes dessas relações. As transformações sociais necessárias ao lugar apenas são possíveis se protagonizadas pelos sujeitos que dinamizam essa espacialização, os moradores do lugar, com suas vivências e contradições.

Focalizando a sociedade como sujeito da ação consciente, o Estado como aquele da dominação política, o capital em suas estratégias objetivando a sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, que são o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, tais como o mercado imobiliário), e, por fim, os sujeitos sociais que, em suas necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. (...) Essa prática, que envolve toda a sociedade, concretiza-se no plano do lugar, o que, certamente, inclui outras escalas e expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de uso. (...) A análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da *produção do espaço* restrita ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria. (CARLOS, 2015, p. 70-71, grifos da autora).

O significado do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria é a importância da espacialização das relações sociais direta ou indiretamente envolvidas nos processos de produção (seja de mercadorias), seja a ação do trabalho que produz seja a ação que produz relações diversas em diversas escalas, nos importa a espacialização decorrente do agir humano em coletividade.

Para Carlos (2008), “a condição de realização do mundial é o plano do vivido e do lugar. Portanto é na ‘ordem próxima’ – aquela do cotidiano e do lugar – que se projeta e concretiza a ordem distante, fato que revela a indissociabilidade local-global”. (CARLOS, 2008, p. 42, grifos da autora). A autora relaciona ainda o plano da vida cotidiana à produção e ao consumo de mercadoria como modeladores das relações sociais.

O plano da vida cotidiana – no lugar – como produto direto da reprodução do capital, revela o mundo da mercadoria que se generaliza invadindo e colonizando a vida cotidiana, mediando as relações sociais e redefinindo-as a partir da criação de modelos e padrões estipulados pelo consumo da mercadoria enquanto símbolo definidor das relações. Se a sociedade urbana aproxima homens e lugares, cada um com sua especificidade, cadência, unidade e ritmos, esta aproximação encontra-se influenciada e cada vez mais influenciada por padrões outros que se impõem de “fora para dentro”, pelo poder da constituição da sociedade de consumo que cria modelos de comportamento e valores (que se pretendem universais), impostos pelo desenvolvimento da mídia, cujo papel na imposição de padrões e parâmetros para a realização da vida é central. Esse é o plano da reprodução e tal processo revela a lógica da acumulação nos dias atuais. (CARLOS, 2008, p. 43, grifos da autora).

Ademais, Santos não deixa de mencionar a importância do estudo do cotidiano e o contexto do mundo vivido, categorias que, ao lado da identidade, nos levam a uma maior aproximação dos lugares pelos seus sujeitos.

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente invisível, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização

minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema do mundo. (...)

Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada pela consideração do cotidiano (...). Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo. (SANTOS, 2006, p. 314-315).

Santos chama atenção para a existência de uma dimensão espacial do cotidiano, que, segundo o autor, seria uma espécie de quinta dimensão do espaço geográfico. Neste contexto, o autor envolve a importância da materialidade, “que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (SANTOS, 2006, p. 321), a forma (que possui conteúdo, devido à intencionalidade da ação humana que a criou) é informação e propõe informação. Esse movimento de construção e reconstrução se dá no mundo e se materializa no lugar. Nossa preocupação aqui é com as materializações possíveis que se dão nas periferias urbanas, espaços que, contraditoriamente, mantêm e são marginalizados no contexto do processo de produção do espaço e, mais especificamente, com as condições impostas, pelo mesmo processo, aos sujeitos sociais moradores das periferias.

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum, Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p. 321-322).

Santos (2006) segue referenciando o agir comunicativo habermasiano – com o qual nos debruçaremos no próximo capítulo – relacionando sua potencialidade nas áreas pobres da cidade (embora nestas passagens não citado diretamente, o autor, em outras, referencia Habermas). As similaridades de situações sociais, afinidades econômica e cultural são, segundo o autor, fortes condicionantes para “dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional” (SANTOS, 2006, p. 324). Este conteúdo, uma vez potencializado, poderá ser ferramenta importante no enfrentamento de conflitos gerados decorrentes dos interesses distintos – no contexto do planejamento urbano – no âmbito de uma divisão social e espacial do trabalho.

A força do lugar está no que o distingue e não no que o faz comum. Assim, a dimensão concreta do planejamento a partir do lugar – tratando-se de metodologia – se apresentará ainda mais complexa. A aproximação do mundo com o lugar se dá por meio da espacialização da vida cotidiana, o não comum do lugar nos remete ao cotidiano e às construções de identidade, do que trataremos no próximo enunciado.

Cotidiano, mundo vivido, identidades, pertencimentos e suas espacialidades

Esta seção traz a essência do lugar. A possibilidade de transformação dos lugares inseridos marginalmente no contexto da produção capitalista do espaço está na presença – ou na ausência – dessas categorias de análise.

Ressaltamos que a defesa do planejamento participativo como instrumento de potencialização das ações e decisões dos sujeitos em relação aos seus espaços cotidianos não é trazida aqui como única maneira de transformar as imposições sociais – e consequentes desigualdades e injustiças causadas pela relação mundo/lugar –, trata-se de uma das linhas possíveis e necessárias. Todavia, defendemos, por tudo o que nos foi apresentado pela força do lugar, este espaço como meio único para a efetivação do planejamento participativo.

As periferias urbanas, formas conteúdo espacializadas pelos processos de periferização e segregação, não podem ser explicadas em si e seus problemas não podem ser solucionados apenas dentro dela (o que se defende é que seja com e a partir dela, uma vez que sua ausência nas tomadas de decisão apenas auxilia na perpetuação e agravamento dos problemas sociais, dado um Estado historicamente imbuído do papel de legitimador da acumulação capitalista). Carlos (2015) nos dá elementos acerca das determinações fora do lugar e suas consequências ao cotidiano, aponta o papel da mídia e coloca a situação de consumidor imposta ao sujeito.

Invadido por determinações que fogem ao lugar, o cotidiano se realiza como ordem planejada do espaço e do tempo, entre a metamorfose irreversível do espaço e os resíduos que persistem, entre o uso e a troca, sob a égide do valor de troca, para homogeneizar a vida. **Essa lógica recria a vida e, tendencialmente, destrói e destitui a história e a identidade.** Uma urbanidade fundada nos signos do consumo redefine as relações sociais. Não se trata apenas de novos objetos técnicos, mas também de uma forte estrutura midiática. O que move o mundo, portanto, é a possibilidade sempre ampliada das relações sociais que o constituem se reproduzirem (sob a lógica do capital) em sua totalidade, superando a esfera econômica para dominar todos os níveis da realidade, englobando a reprodução de toda a sociedade como necessidade de ampliação da base social de consumo; de um consumo que não se prende mais às mercadorias clássicas. **A segmentação da atividade do homem, massacrado pelo processo de homogeneização, submetido à lógica da acumulação, à linguagem e signos da mercadoria, cria a base para o desenvolvimento de sua condição universal de consumidor.**

No espaço a desigualdade social realiza-se como segregação, que é o produto mais bem acabado da existência/concentração da propriedade, da riqueza, apontando para a produção do espaço alienado, concretizando-se na prática cotidiana – a urbanização expressa-se em toda sua violência. No plano social, a reprodução do espaço urbano efetiva-se como fonte de privação: a do sujeito destituído das condições da vida, em suas possibilidades criativas e em sua alteridade. A situação decorre da reprodução orientada pelo valor de troca que se ergue contra o uso. Desse modo, a reprodução do espaço urbano, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe as condições que a fundamentam: a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados, fundados na propriedade privada em suas várias formas. (CARLOS, 2015, p. 14, grifos nossos).

Enquanto a homogeneização corrente no mundo moderno tenta fazer de um lugar igual aos demais, a vida cotidiana – como resistência – o particulariza. Assim, considerando o contexto da produção capitalista do espaço urbano, a homogeneização pode ser vista como exemplo de limite na conjuntura do lugar para efetivação do planejamento, enquanto a (valorização da) vida cotidiana uma potencialidade.

Para Lefebvre (1991), o cotidiano se define como produto e resíduo. “As formas, simultaneamente, organizam o cotidiano e se projetam sobre a cotidianidade (...). [Esta] é também tempo do desejo: extinção e renascimento”. (LEFEBVRE, 1991, p. 193). Sobre possibilidades de transformações do/no cotidiano, o autor coloca que a “exploração das situações cotidianas supõe uma capacidade de intervenção, uma possibilidade de mudança (...), que não são do domínio de uma instituição racionalizadora ou planificadora”. (LEFEBVRE, 1991, p. 199). Aqui o autor sugere relevância, para o alcance de transformações, do papel dos sujeitos sociais, das ações subjetivas e horizontalizadas. Estas ações, contextualizadas a partir da produção do espaço por meio dos seus elementos, não serão de responsabilidade das grandes firmas e instituições – estas que regulam o espaço mundial e incidem sobre o espaço local – e sim dos sujeitos moradores dos lugares, que produzem suas horizontalidades e cotidianidades. A sociedade urbana, segundo Lefebvre, “muda e metamorfoseia a partir da própria cotidianidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 202).

A vida cotidiana dá forma ao espaço vivido, este, segundo Lefebvre, é a terceira dimensão do espaço social (ao lado dos espaços concebido e percebido) e representa o mundo da maneira como é experimentado pelo indivíduo. “O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo em que é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 2007a, p. 20). Lefebvre chama atenção ainda para o conceito de cotidianidade e o papel que desempenha a filosofia na sua compreensão, salientando ser a vida cotidiana objeto da filosofia. O que o autor traz é relevante ao passo que nos recorda a importância do registro de que o que nos importa – nesse contexto – é a

expressão espacial da cotidianidade e da vida cotidiana e não expressivamente sua elaboração conceitual e filosófica.

No plano da prática social, deparamo-nos com a instauração do *cotidiano*, enquanto construção da sociedade que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchido por repressões e coações que tornam a vida a um só tempo atomizada e superorganizada, posto que campo da autorregulação voluntária e planificada. (...) (CARLOS, 2015, p. 83-85).

Carlos traz ainda o cotidiano como lugar do conflito e da reivindicação do direito ao uso. A vida urbana, para Lefebvre, “ajunta à forma da comunicação um conteúdo, uma matéria prima. A sociedade urbana não transfigura a cotidianidade no imaginário e não se contenta por iluminar a cotidianidade com uma outra luz. Ela a muda e metamorfoseia a partir da própria cotidianidade”. (LEFEBVRE, 1991, p. 202). A força da cotidianidade está contida na força do lugar.

Quando reportamos à espacialização da vida cotidiana não se trata apenas do lugar comum, da padaria, da banca, da esquina, mas também do reconhecimento de coletividades, identidades e lutas que marcam e/ou marcaram historicamente os lugares. Estes, segundo Carlos, são espaços apropriados pelos usos simples e possuem a dimensão da corporeidade.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (...)

Por outro lado a metrópole não é “lugar”, ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida /reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido, que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável – a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, – espaços do vivido, *apropriados através do corpo* – espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc. (CARLOS, 2007a, p. 17-18, grifos da autora).

Gilberto, morador do bairro de Cajazeira V, nos deu relato de um passado não tão distante que envolveu a autoconstrução de espaços de uso público na rua onde mora, atividade muito comum cerca de vinte anos atrás.

(...) na rua que eu moro, por exemplo, muita coisa foi construída coletivamente (...) a gente tem um campo de futebol, que a gente que construiu, a gente tem uma quadra de basquete, que foi a gente que construiu, uma quadra de vôlei de praia (...) dentro da minha rua, que foi a gente que construiu (...). (Gilberto, Entrevistado do bairro de Cajazeira V, Apêndice A, l. 7361).

A tríade habitante-identidade-lugar se espacializa contraditória, simultânea e articuladamente à lógica da produção do capital, sendo que suas formas-conteúdo podem ser analisadas por meio de processos engendrados em escalas geográficas maiores, a exemplo da urbanização e da segregação, mas jamais produzirá formas completamente explicadas por tais processos, uma vez que os sujeitos e as identidades não se repetem. O lugar apenas é produzido quando se tem relação social próxima. Para Carlos, “é preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso”. (CARLOS, 2007a, p. 20).

Não apenas a história geral tem influência no bairro e nas relações entre seus sujeitos. A relação entre a história do bairro e a constituição de identidade é muito representativa. Nossa entrevista não questionou acerca de um conteúdo histórico dos bairros exatamente pelo não objetivo de focar nas especificidades de nenhum deles, mas fomos surpreendidos pela naturalidade como as histórias e as lembranças compõem o conteúdo de pertencimento e de construção de identidades nos bairros, assim como o de negação de identidade e pertencimento.

Quadro 17 – Relatos das histórias dos bairros

(...) meu bisavô morava lá dentro (aponta para reserva ambiental), meu bisavô e avô (...) tinha casa de farinha, tinha roça lá dentro, tinha tudo (...) aí quanto a marinha chegou, começou a fazer especulação imobiliária, começou a separar... se tem uma lei né, nacional, que tudo que tá... a trinta metros da costa pertence à marinha, como... né... eles têm escritura da terra (risos...)... (...) aí o pessoal que morava saiu (...) veio pra cá (...) aqui não tinha nada, tinha praia, umas casinhas ou outras e aí começou a construção da base naval da marinha, que até então não tinha, aí meu avô saiu ainda criança, veio pra cá, o pessoal começou a sair... e hoje tá aí essa base naval imensa e tal. Então a população de São Tomé logo no início morava ali, na parte de lá, depois foi que veio morar aqui, aqui não tinha transporte urbano, não tinha ônibus, não tinha nada, o pessoal quando queria ir pra Paripe ou pegar o centro ia de barco ou ia andando, ou então com seu animalzinho, seu jeguinho... (...) assim... depois acho que a urbanização começou a chegar aqui na década de sessenta, sessenta/setenta, meados da década de sessenta (...). Foi quando começou a fazer a ligação pra... de São Tomé a Paripe, que aí depois virou São Tomé de Paripe (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 114)

Porque como eu te disse antes de começar, as Barreiras ela funcionava, funciona como funcionava os interpostos comerciais antigamente, ela é uma via e aquele entorno foi ocupado, ela não tem início nem final, ela tá ocupando um entorno... você não tem um... um... como... quando você pega um ônibus, ‘ah, eu vou parar no fim de linha’, Barreiras não tem fim de linha, ela é a via, então você passa pelas Barreiras. E as pessoas resolveram ocupar aquele entorno, sem nenhum planejamento urbano (...). (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1306)

(...) meus pais são moradores do bairro desde quando o bairro começou a ser construído, né, que o bairro na verdade era uma fazenda, que foi loteada. Então, meus pais, quando chegaram pra lá, o bairro não tinha quase que nada, praticamente, poucos moradores, assim, parecendo aquelas cidades daquelas zonas rurais, que tem uma casinha aqui, outra ali (...) e era muito mato, matagal, estrada de chão, não tinha transporte, não tinha água encanada (...). (...) tinha uma bica, e a água era bem limpinha, né... a bica era conservada porque era o que

mantinha o bairro, então as pessoas compravam, tinham os meninos que viviam disso, meninos e rapazes, viviam disso, da venda de água, tinham uns que levavam o carrinho de mão, tinham outros que levavam o jegue, aí colocavam os barris dos lados na cangalha do jegue e vendiam, né... então assim, todo mundo já conhecia já, fulano da água, então todo mundo se conhecia, todo mundo se encontrava na fila da bica, quando não tinha dinheiro, ou quando não queria comprar, cada um pegava seu balde e ia pra bica, então todo mundo se encontrava na fila da bica, era um ponto de encontro (...) até bem pouco tempo o bairro era considerado assim ainda, era bem... é... pitoresco, como diz o Maria Menezes, bem tranquilo, não é, com aquele clima ainda, aquele jeito de viver, de, de... de interior mesmo, de todo mundo se conhecer, de todo mundo saber quem é (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5791)

(...) o bairro é um bairro antigo, ele se desenvolveu é... tanto ele quanto os demais bairros do Subúrbio, a partir das estações de trem, porque antigamente tínhamos... tanto é que as casas mais antigas, a maioria, estão próximas às estações de trem, seja Plataforma, Periperi, Praia Grande, então é aonde começaram, né, que as pessoas iam trabalhar e, a partir das estações começaram a ser construídas (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6919).

(...) a história do bairro é um pouquinho complicada, porque foi um bairro construído, não foi um bairro que surgiu, é... como uma vila e depois foi se transformando, é um bairro relativamente planejado e as pessoas vieram de fora pra morar lá, que foi o meu caso, minha família é de Senhor do Bonfim, por exemplo. É... e todos na minha comunidade não são de lá, normalmente são de algum interior. Então começou tudo com muito conflito, entre vizinhos, entre ruas, é... questão de gangue e tal, tudo isso aconteceu, lá em Cajazeiras. E com o tempo as coisas foram se apaziguando, as pessoas foram... as gerações foram se sobrepondo e alguma identidade foi se formando ali... e eu acompanhei toda essa... essa coisa de... de... construção de identidade dentro do bairro (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7350)

A história do Rio Sena ela falava que era um bairro de... era um caminho de ovelha, como o pessoal antigo falava, que eram os cavaleiros lá de Periperi que usava como caminho pra chegar em Pirajá com as suas mercadorias, então as pessoas (...) observava aqueles cavaleiros passar e começava a vender algumas coisas pra eles, e assim veio o interesse de moradia lá (...) o bairro tem uns cinquenta, sessenta anos (...) lá simplesmente eram pedaços de fazendas, pedaços de sítios, que foram loteando e vieram casas, aí veio a rua principal do Rio Sena (...). (Entrevistada do bairro de Rio Sena, l. 8133)

(...) mainha fala que a partir dali que começou as festas de rua do Rio Sena, que antes era só dentro dos bares, ou nas suas casas, então, quando... não sei quem foi o organizador, fez uma edificação de bambu, um bar feito somente de bambu, e ali fazia festa de largo, vinha bandas locais, meninos que começavam aprender a cantar, tocar violão, bater uma bateria, então ia lá e se apresentava, aí veio esse nome Bambu (...). (Entrevistada do bairro de Rio Sena, l. 8415)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O conhecimento da história do bairro, ao passo que aproxima o indivíduo enquanto sujeito do/no lugar, é relevante em meio aos descontentamentos e falta de coletividades que nos foram relatados. O resgate da memória é um caminho ao resgate das coletividades.

Os resultados dos trabalhos de campo, desde 2008, nos fazem apontar para a necessidade de fortalecimento dos lugares, o que significa fortalecimento de identidades, de coletividades, da vida cotidiana genuína, que muito caracterizam os espaços de periferia, assim como o resgate das histórias locais. É a partir do fortalecimento das identidades, coletividades e cotidianidades que os moradores poderão reestabelecer a relação de pertencimento – não só ao lugar, mas à cidade como um todo – e, além disso, e principalmente, pensar a cidade como um dever e um direito, a partir do seu lugar. Assim, temas como verticalização da orla ou redução de áreas verdes – amplamente debatidos na construção do último PDDU de Salvador – deixam de ser motivo de luta apenas de grupos

organizados específicos e passam a ser debate generalizado entre os habitantes dos mais diversos lugares.

O sentido do lugar, ao passo que é potencializado no contexto das tomadas de decisão no espaço urbano próximo, passa a ser meio de conscientização para apropriação da cidade como um todo enquanto uso. Passa-se a potencializar também os debates diretos entre os interessados pelas ações, por meio de uma comunicação horizontal, tendo o Estado como legitimador dos interesses capitalistas e, por outro lado, sendo chamado a intervir pelos direitos e demandas do coletivo. Trata-se de escancarar a hierarquia por meio – não de gritos isolados – mas de consciência coletiva da cidade. Mais uma vez, o sentido do lugar (da sua constituição), que, segundo Carlos, é “essencialmente coletivo”, ganha força no contexto da efetivação do direito à cidade.

A hierarquia social, por sua vez, determina o acesso ao solo urbano, que, a partir das necessidades de apropriação, produz os guetos residenciais, que revelam de forma inequívoca a hierarquia social. Nos guetos formados pelos bairros nobres, as casas e mansões tornam-se construções fortificadas como se fossem prisões, mas aqui não há identidade aparente, posto que os muros separam e isolam seus habitantes impedindo relações de vizinhança. (CARLOS, 2007a, p. 43).

Ainda que não corroboremos com o conceito de não-lugar – com o qual também não discorreremos – e sim com a inexistência de lugares em determinados espaços habitados (a impossibilidade de encontrar lugar em todos os lugares) – e um dos motivos é exatamente a impossibilidade de delimitar a ausência, seja de coletividades, identidades ou cotidianidades, principalmente entre as classes dominantes –, a fala da autora nos faz refletir, contextualizando à defesa do lugar para a efetivação da participação social, que, com tal tentativa de concretização, poderão ser incentivadas as constituições de lugares ao longo do tempo, ou seja, de coletividades, etc., nos espaços disso desprovidos.

Berdoulay e Entrikin (2014) nos esclarecem sobre pertencimento e identidade.

O desejo de pertencimento do indivíduo ao grupo e do grupo ao meio pode ser compreendido como um processo essencialmente subjetivo, que está ligado à questão da identidade: quem sou eu? Essa subjetividade não chega, entretanto, a retirar de uma problemática social a questão da identidade, no sentido de que sua resposta implica o sentimento de pertencer a uma coletividade de memória. Smith define a identidade cultural coletiva como “esses sentimentos e valores” ligados a um sentido da continuidade, da memória e da comunidade de destino, no seio de um grupo que compartilhou experiências comuns e possui características culturais comuns. (BERDOULAY e ENTRIKIN, 2014, p. 107).

O sentimento de pertencimento cria no indivíduo um laço que ao mesmo tempo em que explica sua relação com o lugar explica o próprio lugar. A propósito do que nos trouxeram Berdoulay e Entrikin, à criação de identidades são necessárias coletividades, experiências vividas por um grupo autorreconhecido, memória. Os lugares de periferia são a

espacialização dessas relações. Nossos relatos de sentimento de pertencimento e de identidade – quadro 18 – vão muito ao sentido do quem sou eu, do saudosismo, da possibilidade de construção de uma história de vida, mesmo que os sentimentos não sejam mais de permanência. Os reconhecimentos não ignoram os conflitos, o que fica claro no relato do morador do bairro de Praia Grande, quando se refere à relação de amor e ódio. Durante grande parte da entrevista Caetano buscava uma expressão que melhor caracterizasse seu sentimento de descontentamento e utilizou qualificações como rancor, além do ódio, que segundo ele ainda não alcançaram o sentido o qual gostaria.

Quadro 18 – Identidades e pertencimento

(...) ‘êta, meu pedacinho de mundo’ (...) além da identidade do local tem o pertencimento, eu me identifico muito com o subúrbio, eu me identifico muito com o local... (...) hoje eu tenho muito mais orgulho de ser de Salvador do que de ser brasileira (...) eu sou nordestina, sou da Bahia, sou de Salvador e sou de São Tomé... tem tudo isso, vai descendo os degraus até você chegar ao seu pertencimento que é São Tomé, a identidade minha aqui é forte demais, amo São Tomé (...) a identidade aqui é forte mesmo, minha família, desde a geração do meu bisavô que mora aqui. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 103)

(...) a princípio eu escolheria pertencimento, né... eu, no meu caso, eu vou completar 35 anos agora e... nunca saí daqui, então acredito que a partir desse longo tempo eu já... existe aquela coisa do pertencer ao bairro, né? Você cria uma identidade com o bairro que se mora... (...) ‘identidades’ aqui eu poderia citar a questão (...) de eu já ter criado uma identidade aqui porque eu já morei tanto no bairro de Periperi como aqui em Praia Grande, né... já morei nesses dois bairros... que é como se fosse um só, sabe? (...) assim, essa questão do, de você, você cria uma identidade no bairro, principalmente por morar tantos anos, e por conhecer tanta gente, você ganha uma identidade, você é conhecido, requisitado, às vezes... As pessoas vêm na minha porta buscar algum serviço, ou alguma coisa de... entendeu? (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 593)

(...) eu tenho a sensação que faz parte de mim, pertence à minha existência. Apesar de não viver o bairro com a mesma intensidade, eu moro aqui, gosto de morar aqui, me sinto até determinado ponto confortável estando aqui... pelas pessoas que me conhecem, né... eu não conheço muita gente aqui, mas as pessoas me conhecem aqui, então de certa forma eu me sinto segura dentro desse bairro, é... e tenho a sensação mesmo de que eu pertença a este lugar, mesmo não vivendo este lugar. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1035)

(...) eu me sinto permanente no meu bairro porque eu moro lá desde que eu nasci, eu me vejo a cara de São Gonçalo, eu não me imagino em outro bairro! Eu sei que existem ótimos bairros em Salvador, mas o meu bairro, eu não me imagino fora do meu bairro. (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1754)

FÁDIA – Você falou da permanência, eu poderia dizer então que você tem identidade com o bairro?

VALENTINA – Tenho, tenho... é o meu bairro, eu posso dizer, é o meu bairro, eu gosto de morar lá (...) e também é crescer naquilo é pertencer àquilo, é conhecer tudo, saber ó, cadê, a rua Rio Nilo, é ali, Rua Dipa, é ali... é realmente a questão de que eu me sinto bem lá. (...)

Minha história, tá toda ali. (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1810)

(...) porém, eu não tenho nenhuma vontade de sair, sabe... como até a ideologia do seu, o pensamento do seu trabalho, que eu adorei, sobre aquele lugar... ali é o meu lugar. Eu vivi ali, sabe (...) o meu pertencimento do meu bairro, sabe... amo Tancredo Neves, pela história dele, também, e... adoro, assim, o meu bairro, não vou sair, não perten... não... penso em sair em momento nenhum. Penso sim em morar lá, obviamente, a minha casa, que é uma casa humilde (...) então eu quero sair dali, mas continuar no meu bairro (...). (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2771)

(...) quando eu chego no meu... quando eu chego dentro da minha casa... é algo assim, sabe... quando eu chego no meu bairro... é algo que eu falo assim... poxa, posso entrar nas ruas, eu posso... é o meu pertencimento, é o meu lugar, é a minha casa, assim, é o meu bairro. (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2820)

<p>Ó, quando fala o lugar Nordeste vem mais uma vivência boa, a boa vivência que eu tenho no bairro, a identidade positiva, certo... Não vem um, um... uma questão do que a mídia traz, então eu... eu vejo muito assim, quando eu to assistindo uma reportagem que tá se falando do Nordeste, 'ali não é o meu lugar, que eles estão falando'... Meu lugar é muito mais abrangente, é um lugar que vivencia muito mais coisas, que tem muito mais coisas por traz, que tem muita coisa positiva por traz... isso... então eu me distancio um pouco das questões de como o pessoal fala do Nordeste... então... Então como você fala o lugar do Nordeste, o meu lugar seria o Nordeste de Amaralina, o lugar que se fala do Nordeste de Amaralina seriam essas minhas vivências boas, entendeu... com relação ao lado positivo do bairro, então seria essa... (Entrevistada do bairro do Nordeste, p. 98) Então não é o meu lugar mais, entendeu? E aí você começa a repensar se ali é o seu lugar (...) você começa a perder, tem a própria questão da feira, você vê as questões como são tratadas (...) aí você começa a repensar, assim como outros moradores já pensaram e já saíram... justamente por isso, foram buscar, né, aquilo que a gente tinha como bairro... porque hoje é difícil. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3295)</p>
<p>(...) eu tenho o Engenho Velho como meu lugar, então eu não me sinto segura em outros bairros, entendeu (...) É a questão meu lugar, minha... a minha área. (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4003)</p>
<p>(...) vou primeiro focar nessa questão de identidade, eu acho que o bairro do Engenho Velho da Federação é... por motivos culturais, ele acaba que tem uma coisa entre os moradores, uma certa harmonia entre os moradores, né, que... independente dos conflitos, que já é outro termo que voe tá utilizando aqui, acaba se sobressaindo, sobre as questões de... de tráfico, que o bairro tem, né, então essa questão de identidade ela acaba se saindo mais que os conflitos, por exemplo, né. O Engenho Velho da Federação é um dos bairros, salvo engano, é o bairro que tem o maior número de terreiros de candomblé, de Salvador. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4580)</p> <p>É, se for colocar eu, né... eu achava que era, seria o bairro em si, mas eu, se for minha relação com o bairro, né, eu já colocaria uma relação de... de amor e ódio, vamos dizer assim, de amor e ódio. Porque conflito seria o ódio, né, o que me faz ter às vezes certo rancor, né, não é a palavra, ainda não me veio na cabeça a palavra ideal pra definir... não veio. E um ponto positivo seria... no caso, a questão da coletividade, né, e a identidade. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4709)</p>
<p>(...) minha mãe nasceu lá na Santa Mônica, as pessoas conhecem minha mãe, então me conhecem e agora eu já tenho minha filha que, sabe... que conhece minha filha (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5197)</p> <p>(...) quando a gente fala assim do bairro que a gente... que a gente nasceu (...) quando é o bairro que a gente conviveu, que a gente... que a gente forma raízes, né, a gente tem uma... um... como é que eu posso dizer, um conhecimento, assim, até... a gente pertence, pronto, é um pertencimento, a gente pertence àquele lugar, e assim... vê algumas coisas, né, é triste (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5458)</p>
<p>(...) eu tenho uma relação muito boa lá, eu me mudei pra outro bairro, muito por questões familiares, e eu sentia um distanciamento, sabe... eu não sentia que eu pertencia ao bairro que eu me mudei, pra Sete de Abril, que é outro bairro periférico daqui... e aí eu fiquei três anos lá e eu não me relacionava direito com os vizinhos. Aí retornei pra São Cristóvão de novo, não sei se é porque eu convivo com as pessoas de lá desde que eu era muito pequena, e aí... você sente que é um pertencimento... que eu me sinto bem ali. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5531)</p>
<p>(...) essa coisa de voltar pra casa, quando diz voltar pra casa, eu me sinto, voltando pra casa, lá, é a minha casa, sabe... eu tenho isso no bairro (...) mesmo longe, mesmo faltando muita coisa de infraestrutura (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5905)</p>
<p>(...) com relação ao meu bairro, o que eu acho interessante é o que, é a... a convivência, né, com as pessoas, ah, o vínculo de amizade... você tem um (...) como é que se diz, como é que eu posso dizer, é... a união, vamos dizer assim, entre as pessoas assim (...) as pessoas são muito próximas, principalmente a comunidade em geral (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6702)</p>
<p>(...) a questão da identidade, né, que a gente cria com o bairro, a gente mora ali, a gente vive ali, então a gente se sente parte, né, da história do bairro, é... de cada... cada pedacinho do bairro (...). (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 9967)</p>

FÁDIA – Quando eu falo o lugar de Gilberto, o que vem à sua cabeça?

GILBERTO – Vem muita coisa boa, mais referente à saudosidade do que à realidade, entendeu... Eu venho com minhas amizades, eu venho com meus vizinhos, alguns são maravilhosos, eu venho com a minha infância, na qual eu cresci na rua, assim, brincando e me divertindo, eu tinha uma liberdade que hoje as pessoas já... já não têm... coisa que eu perdi... ô, coisa que se perdeu no lugar. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7471)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O quadro 18 é – em certa medida – um contraponto ao quadro 16 acerca da ausência de coletividades. As falas trazem memória presente de relações estabelecidas ao longo do tempo e que trazem boas recordações. Pode-se inferir os entrevistados colocaram a ideia de possibilidade de resgate de relações coletivas de outrora por meio de um saudosismo que garante ainda um sentido ao lugar. A relação entre negação e afirmação transparece um conflito não declarado entre o lugar que pode e que já foi com o lugar que é hoje, ou a falta dele. Não se pode afirmar que a essência foi completamente perdida quando existem histórias de relações que possibilitaram sentimento de pertencimento, trata-se de um processo de resistência, ainda que inconsciente. As experiências acumuladas foram suficientes à criação de um sentido.

Para Tuan, “lugares humanos se tornam muito reais por meio da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos” (TUAN, 2013, p. 217), por isso a particularidade muito define os lugares. Substituiríamos dramatização por vivência coletiva, uma vez que remete à ação e seus agentes e não a reprodutores de textos previamente produzidos ou ações previamente determinadas. O autor afirma que faz-se necessário “tempo para se sentir afeição por um lugar, a qualidade e a intensidade da experiência é mais importante do que a simples duração. (...) Estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente da de ter e cultivar um ‘sentido de lugar’”. (TUAN, 2013, p. 240, grifos do autor). “Viver anos em um lugar pode deixar na memória poucas marcas que podemos ou desejaríamos lembrar; por outro lado, uma experiência intensa de curta duração pode modificar nossas vidas”. (TUAN, 2013, p. 225).

Assim, um sujeito pode desenvolver sentimentos de pertencimento e identidade por outro lugar (participar ativamente, ou não, da sua construção/reconstrução) além do de origem/nascimento, ou mesmo substituí-lo. Normalmente esse sentimento se desenvolve por falta de reconhecimento ou mesmo negação com o lugar de moradia, não se trata de determinação. Joana, entrevistada do bairro de Barreiras, nos exemplificou a ausência de reconhecimento, “eu não sinto esse sentimento de pertencimento das Barreiras. Eu prefiro muito mais a Cidade Baixa, meu sentimento de pertencimento está muito mais ligado à

Cidade Baixa, à Ribeira, do que o Cabula, do que no caso às Barreiras”. (Joana, Entrevistada do bairro de Barreiras, Apêndice A, l. 1284).

A entrevistada do bairro de São Marcos demonstrou o distanciamento com o bairro onde morou durante três anos, notadamente devido à falta de reconhecimento com o modo de vida do bairro. Eunice não teve (por não tentar ou não conseguir) oportunidades a que permitissem estabelecer melhor relações com a vizinhança, o caso de Eunice evidencia distanciamento cultural, mas também ratifica um movimento que foi falado por outros moradores: a saída dos seus lugares de identidade por falta de reconhecimento com as relações atuais.

(...) eu sou do interior, então eu... nesses três anos que eu morei ali eu não consegui (...) interagir com o pessoal do bairro (...) os costumes, assim, (...) de educação, mesmo, sabe, porque interior, por mais que a condição financeira seja a mesma, as pessoas preocupam mais com educação, ali eu percebi que não tinha muito a preocupação com a educação (...) de respeitar, o próximo, de respeitar o vizinho (...). (Eunice, Entrevistada do bairro de São Marcos, Apêndice A, l. 7087).

Eunice é migrante recente do interior, sua dificuldade de interação reflete em primeiro lugar uma ação, a tentativa, o que não é característica marcante das consequências do processo de urbanização para o modo de vida, onde o individual prevalece. A individualidade dos novos moradores foi falada pelos moradores dos bairros do Nordeste e da Boca do Rio. O segundo reflexo é o da consequência da tentativa, que foi a falta de sucesso, que a moradora resumiu em diferenças entre os costumes. Após morar durante três anos no bairro de São Marcos, mudou-se para um condomínio verticalizado nas proximidades da Avelina Luiz Viana Filho (comumente denominada Paralela) – onde residia há seis meses –, considerado pela entrevistada como de classe mais elevada (ela chegou a dizer que não mora mais na periferia). A verticalização da moradia de Eunice, motivo principal da aparente saída da periferia, possivelmente resultará em ainda menos interação, ainda que sua fala tenha transmitido o desejo de conhecer seus novos vizinhos. Seu desejo pela coletividade poderá ser suprimido pelo cotidiano.

Os entrevistados dos bairros de São Caetano e Praia Grande, mesmo sentindo-se do lugar, com construções identitárias, não cultivam em si um sentido de lugar. Para Joana, a construção do sentimento de pertencimento tem muito a ver com o que o bairro te oferece, a entrevistada não considera que as coletividades podem alcançar conquistas para o lugar e que isso faz parte da sua construção. Todavia, construção identitária é um processo subjetivo, ainda que envolva relações sociais, necessita intimamente do sujeito.

(...) acho que esse sentimento de pertencimento é a questão do que o bairro te oferece, pra mim... e eu não vejo muito atrativo nas Barreiras, ela não tem um lugar pra você se sentar e ficar tranquilo, ela não tem um lugar pra você se divertir, que seja com segurança... não tem algo que faça você se sentir pertencente daquele local, não inspira nada que me faria ficar, continuar lá (...).” (Joana, Entrevistada do bairro de Barreiras, Apêndice A, l. 1294).

Tuan aponta ainda outra ideia encontrada nos relatos de entrevistas, que dispomos no quadro 19, o que chamaríamos de imposição exógena de uma maneira de ver o seu próprio lugar, normalmente auxiliada pela mídia sensacionalista. Segundo o autor, a “experiência pessoal cede às opiniões socialmente aceitas” (TUAN, 2013, p. 179), necessariamente alocando o lugar para posições inferiores em relação a outros lugares da cidade, mesmo pobres. Esta autodesvalorização certamente estimula a descrença na possibilidade de transformação endógena, suscita e consolida a marca de autoincapacidade.

Quadro 19 – Desvalorização do bairro em relação à cidade e consequente autodesvalorização

<p>(...) do Lobato pra cá é só periferia. E... essa particularidade muitas vezes nos marginaliza diante da sociedade de Salvador. (...) Então, é... o pessoal não agrega valor ao subúrbio, não agrega valor à população do subúrbio. (ruídos de carro passando). Então as pessoas não agregam valores dentro do subúrbio. (...)</p> <p>A preocupação mesmo que eu tenho enquanto moradora do subúrbio desde o dia que eu nasci até os dias atuais é mesmo esse olhar avesso que a população, a sociedade da cidade alta tem com a cidade baixa. Assim, eu não vou dizer que é ruim, mas tem um momento que incomoda, tem um momento que você começa a ser olhada assim... aí já tem uma outra parte, a maioria da população da cidade baixa e da periferia é negra, aí já tem uma outra demanda, que já é algo muito mais inquieto (...)</p> <p>(...) então os olhares da mídia brasileira ficavam todos voltados pra aqui, mas pra Inema e não pra São Tomé. Era como se fosse um lugar à parte (...) a praia é uma só, só que assim, tem essa separação mesmo, sabe, tem essa divisão, a partir dos muros da cidade, os muros cidade alta e cidade baixa... (...). Mas tem sim um peso de ser periférico, tem essa particularidade que só a gente mesmo que mora aqui entende, que sabe como é. Então às vezes a maioria dos sonhos das pessoas daqui é morar no centro (...) mas querem sair daqui, querem ir, mas não por conta do lugar, muitas vezes, mas por conta da visão que se tem do lugar. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 62)</p>
<p>(...) sabe, os conflitos que eu tenho, tanto os conflitos em violência e os conflitos que a própria sociedade me impõe, já... me bate, sabendo da onde é que eu vim... sabe... que eu vejo... porque quando a pessoa fala sobre Tancredo Neves, que é o bairro onde eu moro, todo mundo, até hoje, todas as pessoas dão aquele... (impressão gestual de susto) Porque Tancredo Neves em muitas e muitas e muitas estatísticas, é o bairro com índice de maior periculosidade de Salvador, Tancredo Neves, então... É algo assim que as pessoas ‘ham?’ (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2764)</p>
<p>(...) é um bairro ultramente discriminado, né... na mídia, então, de Salvador, é discriminado, nos bairros ditos de classe média a alta de Salvador, também são discriminados, Rio Vermelho, Amaralina... é... Pituba...</p> <p>(...) botar no seu currículo que mora na Amaralina porque as pessoas, por conta da mídia, às vezes coloca Nordeste de Amaralina como um bairro... é... que só tem tráfico, a... a identidade do bairro fosse ligada ao tráfico de drogas, então as pessoas às vezes utilizam no currículo, bota lá Amaralina, justamente pra ser uma forma de ser chamado. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3189)</p> <p>(...) até pelas próprias brincadeiras que se existem, né... ‘ah, pra entrar no Nordeste precisa de senha’, acho que o ser humano é muito preconceituoso com o outro (...) ‘Ah, mas é morador de lá do Boqueirão’, ‘É morador de lá da Serra Verde’, ‘é morador do Areal’, ‘fulano... sabia que fulano mora no Areal?’, como se o Areal não pertencesse ao bairro... então também tem toda uma questão também que é forte dentro do bairro. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3848)</p> <p>Eu tive um problema com a SUCOM com águas pluviais, rapaz o cara tava com tanto medo (...) De estar ali no bairro... que eu acho que ele tava perdendo até a noção técnica dele, entendeu... porque é uma barreira, então ele tinha um medo insuportável de estar ali, é como se fosse assim... é um medo de ter um tiroteio, e aí esses técnicos também e tal... Essa questão do preconceito que a mídia revela também é um embate, então você vai... os técnicos que precisam estar lá, nossa senhora... Eles fazem o papel, eles querem resolver o problema em cinco minutos, porque não querem estar naquele bairro... é uma angústia (...). (Entrevistada do bairro do</p>

Nordeste, l. 3764)
<p>Valéria é um bairro que é marginalizado pela localização, marginalizado pelas pessoas, assim, por conta de ser um bairro periférico, né, e que tem... tinha ao seu redor muita área verde, muito... então ele era um lugar que era zona de... de desova, as pessoas matavam por lá, trazia pra cá e jogavam nos matos de Valéria, aí as pessoas têm uma visão de que as pessoas não são civilizadas, as pessoas não são... que é um lugar só que as pessoas morrem, que as pessoas são brutas, são... é um lugar que é marginalizado mesmo (...).</p> <p>(...) é um bairro que tá crescendo, que tá evoluindo, e que precisa de atenção das pessoas, né, mas não é o que o povo acha, que Valéria é fim de mundo, que Valéria é do outro lado do oceano, que Valéria só tem marginal, só tem violência, não é nada disso. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7783)</p> <p>(...) mudar a visão que as pessoas têm de Valéria lá fora, né, essa visão marginalizada (...). (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 8044)</p>
<p>(...) você tem moradores do Nordeste que se identificam como moradores de Amaralina. (...) é um bairro classe média, de orla... não é... é um bairro da orla, que tem praia, que entendeu... que tem um valor muito maior... Não sei se existe... aí tem uma questão de status e tem essa questão da criminalização também (...) mora no Nordeste, mas fala o tempo todo que é Amaralina. E não se consideram do bairro, aí a gente vê nas conversas, né, que não se considera do bairro e não quer participar do bairro, nada que venha do bairro... pertencer, nada. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3328)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

A associação entre os quadros de relatos de história, de identidade e pertencimento, não reconhecimento do bairro como lugar e de desvalorização da cidade como um todo em relação ao bairro e consequente autodesvalorização nos faz perceber que a palavra-chave passa a ser resgate: de vivência, de história, de reconhecimento. Um pouco mais deste sentido trabalharemos na seção a seguir, acerca da perda do lugar.

Tuan nos coloca uma possibilidade de ação ou consciência política acompanhada da consciência de lugar, da ideia de pertencimento. Tal consciência, que tem um sentido de orgulho, pode extrapolar a relação de proximidade que o sujeito tem com sua rua e tomar uma escala maior, a do bairro como um todo, “quando se percebe que o bairro tem rivais e que está ameaçado de alguma maneira, real ou imaginária” (TUAN, 2013, p. 209), por exemplo.

A rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expande automaticamente com o passar do tempo até atingir todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência. O conceito pode ser deduzido e esclarecido por meio de perguntas, dirigidas primeiro para o concreto, depois para o abstrato. (TUAN, 2013, p. 208-209).

No quadro 20 demonstramos os relatos os entrevistados que trouxeram os limites da rua ou da casa quando questionados sobre qual seria o seu lugar. De início nossos esforços de justificativa vieram no contexto de resultado da ausência ou incipiência de coletividades ou da não relação do indivíduo entrevistado com as coletividades presentes. De todos os relatos, o único que foge do referido contexto é o de Amanda, entrevistada do bairro de Valéria. Amanda participou de uma associação e é professora de escolas no bairro, foi uma das

exceções que demonstraram algum tipo de engajamento. Valéria ou partes maiores, todavia, não aparece no imaginário de Amanda como seu lugar, ainda que tenha relatado construção de identidade e pertencimento ao bairro.

Quadro 20 – A casa e o entorno como referências de lugar

O lugar de Felipe... ai, acima de qualquer coisa é minha casa, que são vinte e um anos dentro da minha casa... assim, é o meu lugar (...). (Entrevistado do bairro de Tancredo neves, l. 2816)
(...) na casa de minha mãe (...) Porque a gente sempre morou (...) na casa... lá em Santa Mônica, na casa (...) da minha mãe (...) Então quando eu falo meu lugar, eu me lembro ali daquele pedacinho mesmo, da casa da minha mãe, da minha avó, das minhas vizinhas... mais chegadas da direita, da esquerda (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5142)
Casa. (...) É, minha casa. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5556)
Meu lugar penso assim na minha casa, né, na minha casa, no lugar que eu moro, junto da minha família, né, meu lugar. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7773)
Minha casa. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9192)
(...) eu fui criado mais dentro do beco (...) e fez eu ter outra vivência com a própria... com a própria Salvador, eu conheço Salvador pouco, eu fui conhecer o Mercado Modelo ano retrasado, pra você ter ideia... Então minha relação com a cidade também passou a ser restrita pelo fato de meus pais, vendo violência em volta, criado sempre dentro (...) daquele retângulo. Experiências... meu cotidiano com a Boca do Rio, gente... eu tô sempre em casa... então... eu tô sempre em casa estudando (...). (Entrevistada do bairro de Boca do Rio, l. 9687)
O lugar de Fernanda o que vem à cabeça é um lugar em que eu me sinto confortável, que eu tenha algum... relação de identidade, com aquele lugar. No caso, minha casa, minha rua... (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 10009)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

A pergunta que nos persegue, neste contexto, é de que maneira seria possível pensar numa transformação da lógica perversa que se apresenta. As primeiras respostas vêm no sentido teórico, inicialmente calcadas na tentativa de maior equilíbrio entre as forças que condicionam tal sentido, o que põe os sujeitos sociais – de um lado – e o Estado e os demais agentes capitalistas – de outro lado –, e, adotando elementos práticos, as respostas posteriores seguem tentando legitimar esse maior equilíbrio, e aqui trazemos as determinações do plano diretor e a consequente elaboração de planos de bairros como relevantes no contexto das relações entre a periferia urbana e os espaços dominantes da cidade. O PDDU, por outro lado, associado a outras determinações legais no urbano, atualmente serve à legitimação da (re)produção socioespacial perversa. Os lugares, por meio de suas heterogeneidades, identidades e cotidianidades genuínas, têm o poder de transformação que aparecerá em detrimento da força imposta de cima para baixo, basta, para isso, sua inserção em ações de

protagonismo. Entretanto, existem problemas que estão no lugar, e, assim como o próprio lugar, não se explica apenas por meio dele, que é o que chamamos de perda do lugar, com o que trabalharemos a seguir.

A perda do lugar

A objetificação do sujeito – e, por conseguinte, das suas relações – trazida por Carlos (2015) nos reporta à perda do lugar que nos foi apresentada por relatos dos entrevistados em campo. Diversos foram os motivos e consequências, tais como perda e ausência de coletividades e identidades, além da violência. Esta perda, indubitavelmente, vem consolidar a lógica perversa da produção do espaço e é consequência direta dela.

Ao passo que se consomem objetos e que a vida vai se tornando mais privada (seja para fazer uso dos objetos, seja por conta do medo da rua, resultante da questão da violência imaginária ou real), as relações de vizinhança deixam de criar formas conteúdo que fazem dos lugares particulares em relação ao todo. Esta ou aquela intervenção pontual do poder público para melhorias urbanas torna-se cada vez mais suficiente e o lugar torna-se cada vez menos espaço de reivindicação. Há um comodismo no lugar, ao passo que ele vai se perdendo. Carlos coloca no cotidiano o papel da resistência e acrescentamos o potencial transformador da vida cotidiana das periferias urbanas, uma vez que, mesmo reduzidos, os laços de solidariedade ainda existem, seja pelas necessidades, seja pelo apego aos conteúdos históricos dos lugares. Os lugares ainda são – pelos seus sujeitos – identificados.

Os lugares vão se transformando de forma irreversível com o aplainamento da história contida neles, tornando-os iguais a tantos outros, colocando a sociedade em relação direta com um espaço destituído da memória (como produto da constituição da identidade revelada por uma história vivida enquanto prática socioespacial).

As marcas da vida de relações e dos referenciais da vida se esfumam na cidade, em muitos casos, perdidas para sempre. As mudanças no uso do espaço submetidas a uma nova organização do tempo na vida cotidiana colocam o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas (num ritmo cada vez mais veloz), provocando “estranhamento” (modo como vivemos a modernidade). O mundo da abstração, que coincide com a destruição dos referenciais urbanos de sustentação da vida e constituidores da identidade urbana, passa a dominar todas as relações sociais. Nesse contexto a reprodução do espaço urbano realiza uma nova relação espaço-temporal em que o espaço amnésico se relaciona diretamente com um tempo efêmero.

Mas, dialeticamente, enquanto uso, o cotidiano é o campo da espontaneidade, daquilo que escapa e se contrapõe a este mundo de mercadorias e imagens. É o lugar onde está posta a possibilidade de superação das alienações que o envolvem e explicitam as lutas na cidade, pela cidade. (CARLOS, 2015, p. 14-15, grifos da autora).

Lefebvre (1967) nos chama atenção para a cotidianidade segmentada, sistematizada, passiva, não participativa. Trata-se do cotidiano tomado – cada vez mais intensamente – pelas

determinações do mundo. A espacialização desta cotidianidade pode ser definida com o que chamamos de perda do lugar.

Atualmente, a cotidianidade comporta a cisão da vida “real” em setores separados, funcionais, organizados (estruturados como tais): o trabalho (na empresa ou no escritório) – a vida privada (na família, no lugar da residência) – os lazeres. A separação desses três domínios observa-se *in loco* nas aglomerações humanas tais quais se tornaram e tais quais se constroem. Na cidade e na vila, outrora (não sem alguns graves inconvenientes) esses aspectos da vida humana estavam unidos. Hoje em dia, em sua separação, caracteres comuns os ligam, constituindo assim a unidade do cotidiano. Quais são esses caracteres comuns aos setores separados por uma práxis implacavelmente analítica? No trabalho, a passividade, a aceitação inevitável de decisões tomadas alhures e vindas de cima; na vida privada, os diversos condicionamentos, a fabricação do consumidor pelo fabricante de objetos; nos lazeres, a colocação em imagens e em espetáculos do “mundo” em imagens e em espetáculo. Em suma, em toda parte a passividade, a não participação. Assim, a cotidianidade se reduz cada vez mais ao repetitivo (...). É *sistematizada*. É submetida ou controlada (em particular, pelas redes de circulação e de comunicações, e por suas exigências técnicas).

Para alguns, e não é mau insistir nesse ponto, a cotidianidade não passa de um *resíduo*, que persiste quando se afasta tudo o que é atividade determinada (...) Ao que respondemos, inicialmente, que o funcional e o institucional não se situam apenas nas esferas superiores do cotidiano. Entram nelas. (LEFEBVRE, 1967, p. 170-171, grifos do autor).

A perda do lugar, ainda que gradativamente distancie os sujeitos de uma identidade espacial e possa dificultar a manutenção das relações pelas próximas gerações, não rompe abruptamente com a mesma, percebemos que os relatos nas entrevistas foram também de saudosismo em relação às memórias, como no quadro 18. Maria, moradora do bairro do Nordeste, nos relata casos atuais de intolerância religiosa, que não acontecia no bairro, e resume: “Tá se mudando muito” (Maria, Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3689). Maria nos dá ainda outra situação que também colabora muito à perda do lugar: a existência de moradores novos que não fazem parte da história do bairro e não estão interessados em fazer, a transformação do bairro em dormitório.

(...) as pessoas estão cada vez mais distantes... então eu tenho vizinhos que eu não sei nem o nome, hoje, né... eu não sei nem o nome, é ‘bom dia vizinho, bom dia vizinho’... não tenho... então é muito diferente da minha... é muito diferente da minha infância, até da minha adolescência, é um período muito diferente, né... as pessoas estão cada vez mais morando no bairro, mas não estão pertencendo ao bairro. Então é um lugar só dormitório (...). Então as pessoas moram no bairro, mas não vivenciam o bairro e nem querem vivenciar. (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3031).

Outros três elementos compuseram nossa interpretação e preocupação com a perda do lugar. Nas entrevistas nos foram relatadas a perda e a ausência de identidade e a divisão interna dos bairros. O quadro 21 apresenta os relatos que diagnosticam a ausência ou perda de identidade pelos bairros, certamente sob a visão dos entrevistados a partir de suas experiências pessoais.

Quadro 21 – Perda ou ausência de identidade nos bairros

<p>(...) o bairro ele não tem uma característica assim explícita, como Periperi (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 682)</p>
<p>Identidade eu acho que o Rio Sena ainda não tem a identidade dele, acho que é um bairro... é um bairro... eu considero um bairro novo, acho que cinquenta, sessenta anos é um bairro de certa forma novo (...) acho que o Rio Sena ainda não tem a sua identidade. (...) o bairro não criou uma identidade, não tem... as pessoas não têm ainda identidade do Rio Sena... é, não tem não... eu posso até tá errada, mas... na minha visão não, não tem (...). (Entrevistada do bairro de Rio Sena, l. 8317)</p>
<p>Não sei se vai pra questão de particularidade ou se vai pro pertencimento, os moradores de Boca da Mata eles... eu, como morador de Boca da Mata também, eu não sinto esse pertencimento a Boca da Mata, região específica, sabe... àquele bairro, eu tenho mais um sentimento de pertencimento a Cajazeiras, a uma coisa maior, não sei se isso acontece com os outros bairros do entorno, mas, assim, a gente sente muito isso. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 8998)</p> <p>(...) a gente como comunidade não sente muito esse sentimento de pertencimento e nem de coletividade, de contribuição, de sentimento mesmo por bairro, né (...) eu acho que precisa muito disso, de conhecer, pra ter esse sentimento também, eu acho que a gente conhece pouco, talvez por isso a gente não tenha tanto sentimento ligado a Boca da Mata. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9123)</p>
<p>(...) tem muitos moradores que não eram do bairro e estão chegando no bairro, a interação ela vai se perdendo, a convivência vai se perdendo, você não conhece o outro, você não sabe o nome, não sabe a história de vida daquela pessoa... Coisa que eu cresci é... os meus antigos vizinhos a gente sabe, por exemplo, é filho de fulano, é filho de cicrano, a mãe é doente, o pai tem um problema, e tal, e tal, então a gente não tem. Então isso gera um medo também, que você vê pessoas que... que tem uma questão também, aí tem uma questão também de uso de drogas também, né... você acaba não... não querendo participar com medo também, né... do que possa estar do outro lado do muro, então são vários conflitos (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3107)</p>
<p>(...) é triste, era um lugar muito bom, mas... foi se perdendo. É isso. (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5468)</p>
<p>O conflito que eu coloco é justamente quando o bairro começou a mudar e perder essa característica, né, de... quando começou a se modernizar, digamos assim, né, de ficar... E aí veio... vieram outras pessoas, novos vizinhos, novas pessoas, novos costumes, hoje em dia a bica não funciona mais, nem pra visitaçào, porque tá poluída, já não serve mais, o local, inclusive, de acesso, é ponto de droga, virou um local que não é legal de se ir. (...) era um bairro extremamente tranquilo, tendo barulho, que a gente... que é um sofrimento até pra gente, em algumas ruas, como a que eu moro, que é mais central, e brigas, mesmo, e confusões (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5845)</p>
<p>Enfim, ainda é um lugar que dá pra gente morar, mas ele tá ganhando uma configuração... é... que é mais, como é que eu posso falar, assim, cada vez menos amigável, cada vez mais hostil com o cidadão (...).</p> <p>(...) mais referente à saudosidade do que à realidade, entendeu... Eu venho com minhas amizades, eu venho com meus vizinhos, alguns são maravilhosos, eu venho com a minha infância, na qual eu cresci na rua, assim, brincando e me divertindo, eu tinha uma liberdade que hoje as pessoas já... já não têm (...) coisa que se perdeu no lugar. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7454)</p>
<p>(...) atualmente não, porque houve algumas mudanças por uma questão de... é... constrói uma casa em cima, alugamos as casas de baixo, então tem gente que não era, que nunca foi dali, que mora ali... então quebrou um pouco disso. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9650)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O quadro 21 resgata o tripé de relações entre os sujeitos apresentado na metodologia desta pesquisa, a saber, em suas coletividades, conflitos e com as associações ou similares. As experiências coletivas estão diretamente associadas à construção de identidades e relação de pertencimento, sendo destas um precedente. O lugar que ‘foi se perdendo’ ainda está presente,

seja nas memórias, nos desejos, ou mesmo na negação, porque o que é negado – via de regra – é o que se contrapõe ao passado saudoso. A análise dos conteúdos dos quadros 16 – sobre a ausência de coletividades, 18 – acerca de identidades e pertencimentos presentes e o 21, sobre a perda dessas identidades e, conseqüentemente, pertencimentos, nos faz percorrer o caminho da busca da essência dos lugares de periferia, das origens das relações de coletividade genuínas. O resultado da análise, assim, nos leva à ruralidade enquanto modo de vida: ao contraponto entre o rural coletivo e o urbano individual e à origem recente da população de periferia em Salvador. O resgate da coletividade é o caminho para que os sujeitos solucionem seus próprios conflitos e se posicionem com poder sobre aqueles engendrados por agentes externos; é também o meio para a reestruturação dos associativismos e representações, tema que trabalharemos no próximo capítulo.

A divisão interna dos bairros é normalmente decorrente de uma diferenciação financeira demonstrada espacialmente predominantemente pelas condições de moradia (construção e acesso), e, secundariamente, por objetos e adquiridos, resultado de como se deu o processo de crescimento das periferias de Salvador. Tal divisão colabora diretamente para o que denominamos de perda do lugar, ao passo que consolida a incipiência de coletividades. O que se coloca é que as áreas menos providas de bens e serviços básicos são mais ativas e, por vezes, organizadas, no sentido de buscar melhorias pontuais. O quadro 22 traz os relatos de divisões internas nos bairros.

Quadro 22 – Divisões internas dos bairros em contexto socioespacial

<p>O pessoal lá fala que a Santa Mônica é dividida entre dois bairros, é dividida entre dois bairros, os bairros dos ricos e o bairro dos pobres, mas eu não vejo essa situação. Onde eu moro é o que o pessoal chama do bairro dos ricos, eu não vejo, porque assim, as casas realmente você vê a diferença das casas, as casas são melhores realmente, mas assim, não vejo riqueza lá em cima, todo mundo pega ônibus normal, vai pra mesma padaria, pra mesma venda (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5127)</p> <p>(...) quando a gente começa a ir pros, pros... pra parte mais... pros guetos, as partes mais periféricas do bairro, porque se você for falar em cidade a Sussuarana também é periferia, mas se você for falar do bairro mesmo, se você for mais pra dentro (...) mas naquela parte principal você ainda vê um contexto familiar, um contexto, né, mais... mais... organizado, não sei, porque eu não acho que uma parte marginalizada seja desorganizada, mas assim, não sei dizer... (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5220)</p>
<p>Por exemplo, o fato de eu não morar numa área, numa rua que seja exatamente ligada ao território do tráfico não quer dizer que eu seja melhor, mas também existe isso dentro do próprio bairro... ‘Ah, mas é morador de lá do Boqueirão’, ‘É morador de lá da Serra Verde’, ‘é morador do Areal’, ‘fulano... sabia que fulano mora no Areal?’ (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3260)</p>
<p>(...) eu sinto que as pessoas ali do condomínio não se relacionam muito com o bairro, é um pouco mais distante... e tem uma parte lá que tem as comunidades, né, o Planeta dos Macacos, Hiolanda Pires, que são... digamos, setores mais perigosos do bairro... E só quem tá ali convive entre si e não se relaciona direto com as outras partes. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5527)</p>
<p>No que tange a organização territorial em Cajazeiras, é... já está muito descaracterizado do que foi, é... primeiramente porque os taludes foram todos ocupados, Cajazeiras ela foi construída toda em topo de morro,</p>

então... e viraram, como diz o IBGE, aglomerados subnormais, favelas mesmo, dentro dos vales, e essas pessoas elas não são vistas pelo poder público, o que gera conflito dentro do bairro o tempo todo. Como o poder público não cuida, é... muitas tão fazendo parte desse esquema de tráfico, é... por falta de opção, claro (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7413)
(...) porque Valéria é dividida em três localidades, né, tem aqui o DERBA, Nova Brasília e a Boca da Mata, que é pro lado de lá, que na verdade se tem muito mais problemas do que o lado de cá, o lado de cá é como se fosse assim mais desenvolvido do que o outro lado (...). (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7746)
(...) aí veio a rua principal do Rio Sena, e dessa... e como todo bairro aqui de Salvador tem o principal (...) que é estruturado pela prefeitura e tal e ao redor vêm... vêm as invasões. (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8149) (...) numa casa de uma senhora que era dois... dois metros quadrados, morando cinco pessoas... e cinco casas acima era uma pessoa que tinha total condições, nem sabia que ali atrás existia (...) é um pouco desleal a... a separação, né, que existe lá, eu conheço bastante a realidade... (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8540)
(...) a gente percebe, que os indivíduos da região mais estruturada, né, que a gente da região mais... que tem uma infraestrutura melhor de moradia, quero dizer, saneamento básico, que tenha saneamento básico, que tem acesso ao transporte um pouco mais fácil, a gente tem uma condição de moradia boa, mas, assim, a participação na... na nossa comunidade é um pouco menor, com relação a reclamações, a... a reivindicações pro bairro, ela é um pouco menor, a gente vê mais essa participação, essa reivindicação, reclamações, protestos, com relação a quem mora mais em periferias, ou em áreas que já foram invadidas, que lá tem algumas, né. (...) então essas pessoas que hoje tem... tem até condições um pouco melhores, assim, tem até infraestrutura básica, tem água, tem... tem luz, tem energia, né, tem... tem acesso à luz na via de acesso, né, conseguiram tudo isso com reclamação e reivindicações... eles têm um sentimento muito mais forte de pertencimento à... moradia lá, Boca a Mata, né, então eles... é... fazem caminhadas, fazem protestos, tudo isso dentro dessas comunidades mais de invasão, né, de lá. (Entrevistada do bairro da Boca da Mata, l. 9007)
(...) acho que pelo fato da gente morar numa área que é mais popular, você tem mais acesso às informações, é diferente de quem mora lá na rua... que a gente chama de rua dos barões, é que dá acesso ao... Centro de Convenções, perto da Armação, já é Armação, lá agora o Correio tá chamando de Armação, mas só que a gente considera como Boca do Rio, 'isso aqui é Boca do Rio, não é Armação', Armação pra gente é prédio lá do outro lado. É diferente da rua dos barões, que o pessoal sai de carro, vem... pega... faz compras ali ou faz compras no Bompreço, mas não tem a vivência do que tá acontecendo no bairro. (Entrevistada do bairro da Boca do Rio, l. 9734)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

Decerto que o resgate das memórias e relações, para os lugares de periferia, que necessitam de intervenções urgentes, é o caminho primeiro. Mas, como alcançar / incentivar um processo de interação social em meios onde há desconfiança em relação às lideranças, onde os acessos são restringidos por divisões internas, normalmente vinculadas à atuação do tráfico de drogas, o Estado é ausente ou incipiente e onde os sujeitos, no geral, já possuem um cotidiano sofrido e intenso?

Colocamos na subseção anterior que a palavra-chave passa a ser resgate, e resgate da coletividade. Trata-se da emergência do resgate do lugar. A perda do lugar é limite e a resistência é caminho à efetivação da participação popular no planejamento.

Aspectos do lugar – do conceito à práxis

Por meio dos aspectos do lugar objetivamos aproximar a análise de uma maior concretude. Relph (2014) faz uma abordagem que nos auxilia no objetivo de ressaltar aspectos do lugar. Para nós tal enfoque vai ao encontro da práxis do lugar como possibilidade de efetivação do planejamento participativo. Citaremos alguns dos aspectos levantados por Relph a seguir. Para o autor, “estudar e promover o lugar, seja de uma perspectiva humanista, radical, seja numa perspectiva arquitetônica ou psicológica, é uma prática de resistência” (RELPH, 2014, p. 21).

Há uma série de aspectos ou temas recorrentes nas muitas discussões recentes sobre lugar. Obviamente, nem todo artigo e livro se referem a todos os aspectos, mas são suficientemente comuns para sugerir que eles, no seu conjunto, poderiam formar a base para uma teoria válida de lugar para a compreensão tanto de lugares particulares como o fenômeno lugar e suas limitações. (...) [A] geografia como estudo de lugar baseia-se (e ao mesmo tempo transcende), naquelas observações particulares para esclarecer as maneiras como os seres humanos se relacionam com o mundo.

Abaixo enumero e descrevo o que penso ser alguns dos mais importantes aspectos do lugar (...).

Lugar como reunião: (...) Qualquer parte sem nome que não reúna não é um lugar. Lugar (em oposição a *um lugar*) tem em si o conceito de especificidade e abertura, que acontece em virtude da reunião.

Localização: é uma característica comum, mas não essencial de lugar (...).

Fisionomia do lugar: (...) a forma de um lugar (...)

Sentido de lugar: (...) pessoas têm sentido e lugares não (...).

Raízes e enraizamento: a partir da perspectiva da experiência cotidiana, lugar é muitas vezes entendido como o onde se tem nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade (...).

Interioridade: refere-se à familiaridade, conhecendo o lugar de dentro para fora (...).

Nós: (...) lugares são os nós de redes nacionais e internacionais.

Exclusão/inclusão: (...) a manifestação de forte apego a lugar é atitude exclusivista – este é o meu lugar e você é diferente (por causa de renda, raça, crença política, gênero), então fique fora daqui.

Sentido contaminado de lugar: (...) Lugar é geralmente representado como sempre bom, um jeito de enfrentar as forças do mal dos lugares-sem-lugaridade. É importante lembrar que lugar pode ter um lado muito feio.

Construção de lugar: (...) Acredito que diferentes lugares só podem ser feitos por quem vive e trabalha neles, pois são tais pessoas que conseguem entender de forma conjunta as construções, atividades e significados. No entanto, é necessário um conhecimento técnico específico para conduzir e manter juntos em funcionamento esgotos, sistemas de trânsito, escolas e parques. Planejadores e arquitetos não podem fazer lugar, mas se forem sensíveis às condições locais, podem prover de infraestrutura e construir ambientes que facilitem a criação de lugares por aqueles que vivem neles. (RELPH, 2014, p. 22-27, grifos do autor).

O lugar reunião apareceu como atividade, memória e necessidade entre os relatos dos nossos entrevistados. No tocante à fisionomia, os sujeitos guardam formas-conteúdo do presente ou do passado que constituem sua construção de memórias com o lugar. Quando pedimos aos entrevistados que registrassem – por meio de fotografias – o que quisessem dos seus bairros, nosso intuito foi captar os lugares por meio das impressões de formas, que complementaríamos suas falas. O Apêndice D é o resultado da seleção de imagens deste

trabalho, fotografias registradas pelos entrevistados, pela pesquisadora desde os trabalhos de campo em 2007 e demais colaboradores.

O sentido do lugar trazido por Relph vem ao encontro da importância das relações sociais no estudo do lugar. O lugar só o é para e com o seu sujeito. Os estudos sobre os lugares, mesmo aqueles que baseiam-se na experiência, são tentativas de aproximação para melhor compreensão, contudo, jamais alcançarão a essência do lugar, sendo possível apenas àquele que os vivencia enquanto cotidiano e que os têm como parte de si, o que também não necessariamente caracteriza todo morador de um lugar. O sentido do lugar apreensível apenas aos seus sujeitos nos remete também à interioridade. Tais aspectos reforçam a ideia dos lugares como ponto de partida e de chegada para a efetivação do planejamento participativo, tendo em vista que apenas o protagonismo dos sujeitos, por meio de ações e decisões, poderão alcançar melhorias reais para os lugares – ideia trazida pelo autor em destaque na construção de lugar. Para Relph, “é por meio de lugares que indivíduos e sociedades se relacionam com o mundo, e (...) essa relação tem potencial para ser ao mesmo tempo profundamente responsável e transformadora” (RELPH, 2014, p. 27).

Sobre as raízes chamamos atenção para o dinamismo que pode haver no sentido (não da palavra), mas da sua práxis. Assim como o nômade pode carregar o lugar em suas bagagens, uma vez que suas passagens – não apenas o fixar – são animadas por relações sociais produtoras de identidades e de sentimentos de pertencimento, um sujeito que cria raízes e consegue manter relações com o lugar, ainda que menos intensas, não mais diárias, continua por reconhecer, vivenciar e experienciar seu lugar de origem e não outro, ou um e outro. Nossos entrevistados dos bairros de Plataforma e Santa Mônica não são mais moradores dos seus bairros de origem, mas mantém com eles vivências cotidianas, no caso de Hades, morador de Plataforma, diárias. As raízes dos dois não impediram a migração, ainda que Hades queira retornar e, pelo contrário, não diminuiu neles o sentimento de pertencimento. Ademais, para Bethânia, sua raiz no bairro de Santa Mônica não impede a criação de relações de pertencimento ao novo bairro, também localizado na periferia. Assim, lugar é espaço e este é processo social, nele não cabe a ideia da imobilidade.

O núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado [mas, certamente, tal processo não explica o que ali acontece]. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social, pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização. (RELPH, 2014, p. 31).

A partir da contribuição de Relph e das demais que compuseram esta seção enumeramos para o trabalho de campo uma tabela que constava o que denominamos aspectos e elementos do lugar. O esforço de elaboração da tabela resultou no conjunto de palavras trabalhado como ponto de partida nas entrevistas, fazendo com que os entrevistados interrompessem seus cotidianos corridos para dedicar reflexões acerca de seus lugares. As palavras a seguir foram colocadas em tarjetas, lidas e mostradas aos entrevistados no início das conversas, sendo pontuado que havia tarjetas em branco, para o caso de necessidade de complementação: experiências, permanências, vivências, cotidiano, identidades, habitar, coletividades, organização, convivências, interações, sujeito, associações de bairro, morar, conflitos, subjetividades e pertencimento. Aos moradores foi solicitado que refletissem quais palavras chamariam mais atenção considerando suas relações com seus bairros e comentassem sobre elas. O resultado, no geral, foi a escolha de palavras que demonstrassem a relação entre o indivíduo e o bairro, como identidade e pertencimento, seja como negação ou afirmação; conflitos apareceu em segundo lugar, notadamente referindo-se ao tráfico de drogas. Por outro lado, interações e associações de bairro foram expressões pouco escolhidas, estas normalmente para indicar ausência, insuficiência ou relações com a política.

Considerar o lugar para o planejamento urbano significa considerar cada elemento/palavra/expressão que dispomos nas tarjetas e outros que certamente deixamos de fora. Não é simples, não é óbvio, mas é o necessário caso o objetivo maior seja o alcance de justiça social no urbano. Trata-se de um planejamento localizado, um planejamento subjetivo e múltiplo, porque cada lugar é uma realidade. As ações de planejamento e gestão deverão ser muito mais complexas e contínuas. O planejamento deve ser atividade constante, sendo seus resultados em textos de lei podendo ser alterados de acordo com a dinâmica da realidade social e a determinação dos sujeitos. Esta é a única maneira possível de aproximar as ‘ideias do lugar e o lugar das ideias’: a partir do pensamento – protagonizado pelos diversos agentes sociais afetados – do planejamento a partir do lugar.

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias. (MARICATO, 2000, p. 122).

O diálogo com o gerente da FMLF acerca dos planos de bairro, previstos no último plano diretor, nos levou à reflexão que nos acompanha em toda análise e crítica dos processos de planejamento de Salvador: a ausência de preocupação com os sujeitos e as formas de participação. Outrora defendemos que o bairro não deverá ser “(...) planejado apenas como um espaço da cidade, mas também [e principalmente] como um espaço na cidade, numa relação de total indissociabilidade. Planos de bairros trariam ‘as ideias para o lugar’” (...). (REBOUÇAS, 2011, p. 138).

A visão de planejamento do bairro na cidade traz em si a ideia de que o mesmo precisa ser planejado pelos seus sujeitos, de dentro para fora, decerto que não exclusivamente, considerando suas interações com a região do entorno e com o resto da cidade. Entretanto, hoje defendemos a construção de plano de lugares, como tentativa de superar as racionalidades normalmente impostas, evidenciar a necessidade de protagonismo dos agentes sociais que os dinamizam e, minimamente, fazer o órgão público questionar do que se trata o lugar. Nossa defesa busca afastar a ideia da delimitação (rígida) em si e aproximar a preocupação com as subjetividades. Os bairros contêm lugares, são estes sua essência. Para Tuan (1980), um bairro ou distrito pode não ser real para os moradores. “A ideia de bairro do planejador dificilmente coincide com a do morador” (TUAN, 1980, p. 243).

As respostas dos moradores às palavras inseridas nas tarjetas, comentadas anteriormente, nos levaram à reflexão de dois aspectos limitantes à participação, os quais consideramos de extrema relevância: o primeiro refere-se à ausência ou incipiência de infraestrutura e serviços básicos e o segundo à violência de maneira geral, intimamente relacionada à presença marcante do tráfico de drogas, relatada pelos moradores com a escolha quase unânime da tarjeta ‘conflitos’. Outro elemento, dessa vez como aspecto potencializador da participação, foi o relato da existência e possibilidades de coletividades (antigas e atuais) e ações isoladas em prol do bairro, engendradas por moradores sem ligação com associações ou a política partidária. O quadro 22 traz os relatos dos problemas ligados à ausência ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos e o 23 aqueles referentes à violência generalizada.

Quadro 22 – Ausência ou insuficiência de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos

(...) se eu for falar de São Tomé eu vou ter que falar de estrutura, de... urbanização (...) a gente ainda sofre muito aqui com falta de um posto de saúde adequado (...) questão mesmo estrutural, você vê a demora do transporte pra chegar aqui, é... eu estudava no Central, saía daqui cinco e meia da manhã pra ir pro Central todos os dias e sofri muito com a demora do transporte (...).
Acho que transporte aqui é o que mais pega mesmo, você foi vítima hoje.
(...) tipo, pra ir na Barra, algo simples, ou vai andando, desce no Campo Grande e vai andando ou tem que pegar dois ônibus... na Ondina, ou pega dois ônibus ou desce no Campo Grande e vai andando. Pra ir em outros bairros mais distantes tem que ser dois transportes, porque aqui a gente só tem o que leva a gente até a Lapa,

<p>outro que leva a gente até a Pituba, outro que leva a gente até o Campo Grande e o que leva a gente até a Ribeira (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 141)</p>
<p>(...) é horrível sair das Barreiras, tanto pela Silveira Martins, ou se você for direto pela, pela... Sussuarana, ou em direção ao Beiru... sair das Barreiras é complicado, morar nas Barreiras é complicado (...). (Entrevistada do bairro das Barreiras, l. 1269)</p>
<p>E temos problemas diversos, diversos mesmo, nos nossos bairros, principalmente na periferia, é... na verdade era pra eu começar falando sobre isso, sobre nossos problemas, temos problemas de saúde, temos problema de educação, temos problema de educação, temos problema de infraestrutura, temos problema de... é... segurança. (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2512)</p>
<p>E aí a gente acaba tendo esses pequenos problemas aqui, com relação a isso, ao transporte público, é um dos problemas maiores aqui (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 3983)</p>
<p>(...) hoje tá numa situação bem complicada, bem injusta (...) Enquanto transporte, enquanto segurança, sabe... acho que seria essencial, porque assim, enquanto também a... saneamento básico, tem ruas que tão bem esquecidas, que chove e alaga o córrego, sabe, invade as casas das pessoas (...). (...) é um bairro que falta um posto de saúde mais organizado, é um bairro que falta um saneamento básico (...). (Entrevistada do bairro da Santa Mônica, l. 5153)</p>
<p>(...) lá é muito concreto, muito seco. Quando chove alaga muito porque não tem uma drenagem, como a cidade no todo, e eu sinto falta dessa área verde, um espaço onde as pessoas possam se reunir... uma área de lazer bem estruturada. (...) a estrutura urbana, quando chove ali é um caos, aquela entrada, aquela rua principal ali que vai dar acesso à Dorival Caymmi, é muito irregular, toda vez que chove alaga tudo, é um engarrafamento horrroso (...). (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5559)</p>
<p>Problemas... é transporte, né, que a gente depende da Estação Pirajá, não temos transporte direto pra lugar nenhum a não ser pra Itapuã, só tem duas linhas dentro de Dom Avelar, que é Aeroporto/Trobogy e Estação Pirajá. O problema da Estação Pirajá não é nem a gente ser dependente, não teria problema se tivéssemos uma frequência de ônibus, mas, assim, os horários são cumpridos, muitas vezes, o intervalo de um ônibus pro outro demora, então às vezes a gente, se a gente perder aquele, pronto, sabe que tem que esperar trinta a quarenta minutos pro próximo, e a questão de cedo encerra, né... então você sabe, você tem que ir pra algum lugar você sabe que tem que voltar, onze e cinquenta é o último carro na Estação, se você perder esse não tem mais como entrar dentro do bairro. (...) O posto de saúde, também é outro, que tem, que foi reformado e tudo, mas ele não... nunca tem as coisas que precisa. O médico, por exemplo, você só pode marcar a consulta dia de terça-feira, e isso por rua, a rua lá de casa é dia de terça, se perder na terça, vai ter que esperar a próxima terça pra poder marcar (...) é um posto que não atende às necessidades do bairro, realmente. (...) a questão da segurança também, porque a gente só depende da ronda do policial, da polícia, e a delegacia que atende Dom Avelar é a delegacia de Pau da Lima, então se ocorrer algum problema, vai esperar pela ronda, sabe... e a ronda, assim, passou, foi embora, né (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5924)</p> <p>A questão também de pavimentação, tem muita rua com esgoto a céu aberto ainda, né, tem muita rua que o esgoto... como é um bairro acidentado, então, tipo assim, deixa o esgoto descer a ladeira, né, não tem saneamento básico, ainda é precário em muitas ruas... Pra você ter uma ideia, lá em casa, há poucos anos, que a água da... do chuveiro e essa coisa toda, porque lá em casa é fossa séptica, porque não tinha saneamento básico. (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5991)</p> <p>(...) porque também é uma coisa carente do bairro, que você não tem área de lazer, né, a única coisa que tem é bar (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 6080)</p>
<p>(...) o posto de lá é administrado pelo governo do estado, está fechado há cinco anos (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6709)</p> <p>Com relação a espaços em si não há, porque a Praça São Brás mesmo ela foi reformada, porém... aí eu ponho a culpa também nos moradores, né, foi colocado alguns espaçozinhos de lazer, mas mais voltado para crianças, né, tipo um parquinho, algumas coisas, e muitas coisas estão destruídas, né, aí a culpa também é da população que não zela pelo que tem. Agora pra adolescentes, né, os jovens, não tem tipo aquela área, tipo uma quadra de esporte, pra um baba, alguma coisa desse tipo, aí nós não temos. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6943)</p>
<p>(...) a pavimentação da rua, não era muito boa, quando chovia tinha alguns problemas, sabe (...). (Entrevistada do bairro de São Marcos, l. 7103)</p>

(...) não existe investimento, em área importantes, como saúde, como educação (...) saneamento básico, não existe, praticamente em 80% de Valéria não existe, né, a gente tem as ruas principais que são asfaltadas, têm rede de esgoto e tudo e tem as transversais que a maior parte dos casos nem rede de esgoto tem, imagine asfalto, imagine iluminação pública (...) eu acho que deveria se pensar no futuro uma ação mais voltada pra essas questões básicas, né, básicas mesmo (...) transporte público, então, é um terror. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7857)

(...) falta de investimento lá, na educação, na educação cultural, na educação de crianças, que não têm o que fazer lá, lá só tem duas praças (...) mas não tem lugar de lazer mesmo, pras crianças desenvolver, também pros idosos também lá é muito ruim (...) o transporte lá só tem um, que é o Rio Sena/Lapa, o Terezinha/Pituba é da Terezinha e passa por lá, e também tem o Ribeira que é da Ribeira e passa por lá. Ou seja, lá só tem uma linha de transporte, que é Rio Sena/Lapa, só não fica pior porque tem as topic's (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8154)

(...) ainda não tem lá... é... uma rede de... uma rede de esgotamento sanitário (...) Algumas casas ainda são fossas sépticas (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8623)

(...) saneamento básico, esgoto, às vezes estoura muito, como foi uma área que foi aterrada, depois foi asfaltada, então tem muito de estourar, é... esgoto, então é uma coisa que a gente sofre bastante. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9660)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O quadro 22 traz o diagnóstico de análise anterior àquele de que a população é demandante de pontualidades. Os relatos do quadro em questão são reflexos da situação de pobreza de Salvador, já pontuada por este estudo. O resultado que nos preocupa é o da análise contextualizada desse diagnóstico: a ausência de elementos básicos faz com que se consolide uma população pobre demandante de ações pontuais para solução de problemas elementares, perpetuando a distância entre os sujeitos dos lugares periféricos e uma atividade de planejamento efetiva. Ao passo que as necessidades são básicas, programas como o Ouvindo Nosso Bairro são cada vez mais aceitos – tanto pela população como pelos técnicos envolvidos – como ações de participação. Demandas de elementos básicos também servem à consolidação da ideia de que ser escutado é suficiente para uma participação efetiva, além de perpetuar a falta de consciência do que seja – de fato – uma atividade participativa, que demonstraremos na próxima subseção deste capítulo.

A extrema pobreza é fator limitante à participação e ao mesmo tempo atua como perpetuadora da situação de não participação, contudo, o olhar devido a este aspecto é aquele que a coloca como resultado da acumulação de uma pequena parcela da população, legitimada pelo Estado, em detrimento de uma grande parte dos sujeitos na cidade. Uma das possibilidades de se perseguir o caminho contrário, por outro lado, é a de trazer o Estado como legitimador de uma situação mais equilibrada de planejamento, na qual a atividade é realizada pelo lugar, a partir do lugar e no lugar. Não é linear e não se trata de proposta de curtos ou médios prazos. Outro fator limitante é a violência, trazida nos relatos de entrevistas constantes no quadro 23.

Quadro 23 – A violência como limitante à participação social

<p>(...) a questão periférica, o morar aqui é meio complicado, se torna um pouco complicado, é meio que uma selva mesmo aqui, né... ultimamente... de alguns meses pra cá o bairro tem se tornado muito violento, né, então... você, pra poder você sair um horário, um certo horário, ou sair em algum certo horário já se torna um pouco complicado. Então o morar aqui hoje está se tornando um desafio, né... aqui no bairro principalmente que eu to morando tá se tornando um desafio (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 265)</p> <p>Vou com conflitos... conflitos você sabe, né... aqui no bairro é a questão do bairro ser periferia, subúrbio ferroviário, é a questão da violência é o principal. O bairro aqui em si, Praia Grande, não... mas ao redor aqui existe algumas áreas que são bastante perigosas, né... consideradas perigosas, no caso. Questão mesmo que a gente já conhece, né... tráfico de drogas, que é o principal. E essa questão é o principal que gera conflitos no bairro (...) assaltos, essas coisas assim que a gente sabe que é ligado a esse problema (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 651)</p>
<p>Conflitos, nós estamos vivendo momentos de conflitos no nosso bairro, pela questão do tráfico de drogas. Teve um momento – recentemente, acho que um ano aproximadamente – nós não podíamos transitar durante um período por aqui por baixo, na rua de baixo, na Cirlândia, porque estava tendo conflito entre duas facções. (...) então nós estamos no fogo cruzado porque era justamente a facção da parte de baixo da Cirlândia com a Boa Vista de São Caetano, então nós tivemos momentos de terror aqui, por conta desses conflitos, de eu tá vindo do trabalho e ficar parada em algum lugar fora, antes de entrar aqui, porque os meninos de baixo estavam brigando com os meninos de cima. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1045)</p> <p>GAL – Ai, o lugar de Gal, hoje, bem fora do Brasil, bem longe do Brasil... bem longe do Brasil. FÁDIA – Tem um motivo específico? GAL – Tem: violência. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1105)</p>
<p>Então, quando há um conflito entre os bairros que ficam no entorno das Barreiras, acaba afetando... aí as pessoas ficam com aquele sentimento de insegurança. (...)</p> <p>Muito tráfico de drogas, por exemplo, eu não sei o nome da entrada que tem ali em frente onde eu moro, mas ela dá na Engomadeira, então... é fato toda hora passar um carro de policia, parar o pessoal dali, revistar... levar essas pessoas... eu tava no ponto uma vez e eu vi algumas pessoas com pacotes brancos e tudo... mas então é com a convivência, a convivência direta com a situação de insegurança ali... daquelas pessoas que usam esse tipo de... de drogas, enfim... então é... acho que entraria em conflito isso aí, porque você tem aquelas pessoas que precisam sair, precisam trabalhar, e convivem com aquela questão de... o carro de polícia para do nada, aquela coisa agressiva, encosta na parede, aquela brutalidade... não que a polícia não tenha que fazer o trabalho dela, mas é uma truculência muito grande e isso impacta, né... na questão de crianças, as pessoas estarem ali, vivendo aquilo. (Entrevistada do bairro das Barreiras, l. 1304)</p>
<p>(...) eu fui assaltada já no São Gonçalo, ali na, no ponto da Embasa, mas não foram pessoas que a gente vê (...). Porque mesmo você não fazendo parte do tráfico, você vê que quando eles estão, eles deixam... como é que eu posso dizer... na... na Baixinha do São Gonçalo mesmo, quando a polícia chega, já é um clima diferente... quando ela não está lá é outra coisa, todo mundo parece que está em paz. Não é uma coisa boa não, não to dizendo que é uma coisa boa, mas parece que ela que vem pra tocar o terror... Existem paredões na Baixinha do São Gonçalo que parece que tá tudo bem... e aí se torna uma verdadeira guerra... Então... é complicado você se sentir segura e não se sentir segura. Você não sabe em que esperar essa segurança.</p> <p>(...) ‘ah, matou alguém, a polícia entrou e matou alguém’, aí sim, teve uma época que não entrou ônibus no São Gonçalo, porque disseram que não era pra entrar... se entrar a gente queima... e aí não entrou ônibus no São Gonçalo, foi ano passado, 2016, mas tirando isso é um bairro que é bem tranquilo. (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1781)</p>
<p>(...) os conflitos de jovens sobre drogas, então muitas crianças estão sendo levadas pra esse... falta mais é do governo, né... mais educação (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2163)</p>
<p>(...) quando eu cito a palavra conflito eu to querendo falar... é... o povo e a segurança, entendeu? É... vivemos num bairro onde... é... existem diversas situações perigosas e... por incrível que pareça, os conflitos dos moradores de periferia maior é com relação ao tráfico de drogas, porque vivemos em um ambiente altamente perigoso, porém não podemos nem denunciar determinadas situações... porque... é... podemos até perder nossa vida (...). Então quando eu falo de conflito eu queria partir pra esse lado de violência, entendeu? Porque de qualquer forma é um conflito, entendeu? É... e eu acho que nossa... a nossa... os nossos, é, a base de governo que tá, os nossos governantes, né, eu acho que nossos governantes deixam a desejar também muito nisso aí... porque o bandido ele tá tomando o papel da polícia (...). (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2468)</p>

<p>(...) e até mesmo pra mim, porque... vejo e vi desde pequeno, mortes na minha frente... sabe... e eu pergunto, 'poxa, até quando isso vai ocorrer' (...). (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2769)</p> <p>(...) não posso mais entrar numa rua porque... por brigas de gangues rivais. Sabe... eu me lembrar que anos atrás eu brincava, eu corria, eu ia lá embaixo, tem um lugar mesmo que é chamado de bica, que tem uma nascente, e... eu brincava ali... e hoje eu não tenho nem ideia, a pessoa não pode nem chegar perto dali, sabe... quem é da minha rua, que eu moro na rua Bahia e ali no canal não pode de jeito nem de forma alguma, passar ali. Nem passar, não, não vai... (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2850)</p>
<p>(...) então quem morava no Nordeste tinha convivência com as pessoas do Vale das Pedrinhas, então se tornava sendo, mas hoje é uma limitação bem diferente, principalmente com as áreas do território do tráfico... Então se você fala... é... algumas áreas da Santa Cruz, já sabe que algumas áreas são territórios do tráfico, então têm as ruas que são demarcadas, né, do tráfico, então você tem isso também no bairro, então o bairro hoje ele sofre isso, então o viver, vivenciar o bairro, poucas pessoas vivenciam. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3045)</p> <p>(...) principalmente a violência, acho que a violência é o pior conflito, né, porque a violência não é só com relação a tráfico, questão de roubo, assalto, mas também a abordagem policial, né... é uma violência muito grande, então você vê coisas absurdas dentro do próprio bairro, quem vivencia o bairro sabe que acontece coisas absurdas dentro do bairro do Nordeste, coisas que não aconteciam antes e que a gente fica chocado... principalmente com a abordagem policial, a abordagem policial é uma abordagem... todo mundo... ali não tem cidadão, ali não tem cidadão, entendeu? Então ali é território de ninguém, então eles chegam, fazem, mexem, (não compreensível), abordam, então é todo tipo de violência, então hoje é um ambiente que me choca, entendeu? Pela violência... e você não poder fazer nada. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3067)</p> <p>(...) aí você liga pra SUCOM, com relação às festas, que... a SUCOM fala que não vai no bairro do Nordeste de Amaralina. 'Ligue pra polícia', você liga pra polícia, a polícia diz que também não vai (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3116)</p>
<p>(...) eu falo dos lugares que são muito complicados pra você circular, que é a questão da segurança mesmo (...) boca de fumo, essas coisas. Então, a realidade do Engenho Velho, infelizmente é essa. É um bairro perigoso, pra quem não mora aqui, né, pra quem mora, como eu falei a você, eu me sinto segura aqui porque eu sou moradora do bairro, conheço muitas pessoas, circulo, pela paróquia eu circulo pelo bairro com uma certa tranquilidade, não 100%, claro, porque chega a noite... não é... não tem como você entrar em becos, até os moradores mesmo não... não conseguem fazer isso, tem paroquianas nossas que... a gente só pode chegar até um limite do horário porque as comunidades que elas moram é muito complicado, então a realidade do bairro hoje que eu vejo que seja mais necessário render é a questão do transporte e a questão também da segurança, entendeu? (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4042)</p>
<p>(...) os conflitos que ocorrem lá é geralmente por causa da violência mesmo, né, a questão do tráfico de drogas, facção, essas coisas, que infelizmente tá... não só o bairro, como a cidade, tá assolando (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4607)</p> <p>[Mesmo tendo falado antes que a identidade supera os conflitos] (...) porém, na minha opinião, no meu caso, eu acho que os conflitos... é... os conflitos, né, do bairro, acabam se sobressaindo, na minha opinião, porque a violência tem deixado muitos jovens perderem o futuro de investir numa, num estudo (...) então a questão dos conflitos, na minha opinião, no meu ponto de vista, acaba se sobressaindo mais, isso faz que eu tome até um certo desgosto, na verdade não é desgosto a palavra certa (...) me faltou a palavra agora. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4666)</p>
<p>(...) a gente tem um bairro dividido (...) entre duas facções, então eles se encontram na metade do caminho, né, que é um lado que pega mais o lado do Curuzu e o outro lado que pega mais o lado do... do Pero Vaz (...) eles quando se encontram tem trocas de tiros e essas coisas todas, então eu acho que hoje o conflito é uma coisa que a gente vive bastante, é uma vivência bem atual (...). (Entrevistada do bairro da Santa Mônica, l. 5118)</p> <p>(...) a realidade do bairro de Santa Mônica é a violência extrema que tá hoje, eu acho que é uma das coisas que mais atormenta os moradores da rua, tanto de cima quanto de baixo (...). (Entrevistada do bairro da Santa Mônica, l. 5185)</p> <p>(...) a gente não pode deixar se acabar assim, como a gente tá vendo muitos lugares, na Santa Mônica mesmo tem muitos lugares que hoje eu não entro, porque você não pode (...). (Entrevistada do bairro da Santa Mônica, l. 5465)</p>
<p>É muito conflito. De boca, essas coisas... (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5531)</p> <p>(...) tem muitos conflitos de... não sei... gangue, não é a palavra certa, mas... lá eu acho que são quatro lugares que existem muitos conflitos relacionados a drogas, violência mesmo, e acho que isso é algo muito forte ali, acho que quando as pessoas ouvem falar de São Cristóvão já pensa nesses conflitos existentes. (Entrevistada do</p>

bairro de São Cristóvão, l. 5585)
Algumas ruas já não são mais legais de serem frequentadas, porque são perigosas. O que a gente tinha de... hoje a maioria das casas são todas gradeadas, né, portões, muros, grades, então as pessoas já não têm mais esse mesmo convívio, esse convívio que tinha de antes, já não tem mais (...) o bairro começou a ganhar essa coisa do... é... de ter assassinato, né, de ter extermínio, que antes não tinha, sempre com a questão da droga envolvida (...) as pessoas já tão mais amedrontadas, assaltos durante o dia, arrombamentos, roubos, essas coisas que a gente não via muito lá, e a gente vê com mais frequência hoje em dia. (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5850)
(...) no início, como eu falei, tinha essas questões de... de separação de grupos, até brigas, gangues e tal, com o tempo melhorou, mas, com o advento do tráfico de drogas, que é muito... nas periferias ele entra com mais força ainda, a gente tá... a gente tem sofrido muito... atualmente existe uma guerra de tráfico instalada em Cajazeiras, você percebe alguns grupos de facções, desde adultos até crianças envolvidos. (...) é um esquema que não tem muito o que fazer, a gente convive com medo lá o tempo todo, essas guerras de tráfico elas acontecem nesses núcleos, é fora do núcleo organizado de Cajazeiras (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7385)
(...) era tranquilo, há dois anos atrás, um ano e meio atrás, mas quando veio a tal das facções, se tornou um bairro que você não pode ficar na porta onze horas da noite, dez horas da noite, porque você corre risco na sua própria porta, em lugares que antes era tranquilo, de ser assaltada. (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8125)
(...) mais por causa de violência, hoje com o crescimento também, né, do bairro, a gente foi afetado por diversas... diversas construções, diversos empreendimentos da Caixa Econômica, principalmente no fim de linha. Então o número de gente cresceu, né, tem muita gente que mora lá há muitos anos, mas o número de pessoas que... do bairro, cresceram, assim, parece que o medo também cresceu junto, porque ele começou a chamar atenção, então a gente começou a ter mais relatos de assalto, de... pessoas vítimas de assalto, principalmente no ponto de ônibus, tanto no período da manhã como nos períodos finais, no período noturno, pela falta de iluminação, muitas vezes, essas coisas, né, do bairro. (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9026) (...) voltada muito mais aos habitantes que ficam no entorno da... da represa, né, então os conflitos basicamente desses outros moradores, pelo que a gente ouviu falar, é muito mais com relação a tráfico de drogas (...) então você só pode ter acesso a alguns locais mediante a autorização de traficante (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9076)
Os conflitos inseridos na Boca do Rio é muito mais pela questão de violência, então onde eu moro, é... ele está entre duas áreas de facções, então tem a parte da Baixa Fria, tem a parte do Cajueiro, então sempre tem essa questão de conflito, semana passada, retrasada mesmo, teve, então sempre tá rolando alguma coisa assim, tiroteio... então dependendo do dia ou dependendo da questão entre as duas facções... e eu moro numa... entre... não as duas, né, mas de uma área não (não compreensível) na Baixa Fria, mas numa rua que dá acesso à Baixa Fria. Então sempre tá rolando alguma coisa assim do gênero. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9632) (...) eu fui criado mais dentro do beco (...) Então minha relação com a cidade também passou a ser restrita pelo fato de meus pais, vendo violência em volta, criado sempre dentro daquele triângulo... triângulo não, retângulo, daquele retângulo. (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9687) (...) o acesso da Boca do Rio é sempre ligado à violência, a gente não termina tendo acesso à informações de outras... coisas. (...) segurança, acho que uma coisa que mais pega na Boca do Rio é segurança, quando fala assim 'Boca do Rio? Hum... violento', é um local que tem muito tráfico de drogas (...) realmente, a violência, hoje o que pega mesmo é a violência... (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9743)
(...) mais na parte baixa, assim, na ladeira mesmo, né, que tem os conflitos em relação à violência, né, à droga, ao tráfico de drogas, mas são poucos assaltos (...). (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 9965)
(...) porque tirando a praia os jovens daqui não têm um atrativo. Então o mundo do crime é muito mais fácil, ainda mais quando você tem realmente... quando você não tem uma rota de fuga (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 428)
E nos sentimos tristes pelo seguinte, a gente vê aqueles jovens, né, que a gente viu nascer, crescer, infelizmente, hoje estão enveredados nas drogas, né... é... são ceifados a vida pior do que um bicho, isso nos deixa triste, principalmente a gente que é da comunidade, da liderança, que estamos vinte e quatro horas, sabemos da realidade desse povo, entendeu? (...) a gente vê aqueles jovens passando 'ô, minha tia, tudo bom?', 'tudo bom',

<p>‘como é que tá?’, ‘tô bem’, ‘e aí, minha tia’, quando a gente pensa que não, é ceifado a vida, entendeu. Muitos não completam nem vinte anos, isso parece que nos dá assim, ó, um banho de água fria. São essas coisas assim que às vezes a gente fica meia triste, entendeu... de ver essas coisas, porque a gente não queria, não quer ver esses jovens assim, a gente quer ver esses jovens trabalhando, sendo alguém na vida, com toda dificuldade, mas com dignidade, mas, infelizmente (...). (Entrevistada do bairro de Massaranduba, l. 6399)</p>
<p>(...) é questão da violência, que vem crescendo, né, os jovens hoje tá sendo cooptado pelo mundo das drogas, eu mesmo fiquei até um pouco triste, que um aluno meu que... fiquei sabendo que tava vendendo droga, você fica meio triste (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6723)</p> <p>(...) mas é uma realidade um pouco triste com relação à violência, é um ponto que eu vejo negativo no bairro, é... principalmente a quantidade de jovens que estão se envolvendo no mundo do... nas drogas, criminalidade em geral, e muitos vindo a óbito (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6822)</p>
<p>(...) porque estimula os nossos jovens e pode até ter uma baixa em relação ao tráfico de drogas, né, que é uma realidade que a gente enfrenta hoje. Acho que o que falta hoje, tanto no Novo marotinho quanto na realidade do país é incentivo, né, aos jovens, projetos, educação integrada... (Entrevistada do bairro do Novo Marotinho, l. 10087)</p>
<p>Então, eu tenho a sensação de que eu sou daqui, faço parte disso aqui, mas os conflitos já me levaram a ter a vontade de sair, de sair pra um lugar mais seguro, né, por conta da minha mãe, e tal... Mas, segundo Ricardo a gente não passa, não corre risco, porque a gente é conhecido e mora há muito tempo no lugar. (FÁDIA – Ricardo seu marido?) Ricardo meu marido, é... que também é cria daqui. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1065)</p>
<p>NÚBIA – Eu gosto, agora de pensar em sair eu já penso, não vou mentir, não pela comunidade, certo? Mas, assim, a partir de que a pessoa vai chegando a uma certa idade a pessoa quer um sossego. (...) E você quando tem um lugarzinho que você diz ‘aquele é o sossego’, você não vai pensar duas vezes não... daqui a um tempo eu tô querendo... eu vou pegar minha... certo, meu rumo, porque eu quero ir por ali, esse é o meu pensamento, o meu é esse, eu não pretendo ficar muito tempo...</p> <p>FÁDIA – E o que é que tira o sossego da senhora aqui?</p> <p>NÚBIA – Olhe... eu acho que... o sossego da gente tira em tudo que a gente vê aí, né, não é só Massaranduba, não é só Cidade Baixa, é Salvador em si, porque hoje o sossego, você não tem sossego mais em lugar nenhum, você anda assustado em qualquer lugar. Apesar daqui, como ela disse, eles respeitam a gente (...) Eu mesma nunca entrei pra ele mandar nenhum psi, nenhuma piadinha (...). (Entrevistada do bairro de Massaranduba, l. 6368)</p>
<p>(...) querem ir pra outra rua, mas de frente pra rua, não sei o que... por causa de violência, aí eles pensam em mudar. Eu tenho vontade... fico naquela de Boca do Rio... de querer outro bairro, não sei daqui pra frente, mas gosto bastante, talvez em outro local da Boca do Rio só pelas questões da violência realmente, que é uma coisa que pega... Sair de noite, voltar dez horas da noite... (Entrevistado do bairro da Boca do Rio, l. 9676)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

O tráfico de drogas instalou nas periferias uma verdadeira força paralela, que entende-se com grande apoio político e também de origem fora dos lugares, trata-se de uma relação entre o lugar e o mundo. Não é objetivo deste trabalho adentrar ao debate das drogas, mas não podemos negar a atuação do tráfico como impeditivo à participação efetiva, por inúmeros motivos. Um deles é o fato do tráfico limitar o acesso ao bairro, seja por medo de determinados lugares, seja por impedimento explícito da passagem de determinadas pessoas por determinadas ruas. O medo também pode gerar dúvida nos moradores em relação à participação em atividades de planejamento que por ventura possam acontecer nos bairros, assim como em relação ao que podem ou não falar, uma vez que existem determinadas regras que são impostas pelo tráfico. Sobre o tema o gerente da Prefeitura-Bairro de Itapuã/Ipitanga

descreveu acerca da relação serviço público/tráfico de drogas na sua região, relato carregado de comodismo e superficialidade, mas que dá um panorama de como as coisas se dão nos lugares.

(...) eu vou dizer a você, não me atrapalha em nada, não me atrapalha em nada, muito pelo contrário, tem muitos deles que ainda nos ajuda. Porque na realidade o tráfico de drogas, eu acho que não tem muito a ver com a nossa conversa, mas assim, é bom pra gente ter uma noção como é que funciona o serviço público e o tráfico de drogas. O tráfico de drogas hoje é o terceiro setor de uma comunidade, o tráfico de drogas hoje é uma ONG da comunidade, porque o tráfico de drogas compra um gás, na hora que falta um gás na casa de dona Maria, o tráfico de drogas quando uma mulher apanha do marido o tráfico de drogas bota o marido pra correr da comunidade, o tráfico de drogas hoje é o juiz, né, infelizmente, porque não tem limites, de uma comunidade. Então, a prefeitura, quando ela entra com asfalto, com iluminação, com poda, com recapeamento, com calçada, não sei o que, tem o apoio do tráfico de drogas, tem o apoio, a gente já foi escoltado pelo tráfico de drogas pra fazer o serviço, entendeu? “Ó, aqui nada acontece com vocês, fiquem tranquilos e tal”, então, na realidade, pra o serviço público municipal, não atrapalha em nada, e a comunidade prefere ficar no escuro em paz do que ficar na iluminação em guerra. Então a única dificuldade, mesmo assim muito pouca, é em relação à iluminação, então, por exemplo, tem um ponto de venda de droga, aquele ponto estouram a lâmpada e não quer que troque outra lâmpada, então a gente não coloca, mas não prejudica diretamente o cidadão. Eu acredito que se o cidadão conseguisse viver sem o tráfico de drogas seria muito melhor, claro, óbvio, isso eu não tenho a menor... dúvida. Mas, assim, hoje o tráfico de drogas se instituiu nas comunidades como o terceiro setor, como a terceira via, não tem outra coisa. Tem relações dentro da comunidade que a comunidade procura primeiro o chefe do tráfico de drogas do que a polícia, isso é fato, né... aí vem uma conversa toda antropológica em relação a como a polícia entra na comunidade, como a polícia trata as pessoas da comunidade, né... Você pega um policial negro sendo racista com um pobre negro, uma coisa que não combina muito, mas você vê que acontece, né (...) E o traficante do bairro não tem esse tipo de problema porque cresceu junto, dona Maria viu o menino crescer, viu o menino jogar bola, viu o menino fazer vinte anos e tal. Então o tráfico de drogas hoje na comunidade eu posso lhe garantir que não é um grande problema pra o serviço público municipal. Eu acho que a gente deveria viver sem o tráfico de drogas, claro, mas, dentro da comunidade, pra o serviço público municipal, não é grande problema não. (Alessandro – Entrevistado da Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga, Apêndice B, l. 11711).

Sobre o tráfico de drogas e sua atuação nas periferias ressaltamos dois elementos: inicialmente reafirmamos que não se tratam de territórios do tráfico, uma vez que não são relações de poder, sim de força; o segundo elemento é que defendemos a legalização das drogas associada à implementação de políticas públicas como única saída à atuação do tráfico. A atuação do tráfico de drogas é importante fator limitante à efetivação da participação social, por ser uma força de desestruturação, assim como também contribui ao que denominamos perda do lugar; ignorá-lo seria considerar e embasar-se em um processo de produção imaginário do espaço. Contudo, a atuação do tráfico não pode ser impeditivo aos estudos e tentativas de efetivação da participação, uma vez que não se trata de uma força em decadência ou de ação com prazo de findar-se.

Por outro lado, os relatos dos moradores no tocante ao que lhes é apreensível de seus bairros nos trouxeram também elementos de potencialidades, estas nem sempre reconhecidas

por eles como tais, desperdiçadas ou aproveitadas. Os relatos constam no quadro 24, também foram elencadas iniciativas independentes de moradores que levam ações sociais diversas ao bairro, normalmente sem vínculo aparente com a política partidária, o que também foram consideradas como potencial.

Quadro 24 – Potencialidades do bairro

<p>Mas aqui não tem uma estrutura pra banhista mesmo, você vem, toma banho e tal, se você quer tomar uma banho pra tirar o sal, ou você vai na casa de alguém que você conhece, ou você tem que comprar água e se jogar, porque não tem chuveiro, não tem banheiro, os barraqueiros não podem botar banheiro, então não tem nada (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 318)</p> <p>(...) São Tomé era associação marisqueira, pesqueira, é a Z4 aqui (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 378)</p>
<p>(...) é um bairro hoje que tem espaço, tem espaço em termos de extensão, dá pra os jovens... o governo implantar várias coisas aqui, não tá levando só pro centro. (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2170)</p>
<p>(...) então a questão do parque também, que é um problema da região, porque sempre atrai muitas pessoas que fumam maconha, vira e mexe tem mortes aí dentro, então quem mora no entorno sente essa dificuldade (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4082)</p>
<p>(...) as igrejas de lá você tem uma tolerância religiosa grande, isso é uma coisa que eu acho bonita no bairro, né, independente de você ter, por exemplo, uma igreja batista e um candomblé muito forte no bairro, eles não têm esse conflito religioso (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4604)</p> <p>É uma coisa bacana o Engenho Velho da Federação, o que me faz frequentar, permanecer no bairro também... foram os primeiros termos que eu utilizei, a questão da... do pertencimento, a identidade e a coletividade. Os moradores de lá são muito unidos, isso faz você se sentir num ambiente que te agrada (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4663)</p> <p>Eu acho que o Engenho Velho da Federação é um dos bairros que tem uma forte resistência do fator cultural, isso eu acho muito bonito e louvável (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4713)</p>
<p>(...) é um bairro que tem muito potencial, é logo ali na entrada da cidade, próximo ao aeroporto, é um lugar estratégico, eu acho, que você pode tanto pra orla, quanto Paralela, próximo de Lauro de Freitas, eu acho que tem um potencial ali que não é muito bem aproveitado, eu sinto que se tivesse mais investimento, em todos os sentidos, urbano... e pensar mais a comunidade, um bairro assim que pode... sei lá, eu acho que ele é um bairro que tem potencial pra ser muito melhor do que é. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5569)</p>
<p>Eu acredito, justamente, por ser um bairro pequeno, eu acho que dava pra arrumar, sabe... porque não é um bairro... é um bairro pequeno, o problema dele é que ele é acidentado, né, você olha assim e acha que é só aquilo, mas aí você entra nas ruas, vê as ladeiras, é outra coisa lá embaixo, então ele é bem acidentado, mas é um bairro pequeno (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5974)</p>
<p>(...) se criou umas centralidades, assim, economicamente existe muita potencialidade no bairro, é... o bairro emprega muito, então há um alto ciclo de empregabilidade que é muito interessante, é... no qual eu considero até atrativo pra algumas empresas estarem no bairro onde seu funcionário tá muito próximo (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7485)</p>
<p>(...) a gente não tem conhecimento da importância daquela barragem dentro de um bairro de Salvador e da importância que a gente adquire com aquilo, ou de recurso natural, né, de... vegetação que a gente tem ali, ou exatamente que agora foi reconhecido há pouco tempo, da Pedra de Xangô, né, que era uma área que hoje foi reconhecida até pela própria prefeitura, pela municipal, pelo estado, como área de preservação, né, uma área importante, histórica, no contexto quilombola, tal, né... e pra manutenção também de matriz religiosa africana, então isso foi reconhecido como oficial, por órgãos oficiais, tal, mas a gente não tem esse sentimento, não tem esse vínculo com a comunidade (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9115)</p> <p>(...) até a própria prefeitura, os próprios órgãos públicos, eles não conhecem o bairro, né, eles não veem aquilo como se aquele instrumento, como se a barragem, como se a vegetação que tem ali, né, o potencial dessa... natural daquela área ali fosse pertencente àquele bairro, ele não enxerga, aquilo ali é uma vegetação que tá ali, ou é a barragem que tá ali, mas ele não enxerga aquilo como geograficamente pertencente àquele bairro, e</p>

<p>aquilo é daquele bairro. Entendeu? (...) Porque todo mundo fala do potencial econômico das Cajazeiras, né, de comércio principalmente, porque você vai num sábado em Cajazeiras, né, tá... o comércio tá alucinando (...). (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9246)</p>
<p>Os moradores de lá são muito unidos, isso faz você se sentir num ambiente que te agrada (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4665)</p>
<p>(...) porque a convivência foi muito assim, de todo mundo se conhecer, todo mundo se cumprimentar, todo mundo se ajudar, uns aos outros (...) a convivência foi sempre nesse sentido, todo mundo muito próximo, muito junto, muito de comunidade, o bairro foi construído em cima disso, de muita coisa muito de comunidade, de comunidade mesmo, foi sempre dessa forma. (...) E os jovens também, que antes a gente tinha... antes o bairro era muito assim de... de grupos de jovens mesmo, tinha o pessoal do vôlei, tinha o pessoal do baleado, tinha o pessoal da igreja, os meninos que iam... que eram da igreja, tinham vários grupos, de jovens, que faziam também parte da comunidade que hoje não tem mais, hoje só tem a capoeira, que eu saiba, só tem mesmo, que fica, que é uma coisa que o pessoal leva pra frente, é o pessoal da capoeira (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5818)</p> <p>(...) as pessoas são interessadas, as pessoas são acomodadas, sabe, o pessoal de lá é extremamente acomodado, mas quando chega alguma coisa pra ser feita, as pessoas chegam junto também, entendeu? (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5978)</p>
<p>(...) dia de domingo o pessoal se reúne muito na praça do bairro, pra tomar uma cerveja, conversar, se distrair (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6721)</p>
<p>(...) na rua que eu moro, por exemplo, muita coisa foi construída coletivamente, é... no que diz respeito à prática esportiva, por exemplo (...) essas atividades são coletivas, mas elas não são ordenadas, surgem de forma espontânea, de repente por vontade de um morador, o pessoal abraça e as coisas acontecem. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7361)</p>
<p>Tem um vizinho da gente que trabalha num... na... secretaria de saúde e ele traz alguns eventos por conta própria, por exemplo, vai ter a campanha de vacinação, ele monta um 'casebo' e aí ele coloca ali profissionais para distribuir a vacinação, idosos, crianças. Mas é uma coisa dele mesmo, não tem nenhuma organização por traz disso. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1092)</p>
<p>(...) pela própria população tem algumas pessoas que pensam projetos e arcam com esses projetos. E depois algumas conseguem até algum financiamento... de alguma parte, né... Aí você tem de capoeira no bairro que foram pessoas que realmente fazem esse projeto social. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3473)</p>
<p>(...) tem um projeto de dona Bernadete, que é uma... eu nunca sei se ela é francesa ou se ela é alemã, mas é uma senhora que mora lá há muitos anos, eu não sei há quantos anos, mas ela já mora lá há muitos anos e trouxe muitos benefícios com o projeto dela, ela tem uma creche escola, que... que traz crianças, que acolhe crianças pra fazer balé, artes, fazer vários tipo de projetos culturais (...).</p> <p>(...) tem um senhor que se chama Israel, que ele que vai à frente pra... pra levar pra mídia, levar pros órgãos responsáveis, os problemas do bairro, mas nem sempre ele é ouvido, mas através dele muitos benefícios vieram pra aquele bairro (...) esse Israel ele é (...) um bem feitor lá do bairro, apesar dos problemas que ele tem, ele é um bem feitor, porque ele trouxe, ele que trouxe a linha (...) Ribeira pra lá, pra passar por lá, ele que fez, ele que conseguiu que asfaltasse algumas ruas, que até então, cinco, seis anos, não eram asfaltadas, se é que chamam aquilo ali de asfalto... ele que trouxe alguns benefícios pro bairro, através de ações dele mesmo. (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8211)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

O quadro 24 demonstra a importância da realização de estudos localizados para diagnósticos do lugar, que devem ser praticados junto ao exercício de pensar os lugares, ou seja, alimentados pelas atividades (necessariamente contínuas) de planejamento participativo. Os moradores normalmente apontam muito mais problemas, primeiro porque eles aparecem

de forma mais latente no bairro e, em segundo lugar, por não estarem acostumados ao exercício.

A próxima subseção deste capítulo trará o foco nos sujeitos, como eles se apresentam e como reconhecem o outro, seus limites e potencialidades. Estes, ressaltamos, são de reconhecimento imperativo à efetivação da participação, uma vez que faz-se necessário – no processo de planejamento – ressaltar as potencialidades e dirimir os limites. Disso depende a efetivação da participação popular.

O eu e o outro no lugar: limites e potencialidades à participação popular efetiva

Esta seção traz outros elementos dos diálogos com os moradores com o intuito de melhor demonstrar o que denominamos de limites e potencialidades à participação popular segundo o sujeito, em suas perspectivas do eu e do outro. Ratificamos a importância da delimitação de tais empecilhos e potenciais sem qualquer hierarquia de relevância, uma vez que jamais serão encontrados lugares apenas com um ou outro. Ademais, apenas a complexidade nos faz aproximar da realidade. Começemos com os limites.

Via de regra os limites ‘do eu’ foram apontados pela entrevistadora a partir das falas e os limites ‘do outro’ foram diagnosticados pelos entrevistados. A exceção foi colocada em linhas anteriores quando Rosângela – entrevistada do bairro de Dom Avelar – nos surpreende com uma reflexão, já no final da entrevista, assumindo que o comodismo do outro que apontou durante a entrevista era também dela.

O desconhecimento geral do funcionamento das oficinas e audiências públicas foi marcante, destacaremos aqui duas falas que demonstram certa ingenuidade no tocante à justificativa para a falta ou insuficiência de divulgação das atividades. Colocada pra pensar em situação hipotética sobre a participação dos moradores do seu bairro em uma reunião a ser realizada em um bairro localizado no extremo oposto, Frida afirma que a população do bairro não teria “acesso até porque eu creio que não seja nem aberta pra todo mundo (...) mas aí no caso iriam os representantes, né (...)”. (Frida – Entrevistada do bairro de São Tomé, Apêndice A, l. 498). No mesmo sentido vem a fala de Bethânia, “(...) não é muito divulgado, porque senão vai todo mundo querer ir falar... entendeu? É por isso que muitas vezes ninguém nem sabe”. (Bethânia – Entrevistada do bairro da Santa Mônica, Apêndice A, l. 5272).

Identificamos a responsabilização dos próprios moradores pela não participação como outro limite do eu, ao passo que em dois depoimentos o egoísmo foi claro. Este elemento está

diretamente associado à transferência para o outro da responsabilidade de agir, já demonstrado em linhas anteriores. Anderson – morador do bairro do Engenho Velho da Federação – faz uma fala que nos leva à interpretação primeira de que se trata de um chamado à ação.

(...) se todos ou se a maioria do bairro ficar de braços cruzados sempre, tomar atitude alguma, as coisas vão permanecer como a prefeitura quer, que é olhar os bairros mais favorecidos, né, é... em termos de renda, com poder aquisitivo, os bairros com padrão de vida maior, vão ficar sendo priorizados, e esses bairros, como o Engenho Velho da Federação, que tem uma... um padrão de vida mais, vamos dizer, inferior, ficariam mais aquém. (Anderson – Entrevistado do bairro de Engenho Velho da Federação, Apêndice A, l. 4813).

Mais à frente, contudo, ao ser confrontado com uma situação direta de possibilidade de envolvimento, o morador responde: “Não tenho [interesse] e também no futuro eu acredito que eu não vou ter, porque eu tenho outros objetivos de vida”. (Anderson – Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, Apêndice A, l. 4959). Caetano conclui seu pensamento com conteúdo distinto quando colocado a pensar em outra possibilidade.

(...) apesar do interesse popular não ser tão... tão... como eu poderia dizer... a participação popular, ela não é tão... deixa eu ver a palavra... (FÁDIA – Tão efetiva?) Tão efetiva, se é que eu posso dizer assim, né... as pessoas não têm essa questão do interesse em discutir e tal. É... recentemente eu participei até de uma audiência pública sobre a ilha Salvador Itaparica, né... E eu vi pouquíssimos representantes da sociedade civil, né... (FÁDIA – Será que as pessoas sabem?) É... realmente eu acho também que essa questão da divulgação existe pouquíssimo, pouquíssimo... (FÁDIA – Você soube da...) Eu soube porque eu trabalho num órgão ambiental estadual, então... foi postado nos murais e no meio institucional e tal, aí eu fiquei sabendo, aí eu participei... mas eu acredito também essa questão do... da divulgação também não é bem divulgado, vamos dizer assim, porque eu acredito que se tivesse uma divulgação maior eu acredito que o interesse popular aumentaria, né... (Caetano – Entrevistado do bairro de Praia Grande, Apêndice A, l. 887)

A transformação da realidade do bairro é, para Anderson, Caetano e a maioria dos entrevistados, responsabilidade do outro. Não se pode, contudo interpretar essas falas como situações isoladas, individualizadas e/ou de forma descontextualizada, ou cairíamos no erro de culpar a quem estamos denominando o eu. Esses sujeitos denunciam a falta de um cotidiano de participação no planejamento. Outro erro que podemos incorrer é entender que, em uma situação ideal de possibilidade de participação efetiva, todos os moradores terão interesse. Joana, entrevistada do bairro das Barreiras, nos deixa clara a sua postura e assume o egoísmo.

(...) tirando pelo meu interesse de participação, é muito complicado... que você trabalha, você estuda, você vive no dia-a-dia corrido... aí você parar pra ainda pensar nos problemas do seu bairro, nossa... eu posso dizer que eu sou extremamente egoísta, porque eu não vou parar pra me preocupar com isso... eu tenho tanta coisa pra resolver, ainda vou parar pra me preocupar com isso? Sendo extremamente sincera, certo? (Joana – Entrevistada do bairro das Barreiras, Apêndice A, l. 1563).

A entrevistada, por outro lado, coloca a falta de resultados como um empecilho à sua participação, “(...) eu fico com receio de me meter nessas tomadas de decisões, porque eu não vejo, às vezes eu não vejo que pode dar resultado”. (Joana – Entrevistada do bairro das Barreiras, Apêndice A, l. 1586). No mesmo sentido segue o depoimento de Toni, morador do bairro de Boca da Mata.

É, de desconfiança... e do sentimento que aquilo vai dar um resultado final, acho que também carrega muito isso, a gente como população a gente não consegue enxergar que aquela uma hora ou duas horas que a gente vá dedicar de um sábado ou de um domingo, que aquilo lá efetivamente vai ter um resultado lá na frente. Então... e aí vem muito dessa... dessa questão de... como é que a gente tinha de falar aqui... de coletividades (...) então a gente como morador do bairro, a gente não vai ter, a gente não carrega esse sentimento de coletividade, de um trabalho em prol de algo em comum que vá dar um resultado final, talvez muito também, além da desconfiança pra enxergar, não conseguir enxergar isso. ‘Olha, a gente tá aqui se reunindo hoje, discutindo esse assunto, com essa pauta, e a gente vai ter um resultado lá na frente, alguma coisa vai ser... vai ser um resultado final, nem que seja uma carta que a gente vai protocolar lá na prefeitura e vai botar na associação de moradores, e vai... não, a gente não enxerga (...). (Toni – Entrevistado do bairro da Boca da Mata, Apêndice A, l. 9439).

A frequência na falta de resultados gera descontentamento e uma das consequências é o comodismo relatado pelas moradoras dos bairros de Dom Avelar e do Nordeste. Maria pondera a falta de tempo, mas reflete que o comodismo dos vizinhos tem a ver com a chegada de novas pessoas, resultado do descontentamento da vizinhança antiga pelo bairro, que muda-se e aluga a casa para novos moradores.

O comodismo, os moradores eles ficam um esperando pelo outro, assim, é como se fosse um medo de se expor, sabe... eu não sei se é medo de se expor, ou não querer ter trabalho, não sei (...) te dizer o porquê. (...) então tem muito disso, tem muito dessa coisa de esperar que alguém faça alguma coisa ou que a coisa por si só se resolva. (Rosângela – Entrevistada do bairro de Dom Avelar, Apêndice A, l. 6019)
(...) como eu te disse, o bairro é muito acomodado (...). (Rosângela – Entrevistada do bairro de Dom Avelar, Apêndice A, l. 6136).

(...) muita gente que já foi embora (...) alugou a casa... E esse alugar a casa é justamente é.. que eu falo que as pessoas não estão mais vivenciando (...) as horas de trabalho também influenciam (...) elas não ficam muito tempo... nesse bairro, mas elas também estão alheias... é uma história de ‘não quero nem saber’... Por exemplo, lixo... não tá tendo coleta de lixo, ah, antes a gente fazia abaixo assinado, se fazia toda uma... hoje em dia as pessoas... ‘ah, deixa aí’, ‘ah, mas isso é em todo lugar’... e a gente escuta sempre isso, entendeu? Quando eu falo assim, ‘ah, gente o poste de luz, eu liguei pra o 156, já queimou a lâmpada, vambora ligar, não sei o que’, ‘ah, mas é em todo lugar’, então o que eu mais escuto é em todo lugar (...) as pessoas estão agora assim pagando pra não fazer nada, pra não se estressar, né... uma vizinha que fala isso, ‘ah, eu to pagando pra não me estressar’... então... elas vão deixando. Eu disse ‘isso gera mais estresse’, porque você não tem um lugar com as condições mínimas (...). (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3087).

A falta de conhecimento dos meios para alcançar melhorias para o bairro foi também limite do outro, apontada pelos moradores dos bairros de Praia Grande e Santa Mônica. Enquanto Caetano reclama da ausência de iniciativa no procurar saber qual caminho, Bethânia

lamentam a falta de conhecimento dos moradores para o alcance de melhorias para o bairro e se refere também ao eu e não apenas ao outro: “‘Ah, eu preciso de um asfalto na minha rua’, só vou brigar, falar, falar, mas eu não procuro saber ao qual canal eu posso, né... solicitar...” (Caetano – Entrevistado do bairro de Praia Grande, Apêndice A, l. 751). “(...) mas a gente precisa também, os próprios moradores do bairro precisam mais acordar assim e ter mais amor àquele lugar, tem gente que tem muito, só não sabe como fazer, como ajudar aquele lugar (...)”. (Bethânia – Entrevistada do bairro de Santa Mônica, Apêndice A, l. 5463).

A falta de conhecimento associa-se a outro limite, a incapacidade que os moradores possuem para tomar decisões. A descrição deste limite do outro feita pelos moradores encontra-se diretamente associada à necessidade de melhor comunicação, com a qual trabalharemos no próximo capítulo tomando a proposta do agir comunicativo habermasiano. O quadro 25 traz os relatos feitos por quatro moradores quando colocados para pensar em uma situação de tomada de decisão no planejamento pelos vizinhos.

Quadro 25 – Incapacidade dos moradores para tomada de decisões, segundo entrevistados

Sim, com certeza. Não tudo, né? Porque tem muita gente também que quando for vai pensar, vai planejar, acaba planejando coisa que não daria certo, mas, de uma certa forma, a gente que tem necessidade maior, que vive, que conhece a história, que conhece a localidade, vai poder decidir maior. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 229)

(...) eu moro ne um local que é uma rua sem saída (...) Então vira tipo um condomínio fechado, tem um síndico (...) que ele é responsável por trazer melhorias pra o condomínio (...) é muito conflituoso os interesses das pessoas que estão dentro do condomínio e o próprio síndico, imagine você gerir um bairro... tem muito mais dificuldades, são várias pessoas querendo alguma coisa específica, então eu acho que a população ela não tá... ela não tem conhecimento suficiente para fazer uma administração dessa. Porque não foi preparada pra que isso fosse feito, nós não temos um... uma gestão participativa, então a população ela fica alienada às decisões, então isso não as prepara pra tomar suas próprias decisões... então, a partir do momento que isso não acontece, eu acho que é um despreparo total, a população não conseguiria, do bairro, tomar uma decisão, nem que fosse pra melhorar o próprio bairro... teria uma... um conflito de interesses. (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1479)

(...) o governo quer criar uma gestão participativa, se eles realmente fizerem isso, eu acho que a gente consegue mudar as coisas... então... eu acho que só precisa... eu não sei como isso chegaria na população, porque no meu bairro, especificamente, as pessoas são tão alienadas, sabe (...) Então... eu não vejo como essa gestão participativa poderia se tornar real, mas eu acredito que, se for de interesse da gestão pública, criar essa gestão participativa, tem como. (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1523)

(...) nós não estamos preparados para isso, é como administrar uma empresa, você pode ter vontade, porém você pode não saber e você precisa de estudo pra aquilo. Você pode já nascer com a experiência, mas mesmo assim você tem que se aprofundar naquilo e as pessoas não estão preparadas. Elas também não foram treinadas para isso... (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1851)

(...) é por isso que eu tenho uma certa questão com a mediação. Porque às vezes é necessário sim a prefeitura dizer ‘tem que fazer’. Tem que fazer por uma ordem técnica e tal... porque os moradores eles podem, por exemplo, pensar numa praça e outros moradores, que aí são... são identidades diferentes dentro do próprio bairro, são várias linguagens dentro do próprio bairro... e o morador da rua de trás dizer bem assim ‘eu não quero aquela praça não, porque (isso tem muito) aquela praça vai servir mais pra fulano, pra aquela rua... e aí eu quero que vocês invistam nisso’... E aí precisa assim desse mediador efetivo, no sentido de dizer assim, ‘é, mas entre A e B, e o recurso tal e o recurso tal, e a ordem tal e a ordem técnica tal e tal e diante de toda essa problemática, a gente vai fazer isso. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3639)

Fica evidente a descrença em relação à capacidade de tomada de decisão pelo conjunto de moradores e as justificativas são diversas, passando pela falta de experiência à individualidade. A leitura do quadro 25 deve ser feita também associada à do quadro 13, neste capítulo, que demonstra a falta de consciência dos moradores acerca de um processo participativo efetivo, também considerada como limite do eu. Quando Joana reclama que os interesses entre o síndico e os outros moradores são distintos e coloca como justificativa pra sua descrença na possibilidade de autoplanejamento ela demonstra desconhecimento tanto das possibilidades de mediação de conflitos quanto da necessidade destes para uma real relação entre os moradores, uma vez que não existe homogeneidade de opiniões, como seu próprio exemplo nos trouxe. Joana não considera que colocar esses conflitos em pauta e saber lidar com eles, além de esperar outros conflitos, com outras áreas da cidade – bairros vizinhos e demais possíveis – é a essência do planejamento participativo e que a superação dos limites apenas pode ser alcançada por meio do exercício frequente de planejar.

Maria, moradora do bairro do Nordeste, com outra linha de justificativa, afirma que existem momentos em que é necessária uma intervenção decisória da prefeitura, como um ponto final justificado por determinação técnica. Esta certamente pode condicionar uma tomada de decisão, mas, dialogada e compartilhada com o todo, já não se caracterizaria em determinação ou decisão de cima para baixo. A justificativa de Maria segue na linha da de Joana com os possíveis conflitos decorrentes de opiniões diferenciadas que poderão surgir, sendo repercussão também da incapacidade de pensar em uma situação de planejamento participativo efetivo.

Mais à frente Maria afirma acreditar que com a maior união entre os moradores é possível alcançar melhorias para o bairro e melhor enfrentar o poder público. “Também eu acho assim, quando a população se une, aí tem o conceito de coletividade muito maior, quando ela se une mesmo e fala ‘a gente não quer maquiagem’, ela consegue... porque o gestor ele não pode fazer a Alice o tempo todo, ninguém consegue a Alice o tempo todo.” (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3899). Clóvis, morador do bairro de Nova Brasília, segue em linha similar, acreditando na força da união dos moradores.

(...) criou as secretarias, os... as prefeituras nos bairros, mas notamos que os problemas continuam, entendeu? Os problemas continuam, é... precisamos nos organizar, o povo precisa se organizar pra entender que a política é feita em favor do povo, é pra ser feita em favor do povo. Mas, pra isso, pra nós nos organizarmos e ganharmos força, é... temos que participar mais de... de... dessas prefeituras nos bairros, dessas subprefeituras nos bairros... dos projetos do... do governo, dos projetos de quem administra o nosso dinheiro, né... isso seria pro nosso... pro nosso uso, né... pro nosso bem comum. (Clóvis – Entrevistado do bairro de Nova Brasília, Apêndice A, l. 2505).

Contudo, nas entrelinhas os dois relatos demonstram que o alcance de melhorias para o bairro necessita de certa homogeneidade entre os moradores, como quem se une em prol de uma melhoria pontual no bairro. A conflituosidade é componente principal das relações sociais e, por isso mesmo, elemento de destaque da produção do espaço. Planejar sem conflitos significaria não-planejar. Por outro lado, existe um conteúdo explícito nas duas falas, que é o da força do lugar e na crença de que é a partir do lugar – logo dos seus sujeitos – que uma transformação é possível, ideia com a qual corroboramos. O como fazer, contudo, vai variar de acordo com os lugares.

Toni, morador do bairro de Boca da Mata, exatamente por presenciar as mobilizações por questões emergenciais, acredita que é possível uma atividade frequente de planejamento, tendo já pontuado que é necessário um retorno ao que se fez/pensou durante as reuniões/encontros. A fala de Toni é contrária à de Maria, moradora do Nordeste, que relata comodismo geral dos vizinhos no tocante à tentativa de solução de problemas pontuais, não que estejamos transferindo esta característica a todo o bairro do Nordeste, lembrando que se trata da apreensão de Maria – e dos demais moradores – do seu bairro de moradia.

A gente tem protestos específicos, começou a juntar gente reclamando do lixo, juntou, virou o balde de lixo e tocou fogo, chamou atenção, fechou rua. A gente teve essa mobilização já, entendeu? ‘Ah, vamo brigar porque tá vindo esse hospital pra aqui e tá quebrando tudo, quebrou parte da calçada, vamo brigar’, ‘olha, o pessoal do hospital ou daquele empreendimento tá estacionando o carro no lugar que é dos moradores’, ‘não, vamo brigar, vamo na porta, vamo...’. Tem assim o embate direto, aconteceu, vamo brigar, ‘olha, vamo brigar aqui pelo ônibus, o motorista passa muito rápido, ele atropelou alguém’, já teve isso lá, a gente já viveu... ‘ele atropelou uma pessoa’, ‘olha, vamo brigar, ônibus dessa empresa não vai passar aqui, vamo brigar até vocês... vamo instalar uma...’, morador mesmo, ‘vamos juntar lá’... a gente mobiliza muito pra construir lombadas, né, aquelas lombadas... por que? Porque veículos lá, principalmente de empresas públicas, de transporte público, passam muito rápido. A comunidade se mobiliza, constrói, cada um bota ali o seu dinheiro, compra e constrói a lombada, aí depois a prefeitura vem e passa o asfalto por cima. É muito disso, do imediato, do que tá ali, né, por isso eu acredito também, se tiver um estímulo a essa mobilização, a gente pode pensar num planejamento do bairro sim, pode pensar. (Toni – Entrevistada do bairro da Boca da Mata, Apêndice A, l. 9477).

Embora o diagnóstico geral tenha sido de distanciamento entre os entrevistados e algum tipo de ação em prol do bairro, por variados motivos, o quadro 26 nos traz relatos de atividades que os próprios moradores tenham participado ou participam, assim como demonstração de possível interesse no futuro.

Quadro 26 – Participação em ações em prol de melhorias sociais para o bairro – o eu e o outro

Nós nos sentimos bem, entendeu, nós não buscamos parceria com esse pessoal, porque infelizmente, eu vou lhe ser sincera, eu acho política partidária uma coisa suja, infelizmente... se... como eu digo sempre às nossas companheiras e a turma, se a gente procurar a gente vai ficar é aqui (aponta para a mão) e eu não quero isso, entendeu? Eu quero que na hora que eu falar, entendeu, nego escutar, e eu quero que na hora que eu tiver certa eu quero falar, entendeu? E eu não quero, eu só quero tá na mão de Jesus... e esse pessoal tem mania disso,

<p>entendeu, de fazer você... eles... você... ele faz um favor, vamos supor, ele faz um favor pra mim e eu fico sempre na mão dele, não é isso... não é isso que a gente faz. (Entrevistada do bairro de Massaranduba, l. 6530)</p>
<p>Tem até um projeto que eu tava construindo com uma professora daqui, que é Rosália, que é um processo socioeducativo, que a gente tava pensando em incluir aula de capoeira, de dança, de teatro, escola de futebol também que os meninos gostam, artesanato, costura... seria utilizada uma chácara ali, só que Marcos Medrado acabou comprando e fazendo garagem. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 420)</p>
<p>(...) participo da comunidade da paróquia São Gonçalo do Retiro e eles que fazem... eu conheço o meu bairro mais por causa deles... eu já fui em lugares que eu nem imaginava que meu bairro... que era meu bairro (...) Então nós visitamos e, por conta disso, conhecemos a vida da comunidade... é doação que nós fazemos, é ações que nós fazemos... por conta disso que eu conheço meu bairro. (...) Porque o tráfico é uma coisa presente, muito presente no local, pra ir, nós temos que ver se alguém... se tem lá gente conhecida, se a igreja tá aberta... mas nem por isso nós deixamos de fazer ações... Então é essa... é dar realmente, é se mostrar... dizer 'ó o bairro está aqui, nós estamos vendo vocês e queremos a melhora de todos', existem lugares que não têm saneamento (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1960)</p>
<p>A gente até tentou, viu... algumas coisas, iluminação pública, que fica carente, tem uns pontos, né... como a gente paga iluminação pública, são nossos direitos, já... a gente já fez abaixo assinado... agora não tem o acompanhamento de todo mundo... a gente trabalha, tal, naquele corre-corre, sempre uma desculpa, aí fica pra um só, dois, aí acaba parando... em qualquer melhora. (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2238) Tipo, a gente montou um grupo agora, mas de futebol... Porque a gente tava todo mundo parado e tal, de quarenta pra, pra... de quarenta acima. Então você vê, hoje a gente tá formado esse grupo, queira ou não queira é um... uma coisa... pra lazer, né... a gente tem um campo, uma quadra também, então a gente hoje formou o grupo, grupo... é... todo mundo querendo mesmo participar e foi uma coisa bem... de uma hora pra outra... firme, então como acontece isso aqui, podia acontecer nos serviços da, da... de melhorias pra quadra. Se viesse um exemplo da quadra tendo uma execução em qualquer coisa que venha a ser benefício da população (...) aconteceu esse grupo nosso do baba, de uma hora pra outra, a gente já tem todo o material, todo mundo arrecadando ali da gente mesmo, por que não ter um grupo da associação pra melhorar a quadra, fazer a melhora no geral... e vinha... quem tiver ideias 'ó, isso aqui e tal, o que é que vocês pode analisar'... então, no meu pensamento, entendeu, eu acho que isso aí é válido (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2340)</p>
<p>FÁDIA – Você participa da associação? CLÓVIS – Participava, depois parei. FÁDIA – Por quê? CLÓVIS – Parei por causa de, por conta de tempo... Eu trabalho de dia, de noite fazia faculdade... e não tinha condições de trabalhar (...). (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2623)</p>
<p>(...) se tem alguma coisa que vai modificar o bairro ou que tenha alguma coisa, eu participo (...) eu vou às reuniões, eu estou atenta ao meu bairro, realmente o que está acontecendo, né... então eu estudo um pouco o meu bairro, eu estudo no sentido não só acadêmico da coisa, mas no sentido assim, quem são as lideranças, quem são... eu me remeto... é... se eu tiver um problema, que é direcionado ao bairro, um abaixo assinado, quem que eu posso... Ver também as pessoas que estão na área acadêmica, vivenciando... é... fazendo pesquisas sobre o bairro... leio também algumas pesquisas. Que não condizem muito com o bairro, né... pelo meu olhar, não condizem muito com o bairro, mas é o olhar de outras pessoas (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3054) (...) você já falou que sabe de algumas associações, né, do seu bairro. Você participa? MARIA – Hoje não mais. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3787)</p>
<p>Então, assim, eu vivo numa realidade, que é a paróquia, né, da minha... da minha... aqui do Engenho Velho, que é a paróquia Deus Menino, então a gente praticamente lida com a realidade diretamente, porque a gente trabalha com as comunidades, que o padre ele fez setores em várias comunidades, em vários locais aqui no Engenho Velho, então a gente praticamente trabalha diretamente com essa realidade. (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4036) (...) eu posso dizer pela paróquia, a paróquia ela cuida das pessoas que são de rua, que tem o sopão, esse material ele é doado pelos próprios comerciantes do bairro, verduras, frutas, tal. Tem a pastoral da família, que trabalha também com a questão da família, casais, namorados e tal. Tem a pastoral da criança, que trabalha com crianças do bairro que necessitam de uma... um apoio maior, que os pais precisam ter esse apoio, se eu não me engano eu acho que é até os seis anos de idade (...). Mas aqui temos também as igrejas evangélicas que também têm um trabalho muito especial em relação à população, e... eu não sei lhe dizer mais ou menos com veracidade</p>

<p>os trabalhos que eles promovem, mas tem muitos grupos que também fazem como o da paróquia, que é o do sopão, então eles dão alimentos também (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4320)</p>
<p>Seria uma coisa a ser pensada... se fosse uma questão mais... como é que eu posso dizer... se eu fosse pro lado de... do pensamento social, de um pensamento mais... como é que eu posso dizer, desenvolver a mente dos jovens do bairro, com alguma atividade, com alguma roda de conversa, com alguma atividade dessa assim, entendeu, pra trazer os jovens à realidade, não... não tá fazendo tanta besteira que hoje a gente vê os jovens fazendo, trazer os jovens mais pro seu bairro, pra poder se ligar mais no que tá faltando, o que a gente tem que correr atrás, isso sim, agora na questão, quando você fala assim de ser uma associação pra poder tá correndo atrás de ir em prefeitura fazer essas coisas, é isso que eu não me vejo, entendeu? (Entrevistada do bairro d Santa Mônica, l. 5419)</p>
<p>Então nós nos organizamos, os moradores... NÚBIA – Com dificuldade. DANDARA – Com muita dificuldade, muita dificuldade mesmo, né, não só eu aqui, Dandara, mas Tamar, Joana, Isabel, Judite e nosso companheiro Zumbi, então nos organizamos para tornar um bairro melhor e buscar, entendeu, as parcerias, né, a melhora pro nosso bairro, através de habitação, porque a gente infelizmente tinha muitas palafitas, então, cada dia que a gente tava no nosso lar, daqui a pouco chegava uma pessoa correndo, ‘dona Dandara, corra ali que o barraco de fulano caiu com as crianças’, saía eu, arrastava essa, arrastava o companheiro, arrastava outra, largava o prato de comida em cima da mesa, corre, corre, corre, corre, pra salvar aquela família... e quantas mães já perderam seus filhos dentro da maré. Então a briga foi muito grande, o que foi que a gente disse, bora buscar parceria, bora lutar, governo do estado, Casa Civil SERIN, SEDUR e bora lutar pelo nosso povo, e é o que a gente faz. Não ganhamos nada, ganhamos sim, conhecimento, né... conhecimento demais, aborrecimento demais, conflitos, muitos conflitos (...). (...) Ontem mesmo a gente tava falando, estamos até... como eu disse a você, a gente vamos fazer um seminário da saúde aqui da Cidade Baixa, né, Itapagipano, porque a gente tá aqui desprovido de tudo, não temos uma unidade básica aqui, uma UPA aqui pra nos servir. Então nós tamos, parceria junto a todas as unidades, entendeu, é... como eu disse a você, o Ministério Público, a Sesab, e outros demais... é... prefeitura, entendeu, então a gente se agregou, todo mundo junto, pra fazer esse seminário, que é a Redcamp, junto à Camapet, que é as nossas parcerias, é onde a gente se agrega com eles, entendeu... Mas é muito grande, muito aborrecimento, muito desgaste físico. (Entrevistadas do bairro de Massaranduba, l. 6219) Eu digo sempre, que a liderança é médico, é enfermeiro, é psicólogo, é delegado, é tudo, é como... eu peguei aqui o conflito, a gente é intermediador de conflitos (...) Agora é como eu digo... eu agradeço a Deus, eu... digo sempre que eu... Jesus, com a divina sabedoria, me determinou pra isso, porque eu me sinto bem, em ajudar o meu semelhante, o meu próximo, entendeu, principalmente na hora das dificuldades, eu quero tá ali rente (...). (Entrevistadas do bairro de Massaranduba, l. 6426)</p>
<p>(...) já tem uns três anos que eu pedi pra colocar corrimão nas escadas. Mandei pra SUCOM, na época, mandei pra Secretaria de Obras, e tipo... não tive resposta nenhuma, ninguém me respondeu, o negócio tá lá até hoje, tem velhinho caindo, tem velhinho que já é deficiente e nada é feito, então, assim, não existe uma atenção mesmo. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7524)</p>
<p>Eu trabalhava na associação, aqui do conjunto mesmo, aí tinha uma interação melhor, mas hoje em dia eu não trabalho mais, porque não era mais pra mim, o que eu imaginava que a associação seria... o que seria o papel dela, né (...) agora eu participo mais agora com relação à comunidade lá de cima, né, a Nova Brasília, porque eu trabalho lá, né, a gente vê as coisas que acontecem, chama a comunidade, pede que as mães vão atrás dos seus direitos (...) participar dessas questões também é importante porque você percebe as necessidades, você percebe do que é que realmente precisa pra poder melhorar, não somente com relação a morar, com relação ao que precisa em... físico, mas com relação a sua... é... sua identidade como ser humano, né... e aí às vezes a gente vê que a gente leva uma ação, uma coisa, que melhora esse desenvolvimento, né. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7734)</p>
<p>(...) lá tem um clube chamado Reino Floral (...) que pertence à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que é um... é uma ONG dentro da igreja, que acolhe crianças de nove a quinze anos, que não são da igreja e faz trabalhos sociais com eles. (...) Eu já até participei quando... quando criança (...) ensinam coisas sobre o bairro, fazem trabalhos comunitários, nas casas, nas escolas, em... onde for, onde for necessário, entre outras coisas. Então a maioria das experiências que eu tive lá foi através do Desbravador, através do Clube Desbravador. Eu entrei com doze anos de idade, eu acho, não, onze anos de idade, e saí com dezesseis, porque pra continuar você tem que ser batizado na igreja (...) eu adquiri mais respeito às outras pessoas, a olhar com outro olhar a necessidade da pessoa, do outro ao meu redor. (Lua – Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8248).</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

Existe no geral uma disponibilidade de ajudar o próximo, o que se questiona é se a situação seria mantida se fosse o caso de sentar com o outro para dialogar e tomar decisões sobre o bairro. Ainda na linha de ajuda ao próximo a fala da moradora do bairro de Massaranduba, Dandara, nos sugere a liderança auxiliadora, mas também a centralizadora, a que resolve tudo para o outro, a liderança forte trazida por Nunes (2006). O protagonismo do eu é um desafio tanto para o eu quanto para o outro.

A Igreja aparece como agente de referência em algumas entrevistas, cujas consequências incluem atividade da pessoa entrevistada em relação ao bairro, ainda que normalmente se resuma à ideia assistencialista. É interessante, porém, identificar e potencializar esses grupos já formados, assim como incentivar a formação de outros, grupos que são diversos, como o de futebol narrado por Clóvis, morador do bairro de Cajazeira XI. Esses podem ser os grupos chamamos por Débora, em entrevista, de novos coletivos cidadãos, que são compostos pelas chamadas lideranças mobilizadoras. Esses grupos podem auxiliar na identificação dos lugares dentro dos bairros, que são unidades administrativas, mas não constituem necessariamente uma práxis que conceitualmente seria delimitada como apenas um lugar de vivência. Clóvis, por exemplo, referencia a quadra como seu limite de convivência mais direta, desta forma, a quadra pode ser um lugar entre os diversos que compõem e extrapolam o bairro de Cajazeira XI.

Outro elemento a ser destacado é a ideia da relação com a prefeitura (órgão público em geral) como ‘o outro para o qual se deve pedir algum favor’, resultado de uma relação assistencialista sustentada historicamente e, diríamos, aceita pelos sujeitos, uma vez que desconhecem outra maneira possível (e inclusive reproduzem em relações internas aos lugares).

Os relatos do quadro 26 nos fazem refletir em aproximações possíveis entre as realidades demonstradas nos contextos das entrevistas e uma participação social efetiva, o que sugere a conjectura de caminhos. Este capítulo demonstrou o quão árduo e longo será tal efetivação caso os caminhos sejam reais. É nesta linha que seguiremos no próximo capítulo, longe de sugerir caminhos metodológicos como fins, mas passando por eles. A comunicação horizontalizada é ponto de partida – tanto para relações externas como as internas ao bairro e, para tal, recorreremos teoricamente ao agir comunicativo habermasiano.

OFICINA DE PROPOSTAS

Que melhorias você quer para o bairro 2 de julho?

PLANO DE BAIRRO 2 DE JULHO

Quinta, 24 de novembro 2016 no CEAQ - Centro de Estudos Afro-Orientais Largo 2 de Julho, às 17:00

OFICINA DE MEMÓRIAS

13 DE DEZEMBRO 2014 (SÁBADO) A partir das 15h30 no Coreto do LARGO 2 DE JULHO

PROGRAMAÇÃO:

15H30: VARAL DO TEMPO
16H30: RODA DE CONVERSA: CONTE SUA HISTÓRIA!
17H30: VÍDEO "MEMÓRIAS DO 2 DE JULHO"

REALIZAÇÃO: APOIO: PATROCÍNIO:

PLANO DE BAIRRO 2 DE JULHO

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS P/ EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

MORAR BEM NUM BARRIO

SAB- 16/05 -14H

LIGA DA COMUNIDADE - PARÓQUIA SÃO BENEDITO - ESCOLA ESPERANÇA

REALIZAÇÃO: ABMS, mundolivre, LUGARCOMUN, PROJETO EDUCACIONAL E CULTURAL

(...) e que fosse divulgado... porque muitas pessoas têm interesse até em participar, mesmo não... não sendo membro de uma cooperativa ou da associação, quer participar, mas isso não é divulgado, você só vê... principalmente pra quem não tem acessos... quando passa rapidamente no jornal local 'ah, houve... 'nanaram' pra decidir o PDDU' ou então já foi aprovado. Não tem as chamadas no canal aberto, pra que você possa ir lá e participar, colocar os seus interesses, da sua rua... é... e a periodicidade não tem, se isso acontecesse a cada quinze, quinze dias não, né... mensalmente, ou a cada dois meses, já que é um plano que se renova a cada oito, então por favor, que fosse divulgado... não há, se você for conversar, é... com qualquer outro vizinho aqui na rua, a dificuldade de entender, de saber do que se trata, vai ser muito maior.

E O DIREITO À CIDADE?

E O PDDU?

Não tem uma divulgação, o PDDU ele não é avisado (...)

As informações mais claras... sabe... porque você vê um programa eleitoral é todo dia, um mês, é todos os dias... todos os dias que passa, não tem um dia que não passe... faltando luz ou deixando de ter luz, vai ter... o... programa eleitoral, sim, tem que ter... e por que isso que é algo pra nós, pra uma melhora nossa, não tem?

COMO FICA A CONTINUIDADE DAS AÇÕES?

Mas assim... mas... a reunião, antes dela ser feita, todo projeto tem q tá sendo passado pra toda a população... a mesma propaganda que se faz, que se investe pra dizer que fez obra, que fez, que fez projeto, que fez isso... ela deveria tá no ar, no horário nobre, pra que todos nós soubéssemos, pelo menos, dos projetos... antes de fazer as reuniões, pra quando chegar nas reuniões... é... se ter ali não só passar um projeto e sim uma discussão de um projeto. Se for pra uma reunião só pra passar um projeto, não vai valer à pena. (...) É pra se discutir, não pra se passar.

PELA LEGITIMAÇÃO DAS AÇÕES E PELA AUTONOMIA DOS SUJEITOS!

ATÉ ONDE VAI O BAIRRO 2 DE JULHO?



- conversas sobre os limites do bairro
- exibição do vídeo da última oficina
- oficina especial para crianças

PRÓXIMA OFICINA

Sábado, 17 de maio - 14:30 h
Colégio Estadual Ypiranga
Rua do Sodré, 43

maiores informações: plano2dejulho@gmail.com (71) 3283 9902



APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS P/ HABITAÇÃO

PLANO DE BAIRRO

SAB- 30/05 -14H

SARAMANDAIA

LIGA DA COMUNIDADE - DE FUTEBOL | PARÓQUIA SÃO BENEDITO - BOLE E ESCOLA ESPERANÇA - ANTIGA CHICO MENDES

REALIZAÇÃO: mundolivre, LUGARCOMUN, Projeto Educacional e Cultural

VENHA DEBATER AS PROPOSTAS

VENHA DEBATER

OPORTE DE INICIATIVA

COMO FICA NOSSO BAIRRO?

2012-2013 OFICINAS DO PLANO DE BAIRRO

plano de bairro Saramandaia

EXPERIÊNCIAS E PLANOS DE BAIRRO

plano de bairros: Cantinho do Céu (SP) e Nova Constituinte (BA)

plano de bairro Saramandaia

plano de bairro Saramandaia

5 APROXIMAÇÕES ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E OS LUGARES PERIFÉRICOS DE SALVADOR: UMA POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Após elencar uma diversidade de limites e potencialidades do lugar à efetivação da participação social, decerto muito mais dos primeiros que dos últimos, tentaremos neste capítulo tratar de direcionamentos mais efetivos à defesa da presente tese. Os capítulos anteriores nos deram uma base de diagnóstico envolvendo teoria e prática e é com o mesmo sentido que seguiremos neste capítulo, alternando e dialogando nossas conversas nas entrevistas com autores que tratam dos temas. Para o início de concretização de uma aproximação entre o planejamento urbano e os lugares periféricos de Salvador são necessárias duas transformações iniciais, interdependentes e concomitantes: das posturas dos sujeitos dos/nos lugares e dos técnicos planejadores, assim como a forma de comunicação entre os envolvidos (tanto relacionada às posturas dos indivíduos quanto às informações que circulam). Ressaltamos que não são as únicas mudanças necessárias e que estamos tratando de alterações em um contexto de ações estratégicas em relações que visam a acumulação.

As transformações de postura em relação aos sujeitos muito estão relacionadas à apropriação consciente do espaço, ou à consciência política do lugar, como já mencionamos anteriormente. É este fator que demandará uma nova postura dos técnicos, uma vez que os sujeitos moradores refutarão quaisquer posturas que não respeitem a relação endógena construída ao longo do tempo, como também quaisquer possibilidades de tomada de decisão não compartilhada. A consciência de lugar também não permitirá a imposição de metodologias e demandará momentos contínuos de planejamento.

Iniciaremos a discussão com as relações de comunicação, para tanto, dialogaremos com algumas contribuições de Habermas principalmente no que tange o agir comunicativo e o mundo da vida. A justificativa desse exercício se dá com os resultados de campo e a tentativa desta autora de seguir a linha de concretude de caminhos para o que foi levantado como empecilhos à efetivação da participação. Nossa perspectiva e cuidado, porém, foram de fazer conversar esta análise ao desenvolvimento teórico até então delineado baseado na espacialização das relações com alicerce teórico no espaço geográfico e no lugar. Ainda que não tenhamos trazido como elemento de debate nesta tese, faz-se relevante não passar despercebido pela ideia de poder, extremamente cara à análise aqui proposta em relação ao protagonismo dos sujeitos. Habermas (1990) distingue entre o poder gerado de forma

comunicativa e aquele utilizado administrativamente, este que em várias passagens deste texto denominamos força.

As teorias clássicas da democracia partem do fato de que através do legislador soberano a sociedade atua sobre si mesma. O povo programa as leis; estas, por sua vez, programam a execução e a aplicação das leis, de modo que os membros da sociedade recebem, através de decisões (válidas para a coletividade) da administração e da justiça, os produtos e regulamentações que eles mesmos programaram no papel de cidadãos. Essa idéia de um atuar sobre si mesmo por meio de leis só é plausível a partir da suposição de que no conjunto a sociedade pode ser representada em geral como uma associação que determina para si o próprio direito e o poder político através dos meios. No entanto, a explicação sociológica nos ensinou algo melhor sobre esse movimento circular fático do poder; também sabemos que a forma de associação é por demais complexa (...) para poder estruturar no todo o conjunto da vida social. Mas não é isso que me interessa aqui. A análise conceitual da constituição recíproca entre direito e poder político mostra, ao contrário, que no meio através do qual deve ocorrer o atuar sobre si programado por lei encontra-se já o sentido contrário de um movimento circular autoprogramado de poder: é a administração que programa a si mesma à medida que direciona o procedimento do público eleitor, programa previamente o governo e a legislação, e funcionaliza a decisão jurídica. (...)

Podemos distinguir o poder gerado de maneira comunicativa e o poder utilizado administrativamente. No espaço público político entrecruzam-se então dois processos em sentidos opostos: a geração comunicativa do poder legítimo, para o qual Hannah Arendt esboçou um modelo normativo, e a obtenção de legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo é refletido. Como os dois processos — a formação espontânea de opinião em espaços públicos autônomos e a obtenção organizada de lealdade das massas — se interpenetram, e quem domina a quem, é uma questão empírica. (HABERMAS, 1990, p. 107-108).

Quem domina a quem vai além de uma questão empírica caso o autor esteja separando da práxis um processo histórico no qual a força do capital hegemônico atua como determinante nas tomadas de decisão. Concordamos, contudo, com a interpenetração entre o que o autor denomina de poder gerado de forma comunicativa e aquele utilizado administrativamente, o que não podemos desconsiderar é a hierarquia prévia presente nessas relações e que na maioria das vezes faz uma forma de poder se sobressair: a mais forte no contexto do capital. Um exemplo dessa relação mútua hierarquizada é a cooptação de lideranças, maneira que a força política administrativa tem para aproveitar as fragilidades internas aos lugares, estas que se desenvolvem pela própria existência daquela força.

Fazer equilibrar as tomadas de decisão na produção do espaço as relações de força – que estão ligadas diretamente à acumulação de capital, são legitimadas pelo Estado e, por vezes, incidem sobre os sujeitos também por meio de cooptações de lideranças – e de poder, estas que são geradas coletivamente pelas relações autorreconhecidas nas bases, significa também evidenciar a existência de tais relações e a necessidade de maior protagonismo dos sujeitos por meio da valorização das relações próximas.

Não adentraremos no conceito de poder, o que demandaria um debate mais amplo. Contudo, corroboramos com ARENDT (2001) e (2010) com a ideia de que o poder esteja na possibilidade de uma coletividade agir consensualmente, para a autora, poder e dominação têm expressões opostas. Ainda as ideias de Habermas e Arendt não tenham consenso em relação à ideia de poder, nossas interpretações acerca do agir comunicativo e o poder consensual são de que ambos são complementares. O que nos importa na ideia de poder, assim, é a sua legitimidade e construção por meio de uma coletividade autorreconhecida.

Das falas dos nossos entrevistados conseguimos captar a emergência do agir comunicativo, relatos que também trouxeram formas possíveis de atuação dos técnicos da prefeitura em seus lugares. As próximas páginas trarão – também apontadas pelos moradores – possíveis intervenções que melhorariam a situação do bairro em geral.

Planejamento participativo, agir comunicativo e o mundo da vida (o lugar)

Esta seção dará ênfase aos conceitos de agir comunicativo e do mundo da vida encontrados em Habermas, por dialogarem com as ideias de lugar desta pesquisa, sendo inicialmente este uma espacialização possível daquele mundo. Segundo o autor, “(...) ele [o mundo da vida] constitui um conceito complementar ao do agir comunicativo.” (HABERMAS, 2012b, p. 218). Para Habermas, tendo em vista “que as estruturas importantes para a manutenção da identidade de uma sociedade constituem estruturas do mundo da vida, sua análise implica uma reconstrução que leva em conta o saber intuitivo dos membros.” (HABERMAS, 2012b, p. 274). A imbricação entre os conceitos de identidade, mundo da vida e do agir comunicativo constituem a essência do que queremos trazer como o protagonismo do lugar. As relações que constituem esses conceitos são espacializadas no lugar.

Outro elemento relevante constitutivo da construção habermasiana do agir comunicativo e o mundo da vida é a crítica à razão instrumental. Seu contraponto, a razão comunicativa, permite, por outro lado, ir além das objetividades calcadas na relação sujeito-objeto – esta que acaba por ‘objetificar’ os sujeitos inseridos – por vezes marginalmente – nas relações socioespaciais. A construção da razão comunicacional põe em destaque a orientação para a comunicação por meio do mundo da vida, visa a constituição de consensos e valoriza a linguagem como forma de entendimento, enquanto a razão instrumental – baseada na hierarquia – utiliza-se desta força para imposição e age no sentido de conquistar apoio para sua defesa e não na construção conjunta da ideia.

Habermas reflete a partir de um questionamento: “como o mundo da vida, enquanto horizonte no qual os que agem comunicativamente se encontram *desde sempre*, é limitado e transformado pelas mudanças estruturais que ocorrem na sociedade como um todo?” (HABERMAS, 2012b, p. 218). Nossas justificativas para tal reflexão seguem a linha das relações entre o mundo e o lugar e os condicionamentos impostos por uma sociedade capitalista hierarquizada: a força do capital pode ser mais incisiva que o poder do lugar. E, nesse sentido, a consciência do lugar conferirá ao mesmo a própria consciência do seu poder enquanto coletividade histórica. Alcançar a racionalidade comunicativa, assim, não é uma questão de escolha localizada e por meio de ações pontuais, mas defendemos como exercício contínuo no contexto do planejamento, como ação de resistência. Assim como os limites e possibilidades dos lugares seguem suas complexidades particulares, o avanço em relação à capacidade de comunicação e consciência de lugar não será homogêneo ou linear.

Considerando nosso interesse as possibilidades de espacialização do mundo da vida, e aqui destacamos o lugar (de periferia) como uma delas, é importante que se ressalte a não ingenuidade entre as ações e seus sujeitos, característica das ações engendradas pelos agentes do espaço, independente de sua posição na sociedade hierarquizada. Não é fácil, também no lugar, alcançar o agir comunicativo. Em outras palavras, não é fácil ter o consenso como meta nem entre os que se encontram ‘desde sempre’, trata-se de um exercício a ser estabelecido como meio ao longo do tempo, que facilitará o alcance de interação, também pelo agir comunicativo, entre os sujeitos dos/nos lugares e o restante da cidade.

Nos diálogos com os moradores ficou evidente a emergência – como querer dos próprios entrevistados – de uma transformação comunicacional entre os sujeitos dos/nos lugares, não apenas entre eles e o poder público. Um relato que chamou atenção foi o de Lua, moradora do bairro do Rio Sena, sobre a tentativa de organização associativa no bairro: “lá falta isso, já tentaram até implantar, mas vieram muitos caciques e poucos índios (...) então acabou não dando certo, muitas pessoas querendo mandar, com muitas ideias, e nenhum querendo acatar ou ouvir a ideia do outro” (Lua – Entrevistada do bairro do Rio Sena, Apêndice A, l. 8223). O relato de Lua evidencia como empecilho uma incapacidade entre seus vizinhos de olhar o outro como semelhante de forma horizontalizada, o que significa, portanto, que esses mesmos indivíduos poderão aceitar estar em posição inferior em relação aos representantes do poder público e demais agentes capitalistas das relações socioespaciais. Significa também esses sujeitos possivelmente aceitariam a cooptação, uma vez que a mesma traria uma relação de aparente superioridade em relação aos demais moradores do bairro, visto que mantém relações próximas de alguém hierarquicamente acima.

O quadro 27 traz os relatos de falas que nos levaram a compreender a necessidade de ascensão do mundo da vida por meio do agir comunicativo.

Quadro 27 – Emergência do agir comunicativo

<p>E existe a questão de que eu quero uma coisa, você quer outra, eu quero que tenha Barroquinha e você quer São Joaquim... eu quero que tenha Ribeira – o ônibus, a linha de ônibus – mas nós temos que ver as prioridades... e eu não sei se o outro está disposto a ver a prioridade do todo e não a particular. (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1855)</p> <p>Porque eu posso pensar no meu coletivo e você pode pensar no seu particular, mas uma coisa nós vamos ter em comum, com certeza... porque você quer locomoção, mas você tá pensando só em você, então nós vamos entrar naquele acordo, entendeu? E essa é a questão, é saber conversar, é saber levar a proposta certa e nos momentos certos (...), mas eu não acho que isso seria uma coisa... vai ser difícil, vai... porque eu to trabalhando com pessoas, trabalhar com pessoas é difícil e quando elas não estão preparadas pra isso fica três vezes mais difícil (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 2022)</p>
<p>Essa outra pessoa ela tem um outro conhecimento, uma outra experiência e tal... Então são muitas linguagens dentro de um próprio bairro, e aí às vezes precisa de um apoio institucional pra lidar com essas linguagens. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3613)</p> <p>(...) quer dizer, de vez de conversarem e se acertarem, aumenta os ânimos, porque aí gera mais conflitos do que mediou, porque na hora da discussão, não sei o que, não sei o que, não sei o que, não sei o que e aí vai surgindo mais coisas. Então a própria reunião já gera um conflito, então essas coisas também têm aparecido no bairro, que a gente vê bastante. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3665)</p> <p>Então a questão educacional é muito forte e a educação não tá ligada à escolaridade não, a questão de educação mesmo no sentido que as pessoas são totalmente aéreas com relação ao... ao que seja e qual a importância. (...) As dificuldades... é... as dificuldades é... com relação ao planejamento urbano do bairro seriam com relação, primeiro, os indivíduos é... com relação à tolerância, principalmente, né, porque há umas rivalidades lá de ruas insuportáveis, então você tem que separar isso... então se você for prum planejamento dizendo que a rua tal vai ter qualquer tipo de benefício, nem comece, porque aí a outra rua vai dizer que não... Então tem essa dificuldade de tolerância e tem um processo de educação que falta no bairro, entendeu, de... o que é participação, o que é cidadania, é necessário (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3742)</p> <p>Eu acho que é o entrave assim geral, aí você tem vários tipos de educação, é o técnico que vem de lá e não é educado, não é preparado pra uma mediação de conflito, pra um ânimo mais exaltado, não é... tem medo, (risos) e é uma coisa ridícula que se tem (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3762)</p>
<p>(...) como eu já participei de grupos tão diversos, eu acho que seria um caos aqui, se eles tomassem as decisões por eles. (...) então cada um tem uma forma de pensar, aqui com certeza todas as descidas teriam... é, como é o nome, grades, você não conseguiria mais ter acesso (...) se dependesse dos moradores que residem nessas localidades, teria portão em todas as descidas, você não teria mais acesso a nada, então cada um pensa de uma forma, eu acho que seria um caos, um transtorno (risos). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4167)</p>
<p>Eu acho que não é falta de ideia, eu acho que seria mesmo falta, negligência mesmo, do Estado, no caso, né, porque essas audiências públicas são importantíssimas, dado em conta que você vai ouvir todos os agentes sociais, né, agente fundiário, é... os menos favorecidos, é... você vai... os agentes de produção também, todos os agentes envolvidos na cidade, todas as classes sociais vão participar dessas audiências públicas (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 5003)</p>
<p>(...) eu acho que quando a gente pensa no coletivo tem conflitos, então se a gente fosse pensar pela gente, eu acho que seria mais difícil de chegar a um denominador comum (risos) (...). (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5262)</p> <p>(...) eu acho que a gente não iria chegar numa situação comum, num denominador comum, a gente não ia chegar em um acordo, acho que muitas cabeças pensando eu acho que seria um conflito isso aí. (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5368)</p>
<p>(...) eu acho que é importante que seja debatido, entre as pessoas que moram ali... ter um diálogo com o poder público, acho que essa troca, pode surgir coisas positivas (...). (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5611)</p>
<p>Isso aí é uma coisa positiva, porque às vezes, é... a gente, às vezes, eu não concordo com certo tipo de coisa, ela</p>

<p>já concorda, o outro companheiro já concorda e a outra companheira não concorda, mas a gente não briga, a gente entra num consenso, começa a conversar...</p> <p>NÚBIA – Conversa, né...</p> <p>DANDARA – Você tá me entendendo? Entre a gente... e chega no eixo, entendeu... a gente tem isso. (Entrevistadas do bairro de Massaranduba, l. 6451)</p>
<p>Assim, eu tenho minhas opiniões, né, aí é questão de (...) aceitação do... o diálogo, acho que assim, a decisão você tem que ter primeiro pra... pra conversar, assim, eu tenho meu ponto eu posso opinar, né, não seja... que a minha opinião seja a verdadeira, mas... me sinto preparado de expor os problemas e entrar em um consenso. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6958)</p>
<p>(...) porque muita opinião também, né, chegaria a confusão e não chegaria a lugar nenhum (...). (Entrevistada do bairro de São Marcos, l. 7218)</p>
<p>(...) a gente teria que priorizar algumas coisas, e tal, então acho que teriam alguns conflitos, mas... os conflitos tanto seriam pelas priorizações, pela falta de vivência das pessoas na participação desses projetos, inexperiência, naturalmente (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7554)</p>
<p>(...) eu acho que seria essa questão do... dos conflitos, né, entre as ideias, né, seria uma dificuldade, por isso que eu falei, tem que ser... se fosse a questão das ideias serem estudadas, seria interessante, e assim, infelizmente as pessoas pensarem, né, cada um pensa no seu lado, né, porque um problema no bairro de Valéria é justamente esse, cada um pensa no seu lado, o que é bom pra você, pra si, pro seu crescimento e esquece do coletivo (...). (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7846)</p>
<p>(...) um mesmo era minha vizinha, dona Joaquina, ela é uma das pessoas que... têm muita iniciativa, mas as pessoas não ouvem muito, mas ela tem boas ideias e boas iniciativas, então era uma, era um dos caciques. E outras também, acho que de três, quatro ruas, que tentaram se juntar pra fazer, mas não conseguiram fazer essa... essa associação, que seria de muito benefício. (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8233)</p> <p>(...) acho que primeiro o consenso, né... primeiro seria eles entrarem em consenso, porque a dificuldade maior é isso, todos têm ideias até boas, mas eles colocarem com as prioridades, as filinhas, aí quando a de um tá ali atrás e a dele tá aqui na frente... a minha é necessidade, é, mas nem sempre precisa tá aqui na frente (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8592)</p> <p>(...) então falta isso, a interação entre a prefeitura e os órgãos responsáveis com a comunidade em si (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8646)</p>
<p>Da reunião, eu soube basicamente, assim, de ouvir falar, que teve confusão, que não terminaram de falar tudo que tinham que falar sobre o PDDU, né, pra... pra região, enfim, algumas, mas foi uma briga muito política, eu ouvi falar também... política que eu quero dizer, assim, pessoas que vão pra brigar, pra não dar a voz ao outro, pra não deixar o outro terminar sua fala, sua comunicação.</p> <p>FÁDIA – Isso entre moradores, entre lideranças...</p> <p>TONI – Entre lideranças, entre lideranças. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, p. 9529)</p>
<p>Bem, o coletivo, né, a gente ia ter que chegar a um consenso, né, porque não pode prevalecer a opinião de um, nem de outro, a gente tem que chegar a um consenso, e... problemas enfrentariam... que a gente enfrentaria é a questão de... de uns não concordarem, outros não concordarem, acho que isso poderia gerar um conflito, né, entre... entre os moradores. (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 10046)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

Há um posicionamento generalizado em relação à espera de conflitos em situações hipotéticas onde a tomada de decisão seja por parte dos moradores, o que certamente não se configura em um problema. O que nos chamou atenção foi o conteúdo de descrença explícito em vários relatos. A dificuldade de entrar em consenso, também trazida por vários relatos, é reflexo das relações encontradas pelos entrevistados nos seus lugares de vivência, intimamente associada à descrença na possibilidade de tomada de decisão pelos moradores. A

presença de um agente externo com o papel de mediação torna-se quase elemento imprescindível, mas a postura desse indivíduo precisa seguir o objetivo da independência dos sujeitos, o que nos faz pensar que o mesmo não deve ser proveniente de organismos públicos e empresas a eles vinculadas. Neste sentido a universidade tem um papel relevante.

A comunicação sem hierarquia, que busca o consenso e que fortalece a autonomia dos sujeitos é entendida aqui como essência dos meios de fortalecimento dos lugares, caminho a partir do qual as ações estarão permeadas e que consolidarão o mundo vivido como suporte da constituição dos lugares.

Habermas propõe “(...) que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo da vida e como sistema (...)” (HABERMAS, 2012b, p. 220). Existem três relações que um indivíduo pode adotar no contexto sujeito/mundo:

(...) uma relação com algo que acontece ou pode ser produzido num mundo objetivo; uma relação com algo que todos os membros de uma coletividade social reconhecem como devido; e uma relação com algo que outros atores atribuem ao mundo subjetivo, próprio do falante, ao qual este tem acesso privilegiado. (HABERMAS, 2012b, p. 220).

Desta maneira, Habermas reconhece o sujeito em relação a três mundos, o objetivo “(enquanto totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros)”, o social “(enquanto totalidade das relações interpessoais reguladas legitimamente)” e o subjetivo “(enquanto totalidade das vivências às quais o falante tem acesso privilegiado e que ele pode manifestar de modo veraz diante de um público)”. (HABERMAS, 2012b, p. 220).

O que temos hoje no contexto do planejamento, nos lugares, é a prevalência das relações com os mundos objetivo e social, em detrimento do mundo da vida. Os três mundos aparecerão, entretanto, inter-relacionados e interdependentes, seja qual for o contexto de prevalência, esta apenas demonstrará a lógica da produção do espaço por meio dos privilégios evidentes para cada agente envolvido em detrimento de outro. Segundo o autor, “as manifestações comunicativas estão inseridas, *ao mesmo tempo*, em diferentes relações com o mundo.” (HABERMAS, 2012b, p. 221, grifos do autor). O alcance da efetivação da participação no planejamento requer, destarte, a ampliação da prevalência das relações com o mundo subjetivo, no sentido de maior equilíbrio. Sendo os sujeitos sociais de periferia, no contexto do urbano, os agentes desprivilegiados no processo de produção capitalista do espaço, faz-se necessário, para o alcance gradual do equilíbrio, que se privilegie o mundo subjetivo.

A prevalência que defendemos não requer – que fique evidente – a exclusão das relações objetivas e sociais, já que cada ser possui em si um emaranhado de experiências que

guardam aspectos dos três mundos. Tratamos, sim, da valorização das vivências próximas onde os sujeitos são protagonistas, certamente que esta defesa deve partir de uma consciência dos próprios sujeitos da relevância das suas relações. Seria uma consciência de lugar.

O agir comunicativo depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo; mesmo que no ato de sua manifestação ele consiga *ênfatizar* respectivamente *apenas um* dos três componentes. Os falantes e ouvintes utilizam o sistema de referência dos três mundos como uma moldura no interior da qual tecem e interpretam definições comuns relativas à situação de sua ação. (HABERMAS, 2012b, p. 221, grifos do autor).

Habermas diferencia entendimento e acordo ou consenso, o primeiro “significa a união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização”, enquanto o segundo e o terceiro são “o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização.” (HABERMAS, 2012b, p. 221). O autor esclarece que o “agir orientado pelo entendimento pressupõe que os participantes realizem seus planos de comum acordo, na situação de uma ação definida consensualmente” (HABERMAS, 2012b, p. 233, grifos do autor).

O mundo da vida se constitui, pois, de certa forma, o lugar transcendental em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo; e onde podem criticar ou confirmar tais pretensões de validade, resolver seu dissenso e obter consenso. (...) a partir do seu mundo da vida comum, os falantes e ouvintes se entendem sobre algo no mundo objetivo, social ou subjetivo. (HABERMAS, 2012b, p. 231).

Habermas lembra que o conhecimento sobre o seu mundo da vida precede a ação ou influência do sujeito sobre ele. “Isso equivale a dizer que a interpretação pragmática do mundo desencadeia explicitações da situação que permitem ao ator o desenvolvimento de seus planos de ação.” Ademais, “a interpretação da situação se apoia (...) num estoque de saber, do qual qualquer ator dispõe em seu mundo de vida”. (HABERMAS, 2012b, p. 234).

Habermas sugere, ainda, a “distinção entre *integração social* e *integração sistêmica*”, na primeira “o sistema de ações é integrado por um consenso, assegurado normativamente ou obtido pelas vias da comunicação”, na segunda as ações são integradas “pelo controle não normativo de decisões individuais subjetivas e não coordenadas”. (HABERMAS, 2012b, p. 272-273, grifos do autor). A interpretação das relações sociais como integração social significa a opção “por uma estratégia conceitual que toma como ponto de partida o agir comunicativo e constrói a sociedade como mundo da vida”. (HABERMAS, 2012b, p. 273).

Em um quadro de tipos de ação o autor em evidência relaciona a orientação da ação – que pode ser pelo êxito (racionalidade instrumental) ou pelo entendimento (racionalidade

comunicativa) – à situação da ação – que se diferencia em social e não social. Na orientação pelo êxito a ação não social é gerada pelo agir instrumental, enquanto a social pelo agir estratégico. Na orientação pelo entendimento inexistente a situação não social de ação, enquanto a situação social é gerada pelo agir comunicativo.

Tomando o quadro do tipo de ação como referência teórica e o histórico exposto no terceiro capítulo desta pesquisa como referência empírica poderíamos inferir que as ações de planejamento em Salvador migraram – no tocante à orientação pelo êxito – do agir instrumental ao estratégico. Contudo, o agir comunicativo não está colocado como meta entre os agentes envolvidos e as ações de planejamento encontram-se estrategicamente apartadas de seus discursos. Não há, no longo prazo, uma perspectiva de orientação pelo entendimento.

Em soberania popular como procedimento, citando Kant, Habermas afirma que “apenas a vontade unânime e conjunta de todos, à medida que cada um delibera o mesmo sobre todos e todos sobre cada um, apenas a vontade totalmente conjunta do povo pode ser legisladora”, para o autor, “o aspecto central dessa reflexão é a unificação de razão prática e vontade soberana, de direitos humanos e democracia” (HABERMAS, 1990, p. 102). Neste sentido o autor salienta as relações de poder presentes entre as relações.

Podemos distinguir o poder gerado de maneira comunicativa e o poder utilizado administrativamente. No espaço público político entrecruzam-se então dois processos em sentidos opostos: a geração comunicativa do poder legítimo, para o qual Hannah Arendt esboçou um modelo normativo, e a obtenção de legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo é refletido. Como os dois processos – **a formação espontânea de opinião em espaços públicos autônomos** e a obtenção organizada de lealdade das massas – se interpenetram, e quem domina a quem, é uma questão empírica. (HABERMAS, 1990, p. 108, grifos nossos).

Nosso destaque feito na fala do autor veio para salientar a ideia da autonomia a ser trabalhada na próxima subseção deste capítulo, que segue, complementarmente, a linha das transformações primordiais a serem realizadas em longo prazo.

Habermas destaca o papel do Estado como racionalizador do mundo da vida. Ao passo que possui um papel de manutenção e legitimação da acumulação do capital e reprodução das relações capitalistas de produção do espaço, ao Estado cabe racionalizar e manter padronizadas e moldadas as subjetividades dos lugares. No contexto do planejamento, trata-se, por exemplo, de criar metodologias rígidas *a priori* e não-participativas para eventos pseudoparticipativos, cujo objetivo maior é legitimar – por meio da anuência popular – a manutenção do *status quo*.

O Estado de direito democrático tornou-se projeto, a um tempo resultado e catalisador de uma racionalização do mundo da vida que ultrapassa de longe o político. O único conteúdo do projeto é a institucionalização aprimorada passo a passo do procedimento de formação racional da vontade coletiva, procedimento que

não pode prejudicar os objetivos concretos dos envolvidos. Cada passo neste caminho tem efeitos retroativos na cultura política e nas formas de vida (...). (HABERMAS, 1990, p. 112).

Habermas afirma que “uma teoria da modernização capitalista elaborada com o auxílio de uma teoria do agir comunicativo (...) critica a realidade das sociedades desenvolvidas, porque estas não aproveitam o potencial de aprendizagem disponível culturalmente”. Tais sociedades, de acordo com o autor, “se entregam sem reservas à crescente e descontrolada complexidade (...), esta assume a forma de um poder quase-natural, (...) passando por cima de formas de vida tradicionais e atacando a infra-estrutura comunicativa de mundos de vida amplamente racionalizados” (HABERMAS, 2012b, p. 673). Segundo Habermas, “à medida que o sistema se cobre com as vestes do mundo da vida, este é devorado pelo sistema”. (HABERMAS, 2012b, p. 694).

No agir comunicativo, até mesmo o ponto de vista da interação torna-se dependente de que os envolvidos tenham sido capazes entre si de entrar em um acordo sobre um julgamento intersubjetivamente válido de suas referências ao mundo. Segundo esse modelo de ação, uma interação só pode lograr êxito à medida que os indivíduos cheguem a um consenso uns com os outros; e esse consenso, por sua vez, depende de posicionamentos do tipo sim/não em face de pretensões potencialmente baseadas em razões. (HABERMAS, 2012a, p. 203).

O mundo da vida contém, mas pode não estar contido em processos engendrados em escalas geográficas maiores, sua totalidade, contudo, é muito mais complexa por espacializar o subjetivo, por isso mesmo não pode ser generalizado. E quando, nas palavras de Souza (2008), a função coordenadora da linguagem é substituída pelos meios dinheiro e poder (aqui entendido como força), estrategicamente o complexo mundo da vida – o lugar – é ignorado.

Segundo Souza (2008), a proposta habermasiana do agir comunicativo sugere o alcance de acordos voluntários em nome da cooperação. O processo de planejar é engendrado por agentes concretos e por meio de ações intencionais no contexto da produção do espaço. A racionalidade instrumental, que otimiza os meios e busca a eficiência pode conter, segundo Souza (2008), elementos de dominação e manipulação; enquanto a racionalidade comunicativa valoriza os fins e orienta-se para a busca do entendimento comunicacional. Assim, “(...) há de se questionar (...) as racionalidades que estão envolvidas com os diferentes processos de planejamento e formas de participação para poder avaliar a potencialidade e as limitações da participação nesses processos” (RANDOLPH, 2007, s/n). A racionalidade comunicativa habermasiana, ainda segundo Randolph, faz o planejamento “se aproximar à ‘práxis’ (vivência) daqueles que são seu objeto-sujeito ou por ele afetados”.

Neste sentido, as formulações dessas “propostas comunicativas” já apresentam primeiras pistas a respeito da direção que uma verdadeira ruptura do paradigma autocrático do planejamento e de sua racionalidade instrumental poderia tomar. Nessa proposta, o planejamento assume explicitamente um papel de “mediador” ou “tradutor” entre diferentes esferas de sociedades contemporâneas pluralistas – entre o Estado e a comunidade; o sistema e o mundo da vida; uma perspectiva “pro-ativa” de especialistas (não apenas só do Estado) e a vivência cotidiana de determinados grupos sociais. (RANDOLPH, 2007, s/n)

Complementarmente, Souza (2008) chama atenção – no contexto da proposta habermasiana – que alguns conflitos que interesses, a exemplo dos originários de conflitos de classes, não serão superados tão-somente com o recurso à comunicação.

Seria surrealismo esperar que uma sociedade substancialmente mais justa poderia ser construída exclusivamente por meio do consenso e da persuasão. No entanto, a própria existência de profundas desigualdades torna a prática do agir comunicativo difícil. (...) o reconhecimento da desigualdade estrutural como uma característica das sociedades capitalistas deve conduzir, por parte de um governo comprometido com ideais de justiça social, a adotar a perspectiva dos desprivilegiados. (...) Ou bem o propósito da ‘colaboração’ é a construção de canais de diálogo e a superação de preconceitos entre diferentes grupos de interesse nos marcos de um estilo de administração pública que encara a realização de uma maior justiça social como a mais alta prioridade, ou bem a ‘colaboração’ não será nada mais que um sonho de harmonia. Um sonho que, além de irrealista, pode contribuir para a legitimação ideológica da visão capitalista de desenvolvimento urbano e para a estabilização de um estilo de governança que serve, acima de tudo, aos interesses dos grupos dominantes. (SOUZA, 2008, p. 150-151, grifo do autor).

Para além das propostas comunicativas, mas tendo-as como base, Randolph defende que o planejamento tenha caráter subversivo, como quebra de paradigmas e não sobreposição. A subversão, entendemos, não será alcançada sem autonomia completa dos agentes envolvidos, o que sugere preocupação com os instrumentos disponibilizados, nível de conhecimento e desenvoltura dos agentes não hegemônicos, preparação do técnico planejador que atua na ponta e, necessariamente, a base política fundamentadora. Estes são componentes entendidos por nós como embrionários à tentativa de alterar a racionalidade técnica e o direcionamento de não participação efetiva dado na atualidade ao planejar o urbano.

Souza (2008) afirma que o contexto propício e razoável para se pensar o florescimento de um agir comunicativo é aquele no qual as condições de garantia das autonomias individual e coletiva são maximizadas. Em outras palavras, em uma situação na qual não haja autonomia é impossível imprimir o agir comunicativo, imperando assim a lógica racional hierárquica de comunicação. O autor defende, assim, que o objetivo a ser alcançado é o de uma sociedade autônoma, o que concordamos, não no contexto do anarquismo, mas de independência de ação e de pensamento, além de politicamente consciente. Deste modo o propósito passa a ser de uma sociedade autônoma e não de uma sociedade (apenas) participativa, uma vez que esta depende daquela. É neste sentido que seguiremos à próxima subseção deste capítulo, referente

à segunda transformação necessária (também possível apenas em longo prazo) à participação social efetiva, que perpassa também a noção de hierarquia.

Hierarquia, autonomia e participação social efetiva

A existência de separação de atividades e eleição de representações não necessariamente supõe a existência de hierarquia. Nesta segmentação, no contexto da produção capitalista do espaço, encontra-se no topo quem (ou o que) tem mais poder de capital, legitimado pelo Estado capitalista. Essa legitimação se torna ‘socialmente aceita’ devido ao processo (em tese democrático) da democracia representativa: elegem-se representantes e estes possuem poder suficiente para ‘determinação da última palavra’. O que se tem nessas decisões, entretanto, é a valorização de interesses de poucos (normalmente empresas que – também normalmente – financiam campanhas partidárias) em detrimento de interesses sociais da maioria da população (que na periferia do capitalismo é pobre). No urbano essa valorização se espacializa por meio, por exemplo, do processo de segregação.

Enquanto o poder de decisão da coletividade praticamente finaliza nas urnas, essa mesma coletividade presencia exemplos práticos de metodologias falsas de participação social, a exemplo de consultas e audiências públicas. Considerar formalmente os poderes socialmente legitimados nas bases por meio das vivências nos lugares significaria destruir um complexo emaranhado de relações político partidárias e econômicas estabelecidas ao longo do tempo. A quem interessaria? Diante desse contexto, é possível a efetivação do controle social ou nossos esforços serão no sentido de minimizar a não participação por meio de diretrizes para elaboração de metodologias?

Segundo Castoriadis (1979), “a hierarquia do comando e do poder coincide com a dos salários e dos rendimentos” (CASTORIADIS, 1979, p. 211). Para o autor a existência de hierarquia é incompatível com a de autogestão. O autor deixa claro que eleger representantes não é decidir e sim alienar o poder de decisão.

O que significa, socialmente, o sistema hierárquico? Que uma categoria da população dirige a sociedade e que os outros não fazem outra coisa senão executar suas decisões; e ainda, que esta categoria, recebendo remunerações mais elevadas, aproveita da produção e do trabalho da sociedade muito mais que os outros. (...) A hierarquização – ou a burocratização – de todas as atividades sociais hoje é apenas a forma, cada vez mais preponderante, da divisão da sociedade.

Sendo assim, torna-se ridículo perguntar-se: a autogestão, o funcionamento e a existência de um sistema social autogerido é compatível com a continuidade da hierarquia? (...)

Queremos uma sociedade autogerida. O que isto quer dizer? Uma sociedade que se gere, isto é, dirige a si mesma. Mas isto ainda deve ser precisado. Uma sociedade

autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade, que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. (...)

Mas o que significa decidir?

Decidir é decidir por si mesmo. Não é deixar a decisão para as 'pessoas competentes', submetidas a um 'vago controle'. Também não é designar pessoas a decidir. Não é porque a população francesa designa a cada sete anos aqueles que farão as leis que ela faz as leis. Não é porque ela designa a cada sete anos aquele que decidirá sobre a política do país que ela própria decide sobre esta política. Ela não decide, ela *aliena* seu poder de decisão a 'representantes' que, por esta mesma razão, não são nem podem ser *seus* representantes.

Certamente, a designação de representantes, ou de delegados, pelas diversas coletividades, como também a existência de organismos – comitês ou Conselhos – formados por tais delegados será, numa quantidade enorme de casos, indispensável. Mas ela só será compatível com a autogestão se esses delegados realmente representarem a coletividade de onde procedem, e isto implica que permaneçam submetidos a seu poder. (CASTORIADIS, 1979, p. 212-213, grifos do autor).

A possibilidade de existência de auto poder da coletividade está atrelada – de forma superficial – aos formatos de metodologias pra tomada de decisão, e, visto mais profundamente, aos interesses condicionados – por vezes determinados – pelas relações sociais, econômicas e políticas dos detentores de capital. A representação apenas pode ser considerada como tal caso seja retirada das menores escalas, nas escalas onde as relações são estabelecidas por poderes legitimados localmente. Outro elemento relevante trazido por Castoriadis é o que ele denomina conhecimento de causa. Trata-se da circulação das informações necessárias às tomadas de decisão, que, obviamente, não acontece em estrutura social hierárquica, o que ocorre, ao contrário, é o monopólio das informações.

Não será mais a coletividade quem decidirá, mesmo se 'votar' formalmente, se alguém ou alguns dispuserem sozinhos das informações e definirem os critérios a partir dos quais uma decisão é tomada. Isto significa que aqueles que decidem devem dispor de todas as informações pertinentes. Mas também que eles mesmos podem definir os critérios a partir dos quais decidem. (...) Ora, uma hierarquia do comando implica que aqueles que decidem possuam (...) o monopólio das informações e da formação e, em todo caso, que eles possuam um acesso privilegiado a elas. A hierarquia baseia-se neste fato, e tende constantemente a reproduzi-lo. Pois, numa organização hierárquica, todas as informações sobem da base à cúpula e não retornam, nem circulam (...). Numa tal situação é absurdo pensar que poderia haver autogestão, ou mesmo 'gestão democrática'.

Como se pode decidir, se não se dispõe das informações necessárias para decidir bem? E como se pode aprender a decidir se a gente está sempre limitada a executar o que os outros decidiram? (...)

De forma mais geral, apresenta-se a hierarquia como se ela estivesse ali para resolver conflitos, mascarando-se o fato de que a própria existência da hierarquia é causa de um conflito perpétuo. (CASTORIADIS, 1979, p. 214-215).

Os resultados das entrevistas realizadas no trabalho de campo nos confirmaram a manutenção da hierarquia mascarada por discurso de participação. As informações, para que sejam efetivamente horizontalizadas, devem ser produzidas com e para a população em geral, para tanto o conceito de lugar pode ser aliado, uma vez que revela de maneira clara a

realidade social espacializada pelos diversos processos sociais e evidencia o protagonismo dos sujeitos historicamente afastados dos processos decisórios. Por outro lado, é válido ressaltar que a manutenção da hierarquia por meio de discursos de igualdade e equilíbrio social é a forma mais eficaz de garantia de sua perpetuação.

Tanto podemos fazer a interpretação dessas palavras de Castoriadis fazendo abstração para uma empresa ou repartição pública, como exemplifica o autor em alguns momentos, como para um contexto social mais amplo. A pergunta do como decidir sem as informações necessárias e, além disso, sem ao menos saber decidir (por não estar acostumado a isso) nos faz refletir a reprodução social no contexto da produção capitalista do espaço que, numa visão quase determinista, define os que irão definir as ‘regras’ e os que irão executá-las (no máximo organizar-se em movimentos sociais e lutar contra elas). O discurso da falta de conhecimento entre os vizinhos foi utilizado pelos moradores como justificativa à descrença na possibilidade de tomada de decisão entre os moradores.

A educação básica e pública, importante meio de ascensão social no sentido estrito do acesso à informação e ao ‘o que fazer’ com ela, foi historicamente depredada, física e filosoficamente, desde desestrutura e salários baixos aos educadores (que, via de regra, vêm do mesmo sistema educacional) até aplicabilidade e qualidade de conteúdos político pedagógicos aprovados. O debate político, que deveria permear todo o currículo das ciências sociais, passa tangencialmente e pela boa vontade do professor educador. As escolas públicas são centralidades de bairro em potencial para o debate político.

Mesmo sendo possível o acesso à informação o fato de não saber o que fazer ou sequer conseguir interpretá-la inviabiliza a possibilidade de luta pelo controle social e democrático da tomada de decisão. A lógica do sistema do capital garante com maestria a produção e reprodução alienada, inclusive com a criação de falsos processos de participação.

Tratando da realidade de trabalhadores nas fábricas, Castoriadis afirma que as condições reais apenas são conhecidas pela coletividade, devendo pertencer a esta o poder da tomada de decisão. Facilmente podemos transpor esse pensamento para o espaço socialmente produzido e, ainda mais, afirmar que a coletividade imprime suas características e se enxerga no lugar. Sendo este, portanto, o meio possível e legítimo de alcance da participação social efetiva. O autor em destaque lembra ainda a necessidade de colocar saber e competência a serviço dessa coletividade por meio da cooperação. Assim, no contexto da participação com controle social pleno, o Estado aparece como mediador e não como tomador de decisão.

Pensar em uma sociedade sem hierarquia é pensar nela também em contexto autônomo. Não iremos aqui entrar no debate filosófico do conceito de autonomia, assim como

não pretendíamos o fazer com o de hierarquia, tratam-se, porém, de conceitos complementares importantes para melhor embasar o que pretendemos esboçar sobre a efetivação da participação social.

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia *coletiva*, ou o *consciente e explícito autogoverno de uma sociedade dada*, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva (o que inclui o acesso a informação suficiente e confiável) de igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da esfera pública; e autonomia *individual*, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa (o que, obviamente, depende tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto de fatores políticos e materiais). Mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são, com efeito, os dois lados de uma mesma moeda. O inverso da autonomia, a *heteronomia*, corresponde a uma situação onde as leis (latíssimo sensu) que regem a vida de uma coletividade são impostas a alguns, via de regra a maioria, por outros, via de regra uma minoria, nos marcos de uma assimetria estrutural de poder, de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. (SOUZA, 2000, p. 76, grifos do autor).

Percebe-se que uma sociedade heterônoma pressupõe uma sociedade hierarquizada. Por não existir autonomia na hierarquia, não se pode existir hierarquia sem heteronomia. E aqui não estamos falando, como bem ressaltou Souza, de uma sociedade perfeita, utopicamente idealizada e sem a existência de conflitos. É pressuposto da relação social, que produz e reproduz constantemente e é o próprio espaço geográfico, a conflitualidade. Como Souza citaremos Castoriadis para melhor elucidar.

Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita. (CASTORIADIS, 1979, p. 33, grifos do autor).

Souza traz a autonomia como “princípio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança sócio-espacial – o que inclui a promoção do desenvolvimento urbano por meio do planejamento e da gestão” (SOUZA, 2000, p. 77). Sendo princípio e parâmetro, ela, a autonomia, tanto é pré requisito como elemento de medida. No contexto do desenvolvimento socioespacial o autor coloca a autonomia como parâmetro subordinador e possuidora de um valor instrumental (liberdade para fazer coisas) e um valor intrínseco (prazer do exercício da liberdade como um valor em si mesmo), sendo, para ele, “evidente que a justiça social *deriva* da autonomia, ou é dela uma instância” (SOUZA, 2000, p. 79, grifo do autor).

O papel preeminente atribuído à autonomia explica-se à luz do pressuposto de que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos sociais

específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso. Por isso é que a *defesa da autonomia* pode e deve ser, ademais, tida como *princípio básico*. Registre-se, ainda, que a defesa da autonomia, para ser eticamente válida como princípio libertário, deve ser assumida por cada um não apenas para si, mas para todos os indivíduos; a maximização da autonomia de alguns indivíduos ou grupos em detrimento de outros não passa de egoísmo e corporativismo, o que só reforça a heteronomia ao nível da sociedade. (SOUZA, 2000, p. 79, grifos do autor)

Entendendo autonomies coletiva e individual como sendo duas faces da mesma moeda, como propõe Souza, pode-se dizer que numa sociedade onde exista autonomia de alguns, é esta sociedade ainda mais heterônoma. Nível de segregação residencial, grau de desigualdade socioeconômica e de oportunidade de participação cidadã direta são exemplos trazidos por Souza como parâmetros subordinados particulares, que auxilia na verificação da justiça social, que é um parâmetro subordinado (à autonomia) geral. Logo, quanto maior o grau de segregação, desigualdade e não efetividade de participação, mais heterônoma será a sociedade.

Acerca do contexto político do planejamento e da gestão urbanos, Souza (2000) chama atenção para o ‘quem planeja ou gere’ e ‘o que é planejado ou gerido’. Neste sentido o autor lembra que quem planeja e gere não é apenas o Estado, mas também grandes agentes como o capital imobiliário e, assim, “parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática (diretamente ou pressionando o Estado)” (SOUZA, 2000, p. 86). Para o ‘o que é’ Souza chama atenção de que não se trata (apenas) de coisas, sim (e principalmente) de relações sociais e que, para tanto, os agentes locais devem (ao elaborar suas estratégias) considerar as respostas para as questões a seguir.

(...) “*que problemas precisam ser superados? Com quem se pode contar para essa empreitada, e sob quais condições? Quais são os obstáculos e as dificuldades previsíveis?*”

A primeira pergunta remete à necessidade de muita clareza quanto aos *fins* da ação/intervenção proposta, clareza essa que só pode advir de um debate lúcido e democrático. Esse debate é um debate essencialmente *político*, não uma discussão eminentemente técnica (a qual se dá em um momento posterior e que visa a seleção dos *meios* mais eficientes e eficazes para se atingir os fins sobre o qual se deliberou); por conseguinte, os pesquisadores e conhecedores de técnicas de planejamento e gestão, sejam eles moradores do local ou não, não podem pretender estabelecer as prioridades e definir as metas e os objetivos em nome da população. Sob um ângulo dialógico (...), a missão do intelectual pesquisador/planejador é a de chamar a atenção daqueles que, para ele, são ao mesmo tempo, objeto de conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada, para as contradições entre objetivos, os problemas e as margens de manobra que o seu treinamento técnico-científico lhe permitam vislumbrar. (...) A esse respeito, a pedra angular do pensamento autonomista é, precisamente, a convicção de que o *usuário* de um produto e não o *expert* que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades. Seguramente esse juiz não é infalível, mas é seu *direito* correr o risco de falhar em liberdade. (SOUZA, 2000, p. 86-87, grifos do autor).

Esse debate político deverá ser uma constante, uma vez que os problemas possuem escalas diferenciadas, alguns mais estruturantes, outros mais pontuais, e as conjunturas sociais tanto local quanto em outras escalas se alteram constantemente. Para além, planejar e gerir serão sempre atividades constantes e a garantia da participação, para que seja efetiva, deverá ser concebida enquanto processo contínuo, não com momentos estanques (a exemplo de consultas, oficinas, audiências). O ‘com quem se deve contar’ e os obstáculos possíveis vão necessariamente variar com o problema e os lugares e apenas o debate constante (e aqui retomamos o agir comunicativo intercompreensivo habermasiano) poderá ser capaz de construir caminhos para superação, tendo certamente como pano de fundo inúmeros conflitos de interesses.

Conflitos não devem ser escamoteados; saudar o diálogo mesmo entre oponentes [diríamos principalmente entre estes], sobre a base de um ‘agir comunicativo’ (...) não significa buscar, ingenuamente, costurar consensos artificiais a expensas de uma insuficiente explicitação das contradições existentes, como ocorre com o ‘planejamento comunicativo/colaborativo’ anglo-saxão. Consenso, em um sentido forte, só se pode lograr sobre os alicerces da livre participação de todos os participantes. Não se pode esperar o consentimento dos participantes “a não ser que todos os afetados possam aceitar *livremente* as consequências e os efeitos colaterais que a observância *geral* de uma norma controvertida deve ter para a satisfação do interesse de *cada indivíduo*” (HABERMANS, 1990:93). Contradições não se ‘resolvem’ como se resolve uma equação; contradições *se superam*, sendo os enfrentamentos quase sempre inevitáveis – o que não é o mesmo que dizer que a *violência* é quase sempre inevitável. (SOUZA, 2000, p. 88, grifos do autor).

Partimos do pressuposto que será no debate contínuo (e sempre mediado) que serão trazidos os diversos pontos de vista e interesses dos envolvidos nas disputas do/no espaço. Exatamente por este motivo a nossa defesa de que o planejamento seja contínuo e preveja encontros legalmente instituídos enquanto processo no contexto do planejamento municipal. A superação das contradições não se dará em processos estanques, estes, além de não ultrapassar as barreiras da hierarquia e da heteronomia, serve para ratificá-las. O alcance do agir comunicativo apenas será possível com a realização contínua do diálogo. “O planejamento, que, por definição, remete ao futuro, deve, não menos que a gestão (...), ser tratado como um processo contínuo”. (SOUZA, 2000, p. 92). Neste processo deverão ser distinguidos os objetivos de longo, médio e curto prazos, com o intuito de elaboração de estratégias para solucioná-los ou mitigá-los. Para tanto, o autor menciona a importância dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano (CDU), que devem ser institucionalizados legalmente e de caráter deliberativo.

Uma instância deliberativa desse tipo configura uma *co-gestão* entre Estado e sociedade civil, representando, se não uma ruptura decisiva para com a ordem social heterônoma – a qual reclama uma genuína *autogestão* da coletividade, incompatível

com uma sociedade capitalista –, pelo menos algo que vai bem além da mera pseudo-participação. (SOUZA, 2000, p. 93, grifos do autor).

Na perspectiva do lugar, entendemos que o Conselho de Desenvolvimento Urbano (em Salvador Conselho Municipal) deve ser alimentado por outros conselhos e esferas – também legalmente institucionalizados, consultivos e deliberativos – para uma melhor espacialização dos debates e tomadas de decisão. Logo, os objetivos deverão ser divididos nas escalas temporal e espacial, assim como devem ser elaborados planos de lugares, ruas, microterritórios... que servirão de orientação (tanto seus debates como seus produtos) ao plano diretor do município, a ser elaborado com periodicidade determinada (tal periodicidade, porém, também deverá ser revista e prevista pelos referidos conselhos, de acordo com as necessidades).

Seja como for, seria de uma enorme incoerência pretender fornecer, ao final de um trabalho comprometido com uma perspectiva autonomista, um balizamento metodológico no estilo de um receituário, ou seja, um esquema apriorístico de validade pretensamente universal, como se o método fosse inteiramente independente do objeto e como se uma reflexão teórica, e não o debate sobre a realidade entre os próprios sujeitos sociais envolvidos, tivesse a capacidade e a responsabilidade de orientar a intervenção sobre o real. (SOUZA, 2000, p. 85).

Trazer esta passagem de Souza é importante para assegurar que a pesquisa que embasa este trabalho nunca se pretendeu à elaboração de metodologia (fechada ou aberta) como fonte basilar para o alcance da efetivação da participação social. O que se pretende, ao contrário, é demonstrar que a complexidade do lugar é que se encarregará de encaminhar o aspecto metodológico para os debates. Por outro lado, nossa perspectiva aqui foi de apontar o que não é participação, assim como o que pode fazer parte de um processo participativo. Certamente a garantia de continuidade das atividades de planejamento nos lugares, tendo como pano de fundo o que foi discutido até então, não garante, mas, pode ser ponto de partida ao alcance do planejamento participativo efetivo.

Outro elemento desafiador no contexto da autonomia, haja vista os diálogos com nossos entrevistados moradores de periferia que não se enquadram em situações sociais de precariedade, mas – via de regra – não são politicamente ativos no bairro, é o debate da autorresponsabilidade. Decerto que não estamos transferindo a responsabilidade para os indivíduos ou grupos afastando a ideia do processo histórico o qual criticamos todo o tempo, o que se deve atentar é para a necessidade do exercício de cada sujeito para sua responsabilidade enquanto cidadão como um elemento importante à efetivação da participação. Desta maneira, uma negação de ação deverá ser consciente. Em entrevista a professora Débora nos traz um relato que perpassa o tema autonomia do sujeito com ampla abordagem.

Essa autonomia do sujeito, que já foi chamada de empoderamento, de processos de pedagogia da participação, processos de aprendizagem de participação, ela depende de inúmeros fatores, uma é a própria educação, né, como eu digo no meu livro “Pedagogia da participação”, você não consegue participar sem entender aquilo, sem entender aqueles códigos, aqueles discursos, aquelas normas, (...) o processo educativo ele é necessário pra que as pessoas possam entrar (...) nessa... discussão. Uma outra coisa é isso que eu acabei de falar, as pessoas precisam ter vontade, ela precisa sair do comodismo de achar mais prático que alguém resolva por ela e que ela fique na posição de criticar ‘isso tá errado’... e essa vontade de emancipação ela é algo que vai sendo gerado ao longo de gerações, e eu acredito, como eu lhe falei, eu acho que essa relação hoje, a relação de filhos e pais com muito mais (...) desejo de autonomia, com muito mais discussão, com muito mais possibilidade de negociação ela (...) já aponta pra essa conformação. Acho que o sistema político ele vai completamente... contra um processo desse, porque para o capitalismo em geral, pra o sistema da democracia representativa, quanto mais quieta as pessoas ficarem, melhor. Então, se elas tão cômodas, quietas, as coisas não evoluem. Mas a história é feita dessas movimentações de sujeitos... e sujeitas... inquietos, que vão empurrando a história. Então, é... construir um processo onde cada indivíduo responda por si mesmo, cobre aquilo que ele acredita que seja certo, depende fundamentalmente da aceitação desse indivíduo de se responsabilizar pelas coisas. É isso que eu acho o desafio maior. Eu vejo, assim, nas discussões o tempo todo em sala de aula, com os alunos, etc., eles criticam tudo, absolutamente tudo, a universidade não presta, o governo isso, fulano não faz, lálálá, mas tem uma capacidade de autocrítica baixíssima. Então, sujeitos empoderados, autônomos, são sujeitos que sabem olhar pra si, qual é o meu papel nisso tudo? E diante dessa interrogação eu cheguei a fundar, eu fundei no ano passado, tamos na segunda turma, uma escola que chama “Escola de sustentabilidade integral” e o foco é: a gente não vai construir um mundo sustentável se cada pessoa não fizer sua parte, se um grande número de pessoas estiver fazendo a sua parte a ponto de contaminar a sociedade como um todo (...). Então, assim, a sua responsabilidade de estar presente no campo político e se manifestar exige de você um desejo de ser corresponsável, e isso é difícil, porque a responsabilidade pesa. O próprio processo humano mesmo do desenvolvimento do adolescente... o que é o adolescente senão uma criança indignada, porque já conhece mais sobre a vida e que protesta sobre tudo e sobre todos e não assume quase nada? É como se a nossa sociedade ela... está, numa grande maioria, e eu não digo brasileira não, eu digo sociedade humana, ela está – eu espero – no final da adolescência, a gente tá começando a se dar conta que a gente só vai ter legitimidade e respeitabilidade pra ter nossa opinião reconhecida quando a gente assumir nossa própria vida, nossos próprios deveres, que é a passagem pra idade adulta, a idade adulta é isso. A idade adulta é se responsabilizar por si mesmo e parar de reclamar do mundo, não que o mundo não precise da nossa reclamação, mas o mundo só vai evoluir se a gente juntar as duas coisas, nossa crítica, nossa indignação e fazer o nosso próprio dever. (Débora – Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, p. 13828).

A transferência de responsabilidade trazida pela entrevistada dialoga com o que dispomos no quadro 14 do capítulo anterior, que trata da transferência para o outro da tomada de decisão, também intimamente ligada à necessidade da liderança forte. Este comodismo, como já apontamos, não pode ser lido descontextualizado da situação de hierarquização e força aplicada no âmbito das tomadas de decisões historicamente. O como fazer, desta maneira, volta a permear nossas análises.

Várias foram as contribuições no sentido de construir metodologias participativas, tendo em vista a ineficiência estratégica do Estado. Nosso ensaio, na próxima seção, será de aproximar algumas propostas metodológicas ao lugar e o lugar a elas, em uma tentativa de maior concretude do que aqui defendemos. Ratificamos a nossa defesa de que uma

metodologia efetivamente participativa não pode ser desenvolvida apenas a quatro mãos e em um período curto de tempo, apenas a tentativa prolongada do exercício de planejar, *in loco*, poderá resultar em efetivação da participação, uma vez que – como foi demonstrado no capítulo anterior – os lugares atualmente oferecem muito mais obstáculos que facilidades à construção coletiva e autorresponsabilização.

Metodologias participativas e a aproximação do lugar enquanto conceito e práxis: um exercício

A opção por não desenvolver metodologias como exemplo e contribuição desta tese, como já mencionado, tem duas justificativas concretas e intercomplementares: a primeira segue a linha do risco da contradição, uma vez que nossa tentativa foi – por todo o tempo – demonstrar a diversidade e complexidade dos lugares, desta maneira, o desenvolvimento de metodologia poderia caracterizar defesa de modelo (certamente a metodologia desenvolvida em um bairro não se repetirá em outro, uma vez que são sujeitos distintos envolvidos); e a segunda refere-se ao fato de termos defendido que não é viável o desenvolvimento de metodologias efetivamente participativas em curtos períodos de tempo, apenas a frequência longa pode resultar em concretude de ação neste sentido, uma vez que espaço é tempo e assim são os lugares.

Todavia, a defesa da presente tese requer um exercício prático de tentativa (não de avaliação, mas) de análise da associação ao lugar em metodologias desenvolvidas com o intuito real de serem participativas, no sentido de colaboração às práticas já elaboradas, ou às avaliações realizadas de planos diretores implementados. Nossa leitura de trabalhos acadêmicos preocupados à crítica de planos diretores concluiu ausência em relação à preocupação espacial e, mais especificamente, à relação entre o planejamento e os lugares, a exceção dos trabalhos já citados de M. Souza, que critica a falta de espacialidade e aponta que o lugar vai além da delimitação. Decerto que este resultado também é implicação direta do pouco número de contribuições de pesquisadores da geografia ao planejamento urbano, uma análise que fundamenta este diagnóstico é a da equipe técnica responsável, presente nas fichas dos planos diretores diversos – não apenas os de Salvador como outros município analisados – há predominância de profissionais da arquitetura e do urbanismo, economistas e engenheiros, contrassenso quando se considera o aspecto transdisciplinar do planejamento. A pesquisa que subsidiou Baltrusis e Rebouças (2009) demonstrou a pouca interdisciplinaridade

das equipes de planejamento, normalmente empresas contratadas pelos municípios por ocasião da construção dos planos diretores.

Tomando o lugar como ponto de partida e de chegada, os critérios concretos para análise das propostas serão a consideração das relações de identidade e de cotidiano (suas espacializações), a forma de comunicação, os conflitos que interferem diretamente nas relações próximas, o tempo e a autonomia do sujeito. O exercício servirá para nós como uma maior concretização do que significa considerar o lugar no planejamento com o intuito de torná-lo efetivamente participativo.

Como ponto de partida temos Brasil (2005), documento de orientação e informação aos municípios acerca do planejamento participativo por meio dos planos diretores, que tem como subtítulo ‘técnicas e conhecimentos levados às comunidades’. O referido item descreve como se deu a ação do governo federal para “dar suporte à concepção, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de Planos Diretores Participativos” (BRASIL, 2005, p. 51).

Grupos de extensão universitária com atividades de pesquisa das instituições de ensino superior, públicas ou privadas, foram convocados a apresentar projetos para o fortalecimento da Gestão Municipal, através de edital publicado pelo Ministério das Cidades (MCidades) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (...).

Os projetos visam o desenvolvimento de atividades de suporte conceitual e metodológico aos municípios, orientando e fortalecendo a participação popular no planejamento e gestão territorial e urbana, de forma integrada com as prefeituras, organizações do terceiro setor e diversos segmentos sociais. (...)

A parceria disponibiliza tecnologias de gestão participativa para a sua apropriação pela sociedade, proporcionando o fortalecimento institucional, o desenvolvimento da capacidade de planejamento dos municípios e a valorização dos recursos e potencialidades locais e regionais. (BRASIL, 2005, p. 51).

A proposta, desde o título, evidencia o incentivo a proposições elaboradas de cima para baixo, afastando o lugar e suas complexidades das determinações na cidade e mantendo, assim, as decisões concentradas nas mãos de poucos. Vale ressaltar que a crítica aqui não vai ao sentido da seleção de iniciativas, pelo contrário, um dos caminhos que entendemos relevantes é o da associação às experiências realizadas nas universidades brasileiras com os diversos lugares. O problema que aparece é a transposição de realidades diversas (foram selecionadas 50 propostas) para todo o Brasil. Com essa escala não há condições de dar suporte metodológico para além de diretrizes, a primeira delas, em nossa interpretação – que já deveria constar nas orientações do edital – é a aproximação concreta com os lugares de periferia, cujos sujeitos estão historicamente afastados das tomadas de decisão na cidade, por meio de um planejamento que seja orientado de baixo para cima.

Vieira, Pereira, Anjos e Schroeder (2013) trazem em artigo um resumo da experiência realizada após a aprovação no edital acima referido. Ao caracterizar o projeto, com foco nos

gestores públicos e no Conselho da Cidade de Camboriú, os autores evidenciam a participação representativa e os moradores como sujeitos a serem capacitados (transferência e não troca de conhecimentos).

O projeto foi realizado por quatro professores e três alunos bolsistas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) durante os anos de 2011 e 2012. O objetivo do projeto era capacitar e prestar assessoria aos gestores públicos municipais, em especial ao Conselho da Cidade de Camboriú (ConCidade de Camboriú), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com autonomia para tomada de decisões com representatividade de diversos setores da sociedade. A construção de uma democracia participativa no município de Camboriú caracteriza-se, portanto, por um processo de participação popular que pretende ser representativa e deliberativa. (...) Ainda assim, pode-se afirmar que durante todo o processo de elaboração da revisão do Plano diretor da cidade de Camboriú, houve abertura para participação de toda a sociedade, não somente em função da representatividade de classes expressa na composição do Conselho da Cidade, mas também nas diversas reuniões de capacitação comunitária e nas audiências públicas realizadas a cada etapa do processo de revisão do plano diretor (...). (VIEIRA, PEREIRA, ANJOS, SCHROEDER, 2013, p. 122).

A descrição da etapa de realização das capacitações e audiências não evidenciou qualquer construção a partir das bases, ficando claro que o conhecimento partia dos capacitadores. A divisão foi dada a partir de aglomerados de bairros – desrespeitando identidades – e as contribuições dos moradores agrupadas a partir dos eixos estratégicos do plano diretor. A metodologia não foi debatida entre os moradores antes da sua aplicação, assim como os objetivos da atividade. A forma de comunicação entre os diversos agentes envolvidos não foi mencionada na descrição do artigo em análise, os conflitos foram também omitidos ou não se evidenciaram, tendo em vista a metodologia limitadora aparentemente aplicada e não criticada. A perspectiva de tempo não foi tratada a não ser no tocante ao aumento do número de participantes entre a última e a penúltima iniciativas, a ideia de necessidade de continuidade não apareceu.

A segunda etapa foi realizada com base na divisão do município em sete setores, agrupando-se bairros da cidade com características físicas e sociais semelhantes (...). Foram realizadas reuniões para capacitação e leitura comunitária abertas a toda a comunidade, convidada à participação por meio de rádio e jornal de circulação local. Por entender que somente mediante capacitação poderá haver participação plena dos cidadãos, em busca de uma democracia participativa emancipatória, a equipe da Univali realizou encontros de capacitação popular, com objetivo de instrumentação para a participação, nos quais foram abordados aspectos relacionados ao Estatuto da Cidade, plano diretor vigente e sua estrutura, macrozoneamento, índices e instrumentos urbanísticos, assim como discussões acerca da realidade que eles poderão dar origem em cada bairro e região do município. (VIEIRA, PEREIRA, ANJOS, SCHROEDER, 2013, p. 122-123).

A leitura comunitária foi realizada a partir da experiência dos participantes (...), procurando enfatizar e valorizar sua vivência e realidade cotidiana. Com a utilização de fotografias de diversos locais do município (que foram trazidas impressas para a reunião), a população participante discutiu e apontou livremente elementos da

cultura e da vivência cotidiana, identificando-se as deficiências e potencialidades de cada localidade, agrupando-as de acordo com os eixos estratégicos evidenciados no plano diretor que estava sendo revisado. (...) O número de participantes foi considerado baixo – inferior a 1% da população do município (...). (VIEIRA, PEREIRA, ANJOS, SCHROEDER, 2013, p. 123-124)

Em análise contraditória com relação ao modelo de participação, os autores, ao tempo que afirmam que “a participação popular depende da vontade natural (...) de cada cidadão (...)” e que “apesar de toda a abertura dada à participação comunitária no processo de planejamento, não há uma busca por parte da comunidade” (VIEIRA, PEREIRA, ANJOS, SCHROEDER, 2013, p. 126), utilizam-se de autores como Oliveira Filho (2009) para criticar o modelo imposto que serve à legitimação de ações não participativas de fato. O que ficou evidente foi o uso dos moradores para elencar aspectos dos bairros, sob o discurso de ênfase na valorização da vivência cotidiana. Ademais, não houve crítica em relação às próprias limitações da pesquisa tendo em vista a complexidade da vivência cotidiana e a necessidade de realização de um trabalho mais contínuo. Os autores elencam razões para a baixa ‘participação’ nos eventos com a comunidade.

Dentre as possíveis causas da pouca presença popular nas reuniões, audiências e capacitações, podem ser identificados problemas como: pouca eficiência na divulgação das agendas de atividades, seja no que diz respeito ao seu alcance ou ainda à antecedência e reforços; desconhecimento das implicações do plano diretor na cidade, no bairro e na vida da população; desconhecimento de aspectos técnicos relativos ao plano, diante da impressão de não possuir conhecimento suficiente para participar da discussão de sua própria realidade; descrença acerca da política e dos processos de planejamento, com a ideia de que a participação é perda de tempo, já que os interesses daqueles detentores do poder (seja ele político ou econômico) serão mantidos e priorizados; experiências anteriores negativas que tenham implicado na desqualificação de sua participação, ou ainda que tenham gerado expectativas não atendidas; a existência de problemas mais emergenciais a serem resolvidos dadas as condições de pobreza da maior parte da população. (...) Como forma de garantir uma leitura da realidade local completa, além da leitura comunitária, foi realizada também a leitura dos técnicos que compõem diversas secretarias do poder público municipal sobre as potencialidades e deficiências locais. (VIEIRA, PEREIRA, ANJOS, SCHROEDER, 2013, p. 124-124)

Decerto que o lugar fica afastado da análise em destaque, o uso dos termos cotidiano e vivência não passou de reprodução terminológica, sem conteúdo empírico equivalente. Não se pode considerá-los sem sequer enunciar a necessidade de continuidade das ações e demonstrar protagonismo dos sujeitos dos/nos lugares.

No que tange os aspectos por nós elencados para caracterizar um processo minimamente preocupado com a efetivação da participação – ao longo do tempo –, identidade, cotidiano, comunicação, conflitos, tempo e autonomia, nenhum deles foi contemplado pelos autores em destaque ao analisar o processo de revisão do plano diretor de Camboriú, ainda que tenha sido mencionada a vivência cotidiana, como ressaltamos.

Toni (2009) afirma que os processos atuais de participação no planejamento são apenas “informativos, de terapia grupal ou de mera consulta. Por certo carregam méritos e valores, mas não são processos autênticos de “planejamento”, nem de participação como parceria, delegação ou controle cidadão (...)” (TONI, 2009, p. 18). O autor enumera três critérios por ele compreendidos como elementares para a distinção entre processos participativos e não participativos no planejamento.

Empoderamento dos participantes e das arenas de disputa e pactuação: (...)

Assim, processos de planejamento que não resultem de situações prévias de empoderamento de seus participantes, não são, de fato, participativos. Ou melhor, serão participativos tanto quanto maior for o grau de empoderamento, de autonomia, de capacidade de valer suas decisões e quiçá de institucionalização da vontade dos participantes. Neste sentido, o tema da “participação” é um problema que a rigor, se resolve antes da aplicação de técnicas, ferramentas ou instrumentos de planejamento, não durante, muito menos depois. Planejar sem poder é deixar-se manipular, participar de um simulacro democrático. (...)

Comunicação e transparência de procedimentos: todo processo participativo é um processo comunicativo. Sem livre fluxo das informações e a possibilidade do encontro entre as diferenças de visões de mundo, posicionamento, atitudes e posturas, que a socialização da informação proporciona, não há participação. (...)

Mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados auto constituídos e regulados: Se os participantes não tiverem mecanismos de responsabilização pelos resultados esperados do planejamento, não há participação, no máximo o que ocorre é uma “encenação participativa”, um engodo. (...) O processo participativo não garante, per se, eficácia da ação coletiva (pública ou não). Seria uma ilusão substituir o “planejamento sem participação” pela “participação sem planejamento” (...). (TONI, 2009, p. 18-20, grifos do autor).

Toni levanta elementos importantes para a efetivação da participação, mas omite a necessidade de continuidade das atividades. Ademais, elementos de espacialização não aparecem como requisito, como também aqueles que caracterizam o lugar, tais como a identidade e o cotidiano, que são imperativos à conquista do empoderamento e à autonomia. O autor também não enuncia a necessidade de que o processo seja realizado de baixo para cima.

O autor segue enumerando três metodologias que atendem parcialmente aos quesitos por ele elencados: “o Planejamento Estratégico e Situacional (PES), o Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (ZOPP) e o Método do Quadro Lógico (MQL)” (p. 20). Mais à frente Toni ressalva que o problema da falta de participação não está relacionada à escolha metodológica e sim de um “posicionamento político e existencial prévio, do agente político no Estado ou do ator coletivo nos movimentos sociais”. (TONI, 2009, p. 22). Porém, fica evidente a despreocupação do autor em destaque com os sujeitos sociais nos lugares, sua autonomia de fato, relações de identidade e cotidiano espacializados, seus conflitos, a relação comunicacional entre os envolvidos, além da ideia de necessidade de continuidade das

atividades de planejamento, um pré-requisito para que os critérios por ele enumerados para distinção entre processos participativos ou não possuam algum resultado.

Em trabalho publicado em data anterior à implementação do Estatuto da Cidade, Villaça (1999) afirma que o planejamento urbano “ao contrário do zoneamento e do controle dos loteamentos, tem existido quase que somente na teoria, no discurso, sem empirismo”. (VILLAÇA, 1999, p. 237). “(...) aulas são dadas, teses defendidas, seminários organizados e conferências pronunciadas louvando as virtudes de um plano diretor que nunca existiu. Uma criação da razão pura, uma construção mental baseada na idéia pura descolada da realidade social”. (VILLAÇA, 1999, p. 239). A razão pra isso é simples e atual, a quem dita as regras do urbano não interessa um plano diretor factível, segundo o autor, “(...) os interesses imobiliários não querem nada além de princípios, diretrizes ou políticas gerais. Nada que seja auto-aplicável”. (VILLAÇA, 1999, p. 241). O autor em destaque arrisca um conceito para o plano diretor, elaboração que não aborda, porém, o dinamismo entre as classes envolvidas e a necessidade de justiça social, Villaça omite ações e agentes na elaboração/construção do plano.

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Neste sentido, Villaça segue referenciando elementos os quais depende o futuro dos planos diretores, menciona a necessidade de avanços no poder político das classes desfavorecidas e na consciência de classe, não pontuando, porém, os caminhos para se alcançar tais elementos.

Além do Estatuto da Cidade, o futuro dos planos diretores depende:

- Dos desdobramentos dos conflitos entre os interesses ligados, de um lado, à produção e comércio de terra e de imóveis em geral, e, de outro, os ligados ao seu consumo. Desses desdobramentos depende o futuro de questões centrais, como a aplicação prática do princípio da função social da propriedade imobiliária, o solo criado, o Fundo Municipal de Urbanização, a regularização fundiária de favelas e as Zonas Especiais de Interesse Social-Zeis.
- Do esvaziamento dos planos de retóricas inconseqüentes.
- Finalmente, dependem de um seriíssimo teste pelo qual o “solo criado” ainda não passou; o teste de sua passagem pelo Poder Judiciário, sabidamente conservador. Esse é um trunfo que o setor imobiliário guarda na manga do paletó.

O destino do planejamento no Brasil atual, o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares. Esse é um processo vagaroso, uma vez que no Brasil, como diz Martins, nossa história é lenta, pois é grande O Poder do Atraso. (VILLAÇA, 1999, p. 247, grifos do autor).

A organização política e consciência de classe não dependem de um autodespertar, sim de condições socioespaciais favoráveis e tais condições precisam estar no discurso de quem se dispõe a fazer crítica ao planejamento urbano. A situação de pobreza é um limitante que se desdobra em vários outros, formando um coeso ciclo vicioso que serve à manutenção as coisas como estão. A organização política da periferia urbana é, sem dúvida, um imperativo, porém, o que precisamos atentar é para o como pode haver tal construção e que ela seja realizada de baixo para cima, decerto que não sem apoios e aqui defendemos o papel da universidade. O conceito de lugar aparece novamente como conteúdo político relevante à disputa na cidade, por dois motivos: a consciência do lugar apenas pode ser tomada de baixo para cima e, uma vez alcançada, permitirá aumento de autoestima entre os sujeitos facilitando, entre outros, a apropriação de outros conteúdos ligados ao planejamento e à gestão. A consciência e a força lugar também auxiliarão no embate entre os diversos agentes envolvidos no urbano e, sobretudo, darão base à luta pela legitimação da maior justiça na cidade.

Já em Villaça (2005) o autor faz uma crítica em relação ao participativo que passou a tomar os discursos de planejamento após o Estatuto da Cidade, assim como uma análise profunda em relação à participação popular. “(...) o que significa o desprezo que a absoluta maioria da população (...) demonstrou para com o Plano Diretor (...)?” “(...) que essas classes são ignorantes, incompetentes e não se interessam pela solução de seus problemas? Não. Sua abstenção deveu-se ao fato de o Plano Diretor nada ter a dizer a elas”. (VILLAÇA, 2005, p. 91).

Poder-se-ia entender a “Participação Popular” como o conjunto de pressões que “a população” exerce sobre o poder político, por ocasião da tomada de importantes decisões de interesse coletivo. Numa concepção mais restrita, essa participação tem-se identificado no Brasil como a participação da “população” em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo como pelo Executivo. (...) Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos de zoneamento. Quem nunca participou foram – e continuam sendo – as classes dominadas, ou seja, a maioria. Até agora foram essas classes as grandes ausentes. Portanto, quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na “participação” só pode se referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva. (...)

A “Participação Popular” conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça às decisões políticas. Ela passou a ser divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, prepotência e a injustiça. Com ela, todos tornar-se-iam iguais perante o poder público. É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor *Participativo* – querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses. Evidentemente num país desigual como o Brasil, com uma abismal

diferença de poder político entre as classes sociais, conseguir uma participação popular democrática – que pressuporia um mínimo de igualdade – é difícil. Essa a principal razão da “Ilusão da Participação Popular”. (VILLAÇA, 2005, p. 50, grifos do autor).

Mais à frente, Villaça sugere a necessidade ao planejamento urbano e seu instrumento mais abrangente, o plano diretor, de uma revisão radical. Nesta perspectiva, o autor menciona a emergência da sua construção de baixo para cima, fazendo com que a minoria não mais defina pela maioria e, mais ainda, que finde a hipocrisia do convite que aquela parcela da população está a fazer para esta sob o rótulo de participação popular.

Todos os seus pressupostos precisam ser questionados. Todos, sem exceção. A partir desse questionamento, é fundamental que o conteúdo do Plano Diretor e seus métodos sejam redefinidos de baixo para cima. A maioria deve recusar o Plano pautado pela minoria. Deve recusar a participar do debate de um plano pautado pela minoria. O debate deve vir de baixo para cima e não ser um evento ao qual a maioria comparece *convidada* pela minoria. Os problemas e suas prioridades devem ser definidos pela maioria e esta deve recusar qualquer constrangimento por “não entender de planejamento urbano”. *Especialista* (ou *expert*) é aquele a quem o problema diz respeito! (...) Os técnicos têm que ser postos a serviço dessa maioria e da solução dos problemas que elas pautarem. Claro que isso não será fácil, espacialmente numa sociedade como a brasileira, com a abismal diferença de poder político entre a minoria e a maioria. (VILLAÇA, 2005, p. 92, grifos do autor).

A crítica de Villaça, entretanto, embora sugira a necessidade de envolvimento dos sujeitos sociais desde a construção do plano diretor, não avança no sentido do ‘como’. Os sujeitos sociais podem ficar, nesse contexto, escondidos sobre a atuação de associações cooptadas por partidos políticos – ou não –, representações de ONG’s ou universidades bem intencionadas, mas que, por vezes, falam (e até decidem) pelos seus representados, que acabam por acostumar e preferir assim, dadas as condições difíceis impostas pelo cotidiano. Uma pergunta que fica é o como avançar para além da crítica, como fazer acontecer? Como o protagonismo será retirado das mãos de poucos? Teria o lugar relevância neste sentido? É o que aqui tentamos defender.

Nunes (2006), em sua ‘Pedagogia da Participação’, experiência a qual tivemos conhecimento mais próxima do que defendemos enquanto planejamento de baixo para cima, expõe certa preocupação com a compreensão da dimensão do lugar, embora não o traga como conceito em momento algum. A autora divide os relatos das experiências de campo em atividades pedagógicas e ações coletivas. Nas primeiras os moradores foram convidados ao trabalho coletivo e, complementarmente, a olhar o bairro como um todo e se sentirem sujeitos ativos.

A leitura do trabalho de Nunes nos fez entender que sua experiência de pedagogia seria enriquecida caso houvesse associação direta aos conceitos de lugar, cotidiano (que

envolve e extrapola o bairro) e sua espacialidade e identidade (individual e coletiva). Em seu relato a autora demonstrou claramente que trabalhou a práxis de elementos desses conceitos, embora não os tenha trazido como tais, o que torna pouco provável a assimilação política pelos sujeitos com os quais desenvolveu a experiência, fator que atuaria como facilitador para a continuidade das atividades coletivas no bairro. O conteúdo comunicacional foi considerado pela autora, que baseia-se na teoria habermasiana para as ações com os moradores. “Entretanto, na experiência concreta, é difícil identificar os tipos de comunicação: sempre há uma certa ambivalência (comunicação estratégica e intercompreensiva ao mesmo tempo). A diferença entre os dois tipos de comunicação é identificada pela preponderância de uma delas (...)”. (NUNES, 2006, p. 17).

A busca pela compreensão mútua e pela construção de consensos deve ser compartilhada entre os sujeitos como melhor forma de comunicação e como um pacto acordado entre os envolvidos. Neste sentido, além do exercício contínuo de auto percepção como sujeitos ativos, poderá haver inibição entre os chamados líderes fortes identificados pela autora, assim como servirá como uma preparação do coletivo para enfrentamentos com outros agentes no contexto da produção do espaço. A comunicação deverá não apenas permear uma preocupação com as posturas dos técnicos envolvidos, mas também aparecer como instrumento político a ser utilizado pelos sujeitos em situações da vida cotidiana.

Nunes realizou o trabalho de campo – em 1996 – em um bairro projetado pela prefeitura para realocar desabrigados de uma forte chuva ocorrida no ano de 1995, não foi um lugar que se construiu ao longo do tempo, tratou-se de um lugar que continha em seus sujeitos identidades, cotidianos e conflitos de vários outros lugares da cidade, agregando aí o sentimento de não pertencimento e o saudosismo. O segundo momento, das ações coletivas, foi composto da construção de espaços coletivos, creche e escola, da criação da associação de moradores e da votação para escolha do nome do bairro.

Durante o ano de 1996, quando se passaram os acontecimentos aqui descritos, a Prefeitura pretendia intervir fortemente no bairro. O projeto urbanístico já estava realizado, mas várias decisões referentes aos equipamentos públicos (prioridade, tamanho, local, construção, modo de funcionamento etc.) deveriam ainda ser tomadas, o que sugeria ainda haver espaço para a interferência da população. Com essa experiência, para a qual se obteve o acordo da Prefeitura de Salvador, teve-se como objetivo levar os habitantes, reconhecidamente de extrema pobreza e de baixa escolaridade, a participar dessas decisões e engajá-los em ações coletivas de melhoria de suas condições de vida. Aprovando a metodologia participativa proposta, a Prefeitura se comprometeu a pôr em prática os resultados advindos do processo, que passo agora a descrever.

A essência do método testado consistia no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significam, em si, um processo de aprendizagem da cidadania. A preocupação de testar um método provinha da consciência de que a grande

legitimidade pouco a pouco alcançada pela reivindicação de participação era acompanhada dos riscos de manipulação. A retórica dos políticos e profissionais de todos os tipos se apropria dessa idéia como *slogan*, o que não significa que eles se disponham a enfrentar as dificuldades concretas de sua realização. Para uma participação verdadeira, o puro discurso não é suficiente, mesmo se sincero. É preciso vontade política, conhecimento profissional de métodos de trabalho participativos e conhecimento antropológico da realidade.

No caso dos bairros populares, é preciso ainda uma disposição pedagógica e a busca constante de uma relação igualitária com os habitantes. O propósito seria então retomar a questão da participação em seu sentido prático, da observação direta sobre o terreno, e contribuir para a criação de um *know-how* participativo, ainda que modesta e pontualmente. Para atender a esses objetivos, propus um método com atividades pedagógicas e ações coletivas, que foram se aperfeiçoando no andamento da experiência. Uma concepção precisa da maneira pela qual os animadores do processo participativo deveriam interagir com os habitantes constituía-se num dos pilares fundamentais desse método.

Neste livro, o leitor vai encontrar chaves para a ação baseada na prática, ao se familiarizar com as dificuldades cotidianas de um processo participativo e ao refletir conosco sobre as mesmas. (...)

A experiência durou dez meses, durante os quais foram feitas mais de 80 visitas ao bairro, em torno de três por semana, com uma duração mínima de duas horas. (NUNES, 2006, p. 7-8, grifos da autora).

A experiência da autora em destaque evidencia a necessidade de continuidade de ações de planejamento, em contraponto às ações estanques hoje propagadas pela prefeitura como participativas: não são ações de planejamento, muito menos participativas. Nunes levantou a preocupação com a ideia de continuidade para além das muitas reuniões durante o trabalho realizado com o bairro.

(...) se as ações coletivas sobrevivessem à nossa passagem no bairro elas poderiam ser chamadas de ‘trabalho comunitário’. Alcançar esse engajamento e essa independência significaria que os habitantes teriam passado por um processo pessoal e coletivo de conscientização e superação das condições adversas à participação, o que era nosso objetivo. (NUNES, 2006, p. 65).

No desenvolver das atividades alguns conflitos foram surgindo e/ou foram postos em destaque, fazendo com que acordos fossem tendo que ser estabelecidos, o que fortalece o coletivo com respeito e auto-orientações de cidadania. A preocupação da autora com a autonomia dos sujeitos foi evidente todo o tempo, em um contexto de autonomia coletiva.

Poderíamos começar a discussão sobre a autonomia pelas declarações de princípio do tipo: “o projeto no bairro era trabalhar COM os habitantes, e não PARA eles”. Esse princípio, entretanto, não é tão simples de seguir na prática. A idéia mesmo da pesquisa-ação é trabalhar para um grupo com o qual iremos interagir, com a convicção de que vamos contribuir com a melhoria do seu quadro de vida, senão isso não teria sentido. Trabalhar “PARA” é inevitável em certo sentido; é preciso então, antes, estabelecer regras, proteções, para que a experiência estimule o movimento, sem tomar o seu lugar. Entretanto, está-se sempre no “fio da navalha”. É normal que, no início, a relação animador/ habitantes seja de dependência destes últimos para com a iniciativa do primeiro. É preciso aceitá-la. Entretanto, o processo pedagógico deve levar-nos a uma relação de autonomia, o que não é simples nem definitivo, mas permanece sendo o objetivo que se visa alcançar. (NUNES, 2006, p. 119, grifos da autora).

Por fim, reafirmamos que a experiência de Nunes, continuada e politicamente complementada por noções mais claras de lugar enquanto conceito (porque enquanto práxis o livro demonstra contribuição consolidada) é o mais completo exemplo de experiência participativa por nós encontrada. Decerto que, para seguir, faz-se necessário apoio político do Estado, quando nos esbarramos com o empecilho maior à participação efetiva: vontade e determinação políticas, o que pode ser alterado com o tempo com o auxílio da criação de uma estrutura de participação no âmbito da prefeitura. Não se tratou de uma metodologia desenvolvida com a pretensão de virar modelo, tratou, isso sim, de pontuações de necessidades, limites e potencialidades que podem surgir quando de fato é pretensão pensar com e a partir das comunidades.

O trabalho de Nunes nos faz repensar o papel da universidade nesse contexto. Efetivar a participação jamais será papel da prefeitura e sim dos sujeitos, contudo, um agente é relevante nessa conjuntura: o que a autora denomina animador externo (que, no caso, foi seu papel). O que nos apresenta a História em relação às ações do Estado e o que foi possível perceber nos resultados das entrevistas de representantes da prefeitura que atuam diretamente com atividades ditas participativas fazem entender que os técnicos precisam também passar por processos como a pedagogia da participação desenvolvida por Nunes. Eis uma contribuição emergente e de relevância incontestável que a universidade pode oferecer à sociedade. Para tanto, decerto, faz-se necessária uma institucionalização de ações participativas no município, ou as ações das universidades ficarão limitadas aos seus limitados orçamentos, resultando em atuações pontuais.

Em entrevista para a presente pesquisa, incitada pela necessidade de um diálogo que perpassasse a experiência com a Pedagogia da Participação, o plano diretor de Salvador e a defesa do lugar, Nunes nos deu outros elementos que contribuiriam para complementar nossa compreensão do seu trabalho, assim como auxiliar na construção da defesa da presente tese. A entrevista completa compõe o Apêndice C. A partir de agora conversaremos com outros três pontos de destaque do referido diálogo.

O primeiro ponto de realce é o modelo ultrapassado de política no âmbito da representação, que a entrevistada exemplifica com a situação política atual (após golpe parlamentar para o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff e o que se tem de retrocessos políticos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como um poder judiciário legitimador), associada à concentração da manipulação – no âmbito internacional – de toda a política e economia nas mãos de poucas famílias. A autora finaliza com a impossibilidade de

mudança do *status quo* dada a situação da política nacional, propõe o que denomina lógica não eletiva, bem como vincula à autonomia do sujeito.

O que a gente tá vendo no Brasil agora, nesse exato instante, é uma coisa que tá nos seus estertores, ninguém acredita, ninguém quer se envolver, apenas uma máfia está realmente envolvida na política. Não é à toa que a representação do Congresso Nacional é a coisa mais abjeta, é gente... canalhas... uma coleção de canalhas. Então o que é que acontece quando você chega a esse... a esse nível? É porque aquela estrutura de democracia representativa ela está esvaziada de sentido. E você só vai conseguir renovar a democracia a partir das experiências de democracia direta. (...) Mas o desafio eu acho que é da humanidade toda, eu tenho muita relação com a França, tive lá recentemente na eleição, tô indo lá de novo, vou sempre, me comunico, e é a mesma... perplexidade, ninguém acredita que pela política, pela eleição, você vai conseguir resolver os problemas do país, até porque os problemas de cada um dos nossos países está centrado na mão de conglomerados internacionais, pessoas, famílias, que manipulam as finanças do mundo e que não tem nenhum, nós não temos nenhuma possibilidade de controlar esse pessoal pela política como ela tá sendo feita hoje, pelo contrário, são eles quem controlam a política. Então nós estamos num momento, assim, de fio da navalha, coisas novas vão nascer porque o novo sempre vem. Mas a gente vai enfrentar um período ainda tumultuado, difícil... eu, por exemplo, tenho defendido que a democracia precisa se renovar a partir de uma lógica não eletiva. Eu acho que a eleição é algo importante, deve existir, mas não todo o parlamento. Eu defendo que uma (...) das câmaras do parlamento, o Senado, por exemplo, deva ser feito por... é... me vem a palavra em francês, *tirage au sort*, mas é por escolha... aleatória, onde você defina que aquele número de cidadãos que devem representar o país eles devam ser uma representação exata da população brasileira. Então tantos pobres, tantos ricos, tantos pretos, tantos brancos, tantas mulheres, tantos homens, tantos trabalhadores intelectuais, tantos trabalhadores braçais, tantas pessoas da área rural, da área urbana. E você ao fazer uma estatística, que um computador faz facilmente, você vai propor a algum cidadão desse país que sejam os representantes, não por eleição, mas por sorteio. E essas pessoas podem aceitar ou não, elas terão uma condição de trabalho apoiada, mas não terão grandes salários, terão salário médio do país, de forma que você consiga ter uma representação imune, nunca será imune, mas, de certa forma, imune, à pressão do dinheiro, à pressão da mídia, porque essas pessoas elas não devem nada a ninguém, elas foram sorteadas e elas foram sorteadas por serem pessoas com características que são as características do povo brasileiro. Eu acredito que a gente precisa avançar nos métodos políticos para alcançar coisas desse tipo. E isso vai nessa direção da liderança compartilhada, da autonomia do sujeito, que você fala, porque são outros caminhos, e são outros caminhos que precisam ser criados pra gente evoluir nessa direção. (Débora – Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13927).

A política ser considerada para além da partidária e cada vez menos centralizada, que é a ideia que trazemos aqui por meio da relação entre o lugar e o planejamento urbano, é uma possibilidade de redução do descrédito apontado pela autora e percebido notoriamente nos dias atuais. O lugar político tem o poder da transformação. Nosso maior erro, nesta tese, será o de cair em construção tautológica, como nos traz Lefebvre (2016), para o qual é inadmissível “pressupor um sistema social ou político, teórico ou ideológico, assim como não se pode pressupor uma lógica preexistente. (...) Se há sistema, é preciso descobri-lo, mostrá-lo, ao invés de partir dele” (LEFEBVRE, 2016, p. 39). Fazer alusão e mostrar potencialidades do lugar de periferia como poder político é, para nós, uma transgressão ao sistema capitalista.

O segundo ponto de destaque na entrevista é a identificação da liderança mobilizadora, “aquela que pode persuadir as pessoas que elas podem, por si mesmas, melhorar suas vidas”

(NUNES, 2006, p. 59). Ao contrário, “(...) o líder forte não é do tipo que pode trabalhar em equipe. Ele não sabe estimular o trabalho de cada membro de um grupo, tudo devendo estar sob o seu controle absoluto e seguir a sua visão das coisas”. (NUNES, 2006, p. 61).

Tratar-se-á agora de um outro tipo de líder, que dificilmente nasce sozinho nesse terreno pouco fértil para as idéias mais libertárias: o líder do tipo “mobilizador”. Esses líderes (é importante pensar neles sempre no plural, mesmo se um dentre eles é preponderante) são os únicos que podem impulsionar as iniciativas coletivas no sentido de um aprendizado da cidadania. Em um movimento desse tipo, são eles que podem inscrever sua “liderança” de maneira duradoura no processo. Favorecer a emergência desse tipo de líder foi um dos resultados práticos da experiência. O líder mobilizador é aquele que legitima sua liderança pelo seu poder de convencer as pessoas, de mobilizá-las em torno de uma luta baseada em suas próprias forças. (...) a estratégia do líder mobilizador é antes de tudo alertar os que ainda não tomaram consciência dos seus direitos para que eles mesmos possam reivindicá-los. Para os que já estão conscientes desses direitos, o papel do líder é o de estimulá-los a lutar de forma coletiva para ampliar suas conquistas cidadãs. (...) A emergência de um líder mobilizador é assim um sinal de um processo maior de transformação de mentalidades. Formar um líder mobilizador não é uma tarefa realizável em uma experiência de apenas um ano, mas é possível criar uma atmosfera favorável a seu surgimento. (NUNES, 2006, p. 110-111).

Na entrevista a autora relata que tem diagnosticado o surgimento em número cada vez maior das lideranças mobilizadoras, tendo em vista, também, que a política que sustenta o líder forte está desacreditada pela população em geral. Existe, todavia, uma tentativa daquelas lideranças por se afastar da ideia criada em torno da liderança forte, por desacreditar naquele modelo, fazendo assim com que afastem-se também das iniciativas ligadas aos órgãos públicos, importando-se em desenvolver projetos junto às comunidades, mas com pouca ou nenhuma articulação. Maria relatou em sua fala a presença do perfil que descrevemos como possível liderança mobilizadora. “(...) nós temos as lideranças formais e as lideranças informais, que lidam com o bairro, fazem projeto no bairro e tal, mas não querem se envolver justamente com as lideranças formais, porque sabe da questão da aliança partidária que existe por trás (...)”. (Maria – Entrevistada moradora do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3799).

Faz-se necessário, assim, um estudo diagnóstico das lideranças nos bairros de periferia e seus perfis, com o intuito de incentivar o papel das lideranças mobilizadoras, que tendem, no geral, a potencializar elementos fortes do bairro, descobrindo nele formas de solucionar problemas e incentivando os demais moradores a serem sujeitos ativos no processo, como nos traz Nunes. O fato é que lideranças mobilizadoras aproximam-se da força do lugar, do lugar enquanto conceito político que – apropriado – auxiliará na efetivação da participação popular no planejamento. Débora nos dá exemplo de quem são esses – por ela denominados – novos coletivos cidadãos.

(...) eu tenho observado o crescimento das lideranças mobilizadoras também de um modo geral uma liderança feminina, do mesmo jeito que eu observei na minha tese. Então esses

cabos eleitorais, embora eles ainda tenham uma função, essas pessoas que representam um coronel, um político importante, com acesso a possibilidade de soluções, eles ainda existem, de um modo geral são as lideranças fortes dos bairros, mas eles estão em descrédito, até porque a política toda tá em descrédito. E aí esses novos coletivos cidadãos que eu venho falando, no campo dos bairros, eles são muito mais próximos da associação de capoeira, que tem gente íntegra, que tem gente que trabalha pela capoeira, para dar apoio aos jovens, ou associações de alfabetização de adultos ou de cursinhos pré-vestibular, vários modos organizativos que se afastam da política tradicional e que estão, lógico, fazendo política, que é uma política de inclusão social, mas se afastam dos... do clássico da política, que é partidária, que é essa que a gente conhece, dos cabos eleitorais. Então eu tenho observado que há um crescimento desses novos modos de organização cidadã, na lógica dos novos coletivos cidadãos, nesses novos modos de organização a coerência é muito mais... tem um valor, né, as pessoas são respeitadas porque elas são íntegras, o que elas dizem e o que elas fazem e o que elas... é... pensam, estão em harmonia, como diria Gandhi, só que isso também ainda... é... muito marginal. É algo que tá começando, que tá começando a se afirmar, a gente encontra em praticamente todos os bairros tem associações desse tipo, mas elas ainda não se reivindicam como um novo movimento social, nova política, elas nem percebem isso, elas estão fazendo aquilo que elas acreditam. E fazer aquilo que elas acreditam é o meio mais fácil e mais consistente de se tornarem novos coletivos cidadãos no sentido de terem coerência, né, porque elas não tão ali pra servir partido, projeto político de ninguém, elas estão ali porque elas acreditam no que elas fazem, inclusive as associações religiosas de bairro, do mesmo jeito que uma grande revolução da política no Brasil no período da redemocratização se deu a partir, muito, das comunidades eclesiais de base, então as pessoas tavam lá fazendo um trabalho eclesial, um trabalho... da igreja católica, principalmente, mas elas naturalmente estavam também fazendo política, estimulando a participação, questionando a ditadura e ajudaram a se construir o processo da luta pela anistia, da luta pelas diretas, já. Então agora não... pode ser religioso, existe inclusive por causa agora do estímulo do papa Francisco, etc., mas são associações, são grupos muito heterogêneos. Tem os grupos vinculados à... ao movimento gay, ao movimento negro, de uma forma muito consistente ao movimento negro, ao movimento feminino, então... tem muita coisa acontecendo, e isso certamente vai fazer nascer uma nova política. (Débora – Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13895).

Quando convidada a refletir sobre a questão dos lugares e toda sua complexidade, o que pode ser considerado como grandes desafios e potencialidades em considerar o lugar e o planejamento, em um contexto metodológico, Débora faz uma abordagem ampla, considerando elementos como o não isolamento do bairro no contexto da cidade, a construção de uma cultura do planejamento, o emaranhado de relações e agentes envolvidos e retoma sua proposta da política de incentivo à participação.

Olhe, eu considero essas suas afirmações, essa sua pergunta como parecidas com as perguntas que eu fiz, o que eu fiz na pedagogia da participação foi exatamente partir de um trabalho no lugar, na comunidade, com as necessidades da comunidade, com os potenciais de liderança, de mobilização, de ação da comunidade. E a grande dificuldade é histórica, porque isso não... nunca foi considerado como planejamento, embora historicamente as comunidades sempre se viraram, particularmente nos países mais pobres, e na História toda... (...) antes de existir o Estado, quem cuidava de si mesmo durante milênios foram as comunidades. E elas continuam a fazer isso, quando o Estado é mais forte, inclusive, por exemplo, nos países europeus, isso... sufocou muito a iniciativa local. O que a gente tá vendo de renascer da iniciativa local, na França, por exemplo, que eu acompanho, é porque o Estado está fragilizado, então essa ideia de que a comunidade precisa ter essa clareza sobre as suas dificuldades, sobre os seus potenciais e agir e fazer, isso existe. O que não existe é o reconhecimento do Estado em torno disso, então você vê que as pessoas vão lá, elas mesmas fazem suas... seus desvios da água de chuva, porque não tem drenagem... e quando o Estado chega, né, quando a prefeitura vem pra fazer a obra de drenagem, de modo geral ela ignora aquilo que a comunidade já tinha feito, faz de qualquer jeito e às vezes de

forma muito mais incompetente, porque a comunidade tá ali no dia-a-dia. Então, assim, o que eu fiz no trabalho de pedagogia da participação, eu acreditava que o empoderamento das pessoas – e elas enquanto coletivo – se daria agindo, tendo pequenas vitórias, né, conseguindo pequenas vantagens no seu dia-a-dia, né... E isso continua a ser pra mim um caminho, é preciso associar uma discussão sobre bairro, nos planos de bairro, que são um grande avanço do ponto de vista do planejamento, então o plano de bairro é... é uma escola para a comunidade aprender o que é planejamento, planejando o seu próprio bairro. Só que um plano de bairro ele precisa vir pensado junto com o plano geral da cidade, porque as duas coisas têm que dialogar. E para uma população de um bairro popular é muito difícil compreender a questão geral da cidade, por isso que o caso de Porto Alegre, por exemplo, eles fizeram coisas que iam e vinham, né, você tinha assembleia de bairro, depois elegiam delegado, que iam pro conselho do orçamento participativo, que voltava pro bairro, que trazia para o bairro a experiência do conselho que abrangia toda a cidade, então esse diálogo, essa dinâmica de ir e vir, isso vai precisar acontecer para que a cultura do planejamento e do planejamento de fato participativo – partir da autonomia do sujeito – como você diz, exista. Você imagina que isso necessariamente é um processo longo, então o que eu digo no meu livro, que eu defendi na minha tese, são práticas reais pedagógicas, ou seja, de entendimento de conceitos, e também ativas, ou seja, de ação real, que permita que as pessoas – ao mesmo tempo – percebam o que é que tá sendo discutido e deem sua própria opinião e possam dar essa opinião, porque elas compreendem o processo e as pessoas que tão conduzindo o processo compreendem sua linguagem, mesmo que não seja adaptada àquela linguagem técnica, quem tá conduzindo um processo realmente participativo precisa entender, ajudar as pessoas a se expressarem quando elas não sabem se expressarem nos termos que são reconhecidos, mas, ao mesmo tempo, é um processo que eu falo lá cognitivo, mas também um processo político, as pessoas elas vão tomando coragem, elas vão confiando em si mesmas quando elas constroem pequenas vitórias, quando elas vão conseguindo de fato vão conseguindo fazer as coisas, elas vão conseguindo... seja pela pressão política, seja pela ação concreta, elas vão conseguindo fazer com que aquilo evolua. E aí é o trabalho do bairro, né, é exatamente isso que eu falo sobre a política de incentivo à participação, uma política de pedagogia da participação, algo que dure vários governos e onde essa discussão do bairro e da cidade, e das conexões entre isso, tanto no campo do planejamento tanto no campo dos orçamentos, como é que o orçamento da cidade de Salvador pode atingir cada bairro, fazendo o que, a cada ano... e como é que o bairro se integra com todo o orçamento de Salvador, como é que ele se beneficia de uma obra grande como o metrô. Então esse é um processo de longo fôlego, de... um processo pedagógico, de entendimento, mas que tem que vir com aquilo que eu disse que é essa mudança cultural (...) o cultivo de respeito à ideia da corresponsabilidade. Então, perceba, não pode ser algo apenas metodológico, que haja no bairro... tem que ser algo que haja no bairro e na cidade, tem que ser algo que haja com os moradores e com os técnicos, com os moradores, com os técnicos e com os políticos, isso tem que repercutir no desejo individual de corresponsabilidade, que, por sua vez, tem que repercutir no direito, no desejo e no direito de se emancipar e definir seu destino. Eu acredito que nós estamos no limiar das coisas, em termos assim humanos, em termos da civilização humana, a partir dessa tese que eu tô desenvolvendo, que nós humanos estamos chegando à idade adulta. (Débora – Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13984).

Nosso questionamento seguiu a linha do aspecto metodológico pela nossa opção pelo não desenvolvimento de metodologia e sua consequente aplicação em algum bairro de periferia e pela reconhecida experiência que a entrevistada apresentou neste aspecto. O objetivo inicial foi o de tentar articular os limites e potencialidades encontrados através das entrevistas com moradores e prefeitura às reflexões de Débora. O que conseguimos, contudo, foi ratificar que a essência do planejamento extrapola a metodologia, ainda que a mesma seja fator indispensável a ser considerado. Não se pode esperar o alcance da participação efetiva pelo desenvolvimento da metodologia por si. As práticas pedagógicas trazidas por Nunes, por

exemplo, são essenciais e precedem o desenvolvimento de uma metodologia que vise o planejamento participativo, ao tempo que a compõe.

Na linha do “quem cuidava de si mesmo durante milênios foram as comunidades” a próxima seção trará outros elementos de práxis extraídos dos diálogos em campo. Consideremos, como pano de fundo, a necessidade de uma ação comunicativa e o alcance de justiça social por meio da autonomia dos sujeitos. A espacialização disso certamente se fará nos lugares.

Como poderia ser em meu bairro: elementos de práxis entre relatos de entrevistas

Esta seção está subdividida em problemas e soluções extraídas das entrevistas. Como problemas serão elencadas práticas de comunicação, agora no sentido mais estrito, com as relações entre a prefeitura e os moradores. As entrevistadas e os entrevistados relataram potencialidades das Prefeituras-Bairro, assim como exemplos de procedimentos considerados por eles mais convenientes para o alcance da participação. Nos relatos positivos apareceram também melhorias necessárias ao bairro, que também envolveram a comunicação.

No tocante à comunicação entre a prefeitura e os lugares os moradores salientaram problemas na forma como se deu o processo por ocasião de intervenções no bairro, além de falta de divulgação das reuniões da prefeitura no bairro ou nas proximidades, como o caso das oficinas do PDDU, que demonstramos no quadro 28.

Quadro 28 – Relações gerais de comunicação entre a prefeitura e os moradores

O projeto veio pronto, chegou pronto, simplesmente falou, avisou aqui (...). (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 252)
(...) eles vieram saber um pouco disso do bairro, da segurança... mas isso estagna ali, é estagnado, um vez acontece, pronto, para, não acontece mais... porque não fazer isso de três em três meses? Pra procurar mudança, ‘nós viemos aqui, pesquisamos, vamos agora botar em prática e ver se muda’, mas não, vem, mascara aquela situação, vê que fez lá a escola linda e maravilhosa, acontecem aquelas reuniões, eles já sabem da realidade, porém, não muda. Parou, já tem, já vai fazer um ano, dois anos... parou... então toda experiência que tinha, pode já ter mudado, pode ter piorado, na minha opinião piorou, piorou, mas se não veio mais saber, não quer saber (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1867)
(...) e que fosse divulgado... porque muitas pessoas têm interesse até em participar, mesmo não... não sendo membro de uma cooperativa ou da associação, quer participar, mas isso não é divulgado, você só vê... principalmente pra quem não tem acessos... quando passa rapidamente no jornal local ‘ah, houve... ‘nanaram’ pra decidir o PDDU’ ou então já foi aprovado. Não tem as chamadas no canal aberto, pra que você possa ir lá e participar, colocar os seus interesses, da sua rua... é... e a periodicidade não tem, se isso acontecesse a cada quinze, quinze dias não, né... mensalmente, ou a cada dois meses, já que é um plano que se renova a cada oito, então por favor, que fosse divulgado... não há, se você for conversar, é... com qualquer outro vizinho aqui na rua, a dificuldade de entender, de saber do que se trata, vai ser muito maior. Eu sei um pouquinho porque eu tenho essa formação, mas um pouquinho, mas se você descer e conversar com mainha, mainha não vai saber. Porque não há uma chamada pública pra isso, não há um interesse público em que você seja participante ou participado do processo. Então essas reuniões... mesmo que só acontecessem as dezessete pelas... pelas regiões,

<p>mas que cada prefeitura bairro ela tivesse um encontro com a... reunião de condomínio! Que eles não fazem... (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1219)</p>
<p>A Joana, se ela não fosse geógrafa, provavelmente ela não saberia dessa informação, porque não é disseminado para o público em geral que vai ter isso. Se bem que teve muitas divulgações, teve muito outdoors que tavam com algumas propagandas dizendo que teriam essas reuniões, que a população seria bem-vinda, que seria aberta ao público e tudo mais. Mas, a divulgação, por exemplo, a mídia de massa, que seria jornais, por exemplo, a televisão, isso poderia ter sido muito mais intensificado nessas mídias e não foi, então a Joana (...) se fosse uma pessoa comum que tivesse outro tipo de trabalho e não tivesse ligado a isso, talvez ela tivesse dificuldade (...) talvez ela nem chegasse perto de nenhuma dessas (...). (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1407)</p>
<p>Não tem uma divulgação, o PDDU ele não é avisado (...). As informações mais claras... sabe... porque você vê um programa eleitoral é todo dia, um mês, é todos os dias... todos os dias que passa, não tem um dia que não passe... faltando luz ou deixando de ter luz, vai ter... o... programa eleitoral, sim, tem que ter... e por que isso que é algo pra nós, pra uma melhora nossa, não tem? (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2902)</p>
<p>(...) a forma de divulgação (...) eles colocaram o carro meio dia, de divulgação... (risos...) (...) Meio dia em dia de semana (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3416)</p>
<p>Fui convidada, passou carro aqui fazendo a divulgação, de vez em quando eles fazem isso, quando é interesse do bairro, aí eles promovem essa... mas costuma, na verdade as coisas aqui costumam ser mais por baixo do pano, porque assim, a população não recebe panfleto, por exemplo, não recebe telefonema, não... assim, poderia ser divulgado mais, por exemplo, na paróquia, na... nas igrejas evangélicas, ou seja, naqueles lugares que você sabe que vai ter uma maior aglomeração de gente, então... eu acho que poderia ser bem mais divulgado, bem melhor divulgado, mas não costuma. Quando é de interesse... deles, que a gente participe, aí tem sim uma mobilização maior, mas, quando não é, eu acho que não costuma ser (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4397)</p> <p>Porque se é uma coisa que... é... eles precisam fazer, mas eles sabem que se eles comunicarem a população não vai gostar, eu acho que acontece por debaixo do pano sim. (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4468)</p>
<p>E aí também vem aquela questão da divulgação do PDDU pras pessoas que estão interessadas, no bairro. Eu acho que deveria ter também uma ação de <i>marketing</i> (...) algumas formas de divulgar no bairro (...) questões políticas em relação ao próprio bairro na cidade, né, essa marginalização do bairro, é... no contexto geral da cidade (...). (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4834)</p> <p>Aí poderia ter o que, uma... também uma forma de divulgação em todos os bairros que pertencem à antiga região administrativa, né, que hoje é chamada de Prefeitura-Bairro, acho que em todos os bairros deveria ter ações de <i>marketing</i>, né, divulgar um canal, por exemplo, ou então um cronograma dessas audiências públicas, eu acho que seria interessante, aquelas... todo bairro tem uma rádio comunitária, né, eu acho que seria interessante você divulgar numa rádio comunitária, 'tal dia, tal audiência', por que isso não acontece, né? (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4997)</p>
<p>É que normalmente essas coisas assim, por exemplo, não é tão divulgada (...) são informações que a gente muitas vezes fica sabendo mais pela imprensa, né, não é tão divulgada no bairro, a questão é essa (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6976)</p>
<p>É uns programas assim que eles não espalham, né, ninguém fica sabendo de nada (risos), ninguém sabe de nada, nada, nem os mais... que têm mais conhecimentos das coisas, nem os que nada, ninguém fica sabendo de nada, impressionante. (Entrevistada do bairro de São Marcos, l. 7295)</p>

(...) a prefeitura fez uma grande propaganda de que os bairros iam tá participando desse planejamento, é... eu não ouvi falar em momento nenhum de nenhuma reunião em Cajazeiras, se existiu foi em algum lugar pra dizer que teve... não houve convocação pra população, como a gente não tem associação, se isso existiu a nossa associação não sabia, é... o fato é que a população em si ela não participou, a população do maior bairro de Salvador não participou de nenhuma atuação da prefeitura em relação à organização territorial (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7422)

(...) na época de eleição é carro de som, é... tudo (...) eles vêm pra perto e tal, aí tem uma reunião no bairro, é um bairro de, sei lá, cem mil pessoas praticamente e aí não passa um carro de som, a maioria das moradias lá são em condomínios, não chega um panfleto, não chega um folder, não chega porra nenhuma, tipo... o IPTU chega, né? Mas a comunicação é muito mal feita nesse sentido, se houve, eu não soube, eu tinha super interesse de discutir no bairro as questões do bairro. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7604)

Não vi, pode ter acontecido, pode... mas não houve publicidade dentro do bairro nenhuma... nenhuma. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7670)

(...) eu como morador já há dezesseis anos, eu nunca fui convocado pra uma reunião de associação de moradores de Boca da Mata, eu nunca recebi uma carta, eu nunca ouvi uma vez no rádio convocando. Então... vai ter a dificuldade de... das pessoas, dessas coletividades se mobilizarem, mas muito porque elas não foram mobilizadas, elas não foram estimuladas. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9464)

(...) eu não conheço nenhum morador, olha que eu conheço gente... em Boca da Mata, eu não conheço nenhum morador que tenha comentado comigo, participado de uma reunião desse tipo... não... nunca fui comunicado, convocado, por nenhum meio. Porque eu recebo... eu recebo todo ano minha carta de IPTU, ela chega, comunicação tudo bonitinho, tudo certinho, o que tem que fazer, então a prefeitura conhece meu endereço, sabe onde a gente mora. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9507)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas com Moradores.

Decisões tomadas de cima para baixo, falta de divulgação e de seguimento/periodicidade das atividades, falta de retorno à população de atividades realizadas no bairro (logo, de respeito aos sujeitos protagonistas nos/dos lugares), falta/ineficiência na comunicação e na divulgação das atividades realizadas no bairro sob a responsabilidade da prefeitura, nas mesmas atividades, ausência de transparência das estratégias de divulgação, falta de articulação com atores locais, ausência de uma formação cidadã. Eis alguns dos problemas apontados – direta ou indiretamente – pelos moradores no que tange as relações entre a prefeitura e os sujeitos. A divulgação propagandística da realização do PDDU e de que o mesmo seria construído de forma participativa não foi acompanhada em intensidade pela publicidade sobre as atividades que aconteceram tomando as Prefeituras-Bairro como referência (as chamadas oficinas de bairros), bem como as audiências temáticas que ocorreram em lugares centrais. Toni, entrevistado do bairro de Boca da Mata, nos chamou atenção para o fato de que a cobrança do IPTU chega corretamente em sua residência. Assim como o IPTU, cobranças mensais como das empresas responsáveis pelo fornecimento de água e energia também chegam aos moradores de periferia do mesmo modo que chegam a toda a cidade, regularmente. Haveria possibilidades mais amplas e diretas de contado sobre planejamento e, mais especificamente, o PDDU (chamadas, esclarecimentos, avisos, etc.) por meio dos endereços constantes no banco de dados da própria prefeitura, além de empresas que prestam serviços básicos.

O quadro 28 evidencia as ações para manutenção do *status quo*, seja no que tange a divulgação ineficiente, seja quando os moradores dão exemplos de ações nos bairros que não respeitaram os moradores como agentes protagonistas desses lugares. O engajamento de um maior número de sujeitos poderá inibir ações desse tipo nos bairros. As falas demonstram que as demandas são simples, saber da reunião, ter acesso ao projeto com antecedência. A consciência de lugar poderá qualificar essas demandas, rejeitando cada vez mais atitudes de cima para baixo. Um bom exemplo do que a moradora do bairro de São Gonçalo trouxe como possíveis ‘aparecimentos relâmpagos’ e ‘ações pontuais’ é a construção das praças, todas em modelo padrão (e poderíamos estender aos demais resultados práticos do Ouvindo Nosso Bairro por meio do Salvador Bairro a Bairro), com variações em relação ao tamanho dos espaços, logo, o que pode conter cada praça. Certo que a falta de continuidade e o modelo com o qual essas reuniões são desenvolvidas – como nos relatou a entrevistada do bairro do Nordeste – podem não causar interesse desses moradores em participar dos encontros, o que nos faz cair novamente na consciência do poder do lugar.

Por outro lado, Maria e Toni, moradores dos bairros do Nordeste e Boca da Mata, respectivamente, relataram esperanças de melhorias com a presença das Prefeituras-Bairros. Para Maria,

(...) tem umas coisas positivas, pelo menos você tem um local a quem se reclamar tudo de uma vez só, tal... Hoje é maquiagem, mas eu acho que a população, com seu poder participativo, poder cidadão, exercendo a cidadania de fato, pode transformar a maquiagem em algo concreto. (...) tem potencialidades, agora desde que a população saiba reivindicar essas potencialidades. Quando ela vir com a maquiagem, se a população falar ‘não, aí não, a gente não quer assim, não venha, a gente já tá cansado, não sei o que, não sei o que, não sei o que’... eu acho que se muda. (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3891).

Enquanto Maria relata possíveis melhorias que poderão acontecer em caso de melhor aproveitamento dos moradores enquanto coletivo, Toni afirma ter sentido maior presença da prefeitura após a implementação das unidades, mesmo tratando apenas de exemplo pontual no contexto do urbano. A poda da árvore – citada por Toni – foi mencionada também entre os representantes da prefeitura.

(...) hoje com a Prefeitura-Bairro, né, a ação ela deu sentimento que dinamizou um pouco mais, então periodicamente eu vejo algum órgão da prefeitura ir lá e fazer... poda, né, fazer poda de... de grama, né, de árvore, ele vai lá e faz, mas ele demora muito de fazer, se ele ouvisse a comunidade ele iria, tal... ele... muitas vezes fazem em alguns pontos e não fazem em outros (...). (Toni – Entrevistado do bairro de Boca da Mata, Apêndice A, l. 9305).

Complementarmente, várias foram as contribuições no sentido do como fazer, no que se refere às formas de ação que a prefeitura poderia realizar nos bairros que seriam

consideradas participativas, aos olhares dos nossos entrevistados. Estes relatos foram dispostos no quadro 29.

Quadro 29 – Formas possíveis de atuação da prefeitura segundo moradores

<p>(...) como deveria acontecer: primeiro sentar, fazer entrevistas e reuniões com os moradores, eu não sei se é o caso da nossa associação, se é que tem uma associação maior dentro do bairro... Eu acredito que na rua da quadra tenha uma associação, ainda... eu lembro de... muito vagamente, na infância, dessa associação. É... poderia se ouvir, distribuir material pros moradores, fazer uma triagem lá na associação e ouvir realmente as verdadeiras necessidades do bairro, para, a partir daí, seguir pra aprovação ou não, do plano. Eu não consigo ver eficácia quando vem de lá pra cá, de cima pra baixo. Não tem vivência, não tá aqui todos os dias pra saber o que realmente funciona e o que não vai funcionar, então é muito... eu acho assim, eficácia nenhuma, quando vem de lá pra cá. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1137)</p> <p>Quinzenalmente, mensalmente... sei lá (...) a periodicidade não tem, se isso acontecesse a cada quinze, quinze dias não, né... mensalmente, ou a cada dois meses, já que é um plano que se renova a cada oito (...). (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1219)</p>
<p>(...) eu acho que teria que ter uma... ham... frequência maior de oficinas ou talvez de reuniões, pra que você conseguisse acompanhar de fato os problemas que acontecem no dia-a-dia... ham... ou o que frequentemente acontece no bairro, uma ou duas reuniões você pegaria a grosso modo as coisas talvez que mais incomodem, talvez as que não fossem mais importantes, ou que fossem mais fáceis de solucionar, ou que demandasse mais tempo... talvez se você estender por mais tempo essas oficinas você conseguia resolver problemas que são mais simples e já dar um nível de conforto maior àquela população daquele bairro e conseguir gerir os problemas maiores a longo prazo, isso seria interessante. Se acontecesse isso aí sim seria interessante, aí sim seria o planejamento de fato, porque o planejamento ele é a longo prazo e você teria que (não compreensível, sinônimo de dividir) em gestão, fazer gestões diárias, ou mensais, ou anuais, daqueles bairros. (Entrevistada do bairro de Barreiras, l. 1637)</p>
<p>Se for no bairro, no bairro, ou no caso, nessa prefeitura, se ela fizesse nessa prefeitura que eu sou mais próxima, se ela fizer nessa, tenha certeza que Engomadeira não vai, São Gonçalo não vai... pra... pra realmente ela querer saber o ideal seria ela ir até o bairro. (...)</p> <p>Uma em cada bairro... pelo menos uma em cada bairro... é um pouco complicado, aí vem a questão das 'reixas', a gente não sabe quem vai, não sabe como... isso até não, mas... faça no bairro (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 2056)</p>
<p>(...) a prefeitura colocasse mais técnicos, ia visitar os bairros, ia facilitar pra própria prefeitura e pra própria população, né (...) isso aí não tem dificuldade de chegar, Coelba chega, Embasa chega, tem as visitas, mas as visitas de melhorias não tem (...) a visita da área de competência, né, que são eles mesmos, não vem ninguém, não chega ninguém pra visitar o bairro (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2246)</p>
<p>Mas assim... mas... a reunião, antes dela ser feita, todo projeto tem q tá sendo passado pra toda a população... a mesma propaganda que se faz, que se investe pra dizer que fez obra, que fez, que fez projeto, que fez isso... ela deveria tá no ar, no horário nobre, pra que todos nós soubéssemos, pelo menos, dos projetos... antes de fazer as reuniões, pra quando chegar nas reuniões... é... se ter ali não só passar um projeto e sim uma discussão de um projeto. Se for pra uma reunião só pra passar um projeto, não vai valer à pena. (...) É pra se discutir, não pra se passar. (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2655)</p>
<p>(...) porque eu acho que é isso que falta, você chamar os moradores do bairro 'olhe, vai acontecer isso', divulgação... que quando eu era pequena eu via mais isso (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3388)</p> <p>E que poderiam ser é justamente um diagnóstico, acho que é isso que falta, né... pro... pro planejamento urbano é diagnóstico. Mas é diagnósticos reais, não é diagnóstico lá, que eles ficam lá sentados, pegando IDH e não sei o que do bairro, que não sei o que, porque os dados estatísticos do bairro... os dados estatísticos do bairro são importantes, mas eu acho que se eles conversassem com as pessoas eles iam ver, então demarcava 'olha, essa parte do bairro realmente ela é um pouco diferente, tem suas particularidades', com relação ao bairro, né... essas partes aqui as pessoas têm uma renda maior, então... tem um grau... Porque assim, eles pegam uma média desses dados estatísticos e jogam dentro desse planejamento urbano, então o que é que acontece hoje, eles... acontece de cima pra baixo, mas não se ouve a população de fato, eu acho que o que falta no planejamento urbano é um diagnóstico, mas um diagnóstico real, diagnóstico real, sentar, fazer um estudo do bairro, o bairro tem isso, tem isso, tem esses conflitos, tem aquilo, tem aquilo, tem aquilo outro... os dados mostram assim, mas eles precisam ouvir as pessoas pra ter um diagnóstico real (...) falta um diagnóstico preciso, um diagnóstico</p>

real, com participação da comunidade desse diagnóstico, pra que se tenha realmente um planejamento urbano. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3704)

Eu acho que, para efeito de planejamento urbano, as audiências deveriam ser mensais, porque... por conta hoje da dinâmica dos bairros (...) Por bairro e mensal. (...) eu acho que se fosse uma vez por mês, por bairro, você discutir os problemas do bairro, uma vez no mês, ter realmente aquela questão participativa de fato, e depois você ir pro gestor e você vê com a prefeitura bairro como é que iria funcionar, eu acho ótimo. (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3846)

(...) tinha que ser no mínimo quatro, cortar em região e fazer em cada ponto uma investigação, porque cada região dessa aqui é um problema diferente, então, pra você fazer, cortar no meio, digamos que ele tenha feito na região sul e na região norte, do bairro, ou, perdão, da região de Brotas, muita gente não vai nem saber que existe (...). Porque não realidades diferentes, são problemas diferentes... e acho que não seria, com certeza não seria viável, uma reunião só (...). (Entrevistada do bairro do Engenho Velho de Brotas, l. 4425)

(...) procurar a associação de moradores do bairro, pra que tenha alguém na área de legislação, com conhecimento em legislação, que pudesse passar para os moradores que estão comprometidos com a melhoria do bairro com uma linguagem mais informal, mais prática, né, pra que acabe entendendo melhor como funciona o PDDU.

(...) eu acho que deveriam ter mais representatividades dos moradores, com as associações, porque as associações não vão sair dali, os vereadores saem, porque eles vão melhorar seus padrões de vida e vão se deslocar do bairro (...). Então eu acho que teria... teriam que procurar, não só associações, como outras formas de organização no bairro, pra ter poder de brigar lá dentro da Câmara Municipal. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4800)

(...) implementação de organizações dentro do bairro, né, e na representatividade de habitantes do bairro na câmara municipal. Eu acho que esse é o melhor caminho (...) as organizações e associações do bairro dentro da câmara municipal. (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 4877)

Estabelecer audiências públicas, ou sei lá, algum tipo de reuniões que sejam periódicas pra poder a gente tá sempre debatendo as melhorias do bairro, né, questão de infraestrutura, iluminação, asfaltamento, buraco no asfalto, chuva, qualquer tipo de medida... é... poxa, seriam coisas que poderiam resolver, né, de uma forma mais simples... (Entrevistado do bairro do Engenho Velho da Federação, l. 5026)

Eu acho que um diálogo constante, não em época de eleição, ou... intervenções que são feitas em longos períodos de tempo, eu acho que um diálogo constante, mensal, ou semestral, não sei, pra ver como anda a situação de cada bairro, os profissionais ou a prefeitura chegar lá, ver o que precisa ser feito, conversar com os moradores, analisar tecnicamente o que pode ser feito e fazer... eu acho que se... é um processo de manutenção, se você fizer uma manutenção naquele espaço, independente de que sentido seja, eu acho que já é um... já é uma solução, eu acho... (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5644)

(...) pode ser um representante da prefeitura ir nesses espaços, na igreja, na associação, ou até em condomínios, que... né, às vezes têm um momento ali interno... e conversar com essas pessoas, mostrar as pautas existentes, explicar como ocorre esse processo, ou então fazer um diálogo com o líder de cada espaço, porque às vezes o líder tem o poder de chegar nessas pessoas melhor que um agente da prefeitura, digamos assim, e tratar dessas pautas, tratar de como acontece esse processo de participação e fazer com que haja interesse, acho que primeiro tem que despertar interesse nessas pessoas pra participar disso, não impor, mas falar que existe essa possibilidade, que eles estão convidados a participar disso, e aí começar a construir em cima disso, desse despertar de um movimento... um pontapé inicial. (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5713)

(...) teria que ter mais reuniões (...) até porque eu acho que (...) não deram conta, né, com relação a se buscar soluções, né, porque mais cabeças conjuntas pensando... por mais que tivessem conflitos, mas seria mais eficiente, pessoas que moram na localidade, que estão ali, e além disso saírem questões efetivas, porque têm coisas que a gente sabe que foram discutidas na reunião que até hoje não foram feitas, até hoje não se pensou, até hoje não se melhorou, certo, e que precisa realmente ter essa participação da comunidade, né, pra poder se ter conhecimento, ver o que é prioridade, ver o que é mais urgente, o que é mais gritante no bairro e pra isso é necessário que as pessoas falem, né, porque quem tá lá de longe, de paletó e gravata, vindo aqui de vez em quando, não vai saber (...) e também, assim, é necessário também efetividade, porque foi feito isso, foi feito reunião, foram selecionados os problemas, foram soluções ou possíveis soluções pros problemas, mas e aí? Já passaram quantos anos, né? (...) Então eu acho que deveria ter sempre essas reuniões, deveriam acontecer com mais frequência, né, e ter mais efetividade também, né, realmente o que for pensado lá ser solucionado. (Entrevistada do bairro de Valéria, l. 7965)

(...) acho que falta mesmo na prefeitura é colocar pessoas pra irem nos bairros e conhecer a necessidade de cada

bairro, antes de fazer projetos (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8847)
Se ela procurasse canais de... facilitação, pra ouvir mais os moradores, ela mesma, né, tentar dar um pouco mais (...) de audiência pra esse morador, ela tomaria as ações, eu acho, que mais de acordo com as necessidades dos moradores e com as necessidades do bairro. (Entrevistado do bairro da Boca da Mata, l. 9364)

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

A ausência de autonomia entre os sujeitos fica evidente no transcorrer das falas, fator decisivo para a dificuldade de alcançar essa autonomia, já que não é demanda entre eles e aparentemente não está entre os discursos que ouvem. São necessários, assim, caminhos de empoderamento dos lugares, para que os moradores construam em coletividade o sentido da autonomia. A falta desta, contudo, não impede que esses sujeitos apresentem maneiras de fazer que certamente seriam melhores que quaisquer técnicas hoje aplicadas pelos poderes públicos.

Frequência de reuniões foi o item que mais apareceu entre as formas de fazer elencadas pelos moradores. Não se questionou, entretanto, que eles próprios não estão organizados nesse sentido. Decerto que as justificativas para isso são muito mais complexas e não estamos aqui colocando a culpa nos moradores pela falta de coletividade geral, várias foram nossas críticas inclusive demonstrando a cooptação de representações sociais. O que salientamos, todavia, é a necessidade de, individualmente, os sujeitos se sentirem estimulados à atividade coletiva. Ainda que nem sempre diretamente, as falas permearam a importância da coletividade nos lugares, a moradora do bairro de São Cristóvão mencionou a como possibilidade a prefeitura ir até a igreja, associações e condomínios.

A necessidade de um diagnóstico real do bairro evidencia a falta de conhecimento da realidade demonstrada pelos técnicos. Os moradores salientam a necessidade de que as coisas não sejam definidas de cima para baixo e que se considerem suas vivências, o que está diretamente ligado ao fazer encontros por bairro e não por aglomerado de bairros. Outro elemento que nos chamou atenção foi o que nos trouxe o morador do bairro de Nova Brasília, que é a necessidade de mostrar os projetos aos moradores antes da realização das reuniões. Certamente que, no lugar de ser apresentado, esses projetos têm de ser construídos com a população, mas fica a angústia do morador em relação à pouca oportunidade de debater os projetos por falta de conhecimento dos mesmos.

O sentido da fala de Maria sobre a potencialidade da Prefeitura-Bairro segue a linha do poder do lugar no tocante aos associativismos e uniões diversas, com o que corroboramos. O que se põe em discussão, porém, é exatamente a situação atual de representatividade das associações e coletivos nos bairros, associada à falta de autonomia dos sujeitos e à falta de

uma relação comunicacional equilibrada. O quadro 30 traz os relatos das falas de quem mencionou as associações em seus bairros, que, sumariamente, vão da inexistência à impotência ou limitações.

Quadro 30 – Situação geral das associações de bairros

É... aqui em Praia Grande em si não existe em si uma liderança comunitária (...). (Entrevistado do bairro de Praia Grande, l. 732)
NÚBIA – Não tem. DANDARA – É... ela me perguntou... aqui só tem a de (...) que tá desativada. NÚBIA – Não tem nenhuma... (Entrevistadas do bairro de Massaranduba, l. 6202)
Associação, se eu for parar pra pensar aqui, lá no Rio Sena realmente não tem (...) Então associação de bairro não tem lá. (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8219)
(...) associação de bairros, antes tinha uma associação no bairro do Novo Marotinho, hoje não existe mais, o antigo espaço agora é resumido em cabeleireiro masculino, né, e xerox, não tem mais a associação do bairro de Novo Marotinho. (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 9958)
Olha, tinha... eu não conheço associações aqui, na rua direta da Formiga tinha uma, mas ela funcionava mais como clube de jogos (...) só que ela não existe mais, não existe mais, portanto a gente não tem. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1089)
Tem, tem, eles fazem os encontros aqui às terças à noite, eu acho que é uma vez no mês que eles têm... tem a associação, tem os associados, tem a associação, né... eles têm um grupo que gere a associação, por sinal é lá perto da praça e eles têm os encontros. Não sei se esses encontros, o que é conversado lá chega na subprefeitura, na prefeitura de bairro, pra depois chegar na prefeitura, não sei se chega, mas de ter tem. Não sei como é que tá sendo aí os encaminhamentos. (Entrevistada do bairro de São Tomé, l. 473)
(...) as pessoas dizem que existe associação de moradores, eu estou procurando ela recentemente. Porque existia, eu sabia o local onde era, só que mudou... acho que era alugada (...). (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1874)
Aqui tem uma associação registrada (...) [da] quadra, só que... ninguém toma a frente, aí quando um quer tomar o outro... aquelas divergências... ninguém vai à frente, ninguém toma a frente e ninguém toma decisão, mas não aceita que o outro... ou o grupo, que seja... é... que seja... presidente da associação... aí fica naquela, já aconteceu três vezes isso aí, do tempo que eu moro aqui... É... tudo o maldito dinheiro, né... tudo pelo maldito dinheiro (...). FÁDIA – Eles se reúnem com alguma periodicidade ou não tem... VALMIR – Não tem, não se reúne mais não (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira XI, l. 2284)
Apenas uma associação de bairro, antigamente tinha... é... projetos (...) Mas hoje é apenas aquilo ali, o centro comunitário mesmo, que funciona malmente, muito, muito, muito, muito malmente. Muito, muito (...). (Entrevistado do bairro de Tancredo Neves, l. 2932)
(...) reuniões no bairro era uma coisa muito mais presente, associação de moradores era uma coisa muito mais presente, hoje em dia a gente nem sabe quem... quem... quem tá por trás da... da... da diretoria de associação dos moradores... então... mas tinham muitas reuniões... na minha... na rua onde eu moro, tinham reuniões... pra discutir da escada, do lixo, dos meninos da rua... da questão... tinham essas reuniões... então a gente era chamado pra essas reuniões... tinha uma divulgação maior das reuniões, as pessoas sabiam das reuniões, eram reuniões geralmente à noite, depois do trabalho, ou aos sábados, ou domingo no dia da feira (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3180)
(...) a associação tá lá, não sei quem tá à frente da associação, mas a associação tá lá e quando eu chego, de tarde, quando eu passo, eu vejo os meninos jogando bola e tal, todos fardadinhos, bonitinhos, então tem uma associação, não sei quem tá organizando, quem tá à frente, mas que tem associação, tem. (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5396)

<p>Eu não tenho muito contato com a associação de bairro, eu sei que existe, mas eu nunca participei ativamente... não sei... (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5550)</p>
<p>Tem uma associação de bairro lá, mas que não funciona (...). Então, assim, não tem uma função efetiva realmente, tudo que já fizeram, várias reuniões, as pessoas foram, meu pai foi, inclusive, já falou as coisas que gostaria de que fossem mudadas, inclusive essa questão de transporte e posto de saúde, mas nada foi feito (...). (Entrevistada do bairro de Dom Avelar, l. 5980)</p>
<p>(...) associação de bairro, nós temos uma associação de bairro lá, mas eu acho que é uma associação que não defende muito (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6728)</p> <p>Eu acho que não, não é aquela... não vejo, assim, pelo menos nos meios de comunicação, que eu vejo outras associações, outros representantes de bairro, eu não vejo a nossa associação de bairro brigando muito pela comunidade não. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6991)</p>
<p>(...) a associação de bairros de lá ela não... não tem atividade significativa pro povo, ela existe como ponto de encontro de algumas pessoas pra alguma atividade de lazer, como jogos de cartas ou outro tipo de jogo, mas nada de ação política, nada de ação pra que se converta pra o bem social, enfim. Não há representatividade da associação de bairro, pelo menos das que eu conheço, podem ter algumas lá que tenham atividade significativa, mas... dentro do meu entorno, Cajazeiras é muito grande, dentro do meu entorno, não tem. (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7373)</p>
<p>Tem uma associação que em meio físico hoje se encontra fechada, né, ela não tá aberta hoje à população, fica no fim de linha do bairro, mas... é... tem uma pessoa que é reconhecida como sendo representante de moradores de Boca da Mata, né, que... ela mobiliza pra fazer reclamações, pra fazer requisições de linhas de ônibus, tudo isso, mas não é... não, não... não tem uma presença forte no bairro. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 8981)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores

Os entrevistados dos bairros da Boca do Rio e de São Gonçalo reafirmam a importância e o papel que as associações de bairro poderiam desempenhar. Para Antônio, morador da Boca do Rio,

(...) se houvesse uma organização específica de um bairro e que trabalhasse essa questão de associação, associativismo ou associação com os moradores, que desse a eles capacidade de perceber que... que as mudanças podem partir deles, eu acho que seria interessante também, aí levaria a demanda pra prefeitura. (Antônio – Entrevistado do bairro da Boca do Rio, Apêndice A, l. 9871).

Valentina, moradora do bairro de São Gonçalo, coloca a necessidade de obrigatoriedade da existência das associações em cada bairro, guardando, porém, uma ideia de transferência de responsabilidade e não de cooperação.

Mas assim, associação de moradores – pra mim – todo bairro tinha que ter a sua... que eu acho que isso seria por lei, todos os bairros... porque é ela que tá vendo a associação de moradores... eu... era mais fácil eu me reportar a uma associação do que a uma prefeitura bairro (...) Então era necessário pra mim essa visão de associação mais clara, porque aí sim, nós nos reportaríamos (...). (Valentina – Entrevistada do bairro de São Gonçalo, Apêndice A, l. 1938).

A ineficiência/inexistência das associações presentes nos bairros, ou mesmo seu afastamento em relação aos moradores no geral está muito ligada aos jogos políticos (da

política partidária), o que corrobora com a manutenção das coisas como estão. As associações presentes acabam por desempenhar o mesmo papel de ausência que o poder público, uma vez estando imbricadas por ele.

A desestruturação das associações de bairro, assim como sua vinculação à política partidária está diretamente associada à questão da coletividade, aqui retomando o tripé de relações apresentado na metodologia no segundo capítulo deste escrito: o sujeito em suas relações em coletividade, de conflitos e com as associações (e similares). Trata-se de um imbricamento de relações e o caminho aqui defendido é o fortalecimento das relações internas aos lugares. A coletividade pode ressurgir e se consolidar desde a organização das festas de largo trazidas pela moradora do bairro do Rio Sena aos mutirões para requalificação das quadras de esporte outrora construídas pelos moradores do bairro de Cajazeira V. Está a coletividade no grupo de esporte, religioso, infantil, juvenil... A coletividade está na arte do encontro e no sentimento de solidariedade, o lugar se fortalece à medida em que essas coletividades se potencializam e espacializam. O caminho, mesmo para auxiliar na reestruturação endógena das associações, será não partir delas e sim de outros coletivos nos bairros (fazer surgir ou potencializar).

Em uma relação entre autonomia dos sujeitos, consciência de lugar – ou do poder do lugar –, coletividades e associativismos citamos novamente o que a professora Débora, em entrevista, nos colocou em relação aos novos coletivos cidadãos.

E aí esses novos coletivos cidadãos que eu venho falando, no campo dos bairros, eles são muito mais próximos da associação de capoeira, que tem gente íntegra, que tem gente que trabalha pela capoeira, para dar apoio aos jovens, ou associações de alfabetização de adultos ou de cursinhos pré-vestibular, vários modos organizativos que se afastam da política tradicional e que estão, lógico, fazendo política, que é uma política de inclusão social, mas se afastam dos... do clássico da política, que é partidária, que é essa que a gente conhece, dos cabos eleitorais. Então eu tenho observado que há um crescimento desses novos modos de organização cidadã, na lógica dos novos coletivos cidadãos, nesses novos modos de organização a coerência é muito mais... tem um valor, né, as pessoas são respeitadas porque elas são íntegras, o que elas dizem e o que elas fazem e o que elas... é... pensam, estão em harmonia, como diria Gandhi, só que isso também ainda... é... muito marginal. É algo que tá começando, que tá começando a se afirmar, a gente encontra em praticamente todos os bairros tem associações desse tipo, mas elas ainda não se reivindicam como um novo movimento social, nova política, elas nem percebem isso, elas estão fazendo aquilo que elas acreditam. (Débora – Entrevistada representante da universidade, Apêndice C, l. 13911).

Esses novos coletivos podem ser uma demonstração efetiva do poder de lugares, uma negação da negação histórica que é imposta à periferia. A resposta, por meio da presença, à ausência, seja do Estado, seja das próprias lideranças cooptadas pela política partidária. Como identificar e dialogar com esses sujeitos da importância do seu papel para seus lugares para

que, conscientemente, eles atraíam outros sujeitos com perfis similares? Como fazer esses sujeitos dialogarem entre si sobre suas experiências na cidade como um todo?

Por fim, instigamos nossos entrevistados a pensar em melhorias necessárias em seus bairros. As respostas vieram principalmente no sentido dos problemas infraestruturais e de serviços básicos, que já relatamos no capítulo anterior e constituem limitantes estruturais à participação – um dos motivos é o fato dos moradores ficarem restritos a demandas pontuais (que é diferente de bandeiras de luta de movimentos sociais organizados, como a da moradia), resultado de uma ausência ou incipiência de atuação do poder público para prover e manter serviços e infraestrutura nessas áreas. Nos relatos surgiu a necessidade de criação de mecanismos de comunicação no bairro, como também criação ou melhor uso de espaços de cultura, o que foge das demandas básicas e pontuais.

Quadro 31 – Ações pontuais que levariam melhorias aos bairros

<i>Melhorias infraestruturais e de serviços</i>
Aquele semáforo da entrada pra Boa Vista ele não deveria existir, e esse ponto de ônibus da farmácia, que é tradicional, ele também não deveria existir. Tem uma distância pequena entre o ponto do final de linha e esse ponto daqui, que ocasiona todo esse transtorno aqui em São Caetano. (Entrevistada do bairro de São Caetano, l. 1072)
(...) eu sinto falta da questão do convívio, por exemplo, as pessoas elas têm... elas não têm muitas opções de convivência, um espaço que você possa sentar e conviver ali com outra pessoa que você não conheça (...) um bar, uma lanchonete, uma coisa assim do gênero, que você possa ir, um lugar de lazer, de divertimento (...) eu sinto falta de não ter que andar tanto pra achar talvez uma pizzaria, ou andar tanto pra ter, sei lá, uma praça (...). (Entrevistada do bairro das Barreiras, l. 1456)
(...) temos uma área de lazer, temos um campo de futebol, mas não temos um alambrado nem... nem refletores (...) a gente vai e prometem, prometem, prometem, como até hoje... e um alambrado e um refletor! (Entrevistado do bairro de Nova Brasília, l. 2518)
(...) por que não investe no posto de saúde, que é uma coisa gritante no bairro? (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3435) (...) o problema da rua às vezes não é o asfalto, é uma questão de drenagem, é uma questão de esgotamento sanitário (...) o bairro do Nordeste precisa é disso, é (...) de coisas estruturais (...). (Entrevistada do bairro do Nordeste, l. 3877)
Um exemplo é que Santa Mônica não tem um transporte, não tem um ônibus de Lapa ⁶ , como é que um bairro não tem Lapa? Sempre achei isso um absurdo, como é que o bairro não tem um ônibus de Lapa, gente? Quando a gente quer pegar Lapa a gente tem que ir pro IAPI, sobe duas ladeiras enormes, ou então você desce lá pra San Martins, quando tá chovendo, não tem condições de você descer pra San Martins (...) são coisas pequenas que você morando no bairro, você morando durante anos você vê que são coisas que desgastam e que poderia ser resolvido muito mais rápido, entendeu? (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5248) (...) a Santa Mônica precisa de um... um saneamento básico melhor (...) adequar o lugar pra poder colocar o lixo (...) na parte onde eu moro mesmo, tem uma escada, uma escadaria, que é cheia de mato, uma escada que divide a parte onde minha família mora, de cima, com a parte de baixo do final de linha, ela... sai, saiu todos os... como é o nome, os degraus estão quebrados, cresce muito mato, então dá rato, dá barata, então... poderia rever essas coisas, isso seria uma melhora, isso seria um projeto da prefeitura no bairro. (Entrevistada do bairro de Santa Mônica, l. 5351)
(...) o ideal era que teriam feito, que tivessem feito uma ampliação do ponto no lado direito e todos os ônibus

⁶ A moradora refere-se à Estação da Lapa, terminal rodoviário central da cidade.

<p>parassem no lado direito, que é a pista que os ônibus seguem, não eles terem que ir para o lado esquerdo. E a pista do lado esquerdo que foi construída ficasse como uma pista a mais que os carros pequenos seguissem, isso eu acho que facilitaria o fluxo de veículos (...). (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 6885)</p>
<p>(...) no sentido de estrutura viária, talvez a gente pedisse pra organizar melhor as saídas e não o fluxo interno, porque a saída é muito ruim, de Cajazeiras, a gente sofre muito com isso (...). (Entrevistado do bairro de Cajazeira V, l. 7579)</p>
<p>(...) em questão de melhorias eu acredito que a gente pode revitalizar a praça, eu acredito muito... na... que a gente pode ter uma boa convivência social com os vizinhos, com os amigos, utilizando a praça como lugar de lazer. É... eu acho que pode ter mais investimentos, né, com relação ao comércio do bairro, que é muito fraco, não dá muitas opções pra gente (...). (Entrevistada do bairro de Novo Marotinho, l. 10020)</p>
<p><i>Melhorias na comunicação interna</i></p>
<p>Um exemplo dessa experiência com essa organização é... existe uma rádio comunitária, agora existe, de um ano... um ano pra cá existe a rádio comunitária que ela vem falando, comunicando, o que acontece, o que não acontece, o que vai acontecer, porém, nem todo mundo tá o tempo todo na rua ali pra saber, mas, isso já dissemina a informação... (Entrevistada do bairro de São Gonçalo, l. 1716)</p>
<p>Normalmente não temos um... era bom se tivesse um meio de comunicação, né, no bairro, meio de comunicação que eu falo, assim, tipo uma rádio comunitária, pra divulgar essas coisas, e lá não tem, era bom que houvesse. (Entrevistado do bairro de Plataforma, l. 7019)</p>
<p>(...) vamos fortalecer a rádio comunitária, Cajazeiras tem uma rádio... que... da comunidade, com participação assim popular, tem... a comunidade escuta sempre que pode (...) vamos fomentar esse outro canal de comunicação, vamos... sabe... publicizar isso, vamos tornar um pouco mais claro o acesso da população a isso (...) na nossa comunidade, no nosso bairro, não tem um canal de comunicação publicizado, aberto, ele pode até existir, mas ele não tá aberto à população. (Entrevistado do bairro de Boca da Mata, l. 9375)</p>
<p><i>Relato de ausência, uso incipiente e necessidade de criação de espaços de cultura</i></p>
<p>Acho que culturalmente é muito pobre, eu sinto isso, pelo menos... (Entrevistada do bairro de São Cristóvão, l. 5604)</p>
<p>(...) uma coisa importante que foi inaugurada lá é o Espaço Cultural, né, que é conhecido mais como cinema, pelos mais antigos, era o cinema de Plataforma, que hoje é o Espaço Cultural, eu acho que poderia ser melhor aproveitado, entendeu... é... melhor aproveitado, que eu digo, assim, tendo mais peças de teatro, filmes apresentados pra população... é uma vez na vida que aparece, não é, não é aquela coisa cotidiana, de sempre tá tendo eventos, eu acho que poderia ser melhor explorado pra população do bairro, né... com um... uma... uma... um... um espaço que foi inaugurado, muito bom, já vi algumas apresentações lá, shows, de, de... bandas, assim, no espaço, que já teve e tudo, é um espaço bem agradável, pena que não tem aquela regularidade de eventos, demora um pouco mais. (Entrevistada do bairro de Plataforma, l. 6759)</p>
<p>(...) agora Rio Sena é um bairro que eu acho muito... muito fraco culturalmente (...) então acho que Rio Sena é muito pobre em relação a esse tipo de cultura (...) você não vê um projeto social lá, antes... antes, quando eu era pequena, até via, tinha... tinha peças na praça, que quem promovia era uma igreja que eu não sei qual é, eu não lembro qual era a igreja, mas eu lembro que tinha... tinha... algumas peças infantis lá nas escolas, mas somente, só tenho essa lembrança de quando era pequena (...). (Entrevistada do bairro do Rio Sena, l. 8285)</p>

Fonte: Apêndice A – Entrevistas Moradores.

Via de regra comunicação aparece ainda como uma necessidade de circular informações, não se questiona, entre os moradores, de que maneira as informações são transmitidas, uma vez que o acesso a elas é elemento muito incipiente ou ausente, eis o passo inicial: a sensação da necessidade de informação. A ideia desta encontra-se diretamente relacionada à de coletividade, que compõe a essência do lugar. O aparecimento – nas

entrevistas – de relatos que denunciam a ausência ou mau uso de espaços coletivos como praças, também os chamados espaços de cultura, denuncia o anseio pela coletividade, tão exaltado por Hades, em sua comparação entre o bairro que chama de seu lugar e o que é sua atual moradia.

Os relatos de ausência, uso incipiente ou necessidade de criação de espaços de cultura podem ser lidos junto aos relatos de necessidade de melhoria na comunicação interna. Espaços culturais nada mais são que ambientes que propiciam a comunicação, inclusive valorizando artistas locais e de lugares vizinhos, facilitando o convívio e troca de ideias entre os moradores, em outras palavras, fomentando as coletividades. Muitos dos nossos entrevistados colocaram a necessidade de atrair os jovens para que eles não sigam o caminho do tráfico, nesse sentido a escola (por meio da educação formal e não formal) e demais espaços coletivos de construção de aprendizagem possuem papel de extrema relevância. As escolas podem inclusive conter espaços coletivos de cultura, uma vez que sempre possuem salas que podem propiciar essas atividades (tanto interna quanto internamente). O avanço dessas atividades para o bairro (praças, ruas) como um todo pode combater os limites que o tráfico de drogas impõe atualmente. Seja qual for o tema e o tipo de construção, quase necessariamente as atividades passarão pelo bairro como espaço, eis que é possível emanar uma consciência de poder da coletividade, uma consciência de lugar. A política acontece na rua.

A ruralidade de periferia como modo de vida: um caminho?

Meu pai, ao chegar em casa, é comunicado de que o vizinho havia deixado bananas colhidas em seu quintal. Ele comenta que o vizinho sempre o faz, pareceu um ato tão corriqueiro que nem era digno de um agradecimento não demorado. Ao falar sobre as bananas, ainda na ausência do meu pai, minha mãe contou que eles trocavam suas colheitas de quintal, estas que variavam principalmente entre raízes e frutas. O vizinho já não era mais o pai, sim o filho, o mais novo. Enquanto aquilo acontecia como uma passagem das mais comuns, havia galinha e pintinhos passeando pela rua asfaltada.

O relato que inicia esta seção é de experiência pessoal da autora no final dos trabalhos de campo para esta pesquisa. A finalização das pesquisas de campo nos levou a pensar quais os caminhos que nossos entrevistados demonstraram para a defesa do lugar como possibilidade de efetivação da participação social. O tripé de relações então se funde na coletividade como essência do lugar de periferia. Como apontamos em algumas passagens até

aqui, a coletividade não é uma característica do processo de urbanização, este que valoriza o individual em detrimento do coletivo. Apontamos, assim, a origem rural da periferia de Salvador como responsável pela coletividade que está sendo perdida. Não se trata, pois, de resgatar a ruralidade e sim suas consequências concretas que residem nas memórias dos sujeitos entrevistados como saudosismo. Das conversas de batente no bairro de Lua às autoconstruções coletivas de quadras esportivas relatadas por Gilberto. O resgate do lugar, do seu poder, está no resgate das suas coletividades, que têm origem no rural. Poderíamos falar em um resgate da ruralidade?

Em nossa categorização a ruralidade apareceu indiretamente, por meio da coletividade. Contudo, alguns entrevistados mencionaram diretamente o rural por meio de termos como roça e interior, indiretamente, foram muitas passagens que podem ser qualificadas como aspectos de ruralidade, normalmente referindo-se às ações coletivas, mas também ao tratar o do seu lugar como comunidade. Ainda que seus relatos tenham trazido mais isolamento que atividade comum, o conteúdo de comunidade retoma uma relação (ainda que não mais existente). A noção de pertencimento a um grupo, segundo Wanderley e Favareto (2013), é referência para o mundo rural.

Nada é mais estranho e repugnante ao habitante de uma comunidade rural do que o isolamento (...) nada é mais valorizado do que a vida entre vizinhos, que se conhecem e estabelecem entre si relações de interdependência e formas de solidariedade que viabilizam a sobrevivência de todos (...). (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 441).

Em estudo sobre a favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, Azevedo fala da mescla entre urbano e rural, acima de tudo o autor ratifica que o Brasil como um todo preserva a memória da ruralidade que precisa ser observada em suas realidades urbanas.

O estudo também verifica a falta de publicações, sensibilidades e intervenções mais adequadas às paisagens que se mesclam com aspectos da ruralidade. Apesar de verificada no Rio de Janeiro, a incidência de apropriações estéticas da ruralidade ocorre em diversas paisagens brasileiras, inclusive naquelas que atravessam processos acelerados e, por muitas vezes, precários de urbanização. O Brasil ainda preserva toda uma memória da ruralidade em soluções que precisam ser mais bem observadas nas suas realidades urbanas cheias de desigualdades, diferenças, conflitos e riquezas. Universos propícios e auspiciosos para conciliar o urbano, o rural e as velhas formas de gosto, criação e vida nos lugares em novos e surpreendentes desenhos, unindo de tal modo projeto e destino, vantagens do concebido e do vivido. (AZEVEDO, 2007, p. 5).

No percurso da tese Azevedo faz alusão à perda das relações cotidianas que caracterizam as favelas e coloca a relação entre a abolição da escravidão e o nascimento das periferias, um pouco da ideia que nos traz Beatriz Nascimento em sua pesquisa de Pós-

Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, em 1981, intitulada “Sistemas alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas”.

Trazendo para o planejamento e à centralidade desta pesquisa, considerar as origens de ruralidade nas realidades urbanas significa respeitar, incentivar, resgatar as coletividades dos lugares de periferia, respeitando assim suas raízes e modos de vida e impedindo a imposição do individual urbano em detrimento do coletivo do mundo rural.

DANDARA – É... tem muita omissão. E, se a prefeitura buscasse mais parceiros, né, a comunidade, a liderança, seria melhor.

a prefeitura, busca pessoas, parceiras, que é de nossa comunidade, infelizmente, pra botar no bolso. Entendeu? Infelizmente... Isso aí nos... fico angustiada, porque 'ah, eu tô fazendo', não tá fazendo nada pra comunidade. *Dandara - Moradora do bairro de Massaranduba*

Fazer da geografia uma análise da experiência humana é voltar-se para a maneira como o indivíduo toma consciência daquilo que é, através dos lugares onde vive, das paisagens que lhe são familiares e daquelas onde se sente à vontade (...) (CLAVAL, 2014, p. 238).



incentivo à participação popular. Eu acredito que a gente não vai sair de um... de uma sociedade hierárquica, de onde os mais pobres esperam salvadores da pátria para uma sociedade de responsabilidade, de autogestão, menos hierárquica, sem passar por um longo processo pedagógico. *Débora Nunes - entrevistada concedida à autora.*



EUNICE – Eu acho que pode sim, eu acho que é difícil, né... porque hoje no mundo que estamos vivendo aí, correria, correria, todo mundo pensando em si, e as pessoas se tornando cada vez mais egoístas, eu acho difícil, mas poderia, não diria que seria impossível não, acho que poderia sim. *Eunice - Ex-moradora do bairro de São Marcos, moradora do bairro de São Rafael*



Foto: REBOUÇAS, 2010. Oficina realizada em escola durante trabalho de campo em Rebouças (2011).

o projeto chamado Ouvindo Nosso Bairro, né, foi uma consulta popular, né, na cidade de Salvador, e... as Prefeituras-Bairro, nessa consulta, que nós temos na verdade... colocamos ela como inédita na cidade de Salvador, foi a primeira experiência de democracia participativa de fato, que ocorreu na cidade

Júnior Magalhães - Gerente Geral das Prefeituras-Bairro.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este capítulo faz-se necessário um resgate – não como síntese –, sim de perspectiva, das seções anteriores. A expectativa que se teve no início da construção deste trabalho foi sendo transformada à medida que o trabalho de campo se consolidava, a tese, por outro lado, se delineava verdadeira. O segundo capítulo trouxe nosso pano de fundo teórico para explicar o desdobramento que desencadeou na tese aqui defendida, na tentativa de não dissociar o planejamento ao espaço geográfico e, neste contexto, salientar agentes do espaço, as intencionalidades de suas ações e a complexidade com a qual as mesmas se espacializam. Os sujeitos são trazidos como principais agentes no contexto dos lugares de periferia e a tese salienta a necessidade de torná-los protagonistas nas tomadas de decisão dos planos que direcionam seus espaços de vivência.

O terceiro capítulo tentou situar o planejamento de Salvador em um contexto histórico e geográfico e mostrar a distância entre o que se tem de participação social e os sujeitos dos/nos lugares, não apenas a partir das leituras, mas também e principalmente a partir do que conseguimos conquistar por meio das entrevistas em campo. Neste capítulo fica evidente a emergência da tese aqui defendida, quando o lugar de periferia – logo, seus sujeitos – devem alçar o protagonismo no contexto da produção do espaço.

O quarto capítulo se aproxima dos lugares dos entrevistados e faz emergir a necessidade da construção de um discurso político da força do lugar, em contraponto ao discurso e à prática que afasta o lugar de periferia das decisões, da mesma forma como possibilidade de combater ao que denominamos de perda do lugar. Em que pese esta perda do lugar, que trouxemos como principal obstáculo à concretização do lugar como possibilidade de efetivação da participação, tem-se nas entrevistas um evidente resgate pessoal em relação ao que se construiu de identidades individual e social de lugar. A dialética se apresenta na negação do afastamento do lugar de periferia e da tentativa de homogeneização pelas técnicas de planejamento atualmente impostas por meio do cotidiano, mundo vivido, identidades, pertencimentos e suas espacialidades, que demonstramos no capítulo em tela. Os elementos do lugar estão presentes como forma de resistência à perda do lugar, ainda que de forma não consciente.

O quinto capítulo trouxe principalmente elementos necessários para a efetivação da participação por meio do protagonismo dos lugares, a exemplo da comunicação e a autonomia dos sujeitos. Ainda que o poder esteja nos lugares, faz-se necessária uma transformação das atitudes dos agentes envolvidos no processo, além, claro, da própria consciência de lugar. O

último capítulo também tentou reunir o tripé de relações apontado na metodologia e, colocando a centralidade no sujeito, fica evidente que o lugar é fortalecido por meio de suas coletividades.

Este é o momento de retorno ao que construímos e defendemos enquanto tese deste trabalho e rever o alcance dos nossos objetivos. Para além, é a ocasião mais profícua para pensar nas perspectivas futuras desta pesquisa e refletir sobre seus limites. Defender o lugar (da periferia urbana) – e seus elementos conceituais – no planejamento e na gestão como possibilidade de efetivação da participação social não é trabalho apenas para uma tese de doutorado, ou estaríamos entrando em contradição com o discurso feito até então. Esta tese, por outro lado, apontou que o problema da distância entre o planejamento e os lugares de periferia pode ser dirimido por meio de uma atuação real dos sujeitos moradores a partir das suas vivências.

Em primeiro lugar colocamos a reflexão, no contexto da tese aqui defendida, do que viria primeiro, o lugar como conceito ou como práxis. Compreender a relevância do lugar para o planejamento, finalmente, significa primeiramente que aqueles que fazem sua práxis, os sujeitos, se apropriem politicamente do conceito, mas não este ou aquele conceito de lugar que por ventura trouxemos aqui desta ou daquela corrente de pensamento, mas como um símbolo mental construído por cada indivíduo como ser social a partir da sua própria prática socioespacial e em diálogo com uma diversidade de saberes. Estes que sim, podem e devem ser provenientes de sujeitos representantes das universidades, mas não apenas delas. Compreender a importância disso é o primeiro passo à constituição do sujeito autônomo, do sujeito que não aceitará que o conhecimento está concentrado naqueles que têm a palavra, a centralidade, a força mascarada de poder proveniente de uma histórica hierarquia social.

O trabalho conceitual de lugar na periferia urbana deve partir da práxis dos sujeitos moradores e não como uma aula carregada de linhas e falas a serem decifradas e codificadas. O lugar conceito foi abstraído das falas nas entrevistas por meio dos resgates das histórias, da sensação de aproximação ou afastamento, das decepções, das particularidades, dos problemas, das potencialidades, entre outros aspectos. Nenhuma fala homogeneizou o bairro – a exceção da violência generalizada na cidade. O que se faz necessário é que os sujeitos se compreendam como ativos e capazes e que suas relações coletivas e individuais com o lugar de vivência são essenciais ao planejamento desse lugar. “(...) quem vive é quem sabe a necessidade que se tem” (Frida – Moradora do bairro de São Tomé, Apêndice A, l. 210).

Faz-se necessária, assim, a consciência de lugar: a partir do lugar empírico fortalecer o lugar conceitual como poder político da coletividade.

Em segundo lugar, ressaltamos que encontramos, na análise dos diálogos com os moradores, muito mais limites que possibilidades de aproximação real entre o lugar e o planejamento. Seria então uma refutação da própria tese? Respondemos que não. Certamente o leitor entenderá que a negatividade vem diretamente associada à defesa de um suporte positivo à finalização deste trabalho, ao que também respondemos que não. A esta altura não nos importa mais sustentar a tese, objetivo que permeou as páginas anteriores deste escrito e, não o tendo alcançado, não o faremos aqui. A primeira resposta negativa advém do fato de já termos iniciado esta pesquisa com a compreensão de que encontraríamos mais limites, uma afirmação óbvia dada a histórica injustiça social e concentração de forças nas mãos de alguns no contexto da produção do espaço e tendo o planejamento como uma das possibilidades de ação no urbano. O que queríamos demonstrar eram as possibilidades do lugar, estas que nossos diálogos entre teoria e práxis nos fizeram entender que são o caminho para a superação dos limites: o poder do lugar para transformação do *status quo*.

Contudo, será a partir de alguns limites apontados durante a pesquisa que transcorrermos nas próximas linhas. Faz-se necessário também um exercício de retorno a alguns dos objetivos específicos apresentados no capítulo introdutório deste trabalho. Deteremo-nos em dois objetivos específicos mais difíceis de serem alcançados ou que, tendo-os atingido, ficou a percepção de que são necessários passos longos para sustentar a defesa da tese aqui proposta. Esses objetivos são, contudo, o cerne deste trabalho, uma vez que os caminhos para superar os limites, que são os principais desafios, auxiliarão na concretização do lugar como potencial à efetivação da participação.

No contexto das práticas cotidianas, identificar como os lugares podem contribuir ou limitar ações efetivas de planejamento participativo. A partir das falas dos moradores, as práticas cotidianas coletivas e individuais atuais têm um poder mais limitante que potencializador de ações de planejamento, decerto que a origem do problema não encontra-se exclusivamente nos lugares, mas sustentamos que sua superação deverá ser a partir deles. O desafio que se levanta, contudo, é o de suscitar práticas coletivas (como um resgate ou criação, a depender da realidade do bairro), para que as mesmas influenciem nas individualidades dos sujeitos e na constituição de mais 'sujeitos coletivos', ou sujeitos envolvidos politicamente. Estas práticas devem estar associadas aos aspectos dos lugares dos bairros, quais atividades são possíveis animadoras das coletividades presentes, quais incitariam a criação de novas e/ou resgatariam as antigas.

Outros dois desafios se colocam ainda neste contexto: o da identificação de potenciais ações, que está diretamente associado à identificação do que Nunes (2006) nos traz como

lideranças mobilizadoras e Maria, moradora do Nordeste, nos traz como lideranças não formais em seu bairro; o segundo desafio é o da necessidade e possibilidade de continuidade dessas ações. Para tanto dois agentes são essenciais como participantes do processo, decerto que não como protagonistas: a universidade e o poder público, este que garantirá a possibilidade de continuidade e legitimidade (no sentido de reconhecimento legal) das ações e a primeira tem um papel – já desempenhado – de moderação e aporte de conteúdo, cujos objetivos e intencionalidades deverão seguir a linha da justiça social. Os agentes certamente irão variar de acordo com as realidades dos bairros, a exemplo do Engenho Velho da Federação, que, segundo Anderson, morador entrevistado, possui grande número de terreiros de Candomblé e outras igrejas. É primordial, contudo, que se garanta e respeite o destaque e protagonismo dos sujeitos moradores.

Acerca da identificação das lideranças mobilizadoras as entrevistas desta pesquisa trouxeram algumas possibilidades. Lua, moradora do bairro do Rio Sena, Amanda, moradora do bairro de Valéria, Frida, moradora do bairro de São Tomé e Bethânia, que reside no bairro de Sussuarana e tem Santa Mônica como seu lugar, demonstraram que já fazem alguma coisa ou que têm interesse em fazer, direcionando inclusive uma temática possível para atuação. Como nos falou a professora Débora em entrevista, aqui também apareceram figuras de mulheres. As técnicas para identificação dessas pessoas deverão ser variadas, uma vez que as mesmas normalmente reconhecem lideranças como as que estão presentes nos seus bairros, via de regra figuras de liderança forte. Vários também são os temas nos quais esses sujeitos estão dispostos a atuar, como a cultura de Lua, a assistência social de Amanda, o esporte de Frida e o empoderamento de jovens de Bethânia.

As lideranças mobilizadoras são pessoas de grande importância para a consciência de lugar, que envolve coletividade e fortalecimento de identidades através de atividades cotidianas. Essas pessoas são capazes de dinamizar a produção do espaço através de protagonismos não considerados pelos agentes dominantes, mas reconhecidos e legitimados pelos moradores: a força contra o poder, quem vence esta luta é o espaço. Chamar atenção para essas pessoas significa o possível aparecimento de outras, como Rosângela, moradora do bairro de Dom Avelar, que refletiu sobre o quão a crítica que fazia aos seus vizinhos e caberia a ela. A luta no urbano não se ‘resume’ à luta pelo acesso à moradia, pela regularização fundiária, entre outros temas mais debatidos e engajados em movimentos organizados, a luta no urbano é a luta por decidir sobre ele e isso contém o acesso à moradia, a regularização fundiária...

O segundo objetivo específico é o de identificar como potencializar as contribuições e dirimir possíveis efeitos negativos dos lugares de periferia às práticas efetivas de planejamento participativo. Este escopo traz em si a necessidade de continuidade das ações de planejamento nos lugares como elemento primordial. Decerto que foram identificadas tais contribuições e efeitos negativos a partir das falas dos moradores em entrevistas, dispostos no decorrer do trabalho, mas só o fazer cotidiano poderá apontar com clareza as dificuldades que deverão ser superadas, o que este e outros trabalhos com a temática trazem são elementos para não se partir do zero. Resumir potencialidades e limites a partir das entrevistas seria entrar em contradição com a nossa defesa da complexidade dos lugares, esta que sustenta o argumento do lugar como possibilidade de efetivação do planejamento participativo.

Um desafio se coloca com maior destaque entre os encontrados nesta pesquisa: o que chamamos de perda do lugar; em alusão ao que nos trouxeram Maria e Bethânia em entrevista. “(...) a interação ela vai se perdendo, a convivência vai se perdendo (...)” (Maria – Entrevistada do bairro do Nordeste, Apêndice A, l. 3108). “(...) mas... foi se perdendo” (Bethânia – Entrevistada do bairro de Santa Mônica, Apêndice A, l. 5468). A perda do lugar, no limite, inviabilizará a construção conceitual a partir das práxis cotidianas, o que consequentemente impede a construção política da coletividade baseando-se nesse conceito. Por fim, sem o poder da coletividade, os sujeitos não terão forças para atuar nas relações que sustentam o planejamento como um todo.

A perda do lugar significa a transformação dos lugares de periferia tão somente em espaços de residência, tais como os das classes mais altas, mas sem infraestrutura e serviços adequados. Por outro lado, a perda do lugar está diretamente relacionada a outros problemas e sobre estes a violência apareceu como destaque, intimamente relacionada ao tráfico de drogas. Ainda que extrapole o plano de análise desta pesquisa, uma vez que tratar da violência na periferia demandaria outro trabalho de tese, não podemos deixar de fazer alusão a um problema levantado pelos moradores entrevistados e que consideramos de extrema relevância para o contexto do lugar. Os sentimentos de insegurança e medo generalizados decorrentes da violência são limitantes de formação e manutenção de coletividades, de relações de vizinhança, entre outras ações que caracterizam o lugar, além de restringir o acesso físico dos moradores a determinadas áreas do bairro, como também acesso ao próprio bairro em determinados horários.

A questão do tráfico, que não constrói um território porque o que existe é força e não poder legitimado pela maioria, é um problema político. Contudo, sabemos que existe uma exploração midiática acerca da violência nos bairros de periferia, o que esteve evidente em

algumas falas dos entrevistados que trouxeram seus bairros como um dos mais violentos da cidade. A busca na *internet* por imagens dos bairros dos moradores entrevistados nos apresentou uma exploração midiática extremamente negativa, o que é alimentado pelos telejornais locais de caráter sensacionalista. Sobre o tema Santos (2009) concluiu, em estudo dos bairros do Nordeste e da Pituba, uma generalização do discurso da violência e consequente inibição do conhecimento do bairro, tanto dentro quanto fora dele, vários foram os relatos em nossas entrevistas que trouxeram seus bairros como dos mais violentos da cidade.

Nossa reflexão acerca do tráfico é a da necessidade de enfrentamento por meio da valorização e fomento de ações endógenas para desconstruir a ideia do bairro violento, além de oferecer mais opções aos jovens, item que foi muito destacado nas entrevistas: os jovens estão sendo cooptados pelo mundo do crime. Muito longe de simplificar uma questão tão relevante, entendemos que é possível reduzir as consequências do tráfico por meio exatamente do que ele está auxiliando a destruir nos bairros: e aí retomamos a coletividade, que acabou tomando centralidade nesta pesquisa. Ainda que não tenhamos nos debruçado sobre a violência como temática de estudo – o que valeria outro trabalho de tese – o surgimento generalizado do tráfico de drogas em referência à tarjeta ‘conflitos’ nos fez refletir sobre ele. Tal reflexão nos trouxe um questionamento: teria o tráfico encontrado na desestruturação desses lugares como coletivos ambientes propícios à sua instalação ou ele é um dos responsáveis pela incipiência ou ausência de coletividades?

O empecilho da desigualdade social deve ser visto também sob o ângulo da manutenção da periferia como demandante de ações pontuais, jamais de planejadora. As necessidades de infraestrutura e serviços básicos, como também de moradia digna, afastam os moradores de periferia da tentativa de tomada de decisão, demonstramos este aspecto no quadro 13, que traz relatos que ratificam a falta de consciência dos moradores acerca de um processo efetivamente participativo. A falta de atendimento às solicitações, por outro lado, gera um inconformismo acomodado, tanto pelo cansaço do cotidiano difícil quanto pela desesperança em ter sua vida melhorada. Esses e outros fatores limitantes, como a ineficácia/ausência/cooptação das associações de bairros, agregados, ocasionam o efeito bola de neve, o que torna mais difícil a luta pela autonomia e participação efetiva. Uma consequência é o que trouxemos como transferência para o outro da possibilidade de agir e a visão de que é necessária uma representação do bairro na política partidária, normalmente vinculada à figura do legislativo municipal.

As entrevistas demonstraram um tom de desistência em relação ao futuro do bairro, associado ao saudosismo. Entendemos que se faz necessária uma transformação da ideia de que não é possível. Trata-se de um resgate do lugar por meio do próprio lugar: coletividades, identidades, vivências, assim como em diálogo com outros lugares da cidade por meio da troca de experiências. E aqui vem questionamento: como, concretamente, o lugar de periferia contribui à efetivação da participação popular no planejamento?

Como demonstramos no texto de apresentação desta tese, o exercício desta pesquisa vem complementar um percurso de pesquisas inseridas em um bairro de periferia em Salvador, quando uma diversidade de técnicas foi aplicada em esforço de compreensão da realidade do bairro, assim como troca de conhecimentos entre pesquisadora e sujeitos. Tais esforços, contudo, ainda que tivessem o planejamento como temática de fundo, não podem ser considerados como tal uma vez que não atenderam à premissa do planejamento: seu caráter interdisciplinar. Esperamos, por outro lado, com todos os limites das pesquisas, ter contribuído com aqueles sujeitos, assim como eles auxiliaram esta pesquisadora em sua tentativa de compreensão para transformação da realidade socioespacial desigual.

Sem arriscar na elaboração de metodologia previamente estabelecida, ou cairíamos em contradição com nosso próprio discurso, apontaremos caminhos que entendemos percorrer os sentidos teórico e empírico que tomaram a concretude do lugar como efetivação da participação social a partir desta pesquisa. E aqui nossas experiências pessoais de vivência na periferia e como professora das redes privada e pública em Salvador foram relevantes. As coletividades, apontadas por nós como a sustentação do tripé de relações, torna-se centralidade: o lugar de periferia – em suas coletividades – é o caminho para a efetivação da participação popular no planejamento.

De forma concreta, um dos desafios que está colocado é o do como fazer e aqui tentaremos transcorrer com as ideias que surgiram na construção deste trabalho e correndo o risco de cair na receita de bolo que tanto criticamos. Mas, o que seria da construção de uma tese sem riscos?

A primeira atividade necessária é a de identificação de coletividades nos bairros, em outras palavras, reconhecimento de espaços coletivos já determinados, ativos ou inativos. Exemplos dessas coletividades são grupos de esportes, capoeira, de jovens que praticam determinadas atividades, sejam elas culturais, esportivas ou quaisquer outras, cooperativas, associações de bairro, escolas, igrejas, etc. Tomando os recursos das redes sociais da atualidade, é válida a identificação dessas redes no bairro, a exemplo do *Facebook* e do *Whatsapp*. Aqui o bairro é tomado conscientemente enquanto unidade administrativa, para

fins de identificação pelos órgãos, principalmente os municipais. A primeira consequência da identificação das coletividades necessariamente será uma pré-delimitação dos lugares nos bairros e para tanto um posterior mapeamento com o auxílio da cartografia social será importante (inclusive ao desenvolvimento das atividades).

Um espaço coletivo importante nesse contexto é o da escola (seja pública ou privada) e aqui a defenderemos como possível centralidade no contexto do planejamento pelos seguintes motivos: 1 por já ser um espaço centralizador por essência; 2 por possuir profissionais de várias áreas do conhecimento (incluindo a pedagogia), elemento essencial ao planejamento; 3 por necessitar combinar suas atividades entre os ensinos formal e informal; 4 pela capacidade de capilarização entre os lugares do bairro; 5 pela necessidade de aperfeiçoar / potencializar a relação escola / comunidade; 6 pelo seu caráter permanente e potencial agregador de uma diversidade de outras coletividades, assim como sujeitos não engajados.

A primeira atividade, de identificação e caracterização dos espaços e atividades coletivas, já poderá ter a escola como orientadora. Deverá haver um primeiro exercício de elaboração de proposta de projeto pelos profissionais (em diálogo entre as diversas escolas que queiram participar, inicialmente envolvendo alunos a partir do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio). Nesta proposta já constará uma pré-delimitação temática prevendo como atividade posterior a separação dos alunos por tema (como sugestões alguns que surgiram nas entrevistas: cultura e festejos, esporte, educação (formal e informal), saúde, infraestrutura, trabalho/emprego, economia solidária, meio ambiente, moradia, comunicação, geografia, história...). O exercício de separação por tema já deverá indicar a possibilidade de participação de conhecidos da comunidade (familiares, amigos) e fora dela (universidades, ONG) para que desde o início haja o envolvimento direto do público 'externo'. A posterior separação dos alunos por subgrupo temático deverá ser por auto identificação.

A apresentação da proposta aos alunos deverá indicar abertura a novas ideias e possibilidades, assim como a indicação de diálogos com seus familiares, amigos e vizinhos sobre atividades que visem – de maneira simples – pensar o bairro segundo alguns temas. O norteamento legislativo para a atividade deverá ser o PDDU e sua indicação de elaboração de planos de bairro. As atividades, assim, visarão basilar a construção de tais planos. Após a apresentação aos alunos deve-se fazer convocação da comunidade em geral e dos pais, em específico, com o mesmo objetivo de obter ideias para a estruturação final do projeto.

As primeiras atividades deverão ser de pesquisas sobre o bairro de acordo com as temáticas acordadas e suas coletividades identificadas. Separam-se grupos entre os alunos e demais possíveis participantes (pais, amigos, familiares, vizinhos, entre outros). Ainda

durante as pesquisas já podem ser iniciadas as atividades que comporão a estrutura do projeto: a realização de oficinas. Inicialmente para compartilhar materiais encontrados, técnicas a serem desenvolvidas nas pesquisas (como entrevistar pessoas mais velhas e busca em acervos públicos) e incitação à troca (formação de coletivo), as oficinas, ao longo do desenvolvimento do trabalho, terão seus objetivos norteados (desde o compartilhamento de materiais até a produção de materiais). Para essas atividades iniciais o uso de imagens aéreas, mapas, fotografias antigas, entre outros recursos, é importante para a ambientação dos participantes e o início da formação de uma consciência de lugar aos menos engajados. A confecção de mapas mentais e a descrição detalhada do bairro (por rua, beco, viela, escadaria, etc.) também deverão estar entre as atividades das oficinas. É importante que as oficinas considerem o bairro e a cidade, para não perder de vista o todo.

Das oficinas já devem ser convidadas a participar pessoas envolvidas nos coletivos identificados, moradores antigos, familiares, amigos e vizinhos dos alunos. É importante que haja troca de informações coletadas por todos acerca das temáticas por oficinas, para demonstrar a relevância da presença de cada pessoa interessada. As oficinas deverão acontecer a cada quinze dias e sua preparação deverá ocorrer como uma atividade regular dos alunos em contato tanto com os coletivos como com seus familiares, além, evidentemente, dos professores e coordenadores nas escolas (os professores deverão articular o projeto ao conteúdo de suas disciplinas). A quantidade de oficinas gerais (com todos os temas envolvidos) não dá para ser mencionada previamente, mas é importante que haja um segmento propositivo no sentido de pensar as necessidades do bairro em todas as temáticas selecionadas, assim como a orientação para a auto identificação dos presentes por temática. Outro elemento importante é a identificação das pessoas participantes por rua, segmento coletivo, etc., para dimensionar a participação, assim como mobilizar mais moradores.

Neste sentido, as oficinas iniciais deverão confeccionar planos/estratégias de mobilização, construídos pelos participantes a partir de suas possibilidades de ação nos bairros. É importante a inclusão dos setores de comércio e serviços dos bairros. O amadurecimento das atividades das oficinas levará à necessidade (previamente indicada) de separação dos participantes por subtemas, juntamente com tal separação é necessária a identificação de lideranças (entre mulheres, homens, jovens e idosos para cada temática). O plano de mobilização deverá ser também colocado em prática entre os grupos temáticos para se obter maior abrangência. Os grupos temáticos deverão ter agendas próprias, mas deverá haver uma equipe de coordenação para organizar os encontros de todos os temas, objetivando o compartilhamento do que foi produzido. Para encaminhar concretização das atividades nos

grupos temáticos, seu objetivo maior deverá ser o de elaborar propostas de melhorias para cada tema, que deverá conter um diagnóstico da situação atual, assim como um histórico. O grupo de cultura e festejos deverá ser incentivado a resgatar as atividades que aconteciam no bairro, assim como verificar os espaços disponíveis que podem facilitar atividades coletivas. Enquanto o grupo de comunicação precisará verificar a ausência e/ou necessidade de implantação de rádio comunitária e outros meios de comunicação no bairro, assim como planejar/propor atividades/ações para esses meios com as temáticas e as atividades dos grupos.

Não é possível e nem é nosso objetivo planejar todas as atividades desses grupos, muito menos seus objetivos, a intenção é que eles cresçam e tenham vida própria, que apareçam conflitos e que consigam lidar com os empecilhos que possam surgir. É importante perceber que o objetivo maior é o de fomentar o fortalecimento e a criação de coletivos com o objetivo de pensar o bairro, seja por qual for o aspecto. As experiências desses coletivos condicionarão suas atividades futuras. É importante que, em determinado momento, o grupo maior se apresente como coletivo de planejamento permanente do bairro para representantes da administração municipal. Os trabalhos, sendo continuados, certamente resultarão em planos de bairro mais ou menos estruturados.

Este foi 'um caminho' apontado e a essência dele está na busca/incentivo/valorização das coletividades nos/dos lugares. A partir delas então abordar, da maneira mais interdisciplinar possível, elementos que surgiram nessa pesquisa tanto no que tange a forma do "como pode ser" quanto no contexto de fazer suscitar as particularidades dos lugares (a religiosidade, os conflitos...). É importante pactuar como diretrizes e estratégias norteadoras das atividades elementos também apontados pelos entrevistados no quadro 28 do capítulo anterior: que as decisões não sejam tomadas de cima para baixo (a própria comissão de organização ou a escola não podem ser consideradas hierarquicamente superiores), a necessidade de continuidade das atividades com periodicidade estabelecida, articulação entre os sujeitos nos lugares, valorizar os aspectos positivos do bairro, elaboração de estratégias de divulgação e comunicação constantes, elaboração de estratégias de comunicação e posicionamento dos coletivos diante da administração municipal enquanto agentes de planejamento.

O transcurso e as consequências (os limites e possibilidades) do que colocamos como caminho de ação tendo o lugar como ponto de partida serão particulares de cada lugar. O importante é que surjam nesses próprios coletivos os caminhos para potencializar os

elementos e fatores positivos e dirimir os negativos, não sem diálogo com demais agentes do urbano, mas consciente da importância de suas ações como sujeitos protagonistas.

Para nós – como próximo passo concreto deste trabalho de pesquisa (além da busca pelos coletivos) – ficará o exercício de elaborar proposta de projeto de primeiros passos para diálogo com unidades de ensino por meio de colegas educadores.

Um importante desafio que se coloca no contexto da efetivação da participação social e o lugar é o da comunicação. Trouxemos contribuições de Habermas para melhor elucidar o que compreendemos ser necessário como passos para redução desse obstáculo, assim como transformá-lo em ferramenta. O problema da comunicação não está limitado às relações externas aos lugares, internamente percebemos pelos entrevistados que – de forma geral – não se estabeleceram bons vínculos comunicativos. Este fator serve como agravante à não afirmação de melhores comunicações externas, visto que – via de regra – estas são animadas pelo poder público e empresas a ele ligadas, o que sugere uma intencionalidade que visa a manutenção de uma comunicação que objetiva não o consenso e o diálogo, mas o convencimento e a persuasão.

No plano teórico esta tese traz a importância de uma maior aproximação entre a Geografia e o planejamento, para além da definição do recorte de espaço e ao sentido do espaço enquanto aparato conceitual sem o qual a compreensão e transformação da realidade tornam-se difíceis. Não se trata de sobrepor a Geografia em relação às demais áreas de conhecimento, vale ressaltar que o planejamento deveria possuir duas fortes características em sua essência: a interdisciplinaridade e a continuidade. Ademais, nossa defesa teórica não se refere à apropriação do planejamento pela academia e sim a uma compreensão prática dos conceitos – por ela desenvolvidos a partir da própria realidade socioespacial – pelos sujeitos.

No plano empírico – e aqui recortando à situação atual de Salvador – um fator deve ser considerado com atenção: a previsão de elaboração de planos de bairro no PDDU do ano de 2016. Não podemos desconsiderar esse momento, visto que a proposta dialoga com o que defendemos, que é a aproximação do planejamento com as bases, contudo, pode ser apenas uma reprodução do que acontece com o macroplano que o sustenta. E o será, considerando os relatos do entrevistado da Fundação Mário Leal Ferreira. Deverá anteceder a construção dos planos de bairro uma série de ações com o intuito de torná-lo o mais participativo possível diante da realidade que demonstramos no decorrer deste trabalho.

No contexto da administração municipal algumas ações – também em longo e médio prazos, são necessárias. Um plano de bairro, por exemplo, não pode ser elaborado tendo a estrutura e cultura não participativa atuais como pano de fundo.

Corroboramos com Débora quando, em entrevista, falou da necessidade de elaboração de uma política de incentivo à participação, para esta a pesquisadora está a elaborar uma proposta⁷. O que se tem no plano municipal de diretriz ainda é o que trouxemos no terceiro capítulo, Salvador (1983) e Salvador (1984), que já não contemplava a realidade social e muito menos uma efetiva participação à época. Uma ‘Lei de Incentivo à Participação’ deverá ser prévia à elaboração dos planos de bairro, mas direcionada principalmente a eles, contemplando itens como a espacialidade e as especificidades e complexidades dos lugares. Outro item relevante para uma legislação de incentivo à participação é a previsão de identificação de agentes sociais nos diversos lugares, assim como de espaços que exerçam centralidades, tais como escolas, praças, igrejas, centros culturais, entre outros. A espacialização segundo bairros aprovada pela Lei Nº 9.278/2017 deverá servir de suporte macroespacial para a elaboração dos planos de bairro, que deverão ser planos de lugares ou de territórios usados, na perspectiva miltoniana. O objetivo de não limitar a construção dos planos aos 163 bairros trazidos pela referida lei é distanciar o risco da homogeneização e tentativa de enquadramento da realidade à legislação. Uma legislação de incentivo à participação deverá ser de diretrizes e, decerto, sua construção deverá ser participativa, trata-se de uma chamada pública à participação para fortalecimento da própria participação visando a autonomia do sujeito como alvo mais amplo.

A proposta de legislação em destaque deverá estimular a verificação da necessidade de espaços coletivos (criação ou incentivo), seja de comunicação – como uma rádio comunitária –, cultura, lazer, educação formal e não formal, entre outros. Outro item relevante que pode acrescentar conteúdo à construção da participação é a disponibilização pública e propagada dos trabalhos acadêmicos realizados tendo os bairros como estudos de caso, em todas as áreas de conhecimento. Para tanto, pode ser escolhida alguma centralidade no bairro para acolher tais publicações.

A amplitude de uma legislação que se proponha como diretriz para o planejamento participativo da cidade deverá abarcar a possibilidade construção conceitual que explore as

⁷ Tivemos o privilégio da leitura do artigo em elaboração de autoria das professoras Débora Nunes e Marina Teixeira, com o qual dialogamos bastante em ideias e princípios. Tivemos o cuidado de não fazer a leitura do item referente à Política Municipal de Incentivo à Participação Popular em Salvador antes da elaboração deste capítulo para evitar possível indução de ideias. A leitura posterior denunciou a complementaridade de várias ideias, principalmente no que compete ao que chamamos de importância da institucionalização da participação, que envolve transformações administrativas no âmbito da prefeitura. No mais, as orientações do referido artigo são mais amplas no sentido temático, envolvendo o Orçamento Participativo, por exemplo, objetivas e detalhadas, principalmente no sentido do processo pedagógico. A construção do diálogo entre o que trouxemos aqui e as ideias das autoras se dá principalmente no sentido conceitual do lugar e sua possibilidade de construção entre os sujeitos moradores.

subjetividades das microcoletividades, que não se perca, por exemplo, o lugar praieiro de Frida, moradora do bairro de São Tomé, o lugar religioso de Anderson, do Engenho Velho da Federação, o lugar rural de Lua, moradora do bairro do Rio Sena, o lugar de passagem de Joana, das Barreiras, o lugar do resgate histórico de Maria, do Nordeste, ou de Bethânia, moradora do bairro da Santa Mônica, como também os lugares do conflito de vários dos nossos entrevistados. Ao nos trazer seus bairros a partir de seus lugares de vivência as entrevistadas e os entrevistados fizeram construções conceituais, cada um ao seu modo e a partir de suas próprias experiências individuais e coletivas. Esses fenômenos não podem ser desconsiderados e legislações como o PDDU não são capazes de trazê-los, também não devem, mas podem e têm o dever de possibilitar sua manifestação.

Uma lei de incentivo à participação não pode ser implementada em um contexto de estrutura administrativa no qual se apresenta hoje a realidade da Prefeitura Municipal de Salvador. Entendemos que se faz necessária a criação de uma unidade de planejamento como suporte à própria Fundação Mário Leal Ferreira e à SEDUR. Deverão ser constituídas – por meio de concurso público – equipes multidisciplinares de planejamento por Prefeitura-Bairro, mas não vinculadas a elas em subordinação. Cada macrorregião terá perfis diferenciados de profissionais a depender das realidades locais e as equipes dialogarão entre si, estima-se entre quinze e vinte pesquisadores por macrorregião. É importante que esses grupos tenham lideranças internas a eles e eleitas a cada ano (prorrogável pelo mesmo período) e não uma liderança partidária, com o intuito de reduzir os problemas já mencionados em relação à atuação político partidária e as tomadas de decisão, assim como as consequências disso para a construção de uma política de longo prazo. A equipe deverá trabalhar diretamente com os Conselhos Regionais, assim como as demais representações nos bairros. Os planos de trabalho serão construídos, aprovados e acompanhados diretamente pela população envolvida e deverá haver um plano para cada unidade mais ou menos homogênea dentro dos bairros instituídos por lei. Para facilitar o acesso às Prefeituras-Bairro é possível a alocação de um transporte circular gratuito (em periodicidade e horários a serem determinados a partir das realidades locais). Outro objetivo da presença e consolidação desta equipe é a extinção da contratação – por ocasião da elaboração do plano diretor – de empresas de consultoria, normalmente caras e pouco eficazes, além de distantes da realidade socioespacial da cidade.

A associação dos trabalhos destes profissionais aos coletivos em fortalecimento nos bairros será – indubitavelmente – um fortalecimento do planejamento enquanto instrumento potencial. Os riscos de cooptação de lideranças são diminuídos, uma vez que a equipe não estará vinculada ao governo, fará parte da estrutura de Estado. As lideranças fortes, com o

passar do tempo e o fortalecimento dos coletivos, poderão se transformar em lideranças mobilizadoras.

O horizonte temporal para a primeira construção dos planos de bairro não pode ser inferior a cinco anos, tendo em vista a desestruturação presente nas bases, ou seja, o que chamamos aqui de limites do lugar, como também as necessidades próprias do processo. A sua reestruturação a partir das experiências coletivas, por outro lado, potencializará ainda mais suas possibilidades. Haverá, contudo, elementos emergenciais que poderão ser publicados como documentos de base aos planos de bairro, que servirão também ao planejamento geral da cidade como um todo, a exemplo de planos temáticos, como de mobilidade e moradia. Por fim, a atuação dos agentes planejadores nos bairros e os trabalhos construídos a partir do diálogo entre essas equipes e os moradores (organizados ou não) deverão ser considerados não apenas pela prefeitura, mas por todo e qualquer agente público ou privado que tenha o lugar como espaço de atuação.

Esta pesquisa apontou como passo relevante a análise dos coletivos presentes (e extintos) em todos os lugares de periferia da cidade – a serem elencados por unidade administrativa de bairro. As associações precisarão ser analisadas com um cuidado especial tendo em vista o diagnóstico de pouca representatividade e cooptação desta pesquisa. Trata-se de uma busca já iniciada por esta pesquisadora, por diversos meios, inclusive redes sociais. As Prefeituras-Bairro que possuem listas de associações cadastradas, tendo ou não CNPJ. Pessoalmente, o uso da rede acionada para as entrevistas desta pesquisa será importante com o intuito de contatar um número maior de pessoas, além disso questionários on-line podem ser uma ferramenta potencial de disseminação. Neste exercício é importante olhar atendo para a identificação das lideranças – sejam as mobilizadoras ou o líder forte – tendo em vista a importância desses sujeitos na luta contra a perda do lugar, logo, à valorização do lugar político.

A tese do lugar como possibilidade de efetivação da participação, assim, sugere uma apropriação política de um conceito que não será dado a priori, mas sim construído quando da sua própria apropriação. Ao passo que permitirá - esta construção - o alcance da autonomia do sujeito, ela demonstrará com mais ênfase a complexidade dos lugares. Isso ratifica que o poder de transformação está no lugar, mas não supõe que não são necessárias mudanças no âmbito administrativo da prefeitura, por exemplo, e que o caminho não ficará menos árduo com o auxílio de agentes que intencionem com suas ações uma maior justiça social. Lembremos-nos do que trouxe Nunes (2006) sobre a dependência dos sujeitos em relação aos animadores no início do processo, no contexto da sua pedagogia da participação, o que sugere

necessidade de atenção por parte dos técnicos com o objetivo de reduzir até extinguir tal relação. “É normal que, no início, a relação animador/habitantes seja de dependência (...). É preciso aceitá-la. Entretanto, o processo pedagógico deve levar-nos a uma relação de autonomia, o que não é simples nem definitivo, mas permanece sendo o objetivo que se visa alcançar. (NUNES, 2006, p. 119).

No capítulo anterior fizemos alusão – não comparativamente – aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e o uso político do conceito de território com o objetivo de elucidar a referência ao uso político do conceito de lugar na construção coletiva do poder no espaço. Avistamos como nova linha de construção teórica desta pesquisa o conceito de território, mais especificamente o território usado de Milton Santos, não em substituição ao lugar, mas no sentido de complementar a perspectiva espacial no planejamento participativo. De acordo com Santos (1994a) o que torna o território objeto de análise social é o seu uso. O próprio autor entrelaça o uso do território à dinâmica dos lugares, com isso admitiremos um conceito que possui um aspecto mais delimitável concretamente, além de carregar o poder endógeno, o que auxiliará no conteúdo político da força dos sujeitos nos lugares, uma vez sendo construído por eles.

Reafirmamos que quando tratamos de apropriação do conceito não nos referimos à assimilação por parte da sociedade de uma produção científica elaborada entre as paredes da universidade. Trata-se, ao contrário, do entendimento de que a construção conceitual pode e deve extrapolar os limites acadêmicos, visto que é a própria realidade socioespacial seu conteúdo empírico. O diálogo que entendemos necessário com a academia não deve significar transmissão e sim troca conhecimento, em movimento de fortalecimento mútuo.

Imaginemos a imposição de atividade de planejamento para um contexto social trazido por Jesus (1993), marcado por um cotidiano difícil de luta diária por sobrevivência. Junto à imaginação, consideremos que nossos entrevistados, moradores de periferia, estão distantes da realidade encontrada na referida autora e também – via de regra – do interesse ativo pela participação. São múltiplas realidades, mas todas envoltas por um pano de fundo comum: uma história marcada pelo afastamento das tomadas de decisão e por uma relação com o poder público que se resume, no máximo, à demanda por infraestrutura, serviços, moradia. Aproximar o planejamento das realidades dos lugares requer um exercício prolongado de desafios marcados por avanços e recuos. Para obtenção de êxito não existe receita pronta, contudo, diretrizes podem e devem ser seguidas, tais como a busca da autonomia do sujeito e a manutenção da continuidade do processo.

Somos movidos pelo questionamento do como avançar para além da crítica: como fazer acontecer? Contudo, estamos certos de que os caminhos que surgirão nem sempre serão os mais coerentes ou melhores. Ainda no sentido dos questionamentos, vários foram lançados no decorrer deste trabalho e retornaremos a alguns deles neste momento não conclusivo de considerações finais, que melhor seriam caracterizadas se denominadas parciais.

De que maneira o lugar, o cotidiano subjetivo, poderá ser considerado [no planejamento]? De que maneira então os sujeitos podem ser os tomadores de decisão em um contexto no qual as bases são construídas de forma a estrategicamente mantê-los no desconhecimento e, complementarmente, criam-se mecanismos de pseudoparticipação? Diante desse contexto, é possível a efetivação do controle social ou nossos esforços serão no sentido de minimizar a não participação por meio de diretrizes para elaboração de metodologias? Pode o planejamento urbano passar a ser instrumento de justiça social, deixando seu papel de meio de dominação e segregação?

Nosso objetivo com o retorno não é necessariamente o de solucionar os questionamentos, sim trazê-los à reflexão. O primeiro traz à tona nossa preocupação com a práxis do que aqui sustentamos teoricamente, contudo, o cotidiano subjetivo apenas poderá ser considerado no planejamento se os sujeitos que o protagonizam também sejam agentes tomadores de decisão no planejamento. Este, para tanto, também deverá ser cotidiano, para alcançar a complexidade da subjetividade dos sujeitos. Não nos importa, aqui, metodologias, ainda que as mesmas sejam importantes, importa primeiramente o que deu base à construção dessas práticas. Apontamos as coletividades como meios de resgate da essência e poder do lugar, a práxis do lugar para a efetivação do planejamento passa necessariamente pela inserção do planejar (em pensamento e ação) pelo cotidiano dos diversos coletivos nos lugares, assim como seu diálogo. Desta maneira surgirão os lugares praieiros, da religiosidade, dos conflitos, do rural concreto, da memória, entre outros apontados pelos nossos entrevistados – todos eles ou alguns deles – em cada lugar.

A intencionalidade das ações deve seguir o objetivo da autonomia do sujeito como criadora de novas bases de planejamento, para tanto, algumas transformações estruturais são necessárias, como já mencionamos, tanto no âmbito da prefeitura, como no contexto dos lugares, assim serão quebrados os círculos viciosos da não participação. Ainda que nossa exposição da ideia seja de forma aparentemente linear, nossos pensamentos não seguem este sentido, desta maneira, o que falamos em quebra do círculo vicioso não se dará de maneira simples e em crescimento gradual, o caminho será árduo e cheio de avanços e recuos, além de diverso segundo os lugares. A centralidade nas coletividades diluirá – ao passo que se

concretiza – a possibilidade de investidas dos órgãos públicos em metodologias pseudoparticipativas.

Para o quarto questionamento temos clareza de que os primeiros passos serão de minimização da não participação, ou, contraditoriamente, cairemos em discursos refutados pela nossa própria crítica. A resposta, contudo, só poderá ser construída após alguns anos de reais tentativas a partir das coletividades presentes e a surgir nos lugares. O retorno positivo ao último questionamento foi a mola que moveu esta pesquisa até aqui e será a que continuará movendo em seus próximos caminhos. Ao passo que o planejamento for incorporado às práticas coletivas nos lugares, enquanto processo, ele terá seus papéis de instrumento de dominação e manutenção das desigualdades substituídos por meio de justiça social. Deixamos outro questionamento à reflexão: quais outros meios de suscitar/estimular/fortalecer as coletividades nos lugares?

Ainda sobre reflexões, a última conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa, ocorrida em junho de 2017 na cidade canadense de Montreal, trouxe questionamentos em seu documento de declaração final.

(...) como certificar-se que todas as camadas da população participem nas ações da democracia participativa? Como podemos garantir a participação dos grupos minoritários, dos cidadãos menos escolarizados ou daqueles com pouco acesso à informação? Não se desejam jamais estas exclusões, porém, deve-se interrogar a sub-representação de certos grupos no processo da democracia participativa. Como resolver esta questão? Como favorecer uma maior participação de maneira presencial? Quais ações devem ser tomadas para se garantir que as famílias, jovens, os imigrantes e os idosos participem? Como reforçar os recursos dos governos locais para que estes assumam os direitos econômicos, sociais e culturais das populações que são geralmente excluídas na definição das agendas de desenvolvimento? (OIDP, 2017, p. 1).

Contudo, o questionamento relevante ao evento é o de como se construir a democracia participativa. Partir do pressuposto de que existe uma democracia participativa em todos os países envolvidos na conferência significa impossibilitar a solução do problema em sua raiz. Levantamos aqui a defesa de que – assim como o voto – a participação no planejamento seja obrigatória, sendo que o cidadão deverá se abster e justificar oficialmente caso não tenha interesse. Não obstante, ressaltamos que esta obrigatoriedade não deve prescindir do equilíbrio de possibilidades e condições entre os diversos grupos sociais. Não podemos correr o risco de desconsiderar um problema de fundo que é a democracia embrionária que caracteriza a sociedade brasileira.

Por fim, deixamos evidente que a escolha do PDDU foi limitada no sentido tanto prático quanto teórico, mas se mostrou importante no sentido de delimitação de orientação

deste trabalho. Em relação ao instrumento o que trazemos é a necessidade de avançá-lo não no sentido de melhor elaboração, sim em relação à necessidade de construção de outros instrumentos que o norteie e que venham das bases, a exemplo dos próprios planos de bairro. Este trabalho não engrandece nem diminui a importância do PDDU para o planejamento participativo, assim como não o atacou em sua plenitude, como não era objetivo.

Finalizamos trazendo o lugar como possibilidade de apropriação pelos sujeitos moradores enquanto conceito e práxis na construção de um discurso com o poder de se contrapor aos discursos hegemônicos de força que servem à manutenção e aprofundamento de desigualdades. O lugar torna-se poder político e, associado ao planejamento – enquanto técnica – poderá fazer de sua aplicação e objetivos possibilidades de transformação. O conceito de que se trata, ressaltamos, é abstração e elaboração possíveis desenhadas e construídas pelos sujeitos a partir de suas práticas espaciais coletivas. O lugar como possibilidade à efetivação da participação é uma resposta dialética à histórica negação dos lugares e padronização das atividades de planejamento: os lugares resistem à tentativa de homogeneização e abandono e está nessas resistências sua força, ainda que via de regra não consciente.

A próximas páginas deste trabalho compõem os Apêndices, do A ao E, sendo que o A, B e o C referem-se às entrevistas transcritas na íntegra por esta pesquisadora, material de bastante relevância, visto que certamente este trabalho não as explorou em sua totalidade. O Apêndice D traz imagens de diversos bairros de Salvador com o intuito de ilustrar sua periferia urbana, uma vez que a presença de fotografias não comporia bem o corpo do trabalho em si. As imagens são um compilado feito dos trabalhos de campo durante todas as pesquisas na periferia da cidade e, para trazer os olhares dos nossos entrevistados, pedimos a eles que nos enviassem fotografias suas, quando possível. A sessão imagens de Salvador extrapolou os entrevistados e a pesquisadora recebeu também de parentes e amigos seus olhares de suas periferias e passagens. O Apêndice E traz os roteiros finais das entrevistas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. **Geografia de Salvador**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- ARENDT, H. **Les origines du totalitarisme. Le système totalitaire**. Paris: Seuil, 1972.
- _____. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Ruleme Dumará, 2001.
- _____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. **Sobre a violência**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.
- AZEVEDO, J. B. **A estética da ruralidade nas paisagens urbanas e sua presença no Rio de Janeiro**. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BALTRUSIS, N.; REBOUÇAS, F. **Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos – Bahia**. Relatório. Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2009.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, J. N. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. V. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- _____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008, p. 159-166.
- BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Governo Federal, 2001.
- _____. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: CONFEA; Ministério das Cidades, 2004.
- _____. **Plano diretor participativo**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2005.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** – DIEESE. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisedped/2016/2016pedssa.html>. Acesso em dezembro de 2017.

BUSTUS, W. L. Oportunidades de la planificación estratégica a partir de la organización comunitaria en las zonas periféricas de la Región Metropolitana de Buenos Aires. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XIV, n. 331 (26). Barcelona: 2010. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-26.htm>. Acesso em outubro de 2016.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília. N. 57 (5), p. 611-614.

CAPEL, H. De nuevo el modelo Barcelona y el debate sobre el urbanismo barcelonês. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XI, n. 629. Barcelona: 2006. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-629.htm>. Acesso em outubro de 2016.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M. *et. al.* (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p. 191-197.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto**. N. 15(4). Florianópolis, 2006, p. 79-84.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: UFSC, 2014.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Edição eletrônica. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **O lugar no/do mundo**. Edição eletrônica. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), 2007a.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A virada espacial. **Mercator**. Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015.

CARVALHO, I. M. M. **Condições sociais, segregação e violência**. Portal Participa Salvador. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em julho de 2016.

CARVALHO, M. O. **A produção audiovisual no planejamento urbano participativo: experiências e o caso do plano de bairro Saramandaia**. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORDOVIL, F. C. S.; RODRIGUES, A. L. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil.

Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. V. XIV, n. 331, 1º agosto de 2010. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>. Acesso em março de 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

ERBITI, C.; GUERRERO, E. M.; DILLON, L. A. El proceso de participación en el plan de ordenamiento territorial del municipio de Tandil (Argentina). **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales.** V. IX, n. 194 (97). Barcelona: 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-97.htm>. Acesso em outubro de 2016.

ESTRADA, M. L. O processo de produção do espaço urbano-industrial: um exercício teóricometodológico. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (orgs.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986. – (Coleção Espaços).

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território,** Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

FONSECA, A. A. M. A emergência do lugar no contexto da globalização. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, ano III, n. 5, dez. 2001, p. 97-103.

FRANCO, I. D. Técnicos, ciudadanos y agendas privadas em la revisión del plan de ordenamiento territorial (POT) de Bogotá. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** V. XIV, n. 331 (42). Barcelona: 2010.

FRACASSO, L. Participación y abstención ciudadana en los procesos de regeneración urbana en la ciudad de Foggia. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** V. XIV, n. 331 (96). Barcelona: 2010.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa.** N. 39. São Paulo, 1995, p. 13-21.

HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento. Um conceito normativo de espaço público. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP,** n 26, março de 1990, p. 100-113.

_____. **Teoria do agir comunicativo.** Racionalidade da ação e racionalização social. V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo.** Sobre a crítica da razão fundamentalista. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HAUENSCHILD, C. **A situação atual de Salvador do ponto de vista de planejamento urbano.** Portal Participa Salvador. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em julho de 2016.

HERRERA, L. M. G.; BEL, F. S. Planeamiento urbano, participación ciudadana y gobernanza: el plan general de Santa Cruz de Tenerife (Tenerife, Canarias). **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** V. IX, n. 194 (84). Barcelona: 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-84.htm>. Acesso em setembro de 2016.

HOLZER, W. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente.** Território, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jul./dez. 1997.

_____. O lugar na geografia humanista. **Território.** Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78. jul./dez. 1999.

_____. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia,** Niterói-Rj, ano 5, n. 10, 2003, p. 113-122.

_____. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 281-304.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo.** 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Estimada 2017.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em dezembro de 2017.

ICHIKAWA, E. Y. Considerações críticas sobre planejamento estratégico. **Revista Produto & Produção.** Porto Alegre, v. 2, n.2, p. 56-62, 1998.

JESUS. M. C. **Quarto de despejo.** Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEFEBVRE, H. **Metafilosofia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. A “práxis”: a relação social como processo. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade.** Leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977 (p. 175-190).

_____. Barrio y vida de barrio. In: LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** 4. Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978, p. 195-203.

_____. **Presencia y ausencia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a.

_____. **La production de l'espace.** 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Espaço e política.** O direito à cidade II. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. Rio de Janeiro, **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ,** v. 21, 1998, p. 9-20.

LIMA, A. N. V. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade:** porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. 2016. 331 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LIMA, G. O. **Movimento Baixa do Marotinho:** a luta por moradia em Salvador (1974-1976). 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MACHADO, E. G. **Planejamento urbano, democracia e participação popular:** o caso da revisão do plano diretor de Fortaleza (2003-2008). 2010. 451 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARICATO, E (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E (org.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

_____. FERREIRA, J. S. W. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade. In: OSÓRIO, L. M. (org.). **Estatuto da cidade e reforma urbana:** novas perspectivas para as cidades do Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002, p. 215-250.

MARTÍNEZ, C. I. Acceso a suelo urbano y grupos sociales en la periferia de Hermosillo, México. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146(076), agosto de 2003. Disponível em [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(076\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(076).htm). Acesso em 21 de agosto de 2014.

MARTINS, A. M. **Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF.** 2016. 166 f. (Tese de Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília.

MARX, K. A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade.** Leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977 (p. 53-87).

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

MARGIER, A.; MELGAÇO, L. Introduction to the special issue Whose right to the city ? Le droit à la ville, pour qui? **Environnement Urbain. Urban Environment**, v. 10, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eue/1482>. Acesso em julho de 2017.

MELLO, J. B. F. Triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NUNES, D. Por uma pedagogia da participação popular. **Organizações & Sociedade**. V. 6, n. 16, set/Nov, 1999.

_____. **A participação popular como aprendizagem de cidadania**: pesquisa-ação num bairro popular de Salvador. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, 1999.

_____. **La citoyenneté à travers la participation**. Projet pilote à Vila Verde, Brésil. Paris: UNESCO, 2001.

_____. **Pedagogia da participação**. Trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2006.

_____. **Participação popular e controle social**. Portal Participa Salvador. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em julho de 2016.

_____. SERRA, O. **Projeto de Lei do PDDU e Salvador**: uma avaliação. Portal Participa Salvador. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em junho de 2016.

OLIVEIRA FILHO, J. T. **A participação popular no planejamento urbano**: a experiência do plano diretor de Porto Alegre. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OIDP. Observatoire International de la Démocratie Participative. **17^a Conférence OI DP ‘Participation sans exclusion’**. Declaração final. Disponível em: <https://www.oidp.net/docs/repo/doc196.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

PENTEADO FILHO, P. A. Planejamento Urbano em Salvador. **Veracidade**. Salvador, ano 1, n. 2, p. 5-11, out./dez. 1991.

PÉREZ, G. J. D. La participación ciudadana en el planeamiento urbanístico y el fenómeno de la teledirección. Análisis crítico sobre el proceso de formación de los planes urbanísticos en España y la incidencia de la opinión de los ciudadanos en su redacción, tramitación y gestión posterior. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XI, n. 245 (12). Barcelona: 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24512.htm>. Acesso em setembro de 2016.

PORTAL Participa Salvador. **Propostas para um PDDU popular**. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em maio de 2016.

PORTAL Participa Salvador. **Reflexões acerca da questão da habitação social em salvador**. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em julho de 2016.

QUIROGA, S. G.; VIDELA, M. A. Metodología de comunicación e interacción socio-municipal para proyectos integrados de desarrollo territorial. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XIV, n. 331 (38). Barcelona: 2010.

Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-38.htm>. Acesso em outubro de 2016.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 11, n. 245 (17), agosto de 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

REBOUÇAS, F. R. **Processo de segregação sócio-espacial em Salvador: o caso da localidade de Pirajá**. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.

_____. Teoria e método em Geografia: discussão sobre segregação no âmbito da produção do espaço urbano periférico. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 13, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2010, p. 1-10.

_____. **Moradia e Habitabilidade no bairro de Pirajá no contexto da produção do espaço urbano periférico da cidade de Salvador-Ba**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. PROST, C. A Cartografia social do bairro de Pirajá: contribuição metodológica da Geografia para a efetivação do Planejamento Urbano Participativo na cidade de Salvador-Ba. In: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA: DIREITO À CIDADE, CIDADE DO DIREITO, 11, 2011, Salvador. **Anais...** UFBA, 2011a, p. 1-23.

_____. Periferia e economia informal urbana: camelôs do bairro de São Caetano, Subúrbio Rodoviário da metrópole baiana. *Biblio 3w* (Barcelona). V. 15, p. 1-25, 2011b.

_____. Planejamento participativo como forma de alcance do direito à cidade. In: ROCHA, J. C. S.; SERRA, O. (orgs). **Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais**. Salvador: Edufba, 2015, p. 231-255.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**. V. 4, n. 7. Rio Claro: 1979, p. 1-25.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XI, n. 245 (33). Barcelona: 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24533.htm>. Acesso em outubro de 2016.

_____. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. V. 4, n. 6. São Paulo: 2007a, p. 73-88.

_____. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras**: Osasco: FFCLH, 2009.

SALVADOR. **Lei Nº 3.345/1983**. Dispõe sobre o processo de planejamento e participação comunitária no desenvolvimento do município da cidade do Salvador e dá outras providências.

_____. **Decreto Nº 7.139/1984**. Regulamenta a Lei Nº 3.345, de 14 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o processo de planejamento e participação comunitária.

_____. **Lei Nº 3.525/1985**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para o período até 1992 e dá outras providências.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental – Salvador 2002**. Versão preliminar.

_____. **Lei Nº 6.586/2004**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU e dá outras providências.

_____. **Lei Nº 7.400/2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Salvador, 2008. Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>. Acesso em julho de 2016.

_____. **Lei Nº 7.400/2008**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Salvador (PDDU). Mapa 03. Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS. Prefeitura Municipal de Salvador, 2008. Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>. Acesso em julho de 2016.

_____. **Lei Nº 8.376/2012**. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. (SALVADOR, 2012).

_____. **Decreto Nº 23.765/2013**. Cria grupo de trabalho para elaborar a regulamentação e o plano de implantação das Prefeituras-Bairro e dá outras providências. (SALVADOR, 2013).

_____. **Ouvindo nosso bairro**. O povo como protagonista da gestão. Prefeitura Municipal de Salvador, [2015?].

_____. **Lei Nº 9.069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Salvador, 2016. Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>. Acesso em julho de 2016. (SALVADOR, 2016).

_____. **Plano de Mobilização e Participação Social**. Disponível em: www.plano500.salvador.ba.gov.br/download.php?cod=49. Acesso em: julho de 2016. (SALVADOR, 2016a).

_____. **Lei Nº 9.148/2016**. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-salvador-ba>. Acesso em: junho de 2017. (SALVADOR, 2016b).

_____. **Lei Nº 9.278/2017.** Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: setembro de 2017.

SAULE JÚNIOR, N; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade:** novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis, 2001.

SANTOS, C. A. A violência no contexto dos bairros vividos, percebidos e concebidos na cidade de Salvador: estudo de caso nos bairros da Pituba e Nordeste de Amaralina. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, L. R. S.; FISCHER, T (orgs). **O caminho das águas em Salvador:** bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA, SEMA, 2010. (Coleção Gestão Social).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo.** Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O retorno do território. SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2008. - (Coleção Milton Santos; 12).

_____. **Por uma Geografia nova.** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2008a. - (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2014. - (Coleção Milton Santos; 7).

SARAMAGO, L. Como ponta de lança: o pensamento do lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 193-225.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada.** Ensaio de ontologia e fenomenologia. 23. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade:** novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo: Pólis, 2001.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de henri lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n.32, p. 89- 109, 2012.

SERPA, A. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. **Geografia**, Rio Claro-SP, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2005.

_____. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p.7-24, 2006.

_____. Metodologia sem hierarquia. In: SERPA, A. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. EDUFBA: Salvador, 2007a, p. 135-141.

_____. O bairro como discurso: limites e possibilidades. In: SERPA, A. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. EDUFBA: Salvador, 2007b, p. 25-42.

SERRA, O. **Os 21 pecados capitais do PDDU de Salvador (Projeto de Lei 396/15)**. Portal Participa Salvador. Disponível em participasalvador.com.br/biblioteca. Acesso em julho de 2016.

SILVEIRA, M. L. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, uma exemplo argentino. In: SANTOS, M. *et. al.* (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p. 201-209.

SOARES, A. M. C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias**, 05 (1), Belo Horizonte, jan/jun 2009, p. 83-96.

SOUZA, M. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (2), Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 140-172.

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Território**, n. 8, p. 67-99, 2000.

_____. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 5. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

TONI, J. Planejamento participativo: possibilidades metodológicas alternativas. **Anais... II Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. Londrina-PR: Eduel, 2013.

_____. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração**. Anais do VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Recife, 2003.

VIEIRA, R.; PEREIRA, L. N.; ANJOS, F. A.; SCHROEDER, T. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como “decodificadora” de um sistema de muitos códigos. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 2, p. 115-130, jul./dez. 2013.

VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. **São Paulo em Perspectiva**, n 9 (2), 1995.

_____. **Dilemas do plano diretor**. Desenvolvimento físico-territorial. O município no século XXI: Cenários e Perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999, p. 237-247. Disponível em: http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a1.pdf. Acesso em março de 2017.

_____. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, Edição do autor, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. V. 15, p. 87-145, 2000.

_____; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: ARAÚJO, T. B. (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: Editora do IICA, 2013, p. 413-472.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERIÓDICOS

A TARDE. **PDDU e igualdade social**. Salvador, 18 nov 2015. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/opiniao/noticias/1727360-pddu-e-igualdade-social-premium>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **Novo PDDU é aprovado em sessão conturbada**. Salvador, 13 jun 2016. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1778517-novo-pddu-e-aprovado-em-sessao-conturbada>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **PDDU pode causar alterações que dividem opiniões**. Salvador, 14 jun 2016. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1778906-pddu-pode-causar-alteracoes-que-dividem-opinioes>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **Programa abre espaço para a população definir obras**. Salvador, 09 jun 2017. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1868405-programa-abre-espaco-para-a-populacao-definir-obras>. Acesso em outubro de 2017.

_____. **Neto anuncia a realização de obras em todos 163 bairros de Salvador**. Salvador, 09 set 2017. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1896632-neto-anuncia-a-realizacao-obras-em-todos-163-bairros-de-salvador>. Acesso em outubro de 2017.

CORREIO. **Projeto Ouvindo Nosso Bairro faz hoje as 13 últimas reuniões**. Salvador, 04 fev 2015. Disponível em <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/projeto-ouvindo-nosso-bairro-faz-hoje-as-13-ultimas-reunioes/>. Acesso em agosto de 2017.

_____. **Motoristas de Uber desligam aplicativos em 20 bairros periféricos de Salvador**. Salvador, 08 ago 2017. Disponível em. Acesso em novembro de 2017.

_____. **População de Salvador pode escolher obras em bairros via aplicativo.** Salvador, 08 ago 2017. Disponível em <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/populacao-de-salvador-pode-escolher-obras-em-bairros-via-aplicativo/>. Acesso em agosto de 2017.

ESTADÃO. **Plano Diretor de Salvador é sancionado e causa polêmica.** São Paulo, 20 fev 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,plano-diretor-de-salvador-e-sancionado-e-causa-polemica,127861>. Acesso em outubro de 2016.

G1 BAHIA. **Lous e PDDU são votados como inconstitucionais por 30 votos a 2.** Salvador, 14 out 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/10/lei-do-pddu-e-lous-e-votada-como-inconstitucional-por-30-votos-contra-2.html>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **Em meio a polêmica, ACM Neto recebe PDDU e aponta aprovação.** Salvador, 16 jun 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/em-meio-polemica-acm-neto-recebe-pddu-e-aponta-aprovacao.html>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **Entenda principais pontos da Louos aprovada na Câmara de Salvador.** Salvador, 09 ago 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/08/entenda-principais-pontos-da-louos-aprovada-na-camara-de-salvador.html>. Acesso em outubro de 2016.

_____. **Contrário ao novo PDDU, Hilton Coelho defende 'direito à cidade' no mandato.** Salvador, 01 ago 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/bahia/noticia/contrario-ao-novo-pddu-hilton-coelho-defende-direito-a-cidade-no-mandato.ghtml>. Acesso em agosto de 2017.

I BAHIA. **Nova proposta da Louos aprovada na Câmara mantém polêmica.** Salvador, 13 dez 2012. Disponível em <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/nova-proposta-da-louos-aprovada-na-camara-mantem-polemica/>. Acesso em novembro de 2016.

METRO 1. **Com investimento de R\$ 40 milhões, Prefeitura anuncia 160 obras do projeto Ouvindo Nosso Bairro.** Salvador, 20 set 2017. Disponível em <http://metro1.com.br/noticias/cidade/42184,com-investimento-de-r-40-milhoes-prefeitura-anuncia-160-obras-do-projeto-ouvindo-nosso-bairro.html>. Acesso em outubro de 2017.

PLANO DE BAIRRO SARAMANDAIA. Disponível em: <https://sites.google.com/site/plbsaramandaia/inicio>. Acesso em agosto de 2017.

POLÍTICA LIVRE. **O PDDU de Salvador: um debate, ainda, fora do lugar – Parte I.** Salvador, 20 jan 2016. Disponível em <http://www.politicalivre.com.br/artigos/o-pddu-de-salvador-um-debate-ainda-fora-do-lugar-parte-i/>. Acesso em novembro de 2016.

_____. **O PDDU de Salvador: um debate, ainda, fora do lugar – Parte II.** Salvador, 17 fev 2016. Disponível em <http://www.politicalivre.com.br/artigos/o-pddu-de-salvador-um-debate-ainda-fora-do-lugar-parte-ii/>. Acesso em novembro de 2016.

_____. **O PDDU de Salvador: um debate, ainda, fora do lugar – Parte Final.** Salvador, 21 jun 2016. Disponível em <http://www.politicalivre.com.br/artigos/o-pddu-de-salvador-um-debate-ainda-fora-do-lugar-parte-final/>. Acesso em novembro de 2016.

SUBÚRBIO ONLINE.COM. **Associação Nova Aliança Promove Ação Social no Bairro de Praia Grande**. Disponível em <http://www.suburbioonline.com/associacao-nova-alianca-promove-acao-social-no-bairro-de-praia-grande/>. Acesso em outubro de 2017.

PÁGINAS DA WEB VISITADAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA. Disponível em <http://amnaluta.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO TOMÉ DE PARIPE. Disponível em <https://pt-br.facebook.com/AMSTPEVC/>. Acesso em agosto de 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE PLATAFORMA (AMPLA). Disponível em <http://colaboradoresdaampla.blogspot.com.br/>. Acesso em setembro de 2017).

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO CRISTÓVÃO. Disponível em <http://abmsc.webnode.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

BAIRRO DO RIO SENA. Disponível em <http://bairrodoriosena.blogspot.com.br/>. Acesso em setembro de 2017.

BOCA DO RIO CULTURAL. Disponível em <http://nossabocadorio.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

CAJAZEIRAS ACONTECE. Disponível em <http://cajazeirasacontece.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

CAJAZEIRAS NEWS. Disponível em <http://cajazeirasnews.com.br>. Acesso em agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/>. Acesso em julho de 2015.

COMUNIDADE DE SARAMANDAIA (ABMS). Disponível em <http://abmsa.blogspot.com.br>. Acesso em outubro de 2017.

DEFESA DO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO. Disponível em <http://saocristovaossa.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

FALA CAJAZEIRAS. Disponível em <http://www.falacajazeiras.com.br>. Acesso em agosto de 2017.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS EM SALVADOR. Disponível em: <http://fabscomunica.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <http://www.mp.ba.gov.br/>. Acesso em agosto de 2017.

OUVINDO NOSSO BAIRRO 2017. Disponível em <http://www.ouvindonossobairro.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em julho de 2017.

PARTICIPA SALVADOR. Disponível em <http://participasalvador.com.br/>. Acesso em novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Disponível em <http://www.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2015.

SUBÚRBIO ONLINE.COM. Disponível em <http://www.suburbioonline.com>. Acesso em setembro de 2017.

UNIÃO DOS MORADORES DO SÃO CAETANO E ADJACÊNCIAS. Disponível em <http://uniaodosmoradorescaetano.weebly.com/>. Acesso em setembro de 2017.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR BAHIA. Disponível em <http://ba.unmp.org.br/>. Acesso em setembro de 2017.

APÊNDICE A

ENTREVISTAS – MORADORES

APÊNDICE B

ENTREVISTAS – REPRESENTANTES DA PREFEITURA

APÊNDICE C

ENTREVISTA - UNIVERSIDADE

(Meio digital)

APÊNDICE D –
BAIRROS DA PERIFERIA DE SALVADOR EM IMAGENS

Bairro da Boa Vista de São Caetano

Fotos: REBOUÇAS, Flávia (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boa Vista de São Caetano

Fotos: REBOUÇAS, Flávia (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



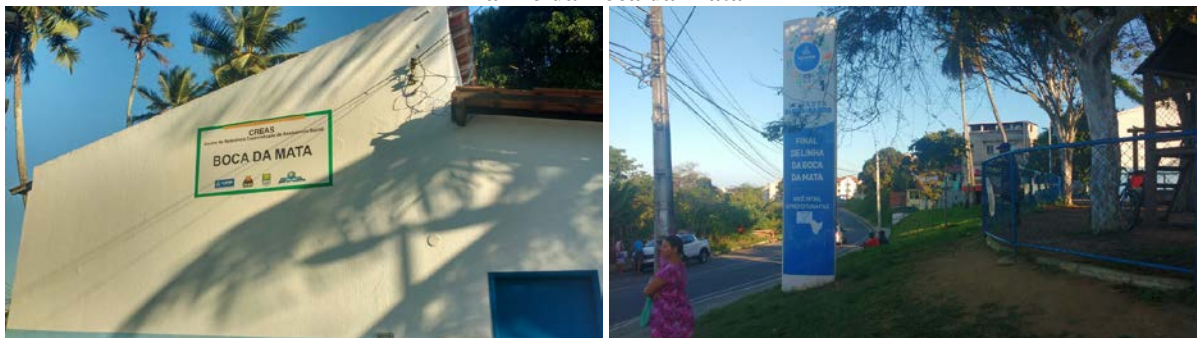
Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro da Boca da Mata



Fotos: CARVALHO (2017).
Fontes: Trabalho de Campo.

Bairro do Alto de Ondina



Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro das Barreiras

Fotos: SILVA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cajazeira V

Fotos: ALVES (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cajazeira V

Fotos: ALVES (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cajazeira V

Fotos: ALVES (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

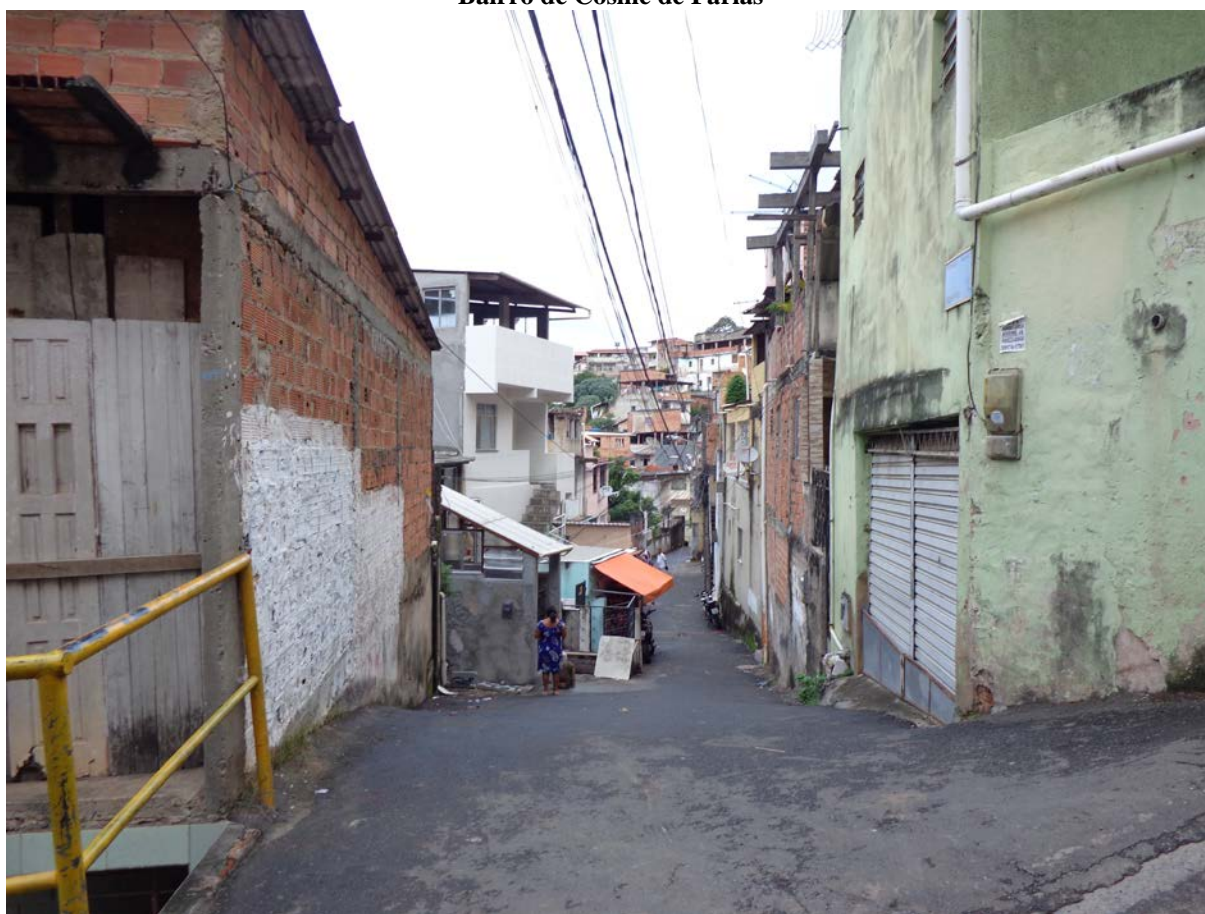
Bairro de Cosme de Farias

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cosme de Farias

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cosme de Farias

Fotos: REBOUÇAS, Flávia (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro do Engenho Velho da Federação / Vista para o bairro do Rio Vermelho



Fotos: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro do Engenho Velho de Brotas

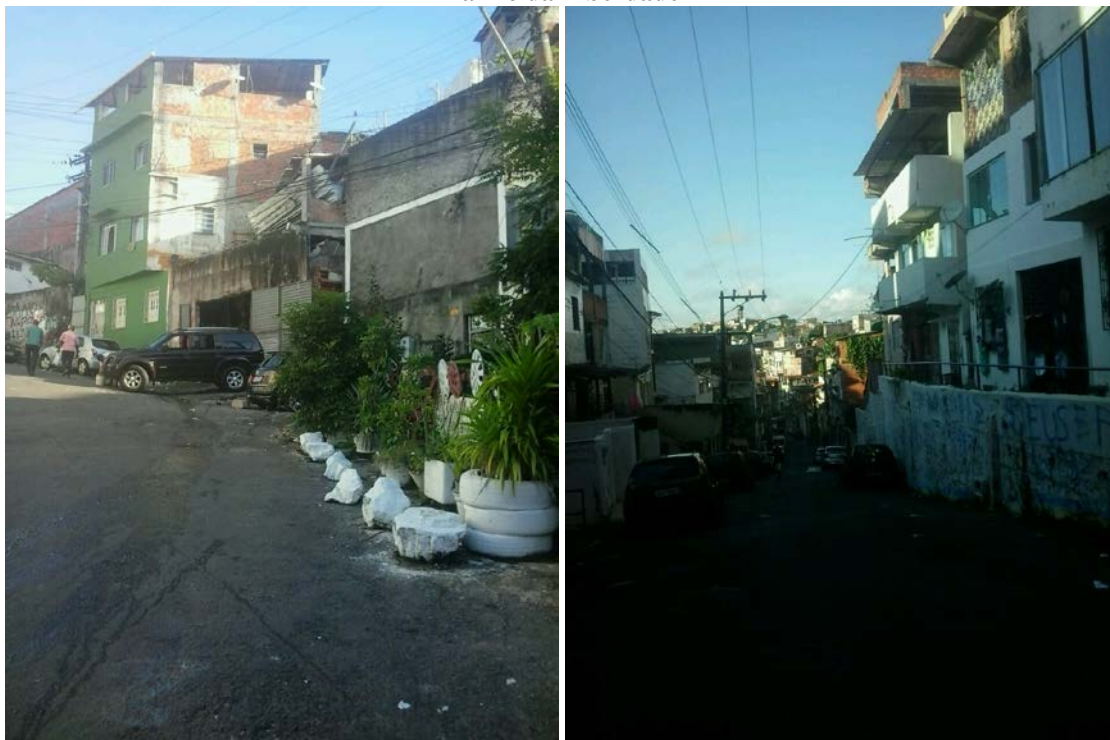


Fotos: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Prefeitura-Bairro Itapuã – Bairro (de Nova Brasília) de Itapuã



Fotos: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro da Liberdade

Fotos: GATTO (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

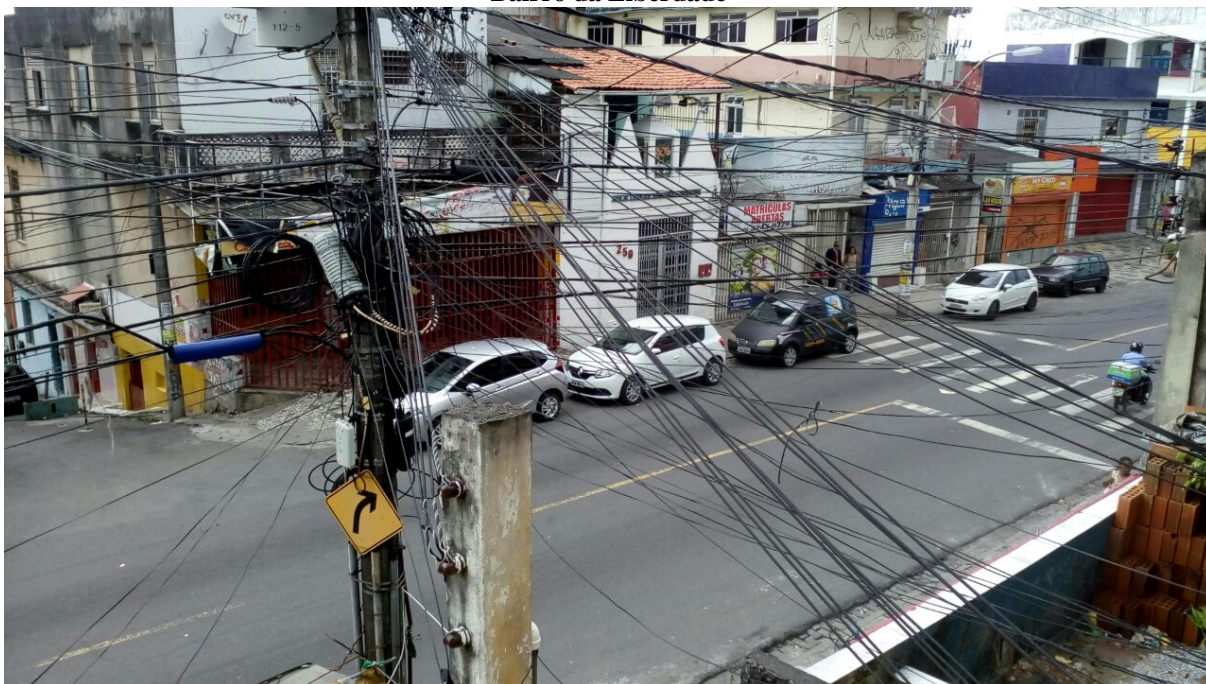
Bairro da Liberdade

Foto: ÍGBÓ (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro da Liberdade

Foto: ÌGBÓ (2017).

Fonte: Trabalho de Campo.

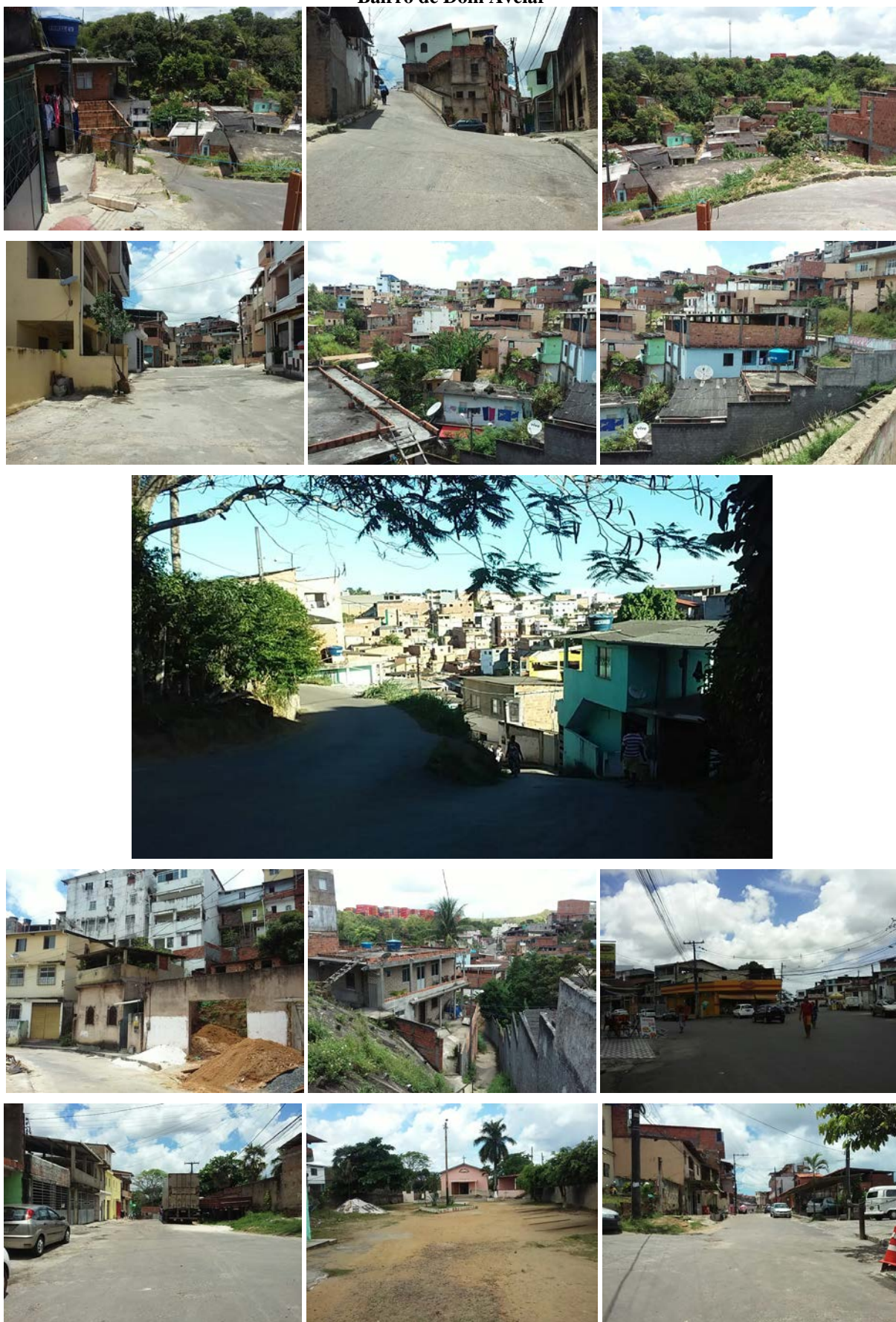
Bairro de Marechal Rondon

Fotos: Reprodução de Rede Social (*Facebook*), 2017.

Fonte: O Suburbano Viu.

Bairro de Dom Avelar

Fotos: VIEIRA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Dom Avelar

Fotos: VIEIRA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Dom Avelar

Fotos: VIEIRA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

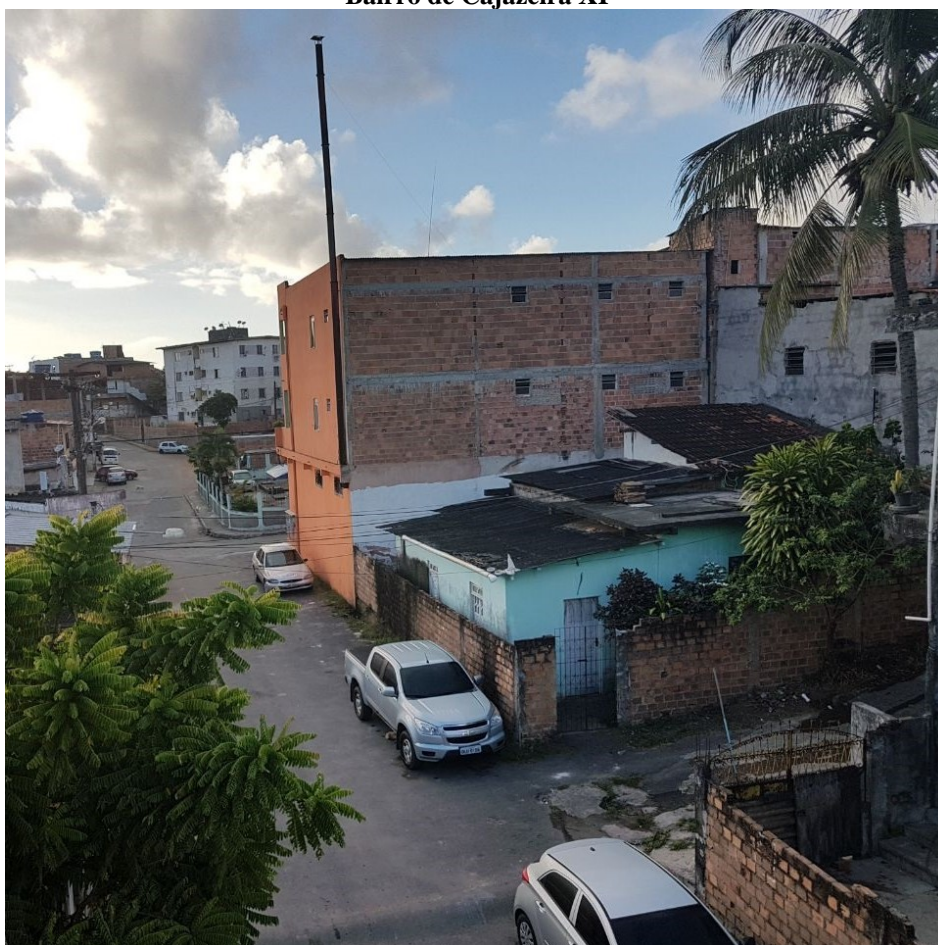
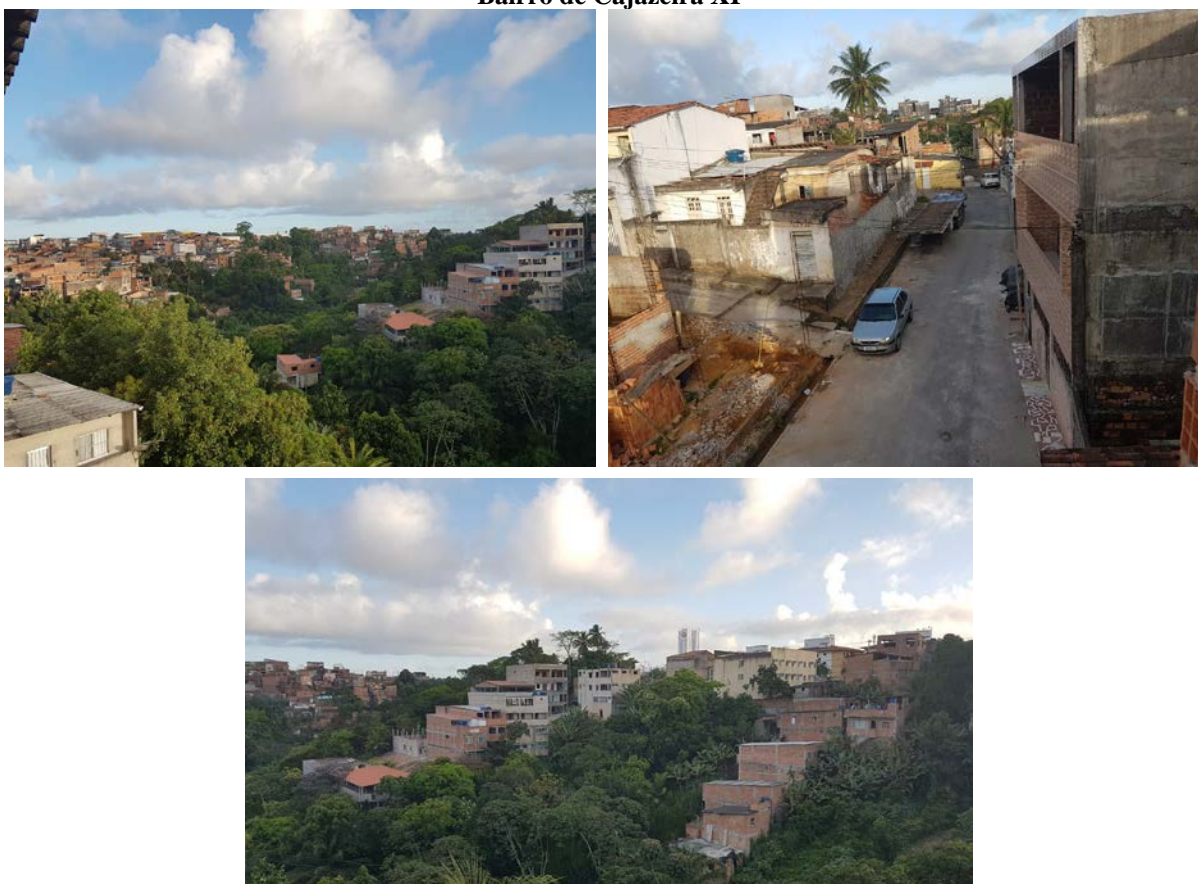
Bairro de Cajazeira XI

Foto: BARBOSA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Cajazeira XI

Fotos: BARBOSA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Massaranduba

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Massaranduba

Fotos: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro do Nordeste

Fotos: PEREIRA (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

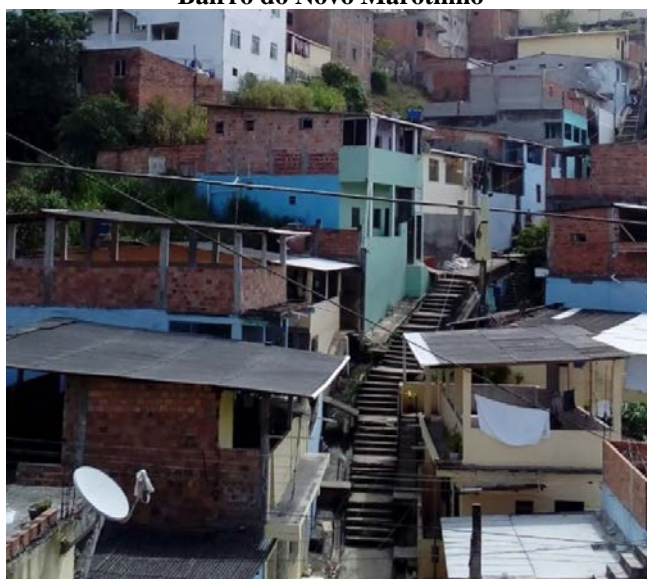
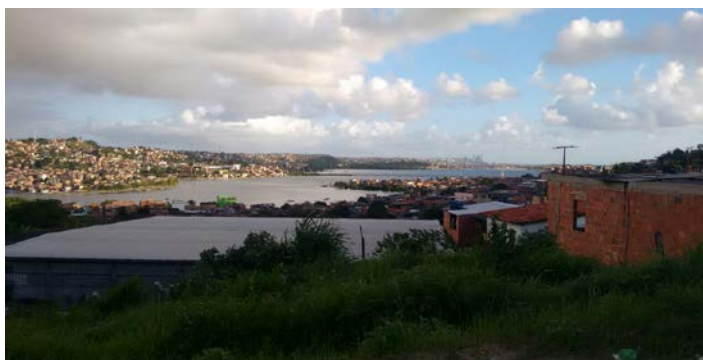
Bairro do Novo Marotinho

Foto: Redação Bocão News (2017).

Fonte: <https://www.bocaonews.com.br/noticias/policia/policia/170468,dois-homens-sao-assassinados-e-uma-adolescente-e-baleada-no-novo-marotinho.html>.

Bairro de Pau da Lima

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Plataforma

Fotos: SOEIRO (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro da Fazenda Grande do Retiro

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de São Caetano

Foto: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de São Caetano

Fotos: GONÇALVES (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de São Gonçalo



Fotos: MENDES (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro do Rio Sena



Fotos: CONCEIÇÃO (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de São Cristóvão

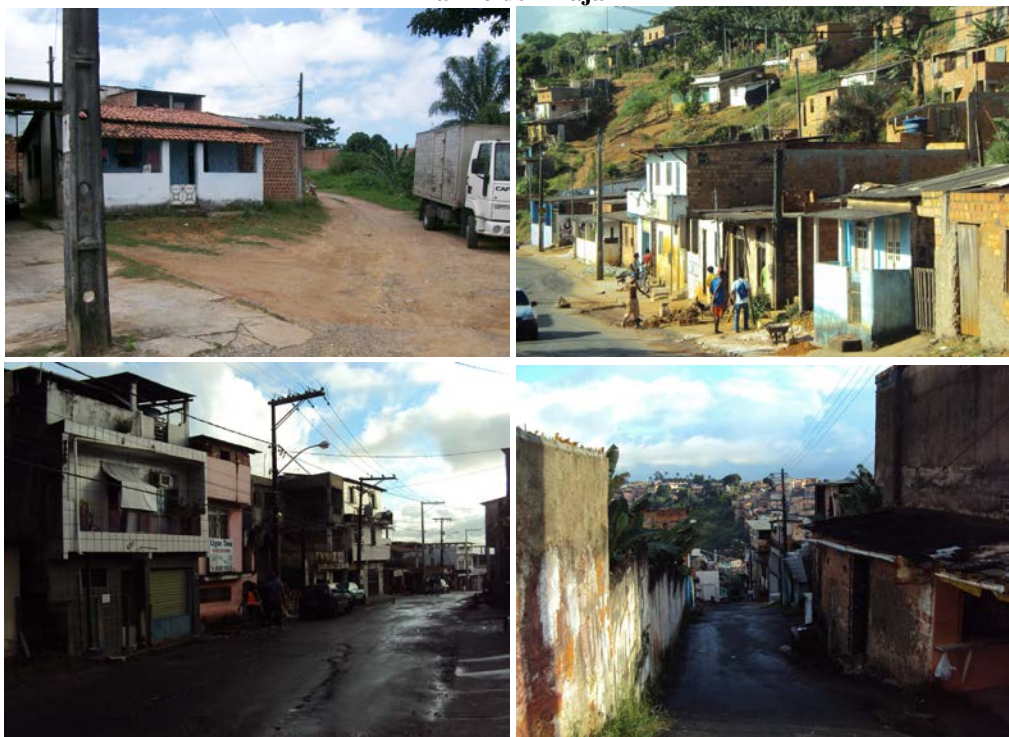
Foto: Salvador Notícias (2014).
Fonte: <http://www.salvadornoticias.com>

Bairro de São Marcos

Foto: G1 Bahia (2017).
Fonte: <https://g1.globo.com/bahia/noticia>

Bairro de Pirajá

Foto: REBOUÇAS (2008).
Fonte: Trabalho de Campo (2008).

Bairro de Pirajá

Fotos: REBOUÇAS (2011).
Fonte: Trabalho de Campo (2010-2011).

Bairro de Saramandaia



Foto: Thaís Seixas (2013).

Fonte: Jornal À Tarde / <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias>

Bairro de São Tomé



Fotos: NZINGA (2017).

Fonte: Trabalho de Campo.

Bairro de Valéria

Fotos: REBOUÇAS (2017).
Fonte: Trabalho de Campo.

APÊNDICE E –
ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

1) Aos sujeitos dos/nos lugares.

- *O início da entrevista contará com a explicação da centralidade da tese em diálogo sobre a pesquisa em geral como ambientação.*
- *Em seguida o diálogo será direcionado ao lugar de moradia da entrevistada ou entrevistado, com o objetivo de criar um ambiente tranquilo para conversa e demonstrando a importância das suas vivências no cotidiano.*
- *Entrevistadora mostra algumas tarjetas utilizando expressões que remetem ao lugar: conflitos, subjetividades, particularidades, habitar, convivência, morar, organização, cotidiano, permanência, pertencimento, identidades, coletividades, associações de bairros, interações, experiências, vivências e sujeito. São levadas tarjetas em branco, caso a pessoa entrevistada queira acrescentar.*

1- Tarjetas: comentar, considerando a relação com o bairro (sua e o que observa ao redor) e colocar novas palavras ou expressões, se for o caso.

2- Quando eu falo:

- “O lugar de (nome do/a entrevistado/a)”.
- “O bairro de (nome do bairro de moradia do/a entrevistado/a)”.

O que vem à sua cabeça?

3- Você conhece a realidade do seu bairro (problemas, potencialidades)?

4- Você acha que seus conhecimentos (e também dos seus vizinhos) sobre o bairro podem ajudar o poder público a tomar melhores decisões no lugar?

- E se a decisão fosse sua e de seus vizinhos e não do poder público?
- Quais dificuldades você acha que encontraria levando os próprios indivíduos

à tomada de decisões sobre o lugar (nome do bairro)?

5- Sobre o planejamento e tomadas de decisão em relação ao bairro pela prefeitura:

- Como você acha que as coisas acontecem hoje?
- Como você acha que as coisas poderiam acontecer, para diminuir os

problemas no bairro?

6- Você se acha preparada/o para tomar decisões junto aos seus vizinhos sobre seu bairro?

7- Você soube das oficinas e audiências públicas que ocorreram em 2015 sobre o PDDU? (No bairro e fora dele)

8- Você sabe (ou está envolvida/o) de alguma atividade coletiva que existe no seu bairro (com grupos, associações, etc.)?

- Caso sim, essas atividades poderiam ser envolvidas ao planejamento de alguma maneira? (e vice versa, envolver o planejamento a essas atividades).

9- Você está envolvida/o em alguma atividade coletiva no seu bairro/rua?

- Você se envolveria caso fossem atividades vinculadas ao planejamento do bairro?

10- Você frequenta a Prefeitura-Bairro (seus vizinhos, família)?

11- Você soube do Programa Ouvindo Nosso Bairro?

✓ Lembrar de pedir imagens do bairro e um nome fictício.

2) Aos representantes da Prefeitura Municipal de Salvador (Prefeituras-Bairro Regionais)

- *O início da entrevista contará com a explicação da centralidade da tese e seus objetivos.*

A) Início a entrevista pedindo que se apresente e fale um pouco da importância da prefeitura bairro.

1- O que você entende por planejamento participativo e qual foi/é seu papel em ações de planejamento participativo?

2- Existe relação (e preocupação da prefeitura) entre autonomia (dos indivíduos) e planejamento participativo hoje?

3- Existe a relação lugar/planejamento na concepção das ações de planejamento com as quais trabalha?

- a) Quais os limites?
- b) Quais as potencialidades?

4- De que maneira apontaria uma possibilidade metodológica para aproximação do lugar ao planejamento e à gestão urbana?

- a) Qual a ideia de continuidade dessa metodologia?
- b) Quais os limites?
- c) Quais as potencialidades?

ESPECIFICIDADES DO PDDU

5- Onde encontrar informações dos resultados das oficinas de bairro que ocorreram nas etapas “Estudos Básicos” e “Analíticos” da elaboração do PDDU?

6- O PDDU menciona a elaboração de planos de bairro e setoriais.

- a) Como está o processo de elaboração de tais planos (principalmente os de bairro)?
- b) As Prefeituras-Bairro terão papel relevante na elaboração dos planos de bairro?

Qual?

c) Por que o Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas (FUNDURBS) não contempla a elaboração dos planos de bairro, apenas os setoriais? Qual a origem do financiamento para os planos de bairro?

7- Gostaria que comentasse alguns itens do parágrafo primeiro do artigo 346 do PDDU, que conceitua planejamento municipal.

§ 1º O processo de planejamento municipal é o conjunto de procedimentos da Administração, **desenvolvido com a participação da sociedade, de caráter permanente**, visando à fixação de objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Município, a preparação dos meios para atingi-los, a avaliação dos resultados obtidos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, bem como ao **controle social de sua aplicação**.

- a) Como se concretiza o caráter permanente e seu vínculo com a participação?
- b) Como se concretiza o controle social?

8- Há continuidade nas atuais atividades de participação no planejamento urbano?

9- Qual a concepção da Prefeitura Municipal de Salvador em relação ao conceito de Planejamento Estratégico?

SOBRE AS PREFEITURAS-BAIRRO

10- Como foi ou será a elaboração dos planos de implementação?

11- Aconteceram atividades prévias ao PDDU na prefeitura bairro com a população?

12- Quais atividades de participação ocorrem hoje?

- a) Estas atividades, se acontecem, são por bairro ou grupos de bairros?
- b) Qual a frequência dessas atividades?
- c) Como se dá a divulgação dessas atividades?
- d) Como são escolhidos os técnicos que acompanham/realizam atividades com os moradores?
- e) Como acontece o retorno aos moradores das decisões tomadas nessas atividades/reuniões?
- f) Acha que as atividades que ocorrem hoje são bem-sucedidas e suficientes para contemplar o planejamento participativo?
- g) O conselho da região funciona? No geral, quem são os conselheiros?

- h) Como se dá a diferenciação de atendimento entre os moradores dos bairros mais populares dos demais, de rendimentos maiores?

3) Aos representantes da Prefeitura Municipal de Salvador (Prefeitura-Bairro Central)

- *O início da entrevista contará com a explicação da centralidade da tese e seus objetivos.*

A) Início a entrevista pedindo que se apresente e fale um pouco da importância das Prefeituras-Bairro.

B) As Prefeituras-Bairro têm papel relevante para o planejamento participativo, visto que aproximam a prefeitura dos diversos lugares? Como isso se dá, de forma geral?

1- O que você entende por planejamento participativo e qual é seu papel em ações de planejamento participativo?

2- Existe relação (e preocupação da prefeitura) entre autonomia (dos indivíduos) e planejamento participativo hoje?

3- Existe a relação lugar/planejamento na concepção das ações de planejamento com as quais trabalha?

a) Quais os limites?

b) Quais as potencialidades?

4- De que maneira apontaria uma possibilidade metodológica para aproximação do lugar ao planejamento e à gestão urbana?

a) Qual a ideia de continuidade dessa metodologia?

b) Quais os limites?

c) Quais as potencialidades?

ESPECIFICIDADES DO PDDU

5- O PDDU menciona a elaboração de planos de bairro e setoriais.

a) Como está o processo de elaboração de tais planos (principalmente os de bairro)?

b) As Prefeituras-Bairro terão papel relevante na elaboração dos planos de bairro?

Qual?

c) Por que o Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas (FUNDURBS) não contempla a elaboração dos planos de bairro, apenas os setoriais? Qual a origem do financiamento para os planos de bairro?

6- Gostaria que comentasse alguns itens do parágrafo primeiro do artigo 346 do PDDU, que conceitua planejamento municipal.

§ 1º O processo de planejamento municipal é o conjunto de procedimentos da Administração, **desenvolvido com a participação da sociedade, de caráter permanente**, visando à fixação de objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Município, a preparação dos meios para atingi-los, a avaliação dos resultados obtidos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, bem como ao **controle social de sua aplicação**.

- a) Como se concretiza o caráter permanente e seu vínculo com a participação?
- b) Como se concretiza o controle social?

7- Há continuidade nas atuais atividades de participação no planejamento urbano?

8- Qual a concepção da Prefeitura Municipal de Salvador em relação ao conceito de Planejamento Estratégico?

SOBRE AS PREFEITURAS-BAIRRO

9- A elaboração dos planos de implementação das Prefeituras-Bairro foi participativa?

10- Aconteceram atividades prévias ao PDDU nas Prefeituras-Bairro com a população?

11- Você acha que as atividades que ocorrem hoje são bem-sucedidas e suficientes para contemplar o planejamento participativo?

12- Qual a importância dos Conselhos Regionais?

13- Sobre o Ouvindo Nosso Bairro, que foi um plano muito falado pelos gerentes das regionais quando eu mencionava planejamento participativo, poderia falar um pouco mais sobre ele?

- a) Sua metodologia contempla o planejamento participativo?
- b) Haverá um segundo Ouvindo Nosso Bairro?
- c) Posso ter acesso aos resultados do primeiro programa?

4) Aos representantes da Prefeitura Municipal de Salvador (Fundação Mário Leal Ferreira)

- *O início da entrevista contará com a explicação da centralidade da tese e seus objetivos.*

A) Início a entrevista pedindo que se apresente e fale um pouco do seu trabalho relacionado ao planejamento participativo e o PDDU.

B) O PDDU está inserido no Plano Salvador 500, as oficinas nos bairros foram para o Salvador 500 e também utilizadas no PDDU? Poderia explicar mais sobre isso?

- **Metodologia participativa** (PDDU e Salvador 500)

- O Salvador 500 foi finalizado?

- 1- Como se deu o processo participativo da construção do PDDU nos bairros?
- 2- Em relação às pessoas que participaram, a quantidade foi considerada satisfatória?
- 3- Em relação à qualidade das contribuições, qual o diagnóstico geral da prefeitura?
- 4- Quais os meios de divulgação dos eventos participativos nos bairros?
- 5- Gostaria que comentasse alguns itens do primeiro parágrafo do artigo 346 do PDDU, que conceitua planejamento municipal.

§ 1º O processo de planejamento municipal é o conjunto de procedimentos da Administração, **desenvolvido com a participação da sociedade, de caráter permanente**, visando à fixação de objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Município, a preparação dos meios para atingi-los, a avaliação dos resultados obtidos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, bem como ao **controle social de sua aplicação**.

a) Como se concretiza o caráter permanente do planejamento e seu vínculo com a participação?

b) Como se concretiza o controle social?

c) Há continuidade nas atuais atividades de participação?

6- Existe relação (e preocupação da prefeitura) com a autonomia (dos indivíduos) nas atividades participativas hoje?

7- Existe a relação lugar/planejamento na concepção das ações de planejamento da prefeitura?

a) Quais os limites?

b) Quais as potencialidades?

8- De que maneira apontaria uma possibilidade metodológica para aproximação do lugar ao planejamento e à gestão urbana?

a) Qual a ideia de continuidade dessa metodologia?

b) Quais os limites?

c) Quais as potencialidades?

9- O PDDU menciona a elaboração de planos de bairro e setoriais.

- a) Como está o processo de elaboração dos planos de bairro?
- b) As Prefeituras-Bairro terão papel relevante na elaboração dos planos de bairro?
- c) Por que o Fundo Financeiro de Suporte às Políticas Públicas (FUNDURBS) não contempla a elaboração dos planos de bairro, apenas os setoriais? Qual a origem do financiamento para os planos de bairro?

10- Você acha que as atividades que ocorrem hoje são bem-sucedidas e suficientes para contemplar o planejamento participativo?

5) À representante da Universidade

A) Início a entrevista pedindo que a entrevistada se apresente e fale um pouco de algumas experiências ligadas ao planejamento urbano participativo das quais tenha se envolvido em Salvador.

1- Sobre o processo de construção do PDDU 2016 como você avalia: 1 a participação popular e, 2, o processo das oficinas nos bairros.

2- Qual a sua análise sobre a distância entre o discurso e a prática no planejamento atualmente dito como participativo?

- As pessoas, nos lugares, acabam por acreditar que estão participando de um processo participativo.

3- Qual a importância da autonomia do sujeito para a efetivação da participação popular e como seria alcançar essa autonomia diante dos obstáculos?

4- Poderia comentar sobre o líder forte, as lideranças, representações diversas e associações de bairros atualmente?

5- Metodologicamente, quais os principais limites e possibilidades de avanços em considerar os lugares, os lugares dos sujeitos e toda sua complexidade, no planejamento urbano. Aí eu pergunto: como ultrapassar esses limites e como fortalecer as potencialidades?

6- Qual o papel da universidade?

